Jovens e Rumos

José Machado Pais
René Bendit
Vítor Sérgio Ferreira
(organizadores)

ICS

ICS Imprensa de Ciências Sociais

Jovens e Rumos

José Machado Pais
René Bendit
Vítor Sérgio Ferreira
(organizadores)

ICS
Imprensa
de Ciências
Sociais

Imprensa de Ciências Sociais

Instituto de Ciências Sociais
da Universidade de Lisboa

Av. Prof. Aníbal de Bettencourt, 9
1600-189 Lisboa – Portugal
Telef. 21 780 47 00 – Fax 21 794 02 74

www.ics.ul.pt/imprensa
E-mail: imprensa@ics.ul.pt

Instituto de Ciências Sociais – Catalogação na Publicação
Jovens e rumos / organizadores José Machado Pais ,
René Bendit , Vítor Sérgio Ferreira. - Lisboa : ICS.
Imprensa de Ciências Sociais, 2011
ISBN 978-972-671-285-5
CDU 316.3

RESPEITE OS DIREITOS DE AUTOR
NÃO FOTOCOPIE LIVROS

Capa e concepção gráfica: João Segurado
Revisão: Levi Condinho
Impressão e acabamento: Gráfica Manuel Barbosa & Filhos
Depósito legal: 328364/11
1.ª edição: Maio de 2011

Índice

Os autores 13

Introdução
Rumos e transições juvenis nas sociedades modernas e de modernidade tardia 19
René Bendit

Parte I
Trajectórias e transições: que rumos?

Capítulo 1
A roda da fortuna: viagem à temporalidade juvenil 39
Enrique Gil Calvo

Capítulo 2
Género e adultícia: continuidade e mudança em três gerações. . . 59
Sofia Aboim, Pedro Vasconcelos e Dulce Neves

Parte II
Contextos sociais e aprendizagens: quem socializa quem?

Capítulo 3
A adolescência enquanto objecto sociológico: notas sobre um resgate 81
Lia Pappámikail

Capítulo 4
A escola e o lazer: universos distintos? 101
Pedro Abrantes

Capítulo 5
Aprender a ser jovem pai ou mãe na Europa. 113
Manuela du Bois-Reymond

Parte III
Migrações e identidades: diferentes ou (des)iguais?

Capítulo 6
Jovens imigrantes na Europa: aprender a lidar com transições incertas 137
René Bendit

Capítulo 7
Recriando identidades juvenis entre jovens de descendência africana na Área Metropolitana de Lisboa 159
Beatriz Padilla

Capítulo 8
Retratos e auto-retratos (in)diferenciados: a população juvenil de Macau sob o olhar de jovens portugueses 181
Inês Pessoa

Parte IV
Sociabilidades e tecnologias: que há para comunicar?

Capítulo 9
Tarzan, Peter Pan, Blade Runner: relatos juvenis na era global . . . 203
Carles Feixa

Capítulo 10
Internet, *hip-hop* e circuitos culturais juvenis 223
José Alberto Simões

Capítulo 11
Modos de comunicar: viagens entre o real-virtual e o real-real . . . 243
João Teixeira Lopes

Parte V
Corpos e sexualidades: que prazeres e riscos?

Capítulo 12
Dar corpo à juventude: o *corpo jovem* e os jovens nos seus corpos. . . 257
Vítor Sérgio Ferreira

Capítulo 13
A sexualidade dos jovens portugueses: práticas sexuais numa perspectiva comparada 277
Pedro Moura Ferreira

Capítulo 14
Interdições e prazeres: estigma, vergonha e constrangimentos . . . 295
Vanda Aparecida da Silva

Capítulo 15
Violência sexual na intimidade: dos comportamentos e atitudes dos jovens aos discursos dos *media*. 315
Carla Machado, Ana Rita Dias, Sónia Caridade e Sónia Martins

Parte VI
Cidadania e participação política: inclusões ou exclusões?

Capítulo 16
Da (inter)acção como alma da política: para uma crítica da retórica «participatória» nos discursos sobre os jovens. . . . 333
Isabel Menezes

Capítulo 17
Transições juvenis para a cidadania: uma análise empírica das identidades cidadãs 353
Jorge Benedicto

Capítulo 18
A participação política dos jovens portugueses: integração, participação, representatividade e legitimidade institucional . . 373
Jesús Sanz Moral

Capítulo 19
Cultura estudantil, «Repúblicas» e participação cívica na Universidade de Coimbra 395
Elísio Estanque

Parte VII
Políticas públicas: que fazer?

Capítulo 20
O desenvolvimento recente da política de juventude no Reino Unido (Inglaterra) 1997-2009 417
Bob Coles

Capítulo 21
Filmes antigos, novos actores: políticas de juventude na América Latina perante um novo panorama juvenil 437
José Antonio Pérez-Islas

Índice de quadros, gráficos e figuras

Quadros

7.1 Entrevistados: origem étnica e nacionalidade 165
7.2 Identidades de pertença dos entrevistados 171
13.1 Prevalência das práticas sexuais ao longo da vida dos jovens de 16-24 anos 280
13.2 Práticas sexuais segundo o nível de instrução 282
13.3 Práticas sexuais segundo a prática religiosa 283
13.4 Práticas sexuais segundo o tempo decorrido desde o início das relações sexuais 284
13.5 Práticas sexuais segundo o número de parceiros 284
13.6 Auto-erotismo dos jovens segundo o nível de instrução e o sexo 287
13.7 Comparação das práticas sexuais dos jovens portugueses e brasileiros de 18-24 anos 291
13.8 Comparação das práticas sexuais dos jovens portugueses e franceses de 18-24 anos 292
18.1 Critérios de agrupamento da amostra 385
18.2 Interesse pela política 385
18.3 Índice de conhecimento político 387
18.4 Frequência de sufrágio 387
18.5 Adesão a associações 389
19.1 Atitudes perante a vida e a sociedade, segundo o sexo 405
19.2 Participação em protestos públicos e actividades associativas, comparação entre os estudantes das Repúblicas e os outros 407
19.3 Opinião sobre a DG/AAC, comparações entre os estudantes das Repúblicas e os outros, e segundo o sexo 409

Gráficos

16.1 Variação no pensamento sobre a política em função da qualidade da participação 340

16.2 Mudanças nas dimensões do empoderamento psicológico em função da qualidade da participação 342
16.3 Mudanças no empoderamento interaccional em função do conteúdo-duração da participação 344

Figuras

7.1 *Continuum* de identidades – afro-português (hifenizada) 171

Os autores

Ana Rita Dias é doutoranda na Universidade do Minho, na área de Psicologia da Justiça. Tem investigado e publicado na área das narrativas românticas e da violência conjugal.

Beatriz Padilla é doutorada em Sociologia Transnacional pela Universidade do Illinois (Urbana-Champaign) e mestre em Políticas Públicas pela Universidade do Texas (Austin). Actualmente é investigadora auxiliar sénior no Centro de Investigação e Estudos em Sociologia (CIES/ISCTE-IUL), onde coordena o programa de investigação Europa-América Latina. Os seus interesses de pesquisa incluem as migrações internacionais e minorias, América Latina, desenvolvimento internacional, género e desigualdades, saúde e migrações, raça e relações étnicas, urbanização e movimentos sociais.

Bob Coles é professor sénior de Política Social na Universidade de York, Reino Unido. Interessa-se, desde há vários anos, por políticas de juventude, e em 1995 publicou um livro, *Youth and Social Policy*, onde expõe o que devia ser a política de juventude no Reino Unido. Desde então, tem desenvolvido investigação e escrito extensivamente sobre o desenvolvimento das políticas de juventude no Reino Unido, nomeadamente dois projectos de avaliação sobre a *Connexions Strategy*, incluindo o *Building Better Connexions* (2004).

Carla Machado é professora auxiliar na Universidade do Minho e investigadora na área da vitimologia. Tem investigado e publicado, nacional e internacionalmente, sobre violência na intimidade, violência de Estado e insegurança urbana. Coordena actualmente dois projectos de investigação, o primeiro sobre as trajectórias de vitimação das mulheres alvo de violência doméstica e seus percursos em direcção à resiliência, e o segundo sobre a violência nas relações juvenis de intimidade.

Carles Feixa é doutorado em Antropologia Social pela Universidade de Barcelona (Catalunha, Espanha) e tem um Doutoramento Honoris Causa pela Universidade de Manizales (Colombia). É professor titular na Universidade de Lleida. É autor de diversos livros, entre os quais *De jovenes, bandas y tribus* (Barcelona, 1998, 4.ª edição 2008), *Jovens na América Latina* (São Paulo, 2004) e *Global Youth?* (Londres e Nova Iorque, 2006).

Dulce Neves (ICS) é doutoranda do programa de Sociologia no ISCTE-IUL. Já colaborou em vários projectos de investigação e os seus interesses têm-se centrado sobretudo nas questões de género e da sexualidade, e também nos domínios da mudança social e da cultura. Actualmente, é assistente de investigação no projecto Género e Gerações: Continuidade e mudança nas Narrativas Familiares, no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.

Elísio Estanque é investigador do Centro de Estudos Sociais (CES) e professor da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra (FEUC). Coordena programas de mestrado e doutoramento em relações de trabalho, desigualdades sociais e sindicalismo. Trabalha sobre desigualdades sociais, relações laborais e sindicalismo, movimentos sociais e estudantis. Publicou *Entre a Fábrica e a Comunidade: Subjectividades e Práticas de Classe no Operariado do Calçado* (Porto, Afrontamento, 2000); *Do Activismo à Indiferença: Movimentos Estudantis em Coimbra* (Lisboa, ICS, 2007, co-autor).

Enrique Gil Calvo é professor de Sociologia na Faculdade de Ciência Política da Universidad Complutense de Madrid. Desenvolve investigação nas áreas de sociologia política e sociologia do género, idade e família. É autor de diversos livros, sendo os mais recentes *La ideología española* (Nobel, Oviedo, 2006), *Máscaras masculinas* (Anagrama, Barcelona, 2006), *La lucha política a la española* (Taurus, Madrid, 2008) e *Crisis crónica* (Alianza, Madrid, 2009).

Inês Pessoa é pós-graduada em Comunicação, Cultura e Tecnologias da Informação pelo ISCTE-IUL e doutoranda em Sociologia na mesma instituição. Bolseira da Fundação para a Ciência e a Tecnologia entre 2006 e 2010, está a concluir a dissertação intitulada: «Passagens por Macau: memórias e trajectórias de jovens portugueses no Oriente». Os movimentos de população, a juventude e as identidades constituem as suas principais áreas de investigação e interesse.

Isabel Menezes é doutorada em Psicologia pela Universidade do Porto, onde é professora associada com agregação no domínio das Ciências da Educação. Tem dirigido investigação no domínio da participação cívica e política de jovens e adultos, com ênfase na importância da participação para o empoderamento de grupos em risco de exclusão em função do género, da orientação sexual, do estatuto de imigrante, da literacia, da incapacidade, da doença crónica. É membro do Centro de Investigação e Intervenção Educativas.

Jesús Sanz Moral é licenciado em Sociologia pela Universidade Autónoma de Barcelona e mestre em estudos e políticas da juventude (UAB-UdL-UdG-URV). Presentemente está a terminar o doutoramento em Sociologia Política no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, e faz parte da equipa de investigação do Instituto de Análise Social e Políticas Públicas da Fundação Francisco Ferrer (Barcelona). Tem publicado nas áreas da sociologia da juventude, do associativismo e da participação política.

João Teixeira Lopes é professor catedrático de Sociologia na Faculdade de Letras da Universidade do Porto. É membro do Instituto de Sociologia, unidade de investigação da Faculdade de Letras da Universidade do Porto. As suas áreas de investigação têm sido a sociologia da cultura, a sociologia da educação, a sociologia urbana e políticas culturais e de juventude.

Jorge Benedicto é professor de Sociologia no Departamento de Sociologia II da Universidade Nacional de Educação à Distância. É membro do Grupo de Estudos sobre Sociedade e Política (UCM-UNED) e foi responsável pelo Comité de Investigação de Sociologia Política na Federação Espanhola de Sociologia. Os seus interesses de investigação centram-se na cultura política, dinâmica social e cidadania contemporânea, construção da cidadania entre os jovens e análise da participação sociopolítica juvenil.

José Alberto Simões é doutorado em Sociologia pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, onde lecciona. É investigador do CESNova – Centro de Estudos de Sociologia da Universidade Nova. Tem investigado nas áreas da sociologia da cultura, juventude e comunicação. Publicou recentemente, como co-organizador, *A Produção das Mobilidades: Redes, Espacialidades e Trajectos* (ICS, 2009) e,

como autor, *Entre a Rua e a Internet: Um Estudo sobre o* Hip-Hop *Português* (ICS, 2010).

José Antonio Pérez-Islas é sociólogo, e actualmente coordena o Seminário de Investigação em Juventude da Universidade Nacional Autónoma do México (UNAM). Tem desempenhado diversos cargos públicos em organizações internacionais e mexicanas de Juventude. Tem publicado nacional e internacionalmente sobre jovens e políticas públicas de juventude.

José Machado Pais é investigador coordenador do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa (vice-director). Foi professor visitante em várias universidades europeias e sul-americanas. Coordenou o Observatório Permanente da Juventude Portuguesa nos últimos vinte anos. Coordenou (em colaboração) vários Inquéritos à Juventude Portuguesa: *Juventude Portuguesa: Situações, Problemas, Aspirações* (1989); *Inquérito aos Artistas Jovens Portugueses* (1995); *Jovens de Hoje e de Aqui* (1996); *Jovens Portugueses de Hoje* (1998); *Gerações e Valores na Sociedade Portuguesa Contemporânea* (1999); *Traços e Riscos de Vida* (1999); *Condutas de Risco, Práticas Culturais e Atitudes Perante o Corpo. Inquérito aos Jovens Portugueses* (2003); *Tribos Urbanas. Produção Artística e Identidades,* (2004). De autoria individual: *Culturas Juvenis* (1993); Consciência *Histórica e Identidade* (1999); *Ganchos, Tachos e Biscates. Jovens, Trabalho e Futuro* (2001), Prémio Gulbenkian de Ciências Sociais (2003).

Lia Pappámikail é socióloga, actualmente professora adjunta na Escola Superior de Educação de Santarém e investigadora associada do Instituto de Ciência Sociais, onde se doutorou. Tem a juventude, a educação, a família e as teorias sociológicas sobre o indivíduo contemporâneo como seus principais interesses de investigação.

Manuela du Bois-Reymond é professora (emérita) de Educação no Departamento de Educação da Universidade de Leiden. É membro da rede de investigação EGRIS e desenvolveu, conjuntamente com outros parceiros europeus, projectos sobre transições juvenis, nomeadamente da escola para o trabalho e para a parentalidade. Interessa-se por investigação biográfica e novas formas de aprendizagem nas sociedades do conhecimento. Presentemente está envolvida num projecto EGRIS sobre governança da educação em oito países europeus. Tem diversas publicações em inglês, alemão e holandês.

Pedro Abrantes é doutorado em Sociologia pelo ISCTE-IUL, onde colabora como docente. Investiga sobre educação, juventude e desigualdades sociais no Centro de Investigação e Estudos em Sociologia (CIES-IUL). Leccionou na Universidade Aberta e na Universidade de Lisboa, bem como nos institutos politécnicos de Leiria e de Santarém. Foi consultor em alguns programas nacionais de educação (Avaliação das Escolas e Aprendizagem ao Longo da Vida) e desenvolveu investigação em Madrid e na Cidade do México.

Pedro Moura Ferreira é sociólogo e investigador auxiliar do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa. Tem como principais tópicos de investigação o estudo do envelhecimento, das relações de género, da saúde e da sexualidade. Desenvolve actualmente dois projectos: «Envelhecimento, redes sociais e ocupações» e «Informação de saúde da população portuguesa: conhecimentos e fontes de informação».

Pedro Vasconcelos é sociólogo, docente e investigador do ISCTE-IUL, desde 1996. É autor de vários artigos e capítulos sobre juventude, família, estruturas domésticas, género, sexualidade, capital social e desigualdade social.

René Bendit é doutorado em Psicologia e Sociologia. É professor na Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais, Argentina, na Universidade Ludwig Maximilian, em Munique, e na Universidade Autónoma de Barcelona. Foi investigador sénior do Instituto Alemão da Juventude (DJI) e coordenador da International Network of Youth Researchers (INYR). Trabalha sobre condições de vida e transições juvenis na Europa, integração de jovens imigrantes na Alemanha e em outros Estados-membros da União Europeia, e políticas de juventude na Europa e na América Latina.

Sofia Aboim é doutorada em Sociologia pelo ISCTE-IUL (2004). Trabalha desde 1997 no ICS-UL, onde actualmente é investigadora auxiliar, desenvolvendo investigação sobre família, conjugalidade e curso de vida, relações e identidades de género, feminismo, masculinidade e sexualidade, pós-colonialismo e modernidade. Publicou livros e artigos sobre estas temáticas em revistas nacionais e estrangeiras e é autora de *Plural Masculinities: The remaking of the self in private life* (Ashgate 2010). Coordena actualmente projectos de investigação na área da família e do género.

Sónia Caridade é professora na Universidade Fernando Pessoa. É doutorada em Psicologia da Justiça e tem investigado e publicado na área da violência nas relações juvenis de intimidade.

Sónia Martins é doutoranda na Universidade do Minho, na área de Psicologia da Justiça. Tem investigado e publicado na área da violência sexual juvenil.

Vanda Aparecida da Silva é doutorada em Ciências Sociais pela Universidade de Campinas (2005). Neste momento é investigadora pós-doutorada no Centro em Rede de Investigação em Antropologia (CRIA), com uma bolsa da Fundação para a Ciência e Tecnologia. Tem pesquisado sobre experiências e representações da sexualidade entre jovens em meio rural, quer no Brasil quer em Portugal. É autora do livro *As Flores do Pequi: Sexualidade e Vida Familiar entre Jovens Rurais* (2007).

Vítor Sérgio Ferreira é doutorado em Sociologia pelo ISCTE-IUL (2006). Presentemente é investigador pós-doutorado no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, com bolsa da Fundação para a Ciência e Tecnologia. Assumiu a vice-coordenação do Observatório Permanente da Juventude em 2010, onde foi investigador e assessor desde 1996. Tem trabalhado e publicado nacional e internacionalmente na área das gerações, transições e culturas juvenis. Tem como livros mais recentes *Marcas que Demarcam: Tatuagem,* Body Piercing *e Culturas Juvenis* (ICS 2008) e *Tempos e Transições de Vida: Portugal ao Espelho da Europa* (ICS 2010, como co-organizador).

René Bendit

Introdução

Rumos e transições juvenis nas sociedades modernas e de modernidade tardia

O Observatório Permanente da Juventude (OPJ) do Instituto das Ciências Sociais da Universidade de Lisboa comemorou, em Fevereiro de 2009, o vigésimo aniversário da sua fundação. Neste âmbito, organizou uma conferência internacional reunindo investigadores no domínio da juventude, responsáveis por políticas de juventude e outros *stakeholders*, dedicados à análise e à intervenção sobre as trajectórias juvenis e as transições para a vida adulta.

O objectivo específico da conferência, cujos resultados são incluídos no presente volume, passou por apresentar uma visão geral sobre os desafios que os jovens enfrentam hoje ao crescer em Portugal e em outros países europeus e ibero-americanos. Prestou-se particular atenção às diferentes formas que os rumos juvenis para a independência tomam nas sociedades modernas e de modernidade tardia, discutindo até que ponto os jovens são capazes de determinar os seus próprios percursos biográficos no contexto das diferentes sociedades em que vivem. Tal incluiu uma análise transversal da situação dos jovens face à educação e ao mercado de trabalho, dos seus padrões de vulnerabilidade, de inclusão e de exclusão social, da sua participação social e política como cidadãos, das suas concepções de corpo, de sexualidade e de prazer, bem como das suas próprias culturas e estilos de comunicação.

Não menos importante, foi ainda objectivo da conferência discutir os novos rumos que tais mudanças implicam nos próprios estudos de juventude. De facto, os recentes desafios enfrentados pelos jovens requerem atenção redobrada sobre objectos, universos e fenómenos emergentes a observar, bem como novos conceitos para os compreender e interpretar, e novas metodologias para os abordar.

Contexto: impacto das mudanças sociais aceleradas nos percursos de vida dos jovens e na modernização da juventude

Os percursos de vida e os respectivos pressupostos de normalidade inerentes às sociedades contemporâneas estão sujeitos a acelerados processos de globalização económica, política e cultural, bem como a profundas mudanças tecnológicas e sociais (Beck 1986; Blossfeld *et al.* 2005). Tal é particularmente evidente no contexto das designadas sociedades de conhecimento «em processo de modernização tardia», com uma predominância crescente de economias de serviço e onde mudanças estruturais e tecnológicas traduzem igualmente importantes processos de modernização social incluindo, naturalmente, a modernização da juventude (Giddens 1990; Castells 1997).

Neste contexto, a «adolescência», de um ponto de vista sociológico, tornou-se parte do conceito mais amplo de «juventude», abarcando não apenas a vida educativa mas também, em particular, a vida económica, política e cultural dos jovens. Por outro lado, a juventude passou a ser vista não só como uma categoria social em si – como condição social –, mas também como uma fase própria do percurso de vida, um tempo de individualização da biografia, caracterizado pela incerteza e pela adaptação permanente a condições contextuais em mutação (Bendit 2008; Hornstein 2008). Este é o contexto geral em que as contribuições do presente volume estão inseridas.

Para abordar analiticamente estas mudanças e as respectivas consequências nos domínios da vida juvenil, da investigação e das políticas de juventude, um grupo internacional de investigadores e de outros actores na área das políticas da juventude foi convidado pelos organizadores da conferência a apresentar os seus resultados, interpretações e novas ideias no âmbito de várias dimensões relevantes na actual vida dos jovens. Após a conferência, os peritos foram convidados pelos organizadores do evento a reelaborar as suas apresentações sob a forma de escrita, trabalho cujo resultado é apresentado neste livro.

Apresentação: estrutura, questões e resumo dos conteúdos

O presente volume está organizado em sete partes temáticas, cada uma incluindo dados de investigações, interpretações e discussões teóricas

sobre diversas dimensões e aspectos da vida juvenil, e sob perspectivas muito diferentes. Combina resultados de base metodológica quantitativa e qualitativa, com experiências e práticas de peritos no domínio das políticas da juventude e do trabalho com populações jovens.

A Parte I do volume, «Trajectórias e transições: que rumos?», reflecte, de um modo geral, sobre as mudanças geracionais que as transições para a idade adulta têm tido na vida moderna, devido a processos de globalização e modernização social. A questão genérica é a de como os processos de globalização, de transnacionalização económica, financeira e política e as suas crises actuais influenciam as condições de vida, as oportunidades educativas e o mercado de trabalho nas sociedades modernas e de modernidade tardia, bem como as transições dos jovens para a vida adulta. Neste contexto, discutem-se questões mais específicas como, por exemplo, o modo como estes processos macrossociais têm tido impacto a nível das relações entre géneros e entre gerações, assim como nos percursos de entrada na vida adulta.

A primeira contribuição desta parte, «A roda da fortuna: viagem à temporalidade juvenil» por Enrique Gil Calvo (Universidad Complutense de Madrid), apresenta uma conceptualização teórica e uma análise diferenciada sobre as transições e as trajectórias juvenis para a vida adulta no contexto de um mundo globalizado. De acordo com o autor, cuja análise abarca o caso espanhol, a globalização modificou por completo a estrutura de classes, fragmentada pela acção corrosiva do trabalho precário. Entre os seus efeitos, salienta-se a «desclassização» da classe trabalhadora, que perdeu a sua consciência de classe e as suas redes de solidariedade; o declínio das classes médias, cujo poder de compra foi reduzido com a desvalorização da meritocracia profissional; e a emergência de subclasses desestruturadas pelos efeitos da imigração e da exclusão social. Consequentemente, as transições e trajectórias juvenis são cada vez mais indeterminadas à medida que se tornaram mais incertas e contingentes, uma vez que o mérito académico já não garante a mobilidade ascendente ou a manutenção da posição social. E ao perder a segurança do passado (isto é, chegar a um destino definitivo), as transições para a vida adulta deixam de ser lineares e finalistas para se tornarem estacionárias e auto-referenciais. Os jovens já não têm uma direcção definitiva mas andam à deriva, sujeitos a forças de mercado que não conseguem controlar, acabando por colocar o seu destino nas mãos da «roda da sorte».

Uma segunda questão discutida nesta Parte I do volume reporta-se às alterações a nível do género, das relações intergeracionais e dos percursos

de entrada na vida adulta. Sofia Aboim (ICS-UL), Pedro Vasconcelos (ISCTE-IUL) e Dulce Neves (ISCTE-IUL) analisam na sua contribuição, «Género e adultícia: continuidade e mudança em três gerações», os desenvolvimentos biográficos e as transições para a vida adulta com base numa perspectiva de género sobre a mudança geracional. De acordo com a sua formulação, seja o que for que cada um faça, fá-lo como homem ou mulher. Contudo, os processos de mudança social que ocorreram nas últimas décadas em Portugal (e na maioria das sociedades europeias) alteraram profundamente as relações entre os géneros. De acordo com os autores, as formas legítimas de masculinidade e de feminilidade tornaram-se mais plurais. Embora estas alterações possam ser analisadas estritamente de um ponto de vista estrutural, devem também ser compreendidas através de uma perspectiva biográfica capaz de reconhecer não só regularidades, mas também singularidades. As biografias não se reduzem a uma única vida individual. Estas ocorrem na inter-relação entre pessoas da mesma e de diferentes gerações. Tais inter-relações implicam socializações recíprocas através das quais a herança e a origem de cada um são permanentemente solidificadas ou transformadas. A análise de dez linhagens familiares em três gerações diferenciadas, em regiões urbanas e rurais de Portugal, permitiu aos autores caracterizarem as socializações plurais que, atravessando vidas e gerações, redefinem identidades de género. Com um enfoque na transição para a vida adulta, os autores analisam processos de socialização (família, amigos, escola, trabalho, etc.) em diferentes contextos históricos (ideologia, Estado e lei, condições económicas, etc.), e identificam os modelos geracionais genderificados e os padrões de mudança e continuidade em linhagens familiares.

A Parte II do volume, «Contextos sociais e aprendizagens: quem socializa quem?», foca os contextos sociais actuais de modernização e o problema da socialização. Um traço central das sociedades de modernidade tardia é o prolongamento dos percursos escolares, a par da saliência dos jovens enquanto agentes sociais. Nesse sentido, a sua dimensão biográfica encontra-se, igualmente, em mutação. Os indivíduos tornam-se mais dependentes das suas competências e da sua própria autopercepção. Paralelamente, a educação (formal e informal) torna-se num processo de aprendizagem ao longo da vida. As contribuições para esta parte do volume são abordadas neste contexto.

Lia Pappámikail (Escola Superior de Educação de Santarém e ICS-UL) inicia esta segunda parte com uma reflexão teórica sobre «adolescência enquanto objecto sociológico: notas sobre um resgate». O objectivo principal é conquistar o conceito de adolescência para a investigação

sociológica no domínio da juventude, resgatando-o da sua tradicional orientação psicológica e fisiológica. Embora reconhecendo que o termo «adolescência» tem sido utilizado para descrever e interpretar mudanças fisiológicas e psicológicas no quadro de abordagens do desenvolvimento, e sem reduzir a importância de tal compreensão, a autora reivindica um espaço teórico para definir adolescência também do ponto de vista sociológico. O principal argumento é que, numa agenda de investigação sociológica no domínio da juventude, tal apresenta-se como necessário para uma melhor compreensão dos processos de individualização nas sociedades contemporâneas. Com esse objectivo, a autora reconstrói as origens e os discursos intelectuais sobre a *adolescência* e a *juventude* tal como têm sido reflectidos na esfera académica. Neste âmbito e, numa primeira etapa, especial atenção é dedicada a essas abordagens sociológicas que, segundo a autora, correspondem à tendência para definir o jovem de acordo com apenas uma dimensão da sua existência. Numa segunda etapa, os traços individuais, familiares e sociais que servem como quadro analítico para compreender o mundo vivido pelos adolescentes são analisados para filtrar algumas das principais categorias que podem ser úteis numa perspectiva sociológica da adolescência nas sociedades de modernidade tardia.

Pedro Abrantes (CIES/ISCTE-IUL) dedica a sua contribuição ao tema da escolaridade e do lazer, interrogando se estas duas dimensões da vida dos jovens são mundos absolutamente distintos. O autor salienta o facto de, actualmente, a juventude ser caracterizada por uma determinada ocupação (estudante) e pelo desenvolvimento de práticas de lazer e consumo singulares, que conduzem a estilos de vida específicos. A forma como os jovens são caracterizados em investigações no domínio da educação e em estudos culturais ou sobre lazer tem sido bastante diversificada. O principal objectivo da sua contribuição é analisar se estes dois «mundos» juvenis são realmente distintos e independentes, gerando a duplicação da identidade dos jovens, ou se pelo contrário estão profundamente ligados, contribuindo para biografias coerentes. O autor recorre a dados de um inquérito realizado a estudantes do 9.º ano (com idades entre 15 e 18 anos) a frequentar 12 escolas públicas localizadas na área de Lisboa, desenvolvido com o apoio de alunos do Programa de Mestrado em Sociologia – Educação, Família e Políticas Públicas (ISCTE-IUL). A base de dados resultante permitiu ao autor explorar a correlação entre variáveis de escolaridade e indicadores de lazer, bem como a possível associação de ambas as dimensões com a origem social dos estudantes.

Manuela du Bois Reymond (Universidade de Leiden) encerra esta parte do volume com uma contribuição sobre «Aprender a ser um jovem pai ou mãe na Europa». A autora discute aspectos implícitos na aprendizagem da parentalidade jovem (entendida como uma fase de transição do percurso de vida), quando essa transição e seus resultados passaram a ser problemáticos. O artigo baseia-se em resultados de um projecto europeu sobre a parentalidade jovem, no qual foi analisada a situação de jovens adultos prestes a serem pais em diferentes Estados-membros da UE. O principal objectivo é mostrar, através de vários estudos de caso nacionais (jovens búlgaros, italianos, holandeses e britânicos), que quando a transição para a parentalidade se transforma de concepção natural em artificial, a aprendizagem de obrigações e a multiplicidade de oportunidades resulta no desenvolvimento de situações ambivalentes ou contraditórias típicas do contexto de modernidade tardia. Na sua intervenção, a autora foca as mudanças nos percursos de vida, os modelos de conciliação entre trabalho e família, e como a parentalidade (não) se encaixa em planos de vida (masculinos e femininos) individualizados, as continuidades e descontinuidades intergeracionais, e a aprendizagem de novas obrigações dentro e fora da família.

A Parte III do volume, «Migrações e identidades: diferentes ou (des)iguais?», trata de diferentes dimensões acerca da questão da migração, nomeadamente as situações de vida e a construção de novas identidades de jovens imigrantes, jovens de origem imigrante ou que pertencem a uma minoria étnica, enquanto «recém-chegados» às sociedades de modernidade tardia e à vida juvenil moderna. Os processos de migração são uma parte constituinte do mundo globalizado. A sua crescente relevância na maioria das sociedades europeias e ibero-americanas está associada a mudanças estruturais nestas sociedades. Essas alterações são, por exemplo, a involução no desenvolvimento demográfico das populações «maioritárias»; as novas formas de desigualdade social e cultural, especialmente no que concerne à situação económica das famílias; as diferentes oportunidades e feitos educacionais, bem como as diferentes taxas de desemprego de autóctones e alóctones; a pobreza, a exclusão social e a marginalização. Sob tais condições, a coesão social das sociedades pode ser ameaçada. Nesta Parte III do volume, diversos autores analisam as diferentes situações de vida e as construções identitárias de jovens imigrantes ou de origem étnica ou imigrante, e exigem políticas estratégicas que apoiem estes jovens na sua integração na vida juvenil moderna.

René Bendit (ex-Instituto da Juventude Alemão-DJI/Universidade de Munique) inicia com uma contribuição sobre «Jovens imigrantes na Eu-

ropa: aprender a lidar com transições incertas». Na sua opinião, os processos relacionados com a globalização, a modernização e as migrações estão a alterar o mapa social da Europa, influenciando radicalmente o mundo do trabalho, da cultura e da vida quotidiana. No contexto destas mudanças, observa-se que os jovens imigrantes e jovens de origem imigrante ou étnica se encontram no processo de integração na vida juvenil moderna dos países europeus em que vivem. Neste processo, eles têm de lidar com as questões clássicas de desenvolvimento psicológico da adolescência, mas também com os desafios sociais e culturais que a modernidade tardia apresenta à vida juvenil moderna. O autor analisa o processo de integração de jovens imigrantes e oriundos de minorias étnicas na Europa a partir de três perspectivas diferentes: uma perspectiva de integração social, uma perspectiva cultural e uma perspectiva biográfica, centrada no conceito de agência. Para este efeito, o autor apresenta dados de estatísticas oficiais e resultados de pesquisa empírica, referindo os desempenhos dos jovens imigrantes e oriundos de minorias étnicas ao lidar com aqueles desafios. Finalmente, o autor considera o papel que as políticas de migração/imigração podem desempenhar no apoio à integração ou na exclusão social e cultural desses jovens. A questão principal é se tais políticas podem contribuir para o desenvolvimento de um novo conceito de coesão social e de cidadania com base na aceitação de diferenças culturais.

«Recriando identidades juvenis entre jovens de descendência africana na Área Metropolitana de Lisboa» é o título do artigo de Beatriz Padilla (CIES/ISCTE–IUL). Segundo a autora, os discursos académicos tentam há muito tempo impor o conceito de «segunda geração» aos filhos de imigrantes, com pouca aplicação prática e significado para os envolvidos. No caso dos filhos de imigrantes africanos das antigas colónias portuguesas a viver em Lisboa, observa-se que estes consideram ser portugueses e africanos por razões diferentes. Mesmo que os jovens descendentes de imigrantes gostassem de ser como os outros jovens (nacionais/brancos), eles não o são. Consequentemente, esforçam-se diariamente para construir identidades que não só se encontram entre a África e Portugal, mas também usam elementos geracionais e culturais para se diferenciarem dos outros. À sua maneira, estes jovens tentam ser simultaneamente africanos e portugueses, elaborando identidades complexas que se baseiam na estigmatização social, na discriminação, e nas desigualdades raciais e de género, como estratégia para lidar com as suas experiências quotidianas.

A fechar esta terceira parte, Inês Pessoa (ISCTE-IUL) dá-nos uma visão mais invulgar sobre a questão das migrações e da construção de identi-

dades. No capítulo «Retratos e auto-retratos (in)diferenciados: a população juvenil de Macau sob o olhar de jovens portugueses», a autora incide sobre as representações sociais e os auto e heteroestereótipos de jovens, neste caso de jovens portugueses que emigraram para a antiga colónia portuguesa de Macau. De acordo com a autora, na década de 80 e 90 do século xx, o modelo de integração dos jovens portugueses que se estabeleceram em Macau com os pais revelou contornos tendencialmente comunitários, sendo caracterizado pela familiaridade geral entre compatriotas, com interacções estreitas e regulares nos espaços públicos e privados, simultânea com uma relação distante com a população local. Apesar de alimentado por diversos factores, infere-se que este modelo comunitário foi, em grande medida, induzido pelas perspectivas que os jovens portugueses construíram sobre a população chinesa e macaense, uma vez que os atributos sociais e culturais que objectiva e subjectivamente os diferenciavam foram amplificados. Esses retratos diferenciados sobre os «outros» resultam simultaneamente em auto-retratos indiferenciados da «juventude» portuguesa que, à primeira vista, ocultam a existência de fronteiras intracomunitárias e um conjunto de denominadores comuns entre os jovens portugueses e os seus pares macaenses e chineses. O capítulo é baseado em histórias de vida de jovens com idades compreendidas entre 15 e 34 anos, concentrando-se principalmente sobre as representações sociais construídas sobre os povos chinês e macaense, e partindo do pressuposto de que quando retratam os «outros» estes jovens encontram-se também num processo de auto-retrato.

A Parte IV do volume, «Sociabilidades e tecnologias: o que há para comunicar?», aborda questões relacionadas com as culturas juvenis, estilos de juventude e, nomeadamente, a utilização por parte dos jovens das novas tecnologias de informação e comunicação nas suas práticas de sociabilidade. As transições para a vida adulta não são apenas determinadas pela educação, formação, participação no mercado de trabalho ou independência residencial. São também configuradas pelas culturas e pelos estilos de vida dos jovens. Alguns deles são anárquicos (como aqueles que surgiram com a revolta de 1968 ou que pertencem às actuais culturas juvenis *punk*), outros são autoritários (como por exemplo a cultura *skinhead*), outros são bastante «adaptados», com uma orientação *mainstream*. As culturas juvenis expressam estilos de vida do tempo de juventude particularmente através dos visuais, valores e práticas a que os jovens aderem.

Além disso, cruzando todos esses aspectos das culturas juvenis nos tempos actuais, surge a participação generalizada dos jovens na comunicação digital. Neste contexto, e entre os diversos rumos até à idade adulta, apa-

recem novas formas de agregação e segregação social. A Parte IV do volume concentra-se em alguns destes temas e aborda especificamente a questão das tecnologias de informação digital e a sua influência sobre os novos estilos de comunicação e sociabilidade dos jovens. As questões centrais analisadas referem-se às novas formas de sociabilidade que emergem da utilização por parte dos jovens das novas tecnologias de informação e comunicação e dos conteúdos que são comunicados através deles.

No seu capítulo «Tarzan, Peter Pan, Blade Runner: relatos juvenis na era global», Carles Feixa (Universidade de Lleida) usa estas três bem conhecidas histórias literárias e cinematográficas como metáforas para analisar diferentes formas de sociabilidade nas culturas juvenis actuais. Tarzan, Peter Pan e Blade Runner são três histórias literárias e de cinema que moldaram a imaginação de gerações. Existem três modelos que nos permitem reflectir sobre as modalidades de «socialização» em diferentes culturas. Mas também podem ser modelos para reflectir sobre a relação entre as novas tecnologias e o desenvolvimento humano. O primeiro modelo, a síndrome de Tarzan, foi inventado por Rousseau, no final do século XVIII e durou até meados do século XX. De acordo com este modelo, o adolescente seria o bom selvagem que inevitavelmente necessita de ser civilizado, aquele que contém todo o potencial da espécie humana mas que ainda não o desenvolveu porque continua a ser puro e incorruptível.

O segundo modelo, a síndrome de Peter Pan, foi inventado pelos adolescentes felizes no pós-guerra e tornou-se dominante na segunda metade do século XX, em grande medida graças ao potencial da sociedade de consumo e do capitalismo. O terceiro modelo, por fim, baseado no que Feixa designou síndrome de Blade Runner, surge nesta viragem final do século e está destinado a tornar-se um modelo dominante na sociedade do futuro. A partir do momento em que novos filmes, baseados no filme de Ridley Scott, começam a surgir, os adolescentes sonham com seres artificiais, metade homens e metade robôs, divididos entre a obediência aos adultos que lhes deram vida e a vontade de emancipação. Isto é ilustrado pela história de vida de um jovem *tecnokid* que fala sobre jogos de vídeo, telemóveis, *chats* e expressa a metáfora da replicação da sociedade informacional comum.

José Alberto Simões (CESNova/FCSH-UNL) relaciona a análise da juventude moderna com os produtos culturais dos jovens. Na sua intervenção «Internet, *hip-hop* e circuitos culturais juvenis», o autor discute o tema das actividades culturais no domínio da música *hip-hop*, olhando para estas como exemplo de múltiplas formas e circuitos de comunicação que os jovens construíram com base em práticas culturais diferentes. Ba-

seado em dados empíricos recolhidos entre 2003 e 2006, o artigo foca principalmente a diversidade das formas de expressão existentes e a pluralidade que significados e circuitos de comunicação podem assumir para os jovens no que concerne a manifestações *off-line* e *on-line* de *hip-hop*. É neste contexto que o autor analisa os circuitos de comunicação e as redes culturais que os jovens estabelecem na ligação entre os espectáculos de rua «ao vivo» e participação na internet.

A relação entre a sociabilidade real e virtual nas amizades *on* e *off-line* com pares constitui a questão principal de João Teixeira Lopes (Universidade do Porto), na sua intervenção sobre «Modos de comunicar: viagens entre o real-virtual e o real-real». O ponto de partida da sua análise é uma teoria da prática que admite e valoriza a pluralidade e a complexidade disposicional e contextual. A partir deste posicionamento teórico e afastando-se de visões essencialistas, o autor pretende demonstrar as vantagens da «sociologia relacional» para a análise dos modos de comunicação complexos dos jovens de hoje. O autor articula diferentes práticas de comunicação dos jovens e os suportes técnicos que utilizam com os contextos sociais e áreas de actividade dos diferentes actores participantes em tais processos de comunicação. Neste quadro são realçados os processos de aprendizagem transversalmente induzidos através de novas tecnologias relacionais de informação e comunicação. É dada ênfase às formas plurais de articulação em ausência ou em presença no intercâmbio entre as práticas de comunicação «real-real» ou «real-virtual». Para este efeito o autor propõe o conceito de *modos de comunicação* para sustentar a dimensão de agência, isto é, a relevância do indivíduo neste processo.

A Parte IV do volume, «Corpos e sexualidades: que prazeres e riscos?», é dedicada à análise dos novos significados subjectivos que os jovens actualmente associam ao corpo e à sexualidade, ao prazer e ao risco. A juventude é tradicionalmente definida como um período de «transição» e «experimentação» também no que se refere ao corpo e à sexualidade, aos desafios e aos riscos que, nesta dimensão da vida, assumem e enfrentam. Esta fase constitui um período de iniciação, de tentativa e erro, às vezes decorrente de uma volatilidade romântica e sexual, outras decorrente de um comportamento anómico, não conformista ou anti-social. Uma fase que reflecte a autoconstrução, juntamente com a definição geral de relacionamento amoroso e desejo, assim como a clarificação das fronteiras com os outros. Estes aspectos centrais da vida dos jovens foram muitas vezes subestimados ou «esquecidos» na análise sociológica da juventude. Daí ter sido particularmente importante para os organizadores deste livro

iniciar uma discussão sobre estes temas e, em particular, sobre a questão da importância e os significados que os jovens actualmente atribuem aos seus próprios corpos, à sexualidade e aos comportamentos de risco. Nesta Parte V do volume diferentes autores reflectem sobre estas questões a partir de várias perspectivas.

A contribuição de Vítor Sérgio Ferreira (ICS-UL) «Dar o corpo à juventude: o *corpo jovem* e os jovens nos seus corpos», lança a discussão desses temas. Baseado numa sistematização dos poucos estudos sociológicos em torno de questões relacionadas com o corpo e sua relação com os jovens, o objectivo desse texto consiste em compreender o poder heurístico deste «novo» objecto nos estudos sobre juventude. Nesta perspectiva, o autor analisa o papel do corpo na vida actual dos jovens a par da relevância deste novo «objecto» para a investigação no domínio da juventude. Segundo ele, as transições do curso de vida têm uma visibilidade imediata na leitura social do corpo. «Ser jovem» é um tempo socialmente construído, mas codificado na carne. Uma fase que dura cada vez mais tempo e que os indivíduos se esforçam por fazer perdurar o mais possível, tendo em conta as actuais promessas mercantis da juvenilização do corpo. Um indivíduo é jovem quando começa a parecer jovem, e transpõe a condição juvenil quando deixa de (conseguir) parecê-lo. Existe uma normatividade que define a *figura* do jovem, uma normatividade que, em grande medida, é estabelecida por critérios de ordem corporal. A figura do «corpo jovem» é hoje a corporalidade de referência e reverência, sendo um corpo celebrado em elementos visuais, movimentos e sensações, onde se misturam prazeres e riscos.

Uma visão bastante «clássica» da sexualidade dos jovens é dada por Pedro Moura Ferreira (ICS-UL) na sua contribuição «A sexualidade dos jovens portugueses – práticas sexuais numa perspectiva comparada». O autor descreve práticas sexuais de jovens, entendendo-as como um aspecto de um processo de aprendizagem e experimentação através do qual se torna possível compreender algumas dimensões da cultura sexual juvenil, bem como o perfil das relações entre homens e mulheres que caracterizam a actual geração. A abordagem quantitativa do autor é uma contribuição importante, visto que dados sobre a sexualidade de jovens, quer em Portugal quer no contexto de outros países europeus e iberoamericanos, são relativamente escassos, tornando difícil obter uma perspectiva ampla sobre a diversidade dos percursos e de situações sexuais que se desenvolvem nesta fase da vida. O capítulo pretende deslindar a diversidade das trajectórias sexuais de uma geração situada na faixa etária dos 16 aos 24 anos. A experiência sexual é vista não só do ponto de vista

social, mas também das dimensões que a caracterizam: acções, relacionamentos e significados.

Vanda Aparecida da Silva (CRIA/ISCTE-IUL), por seu lado, analisa a sexualidade dos jovens do ponto de vista etnográfico e qualitativo. No capítulo sobre «Interdições e prazeres: estigma, vergonha e constrangimentos», a autora reflecte e analisa episódios e relatos de rapazes e raparigas sobre a sua iniciação sexual. A sua intenção é discutir o papel e o peso das interdições na experiência da sexualidade. A este respeito, aspectos históricos da sociedade portuguesa são considerados para reflectir em que medida a remanescência de uma natureza proibitiva e punitiva legitima os discursos de interdições/proibições nos comportamentos que envolvem a sexualidade (considerando a cultura de prevenção relativamente a DST/SIDA), e não consideram simultaneamente a linguagem de contextos específicos e particularidades que evoca inseguranças, desejos e emoções. A questão que se coloca é saber se a retórica da proibição, ao mesmo tempo que reforça o papel das instituições sobre «arbitragem social», também tem em linha de conta os processos de estigmatização, vergonha e intimidação, reforçando ideias marcadas por tabus e interdições na vida afectiva e sexual dos sujeitos sociais.

Concluindo esta parte do livro, Carla Machado, Ana Rita Dias, Sónia Caridade (Universidade Fernando Pessoa) e Sónia Martins (Universidade do Minho) analisam a violência sexual nas relações íntimas e a forma como este problema é retratado pelos discursos dos meios de comunicação. A sua contribuição sobre «Violência sexual na intimidade: dos comportamentos e atitudes dos jovens aos discursos dos *media*» é o resultado de um projecto de pesquisa sobre violência em relações de namoro juvenil, que resume quatro estudos sobre a violência sexual nos relacionamentos íntimos de jovens. Estes estudos identificam a prevalência da violência sexual entre a população juvenil portuguesa, nomeadamente no contexto dos seus relacionamentos íntimos, e permitem perceber os significados que os jovens atribuem a estas formas de violência, compreender a forma como esta violência diz respeito às concepções sobre amor, romance e intimidade dos jovens, e situar estas experiências num contexto sociocultural mais vasto, nomeadamente através da análise de discursos de meios de comunicação dirigidos ao público juvenil (revistas, séries televisivas) sobre relacionamentos de namoro juvenis e sexualidade.

A Parte VI do volume, «Cidadania e participação política: inclusões ou exclusões?», aborda questões ligadas à cidadania dos jovens, nomeadamente a sua inclusão ou exclusão na/da vida social e política. A impaciência e o tédio face a compromissos políticos e de cidadania são rótulos

frequentemente usados para caracterizar o envolvimento político dos jovens. Estas questões desempenham um papel central no quadro do debate público sobre percursos de jovens para a vida adulta e o desenvolvimento da sociedade civil. O Eurobarómetro sobre Jovens Europeus 2001 e 2007 (The Gallup Organization 2007), o Livro Branco sobre a Política Europeia de Juventude da Comissão Europeia (2001) e as conclusões do Conselho de Ministros da UE sobre a Juventude em 25 de Novembro de 2003, referidas no Livro Branco, consideram as questões da participação e da cidadania como um tema central para o desenvolvimento da União Europeia. A sua relevância refere-se não só à questão da integração social da geração seguinte, mas também à questão dos processos de desintegração relativos aos três modos principais de integração na sociedade: o sistema de segurança social, o mercado de trabalho e as instituições democráticas (Gaiser e de Rijke 2008). Diferentes investigadores destes assuntos foram então convidados a colocar as suas questões e a apresentar os seus resultados e interpretações sobre algumas destas problemáticas.

Isabel Menezes (Universidade do Porto) abre esta parte com uma abordagem da interacção social como o cerne da política. No seu capítulo «Da (inter)acção como alma da política: para uma crítica da retórica 'participatória' nos discursos sobre os jovens», a autora analisa o contraste existente entre discursos públicos sobre os jovens e as suas possibilidades de participação efectiva na sociedade. Ela considera que a invocação intensiva da «cidadania» como traço distintivo das sociedades contemporâneas assume crescentemente os contornos de personagem mitológica. Mas do ponto de vista de outros, a participação dos jovens está em crise num duplo sentido, uma vez que as formas convencionais de envolvimento político se encontram em declínio, ao mesmo tempo que novas formas de envolvimento nas *polis* estão a aumentar. No entanto, há uma tendência para discursos políticos, sociais e académicos relacionados com a participação juvenil suporem que a participação é sempre boa e resulta sempre em objectivos pessoais e sociais positivos. Com menor frequência, a pesquisa revela que a participação tem um impacto negativo ao reforçar o preconceito, o cepticismo ou a fragmentação social. A implicação é que a participação não é inerentemente boa e que a nossa análise teórica e empírica da participação dos jovens deveria abordar critérios relevantes que representam os benefícios da participação.

Jorge Benedicto (UCM-UNED) continua a discussão sobre estas questões na sua contribuição «Transições juvenis para a cidadania: análise empírica de identidades cidadãs», com uma versão alargada do conceito de

transição que, na sua opinião, deve incluir diferentes aspectos ligados ao conceito de cidadania. Com base em dados empíricos, o capítulo aborda principalmente a forma como diferentes jovens espanhóis experimentam e pensam a sua integração cívica e como desenvolvem «identidades de cidadão». Com base no discurso de jovens, o texto analisa diferentes pontos de vista de jovens sobre os seus processos de integração sociopolítica, a sua posição na sociedade e a forma como se vêem enquanto cidadãos. De acordo com o autor, a perspectiva dinâmica fornecida pela abordagem da transição deverá contribuir não só para a análise da passagem para a vida adulta com referência ao trabalho ou ao domínio privado, mas também para a sua integração como membros de uma comunidade e sua integração sociopolítica como cidadãos.

Jesús Sanz Moral (ICS-UL), no seu capítulo «A participação política dos jovens portugueses: integração, participação, representatividade e legitimidade institucional», salienta que diferentes estudos têm enfatizado ultimamente a emergência de uma variedade de novas formas de participação política entre os jovens. Em tais estudos, os jovens aparecem cada vez mais afastados de formas institucionais de participação, «preferindo» participar através de formas não convencionais, desestruturadas, pontuais e eventuais. Mesmo se isso fosse verdade, diz o autor, o problema de representatividade e legitimidade das instituições democráticas ainda persiste. Com base nos dados de uma pesquisa realizada recentemente em Portugal, em que o autor tem estado envolvido, e concentrando-se nas diferenças de tipo e intensidade do comportamento participativo entre jovens e adultos, o texto apresenta os resultados com o objectivo de estabelecer se tendências e teorias que postulam uma espécie de «redemocratização» das sociedades ocidentais são também visíveis em Portugal.

Elísio Estanque (CES-UC) encerra esta parte do livro com uma contribuição sobre «Cultura estudantil, 'Repúblicas' e participação cívica na Universidade de Coimbra». Começando com uma análise histórica do desenvolvimento da «juventude» como uma categoria social no contexto da revolução industrial, o autor analisa as tendências de mudança da juventude num universo de alunos, designadamente no contexto dos movimentos sociais da década de 1960 (na Universidade de Coimbra e no estrangeiro). O objectivo é chegar a uma melhor compreensão dos impactos dessas lutas nas formas actuais de participação e filiação nas associações de estudantes. A hipótese principal consiste em entender a crescente indiferença dos estudantes relativamente a activismos cívicos e políticos. É importante prestar atenção aos processos de mudança estruturais na sociedade portuguesa, por um lado, e olhar para essas experiên-

cias históricas na criação da identidade do estudante de Coimbra, por outro. Especial ênfase é colocada em aspectos como: a tradição festiva e ritual da Academia, o papel desempenhado pela União de Estudantes e a importância da sua actividade e participação nas acções desenvolvidas por associações e em protestos públicos.

A Parte VII do volume, «Políticas públicas: que fazer?», a última secção do livro, foca políticas públicas de juventude e especificamente o que tem sido feito e o que se deve fazer nas diferentes regiões do mundo. As políticas de juventude, por si só, dependem da definição e dos conceitos de juventude que, por sua vez, são fruto de tradições nacionais e históricas. A este respeito, uma dimensão importante na análise dos conceitos políticos da juventude é a percepção dos jovens como *recurso* ou como *problema*. A imagem da juventude como um recurso enfatiza os aspectos positivos da juventude enquanto representante do futuro da sociedade. Portanto, os jovens devem dispor das melhores oportunidades para um desenvolvimento adequado. Pelo contrário, a percepção da juventude como um problema resulta num entendimento dos jovens como indivíduos vulneráveis que necessitam de medidas de protecção, e da sociedade enquanto instância que tem de ser protegida por meio de medidas preventivas e interventivas.

Outra importante dimensão de análise das políticas de juventude prende-se com as percepções desta enquanto área política autónoma, focando as suas intervenções sobre certos aspectos específicos das actividades juvenis, ou enquanto política intersectorial coordenada influenciando todos os aspectos da vida dos jovens. Neste caso, o principal objectivo é melhorar as condições de vida dos jovens e ajudá-los a alcançar um equilíbrio aceitável entre a vida profissional e a familiar. A nova palavra-chave nesta perspectiva é uma política de juventude baseada em *evidência*, nomeadamente evidência científica. A forma como estas e outras questões estão a influenciar o debate sobre políticas de juventude na Europa e no espaço ibero-americano são ilustradas nesta última parte do livro através da apresentação e análise da evolução histórica de diferentes estratégias de políticas de juventude em diferentes contextos económicos, sociais, políticos e culturais, nomeadamente o inglês e o mexicano. Desta forma, o livro oferece contributos sobre diferenças e semelhanças acerca de como as necessidades e os problemas dos jovens estão a ser politicamente geridos em diversas regiões do mundo.

Bob Coles (Universidade de York) descreve no seu capítulo «O desenvolvimento recente da política de juventude no Reino Unido (Inglaterra) 1997-2009» as três fases de desenvolvimento das políticas de juventude naquele país: desde a época em que «nenhuma política de juventude»

existia na era pré-1997 até à influência da Unidade de Exclusão Social no ano 2000; a emergência de uma Estratégia de Conexões na viragem do milénio (2000-2005); até ao submergir da política de juventude no âmbito da política mais geral sobre crianças e jovens no período 2005--2009. O capítulo descreve alguns dos princípios fundamentais que inspiraram a evolução desta política e analisa as principais estruturas a nível nacional e local, bem como as principais agências e grupos profissionais envolvidos. Os seus temas principais concentram-se em torno de abordagens de políticas holísticas e parcerias multi-agências, concluindo com as principais lições e as implicações internacionais mais abrangentes.

José Antonio Pérez-Islas (Universidade Nacional Autónoma do México), analisa o desenvolvimento de políticas de juventude no México e outros países da América Latina nas últimas décadas. Na sua intervenção «Filmes antigos, novos actores: políticas de juventude na América Latina perante um novo panorama juvenil», o autor reconstrói marcos históricos, abordagens e modelos de política de juventude no México, concentrando-se em seguida na situação actual. Os programas e políticas de juventude costumavam ser considerados como parte integrante de outras políticas, programas e acções. Há alguns anos estes encontravam-se particularmente focados na educação, enquanto presentemente se assiste a uma orientação em torno de critérios sociais compensatórios. Essa subordinação tem dificultado a continuidade das políticas públicas de juventude e impedido progressos, sobretudo na criação de grupos especializados e profissionais que incentivem e projectem políticas e programas inovadores para a acção governamental neste campo. No que diz respeito às mudanças contemporâneas, face ao aumento da complexidade social no domínio da juventude (contextos de globalização, crise financeira, de institucionalização da fragmentação pública e social), nenhuma construção conceptual ou operacional foi feita no sentido de evitar os equívocos da imagem pública da juventude e a exclusão social dos jovens. Actualmente, estes enfrentam um conjunto de riscos e desafios sem precedentes, incluindo a diminuição considerável das suas possibilidades económicas e sociais. Além disso, as políticas públicas e programas destinados a jovens continuam a ser de ordem punitiva e orientados por uma cultura de controlo e de suspeita. O capítulo aborda as concepções implícitas nas políticas e nos programas de juventude na região da América Latina, desafiando a orientação dominante. Ao abordar estas questões de forma crítica, surgem novas perguntas-chave.

As diferentes contribuições apresentadas e resumidas nesta introdução mostram de forma impressionante a diversa produção científica desen-

volvida em Portugal e noutros países europeus e ibero-americanos na área da juventude e das políticas de juventude. O livro, no seu todo, abrange as principais áreas e questões sociais relevantes ligadas à vida dos jovens nas sociedades modernas e de modernidade tardia, esclarecendo não apenas discussões conceptuais e empíricas, mas, também, discussões sobre políticas de juventude no âmbito destas temáticas. As contribuições apresentadas fornecem aos peritos, aos decisores políticos e a outros interessados, informação de elevada qualidade, bem como conhecimentos sobre a vida dos jovens, suas condições sociais de crescimento, suas orientações simbólicas, suas actividades culturais e seus comportamentos sexuais. Ao fazê-lo, este livro ajuda a melhorar o conhecimento de todos os intervenientes no domínio da juventude, educação e política de juventude sobre as necessidades específicas, os problemas, interesses, reivindicações e subjectividades dos jovens nos seus processos de transição para a vida adulta.

Além de difundir conhecimentos sobre questões específicas relacionadas com a juventude nas sociedades modernas e de modernidade tardia, é objectivo dos organizadores deste livro informar a acção de todos os actores envolvidos nos campos da política de juventude e do trabalho com os jovens (nas áreas da educação, cultura, emprego e apoio social), considerando o quadro dos desafios que os jovens, hoje, têm de enfrentar. Enfrentam-nos enquanto transitam por novos e diversos rumos para a idade adulta, que exigem não apenas abordagens de investigação e paradigmas inovadores para a sua melhor compreensão, mas também respostas políticas criativas e plurais no sentido de garantir o sucesso biográfico e a integração social dos jovens.

Agradecimentos

Gostaria, por fim, de expressar o meu agradecimento e reconhecimento às pessoas e instituições que possibilitaram esta publicação. Em primeiro lugar aos autores, por disponibilizarem os seus conhecimentos e o seu tempo a este projecto. Em segundo lugar, aos organizadores da conferência internacional comemorativa dos 20 anos de trabalho de elevada excelência do Observatório Permanente de Juventude (OPJ), no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa. Em particular, ao Prof. Dr. José Machado Pais, que foi o coordenador do OPJ até 2010, e ao Prof. Dr. Vítor Sérgio Ferreira, seu assessor e, actualmente, vice-coordenador do OPJ. Por fim, os agradecimentos estendem-se ainda à Dr.ª Mónica Saavedra,

pelo imprescindível apoio editorial que concedeu na organização desta publicação; à equipa de tradutores responsável pela tradução dos textos estrangeiros para a língua portuguesa, em particular ao Dr. Carlos Duarte, que a coordenou; a toda a equipa da Imprensa de Ciências Sociais, inclusive aos seus *referees*, cujas sugestões e críticas aos manuscritos foram tomadas em consideração pelos organizadores e autores. Sem o trabalho de tod@s, a edição deste volume não teria sido possível.

Referências

Beck, U. 1986. *Risikogesellschaft. Auf dem Weg in die Moderne*. Frankfurt: Suhrkamp.

Bendit, R. 2008. «Youth and the future: growing up in the context of globalization and social Change». In *Youth Transitions: Processes of Social Inclusion and Patterns of Vulnerability in a Global World*, eds. René Bendit e Marina Hahn-Bleibtreu. Opladen & Farmington Hills: Barbara Budrich Publishers, 27-40.

Blossfeld, H.-P. *et al.,* eds. 2005. «Globalization, Uncertainty and Youth in Society». GLOBALIFE, Life Courses in the Globalization Process. Londres e Nova Iorque.

Castells, M. 1997. *The Power of Identity*. Malden, Oxford e Victoria: Blackwell.

Gaiser, W., e Johann de Rijke. 2008. «Political participation of youth: young Germans in European context». *Asia Europe Journal, special edition: Youth in Asia and Europe,* 5 (4): 541-555.

Giddens, A. 1990. *The Consequences of Modernity*. Cambridge: Polity Press.

European Commission. 2001. *European Commission White Paper: A New Impetus for European Youth*. Brussels, COM (2001) 681 final.

Hornstein, W. 2008. «Youth, youth politics and youth research in the process of globalization». In *Youth Transitions: Processes of Social Inclusion and Patterns of Vulnerability in a Global World*, eds. René Bendit e Marina Hahn-Bleibtreu. Opladen and Farmington Hills: Barbara Budrich Publishers, 41- 51.

Mörch, S. 1993. *Youth- Life: Its Construction, Use and Change*. Psykologisk Laboratorium. Copenhagen.

Mörch, S. 1998. «What is youth?». In *European Youth Trends 1998: Report by the National Youth Research Correspondents*, ed. Council of Europe [CEJ/ Recherche (98) 2], 5-7.

Münchmeier, R. 1992. «Die unterschiedlichen 'Jugenden in Europa'». In *Jugend 2000: Trends – Analysen – Perspektiven*, Hg. Wolfgang Lenz. Bielefeld: Bertelsmann Verlag, 215-230.

The Gallup Organization. 2007. *Young Europeans: A Survey Among Young People Aged between 15-30 in the European Union*. Analytical Report. Flash Eurobarometer no. 202. http://ec.europa.eu/public_opinion/flash/fl_202_en.pdf.

Parte I
Trajectórias e transições: que rumos?

Enrique Gil Calvo

Capítulo 1

A roda da fortuna: viagem à temporalidade juvenil

Introdução

O conceito de juventude alude a uma categoria temporal, quer a percepcionemos enquanto faixa etária, quer como geração ou etapa biográfica. E, na temporalidade juvenil, convém distinguir dois conceitos interrelacionados: o de trajectórias e o de transições. A trajectória é o itinerário completo que o jovem traça desde que começa a sê-lo, a partir do momento em que abandona a sua infância, até que o deixa de ser, quando entra na idade adulta. Esta trajectória desenha um todo unitário cuja história natural começa com o nascimento do jovem, após o parto da sua adolescência, e culmina com a sua morte, da qual renasce como adulto. E, por transições, cabe entender cada um dos episódios consecutivos em que se decompõe essa trajectória, sucedendo-se como fases transitórias ao longo do ciclo de vida juvenil: escolaridade, procura de emprego, início da carreira profissional, namoro e casamento, constituição de família, conquista da posição adulta...

A distinção entre ambos os conceitos relacionados também se pode ilustrar entendendo a trajectória como uma estratégia e as transições como tácticas. A trajectória é o resultado último da estratégia pessoal adoptada como bússola durante a juventude para planificar a construção do futuro adulto, identificado com certos objectivos estatutários e de mobilidade social (Gil Calvo 2001). Por sua vez, as transições juvenis são as tácticas esgrimidas a curto e médio prazo com vista a tentar alcançar, à luz das oportunidades disponíveis, os objectivos estratégicos previamente adoptados. Ora bem, seja num sentido ou noutro, ambos os conceitos incluem um certo cálculo temporal, pensado a longo prazo no caso das trajectórias e a curto e médio no caso das transições. Daí que se

possa entender a sua relação mútua à semelhança da fábula da cigarra e da formiga: esta última é especializada em trajectórias, enquanto vigia que calcula estrategicamente o seu destino futuro adiado no tempo, ao passo que a primeira é perita em transições, dada a sua míope táctica de viver cada dia.

Mas quando se trata de comparar tempos, antes de começar a distinguir trajectórias e transições, convém focar brevemente a atenção, em jeito de preâmbulo, em duas modalidades distintas da magnitude tempo, tal como as diferenciou o célebre biólogo evolucionista Stephen Jay Gould (1992). Por um lado, está o vector ou a *seta do tempo*, que é o sentido finalista, irreversível e teleológico que conduz a contínua passagem do tempo linear, quando os momentos sucessivos se encadeiam numa sequência ordenada por relações de causa e efeito que apontam para uma direcção predeterminada. Assim acontece com a filosofia da história centrada na meta do progresso, com a teoria da evolução selectiva das espécies, com a teoria sociológica da modernização e com o conceito central da sociologia da juventude, que é o processo de emancipação juvenil vista como integração adulta.

E, por outro lado, temos o ciclo ou a *roda do tempo*, que descreve a recorrente reversibilidade do tempo circular, quando as suas periódicas variações momentâneas oscilam para comporem, ao agregar-se, um equilíbrio estacionário que não se desloca numa direcção definida. Assim acontece com os ciclos diários, semanais, lunares e estacionais (anuais considerados como solares), com os ciclos astronómicos e económicos e com aquelas teorias da história e da sociedade que resistem em reconhecer-lhes um destino final: «um conto narrado por um idiota [...], mas que nada significa» (Shakespeare), o «eterno retorno do mesmo» (Nietzsche), «nunca há nada de novo sob o sol [...]» (Giddens), etc.

Pois bem, esta dicotomia temporal também pode aplicar-se ao tempo da juventude, e mais especificamente às trajectórias e transições juvenis. É o que me proponho fazer aqui, ao sugerir que estamos a assistir a uma metamorfose das estratégias e das tácticas dos jovens, que, até há pouco, eram de tipo linear, finalista e progressivo (seta do tempo), ao estarem programadas para gerar a sua futura inserção adulta, mas que agora se tornaram circulares, estacionárias e auto-referenciadas (roda do tempo), podendo tornar-se, eventualmente, disfuncionais (ou mais neutralmente não funcionais) na medida em que deixam de servir para programar a futura integração adulta.

Para isso, dividirei a minha exposição em três partes. Na primeira, relatarei as mudanças da estrutura social que explicam a presente metamor-

fose da temporalidade juvenil. Na segunda, analisarei a mudança das trajectórias juvenis, que deixaram de ser lineares e teleológicas para serem circulares e contingentes. Na terceira, centrar-me-ei nos mecanismos de transição para a vida adulta, os quais, tendo em conta a sua inconsequência, deixaram de ser necessários, decisivos e cruciais para se tornarem acessórios, irrelevantes e banais. E, na última, descreverei a nova paisagem de segregação juvenil que parece abrir-se perante a vista como efeito emergente desta temporalidade circular.

Desestruturação e perda de estatuto social

Para sintetizar uma introdução histórica, convém separá-la numa sequência de três fases diferenciadas. Comecemos pela velha sociedade industrial, construída entre 1850 e 1950, com uma sólida, rígida e hierárquica estrutura de classes. Naquela altura, os itinerários juvenis traçavam uma trajectória de classe que estava *predeterminada* pela posição ocupada pela família de origem, sem margem para a mobilidade ascendente. Assim, cada jovem estava predestinado a alcançar o estatuto prescrito pela sua origem de classe. E, em consequência, cada classe social (de um lado, camponeses, operários e empregados; do outro, proprietários, profissionais e empresários) possuía o seu próprio modelo segregado de transição para a vida adulta, sem outro comum denominador além da universal discriminação feminina. Ora, apenas as classes burguesas atrasavam a emancipação dos seus filhos varões, que prolongavam a sua juventude socializando-se na subcultura estudantil. Em contrapartida, nas classes subordinadas, a juventude durava muito pouco tempo, pois a inserção adulta ocorria em idades muito precoces com recurso a rituais segregados característicos de cada subcultura de classe.

Após a II Guerra Mundial, a solidez da estrutura de classes permeabilizou-se bastante, abrindo-se um grande espaço para a mobilidade social. Isto foi possível graças ao crescimento dos salários reais, que aburguesou a classe operária integrando-a na sociedade de consumo de massas, e sobretudo pela universalização do Estado-Providência, que prolongou e democratizou a escolarização académica garantindo a igualdade de oportunidades entre todos os jovens e tornando o ideal da meritocracia cada vez mais credível. Em consequência, os filhos das classes trabalhadoras acumularam capital humano e tiveram acesso à universidade, conseguindo escalar posições muito mais elevadas do que as dos seus pais na estratificação social. Foi desta forma que a trajectória juvenil começou a

emancipar-se da origem de classe, passando a estar *autodeterminada* pelo esforço pessoal de cada jovem em função do seu rendimento académico. Deste modo, as diversas transições para a idade adulta, antes segregadas por classe social, começaram a homogeneizar-se, ficando diluídas no denominador comum de uma subcultura juvenil produzida pela indústria do lazer e consumida entre os grupos de pares: uma subcultura juvenil cada vez mais universal que, a partir da sua origem estudantil, passou a definir-se pelo culto do lazer hedonista (sexo, drogas e *rock and roll*) e pelo desprezo do trabalho manual (Coleman e Husén 1989).

No entanto, após o impacto da crise económica internacional que se saldou com a chegada da globalização (primazia do capitalismo financeiro), a ora sociedade pós-industrial começou a desestruturar-se por efeito da mobilidade geográfica (fluxos migratórios) e da precariedade laboral (deslocalização e externalização do trabalho temporário) para se fragmentar e dissolver na chamada modernidade líquida (Bauman 2002). Assiste-se assim a uma nova divisão em classes sociais que já não é estrutural, rígida, nem estável, mas antes conjuntural, volátil e de geometria variável, pois as suas múltiplas linhas divisórias *(cleavages)* deslocam-se e recompõem-se paralelamente às crises cíclicas cada vez mais recorrentes, libertando os sujeitos da sua anterior ancoragem vitalícia às posições de classe que ocupavam para passar a andar livremente, impulsionados por forças de mercado que o Estado já não consegue controlar. Não obstante, após a sua aparente confusão desestruturada, esta nova estratificação social apresenta quatro características muito significativas.

A primeira é a progressiva generalização do trabalho feminino em todos os sectores da economia, como consequência do sustentado incremento do capital humano das mulheres. Esta tendência de longo alcance está muito longe de se consumar, pois onde mais se intensificou, no Norte da Europa e da América, continua a persistir, de modo residual embora muito resistente, uma grave segregação profissional e uma injusta discriminação salarial por razão de género. Mas, apesar disso, o acesso das mulheres ao espaço público levou a que, pela primeira vez, fosse possível emanciparem-se da sua anterior submissão familiar graças à sua nova independência económica, permitindo-lhes autogerir o seu casamento e a sua fecundidade para dar lugar às novas formas de família monoparental com pai ausente, o que contribuiu para erodir a tradicional dominação masculina, determinando a progressiva desautorização da figura paterna.

A segunda característica, de grande visibilidade mediática, é o rápido aparecimento de novos estratos de imigrantes recém-chegados, com emprego em actividades manuais (agricultura, construção) e em serviços pes-

soais (hotelaria, limpeza, tratamento de menores e idosos), que passam a ocupar os degraus inferiores da pirâmide social, onde começam a engrossar as bolsas urbanas de exclusão social a par dos segmentos autóctones mais prejudicados pela globalização pós-industrial (desempregados de longa duração, mães solteiras com encargos familiares, etc.). E o seu impacto sobre a opinião pública é ambivalente, pois se por um lado se incrementa o risco de conflituosidade social (dada a sua concorrência com os autóctones no acesso aos serviços públicos: saúde, ensino, habitação, etc.), por outro, a sua presença como nova classe de serviço levou a que todos os demais sectores sociais pensem experimentar uma certa mobilidade ascendente em termos relativos, fazendo que os antigos operários e a pequena burguesia se considerem, por comparação, uma classe média acomodada.

Nesta linha, a terceira característica politicamente decisiva é a perda de estatuto dos assalariados, o que explica a paulatina decadência da esquerda. Paralelamente à pronunciada descida da população ocupada em actividades industriais, foram-se decompondo também as redes de solidariedade das classes trabalhadoras, com abandono dos seus sinais de identidade ideológica e com perda progressiva da sua consciência de classe, que se vê substituída pelo retorno do niilismo anti-sistema, pelo radicalismo pequeno-burguês e pelo oportunismo arrivista do «salve-se quem puder». Daí que muitos antigos eleitores de partidos comunistas e socialistas transfiram hoje o seu voto para formações nacionalistas, populistas ou xenófobas, reforçando a tendência para a direita do eleitorado.

Finalmente, a característica sociológica mais recente é o que se chamou o fim ou a crise da classe média (Gaggi e Narduzzi 2006; Bologna 2006), derivada da perda de poder aquisitivo e de prestígio e influência que estão a sofrer os funcionários públicos, administrativos, professores e profissionais urbanos, com a consequente desvalorização do seu capital social (Putnam 2002). Este fenómeno deve-se à crescente saturação dos canais de mobilidade ascendente, dada a massificação dos estudos universitários, o que propiciou o colapso da meritocracia (Sennett 2006).

Actualmente, para se situar e ascender socialmente, de pouco serve a rede de influências e relações sociais dos progenitores, cujo capital social já não se pode herdar ao ficar amortizado pela reconversão económica. E também não bastam os títulos académicos que creditam o jovem como profissional qualificado, cuja desvalorização pesa como uma laje sobre as oportunidades de integração dos jovens. É o fenómeno dos *mileuristas*, tal como se chama em Espanha aos jovens com alta qualificação académica que apenas acedem a empregos precários de baixo poder aquisitivo,

o que não os deixa emanciparem-se das suas famílias de origem por medo de perder o seu estatuto social. E cada vez mais diminui a rentabilidade económica medida em suplemento salarial extraída dos estudos pós-obrigatórios (formação profissional e universidade), com o consequente abandono precoce dos mesmos para entrar quanto antes no mercado de trabalho (OCDE 2008).

A consequência agregada desta crescente desestruturação social é a chamada individualização (Beck e Beck-Gernsheim 2003) com a consequente perda de estatuto social dos jovens, que já não conseguem reproduzir o estatuto social nem herdar a consciência ideológica dos seus progenitores. Uma perda de estatuto social que afecta tanto os jovens das classes trabalhadoras como os de classe média, já que todos eles experimentam a mesma dificuldade para alcançar ou manter o estatuto que ocuparam na sua infância, enquanto dependiam das suas famílias de origem. Daí que muitos deles optem por prolongar indefinidamente a sua dependência familiar, atrasando a sua emancipação adulta até idades cada vez mais avançadas (Gil Calvo 2002). E esta perda de estatuto social juvenil tem de ser atribuída à crescente incapacidade das famílias para «integrarem» os seus filhos, dado que a drástica reconversão económica e mediática desautorizou os progenitores incapacitando-os na transmissão aos seus filhos do seu próprio capital social e cultural (Flaquer 1999).

Pois bem, esta perda de estatuto social traduz-se no facto de as trajectórias juvenis já não se poderem autodeterminar como antes. Pelo contrário, dada a crescente desestruturação social, actualmente, convertem-se em trajectórias relativamente *indeterminadas*, no sentido em que o seu curso futuro já não se pode predizer com suficiente certeza a partir da origem familiar de classe, como acontecia na sociedade industrial, mas também não se pode assegurar a partir do capital humano pessoalmente incorporado, como veio a ocorrer até há pouco na posterior sociedade meritocrática. E, por sua vez, o curso futuro destas novas trajectórias incertas depende hoje da variação conjuntural de forças globais de mercado que os Estados já não sabem controlar.

Trajectórias contingentes

Neste ponto tenho de retomar a minha anterior metáfora das duas temporalidades antitéticas: a seta do tempo e a roda da fortuna. Tanto as trajectórias juvenis predeterminadas pela origem de classe, típicas da sociedade industrial, como as trajectórias juvenis autodeterminadas, apenas

possíveis na sociedade meritocrática do bem-estar, apresentavam uma morfologia comum de tipo seta do tempo, na medida em que o seu curso temporal apontava com certeza suficiente para um destino último, seguro e previsível, fosse este a reprodução do estatuto familiar herdado ou a carreira profissional correspondente aos méritos académicos acumulados. Mas isto já não é assegurado hoje.

Na actualidade, o destino último da trajectória juvenil já não pode ser garantido nem predizer-se com suficiente certeza, pois a probabilidade de que se reproduza o estatuto familiar originário, ou de que se cumpram os objectivos profissionais expectáveis perante o título académico alcançado, desceu notavelmente. Em consequência, os esforços pessoais investidos para consegui-lo podem parecer comparativamente inúteis, dado que os seus rendimentos relativos resultam menos rentáveis e prestigiosos considerando os que eventualmente se alcançariam por outras vias mais aleatórias, como a aventura migratória, a delinquência clandestina, o desporto de competição, os modelos nas passarelas, a estratégia matrimonial ou a cirurgia estética (como na novela que deu origem à série televisiva *Sin tetas no hay paraíso*, Bolívar 2006). O que faz da trajectória juvenil uma espécie de lotaria ou roda da sorte, onde as probabilidades mais seguras apenas oferecem prémios muito baixos (o magro salário do *mileurista*), enquanto as mais incertas prometem a uns poucos recompensas espectaculares.

Para afastar equívocos, convém deixar claro que as velhas trajectórias industriais, determinadas pela origem de classe, e as recentes trajectórias meritocráticas, determinadas pelos créditos académicos, continuam a dar-se objectivamente na actualidade. De facto, ainda são maioria os jovens que iniciam e desenvolvem uma carreira laboral ou profissional que lhes permite reproduzir e ainda superar o estatuto familiar herdado. Mas junto a eles cresce uma legião de jovens que não o conseguem, a não ser de modo precário e frustrante, ou que fracassam após tê-lo tentado. E também aumenta a lista dos que nem sequer o pretendem, preferindo percorrer atalhos mais promissores mas mais incertos ou aventurados: imigrante, membro de um *gang* juvenil, desportista, actriz, cantor, *hacker*, *freak*, etc. Jogador de sorte, em suma, como corresponde a trajectórias necessariamente contingentes, cujos resultados não podem predizer-se porque não correspondem aos méritos prévios ou aos esforços realizados: não vencem os melhores ou mais esforçados mas os mais sortudos ou mais bem relacionados, apesar de não o merecerem. Uma paisagem juvenil heterogénea e complexa que compõe um mosaico de oportunidades vitais cuja probabilidade relativa de êxito é impossível de calcular. Daí que se imponha uma estratégia de jogador de bolsa que coloca os seus ovos em diferentes cestas para apostar

as suas cartas em todas elas, perante a impossibilidade de predizer como evoluirá o mercado no futuro imediato.

A isto me refiro ao definir as actuais trajectórias juvenis como indeterminadas, na medida em que carecem de bússola inequívoca ou estrela polar pela qual se deixem guiar, se exceptuarmos a aventura migratória atraída como um íman por esse Pólo Norte que representa o Ocidente desenvolvido para o qual se dirige a juventude global (Beck e Beck-Gernsheim 2008). Portanto, dado que já não apontam para um só destino possível, estas estratégias indeterminadas já não podem exibir uma trajectória vectorial de tipo seta do tempo, como faziam antes as trajectórias industriais orientadas pelo passado familiar, ou as trajectórias meritocráticas dirigidas ao futuro profissional. E, por sua vez, estas trajectórias apontam simultaneamente em todas as direcções, sem privilegiar qualquer uma das demais. Na gíria polemológica à francesa, trata-se de uma estratégia *tous les azimuts*, cuja morfologia temporal é do tipo roda do tempo: a roda da sorte, a rosa-dos-ventos.

Isto exerce consequências decisivas sobre o curso inteiro da trajectória juvenil. Quando as trajectórias são vectoriais do tipo seta do tempo, porque apontam para objectivos estratégicos previamente definidos (a reprodução da origem de classe, a mobilidade ascendente por êxito na carreira profissional), as suas etapas constitutivas ou fases de transição soldam-se entre si como elos consecutivos para compor uma cadeia causal que conduz necessariamente à sua conclusão final: a futura inserção adulta. Daí que a trajectória inteira deva entender-se como teleológica, na medida em que aponta para um destino final além de si própria, e todos os seus transitórios intermédios também apontam para esse além mais que culmina como ponto final: uma meta prefixada de antemão que unifica a trajectória inteira, integrando-a num todo contínuo ao trazer-lhe o seu sentido último.

Assim acontecia com as trajectórias juvenis industriais e meritocráticas, cuja sequência de desenvolvimento seguia um curso prefixado através de provas cruciais e decisivas (escolha de estudos, de carreira, de emprego e de companheiro) que apontavam teleologicamente para o seu predestinado além mais. Ou seja, apontavam para a futura inserção adulta, identificada com o destino de classe ou com o êxito profissional, que a modo de salvação ou redenção constituía o seu desenlace final. Daí que Weber se referisse à condução metódica da própria vida *(metodische lebensführung)* como predestinação ou cumprimento da vocação pessoal (*beruf*: ofício ou profissão). Mas quando as trajectórias juvenis estão indeterminadas, tal já não acontece assim.

Agora já não há uma só saída do labirinto juvenil mas muitas possíveis saídas diferentes, que é como dizer que não há uma saída definida de antemão. Com isso, o processo de emancipação deixa de se concluir com a investidura adulta como prémio ou coroa, e assim desaparece ou se torna cada vez mais difusa a fronteira que antes separava de forma clara e distinta a juventude da maturidade adulta. Deste modo, a trajectória juvenil desnaturaliza-se, pois, ao perder a sua meta final de chegada, deixa de ser uma carreira de luta pela vida para tornar-se numa viagem sem sentido que já não conduz a porto seguro. Em consequência, a trajectória inteira perde a sua relevância ulterior, torna-se imanente e fecha-se em si própria para cair na auto-referência circular, podendo prolongar-se indefinidamente através do atraso permanente da emancipação familiar (Gil Calvo 2005).

Mas com isso a trajectória também se desintegra perdendo, como veremos, a sua unidade interna, após libertar os seus elementos componentes. Autónomas e independentes, as suas diferentes fases de transição, ao desintegrarem-se, desconectam-se umas das outras e enroscam-se em espiral para se realimentarem a si próprias, em círculos às vezes viciosos e outras virtuosos. E com isso, toda a trajectória deixa de ser um meio ao serviço de um fim superior (a futura inserção adulta, coincida esta com a reprodução do estatuto familiar ou com o alcance do êxito profissional) para converter-se num fim em si próprio, que não serve nem obedece a qualquer outra finalidade ulterior.

Na perspectiva funcionalista, a trajectória juvenil deveria ser um processo que desempenha a função de programar a futura inserção adulta. Assim acontecia com as trajectórias predeterminadas da sociedade industrial, que exerciam a função de reproduzir o estatuto familiar de classe, ou com as trajectórias autodeterminadas da sociedade meritocrática, que exerciam a função de desenvolver uma carreira profissional. É aquilo a que Merton chamava socialização antecipada, na medida em que as práticas de treino realizadas durante a trajectória juvenil predispunham para a futura ocupação dos estatuto adultos, fossem estes os mesmos que os dos seus progenitores ou mais elevados.

Mas as actuais trajectórias juvenis já não são funcionais porque já não servem essa utilidade superior: já não socializam antecipadamente porque já não exercem a função de predispor os jovens para a futura ocupação dos estatutos adultos. Pelo contrário, agora as trajectórias juvenis apenas se servem a si próprias. Não programam o futuro adulto mas sim o presente juvenil. Não são funcionais (apesar de também não serem necessariamente disfuncionais) para adquirir os futuros estatutos adultos, mas

sim para ocupar os presentes estatutos juvenis. E não socializam antecipada nem retrospectivamente mas sim actualmente: imediatamente.

Antes a juventude servia para tornar-se adulto: era o preço a pagar para poder adquirir o direito a sê-lo. Mas como agora a juventude já não serve para tornar-se adulto, renuncia-se à tentativa de consegui-lo, preferindo-se continuar a ser jovem a qualquer preço. Já não se procura sair da juventude para alcançar a desejada maturidade adulta, mas apenas acomodar-se a ela para perpetuar-se indefinidamente na sua gratificante continuidade. Deste modo, perde-se a necessária tensão ética para a acção que, para Weber, constituía a mola dinâmica motora do voluntariado: a auto-realização e a construção do destino futuro.

Com isso cai-se na circularidade estacionária e auto-referente, pois a juventude converteu-se, como a arte, num sacrifício gratuito (Bataille 1970). Um luxo inútil, dispendioso e estéril, que não desempenha uma função mais relevante (à margem da sua crescente contribuição à procura de consumo) que a de satisfazer-se a si própria continuamente. E, com isso, a trajectória juvenil deixa de projectar-se como uma seta dirigida para o futuro para enroscar-se como uma pescadinha de rabo na boca, dando lugar ao modelo circular de trajectória juvenil que apenas sabe dar voltas sobre si própria, rodando indefinidamente como um carrossel, uma nora, uma roleta, uma fita de Moebius ou uma correia sem fim. É a incerta roda da fortuna juvenil.

Esta circularidade auto-sustentável pode conduzir ao desenvolvimento de círculos virtuosos de autocontemplação narcisista (daí a inovadora criatividade das subculturas juvenis), mas também ao fechamento em círculos viciosos de contraproducentes efeitos perversos. E entre estes últimos destacam-se, além das consabidas epidemias de violência e autodestruição (assédio escolar, bandos de ruas, terrorismo niilista, toxicomanias, etc.), outros defeitos menos assinalados como a queda da nupcialidade e da fecundidade, a deserção do público e o défice de participação cívica. Práticas estas que se recusam para fugir da sacrificada responsabilidade adulta, preferindo refugiar-se em duvidosos paraísos artificiais: mimetismo mediático, consumismo possessivo, sexismo machista ou efeminado e conformismo conservador.

Transições irrelevantes

Poderia dizer-se que a circularidade das trajectórias deixou os jovens sem estratégia de inserção adulta, já que não parece aguardar-lhes no futuro um destino definido, o que os priva de metas fixas ou objectivos a

conquistar. E, ao carecerem de estratégia futura, os jovens refugiam-se no mero tacticismo, ensaiando, uma atrás da outra, as mais diversas tácticas oportunistas que lhes permitam viver cada dia enquanto se adaptam ao contexto presente mais imediato. É então que impõe a sua primazia o conceito de «transições», entendido como as sucessivas mudanças transitórias que se sucedem ao longo da trajectória juvenil. Mudanças de idade: infância, adolescência, primeira juventude, maturidade adulta... Mudanças de nível de estudos: escola, liceu, universidade... Mudanças de estatuto laboral: procura de primeiro emprego, trabalhos iniciais, ascensão na carreira profissional... Mudanças amorosas: primeiras relações, namoro, casamento... Mudanças domésticas: saída de casa, casa partilhada, domicílio próprio...

Nas trajectórias juvenis industriais e meritocráticas, estas transições estavam integradas num todo contínuo que lhes servia de fio condutor e guia de referência. Daí que as transições fossem transitivas ou consequentes, no sentido em que se sucediam umas às outras, cada uma consequência da anterior e antecedente da próxima, constituindo uma sequência de passos necessários que conduziam progressivamente à maturidade adulta como os degraus de uma escada ascendente. Agora, ao perder o sentido último que as integrava como um todo, as trajectórias tornaram-se descontínuas e fragmentadas. E, em consequência, as transições que as integravam como fases transitórias também se tornaram intransitivas ou inconsequentes, na medida em que já não dão passagem umas às outras nem conduzem à futura inserção adulta. Pelo contrário, agora são autónomas e independentes entre si, deixando de constituir os degraus necessários para ascender a encosta da integração social.

De facto, as transições juvenis da sociedade industrial e meritocrática estavam ordenadas no tempo de forma gradual, acumulativa e hierárquica, do mesmo modo que também estava o curso escolar e académico que então lhes servia de coluna vertebral: primeiro o ensino primário, depois o secundário e, por último, o superior; e, dentro de cada um destes, cada curso era a chave de ascensão até ao seguinte e posterior. Pois bem, de igual modo, as transições juvenis compunham uma sequência de etapas cujo itinerário tinha de se percorrer em sentido ascendente sem possível retrocesso: primeiro a formação académica (ensino e escolha da carreira), depois o emprego (início da carreira profissional), depois o namoro e o casamento e, por fim, a formação de família (lar e progenitura).

Mas agora essa sequência temporal quebrou-se e as suas peças podem baralhar-se e permutar entre si quase de qualquer modo. Assim acontece sobretudo com a transição mais simbólica de todas, pelas suas implicações

fisiológicas, emocionais e reprodutivas, que é o acesso às relações sexuais. Nas trajectórias juvenis da sociedade industrial, a sexualidade adolescente era fortemente reprimida, pois o seu acesso legítimo adiava-se para reservá-lo como prémio final que coroava o processo, após cada jovem ser investido como adulto maduro. De facto, os jovens só podiam ter relações sexuais habituais quando já estavam casados. É verdade que havia grandes diferenças de género, pois as jovens nunca deviam tê-las, porque isso ameaçava as suas oportunidades de ascensão matrimonial, enquanto os jovens podiam ter algumas relações precárias, esporádicas e clandestinas com empregadas domésticas ou prostitutas. Deste modo, a repressão da sexualidade excitava todos os jovens, criando uma tensão ética para a acção (Weber 1972) que constituía um engodo, anzol ou estímulo para a integração adulta: se se queria ter sexo legítimo habitual, era preciso esforçar-se e fazer proezas para alcançar o direito a casar-se e constituir família.

Pois bem, isto já não acontece actualmente. Na actualidade, a transição para a sexualidade ocorre a qualquer idade, e em idades cada vez mais prematuras, mas, em todo o caso, acede-se a ela com total independência do estádio em que se encontrem as demais transições escolares ou laborais. Da restrição da sexualidade como prémio diferido para estimular os esforços para obtê-la, passou-se à sua liberalização, permitindo o seu acesso antecipado e gratuito. Então, para quê lutar por merecer e conquistar o direito a casar-se, se já se pode obter gratificação sexual sem qualquer necessidade de esforço? Assim, a transição sexual deixou de ser a meta final da trajectória juvenil (tal como terminava o final feliz de todos os contos: casaram-se e foram felizes para sempre), para tornar-se numa das suas transições iniciais, mas uma transição intransitiva, desconectada das demais transições, que já não possui a chave nem o estímulo de nenhuma outra. E uma transição insignificante, que já não exerce consequências decisivas, convertida em puro passatempo sexual como uma brincadeira de crianças.

Este processo pode ser chamado intransitabilidade, entendendo por isso a crescente irrelevância das transições juvenis, que já não servem, ou servem cada vez menos, de incentivo no acesso às demais transições futuras. Este fenómeno é muito visível na transição para a sexualidade, mas produz-se também nas demais transições, como acontece, por exemplo, com a formação educativa. Na sociedade meritocrática era muito rentável esforçar-se para superá-la com êxito académico, pois os melhores estudantes posteriormente conseguiam os melhores postos de trabalho e, mais tarde, os melhores parceiros. Mas tal já não acontece em igual medida.

Como revela o exemplo espanhol dos *mileuristas* (bolseiros com excelência académica que só acedem a postos precários), agora os empregos

e os salários estão cada vez mais desconectados dos méritos académicos e profissionais: é o declive da meritocracia denunciado por Sennett (2006). Daí que cresça o abandono prematuro dos estudos a todos os níveis, mesmo antes de concluir a escolaridade obrigatória, com grave retrocesso da formação profissional, como revelam os elevados valores espanhóis ou portugueses (OCDE 2008).

Esta nova intransitabilidade das transições gera também a sua recessão ou, pelo menos, a sua reversibilidade. Antes, na sociedade industrial, cada uma das transições conduzia à seguinte de forma necessária, sem possível volta atrás. Por exemplo, a transição do casamento conduzia irreversivelmente do estado civil de solteiro ao de casado, um novo estado civil que já não se podia perder, pois ao dissolver-se o casamento não se regressava à vida de solteiro mas entrava-se na viuvez ou no divórcio como ulterior estado civil. E acontecia algo semelhante com as habilitações académicas. Ao ter uma carreira obtinha-se uma saída profissional para a vida que já não tinha retorno, pois a investidura como médico ou engenheiro era irreversível e vitalícia.

Mas agora tal já não acontece. A união de facto tornou-se muito menos relevante, para não dizer irrelevante, pois a coabitação informal, que hoje se prefere em relação ao casamento, apenas modifica o estado civil dos membros do casal, como demonstra que, quando esta se dissolve, aqueles voltam a comportar-se exactamente como pessoas solteiras, equivalendo a viuvez, a separação ou o divórcio a uma espécie de nova vida de solteiro. E com a habilitação ocorre o mesmo, pois os diplomas actuais são agora quase irrelevantes, dada a rapidez com que se desvalorizam e amortizam, nesta era de mudança tecnológica e formação contínua onde é preciso reciclar constantemente a capacitação profissional. Pois se assim não se faz, por muito engenhoso que se seja, o emprego perde-se quase à mesma velocidade com que se perdem os casais, e regressa-se ao estado de desempregado ou estudante em vias de reconversão profissional.

As transições juvenis foram privadas do seu antigo dramatismo como luta pela vida. Se antes pareciam cruciais, relevantes e decisivas, porque nelas cada um jogava literalmente a vida, agora parecem quase uma brincadeira de crianças, irrelevantes, fúteis ou banais. De carregadas com a tensão dramática da luta pela vida, passaram a parecer meros passatempos, puro entretenimento, quase uma comédia, ou talvez uma farsa, que se pode protagonizar com displicência, cepticismo e muita distância crítica. Pois quem pode levar a sério um itinerário juvenil cujas etapas transitórias podem alterar-se aleatoriamente sem medo das possíveis conse-

quências, como se se baralhassem as cartas e os naipes de um baralho trocado?

Segregações emergentes

A desintegração da temporalidade juvenil gerou também uma nova segregação entre os jovens, pois o facto de ficarem desclassificados (isentos de classe) já não é de natureza social, como efeito da divisão em classes, mas eminentemente cultural, como reflexo da diversidade de temporalidades. E assim como cabia distinguir entre trajectórias de longo prazo e transições de curto prazo, também aqui podemos falar de uma segregação forte ou dura face a outras segregações brandas ou débeis. A segregação forte é a que separa umas trajectórias de outras, em função das chamadas «identidades culturais» (sexo, raça, etnia, religião, território...), e as segregações débeis são as que diferenciam umas transições de outras em função das chamadas «tendências» ou «estilos de vida» (práticas rituais, hábitos de consumo).

Em relação às trajectórias, aparecem quatro categorias derivadas dos tipos culturais de Mary Douglas (1998), como tipos ideais ao cruzar duas variáveis dicotómicas: global/local (Nilan e Feixa 2006; Beck e Beck-Gernsheim 2008) e móvel/imóvel. A juventude global móvel é a que abandona a sua residência de origem para iniciar trajectórias de longa distância; por exemplo: paquistaneses que emigram para o Reino Unido. A juventude global imóvel é aquela que, permanecendo na sua residência de origem, está culturalmente orientada por grupos de referência global; por exemplo: militantes locais do movimento altermundista (Gil Calvo 2008). A juventude local móvel é a que consegue emancipar-se cedo no seu meio social originário; por exemplo: novos profissionais urbanos. E a juventude local imóvel é a que não consegue emancipar-se, permanecendo ancorada na dependência da sua família de origem; por exemplo: *mileuristas* subempregados mas também imigrantes de segunda geração.

E em relação às transições, recordar-se-á que, como resumi inicialmente, na sociedade industrial estavam segregadas em função da estrutura de classes. Posteriormente, o Estado-providência permeabilizou a estratificação social através de mecanismos de igualdade de oportunidades (caso do ensino público obrigatório), o que facilitou a mobilidade ascendente. Como resultado, as transições juvenis começaram a assimilar-se e a homogeneizar-se, para convergir num modelo comum de cultura juvenil interclassista que se universalizou sem distinção de sexo, etnia, religião, nacionalidade ou classe social.

Pois bem, essa integração universal da cultura juvenil está agora a fragmentar-se, emergindo em toda a parte uma nova segregação cujas linhas divisórias *(cleavages)* já não reflectem directamente a divisão em classes sociais, como sucedia na velha sociedade industrial, mas estão mediadas pela contraposição de diversos estilos de vida interclassistas, já não universalistas (como o capital humano adquirido no ensino) mas particularistas e relativistas. Daí se gera um inédito conflito intercultural entre as identidades colectivas dos jovens, e as que decorrem da sua origem em função do sexo, da etnia, da religião ou da nacionalidade. Neste sentido, a recente experiência francesa é exemplar, com acontecimentos tão relevantes como a polémica do véu *(hiyab)*, em 2003, e o incêndio das *banlieues*, em 2005, na medida em que ambos manifestaram a segregação cultural da juventude franco-muçulmana de ambos os sexos.

Para explicar a influência determinante das identidades culturais alega-se a substituição pós-industrial do capitalismo produtivo centrado no trabalho, que determinava a estratificação por classes sociais (proprietários contra assalariados), pelo capitalismo consumista centrado no lazer, que favorece a estratificação por estilos de vida (Hamilton 2006). Assim, a aquisição da identidade pessoal por parte dos jovens já não se realiza em função do emprego, da carreira laboral ou da consciência ideológica de classe, mas em função do consumo diferencial de certos estilos de vida, fornecidos pelo mercado, com os quais se constrói uma identidade interclassista que está colectivamente segregada em termos sexuais, raciais, geracionais, confessionais ou territoriais.

Mas sendo verdade, em boa medida, esta interpretação não explica por que razão as identidades culturais têm de estar tão segregadas como certamente o estão (Hall e Gay 2003). A descida de classe social dos jovens devido à desestruturação social, analisada ao início, só explica o enfraquecimento do conflito de classes, mas não a sua substituição por um emergente conflito de identidades. Para explicá-lo temos de recorrer ao fracasso relativo do Estado-Providência, cujas agências criadoras de igualdade de oportunidades para a integração dos jovens, e entre elas especialmente o ensino, se revelaram cada vez mais incapazes de favorecer a mobilidade ascendente.

Como se disse em França para explicar a explosão das *banlieues* parisienses, o que fracassou foram os «elevadores sociais» que o Estado deveria fornecer. E, na sua falta, a única mobilidade ascendente que realmente funciona só pode realizar-se através do mercado de trabalho, gerador das crescentes desigualdades de capacidade aquisitiva que se manifesta na nova segregação juvenil emergente. Em suma, a causa da segre-

gação juvenil já não reside na estrutura de classes, anulada pela escolarização e pela descida na classe social, nem sequer num publicitado conflito de identidades ou «choque de civilizações», que não é mais que um sintoma externo que manifesta outras patologias mais profundas: o rendimento diferencial do processo de emancipação juvenil, que favorece uns poucos em prejuízo de muitos outros e em detrimento da maioria.

É preciso advertir que a emancipação juvenil depende de três instituições: a família, o Estado e o mercado (Esping-Andersen 2000). Na sociedade industrial, era a família culturalmente homogénea mas estratificada por classe social que dirigia o processo de emancipação juvenil, com o objectivo estratégico de conseguir a reprodução do seu património (Bourdieu 2007). Na sociedade meritocrática, o Estado-providência igualou as oportunidades de emancipação de todos os jovens através da universalização do ensino. Mas fracassado o Estado-providência (que morreu de êxito ao massificar o ensino universal), agora a família recupera enquanto principal agência, determinante do rendimento diferencial da emancipação juvenil.

Mas uma família estratificada não só por classe social (que continua a ser determinante, apesar de se ter desestruturado), mas agora também por origem comunitária, dada a heterogénea diversidade cultural gerada pela globalização. Actualmente, as classes trabalhadoras estão etnicamente divididas e, por isso, o capital social das famílias já não é de tipo universalista (confiança generalizada em todas as demais famílias trabalhadoras da mesma classe social) mas particularista, tendo-se fragmentado em compartimentos estanques ou enclaves comunitários devido à crescente desconfiança sentida frente às demais redes familiares da mesma classe social mas de origem estrangeira. Daí que os seus filhos herdem e adquiram um capital social etnicamente segregado, integrando-se em grupos de pares culturalmente homogéneos.

E algo muito semelhante ocorre com as famílias de classe média, como revela a crescente segregação social entre o ensino público, etnicamente misto, e o privado, confessionalmente homogéneo. Neste sentido, a experiência espanhola é muito reveladora. Antigamente, as famílias de classe média de orientação liberal, não praticante ou progressista, levavam os seus filhos para o ensino público (escolas e liceus) porque era de melhor qualidade mesmo que fosse interclassista. Mas, actualmente, as famílias de classe média estão a fugir do ensino público para concentrar os seus filhos nos colégios privados, religiosos na sua maioria, cuja proporção de alunos está a crescer intensamente.

E não o fazem por razões confessionais (pois a prática religiosa está a decrescer sem cessar) mas por razões tanto sociais (classismo) como cul-

turais. Como sabem que os seus filhos vão ter dificuldades de integração adulta, apesar de serem laicos ou progressistas preferem levá-los para colégios católicos porque estão etnicamente limpos. Uma prática que tem como resultado uma muito maior concentração de jovens imigrantes no ensino público, o que resulta em prejuízo da sua qualidade educativa, dado o baixo nível escolar das suas famílias de origem. Assim, é como a pescada de rabo na boca, pois a consequência é que o sistema escolar segrega a juventude, discriminando-a em função da sua identidade cultural e da sua origem familiar.

Mas a verdade é que, dada a descida estrutural de classe social que se analisou no início, a estrutura familiar por si só não explica a crescente segregação juvenil. É verdade que a origem familiar determina o rendimento escolar diferencial dos jovens, segundo revelam os Relatórios Pisa. E também é verdade que a estratégia das famílias consiste em proteger os seus filhos financiando as suas diversas transições juvenis o tempo que seja preciso (Gil Calvo 2002) e mantendo-os preservados do contágio intercultural a fim de aumentar as suas oportunidades de integração adulta. Mas o resultado final da trajectória juvenil já não é garantido nem assegurado pelas famílias, como acontecia no passado industrial. E como a família já não pode voltar a decidir nem a ser determinante, é agora o mercado quem adquire a primazia na hora de discriminar o êxito e o fracasso da emancipação juvenil. Um mercado tão desigual como a velha família classista ou a nova família multicultural, mas muito mais cego, cruel, injusto, impiedoso, volátil, imprevisível e discriminatório que qualquer rede familiar.

O que explica que as trajectórias juvenis tenham deixado de ser lineares, deterministas e teleológicas (asseguradas como estavam antes pelas famílias ou pelo Estado) para se tornarem circulares, incertas e contingentes, dado que ao estarem já só determinadas pelas conjunturais forças do mercado, se converteram num giratório jogo de sorte que oscila entre altos e baixos, movido pela roda da fortuna. Em consequência, os jovens deixam de se obcecar pela pesquisa inalcançável de um destino último cujo controlo lhes escapa e, como na fábula da raposa e das uvas, optam por se adaptar imediatamente ao que aqui e agora encontram à mão, que são as transitórias e agora irrelevantes transições juvenis, às quais o mercado fornece todo o tipo de estilos de vida publicitados como sinais de identidade banal.

E como as transições juvenis já não são transitivas e consequentes, havendo-se tornado independentes umas das outras, ficando autónomas e auto-suficientes como se fossem experiências intransferíveis e autistas,

isso explica que os sinais de distinção e os estilos de vida com que os jovens se identificam tenham passado a ser barreiras de segregação diferencial. O problema, no entanto, é que muitas vezes estes estilos de vida identificativos deixam de ser instrumentos de adaptação às transições efémeras e, tal como ocorre com as irreversíveis tatuagens que se inscrevem por brincadeira na pele, convertem-se em marcas indeléveis de um destino substituto que se adopta como sucedâneo de uma emancipação impossível de alcançar. O que ocorre não só com as identidades patológicas (tribos urbanas, bandos criminosos, organizações terroristas, seitas destrutivas) mas com muitas outras práticas compulsivas (alimentares ou rituais) e hábitos aditivos (modas, drogas, *gadgets* electrónicos e digitais), confirmando que passámos da alienação do trabalho denunciada por Marx a uma nova alienação do consumo, tanto ou mais despersonalizadora que aquela.

Referências

Bataille, Georges. 1970 [1933]. «La notion de dépense». In *Oeuvres complètes*. Vol. I, *Premiers Écrits 1922-1940*. Paris: Gallimard, 302-320.

Bauman, Zygmunt. 2002. *Modernidad Líquida*. Buenos Aires: F. C. E.

Beck, Ulrich, e Elisabeth Beck-Gernsheim. 2003. *La Individualización*. Barcelona: Paidós.

Beck, Ulrich, e Elisabeth Beck-Gernsheim. 2008. *Generación Global*. Barcelona: Paidós.

Bolívar, Gustavo. 2006. *Sin Tetas no Hay Paraíso*. Madrid: Tercer Nombre.

Bologna, Sergio. 2006. *Crisis de la Clase Media y Posfordismo*. Madrid: Akal.

Bourdieu, Pierre. 2007. *El Sentido Práctico*. Madrid: Siglo XXI.

Coleman, James, e Torsten Husén. 1989. *Inserción de los Jóvenes en Una Sociedad en Cambio*. Madrid: Narcea.

Douglas, Mary. 1998. *Estilos de Pensar*. Barcelona: Gedisa.

Esping-Andersen, Gösta. 2000. *Fundamentos Sociales de las Economías Postindustriales*. Barcelona: Ariel.

Flaquer, Lluís. 1999. *La Estrella Menguante del Padre*. Barcelona: Ariel.

Gaggi, Massimo, e Edoardo Narduzzi. 2006. *El Fin de la Clase Media*. Madrid: Lengua de Trapo.

Gil Calvo, Enrique. 2001. *Nacidos para Cambiar*. Madrid: Taurus.

Gil Calvo, Enrique. 2002. «Emancipación tardía y estrategia familiar». *De Juventud,* 58: 9-18.

Gil Calvo, Enrique. 2005. «El envejecimiento de la juventud». *De Juventud,* 71: 9-11.

Gil Calvo, Enrique. 2008. «La deslocalización de la protesta juvenil». *De Juventud,* 76: 147-161.

Gould, Stephen Jay. 1992. *La Flecha del Tiempo*. Madrid: Alianza.

Hall, Stuart, e Paul du Gay, coords. 2003. *Cuestiones de Identidad Cultural*. Buenos Aires: Amorrortu.

Hamilton, Clive. 2006. *El Fetiche del Crecimiento*. Pamplona: Laetoli.
Nilan, Pam, e Carles Feixa, eds. 2006. *Global Youth? Hybrid Identities, Plural Worlds*. Londres: Routledge.
OCDE. 2008. «Education at a glance», http://www.oecd.org/edu/eag2008.
Putnam, Robert. 2002. *Solo en la Bolera*. Barcelona: Galaxia Gutenberg.
Sennett, Richard. 2006. *La cultura del Nuevo Capitalismo*. Barcelona: Anagrama.
Weber, Max. 1972 [1915]. «Negaciones religiosas del mundo y sus orientaciones». In *Ensayos de sociología contemporánea*. Selecção e introdução de H. H. Gerth e C. Wright Mills. Barcelona: Martínez Roca, 395-439.

Sofia Aboim
Pedro Vasconcelos
Dulce Neves

Capítulo 2

Género e adultícia: continuidade e mudança em três gerações

Introdução

O que quer que se faça faz-se sempre enquanto homem ou mulher. São múltiplos e incessantes os processos de socialização que, desde o nascimento, constroem os sujeitos sociais enquanto sujeitos *genderificados*. Na família, na escola, no mundo do trabalho e em todas as áreas de relacionamento humano é impossível escapar à construção da diferença entre masculino e feminino (Bourdieu 1998; Connell 1987). Ser-se adulto é, assim, sempre expresso através de modelos de feminilidade e masculinidade. No passado, tornar-se adulto era, antes de mais, percorrer caminhos lineares rigidamente codificados por modelos normativos dicotomizados de género (Giele 2004). Não quer isto dizer que todos e todas os percorressem, ou que não existissem margens e espaços de ambiguidade e contradição (Cutileiro 1977; Almeida 1986). Contudo, os processos de mudança social das últimas décadas alteraram profundamente as relações de género. De modelos patriarcais de desigualdade, vivemos hoje nas sociedades ocidentais uma ordem de género que, embora de relativa dominação masculina, é mais igualitária (Vasconcelos 1998; Aboim 2010).

Estas mudanças podem ser analisadas de um ponto de vista estrutural, mas devem também ser desvendadas numa perspectiva biográfica, capaz de reconhecer tanto as regularidades como as singularidades. Contudo, as biografias não podem ser reduzidas a uma vida. Dão-se em tempos históricos de articulação entre pessoas da mesma e de diferentes gerações, implicando trocas e socializações recíprocas. Na perspectiva de curso de vida estão presentes três ópticas analíticas: a das gerações e dos processos estruturais do tempo histórico; a das transições e eventos que constituem a sin-

gularidade individual; a das vidas em rede, que respeita aos modos como as biografias de diferentes indivíduos se influenciam mutuamente (Elder, Johnson e Crosnoe 2003). Esta perspectiva permite-nos perceber como se constroem padrões específicos de género e explicar a diversidade social que pode existir dentro de uma dada ordem de género historicamente situada, seja porque a singularidade dos eventos biográficos constrói especificidades, seja porque as múltiplas socializações produzem diferentes resultados (Heinz e Kruger 2001). Neste sentido, a alteração e fragmentação normativa dos modelos de género é cúmplice da deslinearização dos cursos de vida, hoje mais plurais do que no passado (Pais 2001).

A entrada na vida adulta, momento de transição biográfica em que se activam modelos prescritivos de adultícias de género, constitui um lugar de observação privilegiado para assistir ao entrecruzamento dos três tempos analíticos mencionados (histórico, relacional e individual), pois a passagem da dependência para a autonomia obriga à definição de esquemas comportamentais e identitários mais estáveis, tendendo a ocorrer processos de normativização das identidades de género (Butler 1999). Não quer isto dizer que a transição para a vida adulta esgote a potencialidade para a mudança nos modelos de género (West e Zimmerman 1987) e de adultícia (Pais 1997).

Mais ainda, a aprendizagem da adultícia está longe de ser linear. Nem tampouco se conforma inequivocamente às normas dominantes de um tempo histórico. As visões mecanicistas dos «papéis sociais» equivocaram-se na suposta linearidade dos processos de aprendizagem. Erraram, acima de tudo, ao não desenvolverem nem uma visão dinâmica dos processos de incorporação disposicional (Bourdieu 1980; Lahire 2005), nem uma visão que tome em consideração o decurso potencialmente transformativo das vidas (Aboim e Vasconcelos 2009). De facto, as condições de exercício da adultícia nem sempre permitem a adesão incondicional aos modelos normativos dominantes, assim contribuindo, como diria Giddens (1986) ao apontar a importância das consequências não intencionais da acção, para alterar esses mesmos modelos, mesmo que diferidamente e para as gerações seguintes. Neste sentido, qualquer análise dos processos de activação de adultícias de género deve considerar tanto a proposta bourdieusiana, como as perspectivas mais agenciais do curso de vida que integram um forte contributo accionalista, frisando quer os efeitos recíprocos da interacção (as *linked lives*; Elder, Johnson e Crosnoe 2003), quer a reflexividade.

Esta visão dinâmica das formas de se tornar adulto permite-nos analisar os efeitos da não linearidade dos cursos de vida. Quer de antanho, onde,

mesmo contra a rigidez normativa, existiam (veja-se o estudo clássico de Elder, *Children of the Great Depression*, 1974). Quer contemporâneos, onde se chega mesmo a falar de pós-linearidade (Pais 2001) para dar conta da legitimação da pluralidade biográfica, que é também uma legitimação da pluralidade de género. Os processos de individualização nas sociedades ocidentais contemporâneas têm vindo a alterar crescentemente os percursos individuais (Beck e Beck-Gernsheim 2002). Por um lado, porque a vida se organizou através de formas de individualismo institucionalizado. Por outro, porque as normas sociais se flexibilizaram, privilegiando a auto-realização (o que Giddens [1996] chama o *self* como projecto). Quer ainda porque as condições de existência, mais favoráveis para grande parte da população, permitiram aumentar o leque das escolhas (Aboim e Vasconcelos 2009). Com a modernidade, a pluralização e autonomia relativa dos círculos sociais de pertença (Simmel 1989 [1908]), permitiram transformar o equilíbrio entre a «identidade do eu» e a «identidade do nós» no sentido do primeiro termo (Elias 1993), verificando-se o aumento não só da diferenciação social mas também da complexidade interna das identidades individuais (Taylor 1989).

Contudo, apesar destas mudanças, é necessário ultrapassar dicotomias explicativas simplistas, a começar pela que opõe linearmente o passado e o presente enquanto realidades radicalmente distintas. Como têm demonstrado vários autores (Levy, Widmer e Kellerhals 2002), linearidade e pós-linearidade estão misturadas no presente, tal como no passado o estavam, pelo menos nas condições práticas de existência (Laslett e Wall 1972), ainda que as ideologias pudessem ser monolíticas. Se, como aponta Lash (1999), as identidades são hoje abertamente caracterizadas pela bricolagem dos referentes, no passado também a identidade estava longe da unicidade (Sayers 1999). Pelo contrário, a duplicidade era comum e tolerada, desde que oculta ou pelo menos discreta, como bem mostra Simmel (1991 [1908]) ao falar-nos da importância do «segredo» na vida social.

Neste capítulo, a análise de vinte linhagens trigeracionais de homens (avô, pai, neto) e de mulheres (avó, mãe, neta), residentes em Lisboa e em Terras de Basto, permitiu-nos caracterizar as adultícias de género, bem como as suas continuidades e mudanças ao longo das vidas e das gerações. Focando particularmente a transição para a vida adulta, analisamos primeiramente os modelos normativos de género dominantes em cada geração, considerando igualmente a sua menor ou maior adequação aos percursos reais dos indivíduos. Assim, veremos como as ambiguidades emergentes da distância entre normas e práticas sempre produziram efeitos transformativos nas adultícias de género, desde a primeira geração

analisada. Em segundo lugar, identificaremos padrões de mudança e continuidade nas linhagens familiares, observando a articulação intergeracional de diferentes modelos de género.

Adultícias de género: normas geracionais e percursos de vida

Do ponto de vista ideológico, as mulheres e os homens entrevistados tendem a reproduzir os modelos de género e adultícia dominantes dos tempos históricos da sua infância, juventude e entrada na vida adulta. A cada geração genealógica de entrevistados corresponde relativamente um tempo histórico particular de entrada na vida adulta e, globalmente, um determinado modelo ideológico de adultícia: o do Estado Novo até meados da década de 1950, o das décadas de 1960 e 1970 e o das décadas de 1990 e 2000. Contudo, não só as vidas reais nem sempre se encaixavam nestes modelos, como em cada geração nos deparamos com uma relação diferente entre normas e práticas.

Geração do Estado Novo: modelo patriarcal de adultícia

Os avós viveram o auge do regime colonialista e autoritário do Estado Novo que, desde os anos 30, defendia uma ordem de género patriarcal nos costumes e na lei. A mulher devia dedicar-se à maternidade, não trabalhar profissionalmente e nem sequer estar muito fora de casa, a menos que se tratasse de actividades caritativas e da Igreja. Os homens, pelo contrário, deviam ser o exclusivo ganha-pão, voz última de autoridade e representantes públicos de mulher e filhos. Aos homens era dada a possibilidade de aceder, pela calada, à sexualidade activa através do recurso a «mulheres fáceis» ou mesmo prostitutas, antes e mesmo depois do casamento. Enquanto instituição ideologicamente central, o casamento era entendido como o operador nevrálgico da passagem para a vida adulta, tanto nos homens como nas mulheres. Um homem não era plenamente um homem sem antes provar a sua virilidade e depois ganhar o pão para a família. Uma mulher não o era verdadeiramente sem que o casamento e a maternidade viessem relevar a sua «verdadeira natureza». Uma mulher solteira era para sempre «menina», um homem sem família era olhado com desconfiança ou piedade.

Os discursos dos entrevistados reproduzem este esquema ideológico de um forte duplo padrão, apontando simultaneamente o papel norma-

lizador do casamento. Como conta A., nascido em 1932: «Para nós nessa época [a virgindade] era importante, dávamos valor. Eu conheci raparigas lindas, a coisa mais linda que já vi… que deixaram e um homem… elas não casaram.» Ele próprio, tendo tido um filho fora do casamento, nunca chegou a casar com a mãe desse filho «ilegítimo», decisão que justifica dizendo: «Não era mulher pró meu futuro, ela tinha aquele jeito...» Do lado feminino encontramos a mesma posição. Como refere B., nascida em 1945 em contexto rural: «A mulher, depois de perder a virgindade, nunca mais é mulher como era! Um homem fica sempre na mesma...» O fechamento feminino na vida doméstica era também relativamente incorporado por muitas mulheres que nisso viam um sinal não só da protecção masculina mas, mais ainda, um símbolo da sua própria respeitabilidade. Como nos disse C., nascida em 1941, «[o marido] nunca mais quis que eu fosse trabalhar, só para estar ali em casa, para ninguém me ver. Eu ao mesmo tempo gostava que ele fosse assim para mim.» Nas classes abastadas, o modelo da mulher doméstica e caritativa era mais facilmente levado a cabo, dadas as condições materiais. Como nos diz D., nascida em 1927, «[Trabalhar] fora não, agora colaborei muito […] primeiro na Associação Portuguesa de Paralisia Cerebral [...] depois, na Igreja.»

Nem sempre, todavia, os percursos de vida se conformavam a este sistema normativo que admitia apenas um caminho legítimo. A pobreza, a entrada precoce no trabalho, a instabilidade económica e familiar, uma sexualidade não conforme afastavam frequentemente os indivíduos desse caminho monolítico. Face a um modelo ideológico exigente, muitos descrevem as dificuldades em cumprir-lhe as demandas, ao mesmo tempo que relatam as insistentes tentativas para nele se encaixarem. Em muitos casos esta incapacidade levava a permanentes estratégias de ocultação do vasto número de práticas não conformes.

Geração do 25 de Abril: modelo conjugal de adultícia

Presenciando a transição entre uma sociedade profundamente rural, globalmente iletrada e pobre, para uma sociedade crescentemente urbanizada que desde a década de 60 começa a abrir-se ao exterior, a segunda geração viveu a adolescência nesse clima que prenunciava as mudanças profundas que a Revolução viria sedimentar.

Entre os entrevistados desta geração encontramos discursos ambivalentes, já diferentes do tradicionalismo dos seus pais mas ainda distantes do igualitarismo individualizado dos seus filhos. A autoridade paterna e

masculina começa a ser posta em causa, emergindo a vontade de autonomia feminina. Como refere E., nascida em 1964, recusando o controlo do marido, «... ele sempre achou que mandava em mim, e eu sempre achei que não tinha de mandar em mim porque nem os meus pais mandavam». Por outro lado, as mudanças nas hierarquias tradicionais da conjugalidade não retiram ao casamento o seu lugar primacial. Ganham terreno, contudo, os valores do companheirismo (Burgess, Locke e Thomes 1960 [1945]). Nas palavras da mesma entrevistada, «[ele] não é só o meu marido, é também o meu companheiro, amigo e parceiro, uma pessoa com quem eu quero estar e gosto de estar». Paralelamente, o trabalho profissional feminino começa a ser descrito como um instrumento fundamental para a autonomia. F., nascida em 1954 em meio operário, refere: «Eu, o que eu gostava de ser... mais independente!». Outra mulher, W., nascida em 1961 numa família de classe alta, diz que «Adorava trabalhar. Era a tempo inteiro. Entregava-me de alma e coração porque de facto dava-me vida.» Apesar do reforço discursivo da independência, a realidade ainda se mantinha algo distante desta norma emergente.

A ambivalência é ainda mais patente na questão da sexualidade. Nalguns casos a virgindade continuava a ocupar o seu lugar tradicional. Como nos diz E.: «Para o meu marido era importante que eu fosse virgem e para mim naquela altura a virgindade tinha outro valor.» Noutros casos, encontramos discursos defensores da autonomia sexual das mulheres. Como nos diz F.: «Eu acho que [a virgindade antes de casar] não [é importante]. Eu também não fui, e acho que ninguém vai», acrescentando mesmo com tom crítico «acho que antigamente era diferente, era tudo mais às escondidas». Entre os homens começava também a haver uma mudança de atitude, como se encontra patenteado no discurso de H., nascido em 1955, relativamente à virgindade de homens e mulheres: «acho que não [é importante]». Na adolescência e na juventude, na década de 70, os namoros foram já vividos num clima de maior igualdade, e a iniciação sexual, ao invés de ter ocorrido com uma prostituta como era comum nos homens da geração anterior, aconteceu com uma namorada. A experiência sexual que teve «... era com as namoradas que arranjava na altura [...]. A maioria delas ou tomavam a pílula ou usavam… uma capa [DIU].»

As normas aqui veiculadas revelam um enfraquecimento do modelo da geração anterior, não obstante a manutenção atenuada do duplo padrão. O familialismo patriarcal romantiza-se em companheirismo conjugal e o trabalho feminino ganha maior importância simbólica. Nos percursos de vida tornam-se evidentes os efeitos da abertura normativa da sociedade portuguesa e da corrosão da armadura institucionalista, a par

do surgimento de maiores oportunidades estruturais do ponto de vista escolar e profissional. Assistimos assim a uma diminuição da ocultação de percursos não conformes, pois a própria noção do que era legítimo se amplificou. Em resultado desta mudança para um modelo conjugalista de adultícia começa a verificar-se maior correspondência entre normas e percursos, iniciando-se aqui um movimento de pluralização que vai reflectir-se na geração vindoura.

Geração do início de século: modelo individualista de adultícia

A geração de início de século é representativa daqueles nascidos e criados no Portugal da União Europeia, tendo beneficiado do desenvolvimento socioeconómico e do alargamento das oportunidades estruturais ocorridos na sociedade portuguesa. Ao mesmo tempo, esta é também uma geração que vive num tempo de maiores exigências qualificacionais e profissionais. Além das transformações objectivas, no domínio dos valores operou-se uma verdadeira revolução, iniciada com o 25 de Abril. A exaltação da liberdade e da realização pessoais, a par da igualdade entre homens e mulheres (entre outras), tornaram-se peças centrais dos discursos. Apesar de a família continuar a integrar os ideários de adultícia, é cada vez mais na sustentabilidade material da autonomia que encontramos o vector central: ter um emprego aparece como horizonte fundamental de transição para a adultícia, hoje conotada com a independência.[1] A entrada plena na vida adulta foi adiada devido ao prolongamento das carreiras escolares, às dificuldades de sustentação material da autonomia, à juvenilização da população. Antes a instabilidade profissional existia, mas a adultícia era estatutária e mais dependente do casamento, o momento de transição definitivo para o estado adulto. Actualmente, a ligação entre adultícia e independência torna a primeira mais processual e até, eventualmente, mais reversível (Pais 2001, 72-75). Mais ainda, os discursos sobre a adultícia tornaram-se mais individualistas e menos centrados na família ou no casal, à medida que a pluralidade de formas de ser adulto se foi legitimando. Outra grande diferença geracional reside na maior indiferenciação das normas sobre os percursos masculinos e femininos.

Mas estes são discursos igualmente marcados por alguma ambiguidade entre valores do presente e do passado, nomeadamente entre materia-

[1] Sendo certo que outras formas de autonomia e independência são também importantes, entre elas a própria autonomia reflexiva.

lismo e hedonismo, entre estabilidade e experimentalismo. Se os últimos termos destas dualidades remetem directamente para uma visão individualista da adultícia, associada a processos de descoberta de si, os primeiros remetem quer para os valores institucionalistas das gerações anteriores, quer para a necessidade reflexivamente sentida de alcançar as bases materiais para essa descoberta. A combinação entre materialismo e hedonismo é visível no discurso de I., nascida em 1989, que sobre o seu futuro afirma querer: «Ter a minha casinha, não fazer lá nada, ter empregados para fazer tudo. Não sou nada dona de casa, eu é mais género dondoca que vai passear para o centro comercial [...] porque gosto de me sentir bem com aquilo que tenho, é a tal coisa, eu gosto de ter tudo de bom.» Visões mais imediatistas do experimentalismo encontram-se no discurso de J., nascida em 1980, que afirma que nunca teve expectativas ou objectivos profissionais definidos: «Não tinha nenhum objectivo específico, senão viajar, conhecer o mundo, trabalhar, sei lá, viver à vontade, sem ter que prestar contas a ninguém. As ideias que tinha na altura, era tudo muito fácil, e não é nada fácil, pronto, é um bocado isso, era tudo um bocado ilusório.» A vontade de independência está aqui também expressa, ao mesmo tempo que os constrangimentos materiais não deixam de se fazer sentir, impondo limites ao desejo experimentalista de um ideário quase libertário.

É no respeitante à sexualidade que os valores e limitações materialistas menos se fazem sentir. A nível dos discursos prepondera uma quase igualdade sexual entre homens e mulheres, uma ética experimentalista como princípio de autoconhecimento e realização (Giddens 1996), e a aceitação da diferença numa atitude não judicativa. L., de 23 anos, estudante universitário, diz-nos: «Acho que é igual [um homem ou uma mulher ter vários parceiros sexuais] ... acho que em termos de ser homem ou mulher é igual.» No mesmo sentido, N., 24 anos, psicóloga, afirma: «Eu não acho mal [ter-se sexo ocasional], porque eu acho que as pessoas têm que ter liberdade para fazerem aquilo que sentem que querem fazer, eu não vou condenar as pessoas que o fazem porque não faz sentido. Que moralidade é que eu tenho para condenar quem quer que seja?! Acho que a pessoa se o faz é porque o quer fazer.»

Além dos discursos, as práticas também se alteraram não só porque comportamentos anteriormente ocultos se tornaram legítimos, mas também porque ao transformar-se o lugar ideológico atribuído às práticas, a natureza destas últimas muda. Neste sentido, veja-se como a iniciativa sexual feminina se torna legítima, como é patente no discurso de I., que assim nos relata a sua primeira experiência sexual: «Fui eu que quis, [...]

até porque o meu ex-namorado achava que não era a altura certa. [...] As pessoas sentem necessidade então pronto, tive relações. Acho normal. [...] pensava 'sinto-me preparada por isso faço!' [...] Não tive dúvidas porque a minha mãe ajudou.» Significativo é aqui também o envolvimento materno, normalizando o que em tempos anteriores era reprimido.

É claro que todas estas mudanças não deixam de ser acompanhadas de permanências. Muitos dos entrevistados continuam a dar importância, ainda que alterando-lhes os significados, a elementos que nas gerações anteriores definiam a adultícia. Tal é, por exemplo, o caso do casamento, embora hoje despido das suas vestes institucionalistas e perdendo o carácter de rito de passagem fundador de uma nova etapa irreversível, até porque cada vez mais a coabitação se confunde e chega mesmo a substituir o casamento formal. Se alguns recusam liminarmente os modelos de pais e avós, outros, pelo contrário, tomam-nos como modelo. Esta exemplaridade paterna está presente no discurso de O., nascido em 1991, que refere: «Acho que a vida deles [pais] também inspira o meu caso, […] imagino-me também com filhinhos, não sei também com quantos mas gostava de ter uma vida semelhante à que eles têm agora... com um bom emprego e também uma boa casa, um grupo de amigos bons para se fazer uns jantares em casa deles.»

Neste modelo individualista de adultícia, a pluralidade que encontramos nos discursos, não obstante veicular o modelo geracional dominante, parece ancorar-se mais fortemente no curso de vida do que em modelos ideológicos unidimensionais. A individualização social implica uma complexificação da relação entre normas e práticas, com consequências diferenciadas em contextos e vidas, elas próprias também diferenciadas. Com a bricolagem das identidades (Lash 1999) e a pluralização dos percursos e das normas parece assistir-se ao fim de uma relação tão linear como as anteriores entre normas e práticas. Por um lado, e este é um dos processos maioritários entre os nossos entrevistados, assiste-se a uma maior adequação entre normas e práticas, exactamente porque a sua pluralização permite que para grande parte das práticas se encontrem normas consentâneas. Quanto mais não seja porque a própria pluralidade é uma norma crescentemente legítima. Por outro lado, encontramos igualmente casos de descoincidência entre normas e práticas. Nalguns casos, minoritários e de meio pequeno ou católico, trata-se ainda, como no passado, da ocultação de certos comportamentos devido à estreiteza normativa. Noutros casos parece assistir-se a uma certa inversão na relação entre normas e práticas, sendo agora as práticas mais restritas do que a liberdade

enunciada discursivamente. Noutros ainda verifica-se a confusão algo contraditória e nebulosa entre normas e entre práticas, talvez até porque tenham desaparecido os referentes certos e praticamente indiscutíveis de antanho. Em qualquer caso existe uma pressão para escolhas individuais, sejam estas ou não alcançadas.

Vidas ligadas: sequências biográficas em linhagens femininas e masculinas

Identificados os modelos dominantes de adultícia em cada geração, importa agora observar os padrões de mudança e continuidade desses modelos nas linhagens familiares, pois existem diferentes processos de mudança na óptica intergeracional linhagística. Mais ainda, no interior de cada geração existem variações no modelo dominante. A diferente apropriação desses modelos está estreitamente articulada quer com os contextos sociais e as biografias individuais, quer com as formas de transmissão operadas, através das socializações intergeracionais. Daí falarmos de processos linhagísticos e não apenas geracionais.

Genericamente, os modelos de institucionalismo específicos na geração mais velha condicionam os modelos específicos de conjugalismo da geração seguinte e, por sua vez, estes actuam sobre os modelos da geração mais nova. No interior da mudança civilizacional em direcção à individualização, estes vários processos linhagísticos apontam para diferenças nas possibilidades de construção do «eu adulto». Esses processos decorrem de dois tipos de tensões. Em primeiro lugar, as que se geram na relação de maior ou menor adequação entre normas e práticas, e, em segundo lugar, as que decorrem do cruzamento entre os vários sistemas normativos disponíveis num dado espaço-tempo (devido, antes de mais, à própria convivência intergeracional). Por um lado, uma armadura institucionalista a que as práticas se desadequem tende a permitir uma mais célere transformação dos modelos de adultícia nas gerações seguintes, uma vez que, ao gerirem práticas não conformes, mais cedo se defrontaram os indivíduos com a pluralidade, assim criando espaço para identidades mais abertas. Por outro lado, quando as práticas se adequam às normas pode produzir-se conformidade intergeracional ou, pelo contrário, pode gerar-se resistência e ruptura. Sistemas normativos fechados e unidimensionais, hiper-rígidos, mesmo que resistentes à transformação dos sistemas normativos dominantes, tendem a acumular tensões propiciadoras de rupturas nas gerações mais novas.

Globalmente a passagem é do institucionalismo patriarcal na geração dos avós para o conjugalismo na geração dos pais e, finalmente, para o individualismo na dos netos. Existem, contudo, três processos diferenciados de concatenação entre os diferentes modelos de adultícia.[2] Nuns casos observamos a passagem da busca do institucionalismo na geração dos avós para o individualismo hedonista na geração dos netos. Noutros casos, a mudança é da regulação familialista para o conjugalismo, que se mantém na geração dos netos. Noutros ainda, assistimos à passagem de um institucionalismo hiperdisciplinado na geração dos avós para uma busca de autenticidade individual na geração dos netos. Estes três processos ocorrem tanto em linhagens masculinas como femininas, muito embora descrevamos, para cada um deles, apenas um caso exemplificativo, sempre no feminino.

Da busca de institucionalismo ao hedonismo

No caso de uma linhagem feminina hoje residente em Lisboa, encontramos, na geração da avó, C. (66 anos, analfabeta), a busca de um institucionalismo de difícil acesso, precisamente porque a pobreza impediu que realizasse os valores que o tempo histórico impunha. A entrada muito precoce no mundo do trabalho (aos 6 anos como empregada doméstica) e o abandono familiar levaram C. a aceitar uma relação de coabitação com um homem catorze anos mais velho, apesar de este ser casado com uma outra mulher de quem se tinha separado. Foi a necessidade de sobreviver que a levou, aos 17 anos, a viver com este homem, diz-nos. Ao longo da vida, sempre buscou regularizar a sua situação, procurando evitar que a filha, nascida ilegítima, viesse a ter um percurso como o seu, marcado pela dependência e pela necessidade. Queria que ela estudasse e tivesse uma profissão, o que veio, de facto, a acontecer. Apesar de ter interrompido os estudos, a filha (E., 43 anos) conseguiu licenciar-se, já depois do seu casamento com um homem bem posicionado na vida. Casamento e profissão constituíram marcadores fundamentais da passagem para a vida adulta, nesta geração. O modelo no caso presente é de fortíssima solidariedade conjugal e de sucesso profissional dos dois cônjuges. É aliás esta forte inclinação para o sucesso material que encontramos na geração mais nova, transformada num hedonismo consumista. Para a neta (I., 18 anos, estudante universitária), não se trata já da centralidade

[2] Cada um destes processos não é necessariamente mutuamente exclusivo, podendo operar em simultaneidade.

do casamento ou sequer da maternidade, mas do sucesso financeiro a todo o custo: «Costumo dizer que vou ser rica nem que tenha de vender droga, porque é ao que estou habituada. Acho que não consigo mudar de estilo de vida por exemplo para um trabalho que ganhe para aí 200 contos, não imagino, porque depois não tenho dinheiro para nada, se tiver filhos não tenho dinheiro para nada.» Para I., ser adulto é um empreendimento individual. A mobilidade ascendente da segunda geração, ao produzir uma socialização orientada para a escola e o sucesso profissional e financeiro, teve impacto sobre a forma como foi apropriado o modelo individualista de adultícia na terceira geração. O hedonismo materializa-se no consumo (Featherstone 1991), por isso se materializando num projecto individualista de ascensão social.

Noutras linhagens, percursos de fraca ou irregular mobilidade social tendem a promover um menor nível de projecção reflexiva do futuro, tanto nas segundas como terceiras gerações. O conformismo conjugalista da geração dos pais tende a traduzir-se, na dos filhos, num imediatismo da experiência e do desejo de autonomia, bem como numa nebulosidade dos projectos individuais.

Da regulação familialista ao conjugalismo

Numa das linhagens exemplificativas deste processo, a avó, B. (62 anos, 3.ª classe), nasceu e viveu toda a sua vida em Terras de Basto, tendo começado a trabalhar aos 14 anos na agricultura. Aos 17 conheceu o seu actual marido, assalariado agrícola, e aos 18 estava já casada, altura em que passou, com o marido, a trabalhar na venda ambulante de sardinhas. Afirma que a vida a dois «não foi muito boa» porque o marido bebia de mais. O seu sonho era ser costureira, mas nem o marido, nem o pai o permitiram. A sua vida foi de grande pobreza e de grande dependência face a figuras masculinas. Como relata, outra sorte não teria sido possível sob a apertada vigilância e a pressão da família e da comunidade.

Tal como ela, a filha, R. (42 anos, 4.ª classe) encontrou no casamento o momento ritual em que passou a ser uma mulher adulta, muito embora já contribuísse para o sustento da casa paterna. Começou a trabalhar com 13 anos na agricultura familiar e a fazer limpezas. Casou aos 17 anos com um vizinho, já grávida do primeiro filho, o que relata relutantemente, procurando ocultar esse «deslize». Financeiramente sempre foi dependente do marido, que pouco tempo depois do casamento emigrou para o Luxemburgo, onde permaneceu cerca de quinze anos. Na geração da neta, S., de 25 anos (frequência universitária, empregada

administrativa), os processos de transição para a vida adulta poderiam ter sido bastante diferentes. Mas, tanto a dificuldade de adaptação à vida universitária em Coimbra, como um namoro falhado que a conduziu a uma depressão, levaram-na a abandonar a licenciatura. Acaba por casar aos 20 anos com um empregado da construção civil, hoje emigrante sazonal em Espanha. Emprega-se então num escritório e tem dois filhos, igualmente vivendo numa relativa dependência material do marido. Dele depende também para a concretização do projecto familiar: ter uma empresa de construção civil e construir uma casa própria. Também aqui o casamento é o marco fundamental da adultícia, embora as dinâmicas conjugais sejam menos institucionalistas do que as de pais e avós. O conjugalismo companheirista evidencia-se quando afirma sobre o marido: «Ouvia-me melhor, era meu amigo, era meu namorado e amigo, conselheiro.» Para ela o casamento foi também um meio de aceder a uma liberdade maior fora da tutela parental: «Digamos que há mais liberdade, a gente sente-se mais livre, há pessoas que dizem que é ao contrário mas eu não acho, acho que quando a gente está junto ou casado há mais liberdade...» No entanto, no seu discurso notam-se elementos prenunciadores de um individualismo experimentalista mais efabulatório do que vivido. No entanto, mesmo este desejo de experimentalismo é pensado em casal: «O que eu gostava de praticar era o *swing*, era uma coisa que eu gostava. Ainda não lhe disse nada, porque eu já sei que era uma ideia maluca [...]. A gente fala sobre tudo porque é que não havemos de falar sobre isso!»

De identidades hiperdisciplinadas à busca de autenticidade

Um exemplo deste processo é o de uma linhagem feminina residente em Lisboa. De origem burguesa, como aliás sucede em quase todos estes casos, a avó, D. (liceu completo, doméstica), nascida em 1927, afirma ter tido uma «infância rica e cheia de ócio». Cresceu no seio de uma família numerosa, fortemente católica, com os seus dez irmãos, os seus pais e três empregadas. A sua mãe, doméstica, era «muito dedicada aos filhos e atenta aos empregados». Teve uma educação muito disciplinada, com regras e horários bem estabelecidos. Era a sua mãe que impunha as regras e só em situações mais graves é que o pai, «muito conservador», intervinha. Refere a sua ligação forte à família: «Nunca fui muito liberta assim da família, fui agarradíssima. Sou muito agarrada à família.» Casou aos 23 anos, depois de «um namoro só de companhia», sempre sob vigilância familiar. Foi mãe, pela primeira vez aos 25 anos, tendo tido dez filhos.

Diz explicitamente que procurou, na educação dos seus filhos, incutir-lhes os valores morais e religiosos que os seus pais lhe transmitiram.

A sua oitava filha, G. (curso médio de educação infantil), nascida em 1961, cresceu neste ambiente familiar de grande rigidez: «Havia horários, muito pouca liberdade, rédea curta mesmo [...]. Levantávamos cedo, tínhamos aquela rotina que eu odiava que era ir à missa.» Ao contrário dos irmãos homens que «gozavam de maior liberdade», só aos 22 anos pôde sair sem ser acompanhada. Durante os primeiros sete anos de namoro com o actual marido e seu único namorado, que iniciou aos 15, teve «um daqueles namoros à antigamente [...]. Havia uns telefonemas, mas não havia mais que isso.» Afirma que, mesmo para a época, o seu namoro «não era normal [...]. Havia muita gente [...] que achava aquilo estranhíssimo. Hoje em dia é logo de cama. Mas não, era mesmo um namoro à séria.» Quando se casou, com 25 anos, sentiu uma grande liberdade. Tendo tido algumas breves experiências profissionais, parte delas não remuneradas, deixou de trabalhar aos 29 anos depois do nascimento do seu segundo filho. Continuou contudo a exercer actividades de voluntariado caritativo. Apesar de reproduzir o modelo herdado da mãe, revela alguma insatisfação com o esquema rígido em que sempre viveu, aspirando a uma realização profissional e pessoal que nunca cumpriu. No entanto, o conformismo prevalece. Como nos diz: «Chego à conclusão que faço as mesmas coisas que os meus pais faziam. Sou igual, na mesma linha [...]. A única diferença é a liberdade.»

A neta, N., nascida em 1989, apresenta um modelo de transição para a vida adulta que rompe com o institucionalismo hiperdisciplinado da sua família. O percurso escolar que seguiu foi o princípio deste afastamento. Deliberada e provocatoriamente não cumpriu os desejos parentais, optando por um curso técnico-profissional de fotografia. Elemento central no seu percurso terá sido a sua transferência de uma escola privada para uma escola pública. Aí, recorda, passou a conviver com colegas de origens sociais menos favorecidas. Lembra-se de pensar: «Como é que eu me posso dar com eles?» Se no início «não queria misturas», posteriormente tal contacto abriu-lhe os horizontes para esquemas normativos mais plurais. Aos 14 anos, teve o seu primeiro namorado, ao qual se seguiram outras relações. Aos 18 teve a sua primeira relação sexual, recordando: «Na altura estávamos os dois bêbedos... primeiro não tava à espera de rosas no chão, mas não correu muito bem.» A sua vida pautou-se sempre pela rebelião contra o controlo por parte dos pais, no que respeita às saídas nocturnas, a beber e fumar, aos namoros. Mais ainda, revela uma atitude provocatória, já que confessa ter feito várias coisas com o intuito de ser

apanhada. Refere a propósito do tabaco que começou a consumir regularmente aos 12 anos: «... a minha mãe deu-me um estaladão. Porque eu comecei a fazer de propósito para ela descobrir [...] fiquei de castigo e mandaram dar o maço, lembro-me de ter chorado muito, lembro-me de ter pensado 'amanhã compro outro'!» Esta atitude é acompanhada por um forte desejo de independência. Começou a fazer pequenos trabalhos remunerados (como *baby sitter*, colaborando na organização de eventos festivos, etc.) aos 15 anos e desde essa altura considera-se mais autónoma, pois começou a ganhar o seu próprio dinheiro.

Noutras linhagens, nomeadamente masculinas, os elementos da geração mais nova tendem a recorrer ao valor da autenticidade, ao expressarem desconforto com a duplicidade dos esquemas da masculinidade tradicional. Para muitos rapazes, já não parece possível combinar duas normatividades que entendem como antagónicas, dada a pressão normativa contemporânea para a unicidade do modelo moral (Sayers 1999). Em vários casos também (quer masculinos, quer femininos), e ao contrário da neta na linhagem anterior, o desejo de autenticidade e descoberta de si não se expressa necessariamente através da ruptura e da rebelião, mas, a par da centralidade dos projectos de sucesso profissional e do desejo de emulação do modelo familiar dos pais, na procura de coerência individual.

Conclusões

Com o intuito de analisar a relação entre adultícia e género, pois todos os modelos de adultícia são igualmente modelos de género, investigámos as normatividades dominantes em três gerações. As dinâmicas sociais, contudo, não podem ser reduzidas às verdades prescritivas oficiais, já que as biografias não raras vezes se distanciam da perfeição irreal da norma. Neste sentido, procurámos, para as três gerações colocadas em linhagem familiar, aferir da menor ou maior adequação dos cursos de vida reais aos ditames ideológicos. Concluímos que tais processos de articulação, vividos em diferentes contextos sociais, não só produziam diferentes apropriações dos esquemas normativos, como também produziam dinâmicas intergeracionais específicas em termos dos modelos e vivências das adultícias de género.

As normatividades geracionais encaixam-se globalmente em tendências de diferenciação ideológica conhecidas na sociedade portuguesa, que traduzem a passagem de valores institucionalistas, tradicionalistas, con-

servadores, puritanos e comunitaristas para valores modernistas, libertários, experimentalistas, hedonistas e individualistas, acompanhando *grosso modo* a mudança do materialismo para o pós-materialismo teorizada por Inglehart (1997). Neste sentido, identificamos diferentes modelos geracionais de adultícia: patriarcal para a geração do Estado Novo; conjugal para a geração do 25 de Abril; individualista para a geração de início de século. Observamos globalmente a passagem de modelos prescritivos e estatutários de forte diferenciação de género e de ocultação de comportamentos marginalizados na geração que se tornou adulta no Estado Novo (os avós) para códigos de romantização e enfraquecimento da diferenciação na geração do 25 de Abril (os pais), e finalmente para modelos de legitimação da pluralidade e de maior articulação entre normatividades e percursos biográficos na geração de início de século (os netos), na procura de coerência identitária global.

Todavia, nem no passado a vida real se conformava necessariamente à rigidez da vida oficial, nem no presente deixaram as normas tradicionalistas, mesmo que transformadas, de serem seguidas por segmentos significativos da população. Como têm alertado vários autores (Levy, Widmer e Kellerhals 2002), os percursos acabam frequentemente por serem mais lineares do que a pluralidade e a destandardização o pressuporiam. Igualmente, para o passado, não podemos imaginar que todas as vidas eram vidas de classes médias «integradas». Lembre-se como a pobreza e a exclusão social impediam muitos de terem acesso a um percurso linear e normativamente legítimo, deixando outros tantos fora dos esquemas e das etapas familiares e profissionais canónicas – muitas crianças nasciam fora do casamento, as mulheres de meios populares não eram domésticas, homens e mulheres entravam precocemente no mundo do trabalho, vivendo situações de grande instabilidade laboral que se prolongavam, muitas vezes, por toda uma vida. Claro está que, no passado mais do que no presente, não ser conforme era sempre sofrer os custos de não se seguir e ter a forma certa.

Se, genericamente, o institucionalismo busca a estabilidade perene, o conjugalismo constrói a família como refúgio, ainda que potencialmente reversível, contra a instabilidade, e o individualismo aceita a instabilidade, transformando-a performativamente num princípio de experimentação; não quer isto dizer que não encontremos formas híbridas e tentativa de conciliação entre diferentes esquemas. Até devido à referida descoincidência entre normas e práticas.

Estas descoincidências são de natureza vária nas diferentes gerações: encontramos uma maior diferença entre normas e práticas na geração

mais velha, com as primeiras a serem mais restritivas que as segundas; na geração intermédia há, por um lado, uma maior adequação, mas, por outro lado, uma maior ambivalência ou mesmo nebulosidade práticо-normativa; na geração mais nova a adequação tende a ser mais conseguida, dada a pluralidade normativa, mas essa mesma pluralidade leva, ainda que minoritariamente, a diversificadas situações de desadequação, seja pela adopção de normas restritivas, como no passado, seja pelo convencionalismo das práticas reais em relação a discursos mais experimentalistas, seja pela confusão normativa e prática.

Daí a centralidade dos padrões de mudança e continuidade nas linhagens familiares, já que, se no interior de cada geração existem diferentes apropriações do modelo dominante, estas dependem fortemente das transmissões e das socializações operadas nas linhagens intergeracionais. As realidades vividas em cada geração vão estruturar as modalidades específicas com que as gerações seguintes se apropriam dos modelos de adultícia de género dominantes no seu tempo histórico. É claro que, em termos das linhagens, a mudança ou a continuidade nas identidades de género depende fortemente da mobilidade social e de eventos de curso de vida, particularmente quando, na transição para a idade adulta, esses eventos rompem com modelos herdados.

Encontramos três processos linhagísticos centrais: a passagem da busca difícil de um institucionalismo exigente para o individualismo hedonista; a mudança da regulação familialista tradicional para o conjugalismo companheirista; a passagem de um institucionalismo hiperdisciplinado conservador para uma busca de autenticidade individual.

No primeiro processo, verificamos que, quando o institucionalismo normativo não é inteiramente cumprido, abrem-se brechas para que mais rapidamente a mudança se introduza na geração seguinte e se adopte um novo modelo de adultícia emergente. Num certo sentido, a clara desadequação entre normas e práticas acelera a mudança, mesmo que apenas diferidamente. Estes processos não são imunes aos efeitos da classe social, tal como as trajectórias sociais não são imunes ao curso de vida. Na geração de início de século, ser-se adulto é definido pela autonomia individual, uma acepção válida tanto no masculino como no feminino. No entanto, nem todos encontram as condições para exercer a sua independência, na medida em que a adultícia vai enfrentando os reveses de trajectórias instáveis em «Iô-Iô» (Pais 1997, 2001).

No segundo processo, do familialismo para o conjugalismo, verificamos a força da permanência dos modelos de adultícia de género, com um nível de mudança intergeracional menor. De facto, nestes processos, a

terceira geração não se pauta por um claro modelo individualista, quedando-se, em parte, pelo menos (já que se verificam alguns hibridismos), por um conjugalismo companheirista. Nestes casos, é como se a maior adequação entre normas e práticas nas gerações precedentes, aliada, é certo, a contextos sociais ruralizados e de maior vigilância comunitarista, retardasse a transformação dos modelos de adultícia nas gerações mais novas.

O terceiro tipo de processos, do hiperinstitucionalismo à busca de autenticidade, é frequente em situações de classe mais privilegiadas ou mesmo burguesas (além de conservadoras e religiosas). As dinâmicas de mudança tendem a ser atenuadas na segunda geração (mesmo que com algum mal-estar nebuloso), e na terceira geração a tendência é para, de maneiras diversificadas ou mesmo opostas, procurar, de uma forma profundamente individualizada, uma espécie de autenticidade e coerência do eu, o que tem impactos relevantes nos modelos de adultícia. É como se a hiperadequação entre normas e práticas das gerações precedentes (mesmo que com algumas duplicidades tradicionais), produzisse nas gerações mais novas uma procura de concordância entre os valores que se têm e a vida que se faz ou pretende fazer. Isto já num contexto global onde não é possível escapar ao individualismo reinante, exactamente porque a individualização se tornou estrutural e institucionalmente dominante. Daí que nalguns casos a procura de autenticidade se faça pela provocação e ruptura com as gerações anteriores. Se há bricolagem das identidades (Lash 1999), estas devem ainda assim organizar-se segundo um princípio de coerência que, se não pressupõe, como nota Sayers (1999), um eu essencialista e absolutamente verdadeiro, exige harmonia entre as diversas partes. Como diria Sennett (1986 [1974]), cada vez mais a intimidade, aquilo que fazia parte do secretismo do privado e o separava do público, se torna visível, criando obstáculos à manutenção de mundos, e até identidades, segmentadas. A relativa erosão ideológica do duplo padrão da masculinidade tradicional é deste processo exemplo, subordinando-se ao valor moderno da autenticidade pessoal. Ainda que, como é evidente, nem todos estejam em condições de exercer a reflexividade exigida para a coerência normativa que se reclama à geração mais nova e vivam nas encruzilhadas criadas pela difícil justaposição dos valores do «passado e do presente».

Referências

Aboim, S. 2010. *Plural Masculinities: The Remaking of the Self in Private Life*. Aldershot: Ashgate.

Aboim, S., e P. Vasconcelos. 2009. «Differential and cumulative effects of life course events in an intergenerational perspective: social trajectories of three-generation family lineages». *Swiss Journal of Sociology*, 35, 2: 337-355.

Almeida, A. N. de. 1986. «Entre o dizer e o fazer: a construção da identidade feminina». *Análise Social,* XXII, 92-93: 493-520.

Beck, U., e E. Beck-Gernsheim. 2002. *Individualization*. Londres: Sage.

Bourdieu, P. 1980. *Le sens pratique*. Paris: Éd. de Minuit.

Bourdieu, P. 1998. *La domination masculine*. Paris: Seuil.

Burgess, E. W., H. J. Locke, e M. Thomes. 1960 [1945]. *The Family from Institution to Companionship*. Nova Iorque: American Book.

Butler, J. 1999. *Gender Trouble: Feminism and the Subversion of Identity*. Nova Iorque: Routledge.

Connell, R.W. 1987. *Gender and Power: Society, the Person and Sexual Politics*. Cambridge: Polity Press.

Cutileiro, J. 1977. *Ricos e Pobres no Alentejo*. Lisboa: Sá da Costa.

Elder Jr., G. H. 1974. *Children of the Great Depression: Social Change in Life Experience*. Chicago: Chicago University Press.

Elder Jr., G. H., M. K. Johnson, e R. Crosnoe. 2003. «The emergence and development of the life course theory». In *Handbook of the Life Course,* eds. J. T. Mortimer e M. J. Shanahan. Nova Iorque: Kluwer, 3-19.

Elias, N. 1993 [1939 a 1987]. *A Sociedade dos Indivíduos*. Lisboa: Publ. Dom Quixote.

Featherstone, M. 1991. *Consumer Culture and Postmodernism*. Londres: Sage.

Giddens, A. 1986. *The Constitution of Society: Outline of the Theory of Structuration*. Berkeley: University of California Press.

Giddens, A. 1996. *As Transformações da Intimidade: Sexualidade, Amor e Erotismo nas Sociedades Modernas*. Oeiras: Celta.

Giele, J. Z. 2004. «Women and men as agents of change in their own lives». In *Changing Life Patterns in Western Industrial Societies*, eds. J. Z. Giele e E. Holst. Vol. 8 de *Advances in Life Course Research*. Amesterdão: Elsevier Science, 299-317.

Heinz, W. R., e H. Krüger. 2001. «Life course, innovations and challenges for social research». *Current Sociology*, 49 (2): 29-45.

Inglehart, R. 1997. *Modernization and Postmodernization: Cultural, Economic and Political Change in 43 Societies*. Nova Jérsia: Princeton University Press.

Lahire, B. 2005. «Patrimónios individuais de disposições: para uma sociologia à escala individual». *Sociologia, Problemas e Práticas*, 49: 11-42.

Lash, S. 1999. *Another Modernity: A Different Rationality*. Oxford: Blackwell.

Laslett, P., e P. Wall, ed. 1972. *Household and Family in Past Time*. Cambridge: Cambridge University Press.

Levy, R., E. Widmer, e J. Kellerhals. 2002. «Modern family or modernized family traditionalism?: Master status and the gender order in Switzerland», *Electronic Journal of Sociology*, http://www.sociology.org/content/vol006.004/lwk.html, consultado em 10.01.2009.

Pais, J. M. 1997. «A geração yô-yô: uma nova condição juvenil?». In *Dinâmicas Multiculturais: Novas Faces, Outros Olhares*. Actas das sessões temáticas do III Congresso Luso-Afro-Brasileiro. Lisboa: ICS, Estudos e Investigações, 7, 111-125.

Pais, J. M. 2001. *Ganchos, Tachos e Biscates: Jovens, Trabalho e Futuro*. Porto: Âmbar.

Sayers, Sean. 1999. «The concept of authenticity», artigo não publicado. Disponível em http://www.kent.ac.uk/secl/philosophy/articles/sayers/authenticity.pdf, consultado em 23.02.2009.

Sennett, R. 1986 [1974]. *The Fall of Public Man*. Londres: Faber.

Simmel, G. 1989 [1908]. «O cruzamento de círculos sociais». In *Teorias Sociológicas: Os Fundadores e os Clássicos* I, ed. M. Braga da Cruz. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 573-578.

Simmel, G. 1991 [1908]. *Secret et sociétés secrètes*. Estrasburgo: Circé.

Taylor, C. 1989. *Sources of the Self: The Making of the Modern Identity*. Cambridge: Harvard University Press.

Vasconcelos, P. 1998. «Vida familiar». In *Gerações e Valores na Sociedade Portuguesa Contemporânea,* coords. J. M. Pais *et al.* Lisboa: ICS/Secretaria de Estado da Juventude, 321-404.

West, C., e D. H. Zimmerman 1987. «Doing gender». *Gender & Society*, 1 (2): 125-151.

Parte II
Contextos sociais e aprendizagens: quem socializa quem?

Lia Pappámikail

Capítulo 3

A adolescência enquanto objecto sociológico: notas sobre um resgate

Introdução

Resgatar a adolescência enquanto objecto sociológico significa afirmar que, por alguma razão, ela tem estado refém. Refém de quê? Em nossa opinião refém, nomeadamente, de uma visão que centra a experiência da adolescência na articulação de processos fisiológicos com psicológicos, num alinhamento (previsível e teleológico) de etapas. Ainda assim, admitimos que a metáfora do rapto possa ser excessiva, embora vise somente reiterar que se têm estudado abundantemente juventudes e jovens, alguns deles adolescentes (se se definir adolescentes como os indivíduos que experienciam a maturação biológica do corpo), raramente se abordando o processo ou a experiência da adolescência, ou seja, aferindo das lógicas sociais inerentes ao período que se inicia com a saída da infância e em que o sujeito reivindica (na família, na vida social) o estatuto de indivíduo, transformando-se as representações que tem e que têm de si. E, em nosso entender, para aferir cabalmente da existência de mecanismos sociais de constituição de si no quadro das interacções familiares, nomeadamente no que concerne aos fluxos socializadores que circulam na família, há que explorar os modos como se recompõem e reajustam os membros da família quando confrontados com o crescimento e o amadurecimento dos jovens, para lá, portanto, do convencional isolamento conceptual da juventude na esfera mais pública da sua existência.

Não diminuindo, pois, a importância de outras abordagens, reclama-se neste texto um espaço teórico para o olhar sociológico sobre a adolescência, alinhando argumentos que informam da relevância deste objecto quer para a agenda específica da sociologia da juventude, quer para a compreensão dos processos de individuação nas sociedades contem-

porâneas. Para tal, discutem-se as origens das categorias adolescência e juventude, sublinhando o carácter partilhado do percurso intelectual da sua apreensão. Nessa discussão dá-se um especial destaque às perspectivas sociológicas sobre a juventude, que tendem, na nossa opinião, a situar o sujeito jovem apenas numa das dimensões da sua existência. Num segundo momento perscrutam-se os traços individuais, familiares e sociais que servem de trama analítica ao processo de abertura ao mundo experimentado pelos adolescentes, com o objectivo de alinhar alguns dos eixos que configuram uma perspectiva sociológica da adolescência nas sociedades ocidentais contemporâneas.

Um percurso para duas categorias? Juventude e adolescência em debate

A juventude é, logo à partida, uma categoria social de definição complexa. Esta, entre outras razões, levou a que os seus *membros*, os *jovens*, tenham sido ao longo do último século, sobretudo, objecto de especial interesse e intervenção por parte de investigadores e agentes políticos. Interesse, é preciso notar, particularmente sensível às sucessivas representações, normativas e ideológicas (construídas com o contributo do discurso das ciências sociais), associadas àquela emergente categoria social (Pigeault-Cicchelli, Cicchelli e Ragi 2004; Griffin 1997, 2001; Klein 1990; Lesko 1996).

Pode afirmar-se com um razoável grau de segurança que a juventude, tal como se concebe actualmente (na sua dupla vertente de fase da vida e categoria social), é um produto da modernidade. Não havia na Europa pré-industrial qualquer dúvida quanto ao estatuto de subordinação simbólica da infância em relação à idade adulta, para a qual se transitava aliás directamente. Klein (1990) sublinha, precisamente, que a emergência das próprias noções de infância, adolescência ou juventude são já um reflexo de mudanças culturais, possibilitadas pelos processos de diferenciação social decorrentes dos processos de *modernização*. Entre estes um particular destaque é devido ao domínio económico, na medida em que foi a partir das transformações profundas que nele se experienciaram que emergiu (muito lentamente) um domínio educativo, que foi sucessivamente *assimilando*, em diferentes moldes consoante as épocas históricas e as posições sociais, as novas *idades de vida* que medeiam a infância e a idade adulta.

No entanto, não deixa de ser curioso assinalar que a *juventude*, se assim se pode chamar o período da vida prévio ao casamento, ou seja, o período onde se verificava algum afastamento da família, conseguido atra-

vés da incorporação em algum aprendizado (processo exclusivo de uma faixa, ainda assim limitada, de rapazes com um determinado perfil social), era até bastante longa se se conferirem os calendários matrimoniais tardios e um limite para a maioridade legal superior ao actual.[1] A manutenção da subordinação face à autoridade paternal durante tão longo período não significava, todavia, que existisse um *tempo* e um *espaço* exclusivo para essa *juventude*, integrada, *grosso modo*, desde a saída da primeira infância no mundo dos adultos e das suas actividades, ou seja, modelada por relações socializadoras de direcção única (Cicchelli 2001; Cunha 2007; Klein 1990).[2]

É, ainda assim, um processo lento, como são por definição os processos de mudança social, aquele que dá origem à constituição da juventude enquanto grupo social e tempo da vida (quase) universal nas sociedades ocidentais. Com efeito, é justamente na encruzilhada de movimentos demográficos e culturais, como a sentimentalização da criança e posterior reconhecimento da sua condição de indivíduo (Ariès 1988), com a expansão da escola moderna (com especial destaque para os segmentos secundários e universitários do ensino) como espaço de socialização, interacção e aprendizagem de uso (quase) exclusivo de indivíduos jovens (Klein 1990), que se criam as condições para a legitimação de um tempo específico no ciclo de vida, não produtivo (do ponto de vista do capital económico), para a preparação da vida adulta (cuja forma e conteúdo era, ainda assim, profundamente segmentada segundo o género).

Com efeito, a escola passa a ser a partir de certa altura o único território legítimo para a vivência de grande parte da juventude, estando às crianças e jovens juridicamente vedado o acesso ao trabalho assalariado durante a escolaridade obrigatória. Assim, para além dos aspectos especificamente culturais e éticos que a modernidade introduziu na forma como se concebem os indivíduos, na vivência da família (mediada por uma linguagem

---

[1] Com efeito a maioridade, instrumento jurídico que baliza, de certa forma, as fronteiras etárias da juventude, manteve-se em Portugal nos 25 anos (estabelecidos pelas Ordenações Filipinas no século XVII) até ao Código Seabra (1867), em que o artigo 1050.º estabelece os 21 anos como idade da maioridade civil. Só na revisão do código civil de 1977 ela atinge o valor actual, fixado nos 18 anos, com uma total igualdade de direitos e liberdades entre sexos (algo até então inédito) (Portugal 1977).

[2] De notar que uma tal constatação em nada constitui uma novidade. Se apenas nos reportarmos ao contexto português, verifica-se que desde as primeiras reflexões sociológicas sobre o tema, se assinala precisamente a relação da emergência da juventude, enquanto categoria social, com as transformações sociais, económicas e culturais promovidas pela modernidade (num sentido lato) e pelo processo de modernização do país (num sentido mais estrito) (Nunes 1968, com especial destaque para as pp. 93-99).

de afectos e afinidades) e no relacionamento intergeracional (cada vez mais regulado pelos ideais democráticos de partilha e reciprocidade) foram, com efeito, fenómenos como a democratização do acesso ao ensino, bem como o prolongamento da sua obrigatoriedade e participação até aos níveis actuais,[3] a também contribuir para um maior relevo da juventude (enquanto condição duplamente etária e cultural). De notar que os modelos transicionais que sugerem uma dada sucessão de *idades da vida* (com os respectivos atributos culturais a orientar expectativas e experiências) não se substituíram, antes coexistindo num mesmo tempo histórico e social. Da infância directamente para a *vida adulta*, por via da integração precoce no mercado conjugal ou de trabalho; da infância à idade adulta, passando por uma adolescência e uma juventude dedicadas à formação e aprendizagem, são múltiplas as modalidades de percursos de vida possíveis, embora o último tenha ganho destaque ao longo do século XX, tornando-se o mais legítimo do ponto de vista simbólico.

Na verdade, a vivência de uma juventude, concebida neste moldes, esteve durante muito tempo reservada a um conjunto restrito de indivíduos – no masculino sobretudo –, privilegiados do ponto de vista socioeconómico, com tempo e espaço para a construção de si através da aprendizagem entre pares e a experimentação *controlada* de estilos de vida, sem que isso resultasse, na maioria das vezes pelo menos, em descontinuidades culturais significativas.[4]

Novidade moderna, e sobretudo contemporânea, será, portanto, a associação aos contextos intergeracionais tradicionais (na família e no trabalho), novos (e cada vez mais democratizados) contextos intrageracionais onde, entre pares, se forjam territórios mais exclusivamente juvenis, com práticas, consumos e representações específicas, como são os das sociabi-

---

[3] Nove anos de escolaridade obrigatória em Portugal, desde 1986 apenas até atingir os actuais doze anos, como em tantos outros países da Europa (para mais elementos sobre a evolução da população escolar em Portugal consultar Almeida e Vieira 2006, 27-49).

[4] Não é de estranhar, no quadro do que se tem vindo a argumentar, que Gillis (1981, 90-91), nomeadamente, encontre junto das elites boémias e românticas do primeiro terço do século XIX a génese de algumas das representações mais comummente associadas à juventude ainda hoje. Afirma o autor que junto desse grupo, minoritário e socialmente favorecido, se podia encontrar o mesmo fascínio pelos estilos bizarros, os mesmos comportamentos pouco convencionais e linguagens estranhas que se atribuem aos seus pares contemporâneos. O desprezo pelo trabalho, a preocupação com o presente excluindo todos os pensamentos sobre o passado ou o futuro, a resistência à ordem e à disciplina, todos os sinais de um prolongamento da moratória social que viria a estar no centro das preocupações com a juventude estavam lá. Para os jovens, eles próprios, a boémia era uma espécie de Carnaval prolongado, um evitamento dos papéis do mundo real os quais a maioria sabia ter de, em última análise, adoptar.

lidades e lazeres.[5] Isto representa também que às *idades/fases da vida* se associaram historicamente atributos culturais que com o tempo começaram a destacar-se das categorias biológicas/fisiológicas que lhes deram origem.

É interessante sublinhar que à medida que a juventude se expande (em número de indivíduos que dela acabam por usufruir e no tempo que ela pode «durar»), as melhorias generalizadas nas condições de vida decorrentes do desenvolvimento da sociedade industrial e capitalista se traduziram numa antecipação, em média, do início da puberdade e, por consequência, da maturidade biológica do corpo, agora que crianças e jovens se encontravam progressivamente mais bem nutridos. Contribuindo para elevar a juventude de mero período intercalar entre a infância e a vida adulta a categoria sociocultural, parece haver, também, uma crescente divergência entre os aspectos simbólicos e culturais da juventude e os aspectos especificamente fisiológicos do desenvolvimento do corpo. Significa isto que a análise de indivíduos jovens, aferindo a partir do seu estado de maturação biológica um estado psicossocial correspondente, perde progressivamente adeptos no seio das ciências sociais (e não só). Como sugere Lesko (1996), categorias como adolescência (que evoca precisamente o processo de maturação sexual do corpo) sofreram, justamente, um processo de *desnaturalização*. Veja-se porquê.

Explicar o processo de *desnaturalização* de uma categoria (e concomitante *culturalização*) obriga a evocar o contributo da psicologia na construção do conceito de juventude, desde logo a partir dos trabalhos de Hall (1916 [1904]) sobre a adolescência,[6] publicados no dealbar do século XX, que resultou aliás na apropriação desta fase da vida como um território quase exclusivo daquela abordagem científica. A partir da perspectiva de Hall formou-se um paradigma linearista do desenvolvimento que, instituindo a juventude como um conjunto de etapas sucessivas, dominou, *grosso modo*,

---

[5] Territórios que não se cingiam, de modo nenhum, exclusivamente à escola, e em quem nela *podia* participar. Com efeito, a rua tornou-se o espaço de sociabilidade e lazer mais acessível a tantos jovens (rapazes), cujo trabalho a família não podia dispensar. É, justamente nestes grupos de jovens, pobres na sua maioria e oriundos de classes trabalhadoras operárias a residir nas cidades, que se vão centrar muitas preocupações sociais, ao serem associados à delinquência e à desordem (Gillis 1981, cap. 3).

[6] O uso alternado ou simultâneo dos termos «juventude» e «adolescência» significa apenas que as categorias não são mutuamente exclusivas, mas antes se intersectam profundamente nos seus sentidos e atributos. A referência à adolescência visa sobretudo remeter para os processos de individuação que são simultâneos ao crescimento e amadurecimento do corpo, ao passo que juventude é uma categoria cultural mais ampla que excede de forma mais evidente quaisquer limites biológicos ou etários. Com efeito, os adolescentes são (ou almejam ser) jovens (no sentido cultural) também. Já muitos daqueles que se identificam como, ou se sentem *jovens,* não são necessariamente adolescentes.

um grande número de pesquisas e perspectivas. Sublinhe-se, ainda, como aquele autor contribuiu fortemente para a associação da adolescência (definida como um período de transformações fisiológicas e hormonais que elevam o corpo da criança ao estádio adulto e que rapidamente se constituiu numa categoria simultaneamente clínica e social), a um inevitável tempo de *stress e tempestade,* determinado por imperativos biológicos e psicológicos que seguiam, basicamente, a linha psicanalítica de Freud.[7] A própria etimologia da palavra parecia reforçar esta ideia, pois adolescência deriva da palavra latina *adolescere*, que significa adoecer, embora seja composta por duas palavras *(ad* e *olescere)* que querem dizer *para* e *crescer* respectivamente. Em suma, palavra e conceito parecem estar afinados na ideia de que *para crescer* é preciso *sofrer*. Acrescentaríamos que, implícita nesta ideia de sofrimento inescapável, está também a ideia da necessidade de uma ruptura (geracional) cujo palco primeiro seria a família: a afirmação de si andaria a par da afirmação de uma identidade geracional diferente da da geração precedente.

Um tal modelo, que pressupõe portanto uma *crise*, potencialmente conflitual (nomeadamente com a família), no processo de construção da identidade, negligencia quer o papel das transformações éticas mais gerais que melhor explicariam eventuais distâncias e proximidades intergeracionais, quer a influência dos traços sociais, económicos e culturais na modelação de padrões de comportamento juvenis [não esquecer ainda o carácter civilizacional do próprio processo, como demonstrou Mead (1961)], quer ainda a reciprocidade transformativa que o processo da adolescência despoleta na dinâmica familiar – não terão afinal os fluxos socializadores entre gerações vários sentidos?

Na verdade, acaba por estar implícita nestas abordagens a ideia de que se quer sair da juventude para entrar na vida adulta, como se esta representasse um patamar existencial de *suposta* maturidade por contraponto à *suposta* imaturidade da juventude, o que, lembra Boutinet (1998), é uma falácia que ignora quer o carácter dinâmico da identidade, quer o facto de à fase adulta do ciclo de vida não ter de estar necessariamente associada uma condição psicossocial autónoma, livre e/ou independente. Acrescenta Childress (2004), a este propósito, que o recurso às categorias *definidas* por uma perspectiva do desenvolvimento sobre os jovens é perigoso, mesmo que a necessidade de nomear por vezes o imponha, justamente, porque pressupõem que os indivíduos se dirigem ao pináculo do ser (a vida adulta), fase para a qual os jovens se estão preparando e à qual estarão desejosos de chegar.

[7] Que sustentava a ideia de que os impulsos de natureza sexual condicionavam fortemente as relações com os progenitores.

Em suma, do ponto de vista do indivíduo, e no cerne dos muitos sentidos associados à juventude, permanece a ideia de que o jovem é alguém inacabado, em processo de construção ou em devir (Klein 1990). Este facto imprime a esta fase da vida um incontornável carácter *transitório* e *ambíguo* (entre dois momentos de *suposta* estabilidade e cristalização identitária que seriam a infância e a vida adulta) que tornou, desde sempre, a sua análise conceptualmente complexa. Até porque, concomitantemente, experimentaram-se nas sociedades ocidentais mudanças histórico-culturais que conferem uma relevância crescente a aspectos mais expressivos do individualismo moderno, que remetem, também, para a adesão crescente a formas identitárias concebidas como *work in progress* sujeitas, ao longo de todo o percurso de vida, a permanentes reformulações, por via da acção de múltiplas fontes de aprendizagem e influência, e orientadas pelo valor da autonomia, sem que isso implique uma idade certa para a sua estabilização (Beck e Beck-Gernsheim 2002; Dubar 2001; Giddens 1994; Kaufmann 2004, 2008; Martuccelli 2006).

Parte do interesse actual na juventude reside, portanto, na constatação de que um legítimo processo de *busca de uma identidade própria* por parte dos jovens se tornou cada vez mais complexo à medida que se flexibilizam estruturas sociais (especialmente quando comparadas com as estruturas pré-modernas), surgem novos canais de mobilidade social e se amplia o campo dos possíveis em que se forjam as identidades, trajectórias e projectos de vida (Pais 2001, 2003). Nessa medida, há uma cautela obrigatória na atribuição a efeitos de idade de determinados traços culturais, quando podem estar em causa efeitos de geração (reflexo de mudanças sociais mais profundas e a longo prazo) (cf. Pais 1998, 24-29). Numa frase, a abordagem de *novas* questões e fenómenos sociais fazendo um uso acrítico de *velhos* paradigmas interpretativos redunda na reprodução de preconceitos. E a juventude, como temos argumentado, tem sido um território fértil para *normatividades* e *juízos de valor* por via das representações sociais que dela se fazem.

São, com efeito, os seus atributos simbólicos que fazem da juventude um conceito que ultrapassa, em larga medida, as fronteiras etárias do ciclo de vida, embora a âncora corpórea da noção de juventude, ou seja, a associação de determinadas *performances* a uma faixa etária cujo corpo se reconhece jovem, permaneça um incontornável traço da representação normativa daquele grupo social. [8]

[8] Ver, a este propósito, a discussão levada a cabo no capítulo 12 deste livro por Vítor Sérgio Ferreira.

Seguindo assim o movimento mais amplo na abordagem do indivíduo que se verificou na sociologia (Corcuff 2005; Dubet 2005; Martuccelli 2005), também a sociologia mais especializada no estudo da juventude se confrontou com a complexificação e a fragmentação das trajectórias de vida na contemporaneidade, desta feita ao dar conta das existências crescentemente singulares (ou pelo menos assim representadas) de sujeitos jovens em processo de construção de si cujas *«vidas* [...] *são impressas em estruturas sociais crescentemente labirínticas»* (Pais *et al.* 2005, 115). Antes, porém, foram dois os caminhos analíticos principais que se trilharam, de forma mais ou menos paralela, no estudo deste conjunto de indivíduos, agregados em torno de uma volátil definição de juventude [são a este propósito relativamente consensuais as análises de Pais (1990), e Schéhr (2000)].

Por um lado, procuraram-se os denominadores comuns, capazes de consubstanciar a existência de especificidades do fenómeno juvenil, associando-as a uma dada categoria etária. Por outro, defendendo a ideia de que juventude não corresponde a qualquer realidade empírica concreta [como aliás sugeria Bourdieu (1980) quando afirmou que juventude não era mais do que uma palavra], seguiu-se um enfoque que privilegiou a aferição das diferenças e irredutibilidades entre as várias juventudes. Em ambos os paradigmas (geracional e cultural), porém, tende a desaparecer o *sujeito individual,* actor e autor do seu percurso de vida. Partindo, pois, da ideia de um certo polimorfismo identitário, decorrente do jogo, sempre possível, das pertenças, afiliações e desafiliações que resultam da multiplicação de esferas de vida, opta-se neste contexto por secundarizar a ideia tanto de *juventude* como de *juventudes*, enquanto grupos subculturais estáticos com determinado significado, tempo e espaço social, para melhor perceber os indivíduos jovens, e os processos com que fabricam as suas identidades, por detrás e para além dos comportamentos que os inscrevem e, tantas vezes, enclausuram numa dada categoria ou papel. Na verdade, têm-se sugerido ao longo de anos de pesquisas inúmeras pistas sobre o que é *ser-se* jovem (entre identidades e *performances* diversas), faltando em nosso entender perceber como se *tornam* jovens, no que tanto é uma abordagem da adolescência como dos processos de individuação.

De facto, vale a pena regressar ao argumento de que a diferenciação social (um dos traços incontornáveis da modernidade), objectivada na multiplicação de territórios de interacção e construção de si, leva a que a identidade passe a ser cada vez mais concebida como um compromisso narrativo, provisório, que implica a articulação e a coordenação dos vários traços (heterogéneos e paradoxais, herdados e construídos) do sujeito que actua nesses diversos territórios, por referência a diferentes alterida-

des. Uma tarefa que se traduz em múltiplos desafios e/ou dificuldades a solicitar um trabalho subjectivo por parte do indivíduo com vista à sua *solução*, o que exige alguma forma de reflexividade individual (Dubet 2005; Thévenot 2006). Se a reflexividade assenta num reportório de competências que se desenvolvem e elaboram a partir, justamente, da participação no mundo social, logo se entrevê a particular intensidade dos referidos desafios, até porque o impacto que as experiências juvenis têm no desenhar da trajectória de vida (inclusivamente de mobilidade social) não é negligenciável, dado tratar-se de sujeitos que se encontram numa fase inicial do desenvolvimento dessas mesmas competências. Senão, veja-se.

Do corpo que cresce e da autonomia que se constrói: um (novo) olhar sobre a adolescência

Uma especial atenção é devida, como acabámos de argumentar, à experiência processual da construção de si, o que obriga a mergulhar, sem receios, nas ambiguidades, tensões e paradoxos que caracterizam o período que se inicia, não obstante variações não negligenciáveis, com a maturação sexual do corpo. Por razões históricas, este tem sido um período do curso de vida cujo estudo tem sido, *grosso modo*, monopólio da psicologia, como aliás já se afirmou. Estudá-lo (ao indivíduo adolescente) numa perspectiva sociológica poderia, pois, à partida, revelar-se melindroso, na medida em que sendo impossível evitar ou contornar totalmente as categorias conceptuais eminentemente psicológicas (ou interpretadas como tal, fruto de uma banalização do saber pericial), se corre o risco de serem lidas como psicologismos as interpretações, caso não se proceda, como acima defendíamos, à crítica sistemática dos pressupostos (normativos) que atravessam essas mesmas categorias. Mas, na nossa perspectiva, são exactamente as mesmas razões que levam a que muitos a evitem, que tornam a *adolescência*, no quadro dos estudos sobre juventude, um objecto particularmente interpelador (e desafiador). Com efeito, se se trata de um processo «*infinitamente individual*», não é menos verdade, como sustenta Marcelli (2008, 23), que ele é, simultaneamente, um processo «*infinitamente familiar*» e «*infinitamente cultural*». É pois um processo que dialoga simultaneamente com os tempos de vida individuais, familiares e sociais, implicando não só o actor que o experiencia como aqueles com quem partilha o quotidiano, com especial destaque para os progenitores. Com efeito, acrescenta o mesmo autor logo de seguida, as rela-

ções familiares entre adolescentes e seus pais são o exemplo paradigmático que amplifica/revela a natureza social da adolescência e juventude, daí ressaltando questões que se prendem justamente com a múltipla orientação dos fluxos socializadores em quadros normativos que convidam à permanente permeabilidade identitária. E se assim é, o processo da adolescência é, em si, um objecto sociológico, como sempre foram os jovens cuja *idade os situa* nessa fase da vida.

Na verdade, para lá dos dilemas relacionados com o substrato normativo de categorias simultaneamente sociais e científicas, o facto é que tomar os jovens, em geral, e os adolescentes dentro destes, em particular, enquanto objecto representa sempre enfrentar desafios conceptuais (alguns dos quais já debatidos). Desafios que se prendem, também, com a questão do corpo (Breviglieri 2007; Lesko 1996; Singly 2006). Explicando: o indivíduo jovem identifica-se por aquilo que já não é (uma criança cuja estatura física a demarca claramente do universo de outros sujeitos que a tutelam, vigiam e protegem), mas também por aquilo que ainda não é, embora biologicamente possa já parecer (um indivíduo com um corpo adulto, a que uma dada representação da idade adulta tende a associar uma combinatória de características e competências, nomeadamente maturidade, responsabilidade, autonomia e independência) (Cicchelli 2001, 5). O corpo (e o seu estágio de maturação) é aqui mobilizado, portanto, como uma metáfora para a ambiguidade e a ambivalência que servem de trama à discussão da condição juvenil em geral, e à adolescência em particular.

Por um lado, o indivíduo adolescente tem um corpo que se transforma num tempo e a um ritmo que estão para além daquilo que o sujeito pode controlar (muito embora esse mesmo corpo possa ser transformado de alguma forma também).[9] Altera-se assim a imagem que tem de si, mas também a imagem que têm de si, forçando de alguma forma a reformulação dos laços com as alteridades significativas, como a família, por exemplo. Por outro lado, o jovem adolescente expõe-se e é exposto a cada vez mais desafios (provas) e experiências no espaço público, que surgem da conquista ou integração em novos territórios de interacção aonde se alargam as potencialidades do agir e aonde se movimenta com diferentes, mas crescentes e desejados, graus de liberdade (Breviglieri 2007, 19).

Neste processo, confronta-se o sujeito jovem com novos códigos de comunicação que medeiam interacções, mais impessoais e abstractos na forma e no conteúdo, mas sobretudo diferentes daqueles que resultam da manipulação do espaço de pertença familiar e próximo. Essa *abertura*

[9] Ver a este propósito o trabalho de Ferreira (2008).

a outros códigos obrigará o indivíduo a constatar a contingência e as particularidades daqueles códigos que lhe foram até então familiares, abrindo espaço ao seu questionamento e relativização. Em suma, diversificam-se os códigos, ampliam-se (ainda mais) os *horizontes* da existência. Diversificação que acaba por ser trazida para o seio da dinâmica familiar, interpelando-a e aos seus membros, com a adopção de novos referenciais culturais, novos modos de ser e de estar. De assinalar o facto de não se tratar de um processo linear de substituição, pois o código familiar, assente numa hierarquia simbólica que legitima o *nós* familiar e próximo, por oposição aos *outros* exteriores e distantes, mantém-se no léxico do sujeito (cuja identidade, lá está, se constrói tanto nas pertenças como nas desafiliações), e estende-se para lá dos muros da rede familiar, acabando por reproduzir-se de forma bastante forte no desenvolvimento das redes de relações amicais entre pares (Baraldi 1992; Molénat 2006; Pasquier 2005).

Há a sublinhar, simultaneamente, uma certa efervescência e/ou hiperbolismo na experiência adolescente, que também passa pelas mudanças operadas no centro de gravidade existencial do indivíduo à medida que, com os novos territórios de interacção, se multiplicam também as alteridades, tão mais significativas conquanto se tornam *instâncias relacionais de validação e reconhecimento identitário*. Daí pode, efectivamente, resultar o reequacionamento do lugar relativo da família (e dos seus elementos) enquanto alteridade principal, lugar que lhe pertencia, *grosso modo*, na infância.

É neste sentido que o processo de reformulação das relações de filiação, no qual concorrem as culturas e patrimónios familiares e as interacções e negociações específicas através das quais se conquistam e/ou concedem liberdades e independências (que podem, por sua vez, constituir elementos favoráveis à construção da autonomia identitária), é particularmente importante na experiência da adolescência. O período que se segue à infância é, com efeito, um espaço/tempo de inegável transformação – quanto mais não seja fisiológica –, aonde se forja, com particular intensidade, o jogo das pertenças, afiliações e desafiliações identitárias, e aonde se geram (novos e diferentes) comportamentos que afastam simbolicamente o indivíduo da infância: abandonam-se definitivamente as brincadeiras com bonecos, exige-se a reformulação da decoração do quarto, procura-se projectar um novo *eu* através de atitudes e comportamentos subjectivamente percebidos como *juvenis,* adequados ao novo corpo e às expectativas que ele gera nos outros e em si. A adesão a novos comportamentos pode, aliás, funcionar como um estímulo ao desenvol-

vimento das competências de reflexividade, que são, no fundo, a matéria-prima da autonomia individual. Competências de reflexividade que, por seu turno, também podem beneficiar dos estímulos e exigências escolares que forçam os sujeitos (que efectivamente percorrem os trilhos escolares que vão para além do básico) a, no mínimo, contactar com formas progressivamente mais complexas de saberes académicos, que exigem competências cognitivas crescentemente mais elaboradas.

Embora a *irreverência* penda sobre a juventude como um dos seus principais atributos culturais (naturalizado, na medida em que se assume frequentemente que tal característica faz parte da *fase da vida*), sobre os adolescentes recaem expectativas de que temperem a sua irreverência de forma a se aproximarem de um agir interpretado como mais adulto: têm de aprender os jovens a ser mais *responsáveis* e *autocontrolados*, o que significa, não raras vezes, deixar cair o *i* para se tornarem, somente, reverentes (e respeitosos) para com certas alteridades. Ainda assim, a *irreverência* não deixa de ser socialmente cultivada, por jovens e menos jovens, na medida em que a juventude não deixa de ser na contemporaneidade uma condição celebrada, almejada e, até mesmo, invejada, o que sublinha o paradoxo da experiência adolescente a nível das injunções que regulam os seus comportamentos e atitudes.

Breviglieri (2007, 19-27), na antropologia que propõe da adolescência [à luz dos contributos teóricos da acção plural de Thévenot (2006)], sublinha como o mais interessante na análise da relação do indivíduo adolescente com o mundo é, de facto, a sua intensa complexificação, densificação e alargamento do seu alcance, à medida que se envolve em novos territórios de interacção (uns voluntariamente, outros de forma imposta pelas necessidades institucionais, como até certa idade a escola). O indivíduo adolescente fá-lo através de um percurso em que, fabricando a sua autonomia, enfrentado mais ou menos obstáculos e fazendo uso dos recursos que tem disponíveis, se pode mostrar titubeante, pois dependente do tipo de resposta que consegue dar aos vários *desafios* e *provas* públicas (previsíveis e imprevisíveis, institucionais e relacionais) e nas várias apresentações e projecções que faz de si (sucesso *vs*. insucesso).

Afirmá-lo, esclarece por seu turno Martuccelli (2004, 306), não significa reduzir a análise a um estudo psicológico, moral ou existencial, uma vez que as provas que forjam os indivíduos são socialmente organizadas e distribuídas, resultando num conjunto de processos com os quais são confrontados os indivíduos ao longo de todo o ciclo de vida. Acrescenta também o mesmo autor como é fundamental a desigualdade nos recursos disponíveis para o enfrentamento dessas *provas,* salientando como as assi-

metrias nas posições sociais ocupadas influem, embora não determinando, na individuação dos destinos sociais (2004, 309). No caso dos adolescentes que acedem a novos territórios trata-se, portanto, de espaços essencialmente *probatórios* aqueles onde progressivamente se inserem.

É, por outro lado, um processo de construção de identidade, que assim ganha outras formas e conteúdos, em que há lugar para a dúvida e em que os contextos da (inter)acção, inclusivamente o familiar, podem ditar desajustamentos entre aquilo que se pensa que se quer ser e o modo como se age (que pode não *expressar* a autenticidade mais ou menos imaginada pelo sujeito). Recordem-se, a este propósito, os vários tipos de obstáculos (materiais e simbólicos) que sancionam a liberdade dos indivíduos jovens em particular. De facto, é preciso sublinhar que o sistema de relações familiares em que a maioria dos adolescentes está inserida, afastada que está uma parte muito significativa deles do mercado de trabalho, é profundamente assimétrico em termos de poder e autoridade: a condição de dependência material e financeira constitui, na verdade, um inequívoco recurso parental no sancionamento da liberdade de acção e circulação (nocturna, sobretudo). Não raras vezes também, por exemplo, a hesitação e a dúvida estendem-se à acção parental, sensível que se vem tornando aos argumentos filiais e substancialmente mais permeável aos modos de ser e estar que os jovens preconizam, pelo menos quando comparada com a acção parental regulada por modelos mais autoritários e menos flexíveis, hegemónicos que foram num passado relativamente próximo.

Ainda assim, materializar uma identidade, provisória e hesitante, numa imagem e em práticas e comportamentos esbarra muitas vezes, por isso, nos limites que são impostos pelos progenitores, por muito que a acção juvenil procure ampliar, contornar ou transgredir essas fronteiras. Mas os constrangimentos não se reduzem aos eventuais obstáculos parentais à liberdade. Há que referir as pressões sociais exercidas pelos pares e os dilemas e tensões que resultam de querer simultaneamente ser diferente e igual aos demais.

Pelo exposto, entrevêem-se os sofrimentos mais ou menos intensos que todo o complexo processo de experimentação/construção de si pode acarretar. Estes remetem para a necessidade que os indivíduos (porventura de forma mais premente nesta fase do ciclo de vida) têm de *abrigos* ou *refúgios* existenciais de natureza física, relacional ou simbólica (o quarto, os amigos e a família, ou mesmo objectos materiais significativos) como assinala Le Breton (2008, 65). Afinal, recorde-se, a singularidade e a autenticidade são traços simultaneamente almejados e temidos na contempo-

raneidade (Kaufmann 2008; Taylor 1989). Não ignorando os esforços a que a integração no grupo de pares obriga, é ainda assim forçoso realçar o papel central das relações de amizade na experiência da adolescência e juventude. Com efeito, para além de representar um abrigo existencial, a filiação junto dos pares cumpre outras funções simbólicas. Como salienta Jarvin (2004, 43), «na medida em que a relação de amizade é voluntária, ela transcende as filiações institucionais ou organizacionais prescritas e veicula uma nota de igualdade entre indivíduos. Ela pode ser considerada como uma instituição intersticial que lança pontes entre diferentes grupos, populações e categorias sociais.»

Coloque-se, pois, a ênfase na dimensão processual, não linear, da construção (sempre inacabada) da identidade, dialógica quer no sentido relacional, quer no sentido reflexivo: neste percurso eminentemente exploratório há lugar para a hesitação, a incerteza e a insegurança do que constitui, nas palavras de Breviglieri (2007), um *eu* (particularmente) «dubitativo». Embora se reconheça o potencial de dificuldades psicológicas inerentes ao processo de crescer e amadurecer – dois eixos normativos, conforme sugere o mesmo autor (2007, 20) que constituem um espaço produtivo de compreensão da adolescência –, que implicam a exploração não só dos novos territórios, como dos seus limites, esta é uma perspectiva que não assenta na necessidade de haver uma catástrofe psíquica, como defendiam os partidários do modelo *stress e tempestade*, para a construção de uma nova identidade (Freud 1965).

É certo que esta é construída como relativamente separada da identidade estritamente familiar, mas também é verdade que ela é, na maioria dos casos, construída no seio dela por via de uma socialização recíproca feita de (re)composições e (re)ajustamentos, sem que se registem necessariamente rupturas ou descontinuidades radicais. Não obstante, testar os limites impostos por outrem, e transgredi-los de forma mais ou menos sistemática, pode ser interpretado, neste sentido, como uma manifestação eficaz da capacidade de assinalar o afastamento de um eu que se constrói como diferente. Baraldi (1992, 220-222) sugere mesmo que uma certa dose de desvio, objectivada em práticas de transgressão (toleradas), na maioria dos casos circunscrita a normas sociais não sancionadas juridicamente, é frequente na adolescência precisamente porque é uma forma de assegurar e exprimir uma certa autonomia, através da rejeição de expectativas sociais de integração numa dada ordem, oriundas da família mas não só. A atitude de negação e afastamento, assim materializada, opõe-se portanto à conformação, entrevista como um sinal de heteronomia identitária: trata-se da diferença entre agir numa *lógica de*

afirmação, por contraponto a ceder (sem *resistir*) a uma *lógica de subordinação*.

Por outras palavras, será como que pôr o «*i*» na reverência que lhes é exigida e/ou imposta para que possam ser *reconhecidos* como indivíduos de pleno estatuto. Todavia, as instâncias de validação identitária foram muitas vezes já *transferidas* para outras instâncias como os pares, pelo que os modos de ser e agir reportam a outras referências éticas e culturais (que enformam uma dada representação de juventude).

Na verdade, se as amizades entre adolescentes e jovens representam um elemento-chave no processo de individuação, é ainda assim importante sublinhar (salientando, aliás, o grau de complexidade de um processo essencialmente intersubjectivo e relacional) que o afastamento simbólico da família, mais ou menos objectivado em práticas e comportamentos *transgressores* em relação às regras familiares, é, não raras vezes, simultâneo a uma afiliação tão ou mais pressionante como podem ser os grupos de pares, conforme sublinham tanto Singly (2006) como Pasquier (2005).[10] A ideia de um «eu» *dubitativo*, nesta fase da vida particularmente vacilante e vulnerável, ajuda assim a perceber as hesitações identitárias e a conformação às regras do grupo de pares por parte de alguns adolescentes e jovens, particularmente sensíveis em alguns contextos ao precário equilíbrio entre as simultaneamente desejadas integração (que representa uma validação de um eu em teste por esses novos outros significativos) e integridade (coerência entre a acção e uma identidade eventualmente minoritária ou marginal, no quadro intersubjectivo dos grupos de pares). Reforçando ainda mais esta ideia, afirma Le Breton (2008, 65) que nesta fase da vida em particular «o sentimento de si é vulnerável, ameaçado pelo olhar dos outros ou pelos eventos da história pessoal», pelo que «a identidade implica a disponibilidade para as circunstâncias, a reciclagem permanente em função das ofertas do mercado e do meio».

É justamente neste sentido que os (novos) territórios de interacção constituem espaços probatórios, onde os indivíduos podem enfrentar desafios que os confrontam com os outros e consigo próprios, assim se (re)definindo no sentido da construção de uma autonomia identitária (idealmente) mais segura de si e independente dos juízos exteriores.

---

[10] Galland (2008) sublinha, todavia, que reflexões como as de Singly e Pasquier sobre a adolescência tendem a interpretar de forma distinta o lugar central do grupo de pares na condição adolescente/juvenil: ora só como constrangimento no caso de Pasquier, ora também como oportunidade no caso das reflexões de Singly.

Considerações finais

O facto de a adolescência, enquanto período de intensa modificação, estar sobretudo associada, por razões que se prendem com as representações ideológicas e normativas que as próprias ciências sociais também ajudaram a cimentar, a um processo biológico e psicológico de amadurecimento sexual do corpo e da mente, constituiu o ponto de partida para a discussão levada a cabo neste texto. Procurámos aliás sustentar, criticando os preconceitos que a categoria evoca, a sua natureza eminentemente social e cultural. O objectivo era o de *resgatar* a adolescência como objecto sociológico, alinhando alguns dos principais traços analíticos para a sua abordagem téorica e empírica. Da sua exposição ressaltam, pois, duas notas que nos parece valer a pena voltar a sublinhar.

Uma primeira nota remete para a questão de a adolescência, enquanto processo de transformação individual, interpelar (desafiando equilíbrios) os grupos sociais onde o sujeito se insere. Tentámos argumentar, com efeito, que o processo de transformação do corpo, por muito relevante que seja para o desenvolvimento da *psique* do sujeito tomado individualmente, se reflecte também na reformulação das relações sociais em que o jovem participa, com especial destaque para as familiares. Relações essas que, é preciso não esquecer, são influenciadas por modelos de relacionamento familiar, subsidiários de padrões éticos e normativos a que não são alheios os recursos simbólicos e materiais disponíveis, em combinações mistas de elementos culturais mais democráticos e orientados para a autonomia e/ou mais autoritários e virados para a conformação. Já do ponto de vista do processo de reformulação ele próprio, é importante reter a ideia de que o corpo (e o seu estado de maturação) despoleta representações sociais nos outros com quem o sujeito interage, intervindo na forma como são geridas expectativas recíprocas, e na resposta que se dá ao outro na interacção: de criança (ser que, não obstante ser-lhe reconhecido um cada vez maior protagonismo, é visto como um ser eminentemente frágil e indefeso que cumpre cuidar e proteger), a adulto (de quem se espera um comportamento maduro e responsável), passando pelo adolescente ou jovem (sujeito em formação, vivendo um estádio transitório, ambíguo e potencialmente irreverente da existência). Por outro lado, reforçar a ideia de reformulação das relações desencadeada pelo processo, em família, de crescimento e amadurecimento de um dos seus membros, evoca igualmente a potencial permeabilidade de todos os actores implicados num sistema de relações: à medida que as relações mudam, podem pois de forma mais ou menos extensa recompor-se identidades, representações e

práticas, integrando elementos da experiência do outro, assim reiterando a multilateralidade dos fluxos de transmissão cultural que modelos mais democráticos de relações intergeracionais permitem e fomentam.

Realçada importância da família é, todavia, necessário lembrar que a experiência dessa transformação biológica, involuntária nos seus calendários e ritmos, mas que não deixa de legitimar as negociações e reivindicações de liberdade, independência e autonomia da família (no que já participa a *agência* do sujeito) é, por seu turno, acompanhada por um processo de abertura ao mundo e aos outros. De facto, a desafiliação relativa da família, que parece ser necessária para que nela se possa assumir o estatuto de indivíduo, mitigando hierarquias estatutárias e transformando representações da alteridade, implica muitas vezes que se busquem novas instâncias de validação e reconhecimento identitário, o que merece um segundo apontamento conclusivo. Com efeito, não raras vezes essas instâncias são os pares, outro eixo da rede de relações sociais juvenis que emerge assim como fundamental na análise e compreensão da experiência da adolescência e juventude. Na verdade, a abertura ao mundo, processo que, como argumenta Breviglieri (2007), implica uma multiplicidade de desafios e provas (institucionais e relacionais) – que aliás transformam os espaços e tempos onde se inserem os jovens progressivamente em espaços e tempos probatórios – confere ao *eu* que se constrói e experimenta um carácter hesitante e vulnerável. Um *eu* especialmente necessitado, por isso, de abrigos relacionais (onde se pode sentir integrado, num quadro de experiência partilhada), mas também particularmente sensível às pressões para a filiação e uniformização grupal. Mesmo atendendo ao facto de a diversidade social (de contextos e de recursos) fazer variar as suas configurações empíricas, a adolescência parece ser, antes de mais, um processo social de transformação individual, que pode gerar com alguma frequência, e pelas razões que enunciámos, tensões e sofrimentos a diferentes níveis e escalas. Estes decorrem da intensidade e densidade da própria experiência e da efervescência existencial que resulta de um *eu* em teste constante. De qualquer maneira a adolescência não implica, necessariamente pelo menos, rupturas e descontinuidades nos vários planos relacionais (que se vão ajustando processualmente através das interacções, com mais ou menos tensões, aos novos perímetros da individualidade).

Em suma: ao abordar a adolescência está em jogo, sobretudo, um processo complexo, hesitante e relacional de individuação. E a individuação é, sem qualquer sombra de dúvida, um objecto de inegável nobreza e relevância sociológica.

Referências

Almeida, Ana Nunes de, e Maria Manuel Vieira. 2006. *A Escola em Portugal*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.

Ariès, Philippe. 1988. *A Criança e a Vida Familiar no Antigo Regime*. Lisboa: Relógio D'Água.

Baraldi, Claudio. 1992. *Socializzazione e autonomia individuale*. Milão: Franco Angeli.

Beck, Ulrich, e Elisabeth Beck-Gernsheim. 2002. *Individualization*. Londres, Thousand Oaks, Nova Deli: Sage.

Bourdieu, Pierre. 1980. «La jeunesse n'est qu'un mot». In *Questions de sociologie*, ed. P. Bourdieu. Paris: Éd. de Minuit, 143-154.

Boutinet, Jean-Pierre. 1998. *L'immaturité de la vie adulte*. Paris: PUF.

Breviglieri, Marc. 2007. «Ouvrir le monde en personne: une antropologie des adolescences». In *Adolescences méditerranéennes*, eds. M. Breviglieri e V. Cicchelli. Paris: L'Harmattan, 19-59.

Childress, Herb. 2004. «Teenagers, territory and the appropriation of space». *Childhood* 11 (2): 195-205.

Cicchelli, Vincenzo. 2001. «Les jeunes adultes comme objet théorique». *Recherches et Prévisions*, 65: 5-18.

Corcuff, Philippe. 2005. «Figures de l'individualité, de Man aux sociologies contemporaines: entre éclairages scientifiques et anthropologies philosophiques». *Espaces Temps.net*, http://espacestemps.net/document1390.html.

Cunha, Vanessa. 2007. *O Lugar dos Filhos*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.

Dubar, Claude. 2001. *La crise des identités*. Paris: PUF.

Dubet, François. 2005. «Pour une conception dialogique de l'individu: l'individu comme machine à poser et à résoudre des problèmes sociologiques». *EspacesTemps.net*, http://www.espacestemps.net/document1438.html.

Ferreira, Vítor Sérgio. 2008. *Marcas que Demarcam: Tatuagem*, Body Piercing *e Culturas Juvenis*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.

Freud, Anna. 1965. *Normality and Pathology in Childhood: Assessments of Development*. Nova Iorque: International Universities Press.

Galland, Olivier. 2008. «Une nouvelle adolescence». *Revue Française de Sociologie*, 49 (4): 819-826.

Giddens, Anthony. 1994. *Modernidade e Identidade Pessoal*. Oeiras: Celta.

Gillis, John R. 1981. *Youth and History*. Londres: Academic Press.

Griffin, Christine. 1997. «Representations of the young». In *Youth in Society*, ed. J. Roche e S. Tucker. Londres: Sage, 10-18.

Griffin, Christine. 2001. «Imagining new narratives of youth: youth research, the 'new europe' and the global youth culture». *Childhood*, 8 (2): 147-166.

Hall, G. Stanley. 1916 [1904]. *Adolescence, its Psychology and its Relations to Physiology, Anthropology, Sociology, Sex, Crime, Religion and Education*. Nova Iorque, Londres: D. Appleton.

Jarvin, Magdalena. 2004. «Groupe de pairs et relations d'amitié». In *Ce que nous savons des jeunes*, ed. C. Pigeault-Cicchelli, V. Cicchelli e T. Ragi. Paris: PUF, 41-52.

Kaufmann, Jean-Claude. 2004. *L' invention de soi*. Paris: Armand Colin.

Kaufmann, Jean-Claude. 2008. *Quand je est un autre*. Paris: Armand Colin.

Klein, Hugh. 1990. «Adolescence, youth and young adulthood: rethinking current conceptualizations of the life stage». *Youth and Society*, 21 (4): 446-471.

Le Breton, David. 2008. «La passion des marques commerciales». In *Cultures adolescentes: entre turbulance et construction de soi.*, ed. D. Le Breton. Paris: Éd. Autrement, 62-74

Lesko, Nancy. 1996. «Denaturalizing adolescence: the politics of contemporary representations». *Youth and Society*, 28 (2): 139-161.

Marcelli, Daniel. 2008. «Quoi de nouveau dans les relations parents/adolescents?». In *Cultures adolescentes: entre turbulance et construction de soi*, ed. D. Le Breton. Paris: Éd. Autrement, 12-22.

Martuccelli, Danilo. 2004. «Pour une sociologie de l'individuation». In *Matériaux pour une sociologie de l'individu: perspectives et débats*, eds. V. Caradec e D. Martuccelli. Villeneuve d'Ascq: Presses Universitaires du Septentrion, 295-315.

Martuccelli, Danilo. 2005. «Les trois voies de l'individu sociologique». *EspacesTemps.net*, http://www.espacestemps.net/document1414.html.

Martuccelli, Danilo. 2006. *Forgé par l'épreuve*. Paris: Armand Collin.

Mead, Margaret. 1961. *Coming of Age in Samoa*. Nova Iorque: Morrow Quill Paperbacks.

Molénat, Xavier. 2006. «Culture: une crise des transmissions; Entretien avec Dominique Pasquier, sociologue». *Sciences Humaines*, 4: 42-43.

Nunes, Adérito Sedas. 1968. *Sociologia e Ideologia do Desenvolvimento*. Lisboa: Moraes Editores.

Pais, José Machado. 1990. «A construção sociológica da juventude: alguns contributos». *Análise Social*, XXV, 105-106: 139-165.

Pais, José Machado. 1998. *Gerações e Valores na Sociedade Portuguesa Contemporânea*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais e Secretaria de Estado da Juventude.

Pais, José Machado. 2001. *Ganchos, Tachos e Biscates*. Lisboa: Âmbar.

Pais, José Machado. 2003. «The multiple faces of the future in the labyrinth of life». *Journal of Youth Studies*, 6 (2): 115-126.

Pais, José Machado, David Cairns, e Lia Pappámikail. 2005. «Jovens europeus: retrato da diversidade». *Tempo Social*, 17 (2): 109-140.

Pasquier, Dominique. 2005. *Cultures lycéennes*. Paris: Autrement.

Pigeault-Cicchelli, Catherine, Vincenzo Cicchelli, e Tariq Ragi. 2004. *Ce que nous savons des jeunes?* Paris: PUF.

Portugal. 1977. *Alterações ao Código de Processo Civil.* S. l.: Moraes Editores.

Schéhr, Sébastien. 2000. «Processus de singularisation et formes de socialisation de la jeunesse». *Lien Social et Politiques,* 43: 49-58.

Seabra, Alexandre de. 1867. *Código Civil Português*. Lisboa: Imprensa Nacional.

Singly, François de. 2006. *Les adonaissants*. Paris: Armand Colin.

Taylor, Charles. 1989. *Sources of the Self*. Cambridge: Cambridge University.

Thévenot, Laurent. 2006. *L'action au pluriel: sociologie des régimes d'engagement*. Paris: Éd. La Découverte.

Pedro Abrantes

Capítulo 4

A escola e o lazer: universos distintos?

Introdução

Em sociedades plurais e mutantes, em que os pólos de poder legítimo se multiplicam e se transformam continuamente, a questão «quem socializa quem?», remetendo para a relação entre aprendizagens e contextos sociais, constitui um problema relevante da agenda teórica da sociologia actual, merecendo investigações mais apuradas. Alimentando poderosas nostalgias, omnipresentes no campo educativo, os jovens hoje não se conformam em ser ensinados e moldados pela escola, enquanto preparação paulatina para uma vida futura. O seu protagonismo crescente, sobretudo na esfera do lazer e dos estilos de vida, conduz ao desenvolvimento de identidades, disposições e estratégias complexas e legítimas, nos interstícios da autoridade adulta, que são transportadas para o espaço escolar e que, entrando em frequente tensão, não deixam de o transformar. Não apenas a escola socializa os jovens, como estes se socializam entre si e socializam a própria escola.

O presente ensaio pretende participar neste debate teórico candente, através de algumas contribuições para a superação do seguinte hiato: se os jovens são hoje eminentemente definidos ora como estudantes ora como agentes culturais, será que existem homologias entre aquilo que os jovens são na escola e nos seus tempos livres ou trata-se de universos distintos, em que se desenvolvem vidas, práticas e disposições independentes?

Este problema encontra-se na raiz do próprio conceito sociológico de juventude enquanto grupo social, atendendo a que os especialistas do tema coincidem na ideia de que esta categoria apenas se constituiu socialmente com o afastamento relativo e temporário da esfera da produção e, consequentemente, geração de uma faixa etária cuja ocupação central e legítima é a frequência escolar mas num estatuto de semidependência

familiar, permitindo um amplo espaço de autonomia para o desenvolvimento de práticas culturais e de convivialidade com graus significativos de especificidade face aos restantes grupos socioetários e constituindo-se, em alguns casos, como principais propulsores de novos movimentos sociais (Pais 1993).

Nos estudos sociológicos clássicos, subsiste assim um certo hiato entre as pesquisas educativas, nas quais os jovens são entendidos como alunos e, portanto, se explora a sua adesão, investimento, estratégias e resultados nos sistemas educativos, e os estudos propriamente sobre juventude, nos quais são representados, sobretudo, pela sua capacidade de agência criativa, na produção e participação em redes sociais próprias e universos simbólicos distintos, marcados por estilos de vida, linguagens, práticas artísticas e de lazer. Se os primeiros têm sido acusados de algum reducionismo ou mesmo normativismo na abordagem dos jovens, os segundos podem também desembocar numa perspectiva em que o encantamento pelo «mundo juvenil» se substitui à sua compreensão crítica. Em todo o caso, tal como havia sugerido num trabalho anterior (Abrantes 2003), a questão fundamental é que a população das pesquisas educativas e dos estudos sobre juventude não deixa de ser a mesma, sendo possível que o cruzamento das duas áreas de investigação beneficie os nossos esforços heurísticos ou, pelo menos, reduza as nossas distorções interpretativas.

É verdade que as «teorias da resistência» (Hall e Jefferson 1977; Willis 1977; Apple 1989) desenvolveram uma perspectiva sociológica consistente e que se centra na relação entre ambos os campos. Segundo esta corrente, os jovens das classes trabalhadoras desenvolvem práticas culturais de «inversão simbólica», ou seja, de subversão e transgressão das instituições oficiais de legitimação cultural que os oprimem, entre as quais se destaca o sistema educativo. Ou seja, estes jovens afirmam-se através de estilos de vida e de actividades de oposição, desafiando, assim, as hierarquias, as normas e os valores dominantes na sociedade e impostos, em primeiro lugar, através da socialização escolar. Ainda assim, o determinismo destas propostas está patente no modo de explicar a acção juvenil, tanto na esfera educativa como lúdica, a partir da sua origem de classe. Não duvidamos de que esta situação se observe em algumas comunidades operárias, sobretudo no contexto masculino e de crise da indústria britânica dos anos 70/80, mas a sua aplicação a outras configurações estruturais, como a sociedade portuguesa do século XXI, deve ser sujeita a um exame fino.

Duas contribuições sociológicas recentes vieram, de certa forma, suscitar um novo olhar sobre este problema teórico. Por um lado, a teoria

do «actor plural», como é enunciada por Bernard Lahire (2002), vem mostrar como a unidade identitária não deve ser tomada como uma necessidade ontológica, sobretudo nas sociedades modernas, reconhecidamente diversas e plurais. Os actores circulam entre distintos contextos de vida (no caso dos jovens, sobretudo, família, escola e grupos de pares, mas eventualmente outros), cada um deles marcado por redes interpessoais, processos de socialização e campos de possibilidades específicos, pelo que a transferência de competências e disposições entre contextos nem sempre é entendida como desejável ou mesmo possível. Assim, as disposições e identidades que os actores desenvolvem nos vários contextos sociais em que se movem (e a que pertencem) não são necessariamente as mesmas, nem sequer têm de corresponder a um princípio unificador e coerente. Essa é apenas uma hipótese, entre outras, que deve ser comprovada empiricamente. Note-se que esta teoria encontra claros paralelismos, por exemplo, com os estudos de antropologia urbana de Gilberto Velho (1994), nos quais o autor havia já explorado o «potencial de metamorfose» dos agentes sociais nas sociedades complexas, ou seja, a sua capacidade quotidiana para pertencer a várias redes (multipertença) e a modificar (ou ajustar) as suas lógicas de acção consoante as «regiões de significados» em que estão inseridos em cada momento específico.

Por outro lado, os estudos recentes que procuram conceber a escola enquanto ocupação legítima das crianças e dos adolescentes, cruzando as perspectivas da sociologia da educação e a emergente sociologia da infância. Neste caso, realce para a proposta de Perrenoud (1995), segundo a qual o «ofício de aluno» marca as vivências das crianças e adolescentes nas sociedades modernas, gerando espaços de liberdade no *go-between* entre família e escola, apropriados pelos jovens no desenvolvimento de disposições predominantemente utilitaristas face à vida escolar (conformar-se e «beber o cálice da amargura», livrar-se rapidamente da tarefa, afrouxar o ritmo de trabalho, advogar a auto-incompetência ou contestar abertamente), enquanto investem na esfera autónoma do lazer, da sociabilidade e dos estilos de vida, entendidos, em muitos casos, como o «mundo real» ou a «verdadeira vida».

Na mesma linha, destacamos o estudo recente de Maria Manuel Vieira (2005), no quadro do ICS-UL, em que a autora discute precisamente como, em Portugal, a educação escolar se instituiu num espaço intersticial entre o trabalho e o não-trabalho, ou seja, o ócio. Isto é, se, para alguns jovens e respectivas famílias, a escola é entendida enquanto um verdadeiro emprego, implicando investimentos e estratégias muito significativos e, por vezes, grandes sacrifícios, para outros constitui precisamente

um tempo de maior liberdade e menores responsabilidades, que os jovens podem desfrutar antes de entrar na esfera laboral. A própria proibição legal do trabalho infantil a menores de 16 anos não deixa de conter (e institucionalizar) esta ambiguidade, ainda muito presente na sociedade portuguesa.

As implicações de ambas as fileiras teóricas são claras. No primeiro caso, ao invés de um pressuposto teórico implícito, devemos considerar a unidade (ou mesmo a coerência) das identidades dos jovens no espaço escolar e na esfera do lazer como um problema relevante para a investigação empírica, ou seja, uma hipótese que deve ser testada e comprovada (ou refutada) no plano da observação dos quotidianos juvenis. No segundo caso, devemos equacionar as concepções de escola que orientam os alunos e as suas famílias, reconhecendo que, para uma parte deles, as actividades escolares se aproximam e se antecipam ao mundo do trabalho, autorizando apropriações eminentemente utilitaristas, enquanto, para outros, pendem claramente para dimensões mais conviviais da vida social.

Design metodológico

A contribuição que procurei desenvolver acerca desta temática assenta na exploração dos resultados de um inquérito a 289 alunos do 9.º ano, lançado em treze escolas públicas da região da Grande Lisboa. Este estudo foi produzido no quadro da Unidade Curricular «Sociologia das Instituições e dos Processos Educativos» que tive o prazer de leccionar, no ano lectivo de 2007/2008, como parte integrante do mestrado em Sociologia do ISCTE. Todos os alunos foram convidados a participar no projecto, enquanto actividade pedagógica de iniciação à investigação científica, podendo depois utilizar os dados produzidos para um dos trabalhos de avaliação da unidade.

A maioria dos mestrandos aderiu à proposta e, durante as primeiras semanas do semestre, dedicou-se à escolha do objecto de estudo, bem como à definição das principais variáveis, à selecção da amostra e à elaboração do questionário. Este trabalho foi orientado por mim, nas aulas e via correio electrónico, enquanto docente da cadeira, procurando garantir a validade científica e pedagógica do trabalho realizado. Cada aluno partiu, então, para o terreno, aplicando o questionário numa escola e inserindo as respostas obtidas numa base de dados colectiva, criada e disponibilizada por mim, através do programa informático SPSS. Final-

mente, nas derradeiras semanas do semestre, discutimos as estratégias analíticas e os estudantes desenvolveram os seus ensaios individuais, explorando as dimensões e as variáveis que consideraram mais interessantes. As questões éticas e de direitos de autor foram debatidas entre todos, sendo acordado que os vários elementos que participaram no estudo podem utilizar a base de dados, desde que referindo claramente o contexto da sua produção. No final, os participantes enfatizaram a importância da experiência para a apropriação de procedimentos de investigação, particularmente úteis para a elaboração da tese de mestrado no ano seguinte.

De notar que, tratando-se de uma amostra aleatória de escolas da Área Metropolitana de Lisboa, o facto de 49,4% dos alunos oriundos das classes sociais desfavorecidas (filhos de operários e empregados executantes) apresentarem, pelo menos, uma reprovação ao longo da escolaridade básica e 24,1% terem reprovado mais do que uma vez, enquanto as percentagens entre os descendentes de empresários e técnicos superiores se situavam em 27% e 8,1%, respectivamente, constituiu o tema privilegiado pelos mestrandos para a realização dos seus ensaios, discutindo assim a validade das teorias da reprodução e da resistência que haviam sido tratadas ao longo da unidade curricular. Outros trabalhos incidiram nas desigualdades étnicas e de género, também obseráveis através da análise dos resultados do inquérito.

Não deixa de ser significativo o volume subsariano de reprovações no ensino básico, em percursos de escolaridade já trilhados no século XXI, na região mais rica de um país europeu, bem como a distribuição social deste fenómeno, duas vezes mais frequente nos jovens de meios populares do que nas classes favorecidas, hiato que se alarga para três vezes, no caso dos alunos com reprovações reiteradas. Não esqueçamos que estamos a falar de repetir todas as leituras, actividades e provas realizadas ao longo de um ano de escolaridade, implicando custos económicos, estigmas sociais e atrasos biográficos, sendo que no caso de reincidência do fenómeno dita, praticamente, o abandono do sistema. Tenho abordado este tema com delonga noutros trabalhos, incluindo a tese de doutoramento (Abrantes 2008), pelo que me permito, nestas páginas, tratar uma outra questão não tão explorada mas igualmente importante para a empresa sociológica.

Além do valor pedagógico da experiência, este inquérito incluiu, de facto, questões que abrangiam as três dimensões da vida dos jovens que nos interessa discutir no presente texto. Em primeiro lugar, as origens sociais podem ser exploradas a partir das respostas relativas à nacionalidade

dos alunos, bem como às habilitações académicas, à ocupação profissional e à situação laboral dos seus pais. Os três indicadores relativos à família dos jovens foram cruzados, de modo a construir uma variável compósita de «classe social», categorizada através da tipologia ACM, desenvolvida no quadro do CIES-ISCTE (ex. Costa 1999). Em segundo lugar, as práticas de lazer foram tipificadas a partir das perguntas referentes à frequência de explicações, pertença a grupos de escuteiros, tocar música, aulas de inglês ou de informática, actividades desportivas e locais de férias. Em terceiro lugar, a experiência escolar dos jovens foi observada através de indicadores de frequência do jardim-de-infância, escola do 1.º ciclo e escola actual, reprovações, problemas disciplinares, intensidade e recursos utilizados para o estudo, resultados escolares no 3.º ciclo e expectativas quanto ao percurso escolar.

O objectivo desta análise de dados foi, então, compreender qual o grau de correlação entre os diferentes indicadores que compõem cada uma destas dimensões da vida juvenil. Desta forma, é possível constatar qual o grau de (in)determinação da classe social de origem tanto nas práticas de lazer como na experiência escolar dos jovens, bem como analisar se existem associações fortes entre a vida escolar dos adolescentes e as suas actividades de tempos livres.

O peso da classe social

Relativamente à primeira questão, podemos notar que, com base nos indicadores utilizados, o grau de determinação das origens sociais quer nas experiências escolares quer nas práticas de lazer não é especialmente forte, uma vez que não se obtiveram níveis de correlação superiores a 0,3 relativamente a qualquer dos indicadores. Por exemplo, práticas de lazer como tocar música (–0,025), pertencer aos escuteiros (0,042) ou frequentar aulas de informática (–0,042) revelam-se praticamente independentes da classe social. Na esfera escolar, também os problemas disciplinares (–0,031), a intensidade do estudo (0,052) e a frequência do jardim-de-infância (0,097) apresentam níveis de correlação relativamente incipientes face à origem social (menos de 0,1), o que não deixa de contrariar mitos difundidos no senso comum acerca das desigualdades sociais.

É verdade que algumas das práticas consideradas têm-se generalizado, tornando-se hoje quase transversais às classes sociais (como a frequência ao pré-escolar), enquanto outras são bastante minoritárias entre os adolescentes portugueses (como a assistência a aulas de informática ou o es-

cutismo). Tanto a generalização como a raridade contribuem para níveis de correlação baixos. Já a relação quase nula da origem de classe com a intensidade do estudo e com os problemas disciplinares não deixa de ser constatação importante, que contraria ideias preconcebidas, normativas e meritocráticas sobre a vida escolar.

Assim, as práticas de estudo foram consideradas em quatro categorias (estudo quase todos os dias, estudo semanalmente, estudo apenas para os testes, raramente estudo), sendo posteriormente dicotomizadas para serem viáveis nos testes de correlação. Também os comportamentos escolares foram dicotomizados pelo envolvimento (ou não) em processos disciplinares com respectivas sanções. Sendo obviamente categorizações superficiais, considerando a complexidade dos processos sociais analisados, não deixa de ser revelador que os alunos com práticas regulares de estudo e sem «cadastro» na escola não obtenham, em média, melhores resultados académicos no 9.º ano.

Ainda que com níveis de correlação relativamente baixos (entre 0,1 e 0,2), outras actividades de tempos livres, como a prática desportiva (0,104), as viagens em férias (0,127) e a assistência a cursos de idiomas (0,152) estão mais associadas às classes privilegiadas, não se revelando tão acessíveis aos jovens de meios desfavorecidos. Do mesmo modo, como seria previsível, os recursos educativos (0,158) são mais abundantes nas casas da classe média.

Por fim, com níveis mais significativos de correlação mas longe de se poder falar de uma verdadeira determinação de classe, podemos observar como as explicações constituem uma actividade sobretudo dos jovens dos meios privilegiados (0,204), implicando custos económicos avultados, enquanto as férias passadas em casa, ou seja, a ausência de viagens estivais constitui um padrão dos jovens de origens sociais mais humildes (–0,236). No plano escolar, realce para as classificações escolares elevadas no 3.º ciclo (0,251) e para as expectativas escolares alargadas (0,263), apanágio dos jovens das classes favorecidas, confirmando um enunciado central das teorias da reprodução (Bourdieu e Passeron 1990).

Experiências escolares e práticas de lazer

Testando a correlação entre as variáveis referentes às práticas de lazer dos jovens e aquelas que caracterizam a sua experiência escolar, podemos começar por notar que os níveis de correlação verificados são, na sua generalidade, fracos e, na sua maioria, não são estatisticamente significati-

vos, o que sugere, pelo menos, uma autonomia acentuada entre os universos escolares e do lazer. Ou seja, aquilo que os jovens fazem dentro e fora da escola não tem uma relação assim tão forte.

Mais uma vez, de salientar que esta conclusão é importante, tanto na perspectiva estritamente científica como na contribuição para um senso comum mais informado sobre as relações entre jovens e escola, terreno propenso à geração de mitos, preconceitos e moralismos vários. A constatação de que os problemas disciplinares dos alunos, por exemplo, não têm qualquer relação quer com a origem social quer com práticas de lazer dos jovens implica que pensemos o fenómeno da indisciplina escolar noutros termos, enquanto processo eminentemente produzido no interior da escola, com causas e consequências pouco extrapoláveis para outras dimensões da vida dos estudantes.

Ainda assim, foram observadas correlações significativas, algumas delas talvez inesperadas. Em primeiro lugar, note-se que a frequência a uma escola maioritariamente de classe média, mais do que a origem social isolada, tem uma correlação significativa com a assistência a explicações (0,151) e a cursos de línguas (0,316), estando também relacionada com a visita a outros países nas férias (0,282) e com níveis de aproveitamento elevados (0,288). É provável que as redes de sociabilidade nestas escolas funcionem como impulsionadores, por «contágio», de práticas de lazer mais variadas e parcialmente orientadas por estratégias de melhoria dos desempenhos académicos, em contextos escolares mais estimulantes e competitivos. Assim, as ambições de integração dos jovens provenientes de meios desfavorecidos (e dos seus pais) conduzem-nos a adoptar práticas e investimentos observados no «grupo de referência», mesmo com sacrifícios adicionais. Este efeito do ambiente social dominante das escolas tem sido apontado por estudos sociológicos recentes (Ball e Van Zanten 1998), bem como por estudos comparativos de largas proporções (OCDE 2004), mas tende a ser esquecido na estruturação da rede escolar portuguesa, na qual continuam a subsistir grandes assimetrias entre os «públicos escolares» que frequentam os diferentes estabelecimentos públicos de ensino, em parte, devido a alianças informais entre as famílias mais capitalizadas, movidas por estratégias securitárias e distintivas, e as direcções das escolas públicas mais prestigiadas, preocupadas em manter um «público» socialmente selecto (Diogo 2004; Abrantes 2008; Sebastião 2009).

Em segundo lugar, a frequência a cursos de idiomas estrangeiros tem uma correlação significativa com as expectativas académicas elevadas (0,183), os bons resultados escolares (0,235) e a ausência de reprovações

ao longo do percurso de escolaridade no ensino básico (-0,144). São, portanto, os jovens mais ambiciosos e mais bem-sucedidos, em termos escolares, que frequentam as escolas de línguas, podendo aqui discutir-se qual será a causa e qual a consequência.

Em terceiro lugar, os resultados alcançados nas várias disciplinas não têm qualquer correlação com o tempo diário dedicado ao estudo, mas sim com o facto de nunca se ter reprovado ao longo da escolaridade básica (0,404). Se a primeira constatação é surpreendente, contrariando os mitos meritocráticos em que se baseia a escola de massas, a segunda talvez seja banal, mas pelo menos coloca a nu as limitações da reprovação enquanto medida de melhoria dos desempenhos escolares dos alunos. Por outras palavras, é quase certo que, depois de reprovar, um aluno continua a obter resultados escolares baixos, sendo a reprovação uma medida pouco eficaz na inversão de trajectos escolares de pouco aproveitamento e no incentivo ao estudo.

Na mesma linha, observamos que ter passado por uma experiência de reprovação no ensino básico (0,433) ou caracterizar-se por classificações baixas no 3.º ciclo de escolaridade (0,420) são os factores decisivos, mais do que a origem social, para a preferência, no final do 9.º ano, por uma inserção profissional, directamente ou através da integração em cursos vocacionais, em detrimento de seguir as vias académicas do ensino secundário.

Conclusões

Devemos notar que este estudo padece de várias limitações evidentes, devido à pequena dimensão da amostra, ao reduzido número de variáveis consideradas (sobretudo, relativamente às práticas de tempos livres dos jovens) e ainda devido aos próprios testes de correlações que implicam, por exemplo, a dicotomização de algumas variáveis contínuas, bem como alguma indeterminação sobre o sentido dos nexos de causalidade observados.

O propósito desta análise era, mais modestamente, propor o debate sobre um tema importante da sociologia, apelando para uma colaboração mais estreita entre investigadores da juventude e da educação, de forma a se alcançar uma compreensão mais integral e profunda das identidades e das culturas «juvenis». Neste sentido, a metodologia adoptada justifica-se, sobretudo, enquanto exercício experimental e convite à abertura de uma linha de investigações, debatendo um problema da teoria socioló-

gica a partir de um suporte empírico válido, mas que deve ser progressivamente enriquecido e aprofundado.

É possível que outras práticas culturais, como a leitura literária e de jornais, a frequência de livrarias e bibliotecas, a assistência a museus e espectáculos, as saídas nocturnas, o consumo de bebidas alcoólicas e de estupefacientes, possam estar mais relacionadas com os resultados escolares, mas esperamos que este ensaio sirva, pelo menos, de advertência sociológica para, em vez de assumirmos relações necessárias, nos dedicarmos ao trabalho minucioso e sistemático de observação empírica. Além disso, o verdadeiro sentido socializador das práticas culturais e das experiências escolares, bem como os nexos de causalidade entre si, apenas poderão ser revelados com recurso a metodologias qualitativas, permitindo-nos situá-las em narrativas biográficas, esquemas de racionalidade, contextos de interacção e projectos de vida.

Em todo o caso, a relação fraca entre as vivências dos jovens na esfera do lazer e as suas experiências no espaço escolar, mesmo provisório e incompleto, não deixa de ser um resultado relevante da pesquisa e que, não sendo uma surpresa para os sociólogos familiarizados com a teoria do «actor plural», sugere contudo mudanças na forma como as sociedades têm olhado tanto para a escola como para a juventude.

Enquanto os processos que ocorrem no espaço escolar surgem, de facto, em estreita articulação, gerando espirais de sucesso e distinção ou, pelo contrário, de insucesso e abandono, aquilo que os jovens fazem nos tempos livres parece resultar de dinâmicas próprias, mesmo que parcialmente condicionadas pela sua origem social e pelo «ambiente escolar». Mesmo que um jovem esteja, por exemplo, no seu quarto, simultaneamente a estudar e a ouvir música, parece preferível conceber essa situação como um jogo em dois tabuleiros distintos, sendo arriscado estabelecer relações de causalidade entre ambos. Isso implica também que pensemos os problemas observados nas escolas, em primeiro lugar, como resultado de dinâmicas internas às próprias escolas e ao sistema educativo e, portanto, passíveis de resolução no seu interior, em vez de adoptarmos a perspectiva contemplativa e conformada de os explicar por processos sociais vagos e externos à vida escolar.

Como sublinha Perrenoud (1995), em vez da colonização pedagógica das vivências juvenis, geradora de tensões permanentes e condenada à partida ao fracasso, talvez seja mais importante concentrarmo-nos no lugar e no sentido das aprendizagens escolares para a juventude contemporânea, aceitando a sua agilidade para mover-se entre distintas «regiões de significados» (Velho 1994), o que não significa obviamente que pais e

professores não devam estar atentos a possíveis riscos e desequilíbrios inerentes a esta «multiparticipação» (Lahire 2002).

Realce, em contracorrente, para o efeito indutor de práticas culturais do «ambiente escolar dominante», o que confirma as advertências sociológicas recentes, segundo as quais a constituição de turmas e escolas com públicos socialmente diferenciados é um obstáculo efectivo ao princípio constitucional da igualdade de oportunidades, particularmente grave quando ocorre no interior do sistema público, contribuindo para a polarização juvenil e para a reprodução social.

Referências

Abrantes, Pedro. 2003. *Os Sentidos da Escola: Identidades Juvenis e Dinâmicas de Escolaridade.* Oeiras: Celta Editora.

Abrantes, Pedro. 2008. «Os muros da escola: as distâncias e as transições entre ciclos de ensino». Tese de doutoramento, Lisboa, ISCTE.

Apple, Michael. 1989. *Educação e Poder.* Porto Alegre: Artes Médicas.

Ball, Stephen, e Agnès Van Zanten. 1998. «Logiques de marché et éthiques contextualisées dans les systèmes scolaires français et britannique». *Éducation et Sociétés,* 1: 47-71.

Bourdieu, Pierre, e Jean-Claude Passeron. 1990. *A Reprodução: Elementos para Uma Teoria do Sistema de Ensino*, Lisboa, Vega.

Costa, António Firmino da. 1999. *Sociedade de Bairro: Dinâmicas Sociais da Identidade Cultural.* Oeiras: Celta Editora.

Diogo, Ana Matias. 2004. «O investimento das famílias na escola à saída do ensino obrigatório». Tese de doutoramento, Ponta Delgada, Universidade dos Açores.

Hall, Stuart, e Tony Jefferson, orgs. 1977. *Resistance Through Rituals*. Londres: Hutchinson e CCCS.

Lahire, Bernard. 2002. *Homem Plural: Os Determinantes da Acção*. Petrópolis: Vozes.

OCDE. 2004. *Learning for Tomorrow's World: First Results from PISA 2003*. Paris: OCDE.

Pais, José Machado. 1993. *Culturas Juvenis*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.

Perrenoud, Philippe. 1995. *Ofício de Aluno e Sentido do Trabalho Escolar*. Porto: Porto Editora.

Sebastião, João. 2009. *Democratização do Ensino, Desigualdades Sociais e Trajectórias Escolares*. Lisboa: Gulbenkian.

Velho, Gilberto. 1994. *Projecto e Metamorfose: Antropologia das Sociedades Complexas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores.

Vieira, Maria Manuel. 2005. «O lugar do trabalho escolar: entre o trabalho e o lazer». *Análise Social*, XL, 176: 519-545.

Willis, Paul. 1977. *Learning to Labour: How Working Class Kids get Working Class Jobs?* Aldershot: Ashgate.

Manuela du Bois-Reymond

Capítulo 5

Aprender a ser jovem pai ou mãe na Europa

Introdução

O passo para a parentalidade envolve uma das transições mais influentes no percurso de vida das pessoas. Faz parte de um tema mais vasto: o de tornar-se adulto. Enquanto nas gerações anteriores tal era uma evidência no curso da vida humana, já não o é para os jovens de hoje, representando novas oportunidades e novos riscos que os indivíduos têm de ser capazes de calcular e enfrentar. Tornar-se pai ou mãe como parte integrante do percurso de vida perdeu, portanto, a sua naturalidade e faz agora parte desses cálculos e abordagens. Embora a assunção do estatuto parental tenha sido, durante muito tempo, isento de problemas, no decorrer das últimas quatro décadas tornou-se problemática, ou seja, passou a ser problematizada não só por jovens pais e mães, mas também por outros actores sociais.

A nível nacional e europeu, são feitos discursos focando a preocupação com a diminuição das taxas de natalidade e as lacunas no mercado de trabalho que deveriam ser preenchidas com trabalhadoras; as políticas no domínio da juventude e da família lançam medidas para ajudar os jovens adultos a assumir e a lidar com as suas obrigações económicas e como pais; estudiosos das ciências sociais fornecem conhecimento e interpretações sobre a parentalidade jovem a partir de diferentes pontos de vista; todos concordam quanto à complexidade do problema. O projecto de investigação sobre «Parentalidade Jovem» que realizámos deve ser colocado neste contexto. Este projecto focou processos subjectivos e objectivos que ocorrem na vida dos jovens enquanto transitam da situação de não serem (ainda) pais para a primeira parentalidade.[1]

[1] «Parentalidade Jovem» foi um dos três projectos de investigação da rede de investigação EGRIS (European Group of Integrated Social Research) realizado no âmbito do

No meu contributo, gostaria de concentrar-me nos aspectos da aprendizagem que estão implícitos na parentalidade jovem enquanto transição no curso de vida, no momento em que esta transição e os seus resultados se tornaram problemáticos. Para efeitos de ilustração, utilizarei estudos de caso provenientes de vários países europeus que fizeram parte do projecto «Parentalidade Jovem». Partirei do conceito de aprendizagem no seu sentido mais lato, referido a diferentes dimensões como a relação de género ou as negociações entre jovens pais e empregadores. O meu principal objectivo é mostrar que, à medida que a ordem natural da transição para a parentalidade se transformou em artificial, multiplicaram-se as obrigações e as oportunidades de aprendizagem, bem como as situações ambivalentes ou contraditórias típicas das sociedades de modernidade tardia.

O capítulo encontra-se estruturado em quatro etapas: na secção seguinte discute-se a «nova parentalidade», isto é, a problematização das noções de «jovem» e de «adulto» e como elas reestruturam o percurso de vida humana na modernidade tardia. Os jovens são aqui vistos como actores encarregados de dar sentido às suas vidas presentes e que querem continuar a fazê-lo nas suas vidas futuras, incluindo constituir uma família – ou absterem-se de o fazer.

Neste projecto estudou-se a transição para a parentalidade jovem, entre outras transições, em seis Estados-membros da União Europeia: Bulgária, Eslovénia, Reino Unido, Itália, Alemanha e Países Baixos (Bois-Reymond 2008b). É notório que as condições de vida nesses países são diferentes, tal como as noções e práticas sobre a parentalidade jovem. De qualquer modo, essas diferenças não invalidam o facto de, em todos estes países, a transição para a parentalidade confrontar os jovens com problemas semelhantes, também estes requerendo soluções semelhantes. Na secção «Transições para a vida adulta e parentalidade em seis países europeus» discutem-se estas tendências com mais detalhe e tecem-se algumas considerações metodológicas relativamente a problemas de comparação entre países.

A secção «Conceitos de aprendizagem relevantes para jovens pais» foca três exemplos de países que mostram como a aprendizagem está relacionada com tornar-se pai ou mãe – ou, se não, por que motivo tal acontece. Será

VI Programa Quadro da Comissão Europeia, Juventude e Mudança Social. Os outros dois projectos – também relacionados – debruçam-se sobre a participação e as transições da juventude migrante (ver http://www.up2youth.org). Parte deste texto advém do relatório final sobre «Parentalidade Jovem» (du Bois-Reymond 2008a).

demonstrado que tais aspectos estão associados não só a questões de género e de intergeracionalidade, como também às condições de trabalho e rotinas diárias de jovens mães e pais. A forma como o equilíbrio entre trabalho e vida familiar é viável depende ainda de acções e reacções pessoais e dos contextos culturais e tradicionais de um país, de uma região ou de um povo. A última secção deste texto reavalia as obrigações de aprendizagem dos jovens pais e mães em condições de modernidade tardia.

Mudando percursos de vida na modernidade tardia

Desde os anos 80 que os sociólogos têm discutido e debatido as mudanças sociais nas sociedades ocidentais e como estas afectam o curso de vida das pessoas (jovens). Embora com ênfase diferenciada em termos temáticos, analíticos e de referências às grandes teorias (mais recentemente Beck, Bauman e Giddens), os estudiosos convergem nas suas análises das principais tendências quanto à transformação, no período pós-guerra, do modelo estandardizado de curso de vida para biografias individualizadas e desestandardizadas, em ambos os sexos. As trajectórias educacionais prolongadas, em particular, são responsáveis por estas tendências. Estas traduzem-se em períodos juvenis cada vez mais prolongados, e atrasam a aquisição dos estatutos previamente definidos da vida adulta, como os marcadores de independência económica e os papéis familiares como jovens pais.

Como tal, as fases da vida perdem a sua distinção e tendem a confundir-se e sobrepor-se. Os investigadores do grupo EGRIS (ver a nota 1) têm retratado essas alterações como *transições Iô-Iô*, caracterizadas pela menor clareza sobre quando o estatuto de adulto, na sua acepção tradicional, é atingido, se tal for sequer possível (Walther, Bois-Reymond e Biggart 2006). Ao tipificar sujeitos que estão algures entre a juventude e a idade adulta como *jovens adultos*, denotam-se as ambivalências que se instalaram nas fases da vida. Uma mãe que tenha o seu primeiro filho aos 35 anos pode, actualmente, sentir-se tão jovem como a sua irmã que tem menos seis ou sete anos e, ao mesmo tempo, sentir-se mais adulta por causa da sua maternidade. «As sociedades modernas não fornecem respostas definitivas quanto ao início da idade adulta» (Blatterer 2007, 773).

É precisamente essa a razão pela qual os cientistas sociais se debatem com os conceitos de vida adulta e, em consequência, de juventude. Dependendo da sua formação científica, tendem a sublinhar traços de per-

sonalidade individual (psicólogos) ou efeitos das mudanças sociais sobre os sujeitos (sociólogos). As controvérsias sobre a «pós-adolescência», a «vida adulta emergente», a «vida adulta suspensa» e a «nova vida adulta» (ver Arnett 2004; Blatterer 2007; Coté 2008; Coté e Bynner 2008) dizem todas respeito a temas relacionados com ambivalência, riscos e oportunidades, introduzindo novas formas e exigências futuras de lidar (aprender) com essa nova realidade.

A parentalidade jovem põe à prova estas noções: em primeiro lugar, não há qualquer dúvida de que, em toda a Europa, os jovens se tornam pais cada vez mais tarde e dessa forma diferem dos anteriores modelos estandardizados; o estatuto da parentalidade tinha, no passado, uma relação mais estreita com a idade adulta do que tem actualmente. Mas isso não significa que nos percursos de vida não padronizados e individualizados o modelo tradicional de vida adulta, com a parentalidade no seu centro, esteja dissolvido. Na verdade, ele é transformado e contém agora novos elementos que podem coexistir de forma pacífica ou conflituosa, em função de circunstâncias sociais e culturais e, também, das preferências individuais. «Os indivíduos *podem* fazer escolhas relacionadas com o percurso de vida mas *têm* de fazê-lo correspondendo aos requisitos do curso de vida estandardizado» (Buchmann 1989, 18); por outras palavras, o percurso de vida reestandardizado.

A complexa relação entre escolha e constrangimento e entre estandardização, desestandardização e reestandardização dos padrões de curso de vida, determina o estado actual da parentalidade jovem. A relação padronizada entre géneros – ela, a dona de casa e mãe; ele, o principal sustento da família – tornou-se desestandardizada e resultou no «problema da combinação» sobre como reorganizar as tarefas relacionadas com a família e com o trabalho entre homens e mulheres na sociedade em geral. Surgiram novos modelos que, ao tornarem-se um novo padrão, efectuaram uma reestandardização do curso de vida: hoje a maioria das jovens mães trabalha a tempo inteiro ou parcial.

Mas esta reestandardização significa coisas diferentes para homens e mulheres: trabalho a tempo parcial e cuidados com a infância para as mulheres; trabalho a tempo inteiro e alguns cuidados com a infância para os homens, enquanto parceiros de uma mulher que já não é, nem está disposta a ser, dona de casa a tempo inteiro; várias formas do modelo «um-e-meio» são experimentadas pelos jovens pais e incentivadas por políticas de família – ainda que com intensidade díspar nos diferentes países. Este novo-velho modelo, com uma dupla carga para as mulheres e novas exigências para os homens, tem de ser negociado continuamente por

todos os agentes envolvidos: homens e mulheres, políticos, empregadores, prestadores de cuidados de saúde privados e públicos. Não se trata de um modelo tão evidente como o modelo antigo, e tem diferentes significados e expectativas junto dos respectivos agentes (note-se que nestes se incluem as crianças).

A dialéctica entre estandardização, desestandardização e reestandardização dos cursos de vida masculinos e femininos funciona de forma distinta em diferentes países e culturas. Há países e regiões onde a desestandardização não se implementou tanto quanto em outras partes da Europa, como no Sul de Itália e na Bulgária, por exemplo. Existem outros países e regiões onde a reestandardização está associada a uma nova ideologia feminista, justapondo os valores da maternidade dedicada à mulher do Segundo Movimento das Mulheres, duplamente sobrecarregada, como sucede nos Países Baixos (ver Brinkgreve e Ter Velde 2006). Os planos de curso de vida dessas mulheres não são comparáveis com, por exemplo, os das suas irmãs da Alemanha de Leste, onde as mulheres, devido ao desemprego, são forçadas a regressar a percursos de vida estandardizados – tal como os homens a cair em «percursos de vida de padrão feminino» como donos de casa involuntários.

Escolha individual e independência possibilitam novas alternativas e normas de comportamento; exigem a continuidade a nível do crescimento pessoal e a auto-análise para encontrar um ajuste entre a vontade individual e as necessidades sociais. Em simultâneo, as instituições sociais e as políticas familiares ainda conservam a vida adulta na acepção do velho modelo padrão como ponto de referência; a idade adulta como um estatuto final a alcançar para adquirir a individualidade por inteiro. Ambos, o crescimento contínuo (aprendizagem) e o estatuto de vida predefinido (fechado) não se conjugam bem, antes criam *tensões*: se as mulheres, hoje em dia, adiam a maternidade porque querem dar continuidade à sua carreira profissional, investir na sua relação íntima e manter uma vida social, não alcançam a «vida adulta» num ponto predeterminado; a vida é um projecto contínuo, exigente, satisfatório e, por vezes, stressante. E apesar de os homens jovens, de 30 e mais anos, apreciarem a sua independência com os seus grupos pares masculinos, podem sentir-se adultos mas (ainda) abstêm-se deliberadamente de assumir as responsabilidades da paternidade; também para eles, a vida é um projecto aberto.

No anterior modelo, a idade adulta, a parentalidade e a inclusão social identificavam-se (idealmente) umas com as outras. Actualmente, já não é assim. O percurso de vida está fragmentado ao longo destas linhas e

conduz a um vasto horizonte de novos modelos: a idade adulta separada da parentalidade, com e sem inclusão social, muito em função do historial de mercado de trabalho e de migração; a parentalidade separada da vida adulta (na acepção tradicional do termo), como se verifica nas mães adolescentes (migrantes); concordância entre idade adulta, parentalidade e inclusão social, mas com um novo equilíbrio entre homens e mulheres, nova assistência às crianças, novas relações entre as gerações e um novo imaginário sobre o significado da parentalidade, enquanto homens ou mulheres. A inclusão social não é uma evidência para todos os jovens nas sociedades de modernidade tardia. Pelo contrário: processos de *exclusão social* neutralizam noções de idade adulta, parentalidade e independência. Os mecanismos e os desenvolvimentos que colocam os processos de exclusão social em movimento estão, em grande parte, para lá do poder de agência e de influência dos sujeitos; esta realidade faz aumentar o número de confusões e brechas nos percursos de vida. Assim, ser capaz de – aprender a – utilizar e divulgar recursos pessoais e sociais torna-se vital.

A noção de *agência*, nesse processo de aprendizagem, deve ser entendida como uma capacidade que mitiga necessidades e desejos biográficos, por um lado, e oportunidades e obstáculos estruturais, por outro (Pohl, Stauber e Walther 2007). Por parte dos jovens, o desenvolvimento de estratégias autoconscientes de agência no sentido de influenciar as suas condições de vida imediatas e prospectivas tornou-se um propósito de vida explícito, e todos aqueles que não respondam a tal propósito correm um elevado risco de perder o contacto com as principais instituições e entidades relevantes. Tal pode ser visto em percursos de vida de jovens que não querem, ou não podem, reflectir sobre a transição para a parentalidade com a devida circunspecção – entendida aqui como estar em concordância com novos padrões comportamentais e exigências sociais: não muito cedo (mães adolescentes), não sem um parceiro estável (pais solteiros), não sem um mínimo de segurança económica (famílias com menores recursos) (Misra, Moller e Budig 2007).

Os indivíduos devem contrabalançar todos estes requisitos sociais para chegar a uma parentalidade aceite. Isto revela a complexidade peculiar da transição para a parentalidade: não sendo uma transição singular, faz parte da *simultaneidade* das transições que os jovens devem dominar: direccionar as suas trajectórias educacionais para um bom (mas não finito: aprendizagem ao longo da vida!) resultado; encontrar trabalho (num contexto de flexibilidade laboral!); encontrar um parceiro em quem confiar e que invista nas mesmas trajectórias (o que requer, mas também poupa,

tempo e energia!); descobrir juntos se existem recursos suficientes para construir uma família (talvez não; ou ainda não); e se é possível ter confiança suficiente na viabilidade económica do país (que é incerta e não pode ser influenciada pelo indivíduo; a mobilidade forçada pode ser a única opção).

Em suma, a concepção da parentalidade jovem como parte dos percursos de vida em mutação na modernidade tardia é um *conceito multinível*, relacionando as transições juvenis com a simultaneidade de passagens estatutárias, com as diferenças de género, étnicas e culturais, com os mercados de trabalho e com os sistemas de apoio à parentalidade jovem.

Transições para a vida adulta e parentalidade em seis países europeus

Os seis países que participaram no projecto «Parentalidade Jovem» representam sociedades e culturas consideravelmente diferentes. Na investigação europeia e internacional, numa perspectiva comparativa, tornou-se comum depender da tipologia do Estado-providência tal como foi originalmente formulada por Esping-Andersen (1990; Esping-Andersen *et al.* 2002; Blossfeld *et al.* 2005). No decurso de vários projectos da UE, o grupo EGRIS especificou essa tipologia, de forma a ir ao encontro dos seus interesses de investigação sobre o período de transição dos jovens (Walther, Bois-Reymond e Biggart 2006). A tipologia refere-se a cinco agrupamentos de países: os *regimes de transição universal* dos países escandinavos, os *regimes de transição liberal* dos países anglo-saxónicos, os *regimes de transição centrados no emprego* dos países da Europa Central, os *regimes subprotectores de transição* aplicáveis principalmente aos países da Europa do Sul e *os regimes heterogéneos de transição* dos países pós-comunistas.

No projecto «Parentalidade Jovem», estão representados quatro desses tipos de regime: o regime liberal (Reino Unido), o regime centrado no emprego (Alemanha; Países Baixos), o regime subprotector (Itália) e os regimes de sociedades pós-comunistas (Bulgária e Eslovénia). Como muitos outros estudiosos têm observado, mais especificamente aqueles que investigam questões culturais e de género, a tipologia não é inteiramente adequada para responder a questões dependentes de contextos e culturas, e, ainda menos, a problemas sensíveis ao género (Pfau-Effinger e Geissler 2005; Lewis 2006-2007). Não é fácil determinar a relação entre as propriedades estruturais de regimes de Estado-providência, tais como sistemas educativos, mercados laborais e políticas sociais, e variáveis culturais,

tais como o conjunto de imagens associadas à parentalidade de homens e mulheres ou às atitudes e práticas parentais de homens e mulheres. Concordamos com Lück (2006) quando afirma:

> Pode argumentar-se que a cultura é influenciada por regimes de protecção social, visto que o impacto das instituições sobre o comportamento racional, a longo prazo, conduzirá a rotinas e, consequentemente, a crenças que legitimarão essas rotinas. Pode-se também argumentar que os regimes de protecção social são influenciados pela cultura, visto que a única razão plausível pela qual um determinado governo é eleito para organizar o Estado-providência de determinada forma é o historial cultural da sociedade [2006, 408].

O modelo de regime de transição é influenciado por cuidados de apoio que necessariamente transmitem uma forte mensagem de género. Juntamente com Birgit Pfau-Effinger, aderimos à «ideia de que, para além de factores institucionais, sociais e socioeconómicos, também os valores e modelos culturais *(Leitbilder)* sobre o papel das diferentes esferas sociais na prestação de cuidados contribuem para explicar a forma como se desenvolvem políticas de cuidar e a sua transformação em práticas sociais». (Pfau-Effinger 2005, 22). Por exemplo, os Países Baixos combinam um regime centrado no emprego com uma forte ideologia de maternidade, o que resultou, recentemente, num grande aumento das estruturas públicas e privadas de acolhimento de crianças, bem como, ao mesmo tempo, na crença geral de que bebés e crianças pequenas não devem, de modo algum, ser colocadas em creches durante mais do que dois-três dias por semana (Bois-Reymond 2009). Ou o caso da Eslovénia que, pertencendo ao regime de transição pós-comunista, já tinha integrado sob o comunismo muitos dos valores ocidentais de individualização, acabando por ter um padrão bastante diferente de estandardização-desestandardização-reestandardização do observado na Bulgária pós-comunista (Kovacheva 2008).

O modelo de Estado-providência apenas superficialmente se refere à dimensão de *região* dentro de cada país: Norte da Itália *vs*. Sul da Itália e Alemanha de Leste *vs*. Alemanha Ocidental são casos exemplares a destacar. O significado de região também é diferente: enquanto na Itália se refere à divisão rural *vs*. regiões altamente industrializadas, com as diferenças de género e correspondente divisão de tarefas entre pais e mães, na Alemanha tem um significado diferente. Aqui, ambas as regiões, Leste e Oeste, são igualmente industrializadas, sendo a clivagem existente demonstrativa dos efeitos de uma economia de mercado aplicada sobre uma prévia economia planificada na Alemanha de Leste (por oposição à

Alemanha Ocidental), onde os papéis parentais e de género foram (re)tradicionalizados devido ao desemprego feminino.

Não há nenhuma solução imediata para estes problemas de comparação entre países. Tudo o que se pode dizer é que as dimensões regionais, locais e culturais, e o seu impacto sobre as vidas e as estratégias de (potenciais) jovens pais e mães têm mais e melhores oportunidades em serem devidamente pesquisadas através de estudos qualitativos sobre um único país do que através de amplas comparações transnacionais, que dependem mais de variáveis estruturais.[2] Isto abre um vasto campo de possibilidades para a investigação futura: o desenvolvimento sistemático de desenhos de pesquisa de médio alcance, de acordo com uma estratégia de investigação inspirada na *grounded theory*, cuja combinação de países permite estabelecer contrastes mínimos e máximos dentro e entre países. No caso da parentalidade jovem isso significaria, por exemplo, comparações exaustivas de padrões de transição para a parentalidade dentro de um determinado país e, sucessivamente, entre países. Deixarei este tema para um fórum mais alargado.

Conceitos de aprendizagem relevantes para jovens pais

Voltando à hipótese de partida – à medida que a transição para a parentalidade se transforma de conceito natural em artificial, as obrigações e oportunidades de aprendizagem multiplicam-se, bem como as ambivalências – irei agora examinar uma variedade de *modos de aprendizagem*, compósitos de propriedades estruturais e de conteúdos simbólicos. A aprendizagem é, aqui, considerada como uma estratégia para reduzir ambivalências. O indivíduo tem de entender o que constitui uma situação complexa e, portanto, o que a torna ambivalente. Requer a problematização atempada da situação em questão, de forma a chegar a uma solução aceitável.

Tudo isto aparenta ser altamente abstracto, mas, de facto, é o cerne da mudança da parentalidade natural para a parentalidade artificial, tal como é vivida diariamente pelos jovens. Procurarei ilustrá-lo, discutindo situa-

[2] O problema é claramente reconhecido pela OCDE, assim como por outras iniciativas gerais de comparações entre países. O mais recente estudo da UNICEF sobre transições nos cuidados de crianças refere a «inevitável crueza» dos indicadores seleccionados por omissão, na ausência de melhores dados nacionais (2008, 8).

ções e constelações exemplificativas do que os jovens pais enfrentam nos respectivos países abarcados pelo projecto de investigação.

O caso dos jovens búlgaros

Para os jovens búlgaros, a noção de transição tem, de forma dramática, um duplo significado. A transição de uma economia planificada comunista para uma economia de mercado pós-comunista foi posta em marcha no início dos anos 90 e tem vindo a afectar as oportunidades de vida de todas as gerações, não apenas os jovens, até hoje. O segundo significado é, mais peculiarmente, que as etapas de transição das gerações mais jovens começam a libertar-se de padrões ligados à tradição. A constituição de família ainda ocorre na Bulgária mais cedo do que na maioria dos outros países desenvolvidos europeus, mas encontra-se em mudança; os jovens tornam-se pais mais tarde do que antigamente.

Nem sempre tal sucede por razões inteiramente voluntárias. A incerteza económica, as estruturas de emprego diferentes, a falta de habitação e as fronteiras abertas levam a que o planeamento seja necessário e, ao mesmo tempo, dúbio. Os jovens búlgaros têm de planear sem grandes certezas quanto ao resultado final. De certo modo, dentro do seu curto percurso de vida, têm de condensar um desenvolvimento cultural, político e económico que, para os seus contemporâneos ocidentais, teve lugar ao longo de três ou mais décadas e gerações. Não houve um período de aprendizagem intergeracional: a geração dos pais não pode servir como modelo para os seus filhos no que toca à gestão do presente. Os jovens búlgaros têm, portanto, de desenvolver estratégias de aprendizagem para lidar com situações até aqui desconhecidas.

Quando as situações se tornam problemáticas, os sujeitos têm de tomar as suas decisões com circunspecção, sem que haja tempo para desenvolver a consciência do problema e antecipar o futuro próximo: quando é que seria estrategicamente oportuno planear uma criança? Mais, será que o momento adequado para fazê-lo, devido à evolução imprevisível do mercado de trabalho, nunca chegará? Consequentemente, será sensato atrasar a constituição de uma família, ou mesmo abster-se inteiramente de o fazer? Mas como combinar este raciocínio com hábitos tradicionais, os seus desejos próprios [3] e as aspirações dos respectivos pais (avós)? Em condições de grande incerteza económica, a fonte principal

[3] Na Bulgária, ter crianças é um dos valores pessoais mais elevados entre os jovens adultos, considerado essencial para atingir a uma sensação de plena realização de vida.

de apoio emocional e material são os pais dos jovens (Kovacheva 2008). No entanto, não se trata já do antigo vínculo: ambas as gerações têm de se adaptar à nova realidade social. Os jovens continuarão a ser filhos fiéis aos seus pais, que mantêm, em grande medida, comportamentos e valores tradicionais, mas estes não se oporão aos diferentes modos de os seus filhos lidarem com problemas actuais. A aprendizagem faz-se em ambos os sentidos.

A transição dos jovens búlgaros para a parentalidade, homens e mulheres, é um exemplo revelador dos efeitos da *modernização selectiva* sobre o percurso de vida: como é que os jovens aprendem (ou recusam, ou são incapazes de aprender – e porquê) a fazer novas combinações de antigas formas e valores de vida (família, género, lealdades entre gerações, religião) com novas oportunidades e novos riscos? Há a possibilidade de exercer agência em conformidade com a própria vontade; há o risco de cortar raízes quando se emigra; há a oportunidade de compensar o conformismo e, mais uma vez, há o risco de não conseguir aprender o que é necessário para fazer face às mudanças e às incertezas em curso.

O caso dos jovens italianos

Tal como foi referido, a Itália é um dos países europeus menos homogéneos, devido à profunda divisão entre o Norte industrializado e o Sul ainda, em grande parte, rural. Isto tem implicações nos percursos de vida dos jovens adultos, no equilíbrio entre géneros e na conciliação entre trabalho e vida familiar dos jovens pais. Surgem ambivalências nos percursos de vida das mulheres jovens em ambas as partes de Itália. As mulheres que vivem no Norte são mais orientadas para valores e planos de vida individualizados, tentando conciliar trabalho e parentalidade, e incluindo um equilíbrio mais moderno entre os géneros. As suas perspectivas são, porém, dificultadas por normas tradicionais e rígidas de género que desencorajam as mulheres de alcançar, simultaneamente, uma carreira e a maternidade.

A pressão advém de três instâncias: a Igreja, o mercado de trabalho e os homens. Os jovens homens italianos foram educados por mães que, a seu tempo, interiorizaram elas próprias normas e valores de género específicos; os filhos esperam o mesmo da relação com as suas parceiras. Para eles, portanto, existe menos ambivalência e maior resistência à mudança do ponto de vista das questões de género. Os jovens «homens *acarinhados*» querem manter-se *acarinhados* pelas suas esposas e estão menos dispostos a assumir o papel de «novos pais» (Leccardi e Magaraggia 2007).

A *família alargada* (Sgritta 2005) funciona como uma comunidade íntima e fonte de apoio para ambos, homens e mulheres jovens: os avós de bom grado ajudarão a criar as crianças que, por sua vez, irão participar nas extensas redes que existem dentro e entre famílias amigas. Mas a família de origem é também tendenciosa em termos de género, na medida em que não existe a expectativa de os homens/filhos jovens partilharem as tarefas de cuidar das crianças; as mulheres/filhas jovens têm de viver com essa contradição, entre o apoio e os preconceitos de género nas suas próprias famílias e nas dos seus sogros. A Igreja Católica apoia esses valores e práticas.

A terceira fonte de pressão, representativa de um obstáculo ao equilíbrio satisfatório entre trabalho e vida familiar, é a existência de um mercado de trabalho extremamente desfavorável para jovens pais/mães. O trabalho a tempo parcial regular e bem pago para jovens mães é praticamente inexistente, e ainda mais raro para jovens pais. As negociações com as entidades patronais são raras e as estruturas públicas de acolhimento de crianças são escassas e caras.

Foi já referido que a sociedade italiana é um exemplo de modernização da cultura familiar tradicional, mais no Norte, mas também no Sul, onde famílias pequenas com menos filhos começam a tornar-se a norma «moderna» (Stauber e Bois-Reymond 2006). Ali, também, as mulheres jovens enfrentam o desafio de aprender estratégias que ajudem a amenizar o percurso das suas biografias num sentido moderno, sem excluir *a priori* carreira e maternidade. Para elas, de forma mais vincada no Sul do que no Norte, isto é consideravelmente difícil na medida em que já interiorizaram, através da sua educação religiosa, o ideal de mãe («mamma Italia»), tal como os homens.

As mulheres italianas – muito mais que do que os homens – pagam um preço elevado pelas mudanças de estandardização, desestandardização e reestandardização do curso de vida que acompanham a modernidade: percursos de vida especificamente marcados por diferenças de género foram dominantes em tempos de estandardização, mas mantêm-se fortes nas fases posteriores. No entanto, ao passo que a parentalidade representava então uma fase evidente nas vidas dos jovens italianos de ambos os sexos, agora tornou-se problemática também para ambos: para as mulheres, porque têm de escolher entre a maternidade e a carreira; para os homens, porque têm de se afastar do ideal da família alargada, visto que dificilmente irão assumir o papel de patriarca de uma grande família, tal como fizeram os seus pais. Mais exactamente, irão (ter de) submeter-se a uma parentalidade adiada e a uma família com um ou – mais improvável – dois

filhos, ou nenhum. A Itália pertence ao grupo de países da UE com as mais baixas taxas de fertilidade.

O caso dos jovens holandeses

Em muitos aspectos, a sociedade holandesa reflecte um país altamente modernizado. A década de 1970, de mudança cultural e da emancipação das mulheres, afectou profundamente o percurso de vida tradicional com base no género (Bois-Reymond e Poel 2006). A sociedade holandesa assumiu uma cultura de grande informalidade (Wouters 2007) que concede aos seus jovens tempo para uma aprendizagem transitória, tempo para fazer as suas escolhas individuais. O rescaldo da revolução cultural e sexual resultou, eventualmente, num clima social de muito maior aprendizagem, tanto para homens como para as mulheres, do que em quaisquer outros países (dos considerados no nosso trabalho). Não significa isto que tenha desaparecido uma luta por interesses próprios entre os géneros. Mas as estratégias de negociação de conflitos são significativamente desenvolvidas e bem estabelecidas na vida pública e privada. Em contraste com outros países, como, por exemplo, a Alemanha, a sociedade holandesa é muito mais «amiga» das crianças e as gerações vivem em vizinhança próxima e, geralmente, em harmonia.

É *devido* ao bem-estar e à tradição de negociação e tolerância que os jovens casais e pais holandeses se sentem obrigados a negociar de forma tão duradoura compromissos confortáveis. Em geral, a ambição de alcançar uma vida feliz pode dar origem a um tipo de *stress* que não é fácil de controlar: um casal de classe média-alta não constituiria família até ter obtido uma hipoteca para a casa e ter colocado entre parêntesis a carreira, tanto o homem como a mulher. Ao entrar na parentalidade, o ideal é que o jovem pai trabalhe quatro dias por semana e a jovem mãe dois ou três, para que ambos possam passar tempo suficiente com a criança, em combinação com apoio familiar acrescido para cuidar dos filhos.[4] Para além disso, existe a necessidade de corresponder às expectativas de um grande círculo de amigos e familiares com visitas regulares, sendo necessário estar presente em todo o tipo de eventos sociais. A «nova paternidade» e a «nova maternidade» significam aqui, para ambos os géneros: querer tudo.

[4] A Holanda é o país da UE com o maior número de empregos a tempo parcial, não só no que diz respeito às mulheres mas também aos homens (70% das mulheres; 15% dos homens).

Apesar de não estar isento de problemas, este é o lado positivo da vida dos jovens pais holandeses. Há, no entanto, um lado mais obscuro que recai sobre pessoas não «brancas» e suas condições de vida. Tal como no Reino Unido (ver *infra*), a sociedade dos Países Baixos é altamente heterogénea. Na metrópole de Roterdão vivem pessoas de 178 nacionalidades diferentes. A maioria das pessoas (jovens) com diversas origens imigrantes tem piores oportunidades do que os holandeses «brancos», nomeadamente em matéria de educação e trabalho. A parentalidade jovem em culturas migrantes muitas vezes significa famílias maiores, relações mais tradicionais entre géneros e perspectivas menos favoráveis no mercado de trabalho (Bois-Reymond 2009; Vedder, 2006).

É no interface da sociedade holandesa «branca» e «negra» que a aprendizagem intercultural é necessária, particularmente no que toca aos jovens pais. Pais migrantes, e em especial jovens mães, têm de aprender a descobrir e a usar os recursos da sua residência e vizinhança, como agências de consultoria, cursos de línguas, creches e legislação de trabalho para pais. De forma mais geral, pais jovens imigrantes têm de aprender a adaptar-se a estilos de vida e valores ocidentais, particularmente no que toca às relações entre géneros, e ao mesmo tempo chegar a boas soluções de compromisso com as suas próprias culturas e tradições familiares. A profunda (e em muitos aspectos cada vez maior) divisão entre «negros» e «brancos» nos Países Baixos é motivo de preocupação absoluta numa perspectiva intergeracional. Preencher essa clivagem depende, em grande medida, da forma como os jovens pais de ambos os lados educam os seus filhos. Depende também de (melhores) programas governamentais específicos para apoiar jovens pais nessa tarefa.

O caso dos jovens britânicos

É possível afirmar com razoabilidade que o Reino Unido ainda mostra características de uma sociedade de classes, mais do que qualquer outro dos seis países em análise. Existem, em muitos aspectos, raízes culturais mais tradicionais que unem as gerações e transformam as normas e práticas de apoio intergeracional. Verifica-se um elevado grau de solidariedade recíproca entre a geração dos pais e a dos filhos, estando os pais (avós) perfeitamente dispostos a sacrificar tanto quanto puderem em prol da jovem família. Constata-se também, aparentemente, um elevado grau de solidariedade entre casais. Os pais trabalhadores são mais propensos a trabalhar em horários atípicos (80% dos pais), tentando conciliar família e trabalho através de um mecanismo de *shift parenting* (partilha da respon-

sabilidade pelo cuidado dos filhos): cada parceiro trabalha durante um determinado período do dia que não se sobrepõe ao período de trabalho do outro, de forma a poderem cuidar dos filhos. Esse padrão de trabalho envolve a proximidade dos pais nas obrigações familiares e de cuidado dos filhos e faz que haja mais equilíbrio entre géneros do que em muitos dos outros países. Isso não significa, necessariamente, que os jovens homens britânicos sejam «mais emancipados», representa sobretudo a continuidade de uma característica histórica das culturas operárias.

Contrariamente à Alemanha e aos Países Baixos, o Reino Unido é uma sociedade com altas taxas de imigrantes, provenientes principalmente da Índia e do Paquistão, que há muitas gerações vivem no país como cidadãos naturalizados. Divergindo também de outros países, a taxa de natalidade é relativamente alta (embora ainda abaixo do nível de substituição) e as novas gerações de mães são, em média, mais jovens do que em outros países. O relatório do Reino Unido (cf. Biggart *in* Bois-Reymond 2008a, 123) realça duas características distintas: pertença de classe social e maternidade na adolescência. O Reino Unido é, destacadamente, o país da UE com a maior taxa de mães adolescentes,[5] sendo que estas contrastam grandemente com as mulheres jovens («brancas») que completaram o ensino superior e iniciaram as suas carreiras profissionais.

Nestes dois grupos contrastantes em termos sociais e culturais, as mulheres jovens fazem escolhas voluntárias e involuntárias relativas à maternidade. As mães adolescentes fazem escolhas mais involuntárias do que voluntárias. Em geral, têm (muito) baixos níveis de educação, tendo frequentemente deixado a escola sem um diploma e, consequentemente, dispondo de (muito) poucas oportunidades no mercado de trabalho. Apenas uma minoria tem um parceiro estável com quem constituir família, embora geralmente possa contar com o apoio activo dos próprios pais. Não obstante, argumentar que o estatuto de mãe solteira é compreensível principal ou exclusivamente através da gravidez involuntária não parece uma visão muito objectiva.

Hirst e o seu grupo de investigação realizaram um estudo fascinante sobre mães e pais adolescentes que mostrou que a parentalidade pode ser vivida por esses jovens, do sexo masculino e feminino, como uma dimensão da vida biograficamente satisfatória, justamente *porque* existe muito fracasso e frustração em outros aspectos da vida (educação, situa-

[5] A proporção de mães adolescentes (com idade entre 14 e 19 anos) é de 26,9, enquanto em Itália e na Holanda é de 7,0 e 6,3, respectivamente (Biggart *in* Bois-Reymond 2008a, 13).

ção laboral) (Hirst, Formby e Owen 2006). Os autores argumentam que a pobreza é o factor-chave nas suas biografias, e não tanto a parentalidade adolescente, apesar de a gravidez na adolescência ser vista pela opinião pública como uma falha pessoal, um «erro». Mas os motivos são muito mais diversos: por exemplo, pais adolescentes afro-caribenhos engravidam sem planeamento mas não de forma indesejada,[6] enquanto os jovens com origens no Bangladesh preferem gravidezes planeadas.

A parentalidade na adolescência suscita novas questões e pontos de vista sobre «aprender a ser um pai ou mãe jovem». É um caso-limite para a nossa hipótese de que a parentalidade deixa de ser um dado adquirido/natural para passar a ser um conceito artificial/planeado: para os indivíduos envolvidos pode simplesmente acontecer – tal como aconteceu com as suas mães enquanto parte de uma cultura de pobreza. Homens e mulheres jovens – especialmente estas últimas – têm de aprender a suportar as consequências da parentalidade precoce nas sociedades modernas, onde não é aprovada. O estudo de Hirst mostra que mães adolescentes podem, no entanto, desenvolver orgulho e autoconfiança. Essas propriedades são activos de aprendizagem para redefinir a parentalidade.

Face às elevadas taxas de gravidez na adolescência, o público e os políticos também têm de aprender: programas repressivos que tentam impor educação formal e qualificação laboral não funcionam. Em vez disso, os programas têm de ter em linha de conta a situação biográfica dos jovens pais e desenvolver medidas com base nesses conhecimentos. Como, por exemplo, criar programas de apoio especial para pais e mães adolescentes. A «aprendizagem da parentalidade jovem» é, portanto, não só uma obrigação pessoal mas tem lugar na interacção com outros actores envolvidos. A parentalidade na adolescência é apenas um exemplo, ostensivo, da interacção entre indivíduos que são pais e mães, mercado de trabalho e medidas de apoio oficial.

Conclusões: velhas certezas – novas ambiguidades

Neste texto, parti da hipótese de que a transição para a parentalidade jovem, no percurso da modernização, se tornou um passo reflexivo no percurso de vida dos seres humanos. Jovens prestes a tornarem-se pais

[6] Na Holanda ser mãe solteira também é mais frequente entre jovens adultos da região das Caraíbas; faz parte da cultura e é mantido pelos imigrantes nos Países Baixos.

têm de calcular os prós e os contras de constituir família. Isso implica aprendizagem, na acepção mais ampla possível do termo.

Para sustentar esta hipótese, fiz referência à extensa discussão sobre a indefinição das categorias de idade que separam a juventude da idade adulta. No decurso das últimas cinco décadas, aproximadamente, o curso de vida humano passou por uma ampla transformação de um modelo estandardizado em função do género para um modelo mais desestandardizado, com menos diferenças de género e mais espaço para experimentar comportamentos alternativos. Essa transformação resulta na reestandardização considerando que estes novos comportamentos, normas e valores se generalizam e resultam em novas formas de normalidade.

Este vasto processo incorpora mudanças na parentalidade jovem. Ser pai ou mãe estava, normalmente e de forma prática, codificado e padronizado no curso de vida em função do género, tratando-se de um acontecimento inquestionável. No entanto, a ordem consecutiva das etapas para a parentalidade perdeu o seu carácter ideológico e obrigatório e levou a percursos de vida pluralizados e individualizados, no qual a parentalidade é possível sem casamento, nos momentos escolhidos pelos próprios. Tornou-se parte do planeamento deliberado. Adiar a parentalidade e ter menos filhos é agora uma tendência de praticamente todos os países europeus, devido sobretudo a trajectórias educacionais mais longas e à inclusão das mulheres no mercado de trabalho. Essas são as principais características da reestandardização do curso de vida na modernidade, juntamente com um reequilíbrio da relação entre géneros.

Estas tendências – delineadas aqui de forma ideal – não ocorrem da mesma forma e ao mesmo ritmo em todos os países europeus, mostrando-nos que a aquisição do estatuto de jovem mãe ou pai depende de contextos políticos, económicos e culturais. A evidência aponta para a maior capacidade de deliberação e maior incerteza sobre se e quando constituir família, bem como para a menor referência a estruturas de papéis de género fixos, ou a tradições religiosas e regionais. Tentei destacar as características que tornaram plausível a participação efectiva dos jovens nas amplas vagas de modernização que alteraram a parentalidade no sentido de um conceito evidente para um conceito artificial, resultante de um projecto de elaboração próprio. Deve, no entanto, sublinhar-se que esse projecto nem sempre é auto-elaborado no sentido da livre escolha. A agência dos jovens é comprometida por coerções e restrições sociais, um mercado de trabalho inseguro e, ainda, a falta de apoios sociais.

Os processos de *modernização selectiva* resultam em novos modelos de género e de família. Pode assumir – e assume – formas variadas. No caso

da Bulgária, a modernização selectiva refere-se à compressão da mudança social numa só geração, ao contrário de países ocidentais, que tiveram mais tempo para mudar. No caso italiano, modernização selectiva significa que, em primeiro lugar, por causa das tradições religiosas e familiares, o antigo modelo de curso de vida em função do género está ainda profundamente enraizado na sociedade – profundamente mas já não com firmeza, na medida em que mulheres jovens exercem um poder de agência que altera esse modelo, em prol do desenvolvimento (despadronização), eventual, de um modelo geral de aceitação de um maior equilíbrio de poder entre géneros. Nos Países Baixos existe, como demonstrei, um clima favorável para a divisão equitativa das obrigações familiares e laborais entre mulheres e homens jovens, mas os valores ligados à cultura da família não são abandonados (as crianças pequenas não passam demasiado tempo nas creches). Por último, temos o caso britânico das mães adolescentes como exemplo de, por um lado, uma resposta tradicional (negativa) para essas jovens mães, mas, por outro, de crescente autoconfiança e energia na agência dessas mães (e pais) adolescentes, reivindicando espaço e reconhecimento social para o seu modelo de percurso de vida.

Relativamente às relações intergeracionais, a mudança social manifesta-se como modernização no seio das famílias e entre famílias. Não sendo o único, trata-se de um motor muito robusto para orientar os percursos de vida dos jovens e para formar a base de aprendizagem para a parentalidade jovem. O óleo, por assim dizer, que determina o bom funcionamento desse motor, encontra-se nas *culturas de negociação* no seio e fora da família de origem, bem como entre o jovem casal. A negociação como realização cultural e técnica de aprendizagem para lidar com dilemas e contradições faz parte dos mais vastos processos de modernização, individualização e pluralização. Apesar de se constatar que, eventualmente, todos os jovens pais desenvolvem rotinas diárias pragmáticas de «sobrevivência», nota-se a tendência para um nível de negociação acrescido dentro de relações de género mais equilibradas, devido a ambições individuais crescentes em todas as esferas da vida – proporcionada por um certo nível de bem-estar e segurança, como nos Países Baixos.

As tendências contraditórias decorrentes de uma *intensificação* nos cuidados com os filhos *e* no trabalho – o pai ou a mãe ideal; o funcionário ideal – em sociedades abertas e pluralizadas e em economias de mercado «livre», colocam uma enorme pressão sobre os jovens. Este duplo compromisso envolve todos os jovens pais e mães contemporâneos e faz parte da explicação de ambos: atraso ou abstinência no que diz respeito a ter

filhos *e* luta por mais tempo parental no local de trabalho, de forma a ter mais tempo para cuidar dos filhos. Curiosamente, essa luta não é feita contra a intensificação dos cuidados com os filhos. Pelo contrário, as jovens mães, e cada vez mais os pais, sentem-se obrigados (e querem) aprender tanto quanto possível sobre a «boa parentalidade». Nunca antes na história houve um movimento tão significativo de autoprofissionalização no campo da gravidez, saúde, desenvolvimento na primeira infância, práticas parentais, etc., para além da crescente necessidade de especialização profissional e de apoio nas sociedades de bem-estar avançadas de hoje; uma tendência que também se difunde nas sociedades menos abastadas.

Finalmente, em todos os países considerados pelo nosso trabalho, há evidentemente grupos de jovens pais com trajectórias de alto risco; aí se encontram muitos pais e mães de minorias étnicas, mas não só. A pobreza estrutural, a exclusão do trabalho assalariado e as trajectórias educacionais interrompidas são os principais factores de risco, em todos os países, que ameaçam a parentalidade. As políticas em matéria de família não são, muitas vezes, concebidas para melhorar a situação de vida desses jovens e permitir-lhes aprender a (re)alcançar a independência e autonomia. Isto acontece porque a maioria das medidas em matéria de família não faz parte de *políticas integradas* que tenham em consideração o conjunto das trajectórias de transição que compõem e determinam a parentalidade jovem. Não são só os jovens que têm de aprender a parentalidade jovem; as políticas europeias no domínio da família também devem aprender a reagir de forma significativa à geração jovem. Devem aprender a tornar-se mais orientadas para o indivíduo e abandonar a pretensão de conhecer a forma «correcta» de vivência juvenil. Devem aprender a descartar a sua ignorância, a não negar as contingências inerentes às sociedades de modernidade tardia, com futuros incertos e em aberto, bem como as exigências crescentes dos sujeitos para lidar com tais contingências.

Referências

Arnett, J. J. 2004. *Emerging Adulthood: the Winding Road from the Late Teens through the Twenties.* Nova Iorque: Oxford University Press.

Blatterer, H. 2007. «Contemporary adulthood». *Current Sociology*, 55 (6): 771-792.

Blossfeld, H.-P. *et al.*, eds. 2005. *Globalization, Uncertainty and Youth in Society.* Londres e Nova Iorque: Routledge.

Bois-Reymond, Manuela du. 2008a. *Young Parenthood, Agency and Social Change*. Thematic report for the research project «Youth – Actor of Social Change» (UP2YOUTH). IRIS. Tübingen, http://www.up2youth.org/downloads/task,doc_download/gid,71/.

Bois-Reymond, Manuela du. 2008b. «Young parenthood in six European countries». *Sociological Problems*, Special Issue «Work-Life Dilemmas: Changes in Work and Family Life in the Enlarged Europe», ed. S. Kovacheva, 158-173.

Bois-Reymond, Manuela du. 2009. «Young parenthood in the Netherlands». *YOUNG Nordic Journal of Youth Research*. 17 (3): 265-283.

Bois-Reymond, Manuela du., e Y. te Poel. 2006. «Work and care in the life-course of young adults in the Netherlands». In *A New Youth? Young People and Family Life*, eds. C. Leccardi e E. Ruspini. Aldeshot: Ashgate, 164-186.

Brinkgreve, C., e E. Ter Velde. 2006. *Wie Wil er Nog Moeder Worden?* (Who Wants to Become a Mother these Days?). Amesterdão: Spinhuis.

Buchmann, M. 1989. *The Script of Life in Modern Society: Entry into Adulthood in a Changing World*. Chicago e Londres: The University Chicago Press.

Coté, J. 2008. «Youth and the provision of resources». In *Youth and Social Capital*, eds. H. Helve e J. Bynner. Londres: The Tuffnell Press, 59-70.

Coté, J., e J.M. Bynner 2008. «Changes in the transition to adulthood in the UK and Canada: the role of structure and agency in emerging adulthood». *Journal of Youth Studies*, 11 (3): 251-268.

Esping-Andersen, G. 1990. *The Three Worlds of Welfare Capitalism*. Princeton, NJ: Princeton University Press.

Esping-Andersen, G. *et al.* 2002. *Why We Need a New Welfare State*. Oxford e Nova Iorque: Oxford University Press.

Hirst, J., E. Formby e J. Owen. 2006. «Pathways into parenthood: reflections from three generations of teenage mothers and fathers», Sheffield, Sheffield University, http://www.shu.ac.uk/research/ceir/sp-julia-hirst.

Kovacheva, S. 2008. «Youth transitions and family support in post-communist societies, in *Youth, Control, Citizenship, Social Reproduction: Lessons and Debatets in the University of Salerno*, ed. R. Rauty. Salerno: Rubbettino, 65-98.

Leccardi, C., e S. Magaraggia. 2007. «National report Italy». Intern report of the working group «Young parenthood», project «Youth – Actor of Social Change» (UP2YOUTH), http://www.up2youth.org.

Lewis, J. 2006-2007. «Strukturwandel der Familie» (Structural change in the family). *Transit. Europäische Revue*, Winter, 32: 157-173.

Lück, D. 2006. «The impact of gender role attitudes on women's life course». In *Globalization, Uncertainty and Women's Careers*, eds. H.-P. Blossfeld e H. Hofmeister. Cheltenham e Northhampton, MA: Edward Elgar, 405-432.

Misra, J., S. Moller, e M. J. Budig. 2007. «Work-family policies and poverty for partnered and single women in Europe and North America». *Gender and Society*, 21 (6): 804-827.

Pfau-Effinger, B. 2005. «Development of paths of care arrangements in the framework of family values and welfare values». In *Care and Social Integration in Eureopean Societies*, eds. B. Pfau-Effinger e B. Geissler. Bristol: Policy Press, 21-48.

Pfau-Effinger, B., e B. Geissler, ed. 2005. *Care and Social Integration in Eureopean Societies*. Bristol: Policy Press.

Pohl, A., B. Stauber, e A. Walther. 2007. «Youth, actor of social change: theoretical reflections on young people's agency in comparative perspective», Interim discussion paper for the UP2YOUTH project.

Sgritta, G. B. 2005. «L'Europa delle generazioni: l'ipoteca del passato» (Europe of the generations: martgage of the past). In *Faiglie e politiche de welfare in Italia: interventi e pratiche* (Families and welfare policies in Italy: interventions anc practices), vols. I, II. Bolonha: Mulino, 13-52.

Stauber, B., e M. du Bois-Reymond. 2006. «Familienbeziehungen im Kontext verlängerter Übergänge. Eine intergenerative Studie aus neun europäischen Ländern» (Family relationships within transitions. An intergenerational study in nine European countries), *ZSE Zeitschrift für Soziologie der Erziehung und Sozialisation*, 26 (2): 206-221.

Vedder, P. 2006. «Black and white schools in the Netherlands». *European Education,* 38 (2): 36-49.

UNICEF. 2008. *The Child Care Transition.* Florence: Eport Card 8 Innocenti Research Centre.

Walther, A., M. du Bois-Reymond, e A. Biggart (eds.). 2006. *Participation in Transition. Motivation of Young Adults in Europe for Learning and Working.* Frankfurt: Peter Lang Europäischer Verlag der Wissenschaften.

Wouters, C. 2007. *Informalization: Manners and Emotions Since 1890.* S. l.: Sage Publ.

Parte III
Migrações e identidades: diferentes ou (des)iguais?

René Bendit

Capítulo 6

Jovens imigrantes na Europa: aprender a lidar com transições incertas

Introdução

Os processos de globalização, modernização e migração têm vindo a alterar o «mapa social» da Europa: estes influenciam radicalmente o mundo do trabalho, da cultura e da vida social. No contexto destas mudanças, observa-se que os jovens imigrantes e os jovens de origem imigrante ou étnica têm vindo a constituir parte integrante da juventude moderna nos países europeus em que vivem. Neste processo, esses jovens são confrontados não só com as tarefas clássicas relacionadas com o desenvolvimento psicológico da fase de adolescência e juventude, mas também com os desafios sociais e culturais que a modernidade tardia representa na vida juvenil moderna.

Para enfrentar com êxito estes desafios, os jovens de origem imigrante ou pertencentes a minorias étnicas têm de superar diferentes constelações de factores de desigualdade e de desvantagem social associadas aos contextos em que crescem. Estes são caracterizados pela escassez estrutural de recursos e de oportunidades, em interacção simultânea com aspectos culturais, orientações individuais e estratégias de *coping* (agência). Neste sentido, a análise do processo de integração social de jovens de origem imigrante e de jovens pertencentes a minorias étnicas incidirá não só nos diferentes desafios provenientes de tais desvantagens, mas também terá como base uma leitura destes jovens como actores sociais, isto é, enquanto agentes e participantes activos na construção das suas próprias biografias.

No presente capítulo, iremos analisar então o processo de integração de jovens de origem imigrante e de jovens pertencentes a minorias étnicas

na vida juvenil de alguns Estados-membros europeus, isto a partir de três perspectivas diferentes: uma perspectiva social integrativa, uma perspectiva cultural e uma perspectiva biográfica, esta última fundamentada no conceito de agência. Para tal, apresentaremos dados provenientes de estatísticas oficiais e resultantes de uma investigação sobre os desempenhos de jovens descendentes de imigrantes e de jovens pertencentes a minorias étnicas sobre a forma como lidam e aprendem a lidar com os desafios proporcionados em contextos de modernidade tardia.

Finalmente, a análise dos processos de integração de jovens de origem imigrante também considerará o papel que as políticas migratórias desempenham na Europa no sentido de apoiar a integração social e cultural destes grupos, bem como as formas como estas podem contribuir para o desenvolvimento de um novo conceito de coesão social e de cidadania com base na aceitação de diferenças culturais (CDMG 2002). Para tal, serão resumidos e analisados documentos de políticas oficiais sobre diferentes estratégias implementadas pelos Estados-membros da UE com vista à integração de jovens imigrantes, jovens descendentes de imigrantes e jovens pertencentes a minorias étnicas (Conselho da Europa 2006). Este último ponto irá ser abordado de forma limitada no presente capítulo.

Imigração na Europa: uma visão geral

No final de 2005, a população total dos Estados-membros da UE (UE-25) correspondia, aproximadamente, a cerca de 462 milhões de habitantes. Desse total, 388 milhões (84%) eram cidadãos dos «antigos» Estados-membros da UE (UE-15) enquanto os restantes 75 milhões eram cidadãos dos 10 Estados da Europa Central e Oriental que entraram recentemente na UE. Da população total dos 25 Estados-membros da UE em 2006 (462 milhões), mais de 78 milhões eram crianças e adolescentes com menos de 15 anos de idade, e mais de 62 milhões (11,2%) eram jovens entre os 15 e os 24 anos de idade; e a taxa de pessoas com menos de 25 anos de idade era de 28,6% (EUROSTAT 2007).

Do total da população da UE em 2005, cerca de 5,7% nasceram ou eram provenientes de países de fora da União Europeia, isto é, dos designados «países terceiros» e a sua maioria não detinha a cidadania de um Estado-membro da UE (EUROSTAT 2006). A comparação entre a estrutura etária da população autóctone e a população migrante/pertencente a minorias étnicas nos países da UE mostra algumas semelhanças

e diferenças: embora a taxa para o grupo etário dos 0 aos 19 anos seja praticamente igual para autóctones e imigrantes (23% contra 20%), no que concerne aos grupos de jovens adultos e de adultos, existem diferenças significativas. Na faixa etária dos 25 aos 29 anos, os migrantes representam 22% enquanto os autóctones representam apenas 14%. Nos grupos de idade dos 30 aos 34 anos, as diferenças são semelhantes. Em conjunto, no grupo etário dos 20 aos 39 anos, «pós-adolescentes», jovens adultos e adultos, a população migrante está fortemente representada: 41% contra 28% de autóctones.

No entanto, as diferenças mais salientes na estrutura etária de ambos os grupos populacionais observam-se entre os idosos, isto é, entre aqueles com mais de 65 anos de idade. Enquanto os cidadãos da UE correspondem a 17%, a população imigrante representa apenas 9% (EUROSTAT 2006). As diferenças entre as categorias de idade superior mostram que os autóctones constituem cada vez mais uma população envelhecida e que a imigração contribui no curto prazo para reduzir a idade média da população total da UE. O papel da imigração, em termos de evolução demográfica na Europa, tem despertado a atenção nos últimos anos devido à preocupação crescente com o envelhecimento da população, com a futura oferta de mão-de-obra devido à diminuição das populações em idade activa, com os rácios de dependência e o pagamento de pensões. Existem países que cresceram inteiramente devido à imigração. Entre estes países encontram-se a Alemanha, a Suécia e a Grécia (Haug, Compton e Courbage 2003).

Composição da população imigrante

A composição da população estrangeira/imigrante é determinada principalmente por factores geográficos, históricos e económicos, assim como por situações políticas e relações internacionais tradicionais. A população imigrante reflecte também diferentes vagas migratórias no pós-guerra ligadas à escassez de mão-de-obra, ao reagrupamento familiar e à integração de refugiados dentro e fora da Europa. Portanto, em toda a UE, os imigrantes e as minorias étnicas constituem um grupo muito diversificado, incluindo:

- Pessoas pertencentes a comunidades bem estabelecidas de ex-imigrantes;
- Trabalhadores «convidados» («Gastarbeiter») a longo prazo e temporariamente;

- Trabalhadores fronteiriços e comerciantes (entre os quais se incluem trabalhadores não qualificados e altamente qualificados);
- Estudantes e trabalhadores altamente qualificados com vistos «Green Cards»;
- Imigrantes de ex-colónias com nacionalidade britânica, francesa, portuguesa ou espanhola;
- Imigrantes da Europa de leste;
- Requerentes de asilo político ou refugiados;
- A imigração ilegal ou irregular constitui igualmente uma componente importante dos movimentos migratórios na Europa (Niessen 2000).

Nas últimas décadas, um mercado de migração global emergiu especialmente para aqueles com elevadas qualificações e competências. Ao integrarem imigrantes altamente qualificados (especialmente no sector das TIC) nos seus países, os governos nacionais esperam obter benefícios económicos, aumentando as competências nacionais ou fazer face a potenciais défices de competências.

Finalmente, as migrações ilegais ou irregulares conduziram à introdução de medidas rigorosas de controlo nas fronteiras dos países europeus. Devido à sua natureza clandestina, ninguém sabe exactamente a dimensão desta população ilegal na Europa ou nos diferentes países.

Distribuição e origem da população imigrante/estrangeira nos Estados-membros da UE

A distribuição da população imigrante na Europa não é homogénea. A Alemanha tem cerca de um terço do total, enquanto a França regista cerca de 15% e o Reino Unido cerca de 12% do total da população estrangeira. Outros países com proporções significativas de estrangeiros são o Luxemburgo, a Suíça, a Itália, a Áustria, a Bélgica e a Espanha. Em 2001, os países que apresentavam as maiores proporções de estrangeiros face ao total da população residente eram o Luxemburgo (37,3%) e a Suíça (19,1%). Na Áustria e na Alemanha, esta mesma proporção correspondia a cerca de 9%, e com valores próximos estava o caso da Bélgica. Na Dinamarca, em França, na Irlanda, nos Países Baixos, na Noruega, na Suécia e no Reino Unido esta proporção representava cerca de 4% a 5%. No resto dos países da Europa Ocidental, a proporção de estrangeiros era inferior a 3%. Em comparação, o número de imigrantes registados na Europa Central e Oriental é significativamente inferior (EUROSTAT 2007).

Com excepção da Bélgica, do Luxemburgo, da Irlanda e de Chipre, a maioria dos imigrantes na UE são de nacionalidades de países não integrantes da UE (25). Assim, por exemplo, na Áustria, a maioria dos imigrantes é proveniente da ex-Jugoslávia (Eslovénia, Croácia, Sérvia e Kosovo), mas também da Roménia e da Turquia. Na Finlândia, os imigrantes vêm principalmente da Somália, da Rússia, do Paquistão, da Turquia e de alguns países árabes, enquanto em França, a maioria dos imigrantes é originária das ex-colónias francesas, especialmente do Norte de África: Argélia, Tunísia, Marrocos e países francófonos subsarianos.

Na Alemanha, na Dinamarca e na Holanda, os imigrantes turcos correspondem ao principal grupo de imigrantes. Na Alemanha também os cidadãos da ex-Jugoslávia, da Itália, da Grécia e da Polónia representam grupos com elevada expressão numérica. Por outro lado, na Itália, a maioria dos imigrantes provenientes de países de fora da UE (25) são oriundos da Albânia, da Croácia, do Egipto, da Eritreia, da ex-Jugoslávia, da Índia, de Marrocos, da Tunísia, do Senegal, de outros países africanos subsarianos, da Roménia e do Sri Lanka. Em Portugal, os imigrantes são na sua maioria cidadãos oriundos das ex-colónias, como Angola, Brasil, Cabo Verde e Moçambique, e na Espanha os maiores grupos de imigrantes são provenientes da República Dominicana, do Equador, de Marrocos, do Peru, da Tunísia e de alguns países africanos subsarianos, bem como ainda da Polónia e da Roménia (Bade, Bommes e Münz 2004).

Desafios da integração social e cultural de jovens com *background* imigratório ou étnico na Europa

Os principais desafios que os «novos jovens europeus» têm de enfrentar correspondem: aos requisitos e expectativas resultantes dos elevados padrões a nível da formação educacional e profissional estabelecidos nos países de destino; ao desenvolvimento de estratégias individuais para aceder ao mercado de trabalho; aprender a viver com as tensões e contradições entre, por um lado, os requisitos de sociedades complexas e diferenciadas e dos seus respectivos processos de transição e valores «pós-modernos» e, por outro lado, as normas culturais, valores e estilos de vida ancorados aos padrões tradicionais de socialização das suas famílias, comunidades e outros contextos sociais. Os jovens imigrantes têm de aprender a lidar com as diferenças e conflitos interculturais entre cul-

turas maioritárias e minoritárias (gestão da diversidade) e têm de construir as suas próprias identidades culturais no contexto de tensões e contradições entre processos de autoconhecimento e de rotulagem e estigmatização culturais por parte da sociedade de acolhimento (ver Bechmann Jensen e Mørch 2006; Bechmann Jensen *et al.* 2007. Ver também Walther, Stauber e Pohl 2009).

Formação educacional e profissional: quais os desempenhos de jovens imigrantes e de jovens pertencentes a minorias étnicas?

De acordo com as diferentes estatísticas apresentadas e analisadas no contexto do projecto «Up2Youth»,[1] mas também com outros relatórios sobre a situação de jovens migrantes,[2] na maioria dos Estados-membros da UE os jovens de origem imigrantes ou pertencentes a minorias étnicas de primeira e segunda geração mostram desempenhos escolares inferiores aos da maioria dos jovens: este é o caso especialmente dos jovens árabes e turcos nos países escandinavos; dos jovens turcos e balcânicos na Áustria; dos jovens provenientes do Norte de África na Bélgica; dos jovens marroquinos e de origem subsariana em França; dos jovens turcos e outros jovens imigrantes (por exemplo, italianos) na Alemanha e dos jovens turcos e do Norte de África na Holanda; e dos jovens africanos em Espanha e em Portugal. As principais dificuldades dos jovens imigrantes, dos jovens com *background* migratório ou pertencentes a minorias étnicas, ao nível escolar e no plano da formação profissional, encontram-se associadas a dificuldades com a língua, dificuldades de aprendizagem, interrupção e abandono escolar, problemas sociais e familiares e dificuldades de aceder e de ser bem sucedido ao nível da formação vocacional.[3]

A maioria dos países europeus de imigração compartilha a experiência da importância que o apoio familiar adquire no que respeita a resultados escolares. Mesmo que a família imigrante deseje que os seus filhos tenham acesso a uma melhor educação do que, por exemplo, os seus pais tiveram, muitas vezes estes não detêm o tempo ou as competências ne-

[1] Ver diferentes relatórios nacionais por Bendit *et al.* 2007; Blasco *et al.* 2007; Ferreira e Pais 2007; Marcovici *et al.* 2007; Mørch e*t al.* 2007; Salovaara e Julkunen 2007.

[2] Ver Alitolppa-Niitamo 2004; Reißig *et al.* 2006; Mørch *et al.* 2008; Großegger 2008; Machado, Matias e Leal 2005; López Sala e Cachón 2007.

[3] Ver Bendit *et al.* 2007; Blasco *et al.* 2007; Ferreira e Pais 2007; Marcovici *et al.* 2007; Mørch *et al.* 2007; Salovaara e Julkunen 2007; Alitolppa-Niitamo 2004; Mørch *et al.* 2008; Großegger 2008; Machado, Matias e Leal 2005; López Sala e Cachón 2007.

cessárias para ajudar os seus filhos com os trabalhos de casa ou para dar orientações e conselhos escolares. Ao mesmo tempo, a maioria dos pais imigrantes não se encontra suficientemente informada sobre as perspectivas profissionais disponíveis para os seus filhos em diferentes tipos de instituições de ensino. No entanto, tentam apoiá-los tanto quanto possível, pelo menos economicamente, durante os seus percursos de formação escolar e profissional.

Especialmente problemática é a situação educacional de jovens de etnia romani e sinti (ciganos) em diferentes países de Europa Central e Oriental (por exemplo, Áustria, Bulgária, República Checa, Hungria, Portugal, Espanha e Roménia), bem como a situação dos *travellers* na Irlanda. Os dados analisados mostram elevadas taxas de abandono escolar precoce, com trajectórias escolares em geral mais problemáticas e erráticas (Walther *et al.* 2002).

O género desempenha, neste contexto, um papel importante e diferenciador. Os diferentes relatórios nacionais do projecto Up2Youth mostram as seguintes tendências:

- Na maioria dos Estados-membros da UE, as jovens imigrantes e pertencentes a minorias étnicas alcançam melhores resultados escolares do que os jovens do sexo masculino;
- As jovens de origem romani ou sinti, em países como Bulgária, Itália, Portugal, Roménia e Espanha, são frequentemente impedidas de continuar a estudar a nível do ensino secundário pela própria família;
- Os jovens de origem imigrante do sexo masculino na Áustria, na Bélgica, na Alemanha, na Grã-Bretanha, em Portugal, na Holanda, em Espanha e nos países escandinavos apresentam uma forte orientação para aceder às instituições de formação profissional, mas muitas vezes são desmotivados por práticas discriminatórias de empregadores ou representantes institucionais;
- Na maioria dos Estados-membros da UE os jovens de origem imigrante do sexo masculino têm acesso a formações profissionais e alcançam as correspondentes certificações.[4]

Diversos estudos indicam que as possibilidades de jovens imigrantes e de jovens pertencentes a minorias étnicas desenvolverem os seus próprios percursos e carreiras biograficamente ancoradas são inferiores em

[4] Ver Bendit *et al.* 2007; Blasco *et al.* 2007; Ferreira e Pais; 2007. Marcovici *et al.* 2007; Mørch *et al.* 2007.

relação aos jovens autóctones da mesma idade e classe social.[5] Os jovens imigrantes provenientes de países do Leste da Europa apresentam-se como excepção, assim como alguns grupos de estudantes latino-americanos em Espanha e em Portugal. Os seus desempenhos escolares são frequentemente superiores àqueles observados em relação aos jovens autóctones. O mesmo pode ser observado no caso de jovens oriundos do Leste da Europa a residir na Finlândia.[6]

Em suma, os jovens de origem imigrante e os jovens pertencentes a minorias étnicas nos Estados-membros da UE enfrentam definitivamente piores condições nos seus percursos escolares do que a maioria dos jovens. Ao enfrentarem dificuldades com a língua, com a assiduidade escolar e com o processo de aprendizagem nas suas trajectórias escolares, estes jovens enfrentam, ao mesmo tempo, frequentemente, atitudes discriminatórias. O resultado parece ser que os jovens pertencentes a minorias étnicas se encontram numa posição desfavorecida no sistema de educação e tendem a alcançar médias escolares inferiores.[7]

A análise de trajectórias escolares bem-sucedidas mostra que, apesar das circunstâncias marginalizantes que rodeiam estes jovens, a decisão consciente de muitos jovens imigrantes de seguir uma formação profissional parece ser a estratégia mais adequada e promissora à sua disposição. A formação profissional não tem só como objectivo a reprodução material a longo prazo, mas também o aumento das possibilidades de participação na vida juvenil moderna nas sociedades de modernidade tardia no contexto europeu. Constitui um importante apoio no processo de emancipação das famílias de origem, actua como um estabilizador da auto-estima, promove as relações sociais, e fomenta perspectivas em re-

[5] Ver por exemplo, Bendit *et al.* 2007; ver também Walther, Stauber e Pohl 2009.

[6] Ver Bendit *et al.* 2007; Blasco *et al.* 2007; Ferreira e Pais 2007; Marcovici *et al.* 2007; Salovaara e Julkunen 2007; ver também López Sala e Cachón 2007; Reißig *et al.* 2006; Payet, 2004.

[7] Em particular, jovens romani, sinti e cigana na Europa Central e do Sul e do Leste europeu, como por exemplo na Bulgária e na Roménia, mas também na Itália, em Portugal e em Espanha, abandonam a escola mais cedo sem obterem a respectiva certificação; assim como os jovens de origem africana em Espanha e em Portugal apresentam desempenhos escolares inferiores. De igual forma, a variável género coloca em evidência importantes diferenças. Se as raparigas frequentam a escola – com excepção do caso das raparigas roma que ficam normalmente em casa a cuidar dos seus irmãos – estas apresentam, normalmente, melhores resultados escolares a nível do ensino superior. Por outro lado, os rapazes procuram cursos de orientação vocacional, mas frequentemente são discriminados no acesso à formação vocacional. Por exemplo, na Alemanha e devido ao seu sistema dual, alguns rapazes desistem da perspectiva de uma orientação escolar vocacional e investem no regime regular.

lação ao futuro. Por outras palavras, ser bem-sucedido no ensino secundário e na formação profissional promove a individualização, a integração social e a «biografização» (Badawia 2002).

Acesso ao mercado de trabalho

Uma análise secundária das estatísticas do mercado de trabalho, bem como de estudos especializados sobre os diferentes Estados-membros da UE, confirmam o facto de os jovens imigrantes detentores de poucas qualificações terem mais dificuldades no processo de integração no mercado de trabalho em países com elevados padrões educacionais e mercados de trabalho pós-industriais. No caso de jovens imigrantes a residir em países como a Dinamarca, a Finlândia, a Alemanha, a Noruega e a Suécia estas dificuldades acentuam-se, não deixando, contudo, de ter lugar também na maioria dos outros Estados-membros.

Nos países nórdicos, bem como em outros países de sentido mais empreendedor, os empregadores apresentam elevadas expectativas em relação às capacidades e competências dos jovens que abandonaram a escola. Deste modo, os fracos desempenhos escolares demonstrados pelos jovens de origem imigrante constitui uma das razões que reforçam os preconceitos, atitudes negativas e práticas discriminatórias que justificam a não contratação de jovens imigrantes ou pertencentes a grupos étnicos minoritários (Mørch *et al.* 2008; Walther, Stauber e Pohl 2009).

Na maioria dos países da UE, as trajectórias profissionais de jovens imigrantes, com *background* migratório ou pertencentes a minorias étnicas, são caracterizadas por situações de precariedade laboral. Estes desempenham, sobretudo, profissões menos qualificadas com um vínculo laboral, maioritariamente, de curto prazo. Na Europa do Sul, muitos destes jovens trabalham no sector informal da economia e não se encontram abrangidos pela segurança social. Em alguns casos, este tipo de integração laboral é conjugado com a frequência escolar a nível do ensino secundário. Assim, por exemplo, 25% dos jovens de origem africana em Portugal, entre os 14 e os 19 anos de idade, trabalham e estudam ao mesmo tempo (Ferreira, 2003).

Além disso, os dados revelam que jovens imigrantes com qualificações não formais enfrentam mais acentuadamente situações de desemprego do que a maioria dos jovens na mesma condição. Alguns estudos mostram que os jovens imigrantes desempenham frequentemente funções menos qualificadas em negócios geridos por membros da mesma comunidade ou grupo étnico, como, por exemplo, jovens italianos em restaurantes italianos, jovens turcos em restaurantes e lojas turcas, etc. (Zentrum

für Turkei Studien 2004). Noutros casos, estes jovens recorrem às suas redes de apoio (pais e outros familiares) no processo de integração no mercado de trabalho. Tal acontece, principalmente, ao encontrarem trabalho nas empresas onde pais, familiares e amigos já trabalham, ou ainda ao integrarem o negócio da família (Bendit 1997; Schittenhelm 2005).

Desafios culturais e comportamentos

A integração social e cultural dos jovens de origem imigrante ou étnica tem lugar na vida quotidiana: a família, a escola, o bairro, os grupos de pares, os centros de juventude, as ONG e as associações de jovens, bem como também os meios de comunicação social, constituem a base psicológica e social a partir da qual os jovens de origem imigrante e os pertencentes a minorias étnicas, como todos os outros jovens, aprendem a desenvolver competências de agência e identidades culturais próprias. Mas nestes diferentes contextos, esses jovens são também confrontados com situações de discriminação e outros problemas que, em alguns casos, levam à «rotulagem» social ou à etnicização das relações sociais (Skrobanek 2007).

Diferentes estudos empíricos sobre jovens de origem imigrante na Áustria, na Dinamarca na Alemanha, em França, na Holanda, em Portugal e em Espanha, mostram que uma parte importante dos seus pais considera importante transmitir a sua própria identidade cultural aos filhos. Nesta perspectiva, e concomitantemente, alguns pais exercem pressão sobre os seus filhos (crianças e jovens) não só para a aceitar, mas também reproduzir os seus estilos de vida e tradições. Este é especialmente o caso das crenças e práticas religiosas. Além disso, famílias imigrantes mais tradicionais entendem os estilos de vida ligados à modernidade tardia como problemáticos e perigosos para a sua vida familiar. Neste tipo de famílias domina a ideia de que os contactos sociais da mulher não casada só deverão ter lugar no âmbito das suas próprias redes familiares. A maioria das raparigas e jovens que crescem neste tipo de contextos familiares casam-se e têm filhos relativamente cedo.

A participação em diferentes contextos quotidianos influencia de diferentes formas o processo de individualização. Os jovens podem aprender sobre a vida em contextos de modernidade tardia quando participam em muitas actividades e grupos informais. Em grupos interétnicos de pares, centros e associações de juventude, os jovens de origem imigrante e pertencentes a minorias étnicas contactam com valores, normas e padrões de comportamento característicos da modernidade tardia, aprendendo de forma cadenciada a fazer parte da vida e das culturas juvenis

modernas.[8] No entanto, certos grupos de jovens imigrantes e de jovens pertencentes a minorias étnicas preferem manter as suas relações sociais em contextos informais de grupos intraétnicos (por exemplo, grupos de pares; clubes desportivos; organizações religiosas e políticas, etc.). Estes grupos e organizações são vistos de forma relativamente céptica pela sociedade em geral e, por vezes, caracterizados como «sociedades paralelas» inibindo a integração social e desafiando a coesão social.

Em diferentes Estados-membros da UE, as raparigas de origem imigrante ou pertencentes a minorias étnicas provenientes de contextos familiares tradicionais tendem a ter poucas oportunidades para participar na vida juvenil moderna. Elas permanecem excluídas dos seus grupos de pares e das associações de juventude, bem como de outras formas de expressão no contexto das culturas juvenis. Assim, essas jovens encontram-se simultaneamente excluídas de diferentes situações informais de aprendizagem de estilos de vida específicos, relevantes para a sua integração social e cultural nas sociedades de modernidade tardia.

Os jovens de minorias étnicas com baixos níveis de escolaridade e que desempenham profissões pouco qualificadas parecem reproduzir mais cedo, no seu percurso, estilos de vida mais tradicionais. Casam mais cedo, e as raparigas não trabalham e têm filhos precocemente. Para muitos destes grupos de jovens pertencentes a minorias étnicas, as condições de base étnica e socioeconómica actuam de forma combinada e constituem factores determinantes na construção de trajectórias de vida mais tradicionais.[9]

Em suma, para os jovens descendentes de imigrantes e pertencentes a minorias étnicas, a sua aprendizagem no que se refere a pôr em prática estratégias activas de *coping* («agência») relevantes para a sua integração social e cultural nas sociedades de modernidade tardia, passa por processos de aprendizagem informal em diferentes espaços sociais da vida quotidiana. Na maioria dos países analisados, registam-se grandes diferenças entre a primeira, a segunda e a terceira gerações de jovens de origem imigrante e pertencentes a minorias étnicas. Também o processo de indivi-

[8] Nestes espaços «abertos» e informais de aprendizagem, podem ser desenvolvidos novos contactos interpessoais, assim como novas perspectivas de vida. No contexto de grupos interétnicos, estes jovens podem aprender a desenvolver estratégias para lidar com as ambivalências, contradições e conflitos que emergem entre os seus estilos de vida mais tradicionais e os estilos de vida modernos prevalecentes nas sociedades de acolhimento. Nestes espaços, os jovens imigrantes e os jovens pertencentes a minorias étnicas podem igualmente aprender a lidar com o preconceito, com situações de discriminação, xenofobia e racismo.

[9] Ver Walther, Stauber e Pohl 2009; Weiss 2007a, 2007b, 2007c; Machado e Matias 2006; Singla 2004.

dualização destes jovens parece ser mais «gendrificado» do que o processo de individualização que caracteriza as sociedades de modernidade tardia. Deste modo, iniciativas sociais directas e indirectas de integração escolar e laboral apresentam-se como extremamente relevantes.

Uma visão geral sobre as estratégias para a integração de jovens imigrantes

As políticas e as medidas que visam a integração social dos grupos desfavorecidos e, deste modo, o reforço da coesão social, podem ser categorizadas como estratégias «indirectas» e «directas».[10] Tendo como pano de fundo esta categorização das políticas públicas, bem como os diferentes regimes de transição e de Estado-providência,[11] e as diferentes formas de integração prevalecentes nos diferentes Estados-membros da UE,[12] será feita de seguida uma breve sistematização de algumas das mais relevantes estratégias aplicadas por vários Estados-membros no sentido de combater a exclusão social quer dos jovens em geral,[13] quer de jovens imigrantes, com origem imigrante ou pertencentes a minorias étnicas.

Estratégias indirectas: integração de jovens desfavorecidos residentes em *hotspots* e *quarters* e programas interdepartamentais contra a exclusão social

Na Europa, muitas crianças e adolescentes crescem em contextos de múltiplas desvantagens: na Alemanha, frequentemente vivem em *hotspots sociais*, em França, em *bairros desfavorecidos*, a maioria integrante de *zonas urbanas sensíveis,* na Inglaterra em *áreas desfavorecidas*; em países como a

[10] Isto é, aquelas que visam globalmente a população e aquelas que se dirigem especificamente a determinados grupos, como, por exemplo, os imigrantes. Autores como Heckmann e Bosswick (1995) defendem que as estratégias indirectas, como a promoção do acesso de jovens provenientes de contextos desfavorecidos a formações profissionais, têm mais impacto do que medidas mais directas (como, por exemplo, o reconhecimento e a promoção de subgrupos desfavorecidos, como os jovens migrantes).

[11] Ver Esping-Andersen 1990; Gallie e Paugam 2000; FATE 2005; e Walther, Bois-Reymond e Biggart 2006.

[12] Ver Heckmann e Bosswick 1995; Heckmann e Schnapper 2003; Kastoriano 2002.

[13] A informação respeitante a estas estratégias reporta-se às contribuições apresentadas na convenção da UE «Children and Adolescents in Social Hot Spots – New Strategies of Cohesion», Leipzig, Junho de 2007 (ver DJI Bulletin 2007, 32).

Bulgária, a Roménia, a República Checa e a Lituânia, são maioritariamente as minorias étnicas (por exemplo, os ciganos) que padecem de várias carências. Estas crianças e adolescentes vivem em áreas periféricas e em *comunidades* próprias; são frequentemente *vagueantes* e, de um modo geral, encontram-se expostos a condições gerais que dificultam a sua integração nas respectivas sociedades. Uma parcela significativa destas crianças, adolescentes e jovens são imigrantes (ou têm um *background* migratório) e/ou são pertencentes a minorias étnicas.

Para lidar com esta situação, os Estados-membros da UE têm desenvolvido estratégias de integração contra a exclusão social. Uma vez que estes problemas não são meramente um fenómeno nacional, a Comissão Europeia desenvolveu um plano de acção contra a pobreza e a exclusão social (2005), incluindo a promoção de planos de acção nacionais nos Estados-membros, bem como o programa «Igualdade de Oportunidades» (2007). O objectivo é promover medidas contra as desvantagens sociais existentes, principalmente nos designados *hotspots sociais*. No contexto deste plano da União Europeia, as estratégias de integração referem-se aos diferentes aspectos da discriminação social: educação, emprego, saúde, segurança, coexistência multicultural, infra-estruturas sociais, cooperação e trabalho em rede *(networking)*.

No âmbito das estratégias indirectas, foram implementados programas interdepartamentais contra a exclusão social nos diferentes Estados-membros da UE. Estes encontram-se particularmente desenvolvidos em França, na Alemanha, na Inglaterra e na Holanda. As temáticas centrais das estratégias e dos respectivos programas nacionais dizem respeito à integração social, à segurança, à saúde, ao emprego e à habitação. Em alguns dos Estados-membros da UE, as estratégias educativas dirigidas a crianças e jovens de origem imigrante e pertencentes a minorias étnicas, incluindo aqueles que vivem em bairros desfavorecidos, constituem o núcleo central desses programas. Estes são patrocinados e implementados por órgãos e instituições governamentais, autoridades locais e organizações não-governamentais (ONG).

As autoridades locais tentam que haja cooperação entre todos os actores sociais e governamentais relevantes: institutos da juventude, agências voluntárias, instituições educativas, agências de emprego, e o sector da saúde. O protótipo de tais estratégias é a estratégia nacional francesa «Politique de la Ville»,[14] com seu novo programa «Réussite

[14] v. http://www.gouvernement.fr/gouvernement/politique-de-la-ville/liste; v. também: http://www.vie-publique.fr/politiques-publiques/politique-ville/index/;http:/

éducative»,[15] acompanhada e avaliada pelo «National Observation Unit for Sensitive Urban Regions»; ou a plataforma nacional alemã «Development and Chances of Young People in Social Hot Spots»[16] (com diferentes programas e projectos-piloto), ou ainda o programa «Urban Districts with Special Development Needs – The Social City».[17] Também o programa «Children's Fund», na Grã-Bretanha, pode ser englobado no conjunto deste tipo de estratégias,[18] enquanto programa da agência nacional «Every Child Matters», criado para reduzir a exclusão social de todas as crianças e adolescentes com idade inferior a 18 anos.

Estratégias directas: programas específicos e medidas que visam a integração social de jovens imigrantes

Um conjunto alargado de esforços é desenvolvida na maioria dos Estados-membros da UE para social e culturalmente integrar jovens de origem migrante ou pertencentes a minorias étnicas. A maioria dos programas e medidas desenvolvidos com esse objectivo centra-se na educação (na maioria dos países a aprendizagem da língua do país é considerada como essencial), em regimes de formação profissional, ampliando as possibilidades de aprendizagem, de luta contra a criminalidade, etc. As políticas de activação adquirem um papel importante em alguns países, bem como o rendimento mínimo garantido, é usado como um meio para garantir o sustento de grupos sociais desfavorecidos. A maioria dos países, municípios, regiões ou Länder (estados autónomos) concretiza os seus próprios planos específicos, o que torna a imagem geral sobre o sucesso das intervenções menos clara. Seguidamente, é apresentado um breve resumo de tais programas e medidas.

Na escolaridade primária e secundária

Na maioria dos países da UE, existem programas e medidas que visam o alcance de melhores resultados escolares e a integração social de crian-

---

/www.ladocumentationfrancaise.fr/dossiers/politique-ville/index.shtml; http://www.ladocumentationfrancaise.fr/dossiers/politique-ville/lutte-discriminations.shtml.

[15] v.http://eduscol.education.fr/D0220/accueil.htm; v. também: http://www.isere.pref.gouv.fr/sections/letat_en_mouvement/politique_de_la_vill/reussite_educative.

[16] v. http://www.eundc.de/.

[17] v. http://www.sozialestadt.de/en/programm/; v. também: http://www.sozialestadt.de/en/veroeffentlichungen/endbericht/1.phtml; http://www.difu.de/english/occasional/neighbourhood-management.shtml.

[18] v. http://www.dcsf.gov.uk/everychildmatters/404.cfm; v. também: http://www.dcsf.gov.uk/everychildmatters/; http://www.dcsf.gov.uk/everychildmatters/Youth/.

ças e jovens imigrantes e pertencentes a minorias étnicas ao nível do ensino primário e secundário. Estes podem incluir: a promoção das línguas nacionais em instituições de ensino pré-escolar; a antecipação da idade de entrada na escola e das matrículas escolares; o desenvolvimento de testes estandardizados para avaliação das competências linguísticas na língua do país de acolhimento; a introdução de períodos flexíveis de entrada na escola; ensino de apoio no contexto de cursos preparatórios na língua do país, bem como na Matemática e noutras disciplinas, para os adolescentes que entram na escola numa idade mais avançada sem terem frequentado anteriormente o sistema de ensino do país de acolhimento (por exemplo, Áustria, Alemanha, Holanda); cursos compensatórios das línguas nacionais como «segunda língua» para estudantes com *background* migratório; introdução de padrões educacionais e de programas de acompanhamento para grupos-alvo específicos; alargamento/construções de escolas com funcionamento «todo o dia» (especialmente na Alemanha onde estas eram praticamente inexistentes); integração de uma orientação social e de assistentes sociais nas escolas; reforço da autonomia da escola para desenvolver conceitos de integração próprios, juntamente com uma avaliação interna e externa; melhorar a formação dos professores, investindo em qualificações adicionais em termos do trabalho pedagógico a desenvolver com alunos desfavorecidos e também no campo da pedagogia intercultural; desenvolvimento de padrões de qualidade e de gestão da qualidade para o ensino multicultural ou intercultural.

Um aspecto importante na integração escolar de jovens imigrantes diz respeito aos adolescentes que ingressam no sistema, por exemplo, a nível do 7.º, 8.º ou 9.º anos de escolaridade. Em alguns estados federados alemães (Länder), estes alunos são remetidos para aulas preparatórias, com o objectivo de enfatizar o ensino da língua alemã e promover a adaptação dos jovens imigrantes ao sistema de ensino com uma orientação para resolução de problemas – estilo de ensino centralizado.[19]

Formação profissional

Juntamente com este tipo de políticas implementadas num plano mais geral, com o objectivo de melhorar os desempenhos escolares dos alunos de origem imigrante, as principais estratégias prevalecentes na maioria dos Estados-membros da UE incidem na melhoria e promoção da formação

[19] Ver Bendit *et al.* 2007; ver também Beauftragte der Bundesregierung für Migration, Flüchtlinge und Integration 2005.

profissional. Esta estratégia tem sido concretizada no quadro de sistemas legislativos e de formação muito diferentes. Enquanto elementos centrais destas estratégias estão os seguintes programas e medidas: formação prática, através de estágios em empresas durante o último ano do ensino secundário; cursos preparatórios orientados para o emprego; educação pré-profissional nas escolas; cursos básicos disponibilizados pelos ministérios do trabalho fora do contexto formal do sistema de ensino.

Para além do ensino e da qualificação formal e informal, o foco destes programas incide também numa orientação profissional, no sentido de fomentar um período de aprendizagem, na preparação para a integração num posto de trabalho, em actividades de lazer e apoio sociopedagógico. As instituições educativas locais, ONG especializadas e institutos comerciais são responsáveis pela sua implementação pedagógica. Vários, e bem-sucedidos, programas e medidas de integração profissional têm sido desenvolvidos na Áustria, na Inglaterra, em França, na Alemanha, na Irlanda, em Itália, no Luxemburgo, na Holanda, em Portugal, em Espanha e na maioria dos países escandinavos.

Conclusões

No contexto das sociedades individualizadas e de modernidade tardia europeias, os jovens imigrantes, de origem imigrante ou pertencentes a minorias étnicas, encontram-se no limiar do processo de integração na vida juvenil. Enquanto recém-chegados, são subitamente confrontados com a vida juvenil em sociedades de modernidade tardia e, sendo uma minoria, sentem-se pressionados para participar na vida juvenil moderna, ainda que confrontados com vários obstáculos. Se, em alguns casos, os jovens de origem imigrante ou pertencentes a minorias étnicas são capazes de participar com êxito na vida moderna dos jovens europeus, esta forma individualizada de agência pode, no entanto, entrar em conflito com o *background* cultural das suas famílias e redes de origem, onde se espera que a integração social e cultural siga uma a lógica «tradicional» – com categorias sociais que se reportam à família, às relações de parentesco, às dependências locais, etc. Deste modo, um primeiro aspecto do desafio para estes jovens aponta para uma contradição entre integração social *categorial* e integração social *individualizada* no contexto da modernidade tardia (Mørch *et al.* 2008).

O caminho para uma integração bem-sucedida, no sentido biográfico do termo, nas sociedades de modernidade tardia, é longo. Dados mos-

tram que, na maioria dos países grandes diferenças emergem entre a primeira, a segunda e a terceira geração de descendentes de imigrantes e jovens pertencentes a minorias étnicas. Concomitantemente, o processo de individualização de jovens pertencentes a minorias étnicas é marcado por diferenças de género. Para além disso, diferentes estudos concluem que, no caso de adolescentes imigrantes que ainda não preenchem os requisitos para participar de forma adequada na vida juvenil moderna, as transições da escola para o trabalho e para a vida adulta devem ser interpretadas como *trajectórias* [de acordo com o conceito proposto por Roberts (1995)] em vez de processos de «biografização». As transições em causa são, em grande parte, determinadas por factores estruturais, sendo a integração no mercado de trabalho maioritariamente dependente de factores sociais e étnico-culturais, mais do que da acção ou controlo individual. Para este grupo de jovens e de jovens adultos, as escolhas são ainda limitadas e o seu acesso ao mercado de trabalho depende fortemente do contexto local.

A decisão de muitos jovens de origem imigrante ou pertencentes a minorias étnicas de seguirem uma formação profissional adequada a certos segmentos de mercado de trabalho disponíveis à sua integração laboral, mesmo que não correspondam às suas preferências vocacionais, apresenta-se, no contexto de condições estruturais marginalizantes em que este jovens crescem, como a estratégia disponível mais ajustada. A formação profissional não tem só como objectivo a integração no mercado de trabalho e a reprodução material a longo prazo, mas também aumenta as possibilidades de participação nos diferentes contextos de sociedades de modernidade tardia na Europa. Constitui um valioso apoio no processo de emancipação das famílias de origem, actua como um estabilizador da auto-estima, promove o contacto social, incluindo a escolha de um companheiro(a), e alarga as perspectivas em relação ao futuro.

Perspectivas mais reflexivas como aquelas ancoradas no pós-estruturalismo, e que descrevem transições bem-sucedidas em termos das competências individuais, tais como a capacidade de «negociar» o processo de construção das suas próprias biografias, de construir alternativas e avaliar as oportunidades e os riscos sociais e relacionadas com o trabalho, podem ser aplicadas no contexto de alguns jovens imigrantes mais qualificados. Para a maioria dos adolescentes e dos jovens adultos estrangeiros, se o processo de «biografização» tem lugar, será mais provável que aconteça a um nível cultural, no contexto de construção e negociação de identidades *patchwork*. Este processo parece desenvolver-se paralelamente às situações de inclusão e exclusão social a nível profissional. Em suma: as

transições da escola para o trabalho ainda veiculam características tradicionais das sociedades industriais clássicas.

Mostrou-se igualmente que, nas sociedades europeias de modernidade tardia, as desigualdades sociais criam diferentes *constelações de desvantagens* em que a escassez de recursos estruturais interage com orientações individuais e estratégias de *coping*. Os jovens migrantes e pertencentes a minorias éticas são especialmente afectados por estas «constelações». Desta forma, diferentes políticas, medidas e programas na Europa, desenvolvidos no âmbito de diferentes «modos de integração», têm vindo a focar algumas dessas estruturas de desvantagens no sentido de promover a integração social, educacional, profissional e cultural destes grupos juvenis.

Apesar de os objectivos e as intenções da integração serem positivos e as políticas e os esforços desenvolvidos extremamente diferenciados, os resultados não são os melhores. Considerando as agendas promissoras e a variedade de políticas e programas realizados, a verdade é que nenhum país se encontra realmente em condições de dizer que tem sido bem-sucedido nos seus esforços de integração das minorias étnicas. Não se pretende, contudo, afirmar que as estratégias e os programas específicos falharam, mas apenas que o problema permanece. Mesmo que os jovens imigrantes e os jovens pertencentes a minorias étnicas de segunda e terceira gerações apresentem desempenhos escolares melhores, não tenham problemas graves nos diferentes processos de transição e estejam crescentemente integrados nas diferentes sociedades, os jovens imigrantes mais desfavorecidos ainda têm de enfrentar grandes obstáculos e contrariedades.

O grande desafio no contexto europeu parece ser que, apesar de que muitos países partilhem o mesmo desejo de melhor incluir e integrar as minorias étnicas e até mesmo tentem proporcionar-lhes melhores oportunidades, a lição que os países devem retirar das suas experiências encontra-se ancorada na forma como os processos de transição e a juventude são conceptualizados e organizados. Além disso, se são reconhecidas as consequências positivas, a nível pessoal e social, de desempenhos bem-sucedidos no que respeita à educação e à formação profissional para superar os efeitos da marginalização, é possível concluir que, futuramente, as medidas de promoção a este respeito devam ser fomentadas. Simultaneamente, as instituições que promovem a integração laboral de jovens imigrantes devem ser tidas em consideração, no sentido de testemunhar as experiências que adquiriram a este nível. E, sempre que possível, considera-se aconselhável reflectir sobre e elaborar novos e adequados conceitos pedagógicos.

A maioria das políticas de integração continua a ter uma orientação etnocêntrica no sentido em que espera que os imigrantes assimilem a cultura da maioria deixando, deste modo, implícito, que as suas próprias culturas são menos valiosas e que as suas práticas são disfuncionais relativamente ao sentido de coesão das sociedades de acolhimento. Neste sentido, o *empowerment* das capacidades individuais e o reforço do conceito de agência, bem como a aceitação social do direito de cada indivíduo de ser culturalmente diferente, apresentam-se como condições prévias necessárias para uma integração bem-sucedida dos imigrantes. Apenas a integração social com base na possibilidade de os indivíduos desenvolverem as suas próprias estratégias de *coping* pode reforçar verdadeiramente a coesão social. Este facto sublinha a necessidade de desenvolver um conceito mais fluido de coesão social, capaz de considerar diferenças individuais e a capacidade de acção dos indivíduos.

Até ao momento, nenhum dos países da UE envolvidos nos estudos pode veicular a imagem de uma integração com êxito de jovens imigrantes, com origem imigrante ou pertencentes a minorias étnicas no contexto das vivências modernas da juventude. Apenas um sucesso parcial pode ser verificado. Gerir a diversidade nas políticas de transição para a vida adulta continua a ser considerado um problema não resolvido, não uma realidade de facto. Do mesmo modo que a situação desses jovens continua a ser caracterizada por um equilíbrio precário entre a inclusão parcial e a marginalização parcial (no que concerne ao mercado de trabalho e à formação profissional). Apesar de todos os esforços, o problema de integração continua a existir em todas as sociedades e assiste-se à sua intensificação em novos países de imigração, à medida que acolhem novos grupos de imigrantes.

Referências

Alitolppa-Niitamo, Anne. 2004. *The Icebreakers*: *Somali-speaking Youth in Metropolitan Helsinki with a Focus on the Context of Formal Education*. S. l.: The Family Federation of Finland, The Population Research Institute, D 42.

Badawia, Tarek. 2002. *«Der Dritte Stuhl». Grounded Theory-Studie zum kreativen Umgang bildungserfolgreicher Immigranten-Jugendlicher mit kultureller Differenz*. Frankfurt e Londres: s. ed.

Bade, Klaus J., Michael Bommes, e Rainer Münz (Für den Rat für Migration), eds. 2004. *Migrationsreport 2004. Fakten – Analysen – Perspektiven*. Frankfurt e Nova Iorque: Campus Verlag.

Beauftragte der Bundesregierung für Migration, Flüchtlinge und Integration, ed. 2005. *Bericht der Beauftragten der Bundesregierung für Migration, Flüchtlinge und Integration über die Lage der Ausländerinnen und Ausländer in Deutschland.* Berlin, Aug. 2005, 54-55, http://dipbt.bundestag.de/dip21/btd/15/058/1505826.pdf.

Bechmann Jensen, Torben *et al.* 2007. «Transitions to work of young people with an ethnic minority or migrant background». 'UP2YOUTH. Youth - Actor of Social Change', Synthesis of National Reports, www.up2youth.org (last entrance: 07.06.2010).

Bechmann Jensen, Torben, e Sven Mørch. 2006. «Transitions to work of young people with an ethnic minority or migrant background». 'UP2YOUTH. Youth – Actor of Social Change', Synthesis of National Reports, www.up2youth.org (last entrance: 07.06.2010).

Bendit, René. 1997. *«Wir wollen so unsere Zukunft sichern». Der Zusammenhang von beruflicher Ausbildung und Lebensbewältigung bei jungen Arbeitsmigranten in Deutschland.* Aachen: Shaker Verlag.

Bendit, René *et al.* 2007. «Transitions to work of Ethnic Minority Youth: Country Report (Germany)», Deutsches Jugendinstitut, Munich, 'UP2YOUTH. Youth – Actor of Social Change', www.up2youth.org (last entrance: 07.06.2010).

Blasco, A. *et al.* 2007. «Transitions of ethnic minority youth: National Report Spain», Valencia, 'UP2YOUTH. Youth – Actor of Social Change', www.up2youth.org (last entrance: 07.06.2010).

CDMG (European Committee on Migration). 2002. *Current Trends in International Migration in Europe.* Strasbourg: Council of Europe.

Conselho da Europa, ed. 2006. *Achieving Social Cohesion in a Multicultural Europe: Concepts, Situation and Developments*. Trends in social cohesion n.º 18. Estrasburgo: Conselho da Europa.

DJI Bulletin. 2007. «Kinder und Jugendliche in sozialen Brennpunkten – Neue Strategien der Kohäsion» [«Children and Adolescents in Social Hot Spots – New Strategies of Cohesion»] EU – Fachkongress im Rahmen der deutschen EU – Ratspräsidentschaft. Bundesministerium für Familien, Senioren, Frauen und Jugend (BMFSFJ), Leipzig, 26th-28th June. In DJI – Bulletin 79 of the German Youth Institute, 32.

Esping-Andersen, G. 1990. *The Three Worlds of Welfare Capitalism*. Cambridge: Cambridge, University Press.

EUROSTAT. 2006. *Statistik kurz gefasst: Bevölkerung und Soziale Bedingungen*, H.8/2006.

EUROSTAT Pressestelle, ed. 2007. «Junge Europäer im Spiegel der Statistik». Pressemitteilung zum Jugendgipfel in Rom, 24.-25. März 2007.

FATE (Families and Transitions in Europe). 2005. «Final Report». HPSE-CT-2001-00079. In *EU Research on Social Sciences and Humanities*, ed. European Commission, March 2005, http://cordis.europa.eu/documents/documentlibrary/100124161EN6.pdf.

Ferreira, V. S. 2003. «Transições da escola para o emprego». In *Simetrias e Identidades. Jovens Negros em Portugal,* org. Jorge Vala. Oeiras: Celta.

Ferreira, V. S., e J. Machado Pais. 2007. «Transitions from school to work of young people with an ethnic or migrant background: National Report from Portugal», Social Sciences Institute of the University of Lisbon, 'UP2YOUTH. Youth – Actor of Social Change', www.up2youth.org (last entrance: 07.06.2010).

Gallie, D., e S. Paugam. 2000. «Unemployment, welfare regimes and social exclusion». Presentation of results of the TSER Project «Employment Precarity, Unemployment and Social Exclusion». Workshop on Unemployment, Work and Welfare, Bruxelas, 9 a 11 de Novembro.

Großegger, Beate. 2008. «Jugendliche mit Migrationshintergrund: Die '2. Generation' in Zahlen und Fakten». Expertise erstellt im Auftrag des Bundesministeriums für Gesundheit, Familie und Jugend. Institut für Jugendkulturforschung, Wien, www.jugendkultur.at.

Haug, Werner, Paul Compton, e Youssef Courbage. 2003. *The Demographic Characteristics of Immigrant Populations*. Population studies n.º 38. Estrasburgo: Conselho da Europa.

Heckmann, Friedrich, e W. Bosswick. 1995. *Migration Policies: A Comparative Perspective*. S. l.: Enke Publishers.

Heckmann, Friedrich, e Dominique Schnapper. 2003. *The Integration of Immigrants in European Societies: National Differences and Trends of Convergence*. Forum Migration 7 – European Forum for Migration Studies. Bamberg: Lucien & Lucien.

Kastoriano, Riva. 2002. *Negotiating Identities: States and Immigrants in France and Germany*. Princeton: Princeton University Press.

López Sala, Ana M., e Lorenzo Cachón, coords. 2007. *Juventud e inmigración: Desafíos para la participación y para la integración.* Dirección General de Juventud de la Consejería de Empleo y Asuntos Sociales del Gobierno de Canarias.

Machado, Fernando Luís, Ana Raquel Matias, e Sofia Leal. 2005. «Desigualdades sociais e diferenças culturais: os resultados escolares dos filhos de imigrantes africanos». *Análise Social*, XL, 176: 695-714.

Machado, Fernando Luís, e Ana Raquel Matias. 2006. «Jovens descendentes de imigrantes nas sociedades de acolhimento: linhas de identificação sociológica», CIES e-Working Paper, n.º 13/2006, Lisboa: CIES.

Marcovici, O. *et al.* 2007. «Up2Youth, Youth – actor of social change: Final Country Report – Romania». Bucarest. www.up2youth.org (last entrance: 07.06.2010).

Mørch, S. *et al.* 2007. «National Report 2 Denmark», Centre of Applied Social Psychology, University of Copenhagen, Denmark, 'UP2YOUTH. Youth – Actor of Social Change', www.up2youth.org (last entrance: 07.06.2010).

Mørch, Sven *et al.*, eds. 2008. «Transitions to work of young people with an ethnic minority or migrant background. Thematic report». Deliverable No. 20 of the project 'UP2YOUTH. Youth – Actor of Social Change', www.up2youth.org.

Niessen, Jan. 2000. «Diversity and cohesion: new challenges for the integration of immigrants and minorities», report prepared for the Council of Europe by Jan Nissen, Director of the Migration Policy Group in Co-operation with the European Cultural Foundation. Strasburg, Council of Europe, wysiwyg://46http://www.coe.int/e/Social Cohesion/Analysis_and Research.

Payet, Jean-Paul. 2004. «Schulerfolg, Staatsbürgerschaft und Diskriminierung: Migrantenfamilien im französischen Schulsystem». In *Interkulturalität in europäischer Perspektive. Jugendliche aus Migrantenfamilien und ihre Integrationschancen*, hrsg. Margrit Fröhlich, Felix Haag u.a.. Arnoldshainer Interkulturelle Diskurse 5. Frankfurt am Main: Brandes & Apsel, Ss. 79-92.

Reißig, Birgit *et al.* 2006. *Schule - und dann? Schwierige Übergänge von der Schule in die Berufsausbildung*. Forschungsschwerpunkt des Deutschen Jugendinstitut e.V. «Übergänge in Arbeit», Reihe Wissenschaft für alle, München and Halle.

Roberts, K. 1995. *Youth Employment in Modern Britain*. Oxford: Oxford University Press.

Salovaara, V., e I. Julkunen. 2007. «Transitions to work of ethnic minority youth, country report: Finland», Helsinki, 'UP2YOUTH. Youth – Actor of Social Change', www.up2youth.org (last entrance: 07.06.2010).

Schittenhelm, Karin. 2005. «Soziale Lagen im Übergang. Junge Migrantinnen und Einheimische zwischen Schule und Berufsausbildung», VS Verlag für Sozialwissenschften/GWV Fachverlage GmbH, Wiesbaden.

Schnapper, Dominique. 1990. *La France de l'intégration: sociologie de la nation*. Paris: Gallimard.

Singla, R. 2004. *Youth Relationship and Ethnicity: A Social Psychological Study and Implications for Psychosocial Intervention*. Nova Deli: Books Plus.

Skrobanek, Jan. 2007. «Wahrgenommene Diskriminierung und (Re)Ethnisierung bei Jugendlichen mit türkischem Migrationshintergrund und jungen Aussiedlern». München, www.up2youth.org (last entrance: 07.06.2010).

Walther, Andreas *et al*., eds. 2002. *Misleading Trajectories: Integration Policies for Young Adults in Europe*. Opladen: Leske and Budrich.

Walther, Andreas, Manuela du Bois-Reymond e Andy Biggart, eds. 2006. *Participation in Transition: Motivation of Young Adults in Europe for Learning and Working*. Frankfurt e Nova Iorque: Peter Lang.

Walther, Andreas, Barbara Stauber, e Axel Pohl, eds. 2009. *Youth – Actor of Social Change. Final Report*. Tübingen: IRIS, 'UP2YOUTH. Youth – Actor of Social Change', www.up2youth.org.

Weiss, Hilde (ed.). 2007a. *Leben in zwei Welten: Zur sozialen Integration ausländischer Jugendlicher der zweiten Generation*. Wiesbaden: s. ed.

Weiss, Hilde. 2007b. «Wege zur Integration? Theoretischer Rahmen und Konzepte der empirischen Untersuchung». In *Leben in zwei Welten: Zur sozialen Integration ausländischer Jugendlicher der zweiten Generation*, ed. Hilde Weiss. Wiesbaden: VS Verlag für Sozialwissenschaften, 13-32.

Weiss, Hilde. 2007c. «Sozialstrukturelle Integration der zweiten Generation». In *Leben in zwei Welten: Zur sozialen Integration ausländischer Jugendlicher der zweiten Generation*, ed. Hilde Weiss. Wiesbaden: VS Verlag für Sozialwissenschaften, 33-69.

Zentrum für Türkei Studien, ed. 2004. *Türkei – Jahrbuch 2004/ 2005 der Stiftung Zentrum für Türkeistudien*. Münster: LIT Verlag.

Beatriz Padilla

Capítulo 7

Recriando identidades juvenis entre jovens de descendência africana na Área Metropolitana de Lisboa

Introdução

Os académicos, através do seu discurso, procuraram, durante muito tempo, impor o conceito de Segunda Geração aos filhos dos imigrantes, o que para os «envolvidos» pouco se aplica e pouco significado tem. No caso dos filhos de imigrantes africanos das ex-colónias portuguesas em Lisboa, consideram-se tanto portugueses como africanos por diferentes motivos. Ainda que estes jovens descendentes de imigrantes gostassem de ser como os outros jovens (nacionais/brancos), não o são. Assim, eles lutam diariamente para construir uma identidade que, para além de Portugal e de África, se baseia em elementos geracionais e culturais como forma de se diferenciarem dos outros. À sua maneira, estes jovens tentam ser simultaneamente africanos e portugueses, construindo identidades complexas, fundadas em estigmatizações sociais, na discriminação e em desigualdades raciais e de género, como uma estratégia de lidar com a sua experiência quotidiana.

Este capítulo baseia-se na análise de dados quantitativos e qualitativos recolhidos durante o período de 2006-2009 como parte de um projecto financiado pela Comissão Europeia, intitulado «Rumo à construção social de uma juventude europeia: a experiência de inclusão e exclusão na esfera pública da segunda geração de jovens imigrantes»,[1] ou, na sua versão resumida, TRESEGY. Os dados quantitativos foram recolhidos dos

[1] N. T. (do original): «*Toward a social construction of an European youth: the experience of inclusion and exclusion in the public sphere among second generation migrated teenagers.*»

questionários aplicados a jovens (de origem nacional e imigrantes) em escolas da Área Metropolitana de Lisboa (AML), da Amadora e do Vale da Amoreira. Os dados qualitativos derivam de observação participante, entrevistas com informantes-chave, e entrevistas em profundidade realizadas no bairro Vale da Amoreira, durante o Verão de 2008.

De forma a tornar mais claras as nossas reflexões sobre a identidade dos jovens de origem imigrante dos arredores de Lisboa, tivemos de nos basear em vários contributos teóricos de diferentes subáreas da sociologia e da antropologia. Tal acontece porque a juventude é, provavelmente, uma das fases mais complexas da vida. Assim, estudos sobre a identidade e etnicidade, a sociologia e a antropologia urbana, a sociologia da juventude, as relações sociais e de classe e a globalização da cultura são utilizados para analisar a realidade dos jovens na AML.

Alguns dados: os jovens e os cenários locais

A investigação quantitativa foi realizada em dois bairros/regiões diferentes, localizados na periferia de Lisboa: Amadora e Vale da Amoreira. Apesar de estruturalmente diferentes, estes bairros têm histórias semelhantes (com origem nos influxos tanto de retornados das ex-colónias como de imigrantes africanos). Foram aplicados, na totalidade, 567 inquéritos em 5 escolas (e num programa pós-escolar), a alunos com idades compreendidas entre os 15 e os 24 anos. De entre os 567 inquéritos realizados, 47% foram respondidos por nacionais e 53% por jovens de origem imigrante. Da amostra, cerca de 60% eram raparigas e 40% eram rapazes, e mais de 70% tinham 18 anos ou menos. Foram recolhidos dados demográficos (família, trabalho, educação e habitação) e informação sobre sociabilidade, lazer, identidade, discriminação e expectativas [mais informações em Padilla e Ortiz (2008); e Padilla, Rodrigues e Ortiz (2008)].

Entre os jovens de origem imigrante, cerca de 46% nasceram em Portugal e podem ser considerados uma verdadeira segunda geração, enquanto os restantes jovens nasceram no estrangeiro (principalmente, em Cabo Verde, Guiné-Bissau e Angola), tendo chegado em alturas diferentes. Assim, aqueles que chegaram nos finais dos anos 1980 e 1990 podem ser considerados como geração 1.5, e aqueles que chegaram após o ano 2000 serão considerados como primeira geração de jovens imigrantes. Cerca de 49% dos jovens de origem imigrante obteve (ou tem) a nacionalidade portuguesa.

Os dados permitem estabelecer algumas diferenças e semelhanças entre os jovens de origem nacional e os de origem imigrante. As princi-

pais diferenças residem no tamanho e na composição familiar, em que as famílias de imigrantes tendem a ser maiores e podem ser pensadas como famílias alargadas (5,1 membros) e as famílias nacionais tendem a ser menores e podem ser definidas como famílias nucleares (3.8). Outra das diferenças tem a ver com a organização familiar, em que a maioria dos jovens nacionais vive com a mãe (92%), e também com o pai (76%), e os jovens de origem imigrante vivem essencialmente com a mãe (76%), e apenas 46% vivem também com o pai. Assim, a figura do pai ausente é uma realidade para a maioria dos jovens de origem imigrante.

O nível de escolaridade dos pais apresenta também algumas diferenças. Em geral, os pais nacionais têm um nível de educação mais elevado do que os pais imigrantes, sendo que, no caso das mães, a principal diferença se encontra a nível do ensino médio e no caso dos pais, a nível do ensino obrigatório. Esta diferença em termos de escolaridade reflecte-se nas suas profissões, pois enquanto os pais nacionais têm ocupações mais uniformemente distribuídas entre profissões qualificadas e não qualificadas, os pais imigrantes estão concentrados em empregos não qualificados. As mães trabalham principalmente como empregadas domésticas e os pais no sector da construção civil. Por exemplo, no caso da actividade de empregada doméstica, esta é desempenhada por cerca de 20% das mães nacionais em comparação com os mais de 50% das mães imigrantes. Da mesma forma, enquanto 10% dos pais nacionais trabalham na construção civil, cerca de 30% dos pais imigrantes têm esta ocupação.

Algumas destas diferenças são transmitidas para os seus filhos. Por exemplo, no caso do insucesso escolar, cerca de 40% dos jovens nacionais chumbaram um ano de escolaridade, enquanto no caso dos jovens de origem imigrante essa percentagem é superior a 70%. Por outro lado, e paradoxalmente, todos os jovens parecem estar felizes e satisfeitos com a escola, os professores e os conteúdos escolares. Além disso, ambos os grupos consideram positivas as relações criadas com os professores. No que respeita às expectativas escolares, tanto os jovens de origem nacional como imigrante pretendem continuar a estudar e ir para a universidade, apesar de este facto se tornar mais evidente entre os nacionais (73% *vs.* cerca de 50%). Alguns jovens imigrantes esperam também poder concluir uma formação técnica (30% *vs.* 10%).

Para os jovens, o bairro é um espaço importante, pelo que analisámos as suas relações e pontos de vista assumidos em relação ao mesmo. Ambos os grupos identificaram o mesmo tipo de problemas no bairro: a violência, as drogas e a delinquência. No entanto, os jovens nacionais identificaram a delinquência como o pior problema, sendo que para os

jovens de origem imigrante as drogas constituíam o problema mais grave. No que respeita aos aspectos negativos, foi possível identificar algumas diferenças, nomeadamente porque os jovens nacionais se preocupam sobretudo com a imagem (má) do bairro, a falta de lojas e de espaços públicos e de entretenimento, e os jovens de origem imigrante, apesar de se mostraram insatisfeitos com estes mesmos aspectos, queixavam-se, para além disso, das más condições do bairro.

A escola é outra instituição de socialização importante para os jovens, e o local onde conhecem novos amigos. Nesta acepção, em ambos os grupos, a maioria das amizades fazem-se na escola, ainda que este espaço pareça ser mais importante para os jovens nacionais do que para os de origem imigrante (73% *vs.* 55%) e que, por seu lado, o bairro, tal como a família, sejam mais importantes para os jovens filhos de imigrantes (28% *vs.* 18%). Em ambos os grupos, as principais fontes de apoio são os amigos e as mães. As relações sociais desenvolvem-se em espaços diferentes, sendo a rua considerada, para os rapazes de ambos os grupos, um ponto de encontro importante. No caso das raparigas, o ponto de encontro parece variar. As raparigas nacionais encontram-se, sobretudo, em cafés e as raparigas imigrantes juntam-se mais em casa, ilustrando bem as diferenças de poder económico entre os grupos. Em suma, se no caso dos pais as diferenças são mais do que as semelhanças, no caso dos jovens as diferenças evidenciaram-se mais no grau do que no tipo de respostas.

No entanto, ao analisar outros aspectos como a identidade, a discriminação e o racismo, as diferenças entre os grupos tornam-se mais claras. Os jovens nacionais identificam-se mais com Portugal e a Europa, e menos com uma identidade local, enquanto os jovens de origem imigrante se identificam sobretudo com a identidade local, seguida de Portugal, da Europa e do país de origem dos pais. No caso da auto-identificação, mesmo que o sexo, a idade e o estilo de roupa sejam relevantes, por esta ordem, para todos os jovens, no caso dos jovens de origem imigrante são igualmente importantes outros aspectos: a origem, a cultura, a orientação sexual (para rapazes), o estatuto socioeconómico, a cor da pele e a religião.

As diferenças são maiores quando questionados acerca dos elementos de identificação externa, isto é, como é que os outros os vêem. Para todos, a idade é um factor de diferenciação, seguido do género (sexo) e do estilo de roupa, apesar de outros factores também se terem revelado importantes para os jovens de origem imigrante, tais como a origem, a cor da pele e a cultura. Assim, não admira que, quando questionados acerca dos es-

paços de identificação, os nacionais se sintam divididos entre Portugal e o bairro, e os jovens imigrantes entre o bairro e o país de origem dos pais. Em estreita relação com este facto, todos os jovens disseram estar conscientes da discriminação, em especial devido à cor da pele (50%), à origem e à cultura, sentida principalmente em espaços públicos como nos transportes públicos, nas lojas/restaurantes, nas escolas (os jovens nacionais também se sentem discriminados nas escolas), nas instituições públicas e no bairro.

É interessante constatar que, mesmo tendo em consideração todas estas diferenças entre os dois grupos, estes têm expectativas semelhantes. Ambos os jovens nacionais e de origem imigrante mostraram optimismo em relação ao seu futuro em termos de metas do que esperam conseguir. A maioria considera-se estar em pé de igualdade com os outros jovens e ambiciona fazer melhor do que os seus pais, no futuro.

Esta síntese dos resultados da pesquisa indica que, mesmo que estes dois grupos partilhem em parte a «classe social», existem outros indicadores que explicam as diferenças existentes entre os jovens de origem nacional e os de origem imigrante, e em consequência conduzem a experiências diferenciadas enquanto jovens na sociedade. Os dados etnográficos permitem preencher esta lacuna.

Etnografia da juventude: tornar-se português-africano

As teorias sobre a migração e a integração têm proposto diferentes formas de abordar as questões relacionadas com a integração/incorporação das primeiras e seguintes gerações de imigrantes nas sociedades de acolhimento. Torna-se assim apropriado reflectir sobre o que é que estas teorias nos ensinaram e como é que podemos explicar o caso dos jovens de ascendência africana na AML, em especial no Vale da Amoreira (VA, a partir de agora).

Andreas Wimmer (2004) questionou-se sobre a importância da etnia. Apesar de no início considerar que a etnia não era relevante, acabou por reconhecer que a etnicidade [e a raça, acrescento eu, aderindo a Nayak (2006)] é importante e desempenha um papel fundamental na formação das identidades de grupo. Enquanto as teorias da assimilação que sugeriam a eliminação das diferenças étnico-culturais foram substituídas por teorias de multiculturalismo e de transnacionalismo que justamente salientavam a relevância das diferenças étnico-culturais na forma de agir e

de pensar dos grupos, outras teorias realçam a importância da análise deste fenómeno recorrendo à utilização de unidades espaciais (principalmente o bairro) e das redes sociais enquanto elementos relevantes na formação dos grupos e das suas identidades e como marcadores deste grupos e identidades, incluindo a identidade de classe, tal como encontrámos. Neste sentido, o VA, onde decorreu o estudo, pode ser considerado como um «espaço desprivilegiado» ou de «não-privilégio», por oposição ao que Duncan e Duncan (2004) denominaram como «espaços suburbanos privilegiados», caracterizados nesse caso pela diversidade social.

Os dados quantitativos indicam que o VA, por comparação com a Amadora, é percepcionado como um bairro com uma elevada concentração de imigrantes (38% *vs.* 17%), o que deve ser explicado. O VA não é apenas percepcionado como um bairro heterogéneo em termos de comunidades imigrantes, mas acolhe também ciganos e portugueses brancos retornados das ex-colónias africanas, sendo que estes últimos se têm mostrado mais propensos a casamentos inter-raciais e interétnicos. O bairro tem muitas associações de imigrantes ligadas a diferentes grupos étnicos africanos (cabo-verdianos, angolanos, moçambicanos, guineenses, etc.), o que ilustra ainda melhor a heterogeneidade, mesmo que seja um espaço desprivilegiado. Uma vez que o objectivo do projecto consistia em compreender o processo de inclusão e exclusão dos jovens de origem imigrante na esfera pública, a nossa equipa escolheu trabalhar em parceira com a Associação Angolana (Associação Moitense dos Amigos de Angola ou AMAANGOLA) por ser a única organização que trabalha com e para os jovens.

O trabalho de campo qualitativo foi realizado no VA com base na observação participante em eventos, reuniões e *workshops* de Verão, bem como em entrevistas em profundidade realizadas a jovens do bairro que frequentaram ditas actividades de Verão em Julho-Setembro de 2008. No entanto, a entrada e a aproximação ao bairro ocorreu mais cedo, tendo sido iniciada em Março de 2007. A observação participante implicou diferentes níveis de envolvimento e interacção com os jovens e os grupos locais. Ao longo do período de observação foram elaborados diários de campo detalhados, que se intensificaram durante os *workshops* de Verão (letras de músicas/*lyrics*, desenho, *graffiti, hip-hop* e dança africana, produção vídeo e musical). O quadro 7.1 apresenta um resumo de alguns dos aspectos importantes (origem e nacionalidade) dos jovens entrevistados.

Quadro 7.1 – Entrevistados: origem étnica e nacionalidade

	Nascido no estrangeiro (1.ª geração)	Nascido em Portugal (2.ª geração)
Com nacionalidade portuguesa	Jacinta, Tânia (Angola)	Tatiana, Ana (Cabo Verde), Deyamira, Fábio, Bruno, Paula, Tatiana D (Angola)
Sem nacionalidade portuguesa	Alegria, Solange, Mohamed (Guiné-Bissau), Cythia, Jurema (Angola), Edson, Gonçalo (São Tomé), Ricky (Cabo Verde)	Vânia, Nelson (Cabo Verde), Madail (São Tomé), Dino (Cabo Verde)

Entre a identidade e as identidades: auto-identidade, identidade de grupo, identificação dos outros

A(s) identidade(s) é, por si só, «um pilar fundamental dentro do pensamento sociológico» (Cerulo 1997, 285) que deve ser explicada mais aprofundadamente. A identidade, ou melhor, as identidades, referem-se, neste capítulo, a um processo contínuo relacionado tanto com o indivíduo como com o colectivo e não a um conceito acabado e autocontido. Podemos, deste modo, identificar uma multiplicidade de identidades tanto ao nível individual como colectivo: étnica, racial, de género, orientação sexual, nacional, geracional, etc. Decidimos optar pelo conceito de identidade(s) cultural(ais) contemplado por Parra Cardona, Busby e Wampler (2004), pois traz algumas vantagens.

Em primeiro lugar, o conceito de identidade cultural contraria a noção geral de aculturação (perda gradual da cultura do país de origem), o que tem implicações políticas e de juízos de valor. As identidades culturais são compreendidas como «um alargamento da consciência pessoal para o contexto cultural onde estas se inserem» (Parra Cardona, Busby e Wampler 2004, 324) e são vistas como «um processo ao longo da vida em evolução e mutação à medida que o indivíduo ultrapassa as várias fases de desenvolvimento psicológico» (Cuellar e González 2000, 605). Assim, as identidades culturais permitem identificar a riqueza e a diversidade de «experiências individuais» que são «socialmente contextualizadas». Nesta acepção, as identidades culturais adequam-se mais aos jovens de origem imigrante que se defrontam com uma série de estatutos situacionais que vão da origem étnica, racial e nacional às diferenças de género e geracionais.

Em segundo lugar, o conceito de «identidades culturais» é suficientemente flexível para integrar vários aspectos ou marcadores de identidade

considerados relevantes para os jovens de origem imigrante. As narrativas destes adolescentes permitiram-nos avaliar quais são os principais factores de auto-identificação dos jovens. Todos eles e elas referiram que a *origem/nacionalidade, a cultura e os estilos de vestuário* (para os rapazes) são aos seus elementos ou marcadores definidores da identidade. Todos estes aspectos podem ser vistos como fazendo parte integrante das identidades culturais mais amplas, e como peças do *puzzle* que formam as identidades dos jovens.

A *origem* é considerada como o país de nascimento do jovem, pelo que para estes jovens a sua identidade é influenciada pelo país onde nasceram (e onde passaram a maior parte das suas vidas). Aqueles que nasceram em Portugal consideram-se portugueses o que, no entanto, não pode ser entendido como sentirem-se portugueses, uma vez que sentirem-se portugueses é um sentimento que cresce dentro deles com o acesso à nacionalidade e quando experimentam menos discriminação. Por outro lado, os jovens que nasceram no estrangeiro, em qualquer um dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa, consideram-se angolanos, cabo-verdianos, guineenses e são-tomenses, devido às suas memórias de infância. Ainda mais confusa é a identidade daqueles que, tendo nascido no estrangeiro, se consideram «mais portugueses» por sentirem uma menor ligação ao seu país de origem e dos seus pais. Isto acontece por terem passado muito tempo e terem sido socializados no país de acolhimento. Em estreita ligação com este facto, a *nacionalidade* assume também um papel importante. Os jovens que obtiveram a nacionalidade portuguesa não se deparam com determinadas restrições legais ou outras limitações relacionadas e consideram-se, normalmente, como portugueses. No extremo oposto, os jovens a quem não foi concedida a nacionalidade portuguesa, independentemente do seu local de nascimento, sentiram-se rejeitados pelas autoridades/Estado, o que lhes incutiu um sentimento antiportuguês ou um sentimento de revolta.

O conceito de *cultura* é frequentemente utilizado para explicar porque se sentem mais próximos de África do que de Portugal. O conceito que os jovens têm de cultura está relacionado com as suas raízes e a sua herança cultural, assumindo formas muito criativas de descrever a sua cultura africana «júnior», definida em torno de uma cultura africana de miscigenação, crioulização, hibridismo e que integra, simultaneamente, outros elementos de mistura, tais como os elementos portugueses e os elementos mais significativos da cultura negra e do *hip-hop*. O que para os pais destes jovens seria apenas angolano, cabo-verdiano ou guineense, para estes jovens é simplesmente «africano», pois permite a incorporação

e a aglutinação geral dos factores específicos das diferentes culturas étnicas nacionais de África (Angola, Cabo Verde, São Tomé, Guiné-Bissau e outras combinações miscigenadas, incluindo a portuguesa) acrescido dos símbolos de outros estilos de vida ou «culturas de resistência» com que os jovens se identificam. Por exemplo, os mais jovens identificam-se sobretudo com o *hip-hop*, enquanto os mais velhos sentem o *hip-hop*, o *reggae* e o movimento negro como um modo de vida, em que lhes é permitido assumir papéis mais activos e de maior envolvimento. Isto, por exemplo, revela as diferenças geracionais entre os jovens mais velhos e os mais novos, e não apenas as diferenças relacionadas com as experiências de vida dos seus pais e avós.

Tal como sugerido por Anthias, as «noções de 'pertença' constroem-se com base em argumentos sobre a *síntese* (itálico da minha autoria) crescente de elementos culturais entre culturas minoritárias e maioritárias» (2001, 620). Isto parece representar o caso destes jovens para quem a nova cultura juvenil é vista como um confronto geracional com os adultos. Os jovens não pretendem reproduzir ou assumir como um dado adquirido a cultura africana dos seus antepassados, preferindo conferir-lhe novos significados através da criação das suas formas próprias de cultura africana ou de ser africano. Para alguns jovens, o acto de criar ou imaginar uma nova cultura é a consequência óbvia da sua ascendência mista africana e portuguesa (branca), que ocorre em casa ou no contexto social: na rua, com os seus amigos, nas associações a que pertencem e com os membros da família. Deste modo, é comum para os jovens viverem no seu quotidiano práticas culturais híbridas ou miscigenadas.

Os jovens apresentaram alguns exemplos de apropriação e transformação de práticas culturais em novas tradições ou comportamentos híbridos simbólicos. Um dos casos é a utilização da língua crioula como calão, de uma forma diferente daquela a que os adultos chamariam a «língua crioula autêntica» de Cabo Verde. Os jovens criaram uma versão diferente do crioulo, que integra o jargão e palavras inventadas, e que resulta da mistura das diferentes variedades de crioulo falado no bairro, de expressões portuguesas e de outras palavras provenientes de outras regiões do mundo (Estados Unidos, Angola). Contudo, nem todos os jovens falam crioulo fluentemente. Poucos falam crioulo de Cabo Verde e a maioria entende o crioulo, mas em geral as «novas versões de crioulo» constituem a base da criação de relações e de socialização, em especial para os rapazes e para aqueles que têm laços mais estreitos com o *hip-hop*. Como tal, esta crioulização do calão enquanto elemento caracterizador da identidade dos jovens do Vale é mais prevalecente entre os ra-

pazes, dado que as raparigas raramente falam ou utilizam qualquer versão do crioulo para comunicar, excepto para cantar. As opiniões de Dino são esclarecedoras para compreender mesmo as diferenças locais. Ele é recém-chegado ao Vale, proveniente de um bairro típico cabo-verdiano na AML (6 de Maio), onde o crioulo é normalmente utilizado e falado na rua. Encontrou muitas diferenças entre os bairros, considerando o Vale como um bairro mais africano ou pan-africano e o 6 de Maio um bairro mais cabo-verdiano. De qualquer forma, no Vale compreender o crioulo é mais comum do que falar crioulo, considerando em especial que a maioria dos jovens não é de origem cabo-verdiana.

Outros aspectos de herança cultural incorporados pelos jovens na sua identidade africana são a alimentação e a música, apesar de a presença destes elementos estar limitada a festas, comemorações e fins-de-semana, não fazendo parte do dia-a-dia. Os jovens são propensos a participar nas celebrações do bairro, tais como o Festival Multicultural, que se realiza todos os Verões e onde podem saborear os alimentos tradicionais africanos (cachupa, moamba, milho asado, mandioca, etc.), a música (quizomba, funaná, batucadeiras) gostando ao mesmo tempo de partilhar com os amigos mostras de comida globalizada (cachorros quentes, batata frita, pipocas, hambúrgueres, etc.) e música (desde o *hip-hop* e o *rap* inspirado em artistas africanos, afro-americanos e portugueses até à música popular portuguesa incluindo a música «pimba» e a outros estilos de música mais moderna).

Mesmo que a comida e a música sejam indicadores de *hibridismo*, não se verificam na vida quotidiana, podendo adquirir alguma relevância em ocasiões especiais. Uma delas é o Festival Multicultural do Vale, enquanto experiência colectiva através da qual os jovens têm a oportunidade de construir e acolher a sua identidade híbrida desterritorializada, enraizada no VA. Assim, esta cultura jovem pode ser considerada globalizada.

Para os jovens, e em especial para os rapazes, o estilo de roupa, é também um indicador relevante da sua identidade individual e de grupo. Enquanto as raparigas optam por um estilo casual e *pop feminino*, os rapazes escolhem um estilo *hip-hop*, com roupas largas e descaídas, *T-shirts* largas fora das calças, e muitos acessórios diferentes tais como bonés de *baseball*, anéis, brincos, correntes em ouro/prata e outras jóias. No que diz respeito aos estilos de penteado, os rapazes usam rastas, tranças, cabelos espetados e outros penteados africanos. Por vezes usam também um *do-rag,* que consiste num tecido elástico para segurar o cabelo. Na maioria dos casos, a utilização destes estilos de penteado provoca alguma

reacção nos pais e na sociedade em geral, visto que o estilo está associado a estereótipos desviantes de gueto, criminalidade e gangues de rua.

A juventude masculina partilha o código de vestuário *hip-hop* como elemento de ligação, que realça e reforça uma identidade comum e colectiva, associada à cultura *hip-hop*, que, com o tempo, lhes permite incorporar elementos da cultura negra e africana nos seus estilos, gostos e práticas. Ao optar por um estilo de vestuário específico, os jovens fazem uma representação específica das identidades raciais assimiladas, que vão para além de uma mera tendência de moda. Contudo, as suas decisões em termos de estilos de vestuário, apesar de proporcionarem elementos positivos para a ligação do grupo e uma consciência assertiva, trazem também elementos negativos incorporados na sociedade *mainstream*, que lhes dificulta o acesso às oportunidades de vida, por si só limitadas e periféricas, contribuindo assim «para manter os jovens numa posição de marginalização e desvantagem social» (Archer, Hollingworth e Halsall 2007, 221).

Anthias, citando outros autores, clarifica o conceito de culturas híbridas com relação à diáspora africana que se pode alargar aos jovens negros da AML:

> Gilroy (1993) usa a noção de «dupla consciência» de DuBois para definir a condição híbrida e diaspórica relacionada com a diáspora africana através da reconstituição histórica de diferentes formas de racialização. Ele contrasta esta noção com o absolutismo étnico prevalecente, e considera-a como uma forma de «crioulização, mestiçagem e hibridismo» [2001, 626].

No exercício de desconstrução das identidades dos jovens através da identificação de elementos ou marcadores diferentes/similares que influenciam as suas identidades, torna-se praticamente impossível fazer a diferenciação entre o que influencia o indivíduo e o grupo, pois não é fácil definir as fronteiras entre o indivíduo e os pares (grupo), em especial entre os jovens. Como tal, definir uma linha divisória entre o indivíduo e o grupo não será um passo construtivo a dar. Neste sentido, pode afirmar-se que, para além dos elementos mencionados anteriormente (origem/nacionalidade, cultura, estilo de roupa) e das diferenças realçadas entre os géneros, os jovens também revelaram indirectamente aquilo a que se poderá chamar «consciência dos jovens». Hebdige (1979) refere-se a este factor como «consciência geracional», identificando duas categorias distintas: «nós», os jovens, e «eles», os adultos. Para além disso, Heaven e Tubridy, citando Hebdige, afirmam que «a consciência geracional» en-

contra a sua expressão máxima nas subculturas. As subculturas existem à margem cultural e são normalmente anti-sistema e de confronto. As subculturas são normalmente mostradas pelos meios de comunicação social como perigosas e são tipicamente associadas à e confundidas com a delinquência (2002, 151).

Assim, a identificação dos jovens, em especial dos rapazes, com o *hip-hop* (enquanto subcultura) não é surpreendente, ilustrando, pelo contrário, o comportamento típico da maioria dos jovens. No entanto, a estigmatização é uma realidade, devido à racialização dos jovens, tanto dos rapazes como das raparigas. Esta situação tem consequências concretas na identidade dos jovens, principalmente na percepção e na identificação atribuídas pelos outros *(identificação externa)* que lhes impõem outras identidades. Neste caso, vemos que aquilo que os outros impõem aos jovens do Vale é a cor, pelo que a raça/cor é um factor que leva à estigmatização, à discriminação e à exclusão.

De acordo com os seus testemunhos, estes jovens acham que a sociedade em geral (o português branco) os considera negros. A cor da pele é um indicador ou marcador visível que não pode ser ocultado e que os jovens consideram como sendo importante para a percepção que os outros têm deles. Apesar de gostarem de resistir a esta identificação pela cor, não conseguem evitar a interiorização dos preconceitos sociais. A este respeito, Madail (16 anos) afirmou que a cor «limita-nos, trava-nos. Tenho medo de ser rejeitada». Esta afirmação reflecte a situação de vulnerabilidade que uma jovem tem de enfrentar no seu dia-a-dia, e que a coloca numa posição de impotência, ilustrando assim a opressão que está interiorizada. Esta impotência poderá ser ultrapassada com o tempo e com a proximidade, nomeadamente quando as pessoas os conhecem pessoalmente e quando são vistos e aceites tal como são, derrubando a barreira da cor. No entanto, esta nunca é a primeira reacção.

De jovem negro a jovem africano-português: uma identidade hifenizada?

Com base no que se apresentou, propomos uma forma de análise das identidades culturais dos jovens. Ainda que as suas identidades sejam mais racializadas do que etnicizadas, visto que os jovens do VA se encontram estabelecidos (territorializados) em Portugal (sobretudo os «de segunda ou 1.5 geração»), estas são certamente identidades crioulizadas ou híbridas. As suas identidades contêm uma mistura complexa de ele-

mentos e marcadores, tanto de origem africana como portuguesa, que têm sido integrados através de lentes geracionais. Assim, se os seus pais eram considerados africanos, estrangeiros ou *outsiders*, em especial devido à cor, estes jovens ocupam uma posição diferente.

Os processos de socialização dos jovens na família, nas escolas e no bairro implicam a mistura das idiossincrasias e experiências dos jovens, o que leva a que quando questionados sobre o sentimento de pertença, as respostas sejam tanto diversas como complexas. Os jovens posicionam-se num *continuum* de identidades não-confrontacionais que varia entre o português e o africano. Apesar de as suas narrativas os colocarem num ponto algures nesse *continuum*, para efeitos de análise criámos três categorias principais para posicionar a sua identidade cultural: mais português, híbrido/crioulizado e mais africano, apesar de todas contemplarem uma identidade afro-portuguesa hifenizada.

Figura 7.1 – *Continuum* de identidades – afro-português (hifenizada)

Mesmo que cada caso seja diferente, utilizando os elementos e marcadores auto-identificados, cada jovem pode ser posicionado essencialmente numa destas três categorias. Cada categoria é, por si só, miscigenada, contudo os extremos (portuguesa e africana) assumem a predominância de elementos, símbolos e formas de sentir que posiciona cada indivíduo nessas categorias, enquanto a categoria híbrida ou crioulizada, para além de conter elementos mistos, significa também que os jovens encontram dificuldades em se posicionarem num dos extremos e que têm um sentimento mais forte de se encontrarem entre as duas categorias e de pertença múltipla. O quadro 7.2 resume a posição individual de cada jovem.

Quadro 7.2 – Identidades de pertença dos entrevistados

Portuguesa	Híbrida/Crioulizada	Africana
Bruno, Tatiana, Paula, Fábio, Ana, Madail, Gonçalo	Nelson, Paulo, Tatiana D., Mohamed, Tânia, Vânia, Solange, Jurema	Alegria, Edson, Ricky, Dino, Cythia, Deyamira

Esta categorização inclui todos os marcadores mencionados: origem, nacionalidade, cultura e estilo de roupa. Por questões de restrições de espaço, apresentamos apenas um exemplo de cada uma das categorias. Paula (15 anos) afirmou: «Eu sou portuguesa. Ser angolana não significa nada para mim. Gosto de Angola, mas não para viver lá. Eu gosto deste lugar» (referindo-se a Portugal). Jacinta (18 anos), que revela diferentes sentimentos de pertença, afirmou: «Sinto-me mais angolana aqui (em Portugal) do que quando estou em Angola. Lá, as pessoas fazem-me sentir que não sou de lá, e que sou portuguesa.» O caso do Nelson (26 anos) é complexo porque ele luta entre o que sente e o que gostaria de sentir. Este admitiu que «existem milhares de pessoas como eu que não se sentem portugueses. Eu não tenho um bilhete de identidade português, mas nasci em Portugal. É impossível sentir-me português.»

Limites de exclusão: preconceito, discriminação e racismo

As identidades culturais juvenis tendem a ser híbridas, variando entre a portuguesa e a africana, sem excluir o significado de ser afro-português ou possuir uma identidade hifenizada. Tendo ilustrado esse facto, é pertinente retomar a questão de como são percepcionados pelos outros, pois a compreensão do significado de identificação externa é importante para melhor se compreenderem as questões da discriminação e do racismo que também contribuem para a formação das identidades e os sentimentos de (não) pertença dos jovens.

Tornou-se um facto geralmente aceite que as pessoas de diferentes origens sofrem de «formas partilhadas de discriminação» (Gold 2004) quer seja económica, jurídica ou outra. No entanto, a divisão racial nas sociedades ocidentais faz que o racismo e a discriminação se tornem mais evidentes e constrangedores em relação aos negros. Isto é assim porque «a raça é um facto social global, uma categoria sociocultural que estrutura as hierarquias sociais de poder e de prestígio, determina o acesso a recursos e organiza as identidades e a acção individual e colectivas» (Itzigsohn, Giorguli e Vazquez 2005, 51).

A sociedade actual, e principalmente os negros, sofre ainda com as influências do antigo sistema de desigualdades raciais e económicas, pois «como consequência do imperialismo e do colonialismo europeu, foi criada uma ordem global racial que continua a ter impacto nas sociedades actuais» (Gold 2004, 963). As realidades apresentam contradições e di-

vergências relativamente à retórica racial oficial que exclui a raça, «com os dilemas reais das experiências raciais e da organização social» (Winant 2006, 987). Para além disso, deparamo-nos em todo o lado com a injustiça racial e não apenas com injustiças de ordem económica, jurídica ou de género.

É necessário fazer a contextualização sobre a «raça» e as hierarquias raciais em Portugal para situar o debate actual sobre o racismo e a discriminação. O colonialismo português remonta ao século XV, mas aqui, para efeitos deste artigo, é adequado limitar as relações coloniais e raciais aos dois últimos períodos, conhecidos por *Lusotropicalismo* e *Lusofonia*. O *Lusotropicalismo* representa a «forma portuguesa de estar no mundo» (Castelo, 1998) e é uma ideologia que defende que «os portugueses tinham uma aptidão particular para a colonização nos trópicos [...] e estavam livres de qualquer preconceito racial, ao contrário de outros colonizadores europeus, tendo como resultado uma miscigenação generalizada e o desenvolvimento das sociedades crioulas» (Cusack 2003, 13). Após a Revolução dos Cravos, este mito filosófico designado por *Lusotropicalismo* evoluiu para a *Lusofonia*. Assim, a partir da ideia de que os portugueses não eram racistas, mas que eram predispostos à coexistência (racial, cultural, etc.), com a chegada dos retornados e de imigrantes das ex-colónias africanas, o discurso mudou no sentido de justificar «uma aproximação com os povos lusófonos, em nome de uma língua e de uma história comuns e de uma suposta unidade cultural e afectiva» (Castelo 1998, 14), sem abalar as antigas hierarquias raciais. Assim, esta ideia generalizada de uma sociedade não racista portuguesa permaneceu intocável e a *Lusofonia* hoje «serve como um instrumento para a manutenção da segregação racial em que se baseou o discurso colonial» (Machado 2004, 8). Contudo, este tipo de pensamento continua a ser a base da organização da imigração em Portugal.

Esta contextualização permite compreender melhor as narrativas dos jovens sobre o racismo e a discriminação na AML. A discriminação e, consequentemente, o comportamento racista são detectados pelos jovens em muitos dos círculos onde interagem. Ana acredita que existe discriminação por parte dos professores em relação a crianças negras, ilustrando a crença comum de que estas crianças são menos inteligentes [racismo flagrante de acordo com Vala, Brito e Lopes (1999)]. Ana afirmou que «parece que os professores preferem os estudantes brancos *(branquinhos)*, lhes dão melhores notas e lhes prestam mais atenção. Existe muita discriminação na minha escola». Ela frequentou uma escola fora do bairro, onde a maioria dos alunos eram brancos, e como tal sentiu de

forma mais acentuada os comportamentos de discriminação e diferenciação dos professores, que ela resumiu da seguinte forma: «... Eles não gostam muito dos africanos...» Outros testemunhos referem ainda a discriminação na escola, não apenas contra os jovens de descendência africana, mas também em relação a outros grupos de imigrantes.

Em muitos casos, os jovens não reconhecem directamente a discriminação contra si próprios, identificando, sim, imediatamente a discriminação e o preconceito contra os outros (os seus amigos, conhecidos, etc.), incluindo outros jovens imigrantes não negros ou ciganos. Isto aponta para o facto de estes jovens estarem conscientes do que é a discriminação, ainda que seja mais facilmente identificável com relação aos outros.

O bairro é, por si próprio, uma fonte de discriminação exterior/externa e de preconceito. Mesmo que o bairro seja considerado um «porto seguro», um lugar onde se sentem «em casa» e onde valorizam a solidariedade e o sentido de comunidade, os jovens sabem que para os outros (sociedade *em geral*), o seu bairro está associado a uma imagem negativa, à criminalidade e às drogas e que, uma vez fora daquele contexto, são estigmatizados por viverem no bairro.

Apesar de existirem diferentes definições para «racismo», uma definição reconhecida foi elaborada por Bonilla-Silva, citando Schaefer, que diz que:

> Em primeiro lugar, o racismo é definido como um conjunto de ideias ou crenças. Em segundo lugar, essas crenças são consideradas como tendo o potencial de levar os indivíduos a desenvolver o preconceito, definido como um conjunto de «atitudes negativas para com um grupo inteiro de pessoas» (Schaefer 1990, 53). Finalmente, essas atitudes preconceituosas podem induzir os indivíduos à prática real de actos ou de discriminação contra as minorias raciais. Este enquadramento conceptual, com algumas alterações menos relevantes, é o que predomina nas ciências sociais [1997, 466].

O racismo evoluiu de um conceito de inferioridade biológica para um conceito de inferioridade cultural. Solé e Parella sugerem que «o racismo já não se articula em termos de determinismo biológico e de desigualdades entre raças, mas que se baseia em dois pilares fundamentais: a defesa das identidades culturais e a valorização da diferença» (2003, 122). Em muitos casos, a raça está também oculta ou é articulada com as diferenças culturais. De acordo com a narrativa destes jovens, as principais razões para a discriminação são a imagem do imigrante, em especial dos imigrantes negros, a origem africana e a cor da pele. Assim, para os jovens, a «raça/etnia» é mais relevante do que a nacionalidade, uma vez que se

sentem discriminados pelo facto de serem jovens negros e não por serem provenientes de países africanos. A «raça» é considerada como uma imposição exterior, associada a características negativas como a origem imigrante (mesmo se forem portugueses), estando em termos gerais relacionada com a criminalidade e a hostilidade. Para além disso, os jovens negros de origem africana nascidos em Portugal são os que estão mais conscientes da discriminação e do racismo, referindo ser maltratados em lojas e locais públicos. Outras situações referidas foram ser sujeitos a decisões discricionárias no que respeita ao acesso à saúde e ao mercado de trabalho, as dificuldades em obter a nacionalidade e a hostilidade dos agentes da polícia, referindo-se a estes comportamentos como sendo comportamentos flagrantes (Machado, 2007).

Os jovens mencionaram também a existência de atitudes menos flagrantes, mais difíceis de medir e menos visíveis, mas que os afectam profundamente do ponto de vista dos seus sentimentos e orgulho, tais como receberem olhares pejorativos e comentários feitos nas suas costas como se não os ouvissem. A Jacinta afirmou, «ao entrar numa loja, o vendedor olha para nós como se fôssemos roubar». Deyamira afirmou, em relação às mulheres brancas, que «ao passar por elas, estas afastam as malas, e escondem-nas». Eles deparam-se com este tipo de atitudes fora dos seus círculos mais fechados e do seu bairro, onde não são conhecidos e são normalmente julgados de acordo com os estereótipos e os preconceitos existentes na sociedade que associam os jovens negros com os preconceitos existentes sobre os imigrantes em geral e os imigrantes negros em particular. Estes jovens acreditam que, para a sociedade em geral, os negros continuam a ser considerados como estranhos e imigrantes e não como comunidades (e cidadãos) estabelecidas em Portugal. Para além disso, a ocorrência diária de práticas discriminatórias e a vivência de muitos preconceitos torna-os conscientes de que, para a sociedade portuguesa, a raça é ainda mais importante do que a nacionalidade.

Outro exemplo da imagem negativa dos jovens negros foi-nos dado por Nelson. Uma vez, a caminho de Lisboa, ia de carro com um amigo, a uma entrevista de trabalho, e foram mandados parar pela polícia, que lhes pediu bilhetes de identidade para verificar se tinham antecedentes criminais. Tendo confirmado que estavam limpos, os agentes da polícia mudaram de atitude, ficando mais amistosos e justificando-se. Pediram desculpa, dizendo que «vocês estão vestidos como eles!». Ainda que o incidente tenha tido um final feliz, revela que a polícia pratica normalmente discriminação racial, mandando parar motoristas negros vestidos de forma «menos apropriada e aceite».

As seguintes experiências de duas raparigas ilustram também os preconceitos comuns que conduzem à discriminação por parte dos portugueses brancos. Madail contou que uma vez «em Lisboa, eu e dois amigos queríamos saber onde poderíamos encontrar um táxi e vimos um casal de idosos. Dirigimo-nos a eles para pedir indicações, e a primeira coisa que a senhora fez quando nos viu foi agarrar na mala como se a fôssemos roubar. Porque pensariam eles que os íamos roubar?» E acrescentou «... no autocarro para o Barreiro, ninguém se senta ao pé de mim, porque sou negra...». É evidente que Madail, apenas com 16 anos, está consciente dos preconceitos que levam as pessoas a reagir desta maneira.

Cythia também tem uma história para contar. Ela era a única rapariga negra a frequentar as aulas de *ballet* clássico em Lisboa e, um dia, enquanto se preparava para um espectáculo em Chelas (outro bairro estigmatizado de Lisboa), ouviu a seguinte conversa entre outras duas raparigas (brancas): «... Não te preocupes com o espectáculo. Em Chelas só vivem negros, não vale a pena.» Cythia concluiu que para estas duas raparigas era claramente desnecessário preparar-se para um espectáculo naquele bairro, uma vez que o público em questão era negro.

As próprias leis e marcos regulamentares são discriminatórios e dão origem a injustiças raciais, ainda que as leis sobre a nacionalidade tenham mudado várias vezes para melhor, nesta última década. Há sempre casos que não estão enquadrados nos termos da lei, afectando essencialmente os jovens e limitando-lhes as oportunidades de vida e de futuro. Ao Nelson e à Vânia, ambos nascidos em Portugal, foi negada a nacionalidade portuguesa por diversas vezes, de acordo com diferentes enquadramentos legais. Certamente estas situações têm um impacto directo na formação das suas identidades, uma vez que ficam encurralados no meio. Por um lado, sentem-se e querem ser portugueses, apesar de reconhecerem as suas raízes africanas. No entanto, por não serem reconhecidos como portugueses, sentem-se rejeitados pelos seu país de nascimento, sendo forçados a adoptar uma outra nacionalidade, que, embora apreciem por corresponder às suas raízes, só com ela se relacionam de forma secundária e indirecta. Consequentemente, sentem que não podem exercer os mesmos direitos civis e políticos que os outros portugueses, o que para eles é fundamental na vida prática.

Os sentimentos de rejeição por parte das autoridades portuguesas (denegar a nacionalidade e inclusivamente o estatuto legal) e da sociedade em geral encontram-se reflectidos nas atitudes dos seus próprios amigos de nacionalidade portuguesa que não conseguem compreender na totalidade o processo de alienação a que estão sujeitos. Tal reforça, entre os jovens, uma categorização inibidora da empatia entre os *mais afortunados*

e os *desafortunados*, isto é, aqueles a quem foi concedida a nacionalidade portuguesa e aqueles que não a possuem. Nelson expressou a sua frustração afirmando «[...] desconhecem a dificuldade em encontrar um emprego, e a minha luta para obter a nacionalidade portuguesa. [...] Nasci em Portugal, mas como não tenho bilhete de identidade português, não posso votar ou ir ao hospital sem ser visto como um imigrante. Existe sempre a ideia de que sou um estrangeiro (porque sou negro) que veio para Portugal à procura de uma oportunidade de emprego, e para roubar o dinheiro aos portugueses.» O seu caso é marcante, uma vez que ilustra muitas das barreiras com que um jovem se depara ao longo da vida enquanto não-cidadão, mesmo tendo nascido em Portugal. Depois do seu esforço para concluir com sucesso o ensino secundário, de escolher o curso e de ser aceite na universidade, Nelson foi impedido de continuar os seus estudos, porque «no final, fui informado de que não poderia frequentar a universidade porque não tinha a nacionalidade portuguesa. Isto é injusto, porque eu nasci aqui.» Da mesma forma, outros jovens foram impedidos de concluir a escolaridade ou forçados a frequentar o ensino técnico devido à falta de documentação adequada, mesmo que a culpa não seja deles, punindo, assim, os menores.

Este tipo de exclusão merece uma reflexão especial. Se a exclusão e a discriminação são permitidas para com as crianças mesmo quando são consideradas «vítimas», esta situação piora na adolescência e com a idade adulta. Enquanto jovens e futuros adultos, são considerados potenciais delinquentes, e mesmo não sendo responsáveis pelo facto de não terem a documentação adequada, passam a ser tratados como criminosos, perpetuando o círculo da exclusão na escola, no mercado de trabalho e no futuro como cidadãos. Paulo, agora com 34 anos de idade e residente em Portugal desde os 2 anos, a quem foram negadas repetidas vezes, ao longo da sua vida, a legalização e a nacionalidade portuguesa, afirmou que «quando eu trabalhava no sector da construção civil, o patrão não me pediu a documentação, mas também não me concedeu os direitos que me correspondiam, como um seguro e a segurança social». Mais tarde, quando foi despedido, não teve direito ao fundo de desemprego, mas continuou a ter de sustentar a família e a pagar a renda ao programa de habitação social a que conseguiu ter acesso localmente. Em suma, a falta de documentação permite a informalidade nos mercados de trabalho levando à exploração e reproduzindo a prática de exclusão não só dos recém-chegados, reforçando também os ciclos de recusa de cidadania *(denied citizenship)* a outras gerações, facto que nem o Estado nem a sociedade em geral parecem estar interessados em solucionar.

Conclusões

Em resumo, os testemunhos e as narrativas destes jovens descendentes de imigrantes africanos na AML permitem-nos identificar uma multiplicidade de identidades culturais. Assim, as respostas para as questões tais como se serão estes jovens portugueses, ou o que são? como é que eles se sentem?, têm alguns denominadores comuns. O sentimento de pertença está ancorado em duas vertentes, uma africana e outra portuguesa, e apesar de África significar as suas raízes, os antepassados e o passado, e por vezes, também memórias e nostalgia, Portugal significa o país de nascimento e de socialização, o seu presente e o seu futuro. Por isso, pretendo argumentar que estas raízes e ancoragens portuguesas têm sido pouco exploradas até agora, podendo abrir novas perspectivas de inclusão e ser utilizadas como um terreno fértil para as políticas vindouras.

Os jovens de descendência africana no VA têm experienciado mais racialização do que etnicização. Embora esta racialização tenha sido imposta, em especial, pela sociedade em geral e em consequência da alta segregação, a etnicização entre os jovens não é prevalecente dado que os elementos de diferenciação étnica ou das diversas comunidades imigrantes africanas não são dominantes no bairro. Deste modo, o processo de racialização e de não-etnicização levou a que estes jovens desenvolvessem identidades pan-africanas, inter-relacionadas e entrelaçadas com identidades portuguesas, mantendo no entanto os aspectos portugueses destas identidades sujeitos ao reconhecimento e à aprovação da sociedade branca em geral. Pensamos que o uso do termo «pan-africano» reflecte melhor a situação dos jovens de descendência africana do Vale. Permite fazer a confluência dos diferentes marcadores da herança cultural nacional/étnica das raízes africanas detectadas, adoptadas e recriadas pelos jovens deste bairro, dando origem a novas identidades híbridas e crioulizadas, que incluem elementos de Angola, Cabo Verde, São Tomé e Príncipe, Guiné-Bissau e um pouco de Portugal. Resumidamente, pode afirmar-se que os jovens do Vale da Amoreira recriaram através da «negociação e contestação» (Sánchez Gibau, 2005) novas identidades culturais ao longo do *continuum* africano-português, que combina o ónus da racialização e o orgulho de África.

Referências

Anthias, F. 2001. «New hybridities, old concepts: the limits of 'culture'». *Ethnic and Racial Studies*, 24 (4): 619-64.

Archer, L., S. Hollingworth, e A. Halsall. 2007. «'University is not for me – I'm a Nike person': urban, working-class young people's negotiations of style, identity and educational engagement». *Sociology*, 41 (2:) 219-237.

Bonilla-Silva, E. 1997. «Rethinking racism: towards a structural interpretation». *American Sociological Review*, 62 (3): 465-480.

Castelo, C. 1998. *O Modo Português de Estar no Mundo: O Luso-Tropicalismo e a Ideologia Colonial Portuguesa (1933-1961).* Porto: Afrontamento.

Cerulo, K. A. 1997. «Identity construction: new issues, new directions». *Annual Review Sociology*, 23: 385-409.

Cuellar, I., e G. González. 2000. «Cultural identity description and cultural formulation for Hispanics». In *Handbook of Multicultural Mental Health: Assessment and Treatment of Diverse Populations*, eds. I. Cuellar e F.A. Paniagua. Nova Iorque: Academic Press, 605-622.

Cusack, I. 2003. «Nationalism and the colonial imprint: the stamps of Portugal and Lusophone Africa and Asia». Political Studies Association, Conference Proceedings, http://www.psa.ac.uk/journals/pdf/5/2003/Igor%20Cusack.pdf, acedido em 27-1-2009.

Duncan, J. S., e N. G. Duncan. 2004. *Landscapes of Privilege: The Politics of the Aesthetic in an American Suburb*. Londres: Routledge.

Gold, S. 2004. «From Jim Crow to racial hegemony: evolving explanations of racial hierarchy». *Ethnic and Racial Studies*, 27 (6): 951-968.

Heaven, C., e M. Tubridy. 2002. «Global youth culture and youth identity». In *Highly Affected, Rarely Considered: IYP Youth Commission into Globalisation Report*. Surry Hills: Oxfam International Youth Parliament (OIYP) Oxfam Community Aid Abroad.

Hebdige, D. 1979. *Subculture: The Meaning of Style*. Londres: Methuen.

Itzigsohn, J., S. Giorguli, e O. Vazquez. 2005. «Immigrant incorporation and racial identity: racial self-identification among Dominican immigrants». *Ethnic and Racial Studies*, 28 (1): 50-78.

Machado, F. L. 2007. «Processos de integração social e simbólica dos filhos de imigrantes africanos em Portugal». In *Diferenças, Desigualdades, Exclusões, Inclusões,* eds. Ricardo Vieira, Cristóvão Margarido e Maura Mendes. Porto: Afrontamento.

Machado, I. 2004. «Brazilian immigration and the reconstruction of racial hierarchies of the Portuguese empire». *Vibrant Virtual Brazilian Anthropology*, 1: 1-22.

Nayak, A. 2006. «After race: ethnography, race and post-race theory». *Ethnic and Racial Studies*, 29 (3): 411-430.

Padilla, B., e A. Ortiz. 2008. «Final local report on questionnaire analysis», *EU Project TRESEGY*, Sixth Framework Programme.

Padilla, B., V. Rodrigues, e A. Ortiz. 2008. «Monographic report on ethnographic data», *EU Project TRESEGY*. Sixth Framework Programme.

Parra Cardona, J. R., D. Busby, e R. Wampler. 2004. «No soy de aquí ni soy de allá: transgenerational cultural identity formation». *Journal of Hispanic Higher Education*, 3 (4): 322-337.

Sánchez Gibau, G. 2005. «Contested identities: narratives of race and ethnicity in the Cape Verdian diaspora». *Identities: Global Studies in Culture and Power*, 12: 405-438.

Solé, C., e S. Parella. 2003. «The labour market and racial discrimination in Spain». *Journal of Ethnic and Migration Studies*, 29 (1): 121–140.

Vala, J., R. Brito, e D. Lopes. 1999. *Expressões dos Racismos em Portugal: Perspectivas Psicossociológicas.* Lisboa: Instituto de Ciências Sociais.

Wimmer, A. 2004. «Does ethnicity matter? Everyday group formation in three Swiss immigrant neighbourhoods». *Ethnic and Racial Studies*, 27 (1): 1-36.

Winant, H. 2006. «Race and racism: towards a global future». *Ethnic and Racial Studies*, 29 (5): 986-1003.

Inês Pessoa

Capítulo 8

Retratos e auto-retratos (in)diferenciados: a população juvenil de Macau sob o olhar de jovens portugueses

Introdução

Nos dois últimos decénios do século XX, Macau encontrava-se ainda sob administração portuguesa – condição que se alterou em Dezembro de 1999 com a devolução do exercício da soberania à China – figurando, ao tempo, como sociedade hospedeira de jovens portugueses cujos progenitores assumiram cargos intermédios ou de chefia nos sectores público e privado do território.[1] Se o grosso dos contratos laborais previa os três anos de permanência, a prática corrente de renovações contratuais resultou em estadias de longa duração, algumas somando os quinze ou mais anos.

Chegados a Macau, os jovens portugueses conheceram um novo contexto físico, social e cultural, adaptando-se a diferentes rotinas e adoptando um estilo de vida distinto do que possuíam antes da partida. Lançaram-se, em simultâneo, na renovação das suas redes de amizade, uma vez que os laços sociais até então tecidos haviam sido deixados em Portugal ou em outros países anteriormente habitados (como Angola, Moçambique ou Brasil). Renovação que à luz das narrativas destes jovens surge intimamente associada às representações sociais por eles construídas

[1] Tratava-se, no cômputo geral, de uma «migração de quadros», definida pela partida de «elementos da população activa com uma posição hierarquicamente elevada nas estruturas profissionais e com um diploma de nível superior» (Peixoto 1999, 225).

sobre a população juvenil presente no território – chinesa, macaense[2] e portuguesa – no que aos seus padrões de orientação, sentimentos de pertença, condições de vida, práticas, consumos, disposições, referências e preferências respeita.

É, pois, em torno dessas representações sociais que este capítulo, integrado numa pesquisa mais vasta sobre a passagem de jovens portugueses por Macau, se debruça, partindo de dois pressupostos nucleares: o primeiro, de que os retratos e auto-retratos elaborados foram moldados pelos vínculos culturais e sociais dos jovens; pelo quadro histórico, político e sociocultural em que estavam inseridos; bem como pelas interacções quotidianas estabelecidas com os jovens conterrâneos e locais, interacções que, por sua vez, também se viram condicionadas por essas mesmas representações. O segundo, de que os retratos e auto-retratos desenhados, porque formatados quer pelas referidas pertenças culturais e sociais, quer pelos macro e microcontextos de interacção social, são igualmente susceptíveis de os desvendar.

Metodologia: breves considerações

Visando-se o estudo aprofundado da experiência migratória de jovens portugueses que se estabeleceram em Macau por um período igual ou superior a três anos, entre o início dos anos 80 e finais da década de 90 do século XX, optou-se por uma abordagem metodológica de âmbito qualitativo assente sobretudo na análise de relatos de vida orais, dado o elevado nível de detalhe implicado na exposição retrospectiva (e prospectiva) de cada trajectória biográfica.

Sem pretensões de representatividade estatística, antes a de representar os casos de vida estudados no interior dos quais muitos outros se revêem (Pais 2001, 109-110), entrevistaram-se doze[3] jovens residentes na zona da grande Lisboa, com idades compreendidas entre os 15 e os 34 anos,

[2] Embora se atribua, as mais das vezes, uma filiação luso-chinesa aos macaenses, Amaro (1997, 44) e Cabral e Lourenço (1992, 12-13) assinalam a sua ascendência euro-asiática, fruto da miscigenação de europeus (muitos deles portugueses) com chinesas, indianas, malaias, japonesas, filipinas e paquistanesas.

[3] A cifra de relatos foi determinada pela chamada «saturação informativa dos casos», mediante a qual a compilação de narrativas termina quando ao fim de um dado número de entrevistas um novo testemunho pouco ou nada acrescenta aos anteriores, no que respeita às hipóteses de trabalho colocadas e aos vectores analíticos delineados (Bertaux e Bertaux-Wiame 1993, 249).

estando rapazes e raparigas equitativamente contemplados. À semelhança dos seus progenitores, a quase totalidade dos jovens possui elevadas credenciais escolares, variável que, cruzada com a situação na profissão e a profissão dos pais, em conjunto com indicadores de estilos de vida e padrões de consumo do agregado familiar recolhidos no decurso da investigação, nos permite enquadrá-los, em termos de hierarquização na estrutura social, entre os lugares medianos ocupados pela pequena e média burguesia de «Execução» ou «Técnica e de Enquadramento» e posições superiores relativas à burguesia «Empresarial e Proprietária» ou «Dirigente e Profissional» (Almeida, Costa e Machado 1988, 14-15).

De carácter semiestruturado, as entrevistas integraram uma bateria de questões compartimentadas em três segmentos cronológicos da trajectória biográfica dos jovens: a fase da vida que precedeu a partida para Macau; o arco temporal correspondente à estadia no território; e o período subsequente à reinstalação em Portugal. Não obstante o enfoque no segundo segmento, consideraram-se os dois restantes no sentido de melhor compreender as várias componentes deste movimento: o perfil sociodemográfico dos migrantes; móbeis da partida e do regresso; processos de integração na sociedade hospedeira assim como de reintegração em Portugal, condições e estilos de vida, trajectórias de mobilidade social, dinâmicas de reestruturação identitária, entre outras.

A pesquisa compreendeu ainda trabalho de campo desenvolvido durante um mês em Macau, no âmbito do qual se efectuou observação directa e inquiriram testemunhas privilegiadas (professores portugueses residentes no território e jovens chineses que trabalhavam na Rádio Macau constituem exemplos) com vista à recolha de indicadores adicionais sobre as dimensões de análise acima mencionadas. Ademais, detivemo-nos sobre material biográfico suplementar – cartas, fotografias e vídeos – complementando-o quer com entrevistas a alguns dos familiares dos jovens portugueses, quer com a consulta de documentos oficiais, designadamente estatísticos.

Retratos e auto-retratos: a dialéctica entre representações sociais e identidades

«Teorias práticas do senso comum», «saberes sociais», «categorias de pensamento que expressam a realidade», «formas ou modalidades de conhecimento prático», «sistemas de significação», «percepções estruturadas da realidade» consubstanciam definições sumárias que, entre tantas ou-

tras, espelham a polissemia do conceito de representação social (Jodelet 2002, 114; Vala 1993, 359).

Produzidas pelos indivíduos em contextos de interacção, as representações sociais configuram grelhas de descodificação, interpretação, categorização e explicação da realidade (não constituindo, porém, essa realidade), sendo partilhadas por elementos de um dado grupo, daí o seu carácter social (Vala 1993, 355-357). Com efeito, as representações sociais servem de orientação às acções e relações dos indivíduos, sendo com base nelas que os mesmos atribuem significados e classificam o meio envolvente simplificando-o, ou seja, tornando-o inteligível (Jodelet 2002, 119-125).

Ao afirmar que nada classifica melhor alguém do que as suas próprias classificações, Bourdieu (1996, 135) deixa patente tanto a estreita associação entre representações sociais e identidades, quanto a propensa vocação reveladora das primeiras no que respeita às afiliações identitárias dos indivíduos. Na verdade, ao serem tendencialmente modeladas por pertenças sociais e referências culturais associadas a essas mesmas pertenças – o «habitus», como diria Bourdieu (1979) –, isto é, disposições interiorizadas no decurso do processo de socialização; e ao serem de igual modo informadas pelos sistemas valorativo e normativo dominantes no contexto histórico, político e sociocultural mais vasto em que os indivíduos se enquadram, as representações sociais são também susceptíveis de os revelar (Vala 1993, 357-363).

Por outras palavras, ao representarem um dado objecto, os indivíduos localizam-no, mas localizam-se em simultâneo (social, cultural e historicamente) uma vez que o investem da sua identidade no que respeita a condições de existência e sentimentos de pertença, heranças culturais, valores e crenças, experiências e trajectórias, disposições, saberes, interesses e estratégias, permitindo em paralelo que outros os localizem no decurso dos interfaces quotidianos. Daí que um mesmo objecto possa ser alvo de representações sociais diferentes em função das também diferenciadas inserções sociais, culturais e históricas de quem o representa (Vala 1993, 364-380).

No entanto, uma vez que as afiliações identitárias dos indivíduos tendem a ser múltiplas (de género, etárias, sociais, culturais, etc.); compósitas, em virtude da pluralidade de disposições evidenciadas e de papéis desempenhados (Lahire 2005), assim como relacionais e mutáveis, já que estruturadas e reestruturadas em diferentes cenários de interacção (e produção), é de reconhecer o carácter processual, relacional e contingente das representações sociais quer no espaço quer no tempo – histórico e biográfico – como já Moscovicci assinalara (Jodelet 2002, 118).

É, por conseguinte, a dinâmica entre representações sociais e identidades que se procurará, neste artigo, realçar, focando-nos, num primeiro plano, nos retratos que jovens portugueses elaboraram dos seus pares chineses e macaenses no decorrer da sua estadia em Macau; e, num segundo plano, nos seus auto-retratos, isto é, representações sociais construídas sobre a população juvenil portuguesa presente no território. Dito de outro modo, visa-se averiguar em que medida e em que moldes tais representações – enquanto âncoras de afirmação identitária – espelharam os processos de «identificação» (igualização-associação) e «identização» (diferenciação-dissociação) dos jovens portugueses na sociedade hospedeira (expressões de Tap referidas por Pinto 1991, 218).

Retratos da população juvenil chinesa e macaense: homogeneização interna e diferenciação externa

Duas imagens «tipo» sobressaíram dos retratos desenhados pelos biografados em torno da população juvenil local. A primeira, de homogeneização interna, assaz vincada nos primeiros tempos vividos em Macau, materializou-se na caracterização da mesma como um conjunto de indivíduos algo indiferenciado, física, cultural e socialmente.

Tal representação, por alguns alinhavada antes da partida para o território, assentou numa série de atributos percebidos como dominantes: traços fenótipicos e antropofísicos (baixa estatura, cabelo escuro e liso, olhos amendoados), conjugados com parâmetros simbólico-culturais e condições sociais. Uns e outros tenderam a imputar-se a todos aqueles que os jovens portugueses identificavam como pertencendo a uma dada categoria populacional – macaense, chinês, asiático, oriental – independentemente da variedade de perfis e do facto de os jovens locais se reconhecerem nessas categorizações.

Se este processo de classificação padronizado, redutor e indiferenciado do «outro» asiático – já observado por Eça de Queirós (1997, 32-33) em finais do século XIX e recentemente por Mackerras (1991, 246-251) – permitia, por um lado, que os jovens portugueses «organizassem» a desconhecida realidade que os circundava conferindo-lhe inteligibilidade; reflectia, em adição, um olhar idêntico ao que vem sendo criticado por autores como Said (1990, 56) e Goody (2000, 9-22), nas suas análises sobre as representações prevalecentes no (e do) «Ocidente» sobre o

«Oriente». Tratava-se, pois, de estereótipos – alguns perdurando há décadas ou séculos, passando de gerações em gerações sob a forma de narrativas ou mitos – que não raras vezes resultaram na atribuição do que Jenkins (1996, 5) designa por «mistaken identities».

> [...] ao início era tudo a mesma coisa, sabia lá distinguir um chinês de Xangai de um chinês de Cantão ou de um chinês de Pequim, sabia lá eu distinguir um malaio de um filipino e de um tailandês [...] [Catarina].

Intimamente associada à anterior, a segunda imagem «tipo» – de diferenciação externa – traduziu-se na propensa representação da população juvenil local como assaz distinta, em termos culturais e sociais, dos jovens portugueses.

Diz-nos Kuper (1997, 227) que as diferenças culturais (e sociais, aditaríamos) podem ser minimizadas ou maximizadas por indivíduos com distintas pertenças, consoante optem por valorizar elementos de similitude enquanto base de associação ou, ao invés, escolham enfatizar as dissemelhanças como escusa a essa aproximação. Foi precisamente a tendência para a enfatização das diferenças entre os jovens portugueses e o grosso dos pares chineses e macaenses, em concomitância com o relativo desprezo pelas afinidades existentes – de carácter geracional, de género, de classe, estatutárias, disposicionais ou outras – que observámos nos relatos de vida analisados.

Diferenças culturais: língua e sistemas de orientação

Adjectivos como «diferente», «distinto» e «estranho» empregaram-se com recorrência pelos biografados nas suas descrições de referências culturais, valores, crenças, práticas e consumos dos jovens chineses e macaenses.

De entre o leque de diferenças culturais assinaladas evidenciaram-se as de nível linguístico. Com efeito, quase todos os jovens locais comunicavam em cantonês, sendo a língua portuguesa compreendida por uma escassa minoria da população residente – não mais de 3% – facto que se atribui em parte à ausência de uma política linguística favorável à sua implementação generalizada no sistema de ensino em Macau (Rocha 1997, 52). Por seu turno, os jovens portugueses interagiam entre si em português, não tendo formalmente aprendido o cantonês, então apartado dos programas curriculares das escolas que frequentaram. Limitaram-se a interiorizar frases elementares para se desenvencilharem no seu dia-a-dia

em Macau no âmbito dos contactos travados com a população local (funcionários de estabelecimentos comerciais e de restauração, motoristas dos transportes públicos, empregadas domésticas, etc.), fazendo um uso meramente instrumental do dialecto. A comunicação entre portugueses e, sobretudo, chineses revelava-se, assim, breve, básica e superficial, apontando-se a barreira linguística como o maior entrave à aproximação entre ambas as populações juvenis.

Pronunciadas diferenças a nível dos padrões de orientação que pontuavam a socialização dos jovens chineses e de muitos macaenses também se realçaram, com destaque para as crenças religiosas [4] e populares (como o culto dos antepassados e as superstições), valores e costumes. Salientou-se a fidelidade às tradições; o orgulho em torno da civilização e cultura milenar chinesa; a forte coesão e hierarquia familiar; a disciplina e obediência à autoridade patriarcal; a notável deferência para com os idosos.

> [...] desde a maneira como eles aprendem a língua e a escrita, [...] à maneira como eles vêem a família, como se comportam em sociedade, as deferências todas que eles têm com o próximo – porque são muito hierarquizados, muito senhores de respeitar a tradição [...] – o modo de estar, a maneira como vivem o dia-a-dia, como vão às compras, como estão no mercado, a relação deles com os animais. [...] sentia[-se] uma diferença de comportamento sociocultural nítida entre a comunidade portuguesa e os chineses e os macaenses [Sofia].

Note-se que os padrões de orientação assinalados figuravam para o grosso dos jovens portugueses como marcadores essenciais da população local, remetendo para um modo «natural» de ser, na senda da concepção primordialista [5] da identidade cultural. Poucos entenderam-nos como traços mutáveis, tributários dos contextos históricos e político-culturais específicos que atravessaram a China ao longo dos tempos, como é o caso da associação de alguns princípios e práticas simbólicas à ética confucio-

---

[4] Enquanto os jovens portugueses (e alguns macaenses) tinham o catolicismo como religião de referência, a maior parte dos chineses havia sido socializada à luz de outros credos, figurando o budismo como a confissão religiosa prevalecente em Macau. Com respeito ao número de chineses católicos, os dados disponíveis para 1991 apontam para 6,7% no total de residentes (Cónim e Teixeira 1998, 289).

[5] À abordagem primordialista contrapõe-se a perspectiva situacional, segundo a qual a identidade cultural está longe de assentar em atributos naturais dos indivíduos ou dos grupos. Antes no tipo de relações por eles estabelecidas em diferentes contextos de interacção e nos quais as suas (variáveis) pertenças culturais são ou não mobilizadas consoante a relevância que lhes é dada pelos próprios e/ou por terceiros, facto que confere à etnicidade um carácter relacional, negociável e contextual (Pires 2003, 100-101).

nista que, profundamente enraizada na sociedade chinesa durante um vasto período, ainda hoje sobrevive em determinadas franjas da sociedade (Goody 2000, 213; Amaro 1997, 110). De alguma forma é também o caso da mencionada propensão dos jovens chineses e macaenses para a aquisição de bens materiais, a qual, mais do que constituir um traço intrínseco da população local, antes nos reenvia para o contexto de reformas políticas, económicas e sociais empreendidas na China nos dois últimos decénios do século XX,[6] bem como para as elevadas expectativas de mobilidade social ascendente criadas por esse cenário (ainda em curso) de mudanças estruturais, de abertura ao exterior e de participação nas dinâmicas de globalização.

> [...] o que eu vi em Macau foi uma sociedade em plena fase de capitalismo selvagem […]; sobretudo os macaenses e os chineses mais novos, eram e são ainda uns consumistas do caraças, completamente materialistas [...] é o que se está a passar também na China actual que na altura ainda não se notava muito, que é uma coisa completamente desenfreada [Catarina].

Diferenças sociais e de estilos de vida

A par das diferenças culturais realçadas, o retrato da população juvenil chinesa e macaense elaborado pelos jovens portugueses aponta para disparidades de nível social.

Não obstante a existência de separadores sociais no seio da «comunidade» portuguesa como se anotará mais à frente, as diferenciações «internas» eram sentidas pelos jovens como francamente menores face às registadas entre a população portuguesa e as demais, em especial a chinesa. Apesar da alusão quer a uma elite intelectual e a um segmento empresarial abastado (este, as mais das vezes associado pelos biografados a actividades ilícitas bem como à posse de capital económico em detrimento do cultural); quer ainda a uma classe média embrionária em consolidação, a população local via-se amplamente representada por uma franja social carenciada e pouco escolarizada, cujas condições e estilos de vida se encontravam muito aquém daqueles que os jovens portugueses reconheciam partilhar. Dessa franja faziam parte inúmeros imigrantes, muitos ilegais, oriundos da

[6] A escolarização, a urbanização, a terciarização, a liberalização do mercado, a consolidação das classes médias urbanas, a massificação das indústrias da comunicação e do lazer, o desenvolvimento tecnológico são disso exemplo (Cabral e Lourenço 1993a, 136; Amaro 1997, 202; Mackerras 1991, 246-251).

China continental e de outros países, mão-de-obra barata amiúde alvo de exploração laboral (Cónim e Teixeira 1998, 504).

> [...] o que nós conhecíamos dos chineses era o quê? Era o homem que trabalhava nas obras, porque tu não vias um português a trabalhar nas obras; era a empregada doméstica; os chineses que viviam naqueles prédios muito maus, mesmo, na zona do Porto Interior. Claro que havia chineses ricos [...] donos de discotecas, uma certa máfia talvez. Mas [...] não eram pessoas com estudos, que tivessem vencido na vida pelo método legal. [...] os que subiram na vida foi […] por causa dos casinos, dos *night clubs*, prostituição [Madalena].

Por seu turno, os jovens portugueses tenderam a autoposicionar-se num patamar elevado da estrutura social de Macau: os seus progenitores possuíam, na sua maioria, qualificações académicas assinaláveis; ocupavam cargos laborais prestigiados e bem remunerados; usufruíam de regalias várias (alojamento, cobertura de despesas habitacionais correntes); beneficiavam de capital simbólico enquanto representantes da «elite administrativa» do território.[7] Favoráveis condições de existência motivavam-nos, assim, a abraçar um estilo de vida ocioso e hedonista pautado pelo conforto e pelo bem-estar: tinham um poder de compra avultado, acedendo a uma variedade de bens de consumo, tomavam amiúde refeições fora de casa, viajavam regularmente pelo continente asiático.

> [...] todos os portugueses [...] eram de uma classe social relativamente privilegiada. [...] no Liceu cá sempre tive nas minhas turmas todas pessoas de classes sociais muito díspares, e ali em Macau eu não notava isso [Teresa].

> [...] na fase em que nós chegámos a Macau [1982] havia uma comunidade portuguesa [...] muito pequena mesmo, em que todos nos conhecíamos. [...] Éramos os filhos de membros do Governo, de pais que tinham casas, uma vida tranquila, que viajávamos, [...] que tínhamos carros pretos [...] do Estado, [...] motoristas que nos iam levar e pôr, tínhamos uma vida diferente do comum macaense que nos rodeava, que viviam todos como sardinha em lata, que dormiam por turnos…[...]. Tínhamos uma distinção em termos de qualidade de vida e de posicionamento social muito diferente, sem dúvida [Sofia].

---

[7] Até finais de 1999 os portugueses ocupavam em Macau três quartos dos cargos governamentais. Os chineses permaneceram, por norma, arredados das posições de topo, e os macaenses, embora repartindo com os portugueses os lugares intermédios do sector público, tinham pouco acesso aos cargos cimeiros, apenas assumidos por três «filhos da terra» nos últimos trinta anos de administração portuguesa (Amaro 1997, 199; Santos e Gomes 1998, 74; Fernandes 2000, 14).

Os jovens portugueses entendiam, assim, abraçar práticas e consumos distintivos e distintos do grosso dos jovens locais, sentindo-se privilegiados face aos mesmos, daí terem-nos descrito como culturalmente diferentes e socialmente desiguais.

Diferenças no modo de ser e viver a juventude: estilos, práticas e consumos

As diferenças culturais e sociais acima apontadas reflectiram-se, na óptica dos jovens portugueses, no modo «diferenciado» de ser jovem e de viver a juventude da generalidade dos pares chineses e macaenses, caracterizando-o por meio de imagens estereotipadas baseadas na prevalência de um conjunto de atributos. Sublinhou-se a avidez de consumo dos jovens locais, a par de comportamentos de ostentação e vaidade levados a cabo em particular pelos macaenses, dado investirem excessivamente na aparência exterior. Investimento que muitos jovens portugueses julgavam desnecessário para si próprios em virtude do seu estatuto sociocultural singular, a par da distinção e poder simbólico a ele associados, como já anotado.

> Estávamo-nos marimbando, até andávamos cada vez mais porcos, se calhar, porque em Macau não havia uma necessidade de afirmação do nível social das pessoas [portuguesas] porque toda a gente vivia bem [...] tínhamos orgulho em não precisar dessas coisas. Para quê? Nós tínhamos todos um nível igual, éramos todos iguais [...]. Os macaenses tinham uma necessidade maior… vestiam-se todos com roupinha de marca e tinham todos uns hábitos muito estranhos. [...] [eles] importam-se muito com a imagem, com o ter o carro bonito, a mota bonita [...]. São muito materialistas. [...]. Depois [...] andavam com o cabelo muito espetado [...] e usavam biqueiras, [...] a maior parte eu acho que não gostava mesmo do nosso modo de estar. Nós não tínhamos nada dos conceitos deles de andar com calcinha e com pentezinho atrás, achávamos aquilo ridículo, da mesma forma que eles achavam ridículo nós andarmos com as calças todas rotas e com aquele ar de *junkys* e de sair à noite e andar a beber copos, muito miúdos [...] e a frequentar os *night clubs* [Madalena].

Depoimentos como o anterior revelam que os jovens portugueses não encaravam os jovens locais como padrão de referência: as opções estéticas destes, em termos de penteados, indumentárias e adereços, viam-se amiúde avaliadas negativamente à luz dos parâmetros culturais daqueles, tendo sido qualificadas de «muito mau gosto», o mesmo se aplicando a

algumas das suas diversões predilectas como o *karaoke* e ao apreço por sucessos musicais considerados já datados. Tais opções figuravam, por conseguinte, como um factor de diferenciação e de distanciamento mútuos, não fosse o estilo um dos mais relevantes marcadores das fronteiras juvenis (Clarke, 1976, 179-180).

> Os macaenses eram meio chineses porque não tinham os mesmos precedentes culturais que nós [...] nós fazíamos um esforço enorme para saber o que é que se passava em Portugal, tentávamos ouvir a música que as pessoas da nossa idade ouviam em Portugal. Eles, [...] era o berro do *karaoke* [Catarina].

Por outro lado, os jovens portugueses também não se reconheciam como padrão de referência dos jovens locais, pois tanto a sua vinculação afectiva a Portugal, quanto as suas preferências estéticas – uma mistura de influências lusófonas e globais importadas das culturas juvenis mais em voga no país – pouco ou nada lhes diziam. Vinculação – não raras vezes transmutada em idealização – alimentada em muito pelos conterrâneos recém-chegados a Macau que transportavam narrativas e modas difundidas em Portugal (indumentárias, gírias, êxitos musicais, etc.) complementando, assim, o papel de mediação e actualização desempenhado pela TDM, a Rádio Macau, pelos jornais portugueses, bem como por grupos de música *rock* em digressão no território. Assim se mitigavam os dezoito mil quilómetros de distância que os separavam de Portugal. Assim se saciava uma imensa sede de portugalidade notoriamente intergeracional e intracomunitária.

> [...] houve um concerto dos Xutos e Pontapés [...]. Podia lá ir a Ágata que nós fazíamos uma festa [...] sempre que alguém vinha de férias a Portugal trazia um *SG Ventil* para levar às pessoas que estavam lá... Havia um bocado aquela nostalgia, [...] uma necessidade da presença de Portugal. [...] houve muitos concertos portugueses e claro que todos os portugueses estavam lá desde os de 80 anos até aos de 3 [Madalena].

Quanto aos jovens chineses e, sobretudo, aos macaenses, tendiam a optar por modelos anglo-saxónicos, veiculados, entre outros, pelas televisões inglesa e cantonense de Hong Kong (Cabral e Lourenço 1993b, 415), acalentando o sonho de partir para os EUA, Canadá, Inglaterra ou Austrália. Portugal era apenas visto como uma plataforma para migrar e a obtenção de nacionalidade portuguesa como um passaporte de saída.

Ainda no âmbito dos retratos elaborados sobre a população juvenil local, as jovens chinesas mereceram destaque por parte das raparigas portuguesas. Qualificadas como infantis, fúteis, reservadas e pudicas, assinalou-se ainda o facto de serem alvo de um controlo familiar acentuado no que respeita às suas relações afectivas e actividades de lazer, nomeadamente as nocturnas – apesar dos indicadores que apontam para a relativa emancipação da «mulher chinesa» nesse período (Cabral e Lourenço 1992, 21-22).

> [...] quando se começa a sair à noite em Macau […], era só *night clubs* onde havia raparigas a despirem-se, então nós convivíamos com aquilo de uma forma muito natural [...] com 15 e 16 anos [...]. Os jovens chineses não se viam muito nesse tipo de ambiente […] só as pessoas mais velhas. Eles deviam achar estranho como é que miúdos […] portugueses podiam frequentar esses sítios [...]; já viste aquela imagem das raparigas muito colegiais chinesas [...], são muito miudinhas [...] talvez por isso era mais difícil darmo-nos [Madalena].

O défice de liberdade dessas jovens contrastava, então, com aquela usufruída por uma extensa parcela de jovens portuguesas da mesma idade que desde cedo começou a sair à noite em Macau, bem como a frequentar os clubes nocturnos dos Hotéis Royal e Hayat, cujo ambiente nos foi descrito como desadequado aos mais novos por remeter quer para a presença de membros de seitas, quer para as redes de prostituição existentes no território. Embora no dealbar dos anos 90 o crescimento gradual da oferta lúdica nocturna como bares e discotecas, em paralelo com o processo de autonomização de alguns jovens chineses e macaenses, tenha favorecido a aproximação física entre os diversos núcleos juvenis em copresença, tal não foi suficiente para reverter as classificações estereotipadas dos jovens portugueses sobre os jovens locais.

A institucionalização das diferenças no meio escolar

Convém frisar que o retrato da população juvenil local como um agregado algo uniformizado e distinto da «juventude» portuguesa foi em larga medida reforçado pelo (e no) meio escolar de Macau. Enquanto esta estudou maioritariamente no Liceu Infante D. Henrique (quer no antigo, quer no que a partir de 1986 passou a integrar o Complexo Escolar de Macau), cuja língua veicular era o português e onde se reproduziam os programas escolares criados em Portugal, moldando assim a identidade dos estudantes em torno da lusofonia, regra geral aquela optava por es-

colas chinesas, tendo o cantonês como idioma de aprendizagem e os programas nacionais como base curricular.

> Na Luso-Chinesa eram [...] só chineses [...] era um bocado ridículo porque eles andavam fardados e nós andávamos à vontade [...]. Se calhar, o facto de eles andarem fardados e andarem ali do outro lado constrangia um bocado, não chegávamos a aproximar-nos Madalena].

À luz do excerto supracitado, seguindo a prática corrente dos estabelecimentos de ensino na China, os alunos da Escola Luso-Chinesa contígua ao liceu português usavam uniforme – cujo propósito tende a ser o de uniformizar as aparências com vista a esbater diferenças sociais e culturais existentes entre a população estudantil, bem como o de criar um sentimento de pertença à instituição escolar frequentada, distinguindo os que lhe pertencem dos que dela estão excluídos. Mais do que um elemento simbólico, o uniforme contribuiu em muito para que os jovens locais fossem percebidos como um segmento internamente indiferenciado e diferenciado dos pares portugueses.

Das representações às relações sociais: o comunitarismo dos jovens portugueses e o endocentramento dos jovens locais

Da análise dos retratos enunciados inferimos que tanto a (sobre)valorização das diferenças culturais, sociais e disposicionais da população juvenil chinesa e macaense, quanto a (sobre)valorização de afinidades culturais e socioestatutárias encontradas entre os jovens portugueses, desencorajaram a participação destes últimos em quadros de interacção local, a favor da aproximação entre conterrâneos.

Dessas afinidades destacou-se o facto de estarem inseridos numa sociedade que não a de origem, partilhando o estatuto de migrante, de residente temporário, dado o carácter provisório da estadia em Macau e a existência de um projecto de retorno a Portugal, país de origem ou referência no qual a maioria deixara as suas raízes e a que se sentia sentimentalmente ligada. Acresce a fruição de condições e estilos de vida favoráveis, a par da vinculação a padrões de orientação e referências culturais como a língua, a religião e um passado histórico comuns; conjugados ainda com a existência de um ambiente de integração já constituído em termos étnicos (Pires 2003, 105).

Tal convergência resultou na auto-representação do segmento juvenil português como um agregado também ele algo homogéneo e sobretudo «comunitarizado»,[8] caracterizando-se pelo amplo interconhecimento entre conterrâneos (facilitado pela pequena dimensão do território); por sociabilidades de feição centrípeta fomentadas diariamente em esferas próprias de interacção – primeiro nos hotéis onde ficaram hospedados, mais tarde nos espaços habitacionais atribuídos, na escola portuguesa e em espaços de lazer como o Clube Militar –; e ainda por uma forte coesão social.

Redundou ainda numa clara demarcação entre o que consideravam ser o *ingrup* (os jovens portugueses) e o *outgrup* (os jovens chineses e a generalidade dos macaenses). Fronteira perceptível não apenas a nível do conteúdo discursivo, mas também da forma gramatical empregue: o uso persistente da primeira pessoa do plural («nós») por relação ao colectivo juvenil português, a par da aplicação frequente da terceira pessoa do plural («eles») à população juvenil local, evidenciou a partilha de uma identidade colectiva largamente assente nas já mencionadas pertenças culturais e sociais, tendo o vector etnicidade presidido à generalidade dos seus relacionamentos.

Em paralelo, os jovens portugueses não notavam nos pares chineses e numa vasta parcela de macaenses o desejo de participar nas suas redes de amizade, nem tão-pouco o de os incluir nos seus núcleos sociais. Foi-lhes atribuída uma propensão para se fecharem sobre si próprios traduzida no igual endocentramento das suas sociabilidades.

> [...] os macaenses [...] nunca nos deram oportunidade de verem se somos pessoas porreiras [...] sempre se separaram muito de nós… o meio deles era [...] muito fechado. Mas como tínhamos um mundo tão vasto para descobrir [...] nunca nos incomodámos muito com isso [Domingos].

É de assinalar que apesar de as interacções entre jovens portugueses, chineses e macaenses no espaço público se pautarem pela indiferença mútua, e de os conflitos interétnicos serem quase inexistentes nos quotidianos de Macau, os jovens portugueses sentiam uma animosidade latente da parte do grosso dos macaenses, justificando-a à luz da sua identidade híbrida, «ambivalente e potencialmente problemática» (Cabral e

[8] O conceito de comunidade remete para uma densa rede de laços e relações interpessoais estabelecidas entre os membros de um dado colectivo (Elias e Scotson 1994; Bauman 2001; Pires 2003; Delanty 2003).

Lourenço 1992, 11; 1993a, 111-112). Tal animosidade tornou-se manifesta nos desacatos de 1988, colocando em confronto jovens portugueses e locais.

> Havia um macaense que queria bater num amigo meu e começou a dizer: «Vocês não são desta terra, pá, vão-se embora! Os portugueses não deviam estar cá!» E o meu amigo [...] disse: «Então tens passaporte como?» Aquilo foi uma coisa estrondosa: à porta do Liceu estavam todos os portugueses do Liceu, todos os macaenses e [...] chineses, tudo à tareia! [...] eles eram muito conflituosos em relação a nós, principalmente os macaenses [...] tinham um bocado aquele problema de não serem nem portugueses nem chineses [...]. Qualquer coisinha que tu fizesses já era suficiente para eles te fazerem uma espera à porta do Liceu porque se sentiam muito descriminados. [Madalena].

Episódico, este conflito não deixa de denunciar um certo incómodo interétnico sentido na sociedade em geral, consequência da relativa «disputa» de poderes – territorial, cultural, social e simbólico – que a ambiguidade do estatuto [9] jurídico e político de Macau, território duplamente cortejado pela China e por Portugal, induzia na sua população. Disputa que acabou por atravessar as imagens que os jovens portugueses elaboraram de macaenses e chineses (e provavelmente a destes face àqueles) minando, por arrastamento, o respectivo relacionamento. Estamos, nesta medida, em pleno acordo com Vala (1993, 367) quando assinala que «as representações sociais imprimem direcção às relações intergrupais» e vice-versa, acrescentaríamos.

> [Os macaenses] tinham a mania que teriam mais direito às coisas do que nós porque [...] eles é que são de Macau. […] o português era mais ou menos o colonizador [...] havia lá muitos novos-ricos [...] gente que [...] foi para Macau [...] agarrar a «árvore das patacas» [...] tentar sugar ao máximo. E esse tipo de pessoas tinha uma mentalidade [...] acredito que os macaenses teriam uma péssima ideia dos portugueses baseada em experiências [Tomás].

Como bem ilustra o excerto anterior, a soberba de diversos portugueses jovens e adultos face à população local, fruto da fruição quer do estatuto

---

[9] O protelamento da presença portuguesa em Macau derivou no exercício partilhado da soberania do território entre Portugal e a China até Dezembro de 1999, sendo Macau «uma cidade-Estado tutelada por dois Estados» e sujeita a uma regulação jurídica plural (Santos e Gomes 1998, 5-51, 491-501). A «Fórmula Macau», designação proposta por K. C. Fox, visa ilustrar essa partilha ambígua de poderes a que diversos autores aludem (Cabral e Lourenço 1993a, 26; Fernandes 2000, 4-5).

de elite administrativa, quer de uma certa imunidade étnico-social a ele associado, terá deveras contribuído para a animosidade reactiva de alguns macaenses e chineses. Parece-nos, pois, estar aqui bem patente o facto de as representações sociais reflectirem, amiúde, diferenciações na estrutura social, bem como relações desequilibradas de poder, expressando e servindo tanto interesses quanto valores grupais (Vala 1993, 363-364).

Embora pouco avultados, importa ainda assinalar registos de aproximação entre jovens portugueses e macaenses, em particular os que integravam as famílias tradicionais de Macau, frequentavam a escola portuguesa e falavam português, guiando-se por referências lusófonas e europeias, sendo por isso considerados «aportuguesados» ou «ocidentalizados» pelos jovens portugueses. Nesta medida, se em uns quantos casos os unia idêntica posição socioestatutária (variável anotada em outros estudos sobre relacionamentos interétnicos), na maioria unia-os a valorização, por parte dos macaenses, do eixo identitário lusófono, sobretudo em termos linguísticos.

Também a curiosidade de uns poucos portugueses em torno de modos de vida e expressões culturais dos «filhos da terra» (como as crenças populares), a par da vivência de sentimentos de exclusão face ao seu grupo de pertença, favoreceram sociabilidades interculturais. Tratava-se, porém, de uma inclusão contingente. Os melhores amigos dos portugueses sempre foram conterrâneos com quem travaram relações interpessoais sólidas, íntimas e duradouras – que ainda sobrevivem, depois do seu regresso a Portugal – e a «lealdade primordial era para com o *ingroup*», expressão de Portes (1999, 105).

Resta acrescentar que embora autores como Bauman (2001, 1-5 e 58) considerem que a «vivência comunitária» em contextos migratórios é geralmente um «recurso» dos mais desfavorecidos, do qual se valem aqueles cuja condição de migrante é sinónimo de baixa condição social, privando-se da sua liberdade e sujeitando-se ao controlo social que a «comunidade» exerce em troca de segurança ontológica, bem como de outros serviços ou benefícios proporcionados por essa vinculação pessoal e social, estudos de caso como o que aqui analisámos revelam que o «comunitarismo» pode igualmente ser fomentado no seio de grupos sociais abastados. De facto, o auto-retrato construído pelos jovens portugueses demonstrou que apesar de se encontrarem bem posicionados socialmente não dispensaram a vinculação «comunitária», convertida num alicerce social, cultural e afectivo determinante para diminuir os custos migratórios associados à instalação no novo espaço e saldar positivamente o ciclo biográfico vivido em Macau.

Conclusões

Em jeito de conclusão, importa tecer um conjunto de comentários acerca dos retratos e auto-retratos desenhados pelos jovens portugueses, clarificando-os. No que respeita ao segmento juvenil local, se a tónica foi colocada numa suposta homogeneidade interna e no leque de diferenças socioculturais que o distanciavam do agregado português, tal não obstou a que no decurso do ciclo migratório alguns jovens portugueses tivessem apurado a escala e o ângulo de observação da realidade que os circundava à medida que os seus níveis de familiaridade face à mesma aumentavam.

Esse apuramento permitiu-lhes dar conta de dois aspectos. O primeiro prende-se com a percepção de diferenças, mesmo que ténues, no seio da população juvenil chinesa e macaense a qual não abraçava valores e tradições exclusivos, nem somente um estilo de vida, nem tão-pouco uma forma única de ser e de se comportar. Antes perfis diversificados que, à semelhança das identidades dos jovens portugueses, bem como dos contextos social, cultural e político que enquadraram a sua presença em Macau, não permaneceram intactos no arco temporal analisado. Sofreram diversas alterações que se espelharam no redesenhar dos (auto)retratos por alguns jovens portugueses produzidos.

O segundo aspecto a considerar diz respeito ao reconhecimento, por uns quantos biografados, de afinidades partilhadas com os jovens locais, ainda que desenvolvidas separadamente. Aludiu-se à frequência regular de espaços comuns como salões de jogos e o Mc Donald's – chamadas «zonas de contacto» (Pratt citado por Back 1996, 23) ou «regiões abertas» (Maffesoli 2000, 37); à prática das mesmas modalidades desportivas; à formação de bandas musicais amadoras; ao apreço por motas; ao consumo de cerveja e de marijuana, entre outras disposições que sinalizam homologias interindividuais e grupais inerentes à participação nessa fase da vida que é a juventude, daí configurarem «semelhanças morfológicas ou de superfície» (Pais 1990, 639). Por certo muitas mais afinidades existiram, se bem que, tal como estas, não foram valorizadas o suficiente no sentido de se criarem afectos como os que se firmaram entre os jovens portugueses. A quase ausência de vida social comum entre as populações juvenis local e portuguesa não obstou, porém, a que o intercâmbio cultural ocorresse por via da incorporação informal de práticas simbólicas e signos culturais associados ao *outgroup* (Pessoa 2004).

Quanto às representações sociais edificadas sobre o segmento juvenil português, é verdade que se olhado de fora, e em especial quando colo-

cado perante a população juvenil local, surgia muito pouco diferenciado internamente dados os denominadores comuns registados entre conterrâneos. Contudo, deslocando o olhar de fora para dentro do agregado português, esse auto-retrato de indiferenciação torna-se relativo.

Com efeito, apesar de as verdadeiras muralhas anotadas pelos biografados apresentarem uma feição «etnicizada» (em termos linguísticos, histórico-culturais, simbólico-valorativos e até certo ponto económico-sociais) – muralhas só pontual ou superficialmente derrubadas – no interior do círculo português também existiam muros ou fronteiras várias, susceptíveis de distinguir diversos subgrupos de jovens em co-presença. Constituíam, no entanto, fronteiras mais imprecisas e permeáveis que permitiam o reencontro dos jovens em torno de vinculações comuns não mutuamente exclusivas – à «comunidade» portuguesa, a um escalão etário, a uma instituição escolar, a um segmento social, a um ou mais circuitos juvenis, cultivando através delas as suas múltiplas pertenças e disposições (Lahire 2005).

De entre as divisórias intracomunitárias percebidas pelos jovens salientaram-se as seguintes: separadores sociais, quer em termos do volume e da estrutura de capitais possuídos (Bourdieu 1979), quer do estatuto socioprofissional dos progenitores; separadores etários e escolares (a nível da idade, escola, ano e turma frequentados), segundo os jovens, assaz relevantes na estruturação das sociabilidades em Macau. Adicionaram-se ainda separadores disposicionais, objectivados em diferentes práticas de lazer, consumos e estilos que deram origem à aplicação de rótulos a diversos subgrupos juvenis portugueses – «betinhos», «motoqueiros», «vanguardas», entre outros – classificações estas associadas a expressões simbólico-culturais diferenciadas. Por fim, referiram-se separadores relativos à configuração da estrutura familiar, uma vez que alguns jovens inseridos em quadros familiares monoparentais tendiam a agregar-se por reconhecerem fugir ao padrão «tipo», biparental, dominante no seio da «comunidade» portuguesa em Macau, e por sentirem o peso do conservadorismo lusófono sobre essa estrutura «atípica». Peso agravado quando a esse monoparentalismo se acoplava o perfil socioprofissional igualmente incaracterístico do progenitor com quem viviam.

Cabe-nos, por fim, clarificar a representação de coesão e solidariedade interna conferida pelos biografados à população portuguesa (jovem e adulta), devendo tal imagem ser complementada com a referência aos efeitos colaterais dessa mesma coesão, isto é, os chamados «custos ocultos da sociabilidade», expressão de Portes (1999). Tais custos objectivaram-se numa acentuada vigilância informal, uma espécie de «Panóptico»,

para usar os termos de Foucault (1987), que se traduzia num rígido controlo e numa coerção social entre conterrâneos, resultando num ambiente social de intriga (com distinção de género, sendo os elementos do sexo feminino um alvo privilegiado).

Todavia, as narrativas analisadas mostram que nem as fronteiras sociais, culturais ou outras percebidas no interior da «comunidade» portuguesa, nem mesmo o controlo social exercido sobre (e pela) população que a integrava, fizeram que os jovens portugueses perdessem o forte sentido de pertença comunitária, de uma forma geral por todos eles partilhado.

Referências

Almeida, João F., António F. Costa, e Fernando L. Machado. 1988. «Família, estudantes e universidade: painéis de observação sociográfica». *Sociologia Problemas e Práticas*, 4: 193-221.

Amaro, Ana M. 1997. *Macau: O Final de Um Ciclo de Esperança*. Lisboa: ICSP.

Back, Les. 1996. *New Ethnicities and Urban Culture: Racisms and Multiculture in Young Lives*. Londres: UCL Press Limited.

Bauman, Zygmunt. 2001. *Community: Seeking Safety in an Insecure World*. Cambridge: Polity Press.

Bertaux, Daniel, e Isabelle Bertaux Wiame. 1993. «Historias de vida del oficio de panadero». In *La historia oral: métodos y experiencias*, orgs. José M. Marinas e Cristina Santa Marina. Madrid: Debate, 231-250.

Bourdieu, Pierre. 1979. *La distinction: critique sociale du jugement*. Paris: Éd. Minuit.

Bourdieu, Pierre. 1996. *Cosas dichas*. Barcelona: Gedisa Editorial.

Cabral, João P., e N. Lourenço. 1992. «A questão das origens: as relações interétnicas e a condição feminina em Macau». *Sociologia Problemas e Práticas*, 11: 9-25

Cabral, João P., e N. Lourenço. 1993a. *Em Terra de Tufões: Dinâmicas da Etnicidade Macaense*. Macau: Instituto Cultural de Macau.

Cabral, João P., e Nelson Lourenço. 1993b. «Novos valores e formas de vida no Macau dos anos 90». *Análise Social*, XXVIII, 121: 409-416.

Clarke, John. 1976. «Style». *Resistance Through Rituals: Youth Cultures in Post-War Britain*, eds. Stuart Hall e Tony Jefferson. Londres: Routledge, 175-207.

Cónim, Custódio N. P. S, e Maria F. B. Teixeira. 1998. *Macau e a Sua População, 1500--2000: Aspectos Demográficos, Sociais e Económicos*. Macau: DSEC.

Delanty, Gerard. 2003. *Community*. Londres e Nova Iorque: Routledge.

Eça de Queirós, José M. 1997. *Chineses e Japoneses*. Lisboa: Cotovia e F. Oriente.

Elias, Norbert, e John Scotson. 1994. *The Established and the Outsiders*. Londres: Sage.

Fernandes, Moisés S. 2000. «Após Macau: Perspectivas sobre as relações luso-chinesas depois de 1999». In *Actas do IV Congresso Português de Sociologia – Sociedade Portuguesa: Passados Recentes, Futuros Próximos*, Universidade de Coimbra.

Foucault, Michel. 1987. *Vigiar e Punir: Nascimento da Prisão*. Petrópolis: Vozes.

Goody, Jack. 2000. *O Oriente no Ocidente*. Algés: Difel.

Jenkins, Richard. 1996. *Social Identity*. Londres: Routledge.
Jodelet, Denise. 2002. «Les représentations sociales dans le champ de la culture». *Social Science Information*. Londres e Nova Deli: Sage, 41: 111-133.
Kuper, Leo. 1997. «Plural societies». In *The Ethnicity Reader: Nationalism, Multiculturalism and Migration*, eds. Montserrat Guibernau e John Rex. Cambridge: Polity Press, 220-228.
Lahire, Bernard. 2005. «Patrimónios individuais de disposições: para uma sociologia à escala individual». *Sociologia, Problemas e Práticas*, 49: 11-42.
Mackerras, Colin. 1991. *Western Images of China*. Hong-Kong: Oxford University Press.
Maffesoli, Michel. 2000. O *Tempo das Tribos: O Declínio do Individualismo nas Sociedades de Massa*. Rio de Janeiro: Forense Universitária.
Pais, José M. 1990. «Lazeres e sociabilidades juvenis: um ensaio de análise etnográfica». *Análise Social*, XXV, 108-109: 591-644.
Pais, José M. 2001. *Ganchos, Tachos e Biscates*. Porto: Âmbar.
Peixoto, João. 1999. *A Mobilidade Internacional dos Quadros: Migrações Internacionais, Quadros e Empresas Transnacionais em Portugal*. Oeiras: Celta.
Pessoa, Inês C. 2004. «Adeus Macau! Repercussões de um percurso migratório nas trajectórias sociais de jovens portugueses», Actas do V Congresso Português de Sociologia: Sociedades Contemporâneas; Reflexividade e Acção, U. M., Braga, 39-47, http://www.aps.pt/cms/docs_prv/docs/DPR4628e2a3ea634_1.pdf.
Pinto, José M. 1991. «Considerações sobre a produção social de identidade». *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 32: 217-231.
Pires, Rui P. 2003. *Migrações e Integração: Teoria e Aplicações à Sociedade Portuguesa*. Oeiras: Celta.
Portes, Alejandro. 1999. *Migrações Internacionais: Origens, Tipos e Modos de Incorporação*. Oeiras: Celta.
Rocha, Rui M. S. 1997. «Pensar Macau: da língua portuguesa». *Revista Administração*, X, 35: 49-58.
Said, Edward W. 1990. *Orientalismo: O Oriente como Invenção do Ocidente*. São Paulo: Companhia das Letras.
Santos, Boaventura S., e Conceição Gomes. 1998. *Macau, o Pequeníssimo Dragão*. Porto: Afrontamento.
Vala, Jorge. 1993. «Representações sociais: para uma psicologia social do pensamento social». In *Psicologia Social*, eds. Jorge Vala e Maria B. Monteiro. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 353-384.

Parte IV
Sociabilidades e tecnologias: que há para comunicar?

Carles Feixa

Capítulo 9

Tarzan, Peter Pan, Blade Runner: relatos juvenis na era global

Introdução

Tarzan, Peter Pan e Blade Runner são três relatos literários e cinematográficos que formaram o imaginário de diversas gerações. Trata-se de três modelos que nos permitem reflectir sobre as modalidades de «socialização» em diferentes tipos de culturas. Como também podem ser outros tantos modelos para reflectir sobre as relações entre novas tecnologias e desenvolvimento humano. O primeiro modelo, a síndrome de Tarzan, foi inventado por Rousseau nos finais do século XVIII e perdurou até meados do século XX. Segundo este modelo, o adolescente seria o bom selvagem que inevitavelmente é preciso civilizar, um ser que contém todos os potenciais da espécie humana embora ainda por desenvolver porque se mantém puro e incorrupto. O segundo modelo – a síndrome de Peter Pan – foi inventado pelos felizes *teenagers* do pós-guerra, e converteu-se em hegemónico na segunda metade do século XX, graças, em boa parte, ao potencial da sociedade de consumo e do capitalismo maduro. Por fim, o terceiro modelo, que se baseia naquilo que poderíamos denominar síndrome de Blade Runner, emerge no final do século e parece ser hegemónico na sociedade futura. Como os replicantes do filme de Ridley Scott, os adolescentes são seres artificiais, meio robôs e meio humanos, divididos entre a obediência aos adultos que os geram e a vontade de se emanciparem. Este texto reflecte sobre a metamorfose da condição juvenil na era digital a partir desta metáfora literária, que ilustramos a seguir com uma reflexão sobre a geração em rede (que eu denomino geração digital) e com uma breve incursão numa das últimas subculturas juvenis surgidas na Argentina com a paixão pelo ciberespaço: os *floggers*.

A síndrome da criança selvagem: Tarzan

> O Tarzan dos Macacos, alevim de homem primitivo, oferecia uma imagem cheia de patetismo e promessas. Era como uma alegoria dos primeiros passos através da negra noite da ignorância em busca da luz do conhecimento.
>
> [E. R. Burroughs, *Tarzan dos Macacos*, 2002 (1912)]

O primeiro modelo de juventude, que se baseia no que podemos denominar «síndrome de Tarzan», foi inventado por Rousseau nos finais do século XVIII e perdurou até meados do século XX. O relato de Tarzan é um exemplo entre outros tantos registos jornalísticos, literários e cinematográficos de «crianças selvagens» ou «emboscadas»: menores perdidos ou raptados e educados por animais ou por tribos primitivas. Trata-se de um mito – em alguns casos verídicos – que pôs em cima da mesa uma das questões centrais da ciência social moderna: o debate *nature or nurture* (natureza ou criação). A natureza humana baseia-se na biologia ou na educação? A adolescência é uma fase natural do desenvolvimento ou uma invenção da civilização? Será que qualquer menor pode ser «encaminhado» através de boas práticas de educação ou de socialização?

Tarzan dos Macacos foi escrito por E. R. Burroughs, em 1912, e tornou-se famoso, sobretudo, graças aos filmes produzidos por Hollywood no período entre guerras. A história é conhecida: Em 1888, em plena era colonial, um jovem aristocrata inglês, Lord Greystoke, é enviado pela coroa britânica para a costa ocidental de África para intervir numa disputa com outra potência colonial que utilizava certas tribos que viviam à beira do rio Congo como soldados e colectores de borracha. O Lord viaja com a sua esposa, mas acontece uma rebelião no navio e são entregues à sua sorte em plena selva. Aí, constroem uma cabana à espera de que alguém os resgate: nesta nasce o seu filho. Quando os pais morrem, o bebé é adoptado por um gorila fêmea que tinha acabado de perder a sua cria: a macaca amamenta-o e cuida dele como se fosse o seu próprio filho. À medida que cresce, as suas características diferenciais vão-se tornando mais evidentes e despertando a animosidade do chefe e do resto do bando. Além do aspecto físico, a sua diferença expressa-se, sobretudo, nos ritmos e nos conteúdos da sua aprendizagem: «Por vezes, Kala debatia com as fêmeas mais velhas a questão, mas nenhuma delas compreendia como era possível que aquele jovem demorasse tanto a aprender a amparar-se, a cuidar de si próprio.» No entanto, «no esclarecido cérebro de Tarzan agitava-se sempre uma infinidade de ideias, por trás das quais, no fundo, bulia a sua admirável capacidade de raciocínio».

A sua puberdade é muito mais tardia do que a dos seus coetâneos gorilas, e o seu desenvolvimento físico é muito menor: o facto de não lhe crescer o pêlo é motivo de gozo entre os seus coetâneos (daí que o baptizem de *Tarzan*, que significa pele branca). Mas, quando chega à adolescência, a sua capacidade de aprendizagem e o seu engenho são muito superiores: aproveita-se destas faculdades para sobreviver na selva. Além de aprender a caçar (e a matar), também aprende a ler sozinho na cabana que pertencera aos seus pais (apesar de ainda não o saber). Aos poucos vai tomando consciência de que pertence «a uma raça diferente dos seus selvagens e peludos companheiros». Depois do contacto com os negros (descritos em tons racistas), chegará o contacto com os brancos, e o seu amor por Jane, a filha de um americano abastado comprometida com um inglês que se fazia passar pelo herdeiro de Lord Greystoke. Um professor francês, o senhor D'Arnot, terá afecto por ele e tentará «civilizá-lo». Os seus esforços ver-se-ão compensados pela capacidade de aprendizagem do rapaz: «Foi-se acostumando gradualmente aos ruídos estranhos e aos peculiares costumes da civilização [...]. Fora um aluno tão aplicado, que o nobre francês viu os seus esforços pedagógicos compensados e isso animou-o a fazer de Tarzan dos Macacos um cavalheiro elegante em termos de moda e linguagem.» Com ele viaja pela civilização: primeiro para Paris e, depois, até Baltimore. Apesar de, na cidade (na vida adulta), tudo ter limites e convencionalismos, e de a tentação de voltar à liberdade da selva (aos felizes anos infantis) ser grande, impõe-se o dever em forma de amor: «Vim através dos séculos, de um passado nebuloso e remoto, da caverna do homem primitivo, com o objectivo de te reclamar para mim. Por ti tornei-me num homem civilizado», confessa à sua amada.

Se aplicarmos este relato ao modelo de juventude implícito, o adolescente seria o bom selvagem que tem inevitavelmente de se civilizar, um ser que contém todos os potenciais da espécie humana, ainda por desenvolver porque se mantém puro e incorrupto. Ao chegar à idade adulta, o jovem manifesta o mesmo desconcerto que Tarzan perante a civilização, uma mistura de fascínio e de medo. O mesmo acontece com os adultos que vêem este ser por «domar»: Deve-se manter o adolescente isolado na sua selva infantil, ou será que é preciso integrá-lo na civilização adulta? As rápidas transições do jogo para o trabalho, a precoce inserção profissional e matrimonial, a participação em rituais de passagem, como o serviço militar, seriam traços característicos de um modelo de adolescência baseado numa inserção «orgânica» na sociedade. Trata-se de um relato de juventude, de uma odisseia textual, que narra a passagem da cultura oral para a cultura escrita, da *galáxia Homero* para a *galáxia Gutenberg*.

A síndrome do eterno adolescente: Peter Pan

– E fazer-me-ia ir à escola? – perguntou Peter com astúcia.
– Sim
– E depois a um escritório?
– Acho que sim.
– E rapidamente seria um homem?
– Muito rapidamente.
– Então não quero ir para o colégio nem aprender coisas sérias. Não quero tornar-me homem. Oh, mamã de Wendy, que angústia me desperta e imaginar-me com barba!

[J. M. Barrie, *Peter and Wendy*, 1904]

O segundo modelo de juventude, que se baseia naquilo que podemos denominar «síndrome de Peter Pan», foi inventado pelos felizes *teenagers* do pós-guerra e teorizado pelos ideólogos da contracultura (como Theodore Roszak) e por algumas estrelas do *rock* (como The Who) depois da ruptura geracional de 1968. O modelo tornou-se hegemónico no mundo ocidental durante a segunda metade do século XX, graças, em boa parte, ao potencial da sociedade de consumo e do capitalismo maduro (mas também graças à cumplicidade entre jovens e adultos para alargar esta fase de formação e diversão).

Peter and Wendy foi escrito por James M. Barrie, em 1904, tendo sido traduzido para quase todos os idiomas do mundo e levado para o ecrã em múltiplas ocasiões (tanto em desenhos animados como em versões cinematográficas para um público infantil, mas também adulto). A história é conhecida: Wendy era a primeira filha de um casamento inglês, cuja mãe lhe contava contos de fadas antes de dormir. A obra começa assim: «Todas as crianças crescem, menos uma. E cedo sabem que hão-de crescer... Os dois anos são o princípio do fim.» A maior parte do relato consiste na viagem de Wendy e dos seus irmãos à Terra do Nunca, onde vivia um menino chamado Peter Pan, personagem favorito dos seus contos. Trata-se do país da infância, onde ninguém quer crescer e todos vivem aventuras sem limite, apesar de, no final, regressarem a casa. Quando a menina pergunta por que motivo fugiu da Terra, Peter Pan responde: «Foi porque ouvi o meu pai e a minha mãe a falarem do que seria quando fosse grande. Nunca quero ser adulto, de maneira nenhuma! Quero ser sempre criança e divertir-me.» Não só não tinha mãe, como não tinha qualquer vontade de ter uma: «Considerava que as mamãs eram pessoas muito fora de moda.» Pan não sabe a sua idade e, de facto,

não tem noção do tempo ou do dever: a vida é um jogo. A Terra do Nunca, onde vivem crianças perdidas, piratas, peles-vermelhas e feras pouco selvagens, recorda, por vezes, alguma comunidade idílica *hippy*, onde os «adolescentes perdidos» da burguesia viviam um dia de cada vez, comunitariamente, sem presença de adultos, e tentavam misturar o trabalho com o jogo, viver a liberdade sem autoridade. Depois de uma etapa de aventuras, Wendy volta a casa com os pais, levando com ela os irmãos e também as crianças perdidas que tinham crescido na Terra do Nunca. Apenas ali ficam Peter Pan e Sininho.

No último capítulo, intitulado «Wendy cresceu», conta-se como a menina e os seus amigos se tornam adultos: estudam, trabalham, casam-se e têm filhos. Transformada em mamã com o passar do tempo, ouve como a sua filha pequena lhe pergunta por que razão os adultos esquecem a habilidade para voar, ao que responde: «Porque já não estão alegres, nem são inocentes, nem insensíveis.» Depois de muitos anos, Peter Pan regressa e constata surpreendido que «ele era ainda uma criança, mas ela, pelo contrário, era uma pessoa adulta». Por isso, dá-se uma renovação geracional e comunica-se com a pequena Margarida, que finalmente voa com ele sem que a sua mamã o possa evitar. O relato acaba assim: «Quando Margarida for grande terá uma menina, que será também a mãe de Pedro; e assim acontecerá sempre, sempre, enquanto as crianças forem alegres, inocentes e um pouco egoístas.»

Se aplicarmos este relato ao modelo de juventude implícito, o adolescente seria o novo sujeito revolucionário – ou o novo herói consumista – que se revolta contra a sociedade adulta – ou reproduz até a caricatura os seus excessos – e resiste a fazer parte da sua estrutura, pelo menos durante um tempo mais ou menos longo: na sociedade pós-industrial, é melhor ser – ou parecer – jovem do que adulto. Isso consegue-se alargando o período de escolaridade (tanto a obrigatória como a vocacional) e, sobretudo, criando espaços-tempos de lazer (comerciais ou alternativos) onde os jovens possam viver provisoriamente num paraíso («Todo um Mundo» era o lema de uma famosa macrodiscoteca). Nesta Terra do Nunca predominam outras linguagens, outras estéticas, outras músicas, outras regras. Mas chega um momento, mais ou menos voluntário, mais ou menos tardio, em que devem abandoná-lo. As lentas transições em relação à idade adulta, o processo acelerado de escolarização, a criação de microssociedades adolescentes – tanto na educação como no lazer – o aumento da capacidade aquisitiva dos jovens, o desaparecimento dos rituais de passagem para a idade adulta, a emergência de «tribos» e subculturas juvenis, seriam os traços característicos de um modelo de inser-

ção «mecânica» na sociedade. Trata-se de um relato de juventude, de uma odisseia contextual, que narra a passagem da cultura escrita para a cultura visual, da *galáxia Gutenberg* para a *galáxia McLuhan*.

A síndrome do replicante: Blade Runner

> Roy Baty tem um ar agressivo, autoritário e decidido *ersatz*. Dotado de preocupações místicas, este andróide induziu o grupo a tentar a fuga, apoiando ideologicamente a sua proposta com uma presunçosa ficção acerca do carácter sagrado da suposta «vida» dos andróides. Além disso, roubou diversas substâncias psicotrópicas e experimentou-as neles; foi surpreendido e argumentou que esperava conseguir fazer com os andróides uma experiência de grupo similar à do Mercerismo que, segundo declarou, continuava a ser impossível para eles.
>
> [Philip K. Dick, *Blade Runner – Perigo Iminente*, 2001 (1968)]

O terceiro modelo de juventude, que se baseia naquilo que podemos denominar «síndrome de Blade Runner», surge nos finais do século XX e parece converter-se em algo hegemónico no século XX. Os seus teóricos são os inventores do ciberespaço – tanto os oficiais como os *hackers* alternativos – que preconizam a fusão entre inteligência artificial e experimentação social, e tentam exportar para o mundo juvenil os seus sonhos de expansão mental, tecnologias humanizadas e auto-aprendizagem.

Blade Runner – Perigo Iminente é uma obra da autoria de Philip K. Dick, em 1968 – uma data emblemática para a juventude – e popularizada graças à insuperável versão cinematográfica que Ridley Scott lhe dedicou, em 1982, e cujo título acabou por fazer esquecer o original: *Blade Runner*. A história é conhecida no seu contexto, mas não nos detalhes: enquanto na obra os factos acontecem em San Francisco em 1992, no filme, passam-se em Los Angeles, em 2019. Uma grande explosão nuclear esteve quase a acabar com a vida na Terra, causando a extinção da maior parte das espécies vivas. A Corporação Tyrell tinha adiantado a formação robótica à fase NEXUS, um ser virtualmente igual ao homem, ao qual chamou «replicante». Os replicantes eram superiores em força e agilidade e iguais, em termos de inteligência, aos engenheiros genéticos que os tinham criado, mas eram utilizados como escravos no espaço exterior, na perigosa colonização de outros planetas. Depois de um motim de um grupo de andróides, estes foram declarados ilegais na Terra, sob pena de morte. Patrulhas especiais da polícia – unidades Blade Runner – tinham

a ordem de os aniquilar, o que não era considerado uma execução, mas uma reforma.

Quer a obra quer o filme se baseiam na relação de amor-ódio entre um pequeno grupo de andróides e um Blade Runner cuja missão é aniquilá-los. À semelhança de um jogo de espelhos côncavos, ambas as partes vão tomando consciência de si próprias à medida que lutam entre si. Os andróides reconhecem: «Somos máquinas, estampadas como rolhas de garrafa. É uma ilusão pensar que existo realmente, pessoalmente. Sou apenas um modelo de série.» Mas, ao mesmo tempo, vão explorando uma nova identidade, baseada na vontade «de diferenciar-se de algum modo». «Nós não nascemos, não crescemos. Em vez de morrer de velhice ou doença, vamo-nos desgastando... Disseram-me que é bom não pensarmos em demasia...» Em relação ao Blade Runner, sente fascínio pelos seus perseguidos e acaba por se apaixonar e dormir com uma replicante. A descrição que o relatório policial faz do líder da revolta, Roy, não se pode separar do momento em que se escreve o livro (1968): o andróide «tem um ar agressivo e decidido», é «dotado de preocupações místicas», «induziu o grupo a tentar a fuga», o qual apoiou a sua proposta como uma ideologia salvadora, «roubou diversas substâncias psicotrópicas e experimentou-as neles»; e tinha como objectivo máximo conseguir «uma experiência de grupo». Não nos lembra isto a rebeldia juvenil de qualquer comunidade *hippy* ou apartamento de estudantes da época?

Se aplicarmos este relato ao modelo de juventude implícito, os adolescentes são seres artificiais, meio robôs e meio humanos, divididos entre a obediência aos adultos que os educaram e a vontade de se emanciparem. Como não têm «memória», não podem ter consciência, pelo que não têm plena liberdade para construir os seus futuros. No entanto, foram programados para utilizar todas as potencialidades das novas tecnologias, pelo que são os mais bem preparados para se adaptarem às mudanças, para enfrentar o futuro sem os preconceitos dos seus progenitores. A sua rebelião está condenada ao fracasso: só podem protagonizar revoltas episódicas e estéreis, na esperança de adquirir, algum dia, a «consciência» que fará deles adultos. Como os replicantes, os adolescentes têm «o mundo a seus pés», embora não sejam donos dos seus destinos. E, como Blade Runners, os adultos vacilam entre o fascínio da juventude e a necessidade de exterminar a raiz de qualquer desvio da norma. O resultado é um modelo híbrido e ambivalente de juventude, dividido entre uma crescente infantilização social, que se traduz em dependência económica e falta de espaços de responsabilização, e uma crescente maturidade intelectual, que se expressa no acesso às novas tecnologias da comunicação, às novas correntes estéticas

e ideológicas, etc. As transições descontínuas para a idade adulta, a infantilização social dos jovens, o atraso permanente no acesso ao trabalho e à habitação, a emergência de mundos artificiais como as comunidades de internautas, a configuração de redes adolescentes à escala planetária, seriam os traços característicos de um modelo de inserção «virtual» na sociedade. Trata-se de um relato de juventude, de uma odisseia hipertextual, que narra a passagem da cultura visual para a cultura multimédia, da *galáxia McLuhan* para a *galáxia Gates*.

A geração da rede

> Pela primeira vez na história, as crianças sentem-se mais confortáveis e são mais espertas do que os seus pais numa inovação central para a sociedade. Através do recurso a meios digitais, a Geração da Era Digital desenvolverá e imporá a sua cultura ao resto da sociedade [Tapscott 1998).

Em 1998, Don Tapscott, um dos profetas da revolução digital, publicou um estudo dedicado à Geração da Era Digital *(Growing Up Digital: The Rise of the Net Generation)*. Para este autor, assim como os *baby-boomers* do pós-guerra protagonizaram a revolução cultural dos anos 60, baseada na emergência da televisão e na cultura *rock*, as crianças da década de 90 foram a primeira geração que chegou à maioridade na era digital. Não se trata apenas de serem o grupo de idade com o maior acesso aos computadores e à internet, ou do facto de a maior parte dos seus componentes viverem rodeados de *bites*, *chats*, *e-mails* e *webs*; o essencial é o impacto cultural destas novas tecnologias: desde que passaram a fazer uso da razão, foram rodeados de instrumentos electrónicos (de videojogos a relógios digitais) que configuraram a sua visão da vida e do mundo. Enquanto, em outros tempos, a brecha geracional esteve marcada por grandes factos históricos (guerras e revoltas como a de 68) ou por rupturas musicais (Elvis, Beatles, Sex Pistols), o que marca agora a diferença é uma revolução tecnológica: fala-se da geração BC *(before computer)* e AC *(after computer)*. Isso gera novas formas de protesto, como as marchas antiglobalização, onde jovens de diferentes países acodem a manifestações convocadas pela internet, propagadas por panfletos e geridas por telemóveis. E também novas formas de diversão (como as *macroraves*), onde se utilizam formas de convocatória semelhantes com finalidades lúdicas. Mas também surgem novas formas de exclusão social a que poderíamos chamar cibernéticas (para aceder à rede é preciso ter uma chave de acesso!).

Tapscott identifica a *N' Generation* como os adolescentes norte-americanos nascidos entre 1977 e 1997 que, em 1999, teriam entre 2 e 22 anos. Nem todos dispõem de ligação à internet, mas todos tiveram alguma forma de contacto com os meios digitais, por exemplo, os videojogos (que cumprem um papel semelhante à televisão na óptica dos jovens dos anos 50). Representam aproximadamente 30% dos norte-americanos. Para estes adolescentes, os instrumentos digitais têm várias funcionalidades: proporcionam diversão, aprendizagem, comunicação, compras, trabalho e, inclusive, protestos. Os anos cruciais situaram-se entre 1994 e 1997 (nesses quatro anos, a percentagem de adolescentes que considera que é *in* estar *on-line* sobe dos 50 para os 90%). A geração da era digital tem um epígono com quem se pode comparar: os *baby-boomers*. Esta geração inclui aqueles que nasceram entre 1946 e 1964, e cresceram durante os anos 50 e 60. Também são denominados a geração da Guerra Fria, da prosperidade do pós-guerra, ou mais apropriadamente da TV. Cresceram na companhia do Bonanza, de Bob Dylan, de JFK, de Harold and Maude, da marijuana, da guerra do Vietname, dos Beatles, etc. Em 1952, apenas 12 % das casas tinham TV, em 1958 tinham subido para os 58%. A seguir vem uma geração intermédia, chamada *Baby Bust* (bebedeira ou fracasso), caracterizada por um retrocesso demográfico, um estancamento económico e um acesso massivo à formação superior. É composta pelos nascidos entre 1965 e 1976, qualifica-se erroneamente como sendo a geração X, que constitui 16% da população americana.

Após 1977, produz-se o que se denomina *baby boom eco*: os *baby boomers*, que tinham adiado a sua juventude, começam a ter filhos, o que coincide com a revolução digital que estava a começar a transformar muitas facetas da nossa sociedade. A rede converte-se na antítese da TV. Os adolescentes de hoje em dia podem denominar-se *screenagers*: «A TV é controlada por adultos. Os miúdos são observadores passivos. Em contrapartida, as crianças controlam grande parte do seu mundo na rede. É algo que fazem por eles mesmos; são utilizadores e são activos. Não se limitam a observar, participam. Interrogam, discutem, argumentam, jogam, compram, criticam, investigam, ridicularizam, fantasiam, procuram e informam-se [...]. Dado que a Rede é a antítese da TV, a N-Gen é a antítese das TV-Gen» (Tapscott 1998, 25-6). Em sintonia com os princípios de Margared Mead (que, em 1971, já se tinha referido aos jovens como vanguarda da mudança cultural), Tapscott considera os *N-Geners* como precursores de uma nova era de mudanças: «líderes do futuro». Os novos meios não só estão a criar uma nova cultura juvenil, como também uma nova ideologia. Mas esta ideologia não é obra de

um visionário, nem consiste num conjunto único de valores. Trata-se de uma revolução tecnológica que se pode converter em revolução juvenil: «Ainda que custe a muitos aceitá-lo, os jovens digitais são revolucionários. Ao contrário dos *boomers*, eles não falam de revolução, levam-na a cabo. Trata-se de uma cultura que deve ser julgada não pelo que diz, mas pelo que faz» (Katz 1997, cit. em Tapscott 1998, 291). Tapscott define-os também como a «geração navegadora», ou «Iô-Iô»[1] *(You're On Your Own)*: «Os *N-Geners* são os jovens navegadores. Deitaram o seu 'navio' à Rede e este volta a casa a salvo, carregado de riquezas. Sabem que não podem confiar o seu futuro a mais ninguém – nenhuma corporação ou governo pode assegurar-lhes uma vida completa... A juventude está capacitada para dirigir a sua própria rota e comandar o seu próprio navio» (Tapscott 1998, 287).

Geração @

> A idade é... fundamental para a implementação da internet (uma tecnologia nova, familiar para os jovens e alheia às pessoas maduras e às pessoas mais velhas) [Castells *et al.* 2003, 113].

A última geração do século XX foi baptizada pelo termo «geração X» por um escritor norte-americano (Douglas Coupland) que, com isso, pretendia sugerir a indefinição vital e a ambiguidade ideológica do pós-68. Como baptizar os jovens que penetram, hoje, neste território, a primeira geração do século XXI? Há uns anos, propus um termo que faria fortuna: «geração @» (Feixa 2001). O mesmo pretendia expressar três tendências de mudança que intervêm neste processo: em primeiro lugar, o acesso universal – ainda que não necessariamente geral – às novas tecnologias da informação e da comunicação; em segundo lugar, a erosão das fronteiras tradicionais entre os sexos; e, em terceiro lugar, o processo de globalização cultural que implica, necessariamente, novas formas de exclusão social à escala planetária. De facto, o símbolo @ é utilizado por muitos jovens na sua escrita quotidiana para representar o género neutro, como identificador do seu correio electrónico pessoal, e como referência espaciotemporal do seu vínculo a um espaço global (via *chats* por internet,

[1] Escusado será dizer que José Machado Pais (1999, 2007), por vias distintas das de Tapscott, utilizou a mesma metáfora para teorizar com maior rigor sobre as transições juvenis na sociedade pós-moderna.

viagens por Inter-rail, ou audições pela MTV). Isso corresponde à transição de uma cultura analógica, baseada na escrita e num ciclo vital regular – contínuo –, a uma cultura digital, baseada na imagem e num ciclo vital descontínuo – binário (Castells 1999; Sartori 1998; Pais 2007).

A juventude foi um dos primeiros grupos sociais a «globalizar-se»: desde os anos 60, os elementos estilísticos que compõem a cultura juvenil (da música à moda) deixaram de responder a referências locais ou nacionais, e passaram a ser linguagens universais que, graças aos meios massivos de comunicação, chegavam a todos os cantos do planeta, ao extremo, de um autor gramsciano profetizar a emergência da primeira cultura realmente «internacional-popular». O último terço de século apenas consolidou este processo: a ampliação das redes planetárias (dos canais digitais de televisão à internet), e as possibilidades reais de mobilidade (do turismo juvenil aos processos migratórios) aumentaram a sensação de que o relógio digital se move ao mesmo ritmo para a maior parte dos jovens do planeta. Isso não significa que o espaço local tenha deixado de influir no comportamento dos jovens: o global realimenta as tendências centrípetas.

Enquanto o espaço se globaliza e desloca de forma paralela, o tempo eterniza-se e torna-se mais efémero de forma sucessiva. Vivemos no tempo dos microrrelatos, das microculturas e dos microssegundos. Poucas imagens podem representar melhor a fugacidade do presente que a noção de «tempo real» com a qual os noticiários televisivos ou cibernéticos nos comunicam que um acontecimento, uma transacção económica, um *chat* ou um recorde desportivo estão a acontecer. Mas, ao mesmo tempo, esta extrema fragmentação dos tempos de trabalho e dos tempos de lazer prefiguram a possibilidade do tempo virtual. Castells (1999) falou de «tempo atemporal» e de «cultura da virtualidade real» para se referir à nova concepção de tempo que surge com o pós-modernismo, associada a um sistema multimédia integrado electronicamente. Esta concepção caracteriza-se, por um lado, pela simultaneidade extrema, ou seja, pelo imediatismo com que flui a informação (que permite que as mesmas músicas, modas e estilos sejam interiorizados por jovens de todo o planeta ao mesmo tempo). Mas, por outro lado, implica também uma extrema atemporalidade, na medida em que os novos meios se caracterizam pelas colagens temporais, a hipertextualidade, a criação de momentos artificiais, míticos e místicos (como os que permitem experimentar os jogos de realidade virtual, as festas *rave* ou as novas religiões electrónicas). Com efeito, as culturas juvenis emergentes exploram o planeta e toda a história da humanidade, compondo hipertextos com infratextos de origens muito diversas

(misturando a cultura *rap* dos guetos estado-unidenses com música electrónica criada no Extremo Oriente). O uso recorrente dos telemóveis por parte dos jovens seria outro exemplo desta temporalidade virtual, pois acrescenta flexibilidade às conexões pessoais e cria vínculos sociais sem que seja necessário o contacto físico imediato. Mas também corresponderia ao mesmo modelo, que é outro factor que influencia de maneira muito mais determinante a vida dos jovens: a precariedade do emprego e as suas consequências económicas e culturais.

A globalização do espaço e a virtualização do tempo convergem na noção de nomadismo, proposta por Maffesoli (1997) como metáfora central da pós-modernidade. Um espaço sem fronteiras (ou com fronteiras ténues), um espaço desterritorializado e móvel, corresponde a um tempo sem rituais de passagem (ou com rituais sem passagem), um tempo acrónico e dúctil. Para os jovens de hoje, isso significa migrar por diversos ecossistemas materiais e sociais, trocar os papéis (as funções) sem mudar necessariamente o *status*, correr o mundo regressando periodicamente à casa dos pais, tornar-se adulto e voltando à juventude quando o trabalho acaba, disfarçar-se de jovem quando já se está casado e se ganha tanto como um adulto, viajar por Inter-rail ou navegar pela internet sem renunciar à identidade localizada que corresponde a uma nova solidariedade de base.

A pluralização das biografias juvenis – e a criação de comunidades virtuais baseadas no tempo imaginado – corresponde ao vaivém pendular entre a tribo e a rede que experimentam as culturas juvenis. Num ensaio clássico, Maffesoli (1990) etiquetou a sociedade pós-moderna como «o tempo das tribos», entendendo como tal a confluência de comunidades hermenêuticas de onde fluem os afectos e se actualiza o «divino social». Trata-se de uma metáfora que se pode perfeitamente aplicar às culturas juvenis da segunda metade do século XX, caracterizada por reafirmar as fronteiras estilísticas, as hierarquias internas e as oposições perante o exterior. No entanto, é muito mais difícil aplicar os estilos juvenis emergentes nesta mudança de milénio que, mais do que as fronteiras, enfatizam as passagens. Mais do que as hierarquias, remarcam as hibridações, e mais do que as oposições, ressaltam as conexões. Os teóricos da sociedade informacional propuseram a metáfora da rede para expressar a hegemonia dos fluxos na sociedade emergente, identificando a juventude como um dos sectores que com maior peso se assemelham à malha de relações pseudo-reais em que se está a converter a estrutura social. Por sua vez, isso corresponde a uma ruptura da mesma estrutura de ciclo vital que, de um curso linear (como na tribo), se transforma num curso descontínuo, individualizado e polimorfo.

Ao baptizar os jovens de hoje como «geração @», não pretendo postular a hegemonia absoluta do relógio digital (ou da concepção virtual do tempo). Se isso ainda não está devidamente definido na Europa, muito menos está à escala universal, onde as desigualdades sociais, geográficas e geracionais não só não desaparecem, como, muitas vezes, se reforçam com o actual processo de globalização (o que pode explicar o papel activo dos jovens nos movimentos antiglobalizadores). O que pretendo ressaltar, à maneira de Mead, é o papel central que nesta transformação têm as concepções do tempo dos jovens, como signo e metáfora de novas modalidades de consumo cultural. Estamos a atravessar um momento de trânsito fundamental nas concepções de tempo, similar ao que viveram os primeiros trabalhadores fabris cujas vidas começaram a reger-se pelo relógio. O consumo de bens audiovisuais – em particular o protagonizado por jovens – é seguramente o sector do mercado que mais claramente reflecte estas tendências de mudança. Tendências ainda difusas, ambíguas e contraditórias, mas nas quais talvez possamos ver expostas, como nos relógios «moles» que Dalí pintou, esquecimentos de tempos passados, paradoxos de tempos presentes e incertezas de tempos futuros.

A maior parte dos teóricos da sociedade pós-moderna realçou o papel das novas gerações na difusão do «digitalismo». Por um lado, os adolescentes são os profetas de uma nova nação digital que promete reestruturação das clássicas relações unívocas entre professores e alunos, pais e filhos, especialistas e inexperientes (pois, muitas vezes, as inovações produzem-se na periferia e os menores agem como educadores dos mais velhos). Por outro lado, os adolescentes são também as vítimas da nova sociedade do risco (Beck 1992) onde os perigos aumentam e podem penetrar nos domicílios por obscuras fibras ópticas. Na perspectiva dos utilizadores, as novas gerações aparecem também retratadas de uma forma ambivalente: por um lado, convertem-se em «escravos felizes» de tecnologias digitais que ocupam todo o seu tempo livre e prende-os no seu quarto (com efeitos negativos como o excesso de peso e as ciberdependências); por outro lado, convertem-se em eternos *hackers* depositários da «cultura crítica de internet», a «fibra obscura» (Lovink 2004) vinculada à contracultura que gerou a maior parte das inovações criativas e que, actualmente, se expressa em diversos e novíssimos movimentos sociais (do movimento antiglobalização ao movimento pelo *software* livre). Holloway e Valentine (2003) perguntam se não nos estaremos a dirigir para uma sociedade de «cibercrianças». Os autores mostram a mútua constituição dos mundos *on-line* e *off-line*, enfatizando a interpenetração dos aspectos sociais e técnicos, bem como dos espaciais e temporais.

Unidos pelo *flog*

– E como fizeram vocês para ter mais visitas, que é o mesmo que o *rating*, mas num *photolog*?

– Fiz coisas boas como, por exemplo, o encontro no Abasto. Eu queria demonstrar que não somos miúdos que passamos todo o dia à frente do computador, mas que usamos o computador como um meio para conhecer pessoas. A diferença é que é um meio totalmente massivo.

– Mais massivo do que Clarin?

– Para os adolescentes, sim. Posso assegurar-te que são mais os miúdos que entram num blogue do que aqueles que lêem o jornal... Sabiam que agora estou em Clarin? Tenho aqui um *banner*...

– Não é fácil ser Cumbio, mas também não é fácil ser adolescente...

– Mas acho que, a uma dada altura, tens de fazer algo para que não seja tão difícil, julgo eu. E é aí que deixas de dar importância àquilo que os outros pensam. Muitos miúdos proíbem-se de ser felizes, pelo que gostava... (pensa um instante). Não é que queira trazer uma mensagem dos homossexuais mas, tendo em conta a minha maneira de ser, demonstro que não importa o que os outros dizem, que cada um tem o direito de ser feliz e que isso não prejudica ninguém. Então, porque tens de ser aquilo que os outros querem que sejas? Não sei se me entendem...

[*Mu. El periódico de la vaca*, n.º 20, Novembro de 2008].

Novembro de 2008. Regresso de Buenos Aires depois de uma intensa semana em que participei no I Foro Ibero-americano de Revistas de Juventude. De acordo com o princípio da minha intervenção intitulada «A juventude em imagens: apresentações e representações», onde estabeleço ligações entre a óptica do fotógrafo, a do etnógrafo e a do juvenólogo, os colegas argentinos falam de uma nova tribo urbana que está a fazer furor no país: os *floggers*. Trata-se de adolescentes da era digital, apaixonados pelo *photolog* (ou *flog*), o popular serviço de internet para publicar e partilhar fotografias. Nos últimos meses, os *floggers* deixaram de se encontrar no espaço virtual para passar a fazê-lo presencialmente: mais concretamente, em alguns centros comerciais de Buenos Aires (e nos meios de comunicação de massas). Segundo os meus colegas, os *floggers* costumam ser de sectores acomodados, caracterizam-se por fazer um uso intensivo da tecnologia: vão sempre com os seus telemóveis, que usam em forma multimédia, principalmente como telefone e câmara fotográfica, mas também para envio de sms, para ouvir música mp3, para navegar na internet, etc.

Ao contrário de outras práticas tecnológicas, os *floggers* desenvolveram todos os elementos característicos das subculturas juvenis: a) uma deter-

minada linguagem oral, textual e, neste caso, visual; b) uma estética particular (cabelo liso e repas no caso das raparigas, e, quanto aos rapazes, calças justas, camisolas com cores garridas e um tanto psicadélicas, camisas justas as raparigas, aparência andrógina, uso de roupas de marca); c) a preferência por determinados ritmos musicais (as diferentes variantes da música electrónica, que dançam com o telemóvel no ouvido, com incursões recentes pela cumbia e por outros ritmos alternativos); d) certas produções culturais (articuladas em torno do consumo intensivo de novas tecnologias); e sobretudo e) uma actividade focal: o uso intensivo das tecnologias digitais, para tirar constantemente fotografias com a câmara digital e pô-las imediatamente no *fotolog* para receber comentários e fazer amigos. Dedicam muito tempo a esta prática: podem colocar sete ou oito fotos por dia, mas têm de actualizá-las constantemente: o jogo consiste em ter o maior número de visitas (assinaturas) que actuam como uma espécie de marcador de audiência *(rating)*. Qualitativamente, importam os comentários que se deixam nas fotos, que podem dar azo a outros contactos via *chat* ou correio electrónico. Existe também a possibilidade de contratar espaços a pagar, que permitem descarregar um número muito maior de fotos (entre 1000 a 2000 por dia).

Os meus colegas contam-me que os *blogs* e os *flogs* são, já lá vão alguns anos, muito populares nos países do Cone Sul (Chile, Argentina) e alguns andinos (como o Peru). Converteu-se até certo ponto no símbolo dos jovens de classe média-alta, urbanos, apaixonados pelas novas tecnologias (o que se relaciona com a paixão pelas bandas desenhadas manga e pela cultura japonesa: há blogues centrados no Pokemon; no Peru, existe um serviço parecido com o fotologue: o hi5). A princípio, era só um costume virtual: os adolescentes encontravam-se nas páginas *web* que albergam *flogs*, colocavam as suas fotos sem pudor, com nomes fictícios – avatares – e rostos reais, introduziam comentários, participavam em *chats* e faziam amigos. Mas, em Dezembro de 2007, uma rapariga lésbica de 17 anos, com avatar Cumbio, bastante popular no *flog*, lembrou-se de convocar os seus «amigos virtuais» (a rede de *assinaturas* que se ligam à sua página *web*) para um lugar emblemático da cidade de Buenos Aires: Abastos. Trata-se do antigo mercado central, reconvertido num popular centro comercial (ou *shopping*, como se diz por aqui). A convocatória teve grande êxito: aparecerem 300 jovens, que descobriram que o cara a cara é compatível de *nickname* para *nickname*: começaram a autodenominar-se *floggers*, baptizando uma nova tribo urbana. A partir desse momento, Cumbio converteu-se no seu líder e marcadora de tendências. A marca *Nike* «descobriu-a» e contratou-a como *trendsetter*, fotógrafa-megulhadora das

tendências emergentes na cultura juvenil. A difusão massiva da subcultura, no entanto, veio posteriormente: em meados de 2008, houve uma luta de origem desconhecida sem grandes consequências. E sobreveio o sabido processo de pânico moral: etiqueta-se um grupo «perigoso» com base no contraste com os supostos inimigos – *floggers vs.* adeptos de Cumbio. Enquanto os primeiros são encarados como jovens de classes trabalhadoras, que habitam em bairros, vestem roupa tradicional e gostam da música popular, os segundos serão jovens estudantes de classe média, que vivem em prédios do centro urbano, vestem roupa de marca e da moda, gostam das músicas avançadas (com alguma excepção, como a própria líder, apaixonada por cumbia como o seu nome indica) e, sobretudo, as novas tecnologias. Na representação mediática, os cumbias são perigosos e violentos, com tendências masculinas, ao passo que os *floggers* são inofensivos e lúdicos, de tendências andróginas. A partir desse momento, alguns líderes como Cumbio começaram a recorrer aos meios de comunicação, concedendo entrevistas à imprensa e principalmente aos *talk shows* televisivos. As visitas à sua página *web* dispararam (de um milhão de assinaturas passou para quase 25 milhões), e de através de um processo de imitação, o seu estilo de vestir e os seus gostos estenderam-se rapidamente.

Chego à conclusão de que quem mais percebe de *floggers* são as mulheres (agradeço à Mariana e às restantes pessoas). Quando pergunto pelas características e causas da subcultura recebo estas respostas: «É Andy Warhol passado pela pastilha basuco» (por uma pastilha elástica cor-de-rosa muito popular); «É como se tivessem tomado algo que já estava no mercado e lhe tivessem dado um novo sentido» (pela roupa de marca que usam); «A geração que viu Chiriquita logo se tornou *flogger*» (pelas séries musicais para pré-adolescentes que proliferaram nos últimos anos e prepararam o terreno); «Hoje, na Argentina, todos são *floggers*. Tenho um sobrinho pequeno que, há pouco, disse à mãe: 'Quero ser *flogger*'»; «Vivem ligados. Devem estar todo o dia a tirar fotos, a responder a mensagens: 'Cá estou a levantar-me', 'Amo-te, Cumbio'»; «Os *flogs* são uma estética de *fanzine* na era da internet: não é uma estética muito cuidada como os *blogs*, é mais improvisada»; «Os flogues são o lugar onde os pais ficam a saber o que os filhos andam a fazer» (esta última frase dá que pensar).

Então o que são os *floggers*? Aparentemente, não são uma subcultura, mas antes uma prática cultural juvenil partilhada por várias subculturas: a de se render ao «efeito espelho» da câmara digital, retratando cenas da vida quotidiana e colocando-as num espaço gratuito do *photolog*, esse ser-

viço em linha para partilhar material gráfico e fotográfico. Se prestarmos atenção, é algo muito parecido com o clássico diário pessoal, o espaço íntimo onde o adolescente expunha as suas vivências e o descobrir do mundo, os amores e desamores, as dúvidas existenciais. Com a diferença de que, em vez de textos, o que predomina aqui são as imagens – ainda que se ilustrem com comentários e se coloquem de forma a produzir um efeito discursivo – e sobretudo, que em vez de se guardar com chave num lugar privado e secreto (no próprio quarto), se expõe no lugar mais público possível: (n)a internet. Na realidade, para os adolescentes a audiência é parecida: o diário mostrava-se aos amigos sem pudor mas era escondido dos pais; com o *flog*, fazem o mesmo, pois esperam inocentemente que os seus papás não saibam que têm *blog* nem *photolog* para que não descubram as suas andanças; é óbvio que os seus pais não são tontos e estão acostumados a navegar na rede para saber algo dos seus filhos – como me confessava uma política argentina há uns tempos, que descobriu que a sua filha tinha perdido a virgindade graças ao seu *blog*. Mas, será que as mães não acabavam sempre por descobrir o diário pessoal escrito e escondido pelos seus filhos/filhas, com o dito escândalo? Na realidade, mais que a diferença entre a audiência privada ou pública, o fundamental é o processo posterior: as reacções suscitadas pelas fotos, reflectidas nos comentários que os visitantes vão anotando na página *web* e na lista de amigos e contactos que se vão adicionando ao *flog*. Mas se isto tivesse ficado na internet, não tinha passado de um costume mais ou menos curioso, mais ou menos envolvente, de muitos grupos juvenis e não tão juvenis (como os pederastas). O significativo neste caso é que Cumbio se tornou carne e habitou entre nós: que baixou à praça pública e ali se conectou com outros adolescentes como ela e sobretudo com os meios de comunicação, que em seguida a etiquetaram e relacionaram a tribo com outras tribos, no sabido processo de classificação (de atracção/repulsa).

Outro factor interessante a considerar é o uso do *flog* como sistema de distinção, segundo a perspectiva de Bourdieu. Em primeiro lugar, para ter acesso ao *flog* uma pessoa deve poder navegar em internet de alta velocidade, o que não está ao alcance de todos; nos últimos tempos, além dos *flogs* gratuitos acrescentaram-se *flogs* pagos ou patrocinados (*Flogs*-VIP), o que vai criando distinções dentro da rede. Em segundo lugar, para poder intervir no *flog* as pessoas devem dispor de todo um repertório de tecnologias complementares: um telemóvel de terceira geração, com câmara e internet, cujas marcas e modelos marcam claras diferenças. Por último, os *floggers* como um todo contrapõem-se simbolicamente a outros

sectores socialmente inferiores, que não têm acesso a estas tecnologias, utilizando a estética como elemento de distinção. Pelos vistos, já nasceram os *bolifloggers* (contracção de bolita: boliviano, e *flogger*), para conotar os que aspiram a aproximar-se ao grupo, querem ser *floggers* mas custa-lhes, porque são mais jovens e inexperientes, ou porque são de sectores mais populares. De notar que o termo «bolita» é depreciativo, serve para etiquetar os emigrantes bolivianos, o sector mais excluído e marginado da Argentina. Como os bolitas, os *bolifloggers* são imigrantes, e antes de serem aceites na tribo devem passar no exame a que são submetidos pelos veteranos – os *floggers* nativos.

Enquanto regresso à Catalunha, pergunto-me quanto demorarão a chegar os *floggers* a Barcelona (talvez já tenham chegado e não o saibamos). Para os meus colegas argentinos não era claro se seria um fenómeno local ou global. Em princípio acreditava-se que era algo de Buenos Aires mas em pouco tempo descobriram que tinha réplicas nas pequenas cidades de província – La Plata, Rosario, Cordoba – e até noutros países do Cone Sul – Santiago, Montevideu. Mas tinha-se difundido mais além? Ao cabo de apenas um mês recebo a resposta: o programa de máxima audiência da rádio catalã dedica uma reportagem aos *floggers*, que provavelmente não tardarão a expandir-se em Espanha.

(In)conclusões

> A última vez que o vi você era um autêntico selvagem... e agora conduz um automóvel [Tarzan].
>
> Não sei se alguma vez viram o mapa do espírito de uma pessoa [Peter Pan].
>
> A única coisa que se pode fazer é mover-se ao passo da vida [Blade Runner].

A viagem que empreendemos pela história do conceito de juventude chegou ao fim (ou a uma estação de interconexão antes de empreender novos voos). De Tarzan (ou Jane) a Blade Runner (ou a andróide Rachael), passando por Peter Pan (ou Alice no País das Maravilhas), presenciámos o surgimento, o auge e a lenta decadência da era da adolescência. Nos alvores do século XXI, faz sentido continuar a falar da juventude como uma etapa de transição? É que esse invento de há um século – um período juvenil dedicado à formação e ao lazer – começa a não ter sentido quando os *rituais de passagem* são substituídos por *rituais de impasse* e as etapas de transição se convertem em etapas intransitivas, quando os

jovens continuam em casa dos pais passados os 30 anos, incorporam o trabalho a ritmos descontínuos, são obrigados a reciclarem-se toda a vida, atrasam a idade da fecundidade e inventam novas culturas juvenis que começam a ser transgeracionais. Assistimos talvez ao fim da juventude?

No entanto, equivocar-nos-íamos se considerássemos que o percurso que fizemos é um processo evolutivo unidireccional, que vai do «natural» ao «cultural», do «selvagem» ao «civilizado», do «analógico» ao «digital», da «não-juventude» à «eterna juventude». Pois Tarzan, Peter Pan e Blade Runner (Jane, Alice e Rachael) não constituem modelos contrapostos, mas variedades da experiência juvenil que podem conviver no momento presente. Hoje continuam a existir instituições e momentos da vida em que predomina o modelo pré-industrial da transição para a vida adulta simbolizado por Tarzan, outros em que persiste o modelo industrial de resistência a tornar-se adulto simbolizado por Peter Pan, e alguns em que emerge o modelo pós-industrial de hibridação entre o jovem e o adulto simbolizado por Blade Runner. Hoje como ontem, o desafio dos jovens é aprender a dirigir um carro, entender o mapa das emoções e mover-se ao passo da vida. E as três coisas só podem ser aprendidas se se interagir – de maneira pacífica ou conflituosa – com adultos – pais e mães, educadores, etc. – que as aprenderam antes. Poderíamos terminar perguntando-nos: pode ser a juventude algo mais que uma etapa da vida?

Referências

Barrie J. M. 1935. *Peter Pan y Wendy*. Barcelona: Joventut (*Peter Pan and Wendy*, 1904).

Beck U. 1986 [1992]. *La Sociedad del Riesgo*. Barcelona: Paidós.

Burroughs, E. R. 2002. *Tarzan de los Monos*, Madrid, El País. (*Tarzan of the Apes*, 1912).

Castells, M. 1999 [1996]. *La Era de la Información: La sociedad Red*. Vol. I. Madrid: Alianza.

Castells, M. *et al.* 2003. *La Societat Xarxa a Catalunya*. Barcelona: Rosa dels Vents-UOC.

Dick, P.D. 2001 [1968]. *Blade Runner: ¿Sueñan los Androides con Ovejas Eléctricas?* Barcelona: Planeta.

Feixa, C. 2001. *Generació @: La joventut al Segle XXI*. Barcelona: Secretaria Geneneral de Joventut.

Holloway, S. L., e G. Valentine. 2003. *Cyberkids: Children in the Information Age*. Londres: Routledge.

Lovink, G. 2004. *Fibra Oscura: Rastreando la Cultura Crítica de Internet*. Madrid: Tecnos.

Pais, J. Machado, ed. 1999. *Traços e Riscos de Vida*. Lisboa: Âmbar.

Pais, J. Machado. 2007. *Chollos, Chapuzas y Changas*. Barcelona: Anthropos.

Maffesoli, M. 1990. *El Tiempo de las Tribus*. Barcelona: Icària.

Maffesoli, M. 1997. *Du nomadisme: vagabondages iniciatiques.* Paris: Livrairie Générale Française.
Sartori, G. 1998. *Homo Videns: La Sociedad Teledirigida*. Madrid: Taurus.
Tapscott, D. 1998. *Growing Up Digital: The Rise of the Net Generation*. Nova Iorque: McGraw-Hill.

José Alberto Simões

Capítulo 10

Internet, *hip-hop* e circuitos culturais juvenis

Introdução

Rap francês, japonês ou australiano ou, ainda, *graffiti* espanhol, brasileiro ou sul-africano, são alguns exemplos que testemunham a diversidade dos circuitos de comunicação edificados à volta de práticas culturais que embora propagadas globalmente de forma idêntica podem, simultaneamente, ser apropriadas localmente de forma diferenciada. Os circuitos criados em torno das várias expressões da chamada cultura *hip-hop* [1] caracterizam-se tanto pela heterogeneidade das suas configurações, como pela diversidade dos seus estatutos e significados para artistas e públicos distintos. De facto, tanto podemos encontrar, num mesmo contexto, manifestações visivelmente *amadoras* como manifestações assumidamente *profissionais* (ou semiprofissionais); assim como diversos circuitos de tipo alternativo ou *underground* se podem afirmar paralelamente a circuitos com intentos comerciais ou *mainstream*; ou, igualmente, práticas com carácter aparentemente *informal* (ou mesmo ilegal, em alguns casos) podem coexistir com práticas de natureza inequivocamente *formal* (ou instituída). Se tais circuitos atestam a multiplicidade de manifestações que o *hip-hop* pode assumir em cada uma das suas vertentes,

[1] Aquilo a que se convencionou chamar cultura *hip-hop* integra três vertentes expressivas, que agregam quatro actividades principais: o *graffiti* (ou vertente visual) – pinturas realizadas pelos *writers* ou pintores de *graffiti*, recorrendo predominantemente à técnica do aerossol –; o *rap* (ou vertente musical) – que inclui o *mcing* (actividade a cargo do MC, Mestre-de-Cerimónias, *rapper* ou cantor *rap*) e o *djing* (actividade realizada pelo DJ, *Disk Jockey* ou quem manipula os discos e produz a sonoridade típica do *rap*) –; e, finalmente, o *breakdance* (ou vertente gestual) – que corresponde a um estilo acrobático de dança cujos praticantes se designam usualmente *b-boys/b-girls*.

comportam também diferentes entendimentos acerca da sua própria legitimidade.

A explicação para este facto entronca-se, em parte, na própria história do *hip-hop*. Com efeito, aquilo que começou por ser, nos anos 70, uma actividade circunscrita, associada à juventude [2] negra e «hispânica» [3] residente nos bairros desfavorecidos das grandes metrópoles norte-americanas (Forman 2002; Rose 1994; Sánchez e Tauste 2002; Toop 2000 [1984]), e sem alcance comercial aparente, depressa se expandiu a nível mundial e se transformou numa actividade lucrativa. A comercialização do *hip-hop* (sobretudo da música *rap*) encarregou-se de o globalizar, contribuindo para a generalização de um conjunto de recursos culturais comuns. Contudo, esta abertura a um mercado cada vez mais vasto teve como contrapartida a criação de fenómenos e de públicos específicos, fruto de particularidades nacionais e regionais, mediante as quais se (re)define a autenticidade da cultura *hip-hop*. Neste sentido, se podemos identificar uma certa convergência cultural em torno de um conjunto de práticas partilhadas e de um imaginário comum, devemos notar igualmente uma certa divergência cultural, resultante dos diferentes contextos locais onde o *hip-hop* é adoptado e adaptado (Bennett 2000; Fradique 2003; Mitchell 1996, 2001; Simões 2006).

Actualmente, para além da heterogeneidade dos circuitos de produção e consumo habituais do *hip-hop*, devemos considerar também os circuitos digitais, constituídos a partir da internet, através dos quais se reproduzem e amplificam vários dos circuitos existentes *off-line*. Se, por um lado, os conteúdos e as redes de comunicação existentes *on-line* mimetizam o *hip-hop off-line*, parecendo absorver várias das suas características e funcionar como uma espécie de extensão da palavra «rua», por outro lado, recriam-no e acrescentam-lhe atributos, apoiando-se, para tal, na própria natureza descentralizada e interactiva da internet. Como veremos, a utilização da internet vem introduzir alterações na maneira como se desenrolam diferentes práticas de produção e consumo nas diversas vertentes do *hip-hop*. Tais alte-

---

[2] Não problematizamos, por motivos de espaço e porque tal discussão nos desviaria da argumentação que pretendemos prosseguir, em que medida este universo cultural é juvenil e qual a escolha conceptual mais apropriada para o qualificar. Para uma discussão desta questão, ver Simões (2002, 2006) e Simões, Nunes e Campos (2005). Ver, igualmente, Pais (1993) e Feixa (2006 [1998]), para uma problematização mais geral sobre culturas juvenis.

[3] Utilizamos o termo «hispânico» com um sentido amplo, englobando jovens de origem «latina» provenientes dos países da América Latina ou descendentes de imigrantes desses mesmos países. Incluem-se, igualmente, jovens de origem caribenha, cuja ligação à diáspora africana torna mais complexa esta classificação.

rações possuem repercussões no modo como se formam diferentes redes de comunicação e divulgação dos produtos criados mas também na própria actividade de produção (e consumo) que passa a ter na internet um circuito específico e alternativo.

É justamente em torno da diversidade de feições e significados que podem assumir os vários circuitos criados em torno do *hip-hop*, tanto *off--line* como *on-line*, que nos propomos reflectir ao longo deste capítulo, explorando deste modo os itinerários culturais juvenis que se estabelecem entre a rua e a internet.[4]

Underground e mainstream: circuitos restritos e alargados de *performance* e consumo do *hip-hop*

Sendo o *hip-hop on-line*, em certa medida, um reflexo do *hip-hop off--line*, teremos de começar por examinar os circuitos que se estabelecem fora da internet para compreender a sua expressão na internet. Se estes últimos acrescentam atributos significativos aos primeiros, é algo que só iremos discutir mais à frente. Comecemos, por isso, por examinar brevemente as diferentes configurações que os circuitos de produção e consumo do *hip-hop* podem assumir.

A distinção entre o que pode ser considerado um circuito restrito, alternativo ou *underground*, sem propósitos comerciais aparentes, e o que seria um circuito alargado, comercial ou *mainstream*, constituído assumidamente com o objectivo de obter dividendos, não reside apenas numa divisão entre diferentes mercados e públicos potenciais, nem tão-pouco naquilo que seriam as características dos produtos, dos suportes usados ou das ocasiões de divulgação. Compreendem igualmente, e de forma porventura mais significativa, diferentes apreciações acerca de tais práticas, contribuindo desta forma para definir as fronteiras do universo cultural em questão e a própria legitimidade dos seus participantes. No contexto actual do *hip-hop* português os circuitos ditos *underground* alcançaram uma valorização simbólica particular. Tal importância não reside unicamente na suposta independência de tais circuitos relativamente a determinados fins económicos, mas igualmente, e mesmo por

[4] O material empírico aqui apresentado tem por base a investigação de doutoramento realizada entre 2003 e 2006 na FCSH-UNL.

isso, porque supostamente representam uma garantia de autenticidade e integridade artística.[5]

Todavia, se tivermos em conta que o *hip-hop* se estabeleceu, desde as suas origens, através do consumo e da apropriação de objectos e símbolos disponíveis por meio de circuitos comerciais e que, actualmente, engloba diferentes formas de expressão, percebe-se a dificuldade em assumir de um modo absoluto tal oposição, demarcando inequivocamente um circuito comercial do que pode ser entendido como um circuito não comercial ou alternativo (Rose 1994; Forman 2002; Negus 1998, 1999).

O problema resulta, por um lado, da própria diversidade contida na formação, num dado momento, de tais circuitos, que tanto incluem artistas amadores como artistas profissionais e reconhecidos por públicos mais vastos, por outro lado, da ambivalência dos próprios artistas perante os mesmos e do modo como encaram a possibilidade de comercialização ou de obtenção de dividendos com a sua actividade, aspecto reforçado pelo facto de poderem (e de facto tenderem a fazê-lo ou, por vezes, simplesmente a ambicioná-lo) participar em vários circuitos em simultâneo. Assim, não é apenas o facto de os circuitos *mainstream* serem compatíveis com os circuitos *underground* que merece ser notado, mas igualmente o facto de os mesmos artistas poderem conciliar ambas as opções na sua trajectória, mesmo sabendo que representam realidades diversas, com uma importância simbólica diferenciada.

Esta questão liga-se a outra que, de resto, percorre de forma mais ou menos evidente todas as vertentes do *hip-hop*: o carácter *improvisado*, *informal* ou mesmo *ilegal* característico de várias práticas, associadas predominantemente às sociabilidades juvenis, contrasta com o carácter *formal* e *instituído* de outras, ligadas a estruturas e entidades oficiais. É deste modo que se compreende que a formalidade dos espaços associados aos vários circuitos, e as práticas e os produtos que os caracterizam ou que destes resultam, se oponha ao que poderia ser a sua informalidade, remetendo-nos claramente para a controvérsia em torno da autenticidade não só das práticas como dos lugares em que estas ocorrem. É o que acontece com a oposição entre lugares programados para determinado tipo de evento (salas de espectáculos, galerias de arte, etc.) e a sua expressão mais ou menos espontânea em lugares improvisados (ruas, praças, átrios de estações do metropolitano, etc.). Esta oposição, ainda que trans-

[5] Uma ideia que é mais facilmente defendida por artistas que pretendem manter o seu estatuto «amador», do que por aqueles que pretendem desenvolver uma «carreira artística profissional» no meio.

versal, assume variantes específicas em cada uma das vertentes do *hip-hop*.

De todas as expressões da cultura *hip-hop*, o *rap* é porventura a mais complexa e diversificada internamente. Desde logo, porque se insere no universo da produção musical, ele próprio organizado em torno de estruturas e processos que obedecem a uma lógica de produção e venda de um bem num mercado. Contudo, o *hip-hop* caracteriza-se pela diversidade de processos de produção e criação musical. Assim, tanto encontramos artistas inseridos em grandes editoras ou mesmo multinacionais, claramente orientados para o mercado e para as vendas, como artistas cuja escala é não só mais reduzida, como os processos de produção, de natureza artesanal, escapam à lógica e à estrutura do mercado. É dentro desta última variante que encontramos um circuito de produção *alternativa*, paralelo ao das editoras tanto de grande como de pequena dimensão, e que assenta numa estrutura amadora e caseira, onde pontuam as *mixtapes*[6] que circulam de mão em mão ou, caso encerrem algum intento comercial, são distribuídas de forma limitada, através de lojas especializadas em música *rap*.[7] Pelo contrário, a versão *comercial* do *rap* encontra-se associada às regras de mercado e ao jogo económico estruturado em torno de editoras externas ao *hip-hop*, nomeadamente às multinacionais da indústria discográfica, que, por esta razão, parece desvirtuar as referências fundamentais da cultura *hip-hop*.

> R. (1): Não, é tipo: eu posso ter muito material, ser muita bom e continuar a fazer *rap* underground. O que diferencia isso é o objectivo. Se eu fizer uma coisa pra vender, é uma coisa comercial. Isso é uma coisa que se nota, claro que depois...
>
> R. (2): Mas... Não é uma coisa pra vender... é uma coisa que tenhas que mudar os teus princípios, ou algo em que tu acreditas.
>
> R. (1): Pra mim basta ser pra vender. Eu faço uma letra, não é o que sai de mim, é uma coisa pra vender, isso é [MC, DJ].

Se em muitos aspectos a identificação de circuitos *underground* e *mainstream* pode ser aplicada às diferentes manifestações expressivas do *graffiti*

---

[6] Gravação caseira contendo temas musicais originais (do próprio autor) ou colectâneas (normalmente *remisturadas*) de artistas da preferência do autor. Inicialmente, eram realizadas em cassete *(tape)*, mais tarde, com o advento do digital, apresentam-se sob forma de CD.

[7] Veja-se o caso do papel desempenhado pela loja King Size, em Lisboa, que até ao seu desaparecimento, em Julho de 2005, era um dos principais pontos de divulgação e venda de *rap* nacional de tipo *underground*.

e aos distintos modos de organização que estas envolvem, o seu alcance não é exactamente idêntico ao que podemos descortinar no caso da música. Desde logo, porque o *graffiti*, atendendo aos seus suportes primordiais (muros, mobiliário urbano, transportes públicos, etc.), se apresenta como uma cultura inerentemente de rua oposta, por definição, a outros espaços e circuitos. Deste modo, os obstáculos à sua transposição da rua para outros locais e suportes são tanto de ordem prática como de ordem *ideológica*, envolvendo diferentes pressupostos de autenticidade e, por isso mesmo, apresentando diversos graus de legitimidade.

Neste sentido, tal como no caso da música, a oposição entre processos de produção artística que podemos qualificar como *informais*, ou até mesmo ilegais (veja-se o caso do *bombing*),[8] em contextos não previstos para o efeito, e processos de produção artística que podemos considerar *formais*, em espaços e com estruturas previstas para o efeito, apresenta contornos particularmente significativos no caso do *graffiti*. Neste último caso, a abertura do *graffiti* ao exterior assume diferentes vias, algumas com carácter oficial ou institucional, outras com carácter não oficial, ainda que envolvam algum grau de formalidade. Por outro lado, estas mesmas vias tanto podem possuir evidentes intuitos comerciais e profissionalizantes, como apresentar propósitos estritamente amadores. Do ponto de vista pessoal, porém, nada impede que o mesmo protagonista compatibilize, no que respeita à sua posição e percurso no meio, opções aparentemente inconciliáveis, ainda que possa mobilizar para esse efeito diferentes justificações.[9] Das encomendas para executar a decoração de variados espaços às exposições em galerias de arte, passando pelos concursos, as demonstrações e os *workshops*, são várias as modalidades de enquadramento da actividade do *graffiti* que ocorrem à margem do seu local habitual, a rua.

> É assim, eu acredito que em quem está pelo menos mais ligado a isto, tem é o medo que o *graffiti* venha do estado mais purista para dentro da galeria, estás a perceber? Que se pinte directamente na parede. A maioria das pessoas

[8] Significa, literalmente, «bombardeamento». Dadas as condições em que habitualmente é executado, envolve maiores riscos e menor elaboração estética do que outras formas de *graffiti*. Duas variantes comuns: *street bombing* (pintura rápida de rua) e *train bombing* (pintura parcial ou completa de carruagens de comboios ou do metropolitano). Pelo contrário, o chamado *hall of fame*, corresponde a uma forma de pintura mais elaborada, normalmente realizada em locais autorizados ou, pelo menos, tolerados pelas autoridades públicas ou pelas entidades privadas.

[9] O reconhecimento oficial do *graffiti*, paradoxalmente, contribui para anular a sua especificidade e o seu significado original e, deste modo, tende a ser encarado de forma ambivalente por muitos praticantes.

> que ouve falar do *graffiti*, se visse isto, não iria sequer compreender que estavam aqui seis artistas de *graffiti* [...]. E o que eu tento fazer neste momento é [...] mostrar-lhes o que é que se pode fazer de diferente, com um intuito mais artístico, dentro do *graffiti*. Essas pessoas, o que viram na rua é um *tagging*,[10] um *graffiti* como ele realmente é na rua. E julgam que numa parede, dentro de uma galeria, será exactamente a mesma coisa. E isto é a visão mais artística do *graffiti* [*Writer*].

No caso específico do *breakdance*, estando-se perante uma actividade por definição performativa, os circuitos de actuação revelam-se de importância crucial. A cada local de actuação, dependendo da sua natureza, corresponde uma variante dentro da prática do *breakdance* e, por esta razão, podemos atribuir-lhe um sentido igualmente diverso.

Próximas do sentido original do *breakdance* enquanto «arte de rua», temos as actuações ou manifestações mais ou menos improvisadas, que se realizam em locais não concebidos à partida para esta (ou qualquer outra) forma de expressão corporal ou *performance*, como átrios das estações de metropolitano, praças ou outros locais públicos onde se possam juntar *crews* (grupos) de *b-boys/girls*. Dado que os espaços de actuação são improvisados e os acontecimentos espontâneos (ou semiprogramados), distinguindo-se por possuírem uma dose considerável de imprevisibilidade, as características deste primeiro tipo de organização do *breakdance* são sobretudo informais (consistindo, essencialmente, em sessões de *freestyle*, à volta de uma roda).

> É assim: normalmente começa com *jams*...[11] O pessoal começa a treinar juntos no metro... [*B-boy*].

Em contraste com as *performances* de rua, temos actuações que ocorrem em *locais de espectáculo*, com um carácter instituído. Do ponto de vista simbólico este segundo tipo pressupõe, ao contrário do anterior, a organização *formal* das práticas, em lugares destinados para aquele fim (associações, salas de espectáculo, etc.), associados a acontecimentos programados (encontros *hip-hop*, campeonatos com patrocínios oficiais, etc.). Dentro das manifestações formais, podemos incluir as actuações em *festas hip-hop* (onde se podem encontrar por vezes outras manifestações do *hip-*

---

[10] Realizar ou disseminar o *tag* ou a assinatura (pseudónimo) que identifica o autor do *graffiti*.

[11] Encontro/sessão de improviso. Pode ocorrer nos ensaios ou em encontros improvisados em ruas, praças ou noutros espaços públicos.

-hop) que decorrem em *discotecas*, *bares* e outros locais onde seja possível apresentar este tipo de *performance*;[12] mais raramente, através do acompanhamento de músicos *rap* em concertos ou, ainda, mediante actuações (sob forma de coreografias e de *battles*)[13] em *campeonatos* de âmbito nacional e internacional. As *competições* funcionam como um importante factor de motivação e, de certa forma, alimentam as próprias actuações privadas, particularmente os ensaios que antecedem as participações nas competições e que lhes servem de preparação. Também por isso, correspondem a um modo de consagração e reconhecimento da actividade desenvolvida por um indivíduo ou um grupo, ainda que se afastem da lógica que presidiu às primeiras expressões do *breakdance* enquanto prática de rua.

> Nós agora é diferente, nós sabemos que há futuro nisto. Sabemos que há campeonatos lá fora, sabemos que dá para fazer *shows* como deve ser [*B-boy*].

> Ficámos para aí durante um mês a treinar aquilo [coreografia], todos os dias antes de treinarmos individualmente treinávamos todos juntos. Se algum falhasse ou faltasse, não fazia mal, a gente treinava e havia outro que fazia a parte desse. Porque no campeonato a coreografia até saiu bem... [*B-boy*].

Se, em todos os casos aqui examinados, é evidente a tensão entre práticas espontâneas de rua da juventude urbana e a sua incorporação em circuitos oficiais, instituídos ou comerciais, é porque estes últimos acabam por mitigar dois dos principais atributos da cultura *hip-hop*: por um lado, aquilo que seria a sua vocação eminentemente urbana, isto é, inspirada por e corporizada nas ruas das cidades, em espaços e momentos não convencionais (subversivos até); por outro lado, aquilo que seriam práticas culturais eminentemente juvenis, isto é, ligadas às sociabilidades e aos lazeres juvenis, tendencialmente auto-regulados e voltados para redes de relações e interesses próprios. Seja como for, se os produtos, as práticas e os símbolos de «contestação» juvenil se tornam objectos de consumo, sofrendo a «domesticação» que advém da sua própria incor-

[12] Devemos mencionar, também, a integração do *breakdance* em academias ou ginásios. Contudo, esta tende a ser internamente desvalorizada pelos praticantes de rua, encarando-as como uma adulteração do verdadeiro sentido do *breakdance*.

[13] São uma forma de competição entre duas ou mais pessoas com o objectivo de avaliar quem possui o melhor desempenho ou detém mais talento. Podem, por outro lado, ter um âmbito informal e improvisado ou inserir-se em competições oficiais. São comuns tanto no *breakdance* como na música *rap* (entre MCs ou entre DJs).

poração no mercado, inversamente devemos admitir que algum tipo de «resistência» pode surgir do próprio consumo, subvertendo os significados e os propósitos supostamente inscritos nos produtos comercializados. E que de resto, considerando o problema de forma circular, estiveram na origem de muitas das práticas mais tarde incorporadas nos canais alargados de distribuição e consumo.

Da rua para a internet: circuitos do *hip-hop on-line*

Se, na discussão anterior, estava em causa a oposição entre o que seria a preservação das características do *hip-hop* ligadas à *rua* e a sua suposta aniquilação através de circuitos alargados e formais, nesta segunda parte está em causa a transposição do *hip-hop da rua para a internet*. Tendo em conta que os circuitos existentes fora da internet podem encontrar correspondência directa *on-line*, podemos facilmente perceber como os anteriores problemas se ramificam e, de certo modo, se amplificam *on-line*.[14]

Para apreciarmos os circuitos que se edificam na internet em torno de um dado interesse, actividade ou prática, é preciso começar por considerar as características da própria comunicação *on-line* (ou, pelo menos, algumas dessas características). Se quando analisamos o *hip-hop* fora da internet é possível separar sem grande dificuldade os circuitos de produção e *performance* dos seus respectivos públicos, na exacta medida em que podemos distinguir, em sentido estrito, um cantor *rap* de quem o *ouve*, um *writer* de quem *aprecia* a sua obra, e por aí fora, no caso da internet estas fronteiras encontram-se envoltas em alguma ambivalência.

Com efeito, a internet vem subverter as fronteiras que separam a *produção* do *consumo*, os *artistas* dos *adeptos*, contribuindo também, neste último caso, e de alguma forma, para a indistinção entre *amadores* e *profissionais*. Tal indistinção advém tanto da partilha de um mesmo meio de divulgação, como da possível coexistência numa mesma modalidade de comunicação. De facto, tomando como exemplo a produção musical, a internet tanto se apresenta como um meio de divulgação para as grandes editoras e as multinacionais da indústria discográfica (que promovem os

[14] A importância teórica e metodológica de estudar a interdependência entre o *on-line* e o *off-line* tem sido discutida desde há algum tempo por vários autores. Ver, por exemplo, Hine (2000).

seus artistas e catálogos), reforçando assim os seus circuitos comerciais, como cria circuitos próprios, que não só funcionam como espaços de consumo e partilha para vários adeptos e artistas com interesses afins, como sítios onde se criam ou se dão a conhecer determinados produtos ou obras originais (numa versão tanto preliminar como acabada), o que se torna particularmente significativo no caso de artistas amadores ou de principiantes.

São tanto os usos da internet como os seus atributos formais[15] que explicam a complexidade e a ambivalência contidas nos circuitos que podemos identificar para cada vertente. Por um lado, porque a divulgação de um determinado produto, actividade ou prática que representa um dado artista ou a sua obra pode ser assegurada por qualquer pessoa, incluindo adeptos que não só decidem manifestar o seu apreço por determinado artista, prestando-lhe um tributo, compartilhando com os outros o seu interesse, como também disponibilizar, sob variadas formas, os respectivos produtos, obras ou actividades num conteúdo criado (especificamente por si ou por outrem) para o efeito. Por outro lado, porque as circunstâncias em que esta divulgação pode ocorrer são variadas, envolvendo modalidades de comunicação distintas (dos *blogs* aos fóruns, passando pelas páginas na *web*), que contêm também modelos de comunicação variados (uns claramente interactivos e participativos, outros próximos do modelo de difusão presente nos *media* tradicionais).[16] Deste modo, para além de redes de conteúdos, as anteriores modalidades de comunicação representam também, e em virtude destas, redes de relações sociais, que podem assumir as mais variadas formas, ter diferentes propósitos, compreender durações variáveis e envolver múltiplos participantes. É justamente por esta razão que a discussão em torno de como designar estas formas de interacção *on-line* tem sido objecto de discussão (Jones 1998; Slevin 2000), embora a solução mais comum se incline para considerá-las «comunidades virtuais» (Baym 1998; Kollock e Smith 1999; Wellman e Gulia 1999).

---

[15] A internet apresenta-se, antes de mais, como uma rede de conteúdos, sob forma de *hipertexto* e *hipermedia*, compreendendo diferentes níveis de interactividade (cf. Kiousis 2002; McMillan 2002). O *hipermedia*, tal como outras formas de «hiperligação», parte de um princípio de integração e convergência de diferentes tipos de ficheiros, correspondendo ao modo como podemos relacionar, dentro de um mesmo conteúdo ou documento, diferentes tipos de ficheiros. Cf., para um desenvolvimento desta questão, Manovich (2001) e Bolter e Grusin (2000).

[16] Para uma discussão geral sobre as implicações de diferentes modelos de comunicação, ver Thompson (1998 [1995]).

Em que medida tais conteúdos e redes de relações que se formam *on-line* em torno do *hip-hop* constituem um circuito específico e autónomo, tanto de produção como de consumo, é uma questão que pode ser examinada pelo menos de dois pontos de vista.

Numa primeira perspectiva, e de forma mais óbvia, podemos pensar a *internet como meio de divulgação de produtos gerados fora desta*, incluindo tanto a divulgação de um objecto «acabado», concebido para ser transaccionado e consumido (tanto *on-line* como *off-line*), como a divulgação de um objecto «inacabado», que corresponda a uma etapa preliminar do processo de produção. No primeiro caso, incluem-se todos os produtos artísticos gerados *off-line* (músicas, pinturas, etc.). No segundo caso, incluem-se os esboços e projectos pessoais preparatórios de trabalhos posteriormente finalizados ou de outros que acabam por ser abandonados.

A primeira possibilidade, no entanto, levanta um problema de ordem geral que nasce da própria singularidade das transacções que ocorrem *on-line*. Por um lado, no que se refere à possibilidade de *download* dos diferentes produtos sem salvaguarda dos direitos dos seus autores,[17] por outro, através da forma como se pode constituir, em alguns casos, uma espécie de «economia paralela», mediante a venda dos produtos criados *off-line*. Na realidade, não é apenas o tipo de circuito criado que é merecedor de registo, são também as características de produtos que apenas se tornam acessíveis a um público alargado através da própria internet. É o caso, por exemplo, das *maquetes* contendo gravações caseiras de músicas de vários artistas, destinadas ou não à comercialização.

> P. Qualquer pessoa pode enviar a sua maquete, é isso?
> R. Sim mais ou menos isso. Tipo n ker[18] dizer k tenha de ser boa, pk a maior parte nao tem lá grandes kualidades a nível de som, mas pelo menos sei k os meus bro's [irmãos] fazem um trabalho verdadeiro e honesto e isso sim conta [MC, co-autor de um *site* (entrevista *on-line*)].

> Saco maquetes e isso, procuro sempre música nova, nunca se sabe se encontro algo que goste. Um dos miúdos que nos acompanha, conheci-o assim. Conheci num chat, depois de ouvir uma demo [maquete] [MC, sócio de editora discográfica].

---

[17] O que é reforçado pelo próprio facto de muitos autores não acautelarem ou não se interessarem em proteger os seus respectivos direitos.

[18] Nas citações retiradas das entrevistas conduzidas *on-line*, realizadas através de programas de *instant messaging*, optou-se por apresentar a grafia utilizada por cada entrevistado, mantendo-se as abreviaturas, as adaptações e as truncagens adoptadas, sem se proceder a qualquer rectificação.

Neste sentido, é mais do que um mercado paralelo ou a mera «pirataria» de objectos protegidos pelos direitos de autor que está em causa, é também, e simultaneamente, um modo de troca e um circuito que oferece produtos originais (ou que, pelo menos, de outro modo, não seriam divulgados a um público mais vasto). Nestas circunstâncias, mais do que um canal alternativo de divulgação, de «aspirantes» a artistas ou de artistas já «consagrados», a internet contribui de igual modo para o esbatimento entre as esferas *pública* e *privada*, pela forma como torna acessível o que apenas existe enquanto «projecto», «ensaio», «tentativa», e que deste modo sai da alçada estritamente privada para se tornar num objecto de consumo público. O que nos remete para a segunda possibilidade anteriormente referida. Vários dos produtos/objectos que circulam *on-line* compreendem também «material inacabado», ou em construção, mas que em todo o caso é apresentado publicamente, quer exaltando o seu autor quer submetendo-o à crítica dos seus pares ou dos restantes consumidores.

Numa segunda perspectiva, podemos pensar a própria internet *como forma de gerar um produto alternativo, concebido no seu interior, enquanto resultado da actividade de uma ou de várias pessoas*. Esta segunda opção desenvolve e é, até certo ponto, indissociável da anterior (pelo menos de uma parte). Quando nos referimos acima à possibilidade de fazer circular na internet objectos ou produtos inacabados, apresentávamos já, em certa medida, uma parte dos argumentos que nos permitem compreender a produção *on-line*. A forma como esses produtos são apresentados, trocados, debatidos, transformados e novamente apresentados *on-line*, revelanos, por um lado, a natureza «aberta» dos conteúdos *on-line*, por outro, e por essa mesma razão, o seu carácter potencialmente interactivo. Estas duas características radicam no mesmo esbatimento das fronteiras que separam a produção do consumo, os produtores dos consumidores, os artistas do seu público, o que é não só uma característica do meio de comunicação como é um facto cultivado e impulsionado pelos próprios artistas. Surge, também, como uma forma de confronto entre produtores, que podem assim discutir directamente os seus trabalhos, tal como os consumidores podem expor e trocar as suas opiniões.

> O meu flow muda de lentissimo para rapido consoante o texto, e as rimas influem na articulacao, modificando assim a maneira de rappar no fim da frase, ou ate mesmo metendo rimas no meio. Tudo isto e que da o flow. O resto e so voz [Rskp, resposta ao tópico «não acham estranho?», 4-10-04, Fórum *hip-hop* do *site* H2tuga, <http://www.h2tuga.net/forum>].

Embora apresente traços comuns, a transposição dos circuitos do *hip-hop* da rua (ou de outros espaços) para a internet, não é inteiramente idêntica em todas as vertentes. Parte desta diferenciação resulta da própria distinção que podemos detectar nos modos de organização, formas de expressão e significados que cada uma das vertentes do *hip-hop* compreende.

As consequências da transposição do *graffiti* da rua para a internet são variadas. Em primeiro lugar, o impacto mais imediato é aquele que advém da própria *preservação* das marcas iconográficas deixadas pelos *writers* nas ruas das cidades, em vários suportes, cujo destino seria a destruição, mais ou menos imediata, ou a substituição por outras marcas que se sobreporiam e obnubilariam as primeiras. A tensão entre efemeridade e perpetuação é desta forma resolvida *on-line*, funcionando a internet como uma forma de memória, montra e meio de propagação do trabalho de um *writer*. Por outro lado, através da internet resolve-se, paradoxalmente, outra tensão presente em várias das manifestações públicas do *graffiti*: o carácter *ilegal*, resultante directamente dos suportes utilizados, nomeadamente espaços públicos ou privados não autorizados, é de certa forma diluído pela sua representação. A realização pública de um *graffiti* pode ser um crime, a sua representação em princípio já não o será. Em todo o caso, os *writers* que se dedicam a actividades ilegais não revelam a sua identidade, mas apenas um pseudónimo (talvez porque aquela pudesse funcionar como elemento de prova do acto realizado). Para todos os efeitos, os circuitos do *graffiti on-line* contribuem para mitigar o carácter ilegal de muitas das manifestações do *graffiti* de rua, dando-lhes outro significado.

Como pudemos constatar a partir da análise de conteúdo da internet efectuada para um determinado período,[19] a forma de divulgação primordial do *graffiti* é o *fotolog*, cuja estrutura cronológica e personalizada se adequa à divulgação pessoal, centrada em actividades ou interesses próprios. Quando muito, as hiperligações remetem os utilizadores de tais conteúdos para outros análogos, com quem o respectivo autor mantém algum tipo de laço (podem ser amigos, companheiros de uma mesma *crew* ou, simplesmente, alguém que se admira). A apresentação dos conteúdos nos *fotologs* segue uma linha eminentemente idiossincrática, assentando

[19] Compilou-se, para um período compreendido entre 2000 e 2005, uma listagem de *sites*, *fotologs*, *blogs* e fóruns sobre as diversas vertentes do *hip-hop* português, da qual se extraiu uma amostra e se construiu uma base de dados contendo a classificação dos respectivos conteúdos. Ver, para a análise completa, Simões (2006).

na exposição da actividade individual ou dos eventos, actividades e práticas presenciados pelo próprio artista. Este retrato autocentrado diz-nos bastante, por isso, acerca do itinerário de cada *writer*, da evolução das suas técnicas e formas de expressão, dos seus interesses. Por outro lado, os *comentários* deixados por outrem sobre cada imagem ou conjunto de imagens apresentadas indica-nos, em muitos casos, diferentes relações, laços, contactos, em torno dos quais se prenunciam redes de relações existentes fora da internet (e que se ramificam, deste modo, *on-line*). Apesar desta relação preferencial com o *fotolog*, também existem *sites* sobre *graffiti*, funcionando do mesmo modo como forma de divulgação da actividade dos *writers.* Os *sites* surgem sobretudo associados a artistas que desenvolvem uma actividade profissional e que, por isso, pretendem apresentar de forma sistemática e organizada os trabalhos que realizam e os serviços que podem oferecer. Nesta montra incluem-se, normalmente, trabalhos com estatutos diferenciados, que vão de pinturas ilegais, ou pelo menos com um carácter não convencional ou não instituído, a exemplos de trabalhos de decoração ou mesmo *design* (muitos *writers*, como pudemos constatar, estão ligados ou tiveram formação na área do *design*).

> Ok então aqui vai! Mais um fotolog de mais um writer... Espero que este espaço sirva para que qer tu quer eu aprendamos algo um com o outro. Mais que dizer «ya tá bué fixe» ou «grnda merda» curtia que o pessoal fizesse uma análise critica às cenas. Algo já com uns mesitos pra começar... Paz! [Fotolog, *Craft One, família UAS*, <http://www.fotolog.net/craft_uas> (17-10-04)].

> Assim sim.. Nestes pequenos detalhes é que se vêm bem os skills... Qu'eu não tenho =| lol Muito bom ! E concordo com o Ker, embora se note bem que o objectivo era mesmo fazer algo algo rabiscado.. :) [Comentário no livro de visitas, *fotolog*, *Craft One, família UAS*, <http://www.fotolog.net/ craft_uas> (18-10-04)].

O caso dos circuitos que se formam *on-line* em torno da música *rap* é mais complexo. Em primeiro lugar, pela própria diversidade do universo musical, que gera diferentes tipos de produtos e, como tal, pode circular sob diversas formas. Mas também porque os autores de tais produtos podem apresentar estatutos bastante distintos e, portanto, ter à partida diferentes propósitos quando decidem apresentar o seu trabalho *on-line*, utilizando para o efeito canais de difusão com âmbitos mais ou menos amplos, alguns claramente orientados para o mercado e a comercialização, outros cumprindo desígnios assumidamente amadores, voltados para a promoção restrita, com um carácter quase privado. No caso do

rap, e dos papéis correspondentes de MC e DJ, não detectámos uma relação preferencial, pelo menos tão expressiva como no caso do *graffiti*, entre o teor do conteúdo e o tipo de modalidade de comunicação que o representa. Em todo o caso, o peso dos *sites* e das páginas pessoais é mais acentuado, provavelmente também porque a apresentação do conteúdo pretende ser mais «convencional» e «profissional» do que no caso do *graffiti*, sobretudo quando se aspira a apresentar um produto acabado (CD, DVD) ou a dar conta de forma ordenada da carreira que um determinado artista desenvolve.

É também no caso da música que se mantêm de forma mais acesa discussões entre diferentes adeptos, ou entre estes e artistas, em modalidades de comunicação interactivas, como os *fóruns*. Com efeito, como pudemos apurar através da análise de vários casos, os fóruns em torno de *hip-hop* são, sobretudo, fóruns onde se discute música *rap*, nas suas diversas configurações e acepções. As discussões vão do artista preferido aos critérios de autenticidade a que as várias obras devem obedecer, passando por informações, notícias, sugestões práticas de como produzir uma música, escrever uma rima ou dar a conhecê-la *on-line*. A este propósito, devemos notar o importante papel que os fóruns parecem ter enquanto contexto de apreciação e discussão de versões preliminares dos produtos, sejam elas maquetes de músicas ou rimas. A troca, discussão, escrutínio destes objectos artísticos sob forma preliminar, inacabada ou simplesmente enquanto ensaio, revelam-se cruciais para percebermos a especificidade dos circuitos alternativos que se podem desenvolver *on-line* em torno de um tema específico. Percebe-se, por isso, que é nestas modalidades de comunicação interactivas que os papéis de produtor e consumidor, artista e adepto, se esbatem de forma irremediável.

> Pá se nos quisesses incluir a nós, agradecíamos a custo zero nem que fosse para fazer a primeira parte do Toy (não tanto... exploração sim, abusos não)... Se te mandarmos uma maquete e tu apreciares o trabalho, que é que dizes??? [Jagga1, resposta ao tópico «Ajuda», 12-11-04, Fórum *hip–hop* do *site* H2tuga, <http://www.h2tuga.net/forum>].

Por outro lado, ao contrário do *graffiti*, a representação *on-line* da música *rap*, nos seus vários aspectos, não é assegurada preferencialmente pelos próprios músicos, mas em muitos casos por adeptos. Às páginas *oficiais* criadas pelo próprio artista ou a cargo de editoras que o representam, onde se apresentam e disponibilizam diferentes produtos, informação sobre espectáculos, eventos, dados biográficos, temos de acrescentar

igualmente os conteúdos *não oficiais* a cargo de adeptos exclusiva ou parcialmente dedicados a um artista ou, o que também é comum, conteúdos dedicados à música *rap* na sua generalidade. Seja como for, a divulgação a cargo dos apreciadores deste género musical constitui uma das áreas de maior dinamismo do *hip-hop on-line*, justamente porque esta é a vertente que mobiliza maior número de adeptos, estruturas mais vastas e completas, com diferentes promotores e produtos disponíveis para aquisição, troca e partilha.

> Eu queria ter um site, e optei por fazer um de hip-hop, comprava os cd's na [loja] King Size, scannava as capas e metia na Net, pedia sons/clips aos artistas e fazia entrevistas aos mesmos... [Autor de vários *sites* e de um *blog* (entrevista *on-line*)].

De todas as vertentes do *hip-hop* português, o *breakdance* é a que apresenta um peso mais reduzido e, por essa mesma razão, os seus circuitos são mais diminutos *on-line*. Tirando o caso de algumas *crews* que apresentam páginas pessoais, divulgando a sua actividade, as restantes referências são esporádicas e dispersas, diluindo-se por diferentes modalidades de comunicação, sobretudo em *sites* que abordam as várias expressões do *hip-hop*. Não obstante, dado que o *breakdance* se apresenta como uma manifestação artística performativa, a sua transposição para a internet representa uma oportunidade de preservação de tais práticas, principalmente se pensarmos na possibilidade de apresentar *on-line* vídeos que reproduzem as características expressivas do movimento corporal. O carácter efémero das actuações, tal como no caso do *graffiti*, sobrevive através do registo e da possibilidade de divulgação. A internet apresenta-se desta forma como uma plataforma por excelência para pôr em circulação diferentes produtos resultantes dessa captação (de pequenas filmagens a fotografias). Este facto é tanto mais importante quanto muitas das ocasiões em que se realizam as *performances* apresentam um carácter informal, espontâneo, de acesso limitado e portanto que não teriam qualquer possibilidade de perpetuação para além da memória de quem as presenciou.

> Finalmente hei? lol vá o site está upline online for all line lol. vá agora uma coisa de cada vez, a partir de hoje 9/9/04 19:37 vai estar aqui tudo sobre os B BOYZ DE MIRATEJO os 'antigravity' apanhem as cenas do people por aqui.
>
> Nova foto na secção de fotos do waver. |Hoje [11-9-04] nos treinos vão ser tiradas umas fotos e possivelmente passo-as para aqui. (n_n)/ [*Site*, secção «news», *ANTI-GRAVITY* <http://www.antigravity.no.sapo.pt>].

É sobretudo no que respeita a estes circuitos mais restritos, improvisados e espontâneos, que a internet se apresenta como um canal alternativo, cuja facilidade de utilização e aparente ausência de controlo o torna apelativo. As diferentes interfaces existentes *on-line* apresentam-se como meios de divulgação e como intermediários de processos de comunicação que envolvem diferentes redes, umas privadas e voltadas para os já iniciados em determinadas práticas, outras públicas e acessíveis à partida a um maior número de pessoas. O carácter amador e improvisado (até mesmo provisório) de muitas destas práticas, encontra na internet um meio único para se reproduzir e propagar.

Considerações finais

A forma como as várias práticas que compõem a chamada cultura *hip-hop* tomam a vida urbana enquanto cenário e ingrediente primordial, constitui uma das principais características dos circuitos de produção e consumo cultural juvenis que encontramos hoje em dia, um pouco por todo mundo, à volta das suas vertentes. O modo como os *rappers* cantam o seu bairro, os *writers* inscrevem as suas marcas iconográficas nas ruas das cidades ou os *b-boys* se apropriam de vários lugares públicos urbanos através dos seus movimentos sincopados, revelam a maneira como o espaço urbano se pode metamorfosear através de linguagens de criação cultural particulares e, por esta via, contribuir para reivindicar um circuito à margem dos canais de produção cultural oficial ou instituída. Não obstante, tais práticas têm sido absorvidas, desde sempre, pelas indústrias culturais, os *media* e o *marketing*, alimentando um circuito comercial com forte implantação global.

Se a incorporação da cultura *hip-hop* nos *media*, e a comercialização que desencadeou, pode ser encarada de alguma forma como um contrasenso pelos seus directos protagonistas, por desvirtuar o sentido primordial desta cultura, é também verdade que as práticas e os produtos gerados em cada uma das suas vertentes sempre se alimentaram dos próprios *media* e dos vários circuitos comerciais existentes. Actualmente, esta aparente ambivalência, e a tensão que a mesma acarreta, é parcialmente resolvida pela coexistência de múltiplos circuitos culturais, com significados e propósitos diversos, uns indiscutivelmente comerciais e profissionais, outros nitidamente alternativos e amadores.

Neste contexto, a internet apresenta-se como um factor de desestabilização da relação que estes vários circuitos mantêm entre si, alterando o

modo como se produz e tem acesso a vários produtos e práticas que compõem o *hip-hop*. Em grande medida porque a internet congrega no seu interior os anteriores circuitos de divulgação, produção e consumo, criando ao mesmo tempo circuitos próprios, onde coexistem amadores e profissionais, artistas e adeptos, acrescentando a possibilidade de qualquer um poder tornar as suas próprias criações facilmente acessíveis. Para todos os efeitos, é a própria relação de forças entre produtores e consumidores que surge irremediavelmente afectada pela possibilidade de criar, difundir e aceder a produtos e práticas que de outra forma permaneceriam restritos ou que nunca sairiam da alçada privada. Em todo o caso, a legitimação destas práticas continua a apoiar-se na rua, nos circuitos que se erigem fora da internet, dos quais, de resto, as próprias práticas *on-line* se alimentam.

Importa acrescentar que este circuito *on-line* de produtos amadores, inacabados ou efémeros, não traduz apenas o interesse em exibir ou partilhar uma criação, uma obra, um artefacto, parece traduzir igualmente o desejo de comunicar algo, partilhando um interesse, uma experiência ou uma actividade que se presenciou ou usufruiu numa dada ocasião. Este aspecto pode facilmente ser detectado nos *posts* que povoam diferentes *blogs*, através dos quais se apresentam imagens ou relatos que são acompanhados por pequenos comentários que, por sua vez, são seguidos de outros comentários, e assim sucessivamente, revelando redes de relações que prenunciam afinidades e uma lógica de comunicação simultaneamente pública (acessível a todos) e privada (dirigida e compreendida apenas por alguns).

Como parece ilustrar o breve exame que aqui fizemos dos vários circuitos existentes, a compreensão do *hip-hop on-line* é indissociável da sua manifestação fora da internet, do mesmo modo que este encontra na internet um contexto complementar para se (re)produzir. Na verdade, o «virtual» não se limita a traduzir mimeticamente o «real», engendra-o, acrescentando-lhe atributos. Isto deve-se à natureza da própria utilização da internet no *hip-hop* que não se confina ao simples usufruto de um dado conteúdo, acessível através de um determinado *software*, mas acarreta igualmente a possibilidade de criar conteúdos próprios (ou participar na produção de outros já existentes) e de os incluir como recurso ou matéria-prima na actividade de produção levada a cabo fora da internet, evidenciando deste modo uma complexa interdependência entre os produtos, as práticas e os circuitos que se criam e mantêm tanto *on-line* como *off-line*.

Referências

Baym, Nancy K. 1998. «The emergence of *on-line* community». In *Cybersociety 2.0: Revisiting Computer-Mediated Communication and Community*, org. Steven G. Jones. Londres: Sage, 35-68.

Bennett, Andy. 2000. *Popular Music and Youth Culture: Music, Identity and Place*. Londres: MacMillan.

Bolter, Jay David, e Richard Grusin 2000. *Remediation: Understanding New Media*. Cambridge, MA: MIT Press.

Feixa, Carles. 2006 [1998]. *De jóvenes, bandas y tribus*. Barcelona: Ariel.

Forman, Murray. 2002. *The «Hood Comes First»: Race, Space and Place in Rap and Hip-Hop*. Middletown, CT: Wesleyan University Press.

Fradique, Teresa. 2003. *Fixar o Movimento: Representações da Música Rap em Portugal*. Lisboa: Publ. Dom Quixote.

Hine, Christine. 2000. *Virtual Ethnography*. Londres: Sage.

Jones, Steven G. 1998. «Information, Internet and community: notes toward an understanding of community in the information age». In *Cybersociety 2.0*, org. Steven J. Jones. Londres: Sage, 1-34.

Kiousis, Spiro. 2002. «Interactivity: a concept explication». *New Media and Society*, 4 (3): 355-383.

Kollock, Peter, e Marc A. Smith. 1999. «Communities in cyberspace». In *Communities in Cyberspace*, orgs. Smith e Kollock. Londres e Nova Iorque: Routledge, 3-25.

Manovich, Lev. 2001. *The Language of New Media*. Cambridge, MA: MIT Press.

Mcmillan, Sally J. 2002. «A four-part model of cyber-interactivity». *New Media and Society*, 4 (2): 271-291.

Mitchell, Tony. 1996. *Popular Music and Local Identity: Rock, Pop and Rap in Europe and Oceania*. Londres: Leicester University Press.

Mitchell, Tony. 2001. «Introduction: another root; hip-hop outside the USA». In *Global Noise: Rap and Hip-Hop Outside the USA*, ed. Tony Mitchell. Middletown, CT: Wesleyan University Press, 1-38.

Negus, Keith. 1998. «Cultural production and the corporation: musical genres and the strategic management of creativity in the US recording industry». *Media, Culture & Society*, 20: 359-375.

Negus, Keith. 1999. «The music business and rap: Between the street and the executive suite», *Cultural Studies*, 13 (3): 488-508.

Pais, José Machado. 1993. *Culturas Juvenis*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.

Rose, Tricia. 1994. *Black Noise: Rap Music and Black Culture in Contemporary America*. Londres: Wesleyan University Press.

Sánchez, Paco Reyes, e Ana María Vigara Tauste. 2002. «*Graffiti*, pintadas y *hip-hop* en España». In *Comunicación y cultura juvenil*, Félix Rodriguez. Barcelona: Ariel, 169-217.

Simões, José Alberto V. 2002. «Globalização e diferenciação cultural: hegemonia e hibridismo na construção das (sub)culturas juvenis». *Fórum Sociológico*, 7/8: 13-47.

Simões, José Alberto V. 2006. «Entre o 'real' e o 'virtual': representações e práticas culturais juvenis fora e dentro da internet: o caso do *hip-hop* português». Tese de doutoramento em Sociologia, Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, policopiado.

Simões, José Alberto V., Pedro Nunes, e Ricardo Campos. 2005. «Entre subculturas e neotribos: propostas de análise dos circuitos culturais juvenis: o caso da música *rap* e do *hip-hop* em Portugal». *Fórum Sociológico*, 13/14: 171-189.

Slevin, James. 2000. *The Internet and Society*. Cambridge: Polity Press.

Thompson, John B. 1998 [1995]. *A Mídia e a Modernidade*. Petrópolis: Vozes.

Toop, David. 2000 [1984]. *Rap Attack 3: African Rap to Global Hip Hop*. Londres: Serpent's Tail.

Wellman, Barry, e Milena Gulia. 1999. «Virtual communities as communities: net surfer's don't ride alone». In *Communities in Cyberspace*, orgs. Peter Kollock e Marc A. Smith. Londres e Nova Iorque: Routledge, 167-194.

João Teixeira Lopes

Capítulo 11

Modos de comunicar: viagens entre o real-virtual e o real-real

Introdução: velhas divisões, velhas realidades

As vivências nos espaços-tempos juvenis actualizam e reforçam a perda de heuristicidade da velha tricotomia que separava «cultura cultivada», «cultura de massas» e «cultura popular». Competição entre várias agências de consagração dos bens simbólicos (*media*, escola, grupos de pares...), outrora monopólio quase absoluto de um estrito campo cultural regido por forte autonomia (Bourdieu 1996); exposição a grupos de referência variados e com forte descolagem face aos grupos de pertença; diversificação dos modelos e situações familiares, não raras vezes ligados a fenómenos de mobilidade social e residencial; relação com múltiplos, tensos e contraditórios princípios de socialização (Lahire 2001), amiúde associados às distintas territorialidades juvenis, próprias de um nomadismo simbólico multirreferenciado, constituem, em articulação e/ou cumulatividade, vectores dessa recomposição da classificação cultural e simbólica.

Não é de excluir, inclusive, particularmente no caso dos jovens e entrando já no domínio das novas tecnologias e dos dispositivos da informação e da comunicação, que existam efeitos de indução da procura através da diversificação massiva (no conhecido jogo entre reprodutibilidade e raridade; produção em série e diferença) da oferta, nomeadamente em meios urbanos com forte concentração de equipamentos, indústrias e *clusters* culturais (Maresca 2003). Por outro lado, a generalização da escolaridade de massas, ainda que tardia e incompleta na formação social portuguesa e malgrado a proliferação de lógicas de recrutamento selectivo de alunos, contribuiu, decisivamente, para a diversificação dos

próprios perfis estudantis o que, aliado à dilatação tendencial da escolaridade e do período de moratória, acarreta impactos muito significativos nas plurais condições juvenis levando, até certo ponto, a uma democratização da adolescência e da juventude, com efeitos materiais e simbólicos assaz marcantes.

Convém referir, no entanto, que as regularidades anteriormente mencionadas, embora radicalizadas *na* e *pela* condição juvenil contemporânea nas sociedades «ocidentais», se encontram no âmago da lógica cultural do capitalismo tardio. Nas palavras de síntese de Olivier Donnat «o estatuto simbólico das obras e dos produtos culturais é doravante mais incerta, a sua classificação na hierarquia da legitimidade mais difícil e a definição dos contornos da 'cultura cultivada' mais arbitrária» (Donnat 2003, 26).

Em outros termos, Bernard Lahire (2006) retoma este mesmo argumento, denunciando o cariz monolegitimista da sociologia crítica da cultura (Hennion fala de uma «teoria da crença generalizada»), atacando a dedução automática das características das obras e dos seus «consumidores» a partir da sua posição na hierarquia das classificações e julgamentos de gosto (Lahire 2003). Eu próprio, em anterior trabalho, reprovara quer a duplicata que via na ordem simbólica um mero espelho da vida material, quer a lógica das homologias que permite uma espécie de encontro milagroso entre as condições de produção da obra, os criadores e os seus públicos (Lopes 2000). Na verdade, como então afirmei, importa ir de encontro às modalidades de co-produção do criador e da obra, assim como dos públicos e dos contextos de recepção, onde a obra continua a fazer-se...

Assim, desta forma, estudar o simbólico e a complexa cadeia do sentido reenviar-nos-á, simultaneamente, para o homem concreto e real, condicionado pelas suas condições materiais de existência e para o sujeito autónomo, reflexivo, inventivo e imaginativo que, aproveitando brechas, campos de possíveis ou mesmo subvertendo e alargando estreitas margens de manobra, constrói quotidianamente a sociedade e o próprio real, afastando-se do modelo do «*sonâmbulo social*», dependente e encarcerado pelas configurações sociais onde se move.

Primeiro paradoxo: mais escolarizados, menos cultivados

Se tivermos em conta a notória perda do monopólio escolar sobre a construção dos gostos *estudantis* e a concomitante invasão dos territórios escolares pelas constelações simbólicas *juvenis,* aperceber-nos-emos da re-

lativa e conflitual *desescolarização* das práticas juvenis em contexto escolar. Certamente, a questão ultrapassa a mera construção curricular.

Na verdade, este é um terreno onde os *enjeux* dos modos de relação com a escola mais se fazem sentir, nomeadamente na prevalência ora das orientações lúdicas da aprendizagem, ora das dimensões utilitaristas e instrumentais, inseridas em paradigmas gerencialistas, ora, ainda, das directrizes severamente ascéticas. Em boa medida os estudantes transitam entre os vários mundos (curricular e extracurricular; escolar e extra-escolar) sem sentimentos agudos de esquizofrenia, porque, de facto, a crença no monopólio da «cultura cultivada» desmoronou-se.

Em boa medida, estas disposições são impulsionadas pela própria estrutura da oferta: ampla concentração das programações culturais, particularmente a nível local (Lopes e Aibéo 2007), em eventos nos espaços públicos e semipúblicos urbanos, nomeadamente ao ar livre, através de dispositivos digitais e sofisticadas panóplias tecnológicas, apostando em «artes médias» e «públicos mediadores» (Ethis 2004); reorientação do núcleo duro das políticas culturais, *maxime* as de serviço público, no sentido da desierarquização e da extensão dos domínios da própria cultura, esbatendo as fronteiras entre arte e não-arte (paradigma da economia mediático-publicitária: Donnat 2003) ou, se preferirmos, entre arte, cultura, turismo, entretenimento, lazer e *marketing* territorial.

De igual modo, como salientam DiMaggio (1987) e Lahire (2003), proliferam as microlegitimidades culturais que actuam em pequenas regiões do espaço social, conduzindo à multiplicação de círculos, mundos da cultura, «cenas», géneros e subgéneros artísticos. Finalmente, a própria «cultura cultivada» renovou-se testando os seus limites (Warhol e a *Pop-Art* são disso excelente exemplo, mas também o *jazz* e o *rock* e *pop* «alternativos»), insistindo na *performance*, no *happening*, na citação, no híbrido, na paródia, na intertextualidade e na ironia (Harvey 1992), exaltando o «moderno» em detrimento do «clássico», tido como desactualizado, «fora de moda» e convencional.

Sabíamos já, aliás, que a maior parte dos praticantes culturais portugueses e europeus demonstram que altos níveis de capital escolar, sendo uma condição *necessária*, estão longe de se apresentar como uma condição *suficiente* para a mobilização de disposições e competências que se possam traduzir no gosto pela poesia, pela ópera, pela música clássica, pela visita a museus e a exposições, entre vários outros exemplos.

Desse ponto de vista, o paradoxo anteriormente enunciado está longe de ser exclusivo dos jovens. No entanto, dada a centralidade da imagética e da mundividência juvenis nas estruturas simbólico-ideológicas da con-

temporaneidade «ocidental», facilmente os jovens, em particular os estudantes, se tornam porta-vozes desta tendência.

A «sociedade dos jovens», ao acentuar, tanto na retórica (dos próprios e dos que os analisam...), como nas práticas, a autenticidade, a expressão e apresentação de si, a *performance* corporal e a comunicação interpessoal, alimenta e alimenta-se de uma tipicidade juvenil (Pais 1993) mergulhada numa cultura configurativa com laivos de expressão prefigurativa (Pais 1999), onde, não só os fluxos de socialização se processam com igual fulgor entre as várias gerações, como certos valores, estilos, representações e imagens galgam a estrutura etária (Featherstone 2001) colonizando todas as gerações.

Certamente, os novos modelos familiares (e mais do que os modelos, abstractos, importa referir as concretas situações familiares) implicam, também, reconfigurações nos novos modos de transmissão cultural, ao salientarem a ideologia do contrato, contrária ao velho modelo patriarcal, abrindo, deste modo, o campo de possíveis para fugas mais ou menos organizadas aos controlos familiares, eles próprios mais frouxos, e para as escolhas individuais.

Em suma, o aparente paradoxo e a intensa centralidade juvenil na sua constituição e instituição residem, em boa medida, nos processos mais vastos, de cariz societal, de individualização do sujeito contemporâneo, crescentemente activo na construção da sua identidade, ela própria diversificada por múltiplos *processos de identificação*. Ora, finalmente, estes processos são, por sua vez, altamente estimulados pela agência dos *novos intermediários culturais* e das novas tecnologias na «cadeia criação-manipulação-transmissão de bens cujo valor simbólico é preponderante» (Bovone 2001).

Segundo paradoxo: privatização e individualização *vs.* convivialidade e comunicação interpessoal

Abordámos anteriormente a perda de poder socializador por parte da díade família-escola. Falaremos, agora, do ascenso dos grupos de pares e da chamada sociabilidade horizontal. Sabemos, já, como, em contexto escolar, a sociabilidade endo e exogrupos conduz a formas pesadas de territorialidade e, particularmente, à emergência de um certo conformismo às pressões do grupo, gerando, na senda de Arendt, uma espécie de «tirania da maioria». Ora, não será esta normatividade profundamente

contraditória face aos mecanismos de individualização contemporânea, assentes no projecto (Velho 2006) e na abertura do campo de possíveis?

A resposta, a meu ver, exige uma análise demorada das modalidades de estabelecimento dos laços sociais juvenis, nomeadamente na consolidação cada vez mais poderosa de um *agonismo convivial*. A esse respeito, refere, não sem polémica, Henrique Gil Calvo: «Mediante a atenção prestada à moda audiovisual, cada jovem fica perfeitamente informado, e a baixo custo, de qual é a subdivisão social ocupada por todos e cada um dos demais jovens competidores, dentro do repertório de subdivisões estabelecido pela divisão social dos jovens [...]. Se não os podes vencer, luta: estabelece com eles uma corrida de velocidade de imitação em que vence quem correr mais depressa no seguimento da moda audiovisual. Marca a moda quem se adianta em imitar os demais antes que eles o façam: superando em rapidez de imitação os próprios exemplos do modelo a imitar. Círculo vicioso que é o imperativo categórico do predador audiovisual» (Gil Calvo 1985, 134).

No entanto, para além dos processos miméticos de consumo conspícuo, tão bem estudados por Veblen (1978), importa constatar, igualmente, a grande variedade de atitudes receptivas. Hans Robert Jauss, na sua persistente e sistemática crítica à estética da negatividade, exemplarmente plasmada em Adorno e Horkheimer (como, de resto, na generalidade da Escola de Frankfurt, Habermas incluído), insiste nas possibilidades de uma estética que não seja mera alienação devido à contaminação das indústrias da cultura e dos *mass media*.

Na verdade, estas contribuem com um importante impulso comunicacional que está longe de significar uma automática e omnipresente sujeição a normas preestabelecidas. Existe, para além dessa sujeição, a possibilidade do estabelecimento colectivo de uma nova ordem, ou seja, de uma propensão socializadora, aqui entendida como «uma orientação, uma norma ainda indefinida e cuja definição seja tornada mais precisa pela adesão de outrem» (Jauss 1978, 172). Entre uma polaridade redutora que não permite mais do que a obediência mecânica e restrita a uma norma (ou seja, a aplicação passiva de uma regra) e a pura emancipação ou o empoderamento aos quais se deve a genuína invenção do novo, existe o que Jauss apelida «efeitos de comunicação» no estrito sentido de «efeitos criadores de normas» (Jauss 1978,164). A incorporação de uma norma e, acrescentaria, a sua solidificação como disposição, não implicam, mecanicamente, a obediência sem liberdade, uma vez que os contextos e as situações impõem, também, as suas regras, entre as quais se encontra uma intrínseca variabilidade.

Talvez se entenda, neste seguimento, a ênfase colocada por Hennion e Teil (2003) no trabalho de produção dos gostos e de transformação reflexiva, por esse mesmo labor, dos sujeitos que gostam. Por outras palavras, se entendermos o gosto como um processo, uma actividade continuada, sistemática e colectivamente partilhada (impossível não pensar, de imediato, nas configurações das culturas juvenis), ressalvaremos que ele não é o produto automático dos objectos de que se gosta nem, tampouco, de uma disposição social fixa, projectada em tais objectos.

Em suma: é a tónica no trabalho comunicativo e sociabilitário das culturas juvenis o que nos permite superar o segundo paradoxo anteriormente enunciado: a produção do indivíduo, dos seus gostos, escolhas e identidades faz-se *com* e *pelas* sociabilidades. Como salientam Llaty, Brignatz e Mariottini (2003), as práticas culturais têm amiúde um cunho instrumental, afastando-se da estética pura kantiana. Esse cariz instrumental, acrescento, possui um fito implícito: fazer sociedade. No caso vertente, a sociedade dos jovens.

Terceiro paradoxo: os jovens entre a ausência e a presença

Em Portugal, um telemóvel exibido por uma aluna numa sala de aula provocou uma tempestade no universo da opinião pública e publicada. De certa forma, o episódio pode ser considerado um epifenómeno de algumas das tendências cuja análise atravessa esta reflexão. Se, por um lado, como todos os estudos sobre práticas culturais reiteram, a «cultura de quarto» é apanágio do universo adolescente e juvenil, o que significa tal configuração em termos de «abertura» e/ou «fechamento»? Ou, para irmos de encontro ao exemplo mencionado, o que passa na sala de aula é segredo de quem lá vive? Por outras palavras, encontramo-nos no âmago do que Giddens (1992) denominou descontextualização/recontextualização da acção humana através da separação entre espaço e lugar mediante a proliferação das interacções à distância e a concomitante míngua das interacções face a face.

Ora, todos os estudos sobre os usos juvenis das novas tecnologias da comunicação e da informação têm salientado a inoperância desta divisão, de tal modo que, parece-me, não faz sentido analiticamente insistir na dicotomia real/virtual mas sim na existência multifacetada e cruzada de um *real-real* e de um *real-virtual*, longe da fantasmagoria do espaço proposta por Giddens. Pensemos, então, nos telemóveis e nos usos sociabi-

litários da net: mais do que dividir esferas de existência, articulam-nas: quarto e rua, interior e exterior, sala de aula e vida juvenil, fugindo ao estabelecimento de fronteiras e, certamente, aos variados controlos institucionais, reconfigurando a própria noção de espaço público e criando uma espécie de esfera pública juvenil assente na relação e não na anomia.

Pelo contrário, a cultura letrada e livresca não activam do mesmo modo e com a mesma intensidade as redes de sociabilidade, nem servem, tão eficazmente, de suporte às conversas, trocas e tessitura de laços. Nas palavras de Castells: «o uso da internet não diminui a sociabilidade, pelo contrário. Em concordância com dados de outros países, os utilizadores da internet têm mais amigos e mais actividade social do que os não utilizadores. A grande maioria dos utilizadores não experimentam nenhuma mudança significativa na sua vida social depois de começar a usar a internet. Considerando a minoria daqueles que, na amostra, se sentem deprimidos ou socialmente isolados no último ano, os utilizadores da internet experimentam menos esses sentimentos que os não utilizadores» (Castells *et al.* 2002, 514).

Claire Bidart (1997), ao estudar as sociabilidades juvenis, salientou, precisamente, a sua particular morfologia, assente em redes extensas e activas, de domínio extra-individual e de cariz oscilante (mudando com a mobilidade residencial e social dos pais, e com a volatilidade das suas situações conjugais, mas também com a idade dos jovens), dividindo e articulando relações entre «colegas» (impostos pelo cenário de interacção institucional) e «amigos» (laços de proximidade e de vizinhança próprios das sociedades de bairro – Costa 2003). Ora, também as relações criadas na net variam de acordo com as situações, podendo originar laços fracos (com desconhecidos) que, todavia, se transformam não raras vezes em laços fortes, dando mesmo origem, posteriormente, a encontros face a face (Griffiths 1997), o que abona em favor da tese da cumulatividade.

Estudos sobre os usos da internet nas bibliotecas públicas portuguesas concluem, por seu lado, por «uma navegação não solitária, navegação delegada [pedir a amigos ou conhecidos para pesquisarem determinado item], como traços duma convivialidade física muito valorizada na adolescência, que se adiciona à convivialidade à distância» (Sequeiros 2007, 2).

Um dos campos onde este cenário mais se nota é, sem dúvida, o das práticas de leitura (Santos 2007). Com efeito, o perfil dos leitores cumulativos é claramente juvenilizado face aos suportes tradicionais (jornais, livros, revistas). Mas, talvez ainda mais relevante, «constata-se a existência de uma relação positiva entre a leitura como prática cultural e o uso da internet» (Neves 2010, 188).

Núria Monteiro (2009), por seu lado, em *Meu Doce Rapaz Geisha*, analisou as comunidades interpretativas que, na net, se forjam a partir de fortes afinidades electivas, nomeadamente no que se refere à recepção local de estilos globalizados. O movimento estético seleccionado, de origem nipónica, difunde pelo planeta um tipo particular de cinema de animação (Anime), um género de banda desenhada (Manga) e dois modos de apresentação e de *hexis* corporal: a estética lolita e o estilo *key*, este último fortemente andrógino. Ora, a autora conclui que, através das sociabilidades estabelecidas à distância, alguns jovens conseguem libertar-se dos controlos grupais de vizinhança, reorganizando as suas redes de sociabilidade ao longo da Área Metropolitana do Porto de acordo com os grupos de referência.

Em suma, as novas tecnologias da informação e da comunicação funcionam, antes de mais, como dispositivos de *relação*, constituindo ferramentas de jogo e construção identitários; transformando laços fracos em laços fortes; distinguindo e articulando laços fracos e laços fortes; transportando sociabilidades do real-real para o real-virtual e vice-versa; cruzando, por isso, em cumulatividade ou alternância, relações à distância e interacções face a face; aumentando, enfim, o raio de acção das redes de sociabilidade e diminuindo tendencialmente o isolamento juvenil.

Na verdade, como refere Donnat (2009), ao contrário da configuração de práticas culturais dos utilizadores dos velhos *media* (*maxime* a televisão), não existe um jogo de soma nula (quanto maior o televisionamento ou a audição de rádio e música, menor seria a intensidade e diversidade da cultura de saídas). Pelo contrário: os jovens franceses, em particular os mais capitalizados do ponto de vista cultural, são simultaneamente grandes adeptos dos «novos ecrãs» e do investimento em saídas culturais, superando a velha associação entre tecnologia audiovisual e domesticidade.

Os dados disponíveis no European Social Survey (2004) mostram também que, em Portugal, o grupo etário que vai dos 18 aos 34 anos é o que menos vê televisão. Inversamente, são estes os maiores utilizadores de internet.

Os novos *media* são ainda favoráveis ao que Richard Peterson (Santoro 2008) apelida «autoprodução», nomeadamente através da importação/reciclagem de conteúdos, mensagens e expressões da cultura comercial, recombinando-as, por vezes, nos segmentos juvenis mais capitalizados, com referências artísticas e eruditas, para fins identitários e de reconhecimento, mas principalmente, acrescento, de comunicação e ligação. Desta forma, a dissonância cultural raramente é sentida como tal, levando

ao questionamento ou mesmo ao colapso das barreiras entre entretenimento, arte, cultura e diversão.

Diversos estudos, alguns dos quais já referidos, apesar de associarem a juvenilização ao cruzamento e superação de hierarquias e barreiras entre níveis de cultura, géneros artísticos e mesmo esferas de actividade, tendem, no entanto, a associar tais práticas *omnívoras* (designação de Peterson que Lahire retoma, discute e generaliza a todas as classes sociais), bem como os repertórios eclécticos e os códigos expressivos/narrativos compósitos, a grupos e meios favorecidos, até pela possibilidade que estes têm de potenciar ao máximo a cumulatividade das suas redes de sociabilidade extensas e diversas. Neste caso, tratar-se-ia de um efeito combinado da variável idade com a localização de classe.

Importa, todavia, não resvalar para a procura de uma essência, por vezes apresentada como «orientação», «disposição» ou mesmo «*habitus*» (Coulangeon 2005), que identificaria os meios juvenis privilegiados com uma qualquer propensão para a «tolerância» face a uma pluralidade de configurações de sentido, contra a suposta «intolerância» dos unívoros. São as condições contemporâneas da própria possibilidade de comunicação, expressão e produção cultural, assim o pensamos, que forçam o conhecimento e o reconhecimento da diversidade, ainda que tais condições sejam desigualmente actualizadas.

Considerações finais: modos de comunicar

Partindo de uma teoria da prática que admite e valoriza a pluralidade e a complexidade disposicional e contextual (Lahire 2001), procurámos demonstrar, contra visões essencialistas, as vantagens de uma sociologia relacional atenta à complexidade.

Deste modo, foi nossa intenção articular, explicitamente:

- As diferentes práticas de comunicação;
- Os meios e suportes disponíveis;
- Os dispositivos técnicos, cujas propriedades se revelam de grande interesse analítico (contra uma sociologia que descura francamente as relações dos sujeitos com os objectos, os quais estão longe de ser tanto ferramentas neutras e/ou naturais, como resultados arbitrários das nossas classificações, por exemplo, em hierarquias de legitimidade cultural – Hennion e Teil 2003);
- Os contextos, domínios de actividade e cenários de interacção;
- Os interlocutores.

Assim, acentuamos as aprendizagens cruzadas e, apesar das tendências estabilizadas, as múltiplas formas de envolvimento social através das chamadas novas tecnologias da informação, comunicação e, sobretudo, da *relação*.

Destacámos, ainda, as plurais formas de articulação entre ausência e presença, o vaivém entre o real-real e o real-virtual, as práticas de cumulatividade e sincretismo, mas também situações de selecção com base em afinidades electivas. Para o efeito, propomos o conceito de *modos de comunicação* (ou *modos de comunicar*) para enfatizar a agência dos sujeitos, o seu lado activo e reflexivo na constituição das sociedades, desde logo através da heterogeneidade dos quotidianos e dos diversos dispositivos e objectos que nele se encontram para estabelecer vínculos e organizar sociabilidades.

Finalmente, acentuámos a importância da *cultura de ecrã* enquanto interface das mais variadas práticas (musicais, plásticas, leiturais, televisivas, autoprodução amadora, particularmente em fotografia e vídeo) e contextos (bibliotecas públicas e escolares, departamentos educativos, casa, espectáculos públicos). Omnipresença que se traduz nos *media* nómadas: vão para onde for o sujeito. Ou o sujeito vai para onde e por onde eles forem? Ambas as respostas parecem verosímeis... Afinal, sujeitos, objectos e tecnologias co-produzem-se.

Referências

Bidart, Claire. 1997. *L'amitié, un lien social*. Paris: La Découverte.

Bourdieu, Pierre. 1996. *As Regras da Arte*. Lisboa: Presença.

Bovone, Laura. 2001. «Os novos intermediários culturais: considerações sobre a cultura pós-moderna». In *Cidade, Cultura e Globalização*, org. Carlos Fortuna. Oeiras: Celta, 105-120.

Castells, Manuel *et al*. 2002. «Conclusión: cambio tecnológico, inercia histórica y transformación social». In *La sociedad red en Catalunya: Informe de investigación*. Vol. II. Barcelona: UOC, 509-523.

Costa, António Firmino da. 2003. *Sociedade de Bairro*. Oeiras: Celta.

Coulangeon, Philippe. 2005. *Sociologie des pratiques culturelles*. Paris: La Découverte.

DiMaggio, Paul. 1987. «Classification in Art». In *American Sociological Review*, 52 (4): 440-455.

Donnat, Olivier, dir. 2003. *Regards Croisés sur les Pratiques Culturelles des Français*. Paris: La Documentation Française.

Donnat, Olivier. 2009. «Les pratiques culturelles des français à l'ère numérique: éléments de synthèse, 1997-2008». In *Culture, études. Pratiques et publics*. Paris: Ministère de la Culture et de la Communication, 12 pp., http://www.pratiquesculturelles.culture.gouv.fr/doc/08synthese.pdf.

Ethis, Emmanuel, dir. 2004. *Avignon, le public réinventé : le Festival sous le regard des sciences sociales*. Paris : La Documentation Française.

European Social Survey Questionnaire, 2004, http://www.europeansocialsurvey.org/index.php?option=com_content&view=article&id=63&Itemid=356.

Featherstone, Mike. 2001. «Culturas globais e culturas locais» In *Cidade, Cultura e Globalização*, org. Carlos Fortuna. Oeiras: Celta, 83-103.

Giddens, Anthony. 1992. *As Consequências da Modernidade*. Oeiras: Celta.

Gil Calvo, Enrique. 1985. *Los depredadores audiovisuales: juventud urbana y cultura de masas.* Tecnos: Madrid.

Griffiths, M. D. 1997. «Friendship and social development in children and adolescents: the impact of electronic technology». In *Educational and Child psychology*, 14 (3): 25-37.

Harvey, David. 1992. *A Condição Pós-Moderna.* São Paulo: Loyola.

Hennion, Antoine, e Geneviève Teil. 2003. «Les protocoles du goût. Une sociologie positive des grands amateurs de musique». In *Regards croisés sur les pratiques culturelles des français*, dir. Olivier Donnat. Paris: La Documentation Française, 63-82.

Jauss, Hans Robert. 1978. *Pour une esthétique de la réception*. Paris: Gallimard.

Lahire, Bernard. 2001. *L'homme pluriel: les ressorts de l'action*. Paris: Nathan

Lahire, Bernard. 2003. «La légitimité culturelle en questions». In *Regards croisés sur les pratiques culturelles des français*, dir. Olivier Donnat. Paris: La Documentation Française, 41-62.

Lahire, Bernard. 2006. *A Cultura dos Indivíduos*. Porto Alegre: Artmed.

Llaty, Catherine, Sylvie Brignatz, e Jean-Marc Mariottini. 2003. «Choisir ses pratiques culturelles: une approche ethnologique». In *Regards croisés sur les pratiques culturelles des français*, dir. Olivier Donnat. Paris: La Documentation Française, 151-168.

Lopes, João Teixeira. 2000. *A Cidade e a Cultura.* Porto: Afrontamento.

Lopes, João, e Bárbara Aibéo. 2007. *Os Públicos da Cultura de Santa Maria da Feira*. Porto: Afrontamento.

Maresca, Bruno. 2003. «L'intensité de la consommation culturelle, signe d'urbanité». In *Regards croisés sur les pratiques culturelles des français*, dir. Olivier Donnat. Paris: La Documentation Française, 129-149.

Monteiro, Núria. 2009. *Meu Doce Rapaz Geisha*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

Neves, José Soares. 2010. «Práticas de leitura e uso da internet: uma relação cumulativa ou de soma nula?». In *Novos Trilhos Culturais: Práticas e Políticas*, orgs. Maria de Lourdes Lima dos Santos e José Machado Pais. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 177-191.

Pais, José Machado. 1993. *Culturas Juvenis*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.

Pais, José Machado. 1999. *Gerações e Valores na Sociedade Portuguesa Contemporânea*. Lisboa. Secretaria de Estado da Juventude/Instituto de Ciências Sociais.

Santoro, Marco. 2008 «Producing cultural sociology: an interview with Richard A. Peterson». In *Cultural Sociology*, 2 (1): 33-55.

Santos, Maria de Lourdes, coord. 2007. *A Leitura em Portugal*. Lisboa: Gabinete de Estatística e Planeamento da Educação

Sequeiros, Paula. 2007. « Ler as bibliotecas públicas portuguesas e os leitores adolescentes da internet: contributos informados pelas Ciências Sociais e pelas Humanidades para o seu conhecimento e compreensão». In 9.º Congresso Nacional de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas, Ponta Delgada, BAD, http://badinfo.apbad.pt/Congresso9/COM32.pdf.

Veblen, Thorstein. 1978. *Théorie de la classe de loisir*. Paris: Gallimard.

Velho, Gilberto. 2006. *Subjetividade e Sociedade. Uma Experiência de Geração*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.

Parte V
Corpos e sexualidades: que prazeres e riscos?

Vítor Sérgio Ferreira

Capítulo 12

Dar corpo à juventude: o *corpo jovem* e os jovens nos seus corpos

Introdução

Um dos rumos dos jovens de hoje tem sido em direcção ao seu próprio corpo, nos cultos à sua imagem, nos desafios aos limites dos seus gestos, na exploração dos seus sentidos e sensações, procedimentos muitas vezes valorizados e intensificados pelos riscos físicos e sociais em que incorrem. Este rumo de vida não tem sido, todavia, seguido de perto pela investigação sociológica que toma os jovens nas suas mãos. Isto, em grande medida, em virtude de o trabalho de desconstrução sociológica e de arqueologia social em torno das categorias «juventude» ou «jovem» se ter realizado a partir de estratégias de evitamento e distanciação dos biologicismos, naturalismos e evolucionismos arreigados à categoria «adolescência», que fazia coincidir esta fase de vida com a «puberdade».[1]

Neste contexto, a sociologia interessou-se pouco pela dimensão propriamente corporal implicada nesta «nova idade de vida» que é a juventude, parafraseando Galland (1990). Com a excepção de alguns estudos produzidos pelo Centre for Contemporary Cultural Studies da Universidade de Birmingham, após a II Guerra Mundial, onde os visuais das ditas «subculturas juvenis» foram objecto de algum destaque, só mais recentemente, já no decorrer dos anos 90, a sociologia começou a olhar

[1] É, aliás, a categoria «adolescência» que está no princípio dos estudos sobre jovens no início de século XX a partir da psicologia americana (Hall 1905). Ganha o monopólio até meados desse século, altura em que os termos «juventude» e «jovem» ganham visibilidade social e força política como «problema social», começando a ser objecto de estudo da sociologia. Sobre a construção social e conceptual destas categorias ver, entre outros, Criado (1998); Feixa (1993); Groppo (2000); Huerre, Pagan-Reymond e Reymond (2000 [1997]); Léon (2004); Lesko (1996); Levi e Schmidtt (1996).

com mais atenção para os jovens a partir dos seus corpos. No entanto, com um interesse ainda marginal na agenda da designada «sociologia da juventude». Demasiado marginal relativamente ao valor que lhe é socialmente conferido. Daí o objectivo principal deste artigo: inventariar algumas ordens de razão que nos fazem crer que a sociologia da juventude deveria prestar atenção redobrada às representações, valores e usos sociais do corpo entre as mais jovens gerações.

O valor social do *corpo jovem*

Não obstante a «juventude» ser uma categoria recentemente inventada e socialmente construída, que apenas e tão-somente seja uma *palavra* (Bourdieu 1980) ou uma *metáfora* (Feixa 1993), é um pressuposto que incorre numa atitude de extremo nominalismo. Ainda que a «idade jovem» seja histórica e contextualmente «um facto social instável» (Gauthier 2000) e que, por consequência, os limites para a aferição sociológica da «juventude» não sejam de natureza eminentemente biológica e não se determinem exclusivamente pela idade dos indivíduos, certo é que, socialmente, ser jovem passa também pela codificação etária de um dado modelo de corporeidade.[2] Isto na medida em que o corpo, na sua carnalidade, é um lugar privilegiado de *visualização da idade* (Bytheway e Johnson 1998).

Há, efectivamente, normas que enquadram a *figura* do jovem,[3] normas essas em grande medida estabelecidas com base em critérios de ordem corporal. Entre os vários atributos que permitem identificar a «juventude» enquanto categoria social, um dos mais visíveis e privilegiados na interacção quotidiana é, de facto, a sua *condição corporal*, consubstanciada numa multiplicidade de imagens e desempenhos físicos simbolicamente correlacionados e atribuídos a uma dada condição etária. Em última instância, a delimitação das fronteiras que delimitam a «juventude» passa também pela leitura social de atributos associados ao processo biológico de cres-

[2] O conceito de «corporeidade» é entendido como o conjunto de traços concretos do corpo que o definem como ser social: «diremos que uma dada sociedade define simultaneamente um certo *espaço de corporeidade* (ou seja, um número de possíveis corporais, formado por regras de conveniência na apresentação e na gestão do corpo) e uma certa *corporeidade modal* (ou seja, um conjunto determinado de traços valorizados)» (Berthelot 1983, 128), consubstanciada em figuras próprias a determinadas épocas, modeladas pelos contextos sociais e culturais onde emergem (Berthelot 1998). Essa corporeidade modal está, na sociedade contemporânea ocidental, associada à figura do «corpo jovem».

[3] Nos termos em que Jünger (2000) define o conceito de «figura», enquanto «um todo que engloba mais do que a soma das suas partes».

cimento e envelhecimento, os quais vão sendo socialmente codificados por relação a determinadas fases do curso de vida.

Os atributos corporais relacionados com o início da condição juvenil são, por exemplo, os primeiros sinais pubertários, muitas vezes vividos com algum embaraço e estranhamento por parte do adolescente: as borbulhas que surgem na face, a pilosidade que assoma em algumas zonas do corpo, o começo do ciclo menstrual no caso das raparigas, as primeiras ejaculações no caso dos rapazes, etc. A despedida da «idade jovem» vem, por sua vez, fisicamente associada aos primeiros atributos de «maturidade»: os primeiros cabelos brancos, ou calvície, rugas, adiposidades, maleitas várias, etc. Para além destas marcas fenotípicas, existe uma *gestalt* conotada com a imagem pública produzida sobre essa idade da vida, ou seja, um complexo de imagens (roupas e penteados, por exemplo) e desempenhos corporais (posturas, gestos e actividades físicas) cuja mobilização invoca a aproximação, a vivência ou o distanciamento da condição juvenil por relação à infância ou à adultícia.

A evolução da imagem pública da juventude portuguesa tem sido, efectivamente, marcada por uma progressiva atenção à imagem do corpo, em particular à do corpo desnudo, patente no aumento exponencial de publicidade a objectos, práticas e outros bens de consumo enquadrados em contextos de moda, desportivos, de música e dança, onde o valor estético, espectacular ou erótico da imagem física da juvenilidade é intensivamente explorado.[4] Vestido ou desnudo, mas sempre apetecível, a publicidade capitaliza o «corpo jovem» como nunca enquanto símbolo investido de poder de sedução e de captação do olhar, fazendo-o associar ao perfil do «corpo perfeito, isto é, ao corpo que apresenta as medidas padrão na relação peso-altura, tanto para o feminino, como para o masculino [...] apostada na defesa do corpo físico glorioso e realizado, onde o desejo desemboca no prazer» (Resende 1999, 9 e 15-16).

Um estudo realizado durante os anos 80 sobre a construção da identidade juvenil portuguesa, com base nos discursos normativos instituídos pela publicidade televisiva, foi relevador da intensa exploração mediática de imagens do «corpo jovem» como suporte figurativo de determinadas

[4] Sobre o culto do «corpo jovem» na publicidade, ver Castro (2003); Veríssimo (2005). Dada a amplitude social e o poder simbólico que caracterizam actualmente o discurso publicitário, este acaba por constituir o discurso hegemónico e doutrinário sobre a corporeidade contemporânea, ultrapassando largamente o poder simbólico de outros discursos tradicionalmente enunciadores, produtores e reprodutores de modelos de corporeidade, nomeadamente de «corpos de sonho», como o foram, em tempos, a literatura, na prosa ou na poesia. Ver Resende (1999, 10-13).

marcas, produtos e serviços: «a insistência dos conteúdos publicitários implicando jovens centrou-se em torno de alguns aspectos que se revelaram mais pertinentes: resumidamente, a apresentação do corpo surge como uma das representações mais marcantes da imagem juvenil, tanto na sua dimensão activa – através do desporto e da dança – como na sua dimensão simbólica – através das modas e atavios. [...] Aliás, se a imagem do corpo jovem sempre associou elementos simbólicos, nunca como hoje esta componente se tornou tão marcante. O juvenil como representação aparece pois ligado mais do que nunca ao valor simbólico e económico dos objectos e muitas dessas mercadorias associam-se directamente à imagem do corpo» (Schmidt 1993, 273-274).

A «idade jovem» é, portanto, um tempo socialmente construído, porém codificado no corpo. Uma juventude que dura cada vez mais tempo (Dirn 1999) e que se tenta que perdure, crença alimentada pelas promessas mercantis da juvenilização dos corpos (Featherstone e Wernick 1995). Os sonhos de imortalidade e os elixires da juventude sempre existiram, poções míticas cujo móbil principal era a luta pela conservação do corpo enquanto jovem. Mas se outrora esses produtos eram restritos a uma elite de afortunados, hoje em dia esse sonho tende a democratizar-se, existindo um «elixir da juventude» à mão de qualquer prateleira de supermercado. Muitos, cada vez mais, rendem-se aos produtos *light*, aos cosméticos de alisamento e tonificação da pele, às ginásticas e dietas promissoras, ao sonho de uma cirurgia estética. Contaminados por um complexo de Peter Pan profundamente enraizado nas sociedades contemporâneas ocidentais, querem dar-se a ver na sua prolongada «juventude» através da encarnação de um «corpo jovem». Em última instância, é-se jovem quando se começa a parecê-lo, e transpõe-se a condição juvenil quando se deixa de (conseguir) transparecê-lo.

Produzir e/ou manter na carne esse modelo de corporeidade socialmente idealizado e consagrado é, hoje em dia, uma ambição social largamente partilhada, a qual (sobre)vive da esperança – ilusória, convenhamos – de que, com a actual parafernália de recursos, tecnologias e serviços ao seu dispor, o corpo «se liberta da idade» (Martin-Barbero 1998). De facto, o processo biológico, morfológico e fisiológico de modificação corporal ao longo da vida tem hoje ao seu serviço um conjunto inumerável de produtos criados no sentido do seu controlo e vigilância, e vendidos com base na crença num corpo perfectível e preservável. Algumas inovações estéticas, cosméticas, tecnológicas, desportivas, nutricionais ou cirúrgicas fazem que uma determinada imagem idealizada do corpo juvenil possa ser individualmente gerida no sentido da sua produção e

do seu prolongamento, através de produtos e estratégias de retardamento da inevitabilidade dos traços que o tempo vai deixando sobre a pele – as rugas, as melenas brancas, a fadiga, os quilos «a mais»...

Neste contexto, o valor do «corpo jovem» adquire importante visibilidade e reconhecimento social enquanto corporeidade de *referência* e de *reverência* na sociedade contemporânea, protótipo glorificado, fetichizado, cobiçado, obstinadamente desejado e mercantilizado no espaço social. «Parecer mais novo do que se é importa agora muito mais do que exibir uma categoria social: a alta-costura, com a sua grande tradição de refinamento distintivo, com os seus modelos destinados às mulheres adultas e 'instaladas', foi desqualificada por esta nova exigência do individualismo moderno: parecer jovem.» E, nesta óptica, «o culto da juventude e o culto do corpo caminham a par» (Lipovetsky 1989 [1987], 166).

O «corpo jovem» corresponde a um imaginário corporal consubstanciado no desejo de obter uma tensão máxima da pele e uma silhueta conforme aos cânones de perfeição; na obsessão de manter um corpo atlético e ágil, longe da ameaça de doença ou do prenúncio de morte; de construir um corpo sedutor e sensual, sempre desejável e ávido; de explorar um corpo hedonista e irreverente, que deve proporcionar gozo e obter prazer imediato. Sob a forma de beleza, forma, saúde, vitalidade e sensualidade, este arquétipo cultural assoma hoje em dia como realidade carnal ideal(izada), normalizada e naturalizada no espaço público, alimentando expectativas e ansiedades de muitos.

Instituída como ideal «genérico» de corpo que se ambiciona para si próprio e se espera dos outros, a imagem do «corpo jovem» vem instalar-se nos «corpos particulares» que por ele se deixam seduzir.[5] É em função desse modelo de corporeidade que corpos mais ou menos jovens passam a ser alvo de observação e contemplação, vigilância e celebração, objecto de escrutínio e avaliação permanente, quer por parte do seu portador, quer dos que com ele se cruzam habitualmente.

O *mercado* e os *media* que, à escala global, servem este modelo de produção corporal e dele dependem, que o sustentam e dele se sustentam, converteram-se num espaço simbólico e discursivo altamente disciplinador dos corpos particulares, juvenis e não só. Esbatendo a fronteira entre ficção e realidade, o *star system* contemporâneo promovido pelos *media* e pela publicidade produzem e difundem a ideia de que, se as instruções de um determinado produto ou serviço forem seguidas à risca, é possível

[5] Sobre a distinção conceptual entre «corpos genéricos» e «corpos particulares», ver Da Matta (1986).

atingir o ideal corporal perspectivado. Ao mesmo tempo, a proliferação de imagens corporais que, dentro de uma cultura de consumo, diariamente assalta os jovens, torna-os mais conscientes da sua aparência externa, confrontando-os com ícones que enformam (e conformam) os ideais de perfeição física, «corpos de sonho» que saem do reino da excepção e invadem a vida quotidiana.

Tal contexto convida a sociologia da juventude a considerar os potenciais efeitos perversos desta intensa mediatização do ideal de «corpo jovem», nomeadamente na construção da *imagem corporal* dos próprios jovens.[6] Como sugere Ribeiro (2003, 50), «é natural que, ao representar o *seu* corpo (na terceira pessoa), o indivíduo o avalie pelo confronto com modelos (por exemplo, de estética) [...]. A imagem do corpo tem de facto um determinado valor para o sujeito, e é com base nesta *cotação* que ele define atitudes e organiza comportamentos no plano social. E a nota que atribui ao corpo conta, com um peso significativo, para a sua auto-estima».

Experiências dos corpos juvenis

A tentativa de encarnação dos modelos de corporeidade ideal veiculados mediaticamente pode, efectivamente, produzir efeitos na relação que alguns jovens mantêm com o seu próprio corpo e, consequentemente, na respectiva auto-estima. Ao explorar largamente imagens corporais juvenis que estabelecem elevados padrões de atractividade e desempenho corporal, a acção dos *media* e do mercado, através das suas indústrias de *design* corporal, poderá potenciar sentimentos de insatisfação e incompetência física na percepção de cada jovem sobre o seu próprio corpo quando tem como referente comparativo os modelos de corporeidade ideal mediaticamente difundidos e socialmente valorizados (Philips e Drumond 2001).

Esses efeitos podem consubstanciar-se, por exemplo, na intensificação de estratégias de vigilância sobre o corpo, na indução de distorções na percepção individual da imagem social que o corpo projecta, ou na condução de uma gestão corporal «de risco» através da aplicação radicalizada

[6] A «imagem corporal», enquanto dimensão fundamental da identidade pessoal, condensa «o conjunto de representações, sentimentos e atitudes que o indivíduo elaborou acerca do seu corpo ao longo da existência», através de experiências não apenas sensoriais e cognitivas, mas também afectivas e sociais (Bruchon-Schweitzer 1990, 173-174).

de vários regimes de modificação corporal hoje facilmente acessíveis. É neste contexto que alguns distúrbios de natureza psicopatológica cuja prevalência e cujo crescimento têm sido associados ao segmento juvenil da população (como a anorexia, a bulimia ou a vigorexia, por exemplo), podem ter a sua génese.

Relativamente a este aspecto, é de notar que, em 2000, mais de um terço dos jovens portugueses entre os 15 e os 29 anos manifestava o seu desejo de melhorar a sua forma e o seu aspecto físico. Por outro lado, destaque-se os 19% que afirmavam sentir com regularidade (*muitas* ou *algumas* vezes) *não gostar do seu corpo tal como é*, revelando uma baixa *auto-estima corporal* (Ferreira 2003, 275-280). Outro estudo realizado em 2002, desta feita com adolescentes em idade escolar, determinou que cerca de 50% dos jovens com 16 anos ou mais gostaria de alterar algo no seu corpo (Matos 2003, 22). Finalmente, uma pesquisa realizada com adolescentes do sexo feminino em turmas do 9.º ao 12.º ano frequentando escolas públicas de Lisboa, diagnosticou cerca de 30% destas a avaliarem subjectivamente o seu peso como sendo excessivo, sendo apenas cerca de 5% as que avaliam o seu peso como insuficiente ou extremamente insuficiente, quando cerca de 42% do total das jovens inquiridas apresentam um índice de massa corporal indicador de magreza. Nas palavras da autora, «esta observação leva-nos a concluir sobre a existência de uma sobrevalorização do peso real, o que prenuncia uma distorção da auto-imagem corporal das adolescentes» (Cunha 2004, 137).

Estes números têm na sua base não apenas o facto de sobre os jovens de hoje recair um conjunto de constrangimentos, pressões e apelos externos no sentido de concretizar um *dever-ser*, um *dever-parecer* e um *dever-estar* corporal que tem por referência a reverência a um certo imaginário de «corpo jovem», como já se viu, mas também o facto de este tempo da vida ser marcado por diversos e intensos estímulos intrínsecos ao próprio corpo, no sentido da alteração da sua configuração e metabolismo. Trata-se de uma fase em que, na intimidade, os sujeitos começam a verificar a inquietude de um corpo que se transforma, tornando-se um foco de atenção e vigilância pessoal. Os processos orgânicos, morfológicos e fisiológicos a ocorrer são, em alguns casos, de tal forma perturbadores da imagem corporal dos sujeitos que as estratégias de controlo que atiçam podem tomar configurações do foro obsessivo.

Com efeito, o «corpo jovem» tende a consubstanciar-se concretamente em corpos que, no âmbito das transformações imagéticas, funcionais e hormonais a que estão organicamente sujeitos, podem ser vividos e interpretados pelos adolescentes que as sentem sob a impressão de ficar

fora do controlo dos próprios. Enquanto organismo vivo e em devir, o corpo dos jovens encontra-se efectivamente sujeito a várias alterações, devidas à emergência somo-anatómica própria da «puberdade».

Esta categoria tem sido regularmente empregue no sentido de classificar um período da vida marcado por acontecimentos biológicos que assinalam o início na sequência de transformações morfológicas, fisiológicas e bioquímicas sobre o «corpo infantil». Este perde os contornos que o definiam em função de novas propriedades corporais. O próprio vocábulo *adolescência*, na sua semântica histórica, acaba por enfatizar esse mesmo processo fisiológico: *adolescere*, no latim, quer dizer «crescer», cujo particípio presente em *adolescens* significa «aquele que está a crescer» e o particípio passado *adultus* significa «parar de crescer». Contudo, «se a objectividade da transformação pubertária não levanta qualquer dúvida, o mesmo não acontece com o percurso transformacional que se opera no espaço mental do adolescente, também ele em transformação» (Pinto 2002, 61).

Enquanto continuidade de fenómenos que convergem numa progressiva transformação do organismo, a fatalidade genética, química e fisiológica das transformações que o processo pubertário origina implica uma reformulação da auto-imagem do jovem, bem como a reformulação da imagem que os outros têm de si. Daí que, apesar de sucederem numa cronologia relativamente variável, os sinais pubertários assinalem uma fase do curso de vida do indivíduo que implica um momento de (re)construção de si e do mundo, no qual o investimento, a exploração e o autogoverno do corpo humano, na forma de domesticação de muitos desses sinais, pode adquirir uma importante relevância subjectiva.

Sinalizando publicamente a entrada social na «idade jovem», o sujeito debate-se com uma nova silhueta de si próprio com a qual vai estabelecer novos elementos de identificação e identização, confronta-se com um «novo» corpo que vem a aceitar ou não, fraccionado ou por inteiro, consoante a auto-avaliação feita dos resultados das alterações fisiológicas e morfológicas por que passa, sempre condicionada pelo contexto social em que se insere. Trata-se de um período que implica, portanto, a integração identitária de uma nova imagem corporal, dotada de determinadas características físicas que podem ser mais ou menos concomitantes com os modelos corporais valorizados no seu mundo de vida, gerando efeitos quer a nível da sua própria autopercepção, quer da percepção de si na rede de interacções sociais em que se movimenta. Durante esse período pode, assim, ser experimentada uma fissura entre o corpo que se desejaria ter e o corpo que se tem (ou se pensa ter quando se olha ao espelho ou

quando se pesa), fissura para a qual a indústria de *design corporal* apresenta cada vez mais possibilidades para quem a pretende colmatar.

Entre as mudanças fisiológicas que caracterizam os sinais pubertários, destacam-se as mais visíveis, porque corporalmente exteriores: o pleno desenvolvimento dos órgãos genitais, a aceleração do crescimento em altura, o desenvolvimento muscular e de repartição de gorduras, a voz assume novas tessituras, as glândulas sudoríferas e sebáceas são hiperactivadas, intensificando odores e desencadeando erupções cutâneas na forma de acne, etc. Em latim, *pubertas* pertence a uma família de palavras eruditas derivadas de *pubis*, «pêlo», que designa o ganho de pilosidade em torno dos órgãos genitais por altura da puberdade. Por outro lado, *pubis* é ainda uma derivação de *pubes*, que significa «buço, penugem». Os pêlos da face, sob as formas de «bigode», «pêra», «barbicha» ou «suíça», eram em meados do século XIX os únicos púbis permitidos ao homem exibir publicamente, enquanto signos distintivos da ruptura irreversível que, daí para a frente, se estabelece entre ser «criança» e ser «adulto». Dito de outro modo, o buço assinala que o indivíduo se tornava capaz de se reproduzir.

Às preocupações com a auto-imagem, acrescem ainda as inquietações com a integração identitária de um corpo sexuado. Desde os textos de sustentação mais científica aos de intenção mais poética sobre a puberdade, o acento tem sido, de facto, colocado nas modificações físicas que afectam o corpo humano tornando-o apto a procriar: a «emergência de uma puberdade que faz irromper um corpo sexuado com desejos novos, muitas vezes sentidos como inconfessáveis. O adolescente depara-se com um corpo sexuado, onde medo e desejo se entrecruzam e perturbam» (Pinto 2002, 57). O seu corpo desabrocha para o desejo, assim como para a necessidade de se fazer desejar, em redes de relacionamento e de sociabilidade amical que se fragmentam e se estendem, estendendo-se também as possibilidades de encontro amoroso, o que implica a aprendizagem de competências e estratégias de sedução onde o corpo surge inevitavelmente implicado.

Todo este processo, sendo carnalmente experienciado pelos jovens em diferentes contextos sociais e culturais, é susceptível de ser investido de diferentes sentidos simbólicos e, consequentemente, de ser socialmente vivenciado de formas distintas, quer pelos próprios jovens, quer pelas instâncias sociais com que lidam quotidianamente. Os discursos técnicos e sociais que (pre)tendem normativizar tais experiências, os valores e crenças que os informam, as práticas que são agenciadas pelas instituições, as estratégias de acomodação, de resistência ou de transformação que os

próprios jovens accionam perante os enquadramentos somáticos a que estão quotidianamente sujeitos, são portanto objectos desafiantes e praticamente intactos para uma sociologia da juventude que se deseje e se proponha *encarnada*.

Corpo, identidade e autonomia juvenil

Uma outra ordem de razões para encarnar a sociologia da juventude diz respeito ao facto de vários estudos sobre jovens terem vindo a sinalizar a importância do corpo no imaginário e na vivência actual destes, nomeadamente nos respectivos processos de construção identitária e de autonomização social. Já nos idos anos 80 se constatava ser a *imagem do corpo* um dos mais importantes aspectos quer na imagem pública da juventude (Schmidt 1985, 1989), quer na vida social dos jovens (Schmidt 1993). Todos os jovens entrevistados na altura, independentemente do grupo social e do sexo, demonstravam uma grande preocupação com o corpo. Referiam o «aspecto físico» como essencial na definição e distinção de si próprios e do seu grupo, em associação não só aos atributos físicos propriamente ditos, na sua carnalidade (ser destro, forte e bonito), mas também à roupa (andar na moda), tendo o cuidado de deixar bem vincada a sua preocupação com a «originalidade» e o «estilo».

A importância objectiva e subjectiva do vestuário, do calçado e de outros objectos que cobrem os corpos e que compõem os visuais juvenis vai, de facto, bastante mais além do mero *valor de uso* que lhes é vulgarmente atribuído, ou seja, do estatuto funcional e pragmático que tais objectos também cumprem na superação de necessidades antropológicas tidas como «naturais» (Baudrillard 1995 [1972], 9-10). Os visuais construídos pelos jovens são, antes de mais, percepcionados e valorizados enquanto meio de expressão social da individualidade (Ferreira 2003, 341). Pode dizer-se, com Giddens, que «o vestuário é muito mais do que um simples meio de protecção corporal: é, manifestamente, uma forma de demonstração simbólica, uma maneira de dar forma exterior a narrativas de auto-identidade» (1997 [1991], 57).

Em 1987, num inquérito nacional realizado à juventude portuguesa, a esmagadora maioria dos jovens inquiridos concordava que os «jovens de hoje», em comparação com as mais velhas gerações, atribuem maior importância ao *corpo*, às *actividades físicas* e à *vida sexual*, constatando ainda terem gostos muito diferentes em matéria de *vestuário* (Conde 1989). Praticamente uma década mais tarde, replicaram-se esses mesmos

indicadores num inquérito desta vez representativo da população portuguesa residente no Continente, tendo-se denotado uma concordância generalizada e consensual em torno da assunção de que as novas gerações se distinguem das anteriores pela sua maior valorização do corpo, do vestuário e das actividades físicas (Ferreira 1998, 170-171).

O corpo surge assim integrado no núcleo duro dos referentes que funcionam como pólos de estruturação das fronteiras simbólicas que produzem os jovens de hoje como *condição social* e, simultaneamente, os distinguem como *geração social*.[7] O que os jovens vestem, o que calçam, o que colocam para adornar, para cheirar, para disfarçar, são recursos que fazem da sua carne uma realidade significante, que asseguram «a passagem do sensível para o sentido» (Barthes 1999 [1967], 286), adquirindo significados que expressam importantes diferenciações sociais. No fundo, são dimensões referenciais que adquirem larga visibilidade e unanimidade social enquanto signos identitários da actual «juventude», extrapolando critérios assentes na mera proximidade etária.

Aliás, destacar o actual carácter referencial e reverencial do «corpo jovem» implica salientar a permeabilidade das mais velhas gerações ao valor cardinal desta corporeidade no seu quadro de referências, por ele seduzido e influenciado nas apreciações que fazem do que é, hoje, ser «bonito», «sensual», «desejável», saudável», «dinâmico», etc. Uma certa transversalidade intergeracional na importância concedida ao valor social do corpo, pelo menos a nível discursivo, é efectivamente constatável em muitos meios sociais: «operou-se uma inversão maior nos modelos de comportamento», diz Lipovetsky, justificando esta afirmação com as palavras de Yves Saint-Laurent: «'outrora, uma rapariga queria parecer-se com a mãe. Actualmente, é o contrário que se verifica'» (1989 [1987], 163).

Nesta perspectiva, a «juventude» demonstra ser uma fase do curso de vida em que o corpo, no que nele acontece, o que com ele se faz e dele se pode e deseja fazer, toma um lugar central, investido de um valor de experimentação e exploração pessoal, bem como de expressão e reconhecimento social. No processo de (re)construção de si que implica essa fase de vida, é através do corpo que os jovens se experienciam e experimentam o mundo enquanto pessoas autónomas, se representam e se apresentam ao mundo social enquanto indivíduos singulares, sendo também a partir

[7] Por contraposição à noção de «geração demográfica», meramente definida por critérios etários, a «geração social» é «determinada mediante uma auto-referência a outras gerações (das quais se vê distinta)» (Nunes 1987 [1972], 87).

dos signos que o respectivo corpo emite que o mundo social se apropria e categoriza os sujeitos enquanto «jovens».

No entanto, o valor do «corpo jovem» e do corpo próprio entre os jovens não se revela equitativamente distribuído no espaço social. Na sequência dos inquéritos anteriores, os resultados do inquérito nacional à juventude portuguesa aplicado no ano 2000, onde houve a oportunidade de desenvolver um módulo específico dedicado às atitudes perante o corpo (Ferreira 2003), vieram não só reafirmar a centralidade do corpo nos processos juvenis de construção identitária, como também localizar e caracterizar socialmente contextos juvenis mais somatizados do que outros. Embora alguns autores, na linha de Giddens, venham falar de uma ampla reflexividade corporal no mundo contemporâneo, o facto é que a atitude de valorização e auto-responsabilização pelo *design* e pela *performance* do corpo se observa tanto mais partilhada pelos jovens quanto mais *pós-tradicionalistas* se configuram os contextos sociais onde eles se movem.

De facto, os jovens posicionados na base da hierarquia social, apenas dotados dos recursos escolares elementares, residentes em *habitat* rural, e em situações sociais mais vulneráveis e precárias, como a domesticidade e o desemprego, revelam uma atitude de maior alheamento e resignação perante a sua condição corporal: registam maiores dificuldades em avaliar o estado actual da sua condição física, e maior indiferença perante a hipótese de melhorar a sua forma e o seu aspecto físico; manifestam ainda um maior despojamento e conservadorismo perante as várias possibilidades de intervenção directa ou indirecta no corpo, investindo substancialmente menos em estratégias de vigilância, controlo, modificação e estilização corporal. São também os que menos informação procuram nos *media* acerca de cuidados a ter com o corpo. Em suma, entre os jovens com este perfil social predominam os que menos reflexividade demonstram relativamente à sua circunstância física, abandonando o corpo à sua condição de *dado natural*.

Irá ser, por sua vez, junto dos segmentos juvenis mais escolarizados e de estatuto social mais elevado, residentes em meio urbano, com particular (mas não exclusiva) incidência no universo feminino, que se encontraram os jovens mais interessados nas tematizações mediáticas do corpo; mais insatisfeitos e exigentes com a sua condição física; mais sensíveis e conscientes dos riscos implicados em determinadas mobilizações corporais; mais diligentes e aplicados nos cuidados de higiene diária; mais vigilantes e restritivos na alimentação que fazem; mais dedicados a regimes desportivos sob a égide da manutenção ou melhoria da forma e as-

pecto físicos; mais permissivos na aceitação de determinadas modificações corporais inovadoras ou extravagantes e mais audazes na sua concretização; mais eclécticos e pormenorizados nos recursos convocados na composição dos seus visuais.

Outros estudos vêm ainda encontrar o corpo como suporte mobilizado na afirmação e no «empoderamento» social por parte dos jovens. A entrada na «idade jovem» marca o início de uma condição de transição onde estes tentam conquistar uma autonomia acrescida na escolha das suas próprias referências. É uma fase caracterizada por tentativas de *experiência autonómica* ou socialmente *emancipatória* que, frequentemente, passam por investimentos no corpo sob a forma de imagem, movimento ou sensação. Conscientes do seu elevado valor expressivo e performativo, e aproveitando a sua disponibilidade universal e os recursos que lhe são actualmente destinados, os jovens encontram no corpo um lugar de desenvolvimento de experiências e projectos corporais quer sob o signo da conformação, quer da contestação aos modelos e instituições de produção corporal dominantes.

A reivindicação de autodeterminação nas formas de se apresentar publicamente – como, por exemplo, de escolher o que vestir e como vestir (König 2008) ou de colocar um ou mais *piercings* ou tatuagens (Ferreira 2008), – bem como de se engajar em condutas socialmente consideradas «de risco» para a saúde – como fumar, beber, usar drogas (Flanagan, Stout e Gallay 2008) ou restringir a ingestão de alimentos (Carmo 1994, 1999) – são comportamentos que, entre os jovens, vêm muitas vezes no sentido de desafiar ordens e poderes corporais estabelecidos (os pais, a escola, etc.).

A concretização destes comportamentos é frequentemente percebida como o exercício de um direito individual sob um bem que os jovens entendem ser sua propriedade privada – o corpo –, bem esse susceptível de ser capitalizado na luta que quotidianamente empreendem pela conquista do seu espaço de subjectividade e lugar no mundo, pelo controlo sobre si próprios e sobre as suas vidas. Propriedade de primeira ordem para muitos jovens despossuídos de outros recursos e capitais a potenciar e a agenciar socialmente, o corpo é, durante essa fase do curso de vida, investido de regimes que vêm frequentemente no sentido da definição e inserção social do jovem, da sua construção individual e do reconhecimento social enquanto pessoa (relativamente) autónoma nas suas tomadas de decisão.

O corpo como operador social de uma ética juvenil de celebração

Por fim, outra das ordens de razão invocadas para eleger o corpo entre os objectos da sociologia da juventude prende-se com o facto de esse recurso desempenhar um papel central enquanto operador social, expressivo e emotivo, na vivência de uma ética de celebração entre os jovens de hoje. Algumas práticas *do* corpo e *no* corpo encontram-se na base da estruturação de muitos dos núcleos de sociabilidade juvenis que se desenvolvem actualmente: as actividades físicas e/ou desportivas, os desportos radicais, o *parkour*, a *street dance* ou a *break dance*, o *clubbing* e outras formas de apropriação e vivência social da *dance music* (como as festas), a tatuagem e o *body piercing*, os gostos alimentares, entre muitas outras, são práticas que potenciam a criação de *bio-sociabilidades*, ou seja, de cumplicidades sociais que têm o corpo como epicentro (Ferreira 2009).

Trata-se de formas sociabilísticas constituídas e reconhecidas não por vínculos ideológicos de ordem política, religiosa, idiomática, territorial ou de classe, mas estruturadas, sobretudo, na base de afinidades electivas e afectivas de ordem estética, cenográfica e performativa socialmente compartilhadas, onde os investimentos em termos de imagem, movimento ou sensação corporal ocupam um lugar central enquanto recurso expressivo de identidades e estilos de vida.

Longe da lógica holista de *contestação* colectiva característica de alguns movimentos juvenis do passado, as culturas juvenis contemporâneas assumem formas mais mundanas, com ambições mais rasantes e intenções mais contextualizadas. Partilham sobretudo a *celebração* convivialista e somatizada de valores sensíveis como o hedonismo, o presentismo ou o experimentalismo, quotidianamente operacionalizados e concretizados através do corpo: o *experimentalismo* enquanto tentativa constante de desafiar o limite possível, mesmo que tal implique riscos, muitas vezes de vida; o *hedonismo* como princípio do prazer, do gozo e da satisfação em torno do lúdico e do lazer; o *presentismo* como forma imediata e desfuturizada de viver intensivamente o momento presente.

Em contraponto às formas passivas de «matar o tempo» ou às formas combativas de viver a vida, esta ética da celebração evidencia uma constante procura do lado festivo da vida, enquanto demonstração de vitalidade e de energia criativa (Caillois 1988 [1961]). Perante o excesso de possibilidades e opções, incertezas e aleatoriedades, pressões e prescrições, solicitações e exigências, sonhos ou expectativas sociais a que os jovens estão ac-

tualmente sujeitos nas suas vidas quotidianas, muitas vezes objectivamente pouco concretizáveis, muitos jovens respondem com *excessividade* nos seus investimentos mais imediatos e acessíveis, nos consumos e nas aparências, nas experiências e nos prazeres, na intensidade e velocidade com que se entregam à vida, muitas vezes com consciência dos riscos que correm, numa espécie de dever continuado e hiperactivo de celebração.[8]

É nesta óptica que o espaço liso e disponível do corpo humano vem a tomar um valor fundamental como operador expressivo e emotivo, um corpo que é socialmente percebido, mobilizado e vivido como um recurso a explorar nas suas várias potencialidades *plásticas*, *cinéticas* e *sensoriais*, susceptível de ser moldado, experimentado, excitado, intensificado através de práticas e consumos vários – música, dança, desporto, sexo, drogas, bebidas alcoólicas, etc. Estas são actividades que permitem aos jovens um mundo de sensações e experiências intensas na sua relação com o mundo. São investimentos libertadores de potencialidades e capacidades internas do corpo, intensificadores de energias vitais que se espelham na superfície, fazendo reverberar no interior do corpo individual forças provenientes do corpo social, estímulos que o atravessam através da excitação dos sentidos (visuais, sonoros, epidérmicos, olfactivos ou gustativos).

São, muitas vezes, usos corporais que traduzem um *excesso de presença* no espaço público, que colocam o corpo em evidência social na sua imagem, gesto ou emoção, expressos através da ostentação de visuais espectaculares, de movimentos arriscados ou de consumos considerados transgressivos. A excessividade é-lhes socialmente reconhecida considerando as convenções que, na cultura somática actual, regulam as possibilidades de mobilização e apropriação do corpo. São *performances* que se regem por um princípio de transgressão, por oposição à ideologia da «juventude» como categoria de risco sanitário, muitas vezes veiculada em discursos de técnicos, sujeitos e instituições a operar na área dos «problemas juvenis» (saúde sexual e reprodutiva, doenças sexualmente transmitidas, gravidez adolescente, toxicodependência, acidentes de viação, tabaco e álcool, depressão, suicídio, perturbações alimentares, violência, etc.).[9]

Enfatizando mais o *processo* que o *produto*, são usos do corpo que podem tomar a forma de *experiências de transcendência*, pressupondo por

[8] A excessividade, segundo Aubert (2005), é uma das principais características do indivíduo *hipermoderno*, frenético, enérgico e inovador, produto da actual *modernidade exacerbada*, em contraposição ao homem razoável do passado, que valorizava a «medida justa», a «sensatez» e o «equilíbrio», durante muito tempo o ideal moral e social de pessoa.

[9] Ver, entre outros, Le Breton (2002); Loriol (2004); Maillochon (2004).

parte de quem as empreende uma intenção de se exceder de si próprio, manifesta na constante procura de definição e superação dos seus limites últimos. Trata-se de uma busca realizada em nome do próprio, enquanto sujeito com capacidade de colocar a si mesmo os seus limites mais extremos. São práticas que encerram, portanto, um sentido de *prova*, correspondendo ao exercício de um poder performativo que permite a quem as pratica testar e demonstrar capacidades, habilidades e particularidades com uma expressão simbólica de poder e distintividade. Isto no sentido em que funcionam como manifestações, para si próprio e para os outros, de que se é capaz, corajoso, forte, habilidoso, e não mero agente passivo, alienado e reflexo mimético de outros, sujeito às expectativas e pressões sociais destes.

A excessividade que caracteriza estas práticas *do* corpo e *no* corpo poderá compensar assim uma espécie de *sentimento de inexistência* particular aos estatutos de pessoa e cidadão dos jovens, enquanto conjunto de provas sociais e simbólicas que lhes propiciam a ruptura com uma autopercepção enquanto «mais um entre muitos», com uma existência igual a tantas outras, deixado à mercê dos caminhos previamente traçados e das expectativas sobre si depostas pelas instituições que tradicionalmente enquadram as vivências juvenis. São práticas que poderão, por isso, expressar um desejo de existência por parte de quem as agencia, uma ambição de protagonismo e de emancipação, enquanto potenciadoras de um sentimento de ser «alguém» no mundo.

Considerações finais

Dar corpo à juventude e conhecer as configurações e ancoragens sociais das manifestações corporais dos jovens, nas formas sociabilísticas que revestem, nas lógicas simbólicas que nelas são investidas e nos efeitos sociais que produzem, revela-se assim uma tarefa inovadora e relevante para a actual sociologia da juventude. Desde logo, porque tem a mais-valia de restituir uma dimensão que os jovens tanto valorizam e mobilizam na sua vivência quotidiana: o seu lugar corporal. Um lugar onde podemos encontrá-los enquanto *sujeitos do* social e não apenas *sujeitos ao* social. Se é no corpo que muitos jovens mais intensamente experimentam e vivem o controlo social e os mecanismos disciplinares, é também nele que muitos encontram o lugar performativo de expressão e desempenho do ideário de singularidade, liberdade, autenticidade e autonomia individual constitutivo das subjectividades da modernidade mais recente.

Deste modo, do cruzamento da sociologia da juventude com a sociologia do corpo, ainda de estatuto fluido e controverso, de conceitos indecisos e metodologias tacteantes, pode emergir uma aproximação sociológica de enorme potencialidade *heurística*, permitindo chegar aos universos juvenis para além das suas tradicionais portas de entradas – muitas vezes mais construídas pelo investigador do que realmente vividas pelos jovens – e devolver-lhes dimensões sociais e sociológicas que, noutras aproximações, seriam difíceis de captar.

Posicionado na intersecção da relação e da *praxis*, da linguagem e do símbolo, da instituição e da contestação, da percepção e da acção, da sensação e da emoção, o corpo constitui um importante *operador social*, considerando as bases necessariamente encarnadas da acção social. Daí a necessidade de olhar para o corpo não apenas como *objecto de poder* mas também de *locus de acção*, e repensar a sua carnalidade de uma forma activa, entendendo o corpo concreto não apenas como *produto* mas também como *agente social,* um *operador social activo* (Crossley 1996, 99).

A este estatuto, junta-se ainda o de *operador epistemológico*: o corpo pode ser tomado não apenas como um objecto a conhecer, mas também como um meio de conhecimento, pela possibilidade que confere em, através dele, (re)conhecer as formas de poder que o social imprime na natureza, bem como os modos como os próprios recursos, capacidades e atributos físicos são socializados e/ou explorados socialmente.

Referências

Aubert, Nicole, org. 2005. *L'individu hypermoderne*. Paris: Érès.

Barthes, Roland. 1999 [1967]. *Sistema da Moda*. Lisboa: Edições 70.

Baudrillard, Jean. 1995 [1972]. *Para Uma Crítica da Economia Política do Signo*. Lisboa: Edições 70.

Berthelot, Jean-Michel. 1983. «Corps et société : problèmes méthodologiques posés par une approche sociologique du corps». *Cahiers Internationaux de Sociologie*, LXXIV: 119-131.

Berthelot, Jean-Michel. 1998. «Le corps contemporain, figures et structures de la corporéité». *Recherches Sociologiques*, XXIX, 1: 7-18.

Bourdieu, Pierre. 1980. «La jeunesse n'est qu'un mot». *Questions de Sociologie*. Paris: Éd. de Minuit, 143-154.

Bruchon-Schweitzer, Marilou. 1990. *Une psychologie du corps*. Paris: PUF.

Bytheway, Bill, e Julia Johnson. 1998. «The sight of age». In *The Body in Everyday Life*, orgs. Sarah Nettleton e Jonathan Watson. Londres: Routledge, 243-257.

Caillois, Roger. 1988 [1961]. *O Homem e o Sagrado*. Lisboa: Edições 70.

Carmo, Isabel do. 1994. *A Vida por Um Fio: A Anorexia Nervosa*. Lisboa: Relógio D'Água.

Carmo, Isabel do. 1999. *Magros, Gordinhos e Assim-Assim: Perturbações Alimentares dos Jovens*. Porto: Âmbar.

Castro, Ana Lúcia. 2003. *Culto ao Corpo e Sociedade: Mídia, Estilos de Vida e Cultura de Consumo*. São Paulo: AnnaBlume.

Conde, Idalina. 1989. *A Identidade Social e Nacional dos Jovens*. Juventude Portuguesa. Situações, problemas, aspirações, n.º 8. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais/Instituto da Juventude.

Criado, Enrique Martin. 1998. *Producir la juventud*. Madrid: ISTMO.

Crossley, Nick. 1996. «Body-subject/body-power: agency, inscription and control in Foucault and Merleau-Ponty». *Body & Society*, 2 (2): 99-116.

Cunha, Maria João. 2004. *A Imagem Corporal: Uma Abordagem Sociológica à Importância do Corpo e da Magreza para as Adolescentes*. Azeitão: Autonomia 27.

Da Matta, Roberto. 1986. «O corpo brasileiro». In *De Corpo e Alma*, org. Ilana Strozenberg. Rio de Janeiro: Comunicação Contemporânea, 76-85.

Dirn, Louis. 1999. «Une jeunesse qui dure». *Sciences Humaines*, 26: 18-21.

Featherstone, Mike, e Andrew Wernick, orgs. 1995. *Images of Aging: Cultural Representations of Later Life*. Londres: Routledge.

Feixa, Carles. 1993. *La joventut com a metàfora*. Barcelona: Secretaria General de Joventut.

Ferreira, Vítor Sérgio. 1998. «Atitudes perante a sociedade». In *Gerações e Valores na Sociedade Portuguesa Contemporânea*, org. José Machado Pais. Lisboa: Secretaria de Estado da Juventude/Instituto de Ciências Sociais, 149-244.

Ferreira, Vítor Sérgio. 2003. «Atitudes dos jovens portugueses perante o corpo». In *Condutas de Risco, Práticas Culturais e Atitudes perante o Corpo*, orgs. José Machado Pais e Manuel Villaverde Cabral. Oeiras: Celta Editora, 265-366.

Ferreira, Vitor Sérgio. 2008. *Marcas que Demarcam: Tatuagem,* Body Piercing *e Culturas Juvenis*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.

Ferreira, Vitor Sérgio. 2009. «Youth scenes, body marks and bio-sociabilities». *Young: Nordic Journal of Youth Research*, 18 (3): 285-306.

Flanagan, Constance, Michel Stout e Leslie Gallay. 2008. «It's my body and none of your business: developmental changes in adolescents' perceptions of rights concerning health». *Journal of Social Issues*, 64 (4): 815-834.

Galland, Olivier. 1990. «Un nouvel âge de la vie». *Revue Française de Sociologie*, XXXI: 529--551.

Gauthier, Madeleine. 2000. «L'âge des jeunes: 'un fait social instable'». *Lien Social et Politique*, 43: 23-32.

Giddens, Anthony. 1997 [1991]. *Modernidade e Identidade Pessoal*. Oeiras: Celta.

Groppo, Luís António. 2000. *Juventude: Ensaios sobre Sociologia e História das Juventudes Modernas*. Rio de Janeiro: DIFEL.

Hall, Stanley. 1905. *Adolescence: Its Psychology and Its Relations to Physiology, Anthropology, Sociology, Sex, Crime, Religion, and Education*. Vols. I e II. Nova Iorque: Apleton.

Huerre, Patrice, Martine Pagan-Reymond, e Jean-Michel Reymond. 2000 [1997]. *A Adolescência não Existe: História das Tribulações de Um Artifício*. Lisboa: Terramar.

Jünger, Ernest. 2000. «A figura enquanto um todo que engloba mais do que a soma das suas partes». *Revista de Comunicação e Linguagens*, 28: 9-17.

König, Alexandra. 2008. «Which clothes suit me? The presentation of the juvenile self». *Childhood*, 15 (2): 225-237.

Le Breton, David. 2002. *L'adolescence à risque*. Paris: Autrement.

Léon, Oscar Dávila. 2004. «Adolescencia y juventud: de las nociones a los abordajes». *Última Década*, 21: 83-104.

Lesko, Nancy. 1996. «Denaturalizing adolescence: the politics of contemporary representations». *Youth & Society*, 28 (2): 139-161.

Levi, Giovanni e Jean-Claude Schmidtt. 1996. *História dos Jovens*. 2 vols. São Paulo: Companhia das Letras.

Lipovetsky, Gilles. 1989 [1987]. *O Império do Efémero*. Lisboa: Publ. Dom Quixote.

Loriol, Marc. 2004. «'Être jeune' est-il dangereux pour la santé ?». In *Ce que nous savons des jeunes*, orgs. Catherine Pugeault-Cicchelli, Vincenzo Cicchelli e Tariq Ragi. Paris: PUF, 99-112.

Maillochon, Florence. 2004. «De la sexualité prémaritale à la sexualité à risque». In *Ce que nous Ssavons des jeunes*, orgs. Catherine Pugeault-Cicchelli, Vincenzo Cicchelli e Tariq Ragi. Paris: PUF, 113-127.

Martin-Barbero, Jesus. 1998. «Jovenes: des-ordem cultural e palimpsestos de identidad». In *Viviendo a toda: jóvenes, territórios culturales y nuevas sensibilidades*, orgs. H. Cubides, M. C. Laverde e C. E. Valderrama. Bogotá: Universidad Central y Siglo del Hombre Editores, 22-37.

Matos, Margarida Gaspar, coord. 2003. *A Saúde dos Adolescentes Portugueses (Quatro Anos Depois)*. Lisboa: Edições FMH.

Nunes, Adérito Sedas. 1987 [1972]. *Questões Preliminares sobre as Ciências Sociais*. Lisboa: Presença.

Philips, Janine M., e Murray Drummond. 2001. «An investigation into the body image perception, body satisfaction and exercise expectations of male fitness leaders: implications for professional practice». *Leisure Studies*, 20: 95-105.

Pinto, José Manuel. 2002. *Adolescência e Escolhas: À Descoberta da Singularidade*. Coimbra: Quarteto Editora.

Resende, José Manuel. 1999. «A construção social do corpo nas sociedades de modernidade tardia: disposições corporais distintivas e a corporalidade como recurso mobilizado nas relações e trajectórias sociais». *Fórum Sociológico*, 1-2: 9-40.

Ribeiro, Agostinho. 2003. *O Corpo que Somos: Aparência, Sensualidade, Comunicação*. Lisboa: Editorial Notícias.

Schmidt, Luísa. 1985. «A evolução da imagem pública da juventude portuguesa: 1974--1984». *Análise Social*, XXI, 87-88-89: 1053-1966.

Schmidt, Luísa. 1989. «O discurso publicitário e a construção da juventude como categoria social». Trabalho de síntese para as provas de acesso à categoria de assistente de investigação, Lisboa, ICS (policopiado).

Schmidt, Luísa. 1993. «Publicidade *versus* consumo: os jovens preferem as 'colas'». *Estruturas Sociais e Desenvolvimento*. Actas do II Congresso Português de Sociologia. Vol. II. Lisboa: Fragmentos, 271-281.

Veríssimo, Jorge. 2005. «As representações do corpo na publicidade Calvin Klein». Tese de doutoramento, Lisboa, ISCTE (policopiado).

Pedro Moura Ferreira

Capítulo 13

A sexualidade dos jovens portugueses: práticas sexuais numa perspectiva comparada

Introdução

O presente texto tem por objectivo explorar a sexualidade dos jovens portugueses num quadro comparativo. O ponto de partida consiste na descrição das práticas sexuais com parceiro entendidas como um aspecto do processo de aprendizagem e de experimentação da sexualidade através do qual é possível apreender algumas dimensões da cultura sexual e o perfil das relações de género que caracteriza a actual geração jovem. A descrição das práticas sexuais em função de atributos sociais, como o sexo, a religiosidade, ou a instrução, ou ainda, em sentido mais lato, dos contextos nacionais, visa identificar fontes sociais e culturais que possam enquadrar as regularidades e as diferenças que nelas se observam. A sexualidade é formatada pelos valores que se atribuem aos actos sexuais, estando por isso sujeita a definições que mudam em função do tempo e dos lugares sociais. Mudanças nas práticas sexuais são mudanças nos valores, que formatam também os vínculos entre parceiros e os significados que envolvem (Jaspard 2005). Apreender as preferências e a frequência de determinadas práticas é seguir o rasto das mudanças que atravessam uma cultura sexual, em especial no modo como reconfigura as relações de género.

A incursão realizada obedece a três momentos de análise. O primeiro, começa por reportar as prevalências das práticas sexuais que foram consideradas: *fellatio, cunnilingus*, sexo anal e masturbação com parceiro. O segundo centra-se na descrição dos desdobramentos dessas práticas em função de algumas variáveis que contemplam uma dupla perspectiva:

por um lado, as influências que o contexto social mais amplo exerce sobre a sexualidade dos jovens e, por outro, os efeitos que o processo de aprendizagem e de experimentação tem na incorporação das práticas sexuais. Por último, desenvolveu-se uma análise comparativa com base em três países – Portugal, Brasil e França.

Os dados resultam de um inquérito realizado, em 2007, sobre os comportamentos sexuais dos portugueses e a infecção do VIH/SIDA. A população-alvo é constituída por indivíduos de idades entre os 16 e os 65 anos, residentes em Portugal continental. A amostragem seguiu um procedimento *multistage-area* aleatória, tendo por base a repartição das freguesias por 12 estratos, definidos na base de duas variáveis de estratificação (a residência e o número de residentes por freguesia). Do ponto de vista da realização do inquérito, que contemplou a aplicação de quatro versões do questionário (duas femininas e duas masculinas), foram feitas 3643 entrevistas. A alternância entre as versões seguiu um critério aleatório sistemático. Todas as versões do questionário eram constituídas por duas partes: uma de questionamento pelo inquiridor e outra de autopreenchimento. Após o preenchimento, o questionário era colocado num envelope que, de seguida, era anonimizado.

A análise às práticas sexuais dos jovens baseia-se numa subamostra das entrevistas realizadas, constituída por 880 jovens entre 16 e 24 anos, dos quais 50,6% são homens e 49,4% mulheres. Do ponto de vista do início das relações sexuais, verifica-se que cerca de 28,8% são virgens, havendo uma diferença assinalável entre homens (20%) e mulheres (37%). Também em relação à idade média de início das relações sexuais existem diferenças acentuadas, sendo a iniciação masculina realizada cerca de um ano antes da feminina (respectivamente, 16,5 e 17,3 anos).

As práticas sexuais com parceiro

Em termos da actividade sexual com parceiro, o propósito é averiguar a prevalência das formas de expressão sexual contempladas – o sexo oral, na sua dupla acepção *(fellatio* e *cunnilingus)*, o sexo anal e a masturbação com parceiro – e a variedade dos repertórios sexuais dos indivíduos. A relação sexual vaginal não está incluída neste rol de práticas porque constituiu a questão-filtro que dava acesso à parte autopreenchida do questionário sobre as práticas sexuais. À semelhança dos dados obtidos em outros inquéritos (Bajos e Bozon 2008), a penetração vaginal é praticada por todos os que declaram ter tido relações sexuais. Esta generaliza-

ção traduz o facto de a relação vaginal constituir a prática que mais caracteriza a heterossexualidade. As outras práticas sexuais contempladas não têm o mesmo grau de generalização e registam níveis de adesão diferenciados devido a razões que vão desde as atitudes e as representações perante a sexualidade, que condicionam a incorporação das práticas no repertório sexual, até alguns atributos sociodemográficos e relacionais que interferem na dinâmica da vida sexual (experiência, falta de parceiro, etc.). É importante realçar nesta altura que as relações com pessoas do mesmo sexo foram excluídas da análise, na medida em que, tendo especificidades próprias em termos da articulação entre género e sexualidade, devem ser objecto de uma análise independente.

A descrição das práticas sexuais tem ainda de considerar a medida de prevalência usada. O inquérito contemplou a prevalência ao longo da vida e não apenas a actual, pois certas práticas podem ter sido experimentadas num determinado período do curso de vida ou com outro parceiro que não o actual. A prevalência pode ser, assim, vista em função desses dois parâmetros temporais. O primeiro parâmetro toma por referência a trajectória ao longo da vida, ou seja, determina se uma dada prática foi alguma vez realizada; o segundo reporta o presente, que em termos operacionais foi circunscrito ao último ano, e permite aferir a actualidade da prática em causa. No âmbito desta análise, no entanto, apenas se considera a prevalência ao longo da vida. Naturalmente, os valores desta não poderão ser inferiores ao da prevalência actual, sendo, na maioria dos casos, superiores e, em alguns, até bastante superiores. A prevalência indica apenas se uma determinada prática integra ou integrou o repertório sexual do indivíduo, mas não autoriza que se retire qualquer ilação em relação à frequência com que ocorre ou ocorreu.

A ordenação decrescente das práticas sexuais coloca na primeira posição lado a lado a masturbação com parceiro (79,0%) e o sexo oral (78,5%), ainda que este último diga respeito a duas práticas que, embora muito correlacionadas, não se sobrepõem completamente (quadro 13.1). De facto, a observação individualizada mostra valores menos elevados quer em relação ao *fellatio* (68,6%), quer em relação ao *cunnilingus* (67,9%). O desnível percentual revela que uma parte minoritária dos que praticam sexo oral apenas reporta uma das suas manifestações, sendo, evidentemente, uma questão a explorar as diferenças que estão subjacentes a essas preferências. Na última posição surge o sexo anal, que constitui a prática com a menor difusão (34,7%).

Quando se consideram as diferenças entre homens e mulheres, a ordenação regista algumas alterações que, embora não envolvam variações

Quadro 13.1 – Prevalência das práticas sexuais ao longo da vida dos jovens de 16-24 anos (%)

	Homens	Mulheres	Total	*p-value*
Masturbação c/ parceiro	79,5	78,4	79,0	0,760
Fellatio	73,1	62,7	68,6	0,005
Cunnilingus	66,5	69,7	67,9	0,387
Não sexo oral	20,2	23,3	21,5	0,355
Sexo anal	43,1	23,8	34,7	0,000

percentuais muito acentuadas, são significativas, quer porque conduzem a ordenações distintas das diferentes práticas, quer porque implicam alinhamentos divergentes em relação à ordenação do conjunto da população. Considerando a distribuição masculina, existem três registos a fazer: o primeiro assinala o sexo oral como a prática mais recorrente a seguir à relação vaginal; o segundo refere uma subida do *fellatio*; e o terceiro refere também a prevalência mais elevada do sexo anal. A distribuição feminina revela-se mais fiel à ordenação do conjunto da população, mas com uma alteração: o *cunnilingus* (69,7%) troca de posição com o *fellatio* (62,7%).

Confrontando as duas distribuições não se pode deixar de verificar um contraste acentuado entre as respostas dos homens e as das mulheres, que se traduzem na amplitude das diferenças, particularmente em relação ao sexo anal e ao *fellatio*. Em relação a esta última a diferença é superior a dez pontos percentuais e em relação à primeira é de quase o dobro. Já em relação às outras duas práticas, os valores são mais convergentes, sendo de assinalar que o *cunnilingus* é a única prática que as mulheres reportam mais vezes do que os homens. As diferenças nas respostas revelam que não existe similitude na forma de reportar as práticas sexuais. Esta assimetria tanto pode ser devida a uma subestimação feminina causada por uma certa inibição em relação à expressão da sexualidade, como provocada por uma ideologia da masculinidade que conduz a uma valorização masculina das práticas sexuais. Seja como for, as diferenças entre homens e mulheres na forma de reportar as práticas sexuais estão sujeitas a significações e interpretações que integram os desequilíbrios de poder que acompanham as relações de género.

Evidenciado o papel do género na diferenciação das práticas sexuais interessa também ter em consideração o papel de dois conjuntos de variáveis usados no âmbito da análise que se desenvolveu. O primeiro reúne duas variáveis – a escolaridade e a religião – que remetem para as transformações estruturais que têm afectado o campo sexual nas últimas décadas, designadamente no sentido da diversificação e individualização

das trajectórias sexuais e relacionais e do declínio da regulação da sexualidade por princípios absolutos (Bozon 2005). O segundo conjunto reúne também duas variáveis que evidenciam a sexualidade como um processo social de aprendizagem e de experimentação (Heilborn 2006) que se traduz no desenvolvimento de uma trajectória sexual: o tempo decorrido desde o início das relações sexuais e o número de parceiros.

As práticas sexuais e as mudanças no campo sexual

O sexo oral

De acordo com certas perspectivas (Gagnon e Simon 1987), o sexo oral tem vindo a generalizar-se no repertório sexual dos indivíduos. A disseminação do sexo oral é um processo progressivo de inclusão na sexualidade conjugal e pré-conjugal, que não pode ser desligado das mudanças mais gerais que afectaram o campo sexual nas últimas décadas.

A escolaridade é, sem dúvida, um factor relevante que tem influenciado e, ao que tudo indica, continua a influenciar os comportamentos sexuais, designadamente os contactos orais-genitais. De uma forma geral, pode dizer-se que o número de jovens que dizem nunca ter praticado sexo oral diminui à medida que aumenta o nível de instrução (quadro 13.2). No universo masculino, passa de 31,5% para 7,9% entre o nível de instrução mais baixo e o superior, enquanto no feminino os números correspondentes são, respectivamente, 39,5% e 15,7%. No entanto, a progressão não tem a mesma cadência em ambos os sexos. Os contactos orais-genitais, ou seja, o *fellatio* e o *cunnilingus*, registam um movimento muito linear nas mulheres, que se traduz em valores percentuais mais elevados quando se passa de um nível de instrução para o que está imediatamente acima. Nos homens a progressão é sobretudo entre os dois níveis de instrução mais baixos, pelo que os valores registados no nível de instrução superior não diferem muito do nível de instrução que o precede. Tendo em conta estas diferenças, a educação parece exercer um papel mais relevante na incorporação das práticas orais-genitais no repertório sexual feminino do que no masculino.

O segundo indicador, a prática religiosa, convoca uma das envolventes sociais mais condicionantes da sexualidade, cuja influência afectou mais marcadamente as gerações mais velhas. A laicização crescente da sociedade implicou uma desvinculação progressiva das normas religiosas re-

Quadro 13.2 – Práticas sexuais segundo o nível de instrução (%)

	2.º e 3.º ciclos	Secundário	Superior	*p-value*
Masculino				
Masturbação c/ parceiro	68,8	86,0	91,5	0,001
Fellatio	60,5	82,7	81,5	0,000
Cunnilingus	54,0	77,1	73,4	0,000
Não sexo oral	31,5	13,0	7,9	0,000
Sexo anal	44,7	41,6	40,4	0,724
Feminino				
Masturbação c/ parceiro	58,7	82,9	89,2	0,000
Fellatio	44,3	69,5	74,6	0,001
Cunnilingus	46,7	75,3	80,3	0,000
Não sexo oral	39,5	18,6	15,7	0,000
Sexo anal	22,8	23,8	26,0	0,832

lativas ao campo sexual, que tendiam a circunscrever as práticas sexuais ao âmbito da reprodução e a confinar o exercício da sexualidade ao perímetro institucional da família, com a consequente negação ou o não reconhecimento da sexualidade pré-conjugal. O declínio da influência religiosa abriu o campo da experimentação sexual das novas gerações. E, dentro destas, sobretudo os segmentos juvenis menos exposto à influência religiosa.

É, pelo menos, esse sentido que as percentagens que resultam do cruzamento entre práticas orais-genitais e a prática religiosa sugerem (quadro 13.3). De forma geral, é possível verificar que a intensificação da prática religiosa traz uma menor adesão a essas práticas sexuais. Apesar de esta variação inversa percorrer os diferentes níveis em que se desdobra a prática religiosa – regular, ocasional e sem prática –, nem sempre a diferença numérica entre eles é suficientemente dilatada para ser significativa do ponto de vista estatístico. As relações não significativas afectariam mais os comportamentos masculinos do que os femininos. Por outras palavras, a intensidade religiosa apenas faz diferença no caso das raparigas, tendo um efeito neutro no caso dos rapazes. Estes resultados vão ao encontro da influência que, tradicionalmente, a religião tem tido no universo feminino. É precisamente nas mulheres que a desvinculação religiosa é acompanhada pela incorporação das práticas orais-genitais no repertório sexual. Nos homens essa associação é muito menos intensa porque, provavelmente, em virtude de apresentarem níveis de adesão mais baixos, sempre manifestaram uma maior independência no que respeita às normas religiosas em matéria sexual.

Quadro 13.3 – Práticas sexuais segundo a prática religiosa (%)

	Sem prática	Prática ocasional	Prática regular	*p-value*
Homens				
Masturbação c/ parceiro	82,3	79,2	68,6	0,173
Fellatio	76,8	73,5	60,5	0,106
Cunnilingus	72,7	63,1	51,3	0,018
Não sexo oral	16,0	22,1	30,4	0,082
Sexo anal	45,2	39,1	47,9	0,497
Mulheres				
Masturbação c/ parceiro	82,0	73,0	81,4	0,247
Fellatio	76,5	52,2	46,3	0,000
Cunnilingus	82,2	61,8	51,3	0,000
Não sexo oral	11,3	32,6	35,8	0,000
Sexo anal	31,6	16,3	16,6	0,019

A par das envolventes sociais de natureza mais estrutural, os processos de aprendizagem e de experimentação também condicionam o desenvolvimento do repertório das práticas como o *fellatio* e o *cunnilingus*. É presumível uma maior incorporação dessas práticas à medida que se aprofunda a experiência sexual que, como referimos, é medida através da longevidade sexual, isto é, o período de tempo decorrido desde o início das relações sexuais, e do número de parceiros ao longo desse período.

Ainda que correlacionada com a idade, embora não coincidindo, os dados apurados são muito consistentes com a presunção de que o aumento da longevidade sexual exerce um efeito positivo no aprofundamento das práticas orais-genitais. Com efeito, em ambos os sexos, a percentagem dos que as assinalam aumenta de forma progressiva ao longo dos anos (quadro 13.4). Existe um diferencial permanente entre rapazes e raparigas, especialmente em relação ao *fellatio*, como referimos anteriormente, mas esse hiato tende a diminuir em função da longevidade da actividade sexual.

A longevidade está também correlacionada com o número de parceiros, embora, como acontece com a idade, não haja uma coincidência perfeita entre os dois indicadores que traduzem a aprendizagem e a experimentação no campo afectivo-sexual. A troca de parceiro proporciona um alargamento da experiência que facilita a incorporação das práticas orais-genitais. Não causa, portanto, surpresa verificar a generalização dessas práticas à medida que aumenta a rotação de parceiros (quadro 13.5).

Aliás, nem precisa de ser muito elevada, pois o acréscimo mais significativo verifica-se logo após o primeiro relacionamento. Inclusive, nos

Quadro 13.4 – Práticas sexuais segundo o tempo decorrido desde o início das relações sexuais (%)

	0-1	2-3	4-5	≥ 6 anos	*p-value*
Homens					
Masturbação c/ parceiro	69,2	80,3	81,1	80,6	0,692
Fellatio	46,2	67,0	79,1	86,7	0,000
Cunnilingus	46,2	59,2	69,2	82,3	0,000
Não sexo oral	50,0	28,2	17,6	8,7	0,000
Sexo anal	12,5	31,0	44,8	58,3	0,000
Mulheres					
Masturbação c/ parceiro	73,2	78,7	79,0	79,7	0,891
Fellatio	34,4	58,1	70,5	79,7	0,000
Cunnilingus	45,2	69,3	77,2	80,0	0,003
Não sexo oral	51,6	28,0	16,7	17,1	0,001
Sexo anal	7,0	17,6	22,1	40,3	0,001

Quadro 13.5 – Práticas sexuais segundo o número de parceiros (%)

	1	2	3	4-5	6-10	+ 10	*p-value*
Homens							
Masturbação c/ parceiro	76,1	84,3	83,8	79,6	81,5	82,5	0,931
Fellatio	58,1	82,8	75,7	79,8	82,9	90,5	0,000
Cunnilingus	56,0	74,5	70,4	74,0	73,8	75,6	0,090
Não sexo oral	33,9	13,7	21,6	16,3	15,6	4,9	0,003
Sexo anal	19,8	29,8	43,2	46,8	59,4	71,8	0,000
Mulheres							
Masturbação c/ parceiro	74,3	84,7	70,4	80,6	94,4	80,0	0,257
Fellatio	43,7	78,5	70,4	87,1	89,5	100,0	0,000
Cunnilingus	51,0	83,6	85,2	83,9	94,7	100,0	0,000
Não sexo oral	44,3	11,7	14,8	12,9	5,3	0,0	0,000
Sexo anal	8,8	25,9	33,8	40,0	47,1	66,7	0,000

rapazes, pelo menos no que se refere ao *cunnillingus*, não há grande diferença do ponto de vista da sua generalização entre ter tido dois ou dez parceiros, pois os números são praticamente os mesmos (respectivamente, 74,5% e 75,6%). Nas raparigas as diferenças são mais acentuadas a ponto de se assistir, nas classes que referem números mais elevados de parceiros, valores mais elevados do que os masculinos. Em termos gerais, os rapazes em relação às raparigas assinalam mais o *fellatio*, acontecendo o inverso com o *cunninlingus*. No entanto, nas classes com mais parceiros, as raparigas assinalam um nível de incorporação das práticas orais superior ao dos rapazes, que atinge a expressão máxima na classe de dez ou

mais parceiros. Esta inversão de posicionamento em função do número de parceiros vai ao encontro dos resultados verificados em outros inquéritos, ainda que tenham por referência o conjunto da população (Laumann, Michael e Michaels 1994). Se o tempo decorrido desde o início das relações sexuais é vital para a incorporação das práticas orais-genitais, a rotação de parceiros parece marcar essa aquisição de forma diferencial, sendo mais acentuada nas raparigas do que nos rapazes.

Auto-erotismo e masturbação com parceiro

A masturbação como uma forma de prazer sexual foi longamente estigmatizada (Laqueur 2003). O sexo solitário foi particularmente reprimido nos últimos dois séculos, e apesar de se ter assistido no século XX a uma alteração do discurso não se pode dizer que esse discurso tenha impregnado uniformemente o conjunto da sociedade. O capital cultural é um elemento importante para dissipar velhas ideias, mas as relações de género têm também um papel importante porquanto tecem diferentes modos de construção do prazer para homens e mulheres. Persistem representações distintas que associam a masculinidade ao auto-erotismo e a actividade sexual masculina ao desempenho de natureza técnica, enquanto para as mulheres as relações sexuais são vistas a partir da esfera da afectividade, pelo que se designa esta representação por perspectiva relacional da sexualidade. Devido a esta socialização de género, as mulheres tenderiam a não valorizar a dimensão instrumental de obtenção de prazer por mera satisfação sexual.

Conforme se referiu anteriormente, a masturbação com parceiro é das práticas mais generalizadas a que atinge uma expressão equivalente em ambos os sexos, ao contrário das outras que surgem bastante mais marcadas pelas diferenças de género no que respeita à reciprocidade. Rapazes e raparigas reportam, assim, percentagens similares. No entanto, a generalização desta prática vai além desta similitude. A masturbação com parceiro tende também a ser menos sensível às diferenças sociais. Tomando em consideração as variáveis que temos vindo a considerar, as diferenças percentuais variam no sentido que seria expectável: por um lado, uma maior aceitação da masturbação em função da escolaridade e da desvinculação religiosa, e, por outro, uma progressão de acordo com o desenvolvimento do percurso sexual. À excepção da educação, essas variações são, no entanto, modestas e pouco significativas do ponto de vista estatístico. Por exemplo, no que respeita à religião, apesar de se verificar uma

variação de acordo com a prática religiosa no caso dos rapazes, mas não no das raparigas, essa variação é pouco expressiva (quadro 13.3).

Se atendermos ao impacto do percurso sexual, os valores mais baixos encontram-se no início da actividade sexual, que se expressa através das categorias até um ano no que respeita à longevidade sexual e de um parceiro no que concerne ao número de parceiros (quadros 13.4 e 13.5). Nas outras categorias, os valores estão mais próximos e revelam mais um padrão oscilante do que linear. Por conseguinte, a prática de masturbação com parceiro parece ser apenas condicionada, nos dois sexos, pela educação (quadro 13.2). À medida que o nível de instrução sobe, a sua difusão aumenta. A diferença entre rapazes e raparigas é acentuada no nível de instrução mais baixo mas é, praticamente, nula no nível de ensino superior, mostrando que a masturbação com parceiro assume um padrão mais recíproco com o aumento da escolaridade.

Se a masturbação com parceiro se encontra generalizada, importa igualmente ver se o mesmo ocorre com a prática do prazer solitário. A incursão pelo domínio da masturbação pode, inclusive, ser alargada aos jovens que não iniciaram as relações sexuais de forma a comparar a auto-satisfação sexual entre jovens virgens e não virgens.

Os dados relativos à masturbação revelam, em primeiro lugar, diferenças consideráveis entre rapazes e raparigas. A masturbação continua a surgir como uma prática predominantemente masculina (quadro 13.6). Com efeito, a percentagem masculina é, aproximadamente, o dobro da feminina, quer se considere o universo dos jovens que têm relações sexuais, quer o dos virgens. Esta diferença considerável indica que a actividade auto-erótica está claramente mais incorporada no reportório masculino e bastante menos inscrita nos *scripts* femininos.

Em segundo lugar, as diferenças entre virgens e não virgens são mais importantes no que respeita às raparigas do que aos rapazes. A diferença percentual entre as raparigas que têm actividade sexual com parceiro e as que não têm (respectivamente, 43,2% e 31,4%) é superior à que se verifica nos rapazes (80,9% e 74,7%). Estas diferenças reflectem modos distintos da socialização sexual. Segundo Bozon (2004), a masturbação é uma experiência masculina praticamente universal que antecede quase sempre o início da sexualidade com parceiro, enquanto para as raparigas este início ocorre mais frequentemente pela experiência amorosa e sexual do que pela masturbação solitária, confirmando a existência de uma construção diferencial da sexualidade com base no género. Seria por isso que o prazer solitário está mais difundido nas jovens que têm actividade sexual com parceiro.

Quadro 13.6 – Auto-erotismo dos jovens segundo o nível de instrução e o sexo (%)

	Virgens		Não virgens	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
Nível de instrução				
2.º e 3.º ciclos	70,4	32,6	73,6	30,7
Secundário	78,3	29,1	87,4	44,0
Superior	100	33,2	84,4	54,2
Total	74,7	31,4	80,9	43,2

Em terceiro lugar, poderíamos pensar que as diferenças no que respeita ao auto-prazer reproduzem outras hierarquias sociais, especialmente a da escolaridade atendendo à sua influência na incorporação das práticas sexuais. A consideração da variável *educação* mostra, no entanto, efeitos diferenciados. Nas mulheres, a educação aumenta o auto-erotismo nas que têm actividade sexual com parceiro, duplicando a percentagem de respostas entre o nível menos elevado e o mais elevado, enquanto nas raparigas virgens não se verifica qualquer efeito da educação, contrastando com os rapazes virgens que se mostram, aliás como os outros, permeáveis à influência da escolaridade. Essa influência é, porém, bem menor do que a que surge associada às raparigas que têm actividade sexual com parceiro. Se a escolaridade aparece, em sentido geral, associada a uma incorporação mais alargada de práticas sexuais, que inclui a masturbação, a não iniciação sexual feminina surge, então, como uma excepção que não pode deixar de se relacionar com a socialização de género que enforma a expressão da sexualidade.

A comparação entre a masturbação com parceiro e a auto-masturbação permite estabelecer modos diferentes de construção do prazer entre homens e mulheres. O facto de a masculinidade surgir mais associada ao auto-erotismo mostra o papel que as relações de género têm na construção da sexualidade. Com efeito, essa relação é solidária com a representação da sexualidade masculina como uma actividade marcadamente instrumental e orientada pela procura do prazer, enquanto a representação da sexualidade feminina desenvolve uma perspectiva relacional que a inscreve no mundo da afectividade. É, por isso, que a masturbação feminina atinge valores mais expressivos quando enquadrada numa relação. A socialização de género estaria, assim, na base de representações distintas da sexualidade e do posicionamento diferencial em relação à actividade auto-erótica.

O sexo anal

De acordo com variados estudos (Laumann, Michael e Michaels 1994; Wellings *et al.* 1994; Bajos e Bozon 2008), o sexo anal no quadro da relação heterossexual é a prática sexual menos referida, ainda que possam existir diferenças consideráveis entre países, conforme revelam as comparações que se estabelecem entre Portugal, França e Brasil, mais adiante referidas.

Assinalámos anteriormente que a diferença percentual mais acentuada entre homens e mulheres é em relação ao sexo anal. Mas, contrariamente ao que acontece com as outras práticas sexuais, o sexo anal parece, por um lado, seguir outra lógica de desenvolvimento que o torna pouco susceptível de influências estruturais, e, por outro, revelar uma associação bastante forte às trajectórias sexuais, quer no que respeita à longevidade, quer, sobretudo, no que respeita ao número de parceiros. Com efeito, a escolaridade, cujo impacto na incorporação das técnicas corporais (Mauss 1974) se evidenciou anteriormente, não tem qualquer efeito sobre esta prática sexual. As variações entre os diferentes níveis de instrução quase não existem, em ambos os sexos, pelo que a incorporação do roteiro cultural para esta conduta sexual não está dependente do desenvolvimento do nível educacional (quadro 13.2). Se atendermos aos efeitos da segunda variável que medeia, em sentido amplo, as influências sociais e culturais, ou seja, a religião, observa-se que, na distribuição masculina, são praticamente nulos e, na feminina, muito modestos, evidenciando uma maior retracção junto das jovens que têm uma prática religiosa ocasional ou regular (quadro 13.3). Se nelas a influência religiosa se manifesta no sentido previsível, nos rapazes a imunidade que se observa não só em relação à influência religiosa mas também à da escolaridade indicia que a aquisição desta técnica corporal escapa, aparentemente, a determinações estruturais, estando, eventualmente, confinada a modelos de construção da sexualidade que enfatizam outros saberes, outros prazeres e, eventualmente, outras relações de género.

Se a aquisição do roteiro associado ao sexo anal se mostra menos alicerçado nos cenários culturais dominantes que estruturam o campo das sexualidades, em contrapartida, revela-se muito dependente das trajectórias sexuais. A longevidade da actividade sexual é, claramente, um factor que facilita a aquisição desta técnica corporal. Com efeito, observa-se, quer nos rapazes, quer nas raparigas, uma progressão ao longo do tempo que se acentua, especialmente nelas, na última classe de seis ou mais anos (quadro 13.4). Porém, mais importante do que a longevidade, é o papel

desempenhado pelo número de parceiros. Havendo, sem dúvida, uma correlação entre a duração da actividade sexual e o número de parceiros, existe, possivelmente, uma sobreposição espúria em que será difícil destrinçar, no âmbito desta análise bivariável, o efeito que cada uma, autonomamente, exerce. Atendendo, contudo, à distribuição percentual, em que são manifestos os valores mais elevados registados pelas categorias de mais de seis parceiros, é de supor um efeito mais consistente do número de parceiros do que da longevidade sexual (quadro 13.5). Seja como for, o desenvolvimento do percurso sexual parece uma condição para a tomada de decisão em relação a esta técnica corporal na medida que supõe um estado de intimidade e de maior capacidade de negociação nas relações sexuais que poderão ser mais facilmente reunidas em função do tempo e da experimentação.

Comparando práticas sexuais em diferentes contextos culturais

O propósito de estabelecer algumas comparações internacionais visa um duplo objectivo. Em primeiro lugar, procura ultrapassar eventuais objecções sobre a fidedignidade da informação recolhida. Estas objecções são comuns em relação aos inquéritos sobre os comportamentos sexuais, na medida em que a sexualidade é, normalmente, vista como pertencendo à esfera íntima e reportando-se a comportamentos que não são directamente observáveis (Bozon 1999), pelo menos fora do quadro de um dispositivo experimental. Inquirir comportamentos sexuais remete também para o universo das significações e dos valores em torno da sexualidade que está, naturalmente, sujeito a variações em função dos atributos sociais dos entrevistados e do próprio contexto de interacção em que decorre a entrevista, pelo que as respostas dadas são também condicionadas por esses valores e essas significações. Deste modo, é difícil garantir *a priori* a completa validade da informação recolhida. Ainda que este problema não possa ser ultrapassado de forma definitiva, a comparação dos resultados obtidos a partir de inquéritos realizados em tempos ou espaços distintos proporciona uma segurança suplementar relativamente à plausibilidade das tendências e das prevalências dos comportamentos inquiridos.

O segundo propósito para comparar resultados provenientes de inquéritos realizados noutros países é permitir confrontar as significações em torno da sexualidade que configuram as culturas sexuais prevalentes

nesses países. Com efeito, os comportamentos sexuais reflectem a aquisição de *scripts* ou de roteiros que são elaborados a partir de cenários sexuais culturalmente construídos (Gagnon e Simon 2005). É com base neles que se constrói a conduta sexual: o que é definido como sexual, a escolha do parceiro, as situações em que o acto sexual pode ocorrer, etc. A inquirição dos comportamentos sexuais remete, assim, para significados e expectativas sociais que se organizam em torno de clivagens e hierarquias sociais, como as identidades de género, as diferenças de ordem socioeconómica e as especificidades culturais dos países (Hubert, Bajos e Sanfort 1998; Wellings *et al.* 2006).

A análise comparativa é realizada com base em dois países: a França e o Brasil. O facto de representarem geografias culturais distintas com as quais Portugal tem afinidades evidentes justificou parte da escolha. Outra parte teve a ver com o facto de esses países terem recentemente realizado inquéritos sobre a sexualidade, pelo que a disponibilidade de dados permitia realizar uma análise comparativa dentro de um enquadramento temporal bastante próximo.

Os dados dos jovens brasileiros resultam de um inquérito, com base numa amostra probabilística, realizado em 2002, a jovens de idades compreendidas entre 18 e 24 anos, em três cidades brasileiras: Salvador, Rio de Janeiro e Porto Alegre (Heilborn *et al.* 2006; Heilborn 2006). Os dados franceses provêm do terceiro inquérito nacional sobre os comportamentos sexuais da população entre 18 e 69 anos, baseado numa amostra probabilística de 12 364 indivíduos que foram entrevistados por telefone (Bajos e Bozon 2008).

De forma a manter os dados comparáveis, os dados relativos aos jovens portugueses consideram apenas os jovens de 18 a 24 anos, atendendo aos intervalos etários das duas investigações referidas. As comparações incidem sobre as prevalências das práticas sexuais que têm sido consideradas.

A primeira comparação confronta os jovens portugueses e brasileiros, considerando em separado a distribuição masculina e a feminina. Referindo esta última em primeiro lugar, o aspecto mais saliente é a convergência dos valores. Como não podia deixar de acontecer, verificam-se algumas diferenças nas prevalências relativas às diferentes práticas sexuais, que, no entanto, nem sempre variam na mesma direcção (quadro 13.7). As práticas orais-genitais são mais referidas pelas jovens brasileiras do que pelas portugueses, passando-se o inverso no que respeita à masturbação com parceiro. Não há distinção em relação ao sexo anal. Estes dados contrastam com as distribuições masculinas.

Quadro 13.7 – Comparação das práticas sexuais dos jovens portugueses e brasileiros de 18-24 anos (%)

	Homens		Mulheres	
	Portugal	Brasil*	Portugal	Brasil*
Masturbação c/ parceiro	80,4	88,4	78,7	75,9
Fellatio	76,5	84,7	63,0	69,3
Cunnilingus	69,8	81,7	70,2	78,4
Não sexo oral	16,6	11,2	22,9	18,4
Sexo anal	44,6	60,2	23,6	24,9

* Heilborn 2006, 1474

A comparação entre jovens portugueses e brasileiros revela que estes últimos reportam prevalências superiores qualquer que seja a prática considerada e as diferenças entre eles são sempre superiores às que foram registadas na distribuição feminina, atingindo a expressão máxima na prática de sexo anal. A valorização desta prática sexual pelos jovens brasileiros (Heilborn 2006), evidencia as relações entre género e sexualidade através das quais emerge o imaginário da masculinidade na cultura sexual brasileira (Parker 1991). É, por conseguinte, pelo lado masculino que as diferenças entre os jovens portugueses e brasileiros se destacam. A maior ênfase dada aos actos sexuais pelos rapazes brasileiros traduz, possivelmente, o protagonismo mais intenso que a sexualidade desempenha na construção da identidade masculina e das relações de género.

A comparação com os dados franceses toma em consideração dois condicionalismos. O primeiro implica o desdobramento etário em duas classes: uma mais nova, que compreende os jovens abaixo de 20 anos, ou seja, de 18 e 19 anos, e outra que abrange a classe etária de 20 a 24 anos. O segundo condicionalismo conduz à eliminação de uma das práticas (masturbação com parceiro), cujo desdobramento etário não estava disponível. Deste modo, a consideração das distribuições masculina e feminina é realizada com base na subdivisão etária e tendo em conta apenas três práticas sexuais – o *fellatio*, o *cunnilingus* e o sexo anal. Começando por referir a distribuição feminina, para seguir a mesma ordem usada na comparação com os jovens brasileiros, verifica-se que no grupo mais novo não há distinções significativas entre as jovens portuguesas e as francesas nas três práticas sexuais (quadro 13.8). A passagem para o grupo mais velho é acompanhada por um aumento em todas essas práticas, quer nas jovens portuguesas, quer nas francesas, induzido, naturalmente, pela maior longevidade sexual. O facto de esse aumento ser mais significativo nestas últimas torna as diferenças percentuais entre os dois

Quadro 13.8 – Comparação das práticas sexuais dos jovens portugueses e franceses de 18-24 anos (%)

	Homens		Mulheres	
	Portugal	França*	Portugal	França*
Jovens de 18-19 anos				
Fellatio	62,2	65,2	57,4	58,3
Cunnilingus	49,9	67,3	65,4	68,9
Sexo anal	41,3	24,0	19,0	15,6
Jovens de 20-24 anos				
Fellatio	81,0	82,2	64,6	73,6
Cunnilingus	76,2	78,4	71,6	80,4
Sexo anal	45,7	36,1	25,1	28,3

* Bajos e Bozon 2008, 275

grupos mais dilatadas, sobretudo no que respeita às práticas orais-genitais. Este incremento das práticas sexuais das jovens francesas permite, como veremos, uma aproximação às práticas dos seus congéneres masculinos, contribuindo para uma padrão mais igualitário no que respeita às relações de género (Lagrange e Lhomond 1997; Giami e Schiltz 2004).

Do lado da distribuição masculina, a comparação entre os dois grupos é menos linear. No grupo etário mais novo existe um predomínio dos jovens franceses no que respeita às práticas orais-genitais, mas a relação inverte-se no que respeita ao sexo anal, que é mais vezes assinalada pelos jovens portugueses. Como na distribuição feminina, o aumento da trajectória sexual permite ao grupo etário mais velho apresentar prevalências mais elevadas, independentemente da nacionalidade. As diferenças percentuais, no entanto, ao contrário do que acontece na distribuição feminina, não tendem a acentuar-se, mas a convergir, à excepção do sexo anal. Não existem no grupo mais velho diferenças em relação às práticas orais-genitais, mas, no que respeita ao sexo anal, continua a verificar-se a primazia, ainda que a amplitude diminua, das respostas dos jovens portugueses. É precisamente esta última prática sexual que mais contribui para diferenciar o perfil das técnicas corporais entre jovens portugueses e franceses, na medida em que em relação às outras duas acaba por verificar-se uma convergência no grupo etário mais velho. A par desta convergência, a comparação entre os jovens dos dois países permite também destacar, no geral, a existência de diferenças mais pronunciadas entre os rapazes e as raparigas de nacionalidade portuguesa, sugerindo um perfil de relacionamento sexual mais marcado pelas relações de género.

A comparação dos perfis sexuais dos jovens das três nacionalidades mostra que as práticas sexuais não se circunscrevem a um círculo de preferências individuais, mas que remetem para um sistema de significados organizado em torno das respectivas culturas nacionais em que as relações de género desempenham um papel fundamental. Os dados apresentados sugerem que as prevalências das práticas sexuais não podem ser desligadas da construção das relações de género. Não se trata apenas do facto de as prevalências masculinas serem superiores às femininas que, em si mesmas, diferenciam as culturas do ponto de vista das relações de género, mas, também, do facto de o sexo anal ser largamente assinalado pelos jovens. Como assinala Heilborn: «o sexo anal é a chave da ideologia da masculinidade» (2006, 1476). Deste modo, esta ideologia está mais presente nas culturas que revelam na perspectiva das relações de género um padrão de relacionamento sexual mais marcadamente desigual, como na cultura brasileira, e menos presente nas culturas, como a francesa, caracterizada por uma maior proximidade das técnicas corporais.

Conclusões

A análise das práticas sexuais permite destacar algumas tendências que marcam o panorama actual da sexualidade juvenil. A primeira destaca, sem dúvida, os movimentos convergentes e divergentes entre rapazes e raparigas. A convergência é assinalada em relação aos contactos orais-genitais e à masturbação com parceiro. Em contrapartida, a masturbação surge muito circunscrita no universo feminino e a prática menos difundida, ou seja, o sexo anal, apresenta um enorme contraste entre as respostas masculinas e as femininas.

Uma segunda tendência revela que as variáveis estruturais continuam a exercer efeitos significativos na formatação da sexualidade juvenil. A variação das respostas masculinas e femininas em função do nível de escolaridade e da prática religiosa mostra que o género se articula ao efeito dessas duas variáveis no sentido de formatar padrões de interacção menos igualitários a que, porventura, estão associadas representações mais tradicionais da sexualidade e das relações de género.

Uma terceira tendência sublinha a importância das trajectórias e da história de vida no sentido de expandir as experiências e os reportórios sexuais.

Por último, a comparação das práticas sexuais dos jovens portugueses, brasileiros e franceses mostra que a construção da sexualidade é diferen-

ciada não apenas em relação a homens e mulheres, mas também no que respeita às diferenças culturais que formatam os modelos de masculinidade e de feminilidade que estão na base das diferenças que foram assinaladas.

Referências

Bajos, Nathalie, e Michel Bozon. 2008. *La sexualité en France*. Paris: La Découverte.

Bozon, Michel. 1999. «Les significations sociales des actes sexuels». *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, 128: 3-23.

Bozon, Michel. 2004. «A nova normatividade das condutas sexuais ou a dificuldade de dar coerência às experiências íntimas». In *Família e Sexualidade*, org. Maria Luiza Heilborn. Rio de Janeiro: Editora FGV, 119-153.

Bozon, Michel. 2005. *Sociologie de la sexualité*. Paris: Armand Colin.

Gagnon, J. H., e W. Simon. 1987. «The sexual scripting of oral genital contacts». *Archives of Sexual Behavior*, 16, 1-25.

Gagnon, John H., e William Simon. 2005. *Sexual Conduct: The Social Sources of Human Sexuality*. New Brunswick: Aldine Transaction.

Giami, A., e Marie-Ange Schiltz, eds. 2004. *L'expérience de la sexualité chez les jeunes adultes: entre errance et conjugalité*. Paris: Inserm.

Heilborn, Maria Luiza. 2006. «Sexual practices in youth: analysis of lifetime sexual trajectory and last sexual intercourse». *Cadernos de Saúde Pública*, 22: 1471-1482.

Heilborn, Maria Luiza *et. al.* 2006. *O Aprendizado da Sexualidade: Reprodução e Trajectórias Sociais de Jovens*. Rio de Janeiro: Garamond e FioCruz.

Hubert, M., N. Bajos, e T. Sanfort, org. 1998. *Sexual Behaviour and HIV/AIDA in Europe: Comparisons of National Surveys*. Londres: UCL Press.

Jaspard, Maryse. 2005. *Sociologie des comportements sexuels*. Paris: La Découverte.

Lagrange, Huges, e B. Lhomond. 1997. *L'entrée dans la sexualité: Le comportement des jeunes dan le contexte du sida*. Paris: La Découverte.

Laqueur, Thomas W. 2003. *Solitary Sex: A Cultural History of Masturbation*. Nova Iorque: Zone Books.

Laumann, E., J. Gagnon, R. Michael, e S. Michaels. 1994. *The Social Organization of Sexuality: Sexual Practices in the United States*. Chicago: University of Chicago Press.

Mauss, M. 1974. *Sociologia e Antropologia*. Vol. 2. São Paulo: EPU.

Parker, Richard G. 1991. *Corpos, Prazeres e Paixões: A Cultura Sexual no Brasil Contemporâneo*. São Paulo: Editora Best Seller.

Wellings, K. *et al.* 2006. «Sexual behaviour in context: a global perspective». *Lancet*, 368 (9548): 1706-1728.

Wellings, K., J. Field, A. M. Johnson, e J. Wadsworth. 1994. *Sexual Behaviour in Britain*. Londres: Penguin.

Vanda Aparecida da Silva

Capítulo 14

Interdições e prazeres: estigma, vergonha e constrangimentos

Introdução

Houve um tempo em que o fantasma do «não se pode» – dar beijos no jardim, ir de minissaia para o liceu... e tantas outras interdições – rondava as mentes e os corações dos jovens portugueses, bem como da população em geral. Eram tempos da ditadura salazarista. Nos tempos actuais, faz-se tudo isto e muito mais, de tal maneira que se indaga: o que não se pode?

O interesse pelo corpo e pelo sexo tornou-se tema recorrente, principalmente quando a conduta sexual da população passou a ser alvo de diferentes especialistas nas esferas médica, política, pedagógica, religiosa, e económica, não menos para as ciências sociais.[1] Assim, outras formas de investigar os corpos, as corporalidades e as identidades abarcaram eixos relacionados com a sexualidade. Estes eixos foram sensivelmente marcados pelo advento dos métodos contraceptivos hormonais (anos 1960), a epidemia de HIV/SIDA (na década de 1980), fazendo que a sexualidade assumisse *status* e legitimidade enquanto campo de estudo. Propagada por diferentes veículos de comunicação, a sexualidade tem sido foco de múltiplos discursos, bem como de investigações. A educação e a escola são convocadas sobretudo quando o assunto é a iniciação sexual, e os jovens são os primeiros alvos, devido à preocupação com a «gravidez na adolescência».

[1] Para as ciências sociais e para a antropologia este não é um objecto de estudo novo, embora, no âmbito desta matriz disciplinar, e nos seus primórdios, estivesse demarcada num conjunto que considerava as «regras que regulavam a reprodução biológica e social de uma dada comunidade» (Heilborn e Brandão 1999, 7).

A partir do cenário contemporâneo da sexualidade, a intenção deste capítulo é trazer alguns elementos da linguagem quotidiana de jovens sobre a sexualidade, tomando por base uma investigação a decorrer numa aldeia do Baixo Alentejo. A minha preocupação é problematizar, com base em dados etnográficos, os discursos que são construídos acerca da «boa» prática sexual, e questionar se tais discursos contribuem para que as experiências sexuais dos sujeitos traduzam a interiorização de direitos plenos, ou, ao contrário, se potencializam inseguranças enquanto decorrentes da interiorização de um conjunto de significados sobre o que é permitido e o que é proibido (Martins *et al.* 1999) entre os jovens desta localidade.

Neste trabalho, a sexualidade é associada ao sentimento amoroso/afectivo, abrangendo e contemplando outras formas de afectividade como a maternal, a paternal, a parental, a erótica e sexual, a amizade, o companheirismo (Torres 2004). Todavia, a sexualidade ainda é uma daquelas palavras que funcionam como «dispositivo» detonador de algo ou algum processo. Passível de alimentar dúvidas, acerca dos motivos e até do carácter e idoneidade de quem realiza um trabalho sobre temas sexuais, o(a) pesquisador(a) (Vance 2001), e não menos esta investigadora, também pode funcionar como dispositivo promotor de ainda mais dúvidas no âmbito dos sujeitos investigados. Por outro lado, através de conteúdos em tom jocoso, também é possível vislumbrar pistas sobre as representações dos habitantes que vivem no interior rural acerca da própria presença da investigadora junto dos mesmos, na condição de *outsider* à aldeia, de brasileira e de mulher.

No quotidiano, os corpos dos sujeitos sociais

A presença da(o) investigador(a) pode desencadear questões, projecções e temores. Foi durante uma festa da santa padroeira da aldeia do Baixo Alentejo que um grupo de rapazes (na faixa etária entre 14 e 17 anos de idade) pôs a seguinte questão à investigadora: «Afinal, és da PJ ou não és?» O tom de confrontação que esteve presente na pergunta logo foi desfeito, pois a minha surpresa e o acto quase espontâneo de revelar-lhes que não sabia o que era a «PJ», acabou por levá-los ao riso. Esclarecendo, PJ quer dizer Polícia Judiciária. Porém, o meu «não-saber» não me redimia da confusão estabelecida, muito provavelemente devido a dois factores: *a*) um, a linguagem, pois a informação que, decerto, circulava

era de que se tratava de uma investigadora para fazer... (três pontinhos), pois o resto talvez não fizesse muito sentido para aqueles rapazes da aldeia; *b*) dois, a representação no imaginário dos jovens de que alguém «de fora», entre eles, poderia ser para «policiá-los». Repondo talvez a ideia de que os jovens, em grupo, de vez em quando, podem ser alvo de algum tipo de «suspeita».[2]

Por contraste, noutro momento de convívio com outros rapazes, destaco um depoimento significativo para pensar o modo como alguns jovens se vêem enquanto grupo social e, quiçá, na própria condição de viver na aldeia. Comentou o rapaz: «Você veio aqui para ver que nós não fazemos mal a ninguém... (pausa) A gente só faz mal à gente mesmo...» (15 anos, não-estudante, membro da Associação Juvenil, trabalha com o pai). Tal comentário traduz como alguns jovens não são ou não querem ser vistos como um «problema» para a família, ou para a sociedade; traduz ainda o papel que alguns jovens julgam ter dentro da aldeia – como o do caso citado, que faz parte da Associação Juvenil,[3] cujo papel é promover eventos, colaborar nas actividades sociais, dinamizar a vida quotidiana quando «organizam actividades essencialmente dirigidas a jovens residentes numa região um pouco envelhecida», nas palavras do presidente (25 anos, casado, não-estudante, trabalha no comércio local). Mas também pode traduzir algumas áreas de tensão entre pares, conforme veremos mais adiante.

Nesta investigação acerca da sexualidade entre os jovens numa aldeia do Baixo Alentejo,[4] adopto uma abordagem que denomino «pirâmide invertida», a qual pressupõe que na interacção com as pessoas se fala sobre todos os assuntos da vida quotidiana e, na medida em que alguma

---

[2] Tempos depois soube que tal episódio de temor quanto ao real motivo de minha presença entre eles deveu-se, muito provavelmente, ao facto de um dos rapazes do grupo ser alvo de preocupação familiar e de alguns moradores da aldeia, porque estava a fazer uso de drogas (ilícitas). Aquela atitude, portanto, tinha uma finalidade subjacente que era a de proteger o amigo e o grupo de rapazes.

[3] Tal Associação conta um número que oscila entre os 100 e os 110 associados. Foi fundada em Julho de 2001.

[4] Trata-se de uma aldeia com 1500 habitantes e está localizada na zona de fronteira Portugal (Alentejo)-Espanha (Andaluzia). Fonte: *Caracterização Genérica do Concelho de Serpa,* CMS, 2001. Neste texto opta-se pela não-identificação do nome da aldeia. Os seus moradores vivem do cultivo de olival, culturas industriais (por exemplo, o azeite), pastagens permanentes; a pecuária também é expressiva na criação de ovinos, aves e suínos. Além de pequenos comércios, de vestuário, alimentos, remédios; atendimento em cafés e restaurantes; serviços administrativos na Junta de Freguesia, no Banco, e em outras repartições públicas.

confiança entre os sujeitos e a investigadora se vai consolidando, uma entrevista mais aprofundada pode ser feita; também utilizo a técnica de entrevistas a jovens para a «reconstrução retrospectiva das biografias» (Heilborn *et al.* 2002, 15).[5]

O que se propõe é uma análise mais ampla da cultura sexual, implicando o carácter biológico, reprodutivo e psicológico, mas também a combinação dos aspectos sociocultural e histórico, na busca de um campo o mais abrangente possível para a significação do sexo e do corpo num dado grupo/sociedade, articulando fenómenos ligados à sensualidade e à sensibilidade (Duarte 1999). Desta maneira faz-se o manuseio dos discursos que são proferidos por diferentes pessoas e grupos, elementos que fazem parte do processo da formação de conjuntos. Pensar a formação de conjuntos é visualizar como se inscrevem os sujeitos sociais numa dada realidade social, as manobras, os disfarces que são empregados nas relações intersubjectivas, no incessante processo de interacção social (M. Santos 2002), visando a *experiência* do prazer, do sexo e dos afectos.

A imagem do corpo (de homens, mulheres, jovens e crianças que vivem em meio rural), outrora visto apenas como aparelho de reprodução e de trabalho, ou veículo que ultrapassa as fronteiras à procura de trabalho, transcende-se para ser pensada enquanto corpo de festa, instrumento de prazer, de afectos, dores e desejos. Todavia, há um hiato que repousa na relação ambígua que estas pessoas estabelecem com o prazer, principalmente se se considerar a forma incompleta da expressão oral dos depoentes, a julgar pelos depoimentos fragmentados que se podem observar. Esta oralidade sugere uma atitude (corporal) de insegurança com a expressão de prazer e os afectos vividos e sentidos no corpo.

Deste modo, sublinho que não há na aldeia alentejana uma verbalização fácil e directa sobre o amor e os sentimentos, apesar dos rumores e dos comentários sobre pessoas, namoros ou casos extraconjugais; tudo isso se dá indirecta e paulatinamente, num tempo indeterminado à revelação. Porém, mesmo quando os sujeitos não verbalizam explicitamente os seus sentimentos, outros aspectos subjectivos da sedução vão ganhando forma, e os corpos vão desempenhando o idioma cultural de aproximação entre rapazes e raparigas, driblando por vezes olhares vigi-

[5] Sobretudo quando for preciso contornar alguns obstáculos, como a timidez de jovens da faixa etária pretendida (grupo focal 14-25 anos de idade), bem como a dificuldade em falar sobre a intimidade, por exemplo.

lantes. Entre os moradores da aldeia alentejana, tal observação também se estende à investigadora, posto que só depois de um determinado tempo, entre avanços e recuos nos testes de averiguação sobre a «pessoa», é que os aldeãos começam a revelar-se.

Ou seja, é em tom de segredo que se fala sobre o sexo e sobre os afectos. E, para falarem (ao vivo e a cores) sobre sexo, fantasias eróticas, constrangimentos vividos na prática sexual, observam quem está à frente; querem ter uma visão do corpo do outro (o visitante, o *outsider*), por isso o rosto, os olhos, são o principal foco para a avaliação de quem chega. Dito isto, talvez faça sentido mencionar o trecho desta conversa com uma rapariga (20 anos, estudante, membro da Associação Juvenil): «... deixamos entrar as pessoas, mas não toda a gente... apenas aqueles que vemos ser boa pessoa... Tu és boa pessoa...». Mais um comentário que pode ser indicativo de que os jovens da aldeia não são assim tão receptivos ou acolhedores como se poderia achar. Noutras ocasiões quando já me tinha dado a conhecer junto dos demais moradores, diziam-me que minha aceitação entre eles se devia ao meu *feitio*, e, neste caso, imagino que a tal colocação devesse acrescentar o adjectivo «bom». Mas qual ou quais o(s) elemento(s) ou ingrediente(s) do «bom» ou «mau» *feitio*?

Através do rosto identifica-se socialmente, e é no rosto, portanto, que mais se investe na procura de associação a grupos e, por conseguinte, na distinção através de estereótipos. Afirmação pouco eficaz diante de realidades tão flutuantes, principalmente sobre o que dizem sobre si ou como se vêem uns aos outros quotidianamente. Os comentários podem ser muito marcados por emoções, mesmo as que não são conscientes e, assim, terem também influência nos valores, «nos pensamentos e actos articulados das pessoas», como observa Alison M. Jaggar (1997, 169). Não é menor a flutuação e o grau de julgamento que são atribuídos à figura do(a) «estrangeiro(a)», sobretudo quando este(a) desempenha alguma função laboral. Por exemplo, quando os moradores não estão satisfeitos com o atendimento do médico local, que é de nacionalidade indiana, não é difícil uma referência em tom ofensivo: «aquele negro»...

Susan Sontag diz que os «sentimentos morais estão, porém, engastados na história cujos personagens são concretos e as circunstâncias sempre específicas. [...] As imagens que mobilizam a consciência estão sempre ligadas a determinadas situações históricas» (1981, 16-17). Nestes termos, o olho é o nosso sensor e o emissor privilegiado de desejos e conflitos. A imagem talvez seja o ponto de maior vulnerabilidade, uma vez que

poderá despertar as mais variadas interpretações. Retrata uma preocupação sobre si, sobre o que se está emitindo e o que o outro estará pensando a seu respeito, a partir da sua percepção (Silva 2007). Mesmo que, em alguns momentos, tudo não passe de uma encenação, uma dissimulação, a consciência de si surge enquanto experiência e pode, também, ser a de um corpo constrangido. Ou reagente/agressivo.

Entre homens e mulheres: violência, diferenças, constrangimentos

Numa das entrevistas pude tomar contacto com uma das outras faces das relações entre homem e mulher e ficar mais sensível às informações acerca dos namoros das jovens. A visão do rosto com o negro na proximidade do olho esquerdo, marcas de uma recente agressão física, marcou-me também aquando dos meus primeiros contactos com a entrevistada (licenciada). Agressão esta, fruto da reacção de um ex-namorado (polícia) após vê-la num café em conversa com outro homem.

Indaga-se por que razão, na altura, a mulher não registou queixa da agressão, uma vez que constava que ele já estava enamorado de outra mulher da aldeia, aliás, provável motivo do término do longo namoro. Em entrevista disse-me que «se o denunciasse ele perderia a farda, a carreira na polícia». Ela saberia que poderia arruinar a vida do rapaz. Será que tal comportamento da mulher não foi devido à representação comportamental que associa a figura feminina movida pelo «afectivo/sentimental» (em contraste com o comportamento masculino «viril/sensual»)? Se assim fosse, talvez isso explicasse a agressão, uma vez que a mulher, estando de conversa com outro homem, à mesa do café, tornara público que «não amava o seu homem». Contraria a «norma ideal» da mulher passiva e submissa (A. Almeida 1996). Ou seja, não estava mais sob o seu domínio e escolhera outro homem. Neste caso, um homem que representava alguém com mais poder que o polícia. Tratava-se de alguém com poder aquisitivo, dono de terras e cavalos. Um tipo cujo emblema da «masculinidade hegemónica» lhe pode ser associado, uma vez que, com dinheiro e poder, mantinha a imagem de alguém capaz de subordinar outrem, mas também de querer ser «bem-visto» e admirado por outros homens. Foi assim que este homem (44 anos) saiu em defesa da honra da mulher agredida, dando alguns socos no agressor da mesma. Mais do que reclamar a honra, deu-se um processo em que o ex-noivo ficou *vulnerável*, uma vez que viu a sua imagem projectada para

juízo dos demais, passando a ver-se através de sentimentos de *inferioridade* e de *exposição*. De vergonha (Araújo 1999).[6]

Este episódio reflecte a diferença na complexa relação entre homens e mulheres, mas também entre pares (tanto masculinos como femininos). A mulher que fora agredida pelo ex-namorado recusando assumir um papel passivo e demonstrações públicas de *ressentimento*,[7] irrompe na comunidade frequentando os seus cafés,[8] aceitando até ser cortejada por outro homem, e nunca se colocando na condição de inferiorizada. Consequentemente, a figura desta mulher torna-se controversa, sendo vista na comunidade ora como «popular e querida», ora como «doida», «má», «alguém que usa as pessoas para conseguir o que quer». Na contrapartida masculina, é possível pensar que os dois homens corresponderiam a tipos de masculinidades presentes na aldeia, aspirantes ao modelo de masculinidade hegemónica (serem reconhecidos dentro das normas de comportamento heterossexual e ocuparem o topo da pirâmide hierárquica), fazendo o uso do poder (um, através do cargo que ocupa na guarda militar, o outro, através do dinheiro) (M. Almeida 1995).

A agressão a mulheres, jovens, adultas ou velhas (Dias 2004), constituiu-se num forte elemento da investigação etnográfica, posto que ora havia indícios através do vislumbre de marcas corporais, como o caso citado, ora se tratava mesmo de ver um corpo de mulher em fuga, para não sofrer agressões do marido.[9] Ouvi outro relato de violência de uma jovem (21 anos) (quando tinha 15 anos e namorava um rapaz de 28),

---

[6] Segundo Araújo (1999, 7), na medida que os sentimentos vão sendo interiorizados, a vergonha vinculada a padrões, regras e objectivos aparece associada às seguintes acções: «a) a 'uma meta' (fracassar, não obter sucesso); b) a um padrão (pode ser o 'estético'; c) a uma norma (transgressão de uma norma moral; d) poderá estar associada a uma humilhação (alguma forma de rebaixamento da vítima); e) e por 'contágio' (sentir vergonha pelas acções de uma pessoa conhecida)».

[7] Nas palavras da entrevistada, houve muita decepção, mas, muito provavelmente, a sua atitude traduz que «uma vez terminado o trabalho de desligamento, o *eu* retoma sua antiga disponibilidade para a vida, sem perder o amor-próprio» (Kehl 2004, 36).

[8] Importante salientar que se, até 27 de Maio de 1975, o artigo 372 do Código Penal de 1886 «permitia ao marido matar a mulher em flagrante adultério» (A. Santos 2007, 124), tal acto de violência e a sua não punição ou denúncia talvez encontrem lastros no «imaginário popular», principalmente masculino.

[9] Foi o caso de uma mulher (na casa dos 60 anos), tia de uma das jovens entrevistadas que encontrei no pequeno comércio da sobrinha. Pouco quis falar sobre o assunto, apenas repetia «que não iria mais deixar-se ser agredida por ele...» (o marido). Tempos depois soube que a sobrinha-neta (23 anos) já tinha saído em defesa da tia, agredindo o tio. Outro caso, a situação de uma mulher casada que quis deixar a casa (e voltar à casa dos pais, ameaçando tentar o suicídio), por não mais suportar as agressões do marido. Os pais acolheram-na e ela passou a trabalhar num pequeno comércio local.

contando que o namorado, por ciúmes,[10] às vezes lhe batia. Também acrescentou que ainda nutre um sentimento por ele. Deste modo, realçando mais um aspecto que, directa ou indirectamente, se vem revelando na vida dos jovens, o da dor (física e moral). Se a entrada na sexualidade não só «se faz através do olhar e do controlo dos parentes e dos mais velhos» (Bozon 2004, 27), mas também dos pares, sejam masculinos ou femininos, fica a questão: Será que a *performance* mais esperada das raparigas (ainda) é «passividade» e «aceitação»?

Por outro lado, estar em espaço público é estar com outros rapazes, é estar *entre homens* e pertencer a este espaço e por isso mesmo ter de, através da expressão física/verbal, comprovar aos seus amigos a sua *performance* de homem *activo*, viril. Mesmo que tal afirmação sirva apenas para despistar a curiosidade e a ansiedade dos outros rapazes, talvez, mais *activos* (Jardim 2001), como se mostram publicamente os rapazes da aldeia, entre pares?

Na aldeia notam-se outros contornos de *assimetrias de género* entre pares masculinos. Noutro episódio vivido após término de uma entrevista com três rapazes da aldeia (17, 15 e 22 anos), abriu-se outro leque para as interpretações acerca das representações da sexualidade masculina. Saíamos de um salão (disponível para os jovens da aldeia que tocam na banda de *rock* ensaiarem), e houve um «abafado» confronto entre os jovens que estavam comigo e outro rapaz (15 anos, estudante). Foi quando um dos rapazes me chamou a atenção (em voz alta) enquanto atravessávamos a rua: «você não tratou de um assunto polémico». Fiquei intrigada. «Você não nos perguntou sobre homossexualidade...», disse-me o rapaz (17 anos). Seguimos para o café e percebi que o outro rapaz, que estava a ser confrontado com os olhares dos outros, talvez até tivesse intenção de ir também para o mesmo lugar, mas interrompeu o seu curso, parando numa cabine telefónica (a maioria dos jovens da aldeia têm telemóvel) e, logo em seguida, seguiu para outro destino. Sentámo-nos no café e os outros rapazes que estavam comigo quiseram que eu interpelasse o «fulano», querendo tomar a iniciativa de ir interrogá-lo. Nesse momento, tive de tomar uma atitude firme e impedir que um constrangimento maior se instalasse e disse-lhe «que não o fizesse, porque ali não era lugar para tal». Tive de insistir dizendo-lhes que «na minha frente este tipo de atitude não se teria». Um deles, então, interpelou-me querendo saber se «um rapaz gostar de outro homem não seria uma doença». Perguntei-lhe se ele sabia se o rapaz a

[10] Não muito diferente do que foi constatado por Sónia Caridade e Carla Machado (2008).

quem eles se referiam, era *gay*. «Ele anda a dizer por aí que é bissexual...».[11] A ideia da indefinição quanto à orientação sexual do rapaz (15 anos), assim como da própria linguagem para expressar aquilo que pensavam a seu respeito, foram-me colocados naquela mesa de café. Ou seja, pareceu-me reclamarem por um «imperativo de definição», de preferência uma definição pelo lado «certo» (Altmann 2005). Mas qual o «certo»?

Caso o rapaz tenha segredado a alguém sobre a sua «bissexualidade», ou tenha tomado a iniciativa de falar sobre a sua intimidade, trata-se de algo que me chamou a atenção. A intimidade que «abriga a subjectividade e a intersubjectividade, assim como as manifestações da sexualidade» (Bozon 2004, 35), é tornada vulnerável uma vez que está socialmente subentendido que há esferas da vida humana que estão divididas entre o público e o privado, eventualmente clandestino. Neste caso, aquele que poderia ter a intenção de a sua intimidade se manter mais preservada é, ele mesmo, quem a divulga. Será uma forma de enfrentamento ao ambiente hostil? Seguindo por este caminho de reflexão, a dúvida acerca da orientação sexual e/ou identidade de género também pode provocar outros contrangimentos do tipo «quem sou eu», enquanto confronta ou contrasta com o estereótipo heterossexual dominante (Giddens 1993, 41).

Excitação e temores: entre «erros» e «acertos»

Nos relatos de experiências e trajectórias amorosas-sexuais vividas pelos jovens da aldeia do Baixo Alentejo através de «curtes», raparigas e rapazes movem-se com relativa igualdade pelos espaços – da casa para a rua, da rua para casa e outros espaços entre aldeias vizinhas, a sede do concelho, a cidade da fronteira andaluza – bem como no engajamento às conquistas amorosas. Percebe-se, no entanto, que as raparigas vivem com maior ênfase sentimentos como a ansiedade frente às novas demandas. O sentimento de ansiedade também aparece entre os rapazes nas situações de conquista amorosa, tanto pelo medo da rejeição quanto da não concretização do acto sexual. Causa curiosidade o facto de ouvir de raparigas aceitarem man-

[11] Tal episódio não é diferente dos que se encontram no «Relatório sobre homofobia e transfobia do Observatório de Educação da rede *ex aequo* – associação de jovens lésbicas, *gays*, bissexuais, transgéneros e simpatizantes sobre discriminação em função da orientação sexual e/ou da identidade de género no espaço escolar em Portugal» (Observatório de Educação LGBT, 2008).

ter relações sexuais mesmo quando não têm preservativos, principalmente quando se trata de um encontro que poderá não se repetir. Alguns factores podem ser levados em consideração tanto para rapazes como para raparigas quanto à prática sexual: *a*) não querem perder a oportunidade; *b*) não querem deixar de corresponder às expectativas do grupo/pares; *c*) caso sejam virgens, não pretendem prorrogar tal condição.

Quando mantêm um namoro, observa-se que as raparigas não rompem com o discurso da dominação masculina, aceitando que, em alguns casos, o rapaz tente «engates» com outras raparigas durante festas ou saídas nocturnas, motivados pela bebida alcoólica; em contraste, tentam manter-se distantes dos lugares em que eles se encontram, procurando manter algum recato, e ingerindo sumos ou álcool, com moderação. Ou seja, na prática são confrontadas com valores e práticas vigentes que correspondem ao «padrão duplo de moralidade»: um rígido em relação às mulheres e outro flexível em relação aos homens. Aos homens, liberdade sexual; às mulheres, cobrança em relação ao recato, à honestidade, à perseverança. Em público, evitam demonstrar as emoções, o sentimento de ciúmes, ou vergonha. Por vezes, reagem em exclamação, «é um macaco», querendo dizer que é um rapaz ou homem que usa o artifício da brincadeira (pregar uma partida), inclusive para tentar «engatar» as mulheres. Assim como ouvi de uma mulher, diante do jocoso canto desafinado de homens embriagados no café, «homem de taberna não é homem para casamento». Talvez anunciando uma predisposição para regular tal comportamento e repondo, mais uma vez, a ideia de que as mulheres têm de controlar os homens; e os homens, querem-nas virtuosas para o casamento e a gestão do lar.

Se na prática de «curtes» há a marca da *imprevisibilidade*, podendo haver acto sexual ou não num encontro casual, para as raparigas, o constrangimento quanto à decisão no controlo dos cuidados com os seus corpos é acrescido. Nisto há a implicação da contracepção, do uso do preservativo masculino face à prevenção das doenças sexualmente transmissíveis. Situação que fica tanto mais acirrada quanto mais predominância da *assimetria de géneros* houver, sobretudo se vivem em contextos onde prevaleça e se revele nos encontros sexuais a autoridade e o prestígio masculinos (Heilborn *et al.* 2002, 22).

Os depoimentos e as observações de campo apontam para que os rituais de iniciação das experiências sexuais sejam muito mais marcados por medos, principalmente da gravidez. Sobretudo quando têm interiorizados os aconselhamentos dos pais em tom de ameça, tais como «bater-lhes», «expulsá-las de casa», «terem de fazer a própria vida sozinhas»; ou,

ainda, verem a figura da mãe ser condenada pela figura paterna, devido ao facto de esta ter «falhado» na orientação da filha.[12] Todavia, no caso da aldeia do Baixo Alentejo, as jovens não utilizam a virgindade como uma estratégia para o matrimónio. Pelo contrário, para algumas, o facto de estarem apaixonadas e/ou o desejo de deixarem de ser virgens é um forte ingrediente para que venham a ter a sua primeira relação sexual.

Sentimentos de medo que vêm acompanhados de constrangimento quando algo não corre como o esperado, sobretudo quando o acontecido não se torna verbalizável para os pais, seja por temor ou vergonha. Ressalto que a questão do uso do preservativo masculino ainda é uma matéria que não está suficientemente incorporada nos hábitos dos jovens, tampouco dos demais moradores adultos, muito menos a combinação do uso do preservativo e da pílula anticoncepcional, com vista à prevenção da gravidez indesejada e das doenças sexualmente transmissíveis. Mesmo quando se fala sobre a sua utilização, a verbalização pode servir apenas como mais uma demonstração para anunciar ou comprovar uma possível conquista. Noutro episódio, a sanção em tom jocoso surgiu enquanto alguns jovens estavam sentados na mesa de um café, num momento de sociabilidade nocturna. Foi lançada por um rapaz (14 anos, estudante) dirigindo-se a outro rapaz (20 anos, não estudante). O mais novo dizia que queria investir uma dada quantia para comprar uma arma para jogar *paintball*.[13] O rapaz mais velho (20 anos) diz-lhe que mais valia comprar uma caixa de camisinhas. O rapaz mais novo responde-lhe (fazendo um gesto com uma das mãos fechada, a sacudir para cima e para baixo, encenando o movimento da masturbação): «Para isto não é preciso camisinha» (risos).

As saídas noctunas são os momentos mais aguardados do dia-a-dia dos jovens, principalmente para as raparigas mais novas, quando há festas promovidas nas aldeias vizinhas, cuja atracção principal seja a presença de algum actor dos *Morangos com Açúcar*.[14] Alguns denominam-se «morcegos» porque vivem a noite. Procuram driblar o controlo dos pais quanto às horas de regresso a casa. Nessas saídas têm a possibilidade de consumar *engates*, *flirts* que foram despertados durante o dia ou mesmo numa outra noite qualquer. Mesmo namorar ou, simplesmente, ter uma «curte» acaba por implicar deslocamentos, pois se os jovens interessados

[12] Como se apenas à mãe coubesse o papel de orientar as filhas.

[13] Trata-se de um tipo de jogo (com o uso de pistolas de tinta) que alia o desporto de aventura ao lazer.

[14] Trata-se de uma série juvenil portuguesa transmitida pela TVI desde 2003.

um no outro não têm um local para estarem a sós, acabam por ter de escolher locais mais escondidos dos olhos vigilantes, o que se trata de um desafio. Muitas vezes são locais escuros – por exemplo, um descampado, a casa quando os pais não estão, um espaço a céu aberto e distante, a estrada, a ermida atrás de alguma azinheira. Enfim, situações de tensão (e tesão), pois se desejam e desejam estar a sós, porém temem ser descobertos. Como se realizar o desejo fosse realizar um sonho; uma transgressão sonhada. O desejo, assim, é ambiguidade, e tanto pode ser decisão como pode ser carência (Chauí 1990, 22-23). Será que os «obstáculos» para a concretização do prazer se mantêm como ingrediente «necessário» às experiências sexuais dos jovens?

Entrevistando três rapazes (de 17, 15 e 22 anos, respectivamente) acerca das suas primeiras relações sexuais, soube que estas ocorreram em diferentes espaços: dentro de uma casa de banho pública; num quarto da casa (enquanto os pais não estavam); num colchão colocado num terreno a céu aberto... Questionei-os se tinham colocado o preservativo. Antes que terminasse a pergunta, já se adiantavam dizendo-me que, «seguramos na ponta, mas... às vezes, ela estoura!», «acontece...», «deve ser a pressão!», argumentaram entre risos. O riso veio mesmo para marcar o tom jocoso, assim como para exaltar a virilidade. Cabe observar que, noutro extremo, o entrevistado (de 22 anos) quis chamar a atenção para o imaginário que talvez ainda perdure, tanto na aldeia como fora, entre citadinos vivendo em centros mais urbanizados, acerca da primeira relação sexual de rapazes que vivem em meio rural, com o seguinte comentário: «Foi com uma cabra» (risos). Em seguida veio a informação, por parte de um dos rapazes, de que ele já comprara a «pílula do dia seguinte».[15]

A recusa do uso do preservativo, entre os rapazes, está associada à diminuição do «prazer» no acto sexual, assim como à ansiedade em não perder uma oportunidade de concretizar o acto, por não se estar prevenido. Noutra entrevista, uma rapariga que teve sua primeira relação sexual aos 14 anos também mencionou não ter utilizado nenhum contraceptivo; assim como outra rapariga (15 anos), no rememorar da sua primeira relação sexual (aos 13 anos), a qual ainda tinha entre os guardados, numa

[15] Dependendo do laboratório, tal medicamento pode custar cerca de doze euros. Valor que não é difícil os jovens da aldeia terem ou virem a conseguir. Em Portugal é possível adquirir métodos contraceptivos e de contracepção de emergência gratuitamente, uma vez que se trata de um direito ao planeamento familiar assegurado pela Constituição Portuguesa na Lei n.º 3/84. Todavia, na aldeia, os jovens preferem maneiras mais discretas de obterem tal medicamento, indo a alguma farmácia fora da localidade ou pedindo a um(a) amigo(a) mais velho(a) (no caso de serem muito novos/as) que os compre.

gaveta, a caixa da «pílula do dia seguinte» que tomara por temer que pudesse engravidar. Ela guardou para não esquecer, disse-me, «porque o que viveu com o rapaz marcou». Ou seja, trata-se de experiências que foram seguidas da compra e do uso da «pílula do dia seguinte»; temores de uma gravidez, vividos devido à ausência do período (menstruação), quando já se tinha tomado a «pílula do dia seguinte» (desconhecimento de que poderia estar sob efeitos colaterais da pílula...?), e que marcam as biografias de algumas jovens da aldeia. Das entrevistas e conversas tidas com as jovens, há depoimentos em que as experiências de iniciação sexual são vividas com a orientação de um dos pais, quase sempre a mãe, com visita ao ginecologista tendo em vista a utilização da pílula anticoncepcional. Nestes casos, a primeira relação sexual é vivida sem maiores «sustos». O que me faz indagar: Será que este é o «contraceptivo» mais utilizado pelos jovens desta aldeia do Baixo Alentejo? [16]

Algumas raparigas têm experiências que dizem de quanto o prazer é vivido sob o medo, quanto a excitação provoca embaraço e também o sentimento de rejeição ou perda da oportunidade de estar com quem se deseja (às vezes, há muito tempo), principalmente quando se trata da primeira ocasião de intimidade. Muitas vezes, as iniciações sexuais de rapazes e raparigas podem ser marcadas por surpresas (e risos, *a posteriori*): por exemplo, ter uma primeira relação sexual em que o período é esquecido e se faz sexo com o tampão. Não se sabe ao certo como tudo isso ocorreu; sabe-se é que uma rapariga teve a primeira relação sexual com o rapaz por quem estava apaixonada, porém, a notícia que correu entre as amigas íntimas foi que «ela se tinha esquecido de que estava com o período e o tampão entrou-lhe todo para dentro».[17] Entretanto, pude apurar que «não tornar pública» aquela ocorrência era o mais importante para as amigas, pois o que se pretendia (sem se verbalizar) era evitar qualquer tipo de estigma, já que a intimidade da rapariga ficaria posta em xeque e isso poderia provocar um reconhecimento negativo do corpo, logo, da sua imagem, uma ameaça à sua dignidade (Silva 2007,189).

---

[16] Cf. Bastos *et al* (2008), numa investigação entre mulheres jovens de alta escolaridade, graduandas num curso de enfermagem de uma universidade pública na cidade de São Paulo (Brasil), 196 alunas responderam ao questionário, e quase metade (44,9%) já tinha utilizado a pílula de emergência. Basicamente o medicamento foi adquirido na farmácia, sem orientação médica. Isso está associado ao facto de já ter conhecido alguém que tenha utilizado a pílula, tenha tido dois ou mais parceiros sexuais, tendo deixado de utilizar o preservativo masculino nalguma relação.

[17] Conversas compartilhadas por trocas quase ininterruptas de SMS (por telemóvel).

A experiência de intimidade compartilhada (entre pares), no caso da rapariga, pode ser interpretada como algo que desencadeou uma contra-resposta social; ou seja, a partir de uma experiência pouco confortável, a rapariga pode estreitar ainda mais os laços de solidariedade e cumplicidade entre as amigas, e passa a prestar mais atenção ao seu corpo. Dentre os grupos de amizades femininas que se podem observar na aldeia alentejana, algumas raparigas ou não têm pressa ou pressionam as demais para que iniciem a vida sexual, percam a virgindade. Dizem que só vale se for «com alguém especial, que marque... aí não deve fugir». Será questão de honra feminina para as raparigas terem a primeira relação sexual com alguém que julguem «especial»? O contrário será motivo de algum tipo de constrangimento entre os pares femininos?

De facto, no que diz respeito às questões da sexualidade, sobretudo em populações cujo diálogo – entre pais e filhos ou instituições como a escola, a Igreja – esbarra em *tabus*, há muito que as experiências são sobretudo mais enfatizadas nos «erros» do que nos «acertos», mais em conflitos psicológicos como medos e culpas do que no prazer. Tais conflitos assumem uma dimensão moral que coloca em xeque o sentimento de auto-estima dos sujeitos sociais, de tal maneira que o menor descuido nas situações de intimidade pode ser «um destruidor de mundos» (Wolf 2000, 33).

À medida que os rapazes vão tendo mais experiências sexuais ou conversando com outros rapazes mais velhos, passam a julgar os comportamentos das raparigas, bem como a avaliar as suas partes íntimas. Segundo Richard Parker (1991), é através das «expressões, termos e metáforas» que são utilizados para se referir ao corpo e suas práticas, que as crianças aprendem e descobrem os sentidos associados ao masculino e ao feminino que se dão como simples facto da natureza: as diferenças entre o pénis e a vagina (Bourdieu 2002; Héritier 1996). Assim, é na linguagem do quotidiano que, desde a infância, rapazes e raparigas vão sendo orientados para as suas condutas e comportamentos com relação ao sexo e que, também, se vão construindo as suas orientações sobre masculinidade e feminilidade.

O que se percebe é que para os jovens os corpos femininos e masculinos são alvo de avaliação e, portanto, nesse tipo de experiência não há o *tabu* do sexo, tampouco do corpo. O acto de comentar diz da própria necessidade de se auto-afirmar perante os pares como alguém que tem experiência e potência sexual. Nos seus diálogos, os rapazes aprendem com outros rapazes novas formas de seduzir, de atrair outros corpos para si, além de testar o seu próprio conhecimento sem se expor ao jul-

gamento. Assim, os órgãos sexuais dos corpos masculino e feminino ganham outros nomes sociais que anunciam o conhecimento e a maturidade que se pode ter nos assuntos sexuais. As referências podem sinalizar o acto da penetração o desvendar de um órgão que lhes pode ser misterioso, sendo que as expressões utilizadas, por vezes, servem como exemplo de *performance* de afirmação masculina e feminina, consoante a moral local (Silva 2007).

Assim, no corpo masculino, o pénis exerce um papel fundamental que é o de representar o prazer compreendido enquanto potência e virilidade, na contrapartida da inferioridade anatómica feminina (Bourdieu 2002). Vê-se que as representações individuais dos rapazes encontram correspondência no plano colectivo do pensamento do grupo social, uma vez que essas também reflectem o que lhes é transmitido através do processo de socialização. Todavia, na aldeia alentejana já se pode observar algumas raparigas, consoante a mobilidade que têm, assim como o diálogo familiar sobretudo com a figura da mãe, a verbalizar os seus «desejos», as suas preferências em relação ao corpo masculino. Também é possível verificar que são estas mulheres (mães) que casaram com o primeiro namorado, as que não «julgam» as jovens que, em alguns casos, namoraram vários rapazes antes de se decidirem por algum (para namoro sério ou casamento): «As que têm apalpado mais são as que estão a sair-se melhor. [...] Eu casei-me com o primeiro namorado e... olha...!» (44 anos, casada).

Entretanto, alguma dificuldade em falar sobre os temas relacionados com o sexo e com o corpo e seus fluidos não é prerrogativa apenas dos jovens. Ao contrário, tal dificuldade pode reflectir um padrão de educação familiar em que o desenvolvimento da sexualidade ainda acontece como um segredo acerca do qual há sempre que tomar cuidado para não ser revelado completamente, sobretudo no caso das raparigas. Novamente repondo matizes comportamentais correspondentes ao que é do feminino (privado) e ao que é do masculino (público), e do sexo vivido como um segredo (Foucault 1998). O papel da vergonha enquanto regulador social deve ser, portanto, considerado como um outro factor que coloca o sexo como uma experiência na vida dos jovens sob o medo da «bisbilhotice» (Cutileiro 1977; Elias e Scotson 2002; Silva 2007).

Considerações finais

Nos interstícios entre experiências e emoções, entre razão e sentimentos, entre riscos tidos como probabilidade ou perigo/ameaça real (Mitja-

vila 2002, 138) os jovens vêem-se entre viver os prazeres do sexo e os «lastros» das proibições (correspondentes às representações de comportamentos ideais). Interdições estas que, uma vez internalizadas, em muitas situações, incidem no modo como as experiências com a sexualidade são vividas, ora tentando transcendê-las tornando-as *espontâneas*, ora sob a pressão da vida quotidiana reclamando por tais comportamentos (comportamento para o dia, comportamento para a noite). Por isso, sublinho a importância de conhecermos os contextos socioculturais onde emergem as emoções e sensorialidades dos sujeitos sociais, nos nossos discursos acerca da «educação sexual» e nas políticas públicas.

Não tenho a pretensão de ir ao fundo nos domínios de uma discussão sobre a violência doméstica que se anuncia presente na aldeia alentejana e na sociedade portuguesa (não menos noutras sociedades), como algo que incide transversalmente na sexualidade. Não obstante, ressalto que o comportamento marcado por princípios simbólicos de dominação do masculino sobre o feminino (Bourdieu 2002), em contextos como o da aldeia alentejana,[18] por exemplo, contribui para aumentar as estatísticas de problemas que acabam por estar directamente relacionados com a sexualidade, mas tratados e problematizados pelo viés biológico, logo, questão de saúde pública, sobretudo no que diz respeito à prevenção ou tratamento das DST (doenças sexualmente transmissíveis/SIDA), ou da vida reprodutiva.

Por contraste, é importante sublinhar que o medo da gravidez antes do casamento, principalmente entre as jovens da aldeia alentejana, pode ser um «destruidor» de outros projectos, como o de avançar na escolarização. Por outro lado, alguns rapazes também não assumem como sua a responsabilidade nos cuidados para com a prevenção de uma gravidez (indesejada) e das DST/SIDA, donde se pressupõe ser ainda difícil a negociação entre os jovens acerca dos cuidados a ter. Sobretudo quando se está ainda a descobrir o próprio corpo e, provavelmente, não se tem domínio sobre a linguagem com a qual expressar uma dúvida ou um receio. Ao mesmo tempo, os jovens estão, muitas vezes, reféns de «emoções que se adiantaram ao conhecimento da situação» (Ribeiro 2003, 47), aliadas por exemplo: a uma forte convicção de que se está imune a qualquer tipo de doença, principalmente à SIDA, na medida em que se tem um comportamento heterossexual ou se afirma perante os pares como hetero; ou à ideia de que relacionar-se com alguém que pertence

[18] Embora ainda necessite de maior aprofundamento na análise dos dados.

ao lugar e ou que é de conhecido/a na aldeia, poderá constituir alguma segurança.

Alguns rapazes entrevistados dizem que vão às casas de alterne, mas não têm relações sexuais com as prostitutas porque não têm dinheiro para pagar; vão apenas para beber umas cervejas, conversar, fumar, partilhar, brincar (M. Almeida 1995). Porém, num episódio passado junto a um grupo misto (rapazes e raparigas), um jovem (entre os 18 e os 19 anos) envergonhado, diz que «se lá ia, não era doido de ter relações com uma prostituta, pois preserva a sua saúde...», comentário seguido pelos olhares de «reprovação» por parte de algumas raparigas presentes. Desta maneira, na interrogação do passado e do presente, muitos homens, jovens e adultos, foram e vão à «casa das meninas», nesta aldeia do Baixo Alentejo.[19]

Se se pensar a ideia de risco como um *dispositivo* que pode exercer «novas funções sociais» e levá-la ao extremo, isto poderá desencadear nas pessoas o sentimento de «terem falhado no cumprimento das prescrições médicas para combater o risco de adoecer». E como sanções sociais, verem-se sob os estigmas da vergonha e dos «impedimentos» (efectivos ou maquilhados pelos excessos de burocracia) de acesso aos cuidados médicos (seguros de saúde), por exemplo. Destas circunstâncias constrangedoras poder-se-ão vislumbrar dissimulações de comportamentos sexuais e estilos de vida, por vezes assumindo subterraneamente o risco para convertê-los numa espécie de acesso «obrigatório e imaginário ao próprio corpo e à própria identidade» (Mitjavila 2002, 139-140).

Deste modo, e se se pensar na polifonia de informações sobre prevenções e preservação da saúde sexual e reprodutiva, talvez, além de informar, os esforços devam ir concomitantemente no sentido efectivação destas práticas enquanto processo de interiorização de *direitos*. Principalmente junto de populações que estão em situação de precariedade socioeconómica, de vulnerabilidade emocional e de relações desiguais de género. Tal esforço, do meu ponto de vista, solicitaria um outro enfoque que poderia traduzia-se em pensar e viver a sexualidade como uma forma de bem-estar e prazer, um «meio» para a saúde. Implicando, assim, o reconhecimento dos valores morais e das representações que temos sobre o sexo, o corpo e a saúde, e que incidem sobre as nossas emoções. Nestes termos, no confrontar dos nossos constrangimentos [nós, os(as) investigadores(as) e profissionais que actuam com o humano], provavelmente

[19] Entretanto, por contraste, para outro entrevistado (82 anos, viúvo), ter tido a primeira relação sexual com uma prostituta não foi para ele motivo de vergonha. A sua vergonha foi não ter conseguido manter uma erecção, tamanha era a sua ansiedade.

avançaríamos nas abordagens acerca da sexualidade de uma maneira mais honesta e, quiçá, menos verticalizada. Sobretudo, quando também vivemos situações de intimidamentos, em distintos tempos e espaços, por questões de cor, classe, idade, nacionalidade, género, e orientação sexual. Por outras palavras, nos dias actuais, em que «parece» que há uma exaustão dos trabalhos e das discussões públicas sobre os temas do sexo, subjacentes estão os nossos próprios preconceitos, inseguranças e medos, bem como os nossos desejos (inclusive, o de não ter desejo). Mas isso é uma outra conversa.

Referências

Almeida, Ana M. N. de. 1996. «Entre o dizer e o fazer: a construção da identidade feminina». *Análise Social*, XXII, 92-93: 493-520.

Almeida, Miguel Vale de. 1995. *Senhores de Si: Uma Interpretação Antropológica da Masculinidade*. Lisboa: Fim de Século.

Altmann, Helena. 2005. «Reflexões sobre o homoerotismo na escola». In *Estudo, Pensamento e Criação*, A. Bittencourt e W. M. de Oliveira Júnior. Livro 1. Campinas, SP: Graf. FE, 237-242.

Araújo, Ulisses. 1999. *Conto de Escola: A Vergonha como Um Regulador Moral*. São Paulo: Editora Moderna e Editora da Unicamp.

Bastos, Mônica Reis *et al.* 2008. «Práticas contraceptivas entre universitárias: o uso da anticoncepção de emergência». *Texto Contexto Eferm*, Florianópolis, Julho-Setembro, 17 (3): 447-456.

Bourdieu, Pierre. 2002. *A Dominação Masculina*. 2.ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil.

Bozon, Michel. 2004. *Sociologia da Sexualidade*. Rio de Janeiro: Editora FGV.

Câmara Municipal de Serpa. 2001. *Caracterização Genérica do Concelho de Serpa*. S. l.: Câmara Municipal de Serpa.

Caridade, Sónia, e Carla Machado. 2008. «Violência sexual no namoro: relevância da prevenção». *Psicologia*, XXII (1): 77-104.

Chauí, Marilena. 1990. «Laços do desejo». In *O Desejo*, org. A. Novaes. São Paulo e Rio de Janeiro: Companhia das Letras e Funarte, 19-66.

Cutileiro, José. 1977. *Ricos e Pobres no Alentejo (Uma Sociedade Rural Portuguesa)*. Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora.

Dias, Isabel. 2004. *Violência na Família: Uma Abordagem Sociológica*. Porto: Afrontamento.

Duarte, Luiz F. D. 1999. «O império dos sentidos: sensibilidade, sensualidade e sexualidade na cultura ocidental moderna». In *Sexualidade: O Olhar das Ciências Sociais*, org. M. L. Heilborn. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 21-30.

Elias, Norbert, e John L. Scotson. 2002. *Os Estabelecidos e os* Outsiders*: Sociologia das Relações de Poder a Partir de uma Pequena Comunidade*. Rio de Janeiro: Zahar.

Foucault, Michel. 1998. *História da Sexualidade I: A Vontade de Saber*. Rio de Janeiro: Edições Graal.

Giddens, Anthony. 1993. *A Transformação da Intimidade: Sexualidade, Amor e Erotismo nas Sociedades Modernas.* São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista.

Heilborn, Maria Luiza, e Elaine. R. Brandão. 1999. «Introdução». In *Sexualidade: O Olhar das Ciências Sociais*, org. M. L. Heilborn. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 7-17.

Heilborn, Maria Luiza *et al.* 2002. «Aproximações socioantropológicas sobre a gravidez na adolescência». *Horizontes Antropológicos «Sexualidade e AIDS»*, 8 (17): 13-45.

Héritier, Fraçoise. 1996. *Masculino/ Feminino: O Pensamento da Diferença*. Instituto Piaget: Lisboa.

Jaggar, Alison. M. 1997. «Amor e conhecimento: a emoção na epistemologia feminista». In *Gênero, Corpo, Conhecimento*, eds. Alison M. Jaggar e Susan. R. Bordo. Rio de Janeiro: Record; Rosa dos Tempos, 157-85.

Jardim, Denise Fagundes. 2001. «*Performances*, reprodução e produção dos corpos masculinos». In *Corpo e Significado (Ensaios de Antropologia Social)*, O. F. Leal. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 189-201.

Kehl, Maria Rita. 2004. *Ressentimento*. São Paulo: Casa do Psicólogo.

Martins, José de Souza *et al.*, org. 1999. «Introdução». In *Vergonha e Decoro na Vida Cotidiana da Metrópole*. São Paulo: Hucitec, 9-15.

Mitjavila, Miriam. «O risco como recurso para a arbitragem social». *Tempo Social* (São Paulo: Ver. Social. USP, 2002), 14 (2): 129-145.

Parker, Richard G. 1991. *Corpos, Prazeres e Paixões: A Cultura Sexual no Brasil Contemporâneo*. São Paulo: Editora Best Seller.

Observatório de Educação LGBT. 2008. «Relatório sobre Homofobia e Transfobia. Relatório bianual do Observatório de Educação da rede *ex aequo* – associação de jovens lésbicas, *gays,* bissexuais, transgéneros e simpatizantes sobre discriminação em função da orientação sexual e/ou da identidade de género no espaço escolar em Portugal». Observatório de Educação LGBT, http://www.rea.pt/arquivo/observatorio/OE2008.pdf.

Ribeiro, Agostinho. 2003. *O Corpo que Somos: Aparência, Sensualidade, Comunicação*. Lisboa: Editorial Notícias.

Santos, António C. 2007. *PROIBIDO!*. S. l.: Guerra e Paz, Editores S. A.

Santos, Milton. 2002. «O Lugar e o Cotidiano». In *A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção*. Santos. SP: Editora da Universidade de São Paulo, 313-330.

Silva, Vanda Aparecida da. 2007. *As Flores do Pequi: Sexualidade e Vida Familiar entre Jovens Rurais*. Campinas: CMU-Publicações e Editora Arte Escrita; São Paulo: FAPESP.

Sontag, Susan. 1981. *Ensaios sobre a Fotografia*. Rio de Janeiro: Arbor.

Torres, Anália. 2004. «Amor e Ciências Sociais». *Travessias*, 4-5: 15-45.

Vance, Carole S. 2001. «A antropologia redescobre a sexualidade: um comentário teórico» [«Anthropology rediscovers sexuality: A theoretical comment». In *Gender in a Transnational World*, eds. I. Grewal e C. Kaplan. Nova Iorque: McGraw Hill, 28-31.

Wolf, Mauro. 2000. *Sociología de la vida cotidiana*. 4.ª ed. Madrid: Ediciones Cátedra.

Carla Machado
Ana Rita Dias
Sónia Caridade
Sónia Martins

Capítulo 15

Violência sexual na intimidade: dos comportamentos e atitudes dos jovens aos discursos dos *media*

Introdução: a «descoberta» da violência sexual na intimidade juvenil

No início da década de 80, os estudos sobre a violência na intimidade, até então centrados na violência conjugal, estenderam-se ao domínio das relações amorosas juvenis. O estudo pioneiro na área, conduzido por Makepeace (1981), verificou que um(a) em cada cinco estudantes universitários(as) tinha sido alvo deste tipo de abuso.

Desde então, o estudo da violência na intimidade juvenil constituiu-se como um campo em rápida expansão, com resultados que corroboram a prevalência preocupante deste fenómeno. A título de exemplo, podemos referir que uma revisão de três estudos de larga dimensão sugere que a prevalência da violência íntima entre os jovens adultos se situa entre os 21,8% e os 55.8% (Magdol *et al.* 1997). Um recente estudo intercultural (Straus 2004) conduzido em 31 universidades de 16 países mostra que as taxas de violência física entre parceiros íntimos variavam entre 17% e 45% nos doze meses anteriores ao inquérito. Também em Portugal, um estudo recente (Caridade 2009) identifica taxas de prevalência preocupantes, com 25,4% dos jovens inquiridos a relatarem ter sido vítimas de pelo menos um acto abusivo durante o último ano e 30,6% a admitirem ter adoptado este tipo de condutas em relação ao seu parceiro durante o mesmo período.

A par deste «desvendar» do fenómeno da violência nas relações amorosas dos jovens, a nível internacional os anos 80 caracterizaram-se também pelo alargamento deste olhar para o fenómeno mais específico da

vitimação sexual, com os estudos de Diana Russell e de Mary Koss a contestarem não só a ideia de que a violação é um crime raro, como a refutarem a tese de que este é um crime perpetrado por estranhos. De facto, Russell (1984) verificou que 29% das mulheres que participaram no seu estudo foram alvo de violação ou sua tentativa por alguém com quem mantinham ou tinham mantido uma relação amorosa, sendo que apenas 11% tinham sido vitimizadas por estranhos. Por sua vez, Koss e Oros (1982), com uma amostra de mais de 2000 alunas universitárias, verificaram que 6% relatavam ter sido violadas e mais de 30% referiam ter sido, desde os seus 14 anos, alvo de beijos e carícias indesejadas, obtidas com recurso à força física.

Seguindo esta linha de investigação, Koss, Gidycz e Wisniewski (1987) conduziram aquele que é o estudo de prevalência da agressão sexual junto de estudantes universitários mais citado e mais influente nesta área de investigação, com uma amostra de 6159 estudantes de 32 contextos universitários distintos. Neste, 6% das mulheres mencionavam ter sido alvo de violação no ano anterior ao estudo e 15% referiam que o tinham sido entre os 14 anos e o momento do inquérito. Mais globalmente, 64% das mulheres relataram alguma forma de vitimação sexual ocorrida desde os 14 anos e 54% mencionaram ter sido vítimas de algum acto sexualmente abusivo durante os últimos 12 meses. No seu conjunto, uma em cada quatro mulheres tinha sido vítima de violação ou tentativa de violação ao longo da sua vida e, destas, 84% conheciam o seu agressor.

Mais recentemente, quando analisamos os estudos conduzidos com estudantes universitários, verificamos que a prevalência da vitimação sexual relatada pelas mulheres se situa entre os 51-70% (*e. g.*, Abbey *et al.* 1996; Gidycz *et al.* 1993; Rozee e Koss 2001) e que a prevalência da perpetração admitida pelos homens se situa entre os 25-61% (*e. g.*, Abbey, Zawacki *et al.* 2001). Por outro lado, a vitimação masculina, até há pouco tempo largamente ignorada, começa a conhecer maior visibilidade (Anderson, Beatti e Spencer 2001), estimando-se que os homens representem cerca de 5 a 10% das vítimas adultas de violência sexual (Larimer *et al.* 1999; Scarce 1997).

Tomando estes estudos de referência como ponto de partida, este capítulo pretende sintetizar e integrar os dados de quatro estudos que abordam a questão da violência sexual na intimidade juvenil, realizados no âmbito do projecto «Violência nas relações juvenis de intimidade». Cada estudo será descrito de forma sumária, remetendo-se a sua apresentação mais detalhada para referências bibliográficas específicas, indicadas no final do capítulo. No seu conjunto, estes estudos pretendiam:

a) identificar a prevalência da violência sexual na intimidade juvenil, abrangendo jovens de diferentes grupos etários e educacionais e de todo o país;
b) conhecer as atitudes dos jovens face à violência sexual;
c) compreender a forma como a sexualidade é percebida no contexto das narrativas românticas dos jovens;
d) caracterizar a representação mediática da intimidade e da sexualidade juvenis.

Prevalência da violência na intimidade juvenil

A nossa primeira abordagem ao estudo da prevalência da violência sexual ocorreu no âmbito de um estudo mais lato sobre a violência na intimidade dos jovens portugueses (Caridade 2009; Machado, Caridade e Martins, 2010). Este estudo foi desenvolvido com uma amostra nacional bastante alargada (n = 4667), com idades compreendidas entre os 13 e os 29 anos ($M = 18{,}9$, $SD = 2{,}68$) e englobou jovens de diferentes níveis de ensino (secundário, profissional e universitário). Todavia, o foco deste estudo era essencialmente a violência física e emocional, com apenas uma das questões do inquérito (*Inventário de Violência Conjugal* adaptado, IVC-2; Matos, Machado e Gonçalves 2000) dedicada à violência sexual (agida ou sofrida). As percentagens obtidas foram relativamente reduzidas, com apenas 1,6% dos participantes a relatarem ter forçado o parceiro(a) a praticar actos sexuais indesejados e 1,9% a revelarem tal forma de vitimização.

A necessidade de um estudo mais aprofundado deste tema levou-nos a desenhar um projecto actualmente em curso, no qual pretendemos recolher dados sobre esta temática a nível nacional, com estudantes universitários, utilizando a escala internacionalmente mais usada para investigar esta matéria, precisamente desenvolvida por Mary Koss: *A Sexual Experience Survey – Short Form Victimization and Short Form Perpetration* (Koss, Abbey e SES Collaborative 2004), após ser traduzida e adaptada (Martins e Machado 2008).

Um estudo preliminar com este instrumento (Martins e Machado, no prelo) foi conduzido na Universidade do Minho, com uma amostra de 362 participantes, 61,9% dos quais do sexo feminino, com idades compreendidas entre os 18 e os 30 anos (M = 21). Neste estudo, uma percentagem significativa de participantes (11%) admitiram já ter sofrido algum tipo de acto sexual indesejado, 6,9% durante os últimos 12 meses.

Estes eram sobretudo actos de violação (5,2%), seguidos de coacção sexual (4,1%) e de tentativa de violação (1,7%). De destacar também é o facto de estas agressões tenderem a ocorrer num contexto de proximidade entre agressor e vítima: dos 11% de sujeitos que disseram ter sido vítimas de agressão sexual, 7,2% mencionaram que quem os vitimou era seu conhecido.

Embora numa prevalência inferior, destacamos também a percentagem de sujeitos que admitiu já ter perpetrado actos sexualmente violentos, 3,9% que o admitiram ter feito entre os 14 anos de idade e o momento actual e 2,2% que admitiram que tal ocorreu no último ano. Também estes são actos praticados predominantemente com pessoas conhecidas (2,8%) e neles está sobretudo representada a violação (2%), seguida da coerção sexual (1,4%) e da tentativa de violação (0,5%).

Está actualmente em curso a recolha destes dados com uma amostra a nível nacional, via administração directa dos questionários, assim como uma recolha paralela *on-line*. A relevância da recolha *on-line* em matérias com este tipo de sensibilidade tem sido enfatizada por vários autores (*e. g.*, Fields e Chassin 2006), já que as pessoas relatam com maior facilidade actividades ilícitas com recurso ao computador do que mediante entrevistas ou inquéritos (Abbey *et al.* 2006).

Atitudes dos jovens face à violência sexual

Estes números relativamente elevados de prevalência contrastam, contudo, com os dados atitudinais obtidos junto da mesma amostra (Martins e Machado, no prelo). Efectivamente, quando questionados através de uma escala quantitativa de avaliação de atitudes (*Escala de Crenças sobre Violência Sexual*, de Martins e Machado 2008), verificou-se uma desaprovação geral dos jovens face à violência sexual, tal como temos verificado em estudos com questionários análogos focados noutras formas de violência (cf. Machado, Caridade e Martins 2010).

Também de forma semelhante ao verificado noutros estudos, os rapazes e os alunos de anos mais iniciais tendem a mostrar maiores níveis de legitimação da violência, especificamente alegando que a vítima na verdade consentiu/desejou o acto ou entendendo que a violência sexual é menos grave caso exista uma relação íntima entre ofensor e vítima. Salientamos o potencial destas crenças, em particular da última, na potenciação da violência sexual entre namorados ou parceiros íntimos, parecendo remeter para a convicção de que um certo grau de intimidade

concede direitos em matéria sexual e fomentando interpretações erróneas sobre as intenções ou os desejos da/o parceira/o.

Reencontrámos algumas destas crenças num outro estudo (Caridade 2009), quando inquirimos directamente e de forma mais aberta os jovens sobre estas questões, através de *focus-groups*. Estes foram realizados com jovens de diferentes níveis de ensino (secundário, universitário e jovens na vida activa), em cada contexto, tendo sido conduzidos grupos de discussão exclusivamente femininos, exclusivamente masculinos e mistos, num total de nove *focus-groups*.

Estas discussões foram gravadas e transcritas, sendo posteriormente analisadas de acordo com os princípios da *grounded theory*, com apoio do programa NUD*IST. 30% dos textos foram co-codificados por um investigador independente, tendo-se obtido um grau de acordo de 0,78.

Nos discursos produzidos neste contexto, a violação é apresentada como um tipo de abuso pouco frequente nas relações amorosas juvenis, sendo sobretudo representada como algo que ocorre sobretudo entre desconhecidos. Contudo, é de destacar a tendência dos nossos entrevistados para identificarem o forçar o acto sexual como uma forma de abuso distinta da violação («violação, acho que não... agora sexo forçado, isso acontece!»). Esta postura é concordante com o encontrado noutros estudos internacionais, que mostram que frequentemente os jovens não reconhecem as relações sexuais forçadas como uma forma de violação (Hall e Barongan 1991; Muehlenhard 1988).

Se a violação surge representada como o tipo de violência mais severo, outros actos sexualmente abusivos são percepcionados como menos graves, entre os quais se inserem a pressão verbal para o acto sexual e a tentativa mas não consumação do acto. A partir destes dados, depreende-se uma certa minimização pelos jovens daquilo que consideram ser formas «menores» de violência sexual. A reiterar esta ideia, está ainda a tendência generalizada dos participantes para a desvalorização de actos indesejados de menor gravidade («apalpões indesejados são coisas que estão sempre a acontecer e que não têm importância nenhuma»). Estes dados, postos em relação com os relatos comportamentais anteriormente apresentados, que evidenciam que a maioria dos actos abusivos efectivamente praticados se inserem na categoria «violação», alertam para o facto de uma possível escalada das interacções sexuais coercivas, provavelmente alimentada precisamente pela crença de que estes avanços indesejados são normativos, pouco graves e uma forma de expressar amor e envolvimento (Shefer, Strebel e Foster 2000).

Quanto aos contextos e/ou situações que poderão precipitar a ocorrência da violência sexual, certas condutas das mulheres assumem uma

posição predominante no discurso dos participantes, corroborando a tendência de senso comum para responsabilizar a vítima pela agressão sexual. Esta associa-se à censura dos comportamentos femininos que se afastam do padrão convencional (vestir de forma sexualmente apelativa, já ter iniciado a sua vida sexual, consumir álcool). Tais resultados vão de encontro às conclusões dos estudos sobre o papel que os «mitos sobre a violação» (Burt 1980) têm no desencadear e legitimar da agressão sexual. Estes evidenciam que há uma menor tendência para identificar uma relação sexual forçada como violação quando a vítima se comporta de forma menos convencional, quando conhece o seu agressor (Bell, Kurilloff e Lottes 1994) ou quando não resiste fisicamente ao ataque (Ong e Ward 1999).

Relativamente às causas da violência sexual prevalecem explicações individualistas, quer de cariz «biológico» e desenvolvimental (curiosidade e/ou «impulsividade» sexual, ausência de informação e/ou inexperiência sexual), quer do foro psicológico (patologia, vitimação sexual na infância). A pressão dos pares é também mencionada como relevante, sobretudo pelos rapazes. Verifica-se, assim, que a referência a causas sociais ou culturais, bem como a eventuais explicações relacionadas com as questões de dominação de género, estão completamente ausentes no discurso dos participantes, denotando a sua dificuldade em perceber a dimensão sociocultural da sexualidade.

Discursos juvenis sobre o amor e a sexualidade

Caracterizada a prevalência e as atitudes dos jovens face à violência sexual, interessava-nos situar estas experiências e atitudes na forma como os jovens constroem, mais genericamente, o amor e a intimidade. Para tal procurámos (Dias e Machado 2009), através de entrevistas individuais semiestruturadas de tipo narrativo, identificar os repertórios interpretativos (Potter e Wetherell 1992) que utilizam para dar significado à experiência do amor e de que forma a sexualidade é construída nesses repertórios. As entrevistas foram conduzidas com 10 jovens entre os 15 e os 24 anos (5 raparigas e 5 rapazes), seleccionados de forma a assegurar a maior diversidade possível a nível da situação relacional (jovens com relacionamento actual, jovens que saíram de uma relação e jovens sem historial de relação). Utilizou-se um guião adaptado de «The life story interview», de McAdams (1995), sendo pedido a cada participante que relatasse a história de amor da sua vida. As entrevistas foram gravadas e transcritas

e, numa primeira abordagem, procedeu-se a uma análise temática do material – através de um modelo de codificação aberta/indutivo –, identificando-se e organizando-se os principais temas associados (Braun e Clarke 2006). Posteriormente, procedeu-se à análise discursiva dos dados, identificando indutivamente os repertórios interpretativos (Potter e Wheterell 1992) para o amor utilizados nas narrativas dos jovens.

No presente texto, descreveremos brevemente os repertórios identificados, mas destacaremos, essencialmente, as referências específicas que os jovens fazem à sexualidade nos seus discursos sobre o amor, assim como a dois temas que lhe surgem fortemente associados: a infidelidade e os ciúmes.

Da nossa análise (Dias e Machado 2009), identificámos cinco principais repertórios que os jovens utilizam nas suas narrativas: o amor romântico, o amor apaixonado, o amor companheiro, o amor pragmático e o amor *game-playing*. O repertório amor romântico remete as relações de intimidade para os *scripts* tradicionais, associando-se a sexualidade ao amor, às relações de namoro e a relações de longo prazo. Predominam a idealização da relação e do outro, a expectativa de um final feliz (*e. g.*, ficar juntos, casar, constituir família) e a crença no amor eterno. Este está associado ao enfrentamento conjunto de obstáculos e sua superação, traduzido no *script* «juntos venceremos». Está ainda presente a noção de que existe apenas um amor «verdadeiro» e uma «pessoa certa». A noção de «dois num só» remete para uma vivência fusional da relação.

O repertório do amor apaixonado, por sua vez, caracteriza-se pela ênfase na atracção física, pela intensidade emocional, e pelo sentido de inevitabilidade da relação. Implica a experiência do amor como uma alteração do estado normal (comportamental, emocional, cognitivo e físico), assim como está associada a uma certa noção de impulsividade/descontrolo emocional.

No repertório amor companheiro a amizade é vivida como a base do amor, sendo este caracterizado como uma experiência emocional mais serena e calma, assente no conhecimento mútuo, na maturidade, na comunicação e no diálogo, no entendimento, na partilha e na aceitação do outro. Veicula os valores da confiança, da sinceridade e do respeito.

O repertório amor pragmático assenta num modelo económico e calculado da relação, em que há a ponderação das suas vantagens e desvantagens (ganhos *vs.* perdas), sendo o amor apresentado quase como uma listagem de atributos desejados no parceiro. Predomina uma construção pragmática das relações de intimidade, em detrimento da idealização do outro e da relação.

No repertório amor *game-playing*, o amor surge como um jogo, sem implicar compromisso ou envolvimento emocional, tendo como princípio subjacente a ideia de aproveitar o momento, estabelecendo-se relações superficiais e de curta duração. Tal como o amor apaixonado, remete para a sensualidade/atracção física, mas sem envolver a componente emocional daquele repertório.

A diferenciação entre estes repertórios não significa, contudo, que estes sejam mutuamente exclusivos. Pelo contrário, os jovens fazem uso de vários destes em função de objectivos discursivos específicos, que variam ao longo das suas narrativas. Por outro lado, um mesmo repertório pode ser utilizado com funções diferentes por diferentes participantes. Por exemplo, como veremos mais detalhadamente adiante, apesar de os rapazes e as raparigas partilharem o uso de alguns repertórios (*e. g.*, amor romântico), o seu uso tem funções e legitima posições diferentes.

O repertório predominante no discurso dos adolescentes é o amor romântico, principalmente como ponto de partida das relações e projecção no futuro, seguido do amor companheiro, este usado como prescrição para a regulação e manutenção das relações. No entanto, os adolescentes que têm histórias relacionais menos positivas (história de infidelidade, ciúmes) oscilam predominantemente entre o uso do amor romântico (para descrever a entrada na relação e a permanência numa relação menos satisfatória) e do amor apaixonado (como forma de justificar o comportamento do outro e do próprio, fazendo uso da noção da impulsividade e da ideia de que o amor «cega»). De um modo geral, este padrão de adopção de diferentes repertórios pelos mesmos sujeitos funciona como uma estratégia reconciliadora de diferentes experiências e emoções, permitindo reenquadrar situações dissonantes na idealização das relações de intimidade, do amor e do outro.

Sendo assim, importa compreender quais os usos e as funções destes diferentes repertórios, nomeadamente no que diz respeito à vivência das relações íntimas e da sexualidade, bem como quais são os constrangimentos que acarretam e as alternativas que possibilitam.

O mais notório na forma como a sexualidade é descrita nos discursos sobre o amor dos adolescentes é a sua continuidade com os *scripts* tradicionais, sendo predominantemente contextualizada no repertório romântico. No entanto, há a realçar que esta contextualização romantizada da sexualidade surge principalmente no que diz respeito à sexualidade feminina, tanto no discurso dos rapazes como no das raparigas. O que se verifica é que quando as raparigas abordam a temática da sua própria sexualidade abordam-na fazendo uso do repertório do amor romântico,

localizando o envolvimento sexual no contexto de uma relação de amor (o verdadeiro amor, com a pessoa certa e, logo, para sempre), e conceptualizando o sexo como uma forma de consolidar a relação ou de consumar o afecto. Por seu turno, os rapazes veiculam também estas expectativas face à sexualidade feminina, prescrevendo este *script* à companheira que idealizam.

Por sua vez, o repertório do amor apaixonado é utilizado para conceptualizar a infidelidade masculina, tanto por parte dos rapazes como das raparigas (*e. g.*, impulsividade, ausência de controlo dos impulsos ou vulnerabilidade masculina face à sedução feminina).

Finalmente, a sexualidade surge articulada no contexto do repertório amor *game-playing*, sendo este o repertório menos utilizado e que surge exclusivamente no masculino. Neste repertório, os rapazes assumem claramente a ausência do seu investimento emocional, a ausência de compromisso e a prescrição de aproveitar o momento. Aqui a vivência da intimidade restringe-se à dimensão da conquista, sendo evidente a subsistência de uma moralidade de duplo padrão («Nos rapazes 'pegar' muitas é bom. Agora, saber que uma rapariga é marada... é mau. Pode ser um bocado machista, mas uma pessoa tem de pensar na imagem, não é?»). De acordo com este discurso moral, é nos rapazes que utilizam este repertório que o tema da infidelidade feminina assume uma intensidade emocional mais marcante («o pior era eu andar com uma rapariga e depois saber coisas... que anda ou andou com todos... que nojo!»).

Assim, de um modo geral, a sexualidade feminina continua a ser essencialmente localizada no âmbito de um discurso romântico e emocional, a ser percebida como uma questão de decisão e discussão no seio de uma teia de discursos e pressões que emanam quer do par relacional quer da sociedade mais vasta, onde a imagem social continua a ocupar um papel central.

Pelo contrário, o discurso dos rapazes veicula mais frequentemente (ainda que nem sempre) a dissociação entre as esferas emocional e sexual, assim como a valoração do envolvimento físico como «ponto alto» da relação. Mantém-se, também, a expectativa social de múltiplos relacionamentos e o efeito desta pressão na sexualidade dos rapazes, exercida nomeadamente através dos pares.

Os discursos sobre a infidelidade são congruentes com estes *scripts* tradicionais da sexualidade. Assim, enquanto a infidelidade masculina é descrita pelas raparigas em tom de fatalidade, atribuindo-se a sua culpa a terceiros e à «sexualidade incontrolável» dos rapazes, a infidelidade das raparigas é vista como atípica e uma infracção do papel de género. Assim,

as raparigas tendem a minimizar a situação e, frequentemente, a conceder uma segunda oportunidade aos rapazes, acreditando, de acordo com o repertório romântico, que o seu amor os vai transformar e redimir e que «juntos vencerão» ou, de acordo com o repertório amor companheiro, que através do conhecimento e do diálogo ele irá amadurecer e deixará de ser infiel. Por sua vez, os rapazes confrontados com a transgressão feminina mais facilmente optam pela confrontação, ruptura ou mesmo agressão, legitimada pelo ciúme, pela paixão e pela atipicidade da infidelidade feminina.

Em articulação directa com esta visão da infidelidade feminina, as raparigas fazem menção frequente aos ciúmes dos namorados e às auto-restrições que se impõem de forma a evitá-los, chegando a culpabilizar-se pelos mesmos. As noções de que o ciúme é uma prova do amor do namorado e de que ele vai mudar quando se sentir seguro do seu amor assumem a função discursiva de reconciliar a rapariga com estas restrições da sua liberdade pessoal.

Discursos mediáticos sobre a intimidade e a sexualidade juvenis

Reencontrámos grande parte destes significados sobre a sexualidade no último dos estudos sobre os quais incide este texto, no qual foram analisados os discursos dos *media* sobre a sexualidade juvenil feminina (Dias e Machado, submetido a publicação). Do nosso ponto de vista, ainda que não exista uma correspondência directa entre os discursos culturais e individuais, acreditamos que os *media* são hoje em dia um veículo fundamental de construção da realidade (Reiner 1997), oferecendo-nos um conjunto de grelhas interpretativas fundamentais a partir das quais construímos significados e desenvolvemos entendimentos para a nossa experiência pessoal e colectiva.

Assim, este último estudo teve por objectivo analisar os discursos dos *media* sobre a sexualidade juvenil, tomando como amostra as revistas dedicadas ao público adolescente. O estudo considerou as publicações editadas entre 1965 e 2005 mas, neste texto, centrar-nos-emos na última década: 1995-2005. Neste período, a revista alvo do estudo foi a *Ragazza*, tendo sido analisados os números de Março e Setembro dos anos 1995, 2000 e 2005. Os textos destas seis publicações foram codificados indutivamente, de acordo com os procedimentos da *grounded analysis*, com apoio do programa NUD*IST, sendo 10% dos mes-

mos co-codificados por um investigador independente, obtendo um grau de acordo de 0,8.

O discurso destas revistas é dirigido essencialmente às raparigas, sendo focado na decisão de iniciar a sua vida sexual, o que é, desde logo, revelador de como a questão implícita da virgindade continua a ser sentida como um problema e a iniciação à sexualidade como a grande decisão a tomar pelas raparigas neste matéria. A virgindade, ainda que tenha deixado de ser um marcador do valor moral da rapariga, permanece uma área de preocupação, enfatizando-se a reprovação social e o eventual desconforto do namorado perante o passado sexual da companheira. Desta forma, embora a actividade sexual feminina seja apresentada como algo «normal» e «desejável», recomenda-se que a experiência sexual seja dissimulada e que a rapariga «aja com o namorado como se ele fosse o único».

A preocupação com este tema torna-se ainda mais explícita quando percebemos o conjunto de condições de certa forma impostas para que a iniciação sexual feminina seja aceitável, em particular a ideia de que esta deve ocorrer no contexto de uma relação de amor, sendo alvo de cuidadosa ponderação e só devendo ser tomada quando a jovem «tem a certeza» e tem «boa auto-estima». Reforçando esta construção da iniciação sexual como problemática, são dados vários conselhos às raparigas sobre como resistir às pressões do namorado, mas, curiosamente, raramente é referida ou aconselhada a contracepção, excepto no ano 2005, em que este tema se torna mais presente.

No discurso sobre a iniciação da vida sexual, é ainda de notar o paradoxo entre um discurso que atribui à rapariga o poder de decisão mas ao mesmo tempo adopta uma abordagem instrucional, através de um conjunto de prescrições que colocam os *media* numa posição de autoridade e comunicam à rapariga a sua ignorância e a necessidade de direcção. O mesmo discurso instrucional é adoptado quando se concebe o sexo como uma técnica ou uma habilidade, dando instruções precisas às raparigas sobre o que e como fazer. Ao mesmo tempo, e no mesmo registo paradoxal já anteriormente notado, espera-se que a rapariga aja como perita: não só que saiba o que fazer, como também se espera que seja capaz de gerir os tempos e as decisões da relação, que satisfaça o namorado e que lhe diga como aquele a pode satisfazer. A mensagem é, pois, a de que a rapariga deve controlar tanto a sua sexualidade como a do namorado, sendo sua a tarefa de garantir o sucesso da relação, tanto no plano afectivo como no sexual.

Tal como no discurso directo dos adolescentes que entrevistámos, os *media* colocam a sexualidade feminina no domínio do emocional. Predomina um discurso romântico que liga a sexualidade preferencialmente

a uma relação duradoura e constrói o sexo como algo de especial. Em nosso entender, este discurso constitui uma tentativa de diminuir a tensão existente entre a visão tradicional da sexualidade feminina – que, como vimos, continua a valorizar a virgindade e a temer a censura social –, e a aparente liberdade sexual dos tempos presentes. Ao localizar o amor como o contexto apropriado ou pelo menos preferencial para o sexo, o amor torna-se a desculpa para que o envolvimento sexual não acarrete censura social.

Tal não significa que o sexo mais casual não seja apresentado como uma possibilidade, mas é-o sempre como algo menos desejável e que a rapariga deve aprender a diferenciar do «verdadeiro» amor. Por outro lado, é apresentado como algo que pode trazer-lhe consequências indesejáveis com as quais terá de lidar.

Conclusões

Os estudos aqui apresentados inscrevem-se num projecto mais vasto que tem por objectivo caracterizar a violência na intimidade juvenil e os discursos culturais em torno da intimidade e do amor que a potenciam e legitimam. Trata-se, na sua maioria, de estudos ainda em curso, cujos dados preliminares, aqui apresentados, mais do que fornecerem respostas, essencialmente nos sugerem novas questões e direcções de pesquisa. Ainda assim, no seu conjunto, estes dados permitem-nos avançar com algumas conclusões tentativas sobre o tema.

Desde logo, os dados disponíveis corroboram a ideia de que a violência sexual na intimidade juvenil é um fenómeno que afecta um número significativo de jovens, ainda que em percentagens inferiores ao verificado em estudos internacionais (*e. g.*, Fisher, Cullen e Turner 2000). Talvez ainda mais preocupante, os dados sobre as formas de violência sexual relatadas sugerem que estes comportamentos coercivos frequentemente ocorrerão num contexto de escalada, resultando em actos de elevada gravidade.

Tal escalada parece ser potenciada pela representação da violência sexual menor como algo relativamente pouco grave, expectável no contexto de um relacionamento amoroso, ou mesmo tradutora de interesse e envolvimento. Efectivamente, ainda que os jovens se mostrem globalmente pouco tolerantes face à agressão sexual, quando explicitamente questionados sobre tal assunto – tal como a literatura nacional e internacional nos fazia esperar (*e. g.*, Brady *et al.* 1991; Carmody e Washinghton 2001;

Golge *et al.* 2003; Hinck e Thomas 1999) –, parecem simultaneamente ser pouco capazes de reconhecer formas «menores» de coação sexual como abusivas ou mesmo pouco capazes de perceber as relações sexuais forçadas, quando praticadas na intimidade, como violação. Estes resultados foram também encontrados noutros estudos internacionais e reforçam a ideia de que a reprovação geral da violência pode coexistir com a sua legitimação em determinadas circunstâncias específicas ou ainda com a incapacidade de reconhecer determinados comportamentos como crime. Tal dificuldade parece associada à representação dominante da violação como um comportamento cometido por estranhos e aos mitos sobre a violação, nomeadamente os que atribuem a responsabilidade pela mesma à vítima, sobretudo quando esta já conhecia o seu agressor.

Estes mitos parecem ser quantitativamente mais comuns entre os jovens menos escolarizados e mais jovens e entre os rapazes, sugerindo a continuidade de uma socialização masculina que legitima, reduz ou desculpa a agressão sexual, pelo menos em determinadas circunstâncias (Eastel 1992). Salientamos, no entanto, que esta não é uma visão exclusivamente masculina e que também encontrámos (nas discussões de *focus-group*) eco destas visões no discurso das raparigas.

Estes mitos sobre a violação enraízam-se numa visão fortemente genderizada do desejo sexual, que enfatiza a incontrolabilidade da pulsão sexual masculina, assim como naturaliza o autocontrolo e a restrição sexual das raparigas. Neste plano, os discursos culturais veiculados pelos *media* e os discursos individuais dos jovens encontram-se em sintonia, perpetuando o estigma associado ao comportamento sexual feminino que se afasta do estereótipo da «boa» feminilidade, e face ao qual o risco de culpabilização da vítima é acrescido. Cabe, portanto, à rapariga gerir a sua sexualidade e a do namorado, assim como a sua imagem social, deslocando-se para os seus ombros a responsabilidade de evitar a vitimação sexual.

Recordamos, a este propósito, que a retórica comum dos programas de prevenção da violência sexual faz precisamente apelo à conformidade da mulher com o seu papel de género (*e. g.*, não sair de casa ou sair com uma companhia, de preferência masculina; comportar-se de forma convencional; mostrar-se simpática mas não disponível, atraente mas não «vulgar»). Os esforços femininos para evitar a vitimação sexual tornam-se, deste modo, mecanismos de auto-regulação do comportamento a que Stanko chama as «tecnologias da alma» (1997, 479) feminina. A mensagem subjacente transmitida por estes discursos – e reproduzida pelos nossos participantes e pelos *media* que analisámos – é a de que as «boas»

raparigas deverão proteger-se, aderindo às normas de comportamento estabelecidas pelos papéis tradicionais (Madriz 1997). Neste contexto, a vitimação é frequentemente interpretada como um fracasso da mulher que, pelos seus comportamentos, aparência ou linguagem, não se conformou aos códigos da respeitabilidade e se tornou vulnerável à violência sexual (Machado 2005).

Referências

Abbey, A. *et al.* 1996. «Alcohol and dating risk factors for sexual assault among college women». *Psychology of Women Quarterly,* 20 (1): 147-169.

Abbey, A. *et al.* 2001. «Attitudinal, experiential, and situational predictors of sexual assault perpetration». *Journal of Interpersonal Violence,* 16 (8): 784-806.

Abbey, A. *et al.* 2006. «Cross-sectioned predictors of sexual assault perpetration in a community sample of single African American and Caucasian Men». *Aggressive Behavior,* 32 (1): 54-67.

Anderson, I., G. Beattie e C. Spencer. 2001. «Can blaming victims of rape be logical? Attributions theory and discourse analytic perspectives». *Human Relations,* 54 (4): 453-475.

Bell, S., P. Kuriloff, e I. Lottes. 1994. «Understanding attributions of blame in stranger rape and date rape situations: an examination of gender, race, identification, and student's social perceptions of rape victims». *Journal of Applied Social Psychology,* 14 (19): 1719-1734.

Brady, E. *et al.* 1991. «Date rape: avoidance strategies, and attitudes toward victims». *Journal of Social Psychology*, 131 (3): 427-429.

Braun, V., e V. Clarke. 2006. «Using thematic analysis in psychology». *Qualitative Research in Psychology,* 3, n.º 2: 77- 101.

Burt, R. 1980. «Cultural myths and supports for rape». *Journal of Personality and Social Psychology,* 38 (2): 217-230.

Caridade, S. 2009. «Violência nas relações juvenis de intimidade: comportamentos e atitudes dos jovens». Tese de doutoramento, Braga, IEP.

Carmody, D., e L. Washington. 2001. «Rape myth acceptance among college women». *Journal of Interpersonal Violence*, 16 (5): 424-437.

Dias, A. R., e C. Machado. 2009. «Repertórios interpretativos sobre o amor: os discursos e vivências juvenis». Comunicação apresentada no 1.º Congresso de Saúde e Comportamento dos Países de Língua Portuguesa, Braga, Sociedade Portuguesa de Saúde e Comportamento, Universidade do Minho.

Dias, A. R., e C. Machado. (submetido a publicação). «From 'chastity as a gift' to 'doing it in the context of love': discourses about women sexuality in Portuguese magazines: 1965 to the present». *Media, Culture & Society.*

Eastel, P. 1992. «Beliefs about rape: a national survey». In *Without consent: Confronting adult sexual violence,* ed. P. Easteal. Camberra: Australian Institute of Criminology, 25-49.

Fields, B., e L. Chassin 2006. *The Women and Stressful Life Events Projects: Survey Completion Rates Among Crime Victims on a Web-based Survey*. Irvine, CA: Western Psychological Association.

Fisher, B., F. Cullen, e M. Turner. 2000. *The Sexual Victimization of Women.* Washington, DC: U. S. Department of Justice.

Gidycz, C. *et al.* 1993. «Sexual assault experience in adulthood and prior victimization experiences: a prospective analysis». *Psychology of Women Quarterly*, 17 (2): 151-168.

Golge, B. *et al.* 2003. «Turkish university student s attitudes toward rape». *Sex Roles,* 49 (11-12): 653-662.

Hall, G. C., e C. Barongan. 1991. «Prevention of sexual aggression: sociocultural risk and protective factors». *The American Psychologist*, 52: 5-14.

Hinck, S., e R. Thomas. 1999. «Rape myth acceptance in college students: How far have we come?». *Sex Roles*, 40: 815-832, http://www.sesp.northwestern.edu/foley/instruments/interview/

Koss, M., e C. Oros. 1982. «Sexual experiences survey: a research instrument investigating sexual aggression and victimization». *Journal of Consulting and Clinical Psychology*, 50 (3): 455-457.

Koss, M., C. Gidycz, e N. Wisniewski. 1987. «The scope of rape: incidence and prevalence of sexual aggression and victimization in a national sample of higher education students». *Journal of Consulting and Clinical Psychology*, 55 (2): 162-170.

Koss, M., A. Abbey, e SES Collaborative. 2004. *Sexual Experiences Survey Revised*. Questionário cedido pelos autores.

Larimer, M., A. Lydum, B. Anderson, e A. Turner. 1999. «Male and female recipients of unwanted sexual contact in a college student sample: prevalence rates, alcohol use, and depression symptoms». *Sex Roles*, 40 (3-4): 295-307.

Machado, C. 2005. *Crime e Insegurança: Discursos do Medo, Imagens do Outro.* Lisboa: Editorial de Notícias.

Machado, C., S. Caridade, e C. Martins. 2010. «Violence in juvenile dating relationships: self-reported prevalence and attitudes in a Portuguese sample». *Journal of Family Violence,* 25 (1): 43-52.

Madriz, E. 1997. *Nothing Bad Happens to Good Girls: Fear of Crime in Women' s Lives.* Berkley: University of California Press.

Magdol, L. *et al.* 1997. «Gender differences in partner violence in a birth cohort of 21-years-old: bridging the gap between clinical and epidemiological approaches». *Journal of Consulting and Clinical Psychology*, 65 (1): 68-78.

Makepeace, James M. 1981. «Courtship violence among college students». *Family Relations*, 30 (1): 97-102.

Martins, S., e C. Machado. 2008. *Escala de Crenças sobre Violência Sexual.* Questionário cedido pelos autores. Braga: Universidade do Minho.

Martins, S., e C. Machado (no prelo). «Perpetración y victimación sexual: estudio con jóvenes universitarios portugueses sobre creencias y prevalencia». In *Colección Psicología y Ley*, 5, eds. R. Arce *et al.* Múrcia: Sociedad Española de Psicología Jurídica y Forense.

Matos, M, C. Machado, e M. Gonçalves. 2008. *Inventário de Violência Conjugal* – 2 (versão adaptada para a população juvenil). Questionário cedido pelos autores. Braga: Universidade do Minho.

McAdams, D. P. 1995. «The life story interview». Manuscrito não publicado, cedido pelo autor.

Muehlenhard, C. 1988. «Misinterpreted dating behavior and the risk of date rape». *Journal of Social and Clinical Psychology*, 6: 20-37.

Ong, A., e C. Ward. 1999. «The effects of sex and power schemas, attitudes toward women, and victim resistance on rape attributions». *Journal of Applied Social Psychology*, 29 (2): 362-376.

Potter, J., e M. Wetherell. 1992. *Discourse and Social Psychology: Beyond Attitudes and Behavior.* Londres: Sage.

Reiner, R. 1997. «Media made criminality: the representation of crime in mass media». In *The Oxford Handbook of Criminology*, eds. M. Maguire, R. Morgan e R. Reiner. Oxford: Clarendon Press, 189-225.

Rozee, P., e M. Koss. 2001. «Rape: a century of resistance». *Psychology of Women Quarterly*, 25 (4): 295-311.

Russell, D. 1984. *Sexual Exploitation: Rape, Child Sexual Abuse and Workplace Harassment*. Beverly Hills, CA: Sage.

Scarce, M. 1997. *Male on Male Rape: The Hidden Toll of Stigma and Shame.* Nova Iorque: Insight Books.

Shefer, T., A. Strebel, e D. Foster. 2000. «So women have to submit to that: discourses of power and violence in student's talk on heterosexual negotiation». *South African Journal of Psychology*, 30 (2): 11-20.

Stanko, E. 1997. «Safety talk: conceptualizing women's risk assessment as a 'tecnology of the soul'». *Theoretical Criminology*, 1 (4): 479-499.

Straus, M. A. 2004. «Prevalence of violence against dating partners by male and female university students worldwide». *Violence Against Women*, 10 (7): 790-811.

Parte VI
Cidadania e participação política: inclusões ou exclusões?

Isabel Menezes

Capítulo 16

Da (inter)acção como alma da política: para uma crítica da retórica «participatória» nos discursos sobre os jovens*

Da cidadania como mito

A intensa invocação da cidadania que emerge como uma marca distintiva das sociedades contemporâneas (Lyotard 1999) constitui-se como um dispositivo hermenêutico com uma importante função simbólica, na medida em que se designa o que se teme e o que sente em falta. Esta intensa invocação repousa num consenso ilusório: a cidadania é um conceito não apenas polissémico, cujo conteúdo é diferencialmente resolvido por diversas tradições ideológicas, como em mutação, no sentido de que aquilo que «é» a cidadania está longe de estar resolvido ou encerrado (*e. g.*, Araújo 2007; Benhabib 1999; Gentilli 2000; Haste 2004; Ignatieff 1995; Kymlicka e Norman 1995; Menezes 2005; Pais 2005; Santos 1998; Young 1995). No núcleo desta discussão está o questionamento dos sentidos de identidade e de pertença, a discrepância entre direitos formalmente consignados e vivências quotidianas e o reconhecimento do carácter exclusivista e homogeneizador inerente à definição de cidadania. No entanto, reconhece-se que a cidadania apela para direitos (e deveres) de existência, independentes do exercício e da competência do sujeito, e de participação, que implicam autodireccionamento, autonomia e acção

* Uma primeira versão deste texto serviu de base à lição de síntese apresentada no contexto de Provas de Agregação em Ciências da Educação na Universidade do Porto, em Outubro de 2007.

(Janoski 1998). Esta participação, considerada alicerce essencial para a legitimação e a sobrevivência dos regimes democráticos (Sullivan e Transue 1999), é também diferencialmente concebida por diferentes tradições políticas (Eisenstadt 2000), desde concepções minimalistas para as quais «a cidadania em si mesma é hoje, essencialmente, um papel passivo: os cidadãos são espectadores que votam» (Walzer 1995, 165), até concepções maximalistas que vêem a participação como «um direito básico [...] [a exercer] no maior número possível de cenários da vida social» (Eisenstadt 2000, 7). Ora, reconhece-se que a lógica minimalista que tende a caracterizar as democracias liberais ocidentais desde o final da II Guerra Mundial, conjugada com um crescente cepticismo quanto ao funcionamento do sistema democrático – a morte da política é anunciada deste o final da década de 50 (Aron 1955; Camus 1951; Jost 2006; Lipset 1994 [1959]; Scott-Smith 2002) –, corre o risco de minar a qualidade, legitimidade e sustentabilidade da própria democracia (Ostrom 2000), transformando os cidadãos em meros consumidores (Boyte e Kari 1996), relativamente distanciados de um envolvimento activo na *res publica* e nas suas tradicionais instâncias, como os partidos políticos, embora crentes na validade do regime democrático (ver Magalhães 2005).

Embora este distanciamento seja partilhado por jovens e adultos e os sinais de preocupação sobre os seus potenciais efeitos na qualidade da democracia sejam transversais, é também verdade que os discursos políticos, educacionais e académicos, desde a década de 90, têm vindo particularmente a enfatizar a importância de estimular o envolvimento e a participação dos jovens, dado que este parece constituir um bom preditor do envolvimento político na vida adulta (Verba, Schlozman e Brady 1995). Esta poderosa retórica sobre a promoção da cidadania juvenil e da participação cívica e política foi determinante na intensificação da investigação neste domínio, incluindo estudos internacionais comparativos como os liderados pela *Internacional Association for the Evaluation of Educational Achievement* (IEA: Cived 1994-2002; ICCS 2006-2010) (Amadeo *et al.* 2002; Torney-Purta *et al.* 2001) e na configuração, na Europa, de diversas reformas educativas que assumem a educação para a cidadania como objecto central (Menezes 1999). Um relatório da Eurydice revela que muito países prevêem dispositivos de participação dos alunos na vida da escola e, em alguns casos, a articulação com a comunidade envolvendo «desde acções de informação destinadas a oferecer aos alunos uma visão mais profunda sobre os desenvolvimentos sociais até ao seu envolvimento real com a vida quotidiana da comunidade local» (2005, 35). Ora, a investigação sugere que estas experiências podem contribuir de

forma decisiva para o envolvimento cívico e político futuro (Hart *et al.* 2007; Oesterle, Johnson e Mortimer 2004) e para o empoderamento de grupos discriminados (Carneiro e Menezes 2006; Youniss e Hart 2005). No entanto, tal como afirmava Sidney Verba na década de 60:

> A participação refere-se aos processos através do quais a/os cidadã/os influenciam ou controlam as decisões que a/os afectam [...] e [está em] crise aguda porque três questões estão a ser levantadas ao mesmo tempo: novas pessoas querem participar, em relação a novos assuntos e de formas novas [1967, 54].

Das formas de participação

Classicamente, a participação política dos cidadãos era definida a partir de uma tipologia de actividades que incluíam votar em eleições ou envolver-se em actividades de organizações políticas, estando tendencialmente associada ao sexo masculino, a níveis educacionais mais elevados, à sensação de privação relativa, a percepções positivas de auto-eficácia ou de eficácia colectiva e à vivência de momentos de crise (Catellani 1996; Picolli, Colombo e Mosso 2004). Ora, sendo verdade que esta participação pode, às vezes, implicar alguma fragmentação do tecido social e a afirmação de interesses particulares (Santos 1998), pode igualmente reflectir uma tomada de posição pessoal, correspondendo a uma vontade de transcender «interesses autodefensivos e tomar uma posição universalista contra a exclusão explícita ou implícita de minorias ou grupos marginais» (1998, 376), envolvendo a interacção com outros e a construção de decisões e responsabilidade conjuntas através do diálogo (Arendt 2001 [1958]; Lima 2005) – e, nesse sentido, a participação é a essência da democracia.

No entanto, assiste-se nos últimos anos a um declínio nas formas tradicionais (ou convencionais) de participação política ao mesmo tempo que outras parecem emergir, o que permite afirmar que esta «crise», tal como afirmava Verba (1967), significa simultaneamente recessão e expansão. É possível que os jovens estejam pouco disponíveis para se envolverem num partido político, mas o mesmo não se pode dizer quanto a muitas outras formas de envolvimento cívico e político, seja o voluntariado no contexto de ONG, a opção por não comprar determinados produtos, o assinar petições na internet, o ir a um concerto ou usar uma *T-shirt* associados a uma causa social. Ou seja, a questão que se coloca é

a de saber se estamos perante uma apatia generalizada ou se, pelo contrário, há sinais de uma tendência participatória? Os jovens comportam-se como cidadãos em formação que se envolvem tentativa e timidamente em experiências na vida política ou são actores políticos de facto?

A este propósito vale a pena atender aos resultados de alguns estudos internacionais da última década, que permitem analisar a situação portuguesa em termos comparativos (Menezes *et al.* 2005; Vala e Torres 2007; Magalhães e Sanz-Moral 2008). Os dados nacionais revelam que, em Portugal, a participação tende a decorrer preferencialmente em associações de tipo «desportivo, cultural e recreativo», e «de solidariedade social ou religioso», tanto para os jovens como para os adultos (Menezes *et al.* 2005; Viegas 2004), que Viegas considera pouco contribuírem para a capacitação política e para a deliberação democrática, o que o leva a falar da «debilidade da sociedade civil» (2004, 47). Villaverde Cabral (2007) vai mais longe ao concluir que

> Em Portugal, é como se todos os valores da cidadania democrática, desde o activismo político e a participação eleitoral... até à obediência às leis, a ajuda às pessoas mais pobres e a formação de opinião própria, fossem de alguma forma equivalentes, isto é, como se esses valores não conhecessem qualquer distinção cognitiva e moral, nomeadamente a distinção entre a cidadania activa («ser politicamente activo» e «ser activo em associações voluntárias») e a cidadania passiva («obedecer às leis», etc.) [2007, 49].

Curiosa é também a sua constatação de que este padrão é partilhado pela burguesia e pelo operariado, não se verificando aqui um efeito de classe tão marcado como o que se encontra noutros países, o que o leva a falar de uma «escassez societal» (Villaverde Cabral 2007, 58) que afecta, de forma transversal na sociedade portuguesa, tanto a confiança interpessoal e política, como o exercício da cidadania. Estes resultados, conjugados com a relativa recentidade do regime democrático em Portugal, reforçam a importância de intervir neste domínio, promovendo uma participação social e cívica mais intensa e de maior qualidade –, muito embora a investigação também revele que a satisfação com a democracia e a participação entre os jovens é mais intensa que nos adultos (Magalhães e Sanz Moral 2008), sugerindo que podemos estar num momento de viragem geracional no que concerne à participação cívica e política em Portugal.

Vantagens e riscos da participação

As vantagens da participação cívica e política estão bem (e profusamente) documentadas: do ponto de vista individual, a participação parece incrementar a confiança interpessoal e a tolerância, as competências pessoais e sociais, o empoderamento psicológico e o sentido de pertença e de comunidade (*e. g.*, de Picolli, Colombo e Mosso 2004; Kieffer 1981; Morgan e Streb 2001; Putnam 2001; Schmidt, Shumow e Kackar 2007; Stewart e Weinstein 1997; Sullivan e Transue 1999; Zimmerman 1995); do ponto de vista societal, regista-se o aumento da cultura cívica, do capital social, do clima de deliberação e discussão e do pluralismo (*e.g.*, Almond e Verba 1963; Arendt 2001 [1958]; Habermas 1999; Putnam 1993, 2001) – embora se reconheça que as vantagens são potenciadas especialmente no curto prazo, em organizações orientadas para a transformação social (e não especialmente centradas na interacção social), com uma estrutura de poder mais horizontal que favorece uma participação alargada no seu interior (Putnam 1993; Stewart e Weinstein 1997).

Mas a afirmação da relevância da participação cívica e política no domínio das ciências sociais é de tal intensidade – como se o acto de participar se revestisse de uma bondade intrínseca –, que uma boa parte dos estudos nem sequer articula a possibilidade de haver um impacto negativo destas experiências. No entanto, nos últimos anos, alguma investigação tem sugerido que a participação pode ter efeitos negativos, reforçando estereótipos e preconceitos e podendo contribuir para o conformismo ou a fragmentação social (Picolli, Colombo e Mosso 2004; Dear 1992; M. Lima 2004; Menezes 2003; Theiss-Morse e Hibbing 2005; Santos 1998; Viegas 2004). Embora ainda enquanto tendência minoritária na extensa investigação sobre a participação cívica e política, a afirmação de um «lado negro» destas experiências permite a construção de um ponto de vista mais complexo sobre o fenómeno e reforça a necessidade de uma perspectiva teoricamente fundamentada (e empiricamente validada) que permita responder a uma questão nuclear neste domínio: *o que na participação justifica as vantagens?*

A qualidade desenvolvimental das experiências

Considerando que a participação cívica e política em contextos diversos pode ter resultados positivos ou negativos tanto do ponto de vista pessoal como societal, ganha particular relevância a exploração do *que*

na participação justifica as vantagens. É neste sentido que falamos da *qualidade desenvolvimental* da participação cívica e política.

Este constructo inspira-se nos contributos de autores clássicos do campo da educação, da psicologia e da política, como Dewey, Piaget ou Arendt. Deste modo, a tentativa de identificar critérios de qualidade da participação cívica e política situa-se numa lógica de clara continuidade com as perspectivas teóricas e as propostas de intervenção que, ao longo do século XX, postularam características dos contextos de vida que favoreciam o desenvolvimento humano. De entre estas abordagens, merece realce a síntese proposta por Norman Sprinthall (1991) no modelo da educação psicológica deliberada, em que identifica os seguintes elementos essenciais na intervenção educativa que tome a promoção do desenvolvimento psicológico como objectivo: a importância da provisão de experiências de acção reais e significativas (*role-taking* por oposição a *role-playing*), muitas vezes envolvendo uma relação de ajuda; balanceadas com a existência de oportunidades de reflexão guiada para a integração criteriosa da experiência; num contexto de apoio na medida em que crescer é «doloroso»; e assegurando tanto a continuidade como a duração alargada destas experiências. Saliente-se que a educação psicológica deliberada viria a revelar-se uma muito consistente estratégia de intervenção, com uma eficácia comprovada tanto na promoção da complexidade de estruturas cognitivas como na capacitação para a acção (ver Menezes 1999).

Tomando a síntese de Sprinthall como ponto de partida, integramos aqui os contributos de Hannah Arendt (2001 [1958]), em particular na sua concepção da política enquanto experiência de *interacção* entre pessoas *iguais* inevitavelmente *diferentes*, e reconhecemos, como Walzer (2002) e Bobbio (1995), que as emoções são uma componente essencial do envolvimento político. Daqui viria a decorrer a importância de estudar experiências de participação percepcionadas como as mais significativas para cada pessoa e de atender ao seu envolvimento, bem como a necessidade de acentuar a interacção e o pluralismo como elementos nucleares dos contextos em que a participação decorre.

Em consequência, a *qualidade desenvolvimental* da participação cívica e política em diversos contextos foi operacionalizada a partir dos seguintes «condimentos»:

(i) o envolvimento em actividades significativas que implicam implementar *projectos de acção* em *interacção* com outras pessoas;
(ii) a oportunidade de *analisar e integrar* de forma pessoalmente criteriosa e relevante os *significados* da experiência;

(iii) o confronto com *pontos de vista diversos* num contexto em que o pluralismo, a diferença e a discordância são suportados e validados;
(iv) a *duração* da experiência, reconhecendo a importância do tempo na tarefa e da sua continuidade.

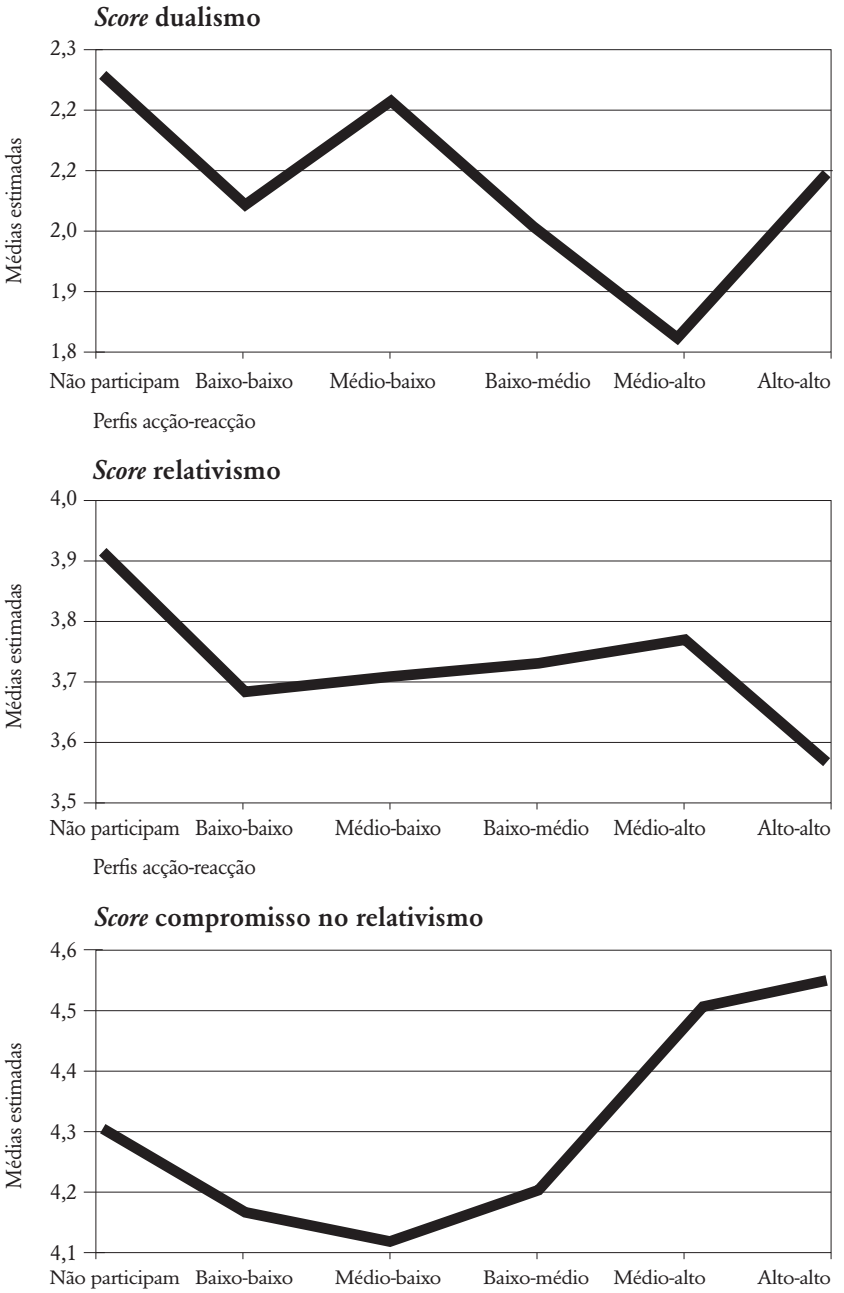
Trata-se, portanto, de um constructo bidimensional que remete tanto para as oportunidades de acção concebida enquanto interacção com outros (inevitavelmente diferentes) quanto para as oportunidades de integração pessoal/construção de significados num contexto desafiante e pluralista.

Iniciámos, em 2001, um conjunto de estudos com vista a testar empiricamente a validade deste constructo através de um instrumento de auto-relato, o *Questionário das Experiências de Participação*, que construímos com Pedro D. Ferreira em 2001. Estes estudos envolvem grupos diversos: jovens e adultos, homens e mulheres, homo e heterossexuais, muito e pouco escolarizados..., que se envolveram em contextos de participação igualmente variados – e recorrentemente revelam que a qualidade desenvolvimental da participação cívica e política é um poderoso determinante do impacto da participação a nível da promoção da complexidade dos modos de pensar sobre a política, do incremento da literacia política e na promoção de atitudes favoráveis à tolerância, à confiança e ao envolvimento cívico e político (Azevedo e Menezes 2007; Carneiro e Menezes 2006; Ferreira 2006; Teixeira 2004; Veiga 2008). Atenderemos, a título ilustrativo, aos dados de dois estudos: o estudo transversal de Pedro D. Ferreira (2006) envolvendo adolescentes, jovens adultos e adultos; e o estudo longitudinal de Sofia Veiga (2008) com estudantes universitários.

Partindo de uma amostra de 626 participantes, Pedro Ferreira (2006) considerou diferentes perfis de qualidade identificados a partir da análise de *clusters* sobre as experiências de participação reportadas pelos sujeitos, desde os que não têm qualquer experiência de participação até aos que têm experiências caracterizadas por elevada qualidade tanto em termos das oportunidades de acção como em termos das oportunidades de reflexão num contexto pluralista. A relação entre estes *clusters* de qualidade de participação e os tipos de pensamento sobre a política considerados é muito interessante, embora a amplitude da variação seja baixa (gráfico 16.1).

O pensamento dualista, que se caracteriza por uma cognição de tipo dicotómico face à política, apresenta genericamente baixos níveis de concordância, ligeiramente superiores para quem não participa. O pensa-

Gráfico 16.1 – Variação no pensamento sobre a política em função da qualidade da participação



Fonte: Ferreira (2006).

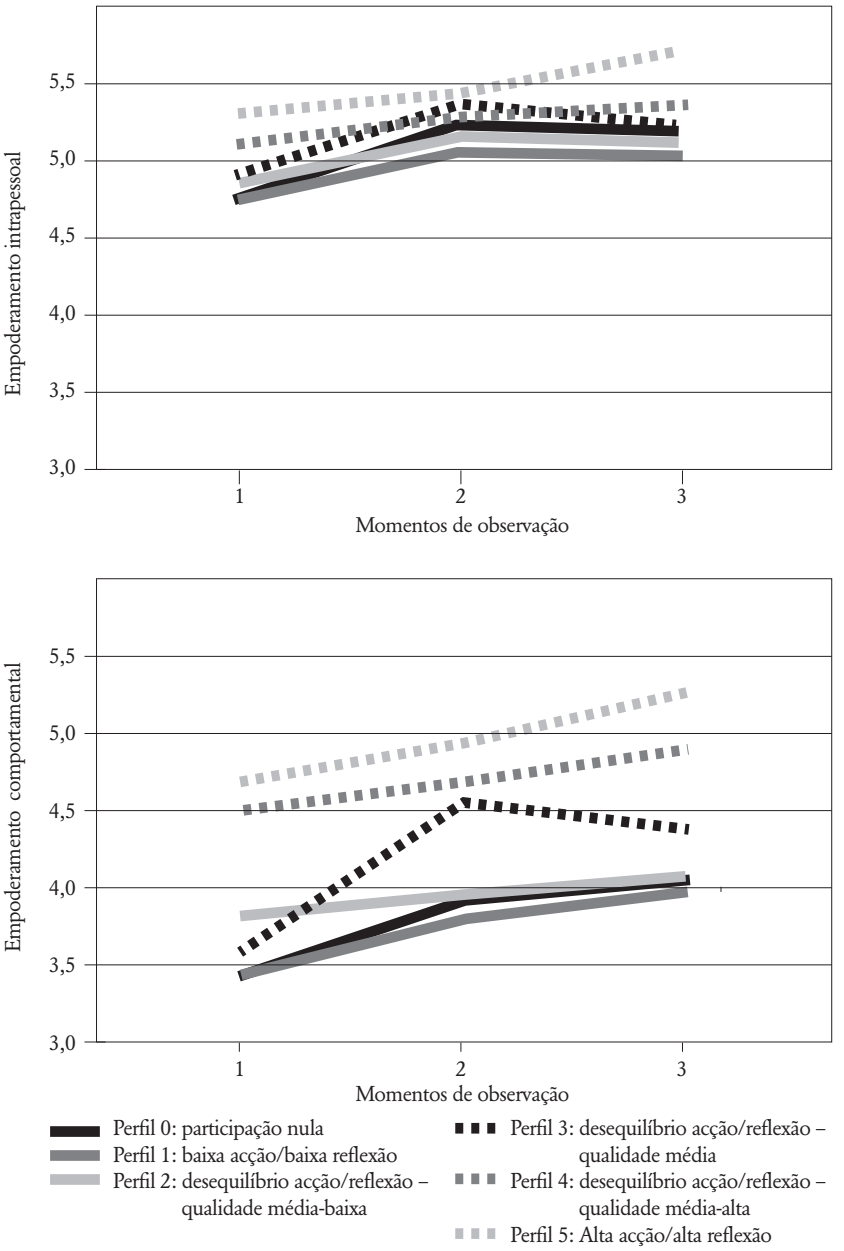
mento relativista, que se expressa por uma dificuldade em tomar posição face à política e a uma desvalorização das diferenças ideológicas, tende a ser inferior nos sujeitos que detêm experiências de maior qualidade. O compromisso no relativismo, que representa uma capacidade de tomar uma posição pessoal criteriosa face à política e, portanto, uma maior complexidade do pensamento – independentemente do posicionamento ideológico – parece caracterizar mais os sujeitos com experiências de maior qualidade, embora seja interessante verificar que pessoas com experiências de qualidade mais baixa parecem aderir menos a este tipo de pensamento do que pessoas sem experiências de participação. Embora não seja aqui possível estabelecer uma relação de causalidade, é interessante constatar que nem a ausência de participação implica uma menor complexidade de pensamento sobre a política, nem o envolvimento das pessoas significa um pensamento mais complexo.

No sentido de aprofundar estes resultados, investimos na realização de estudos longitudinais que permitissem aceder ao impacto da participação ao longo do tempo. Num estudo com 203 estudantes universitários, observados em três anos lectivos consecutivos, Sofia Veiga (2008) considerou como o envolvimento continuado em experiências de qualidade diversa influencia o desenvolvimento do empoderamento psicológico (Zimmerman 1995), tanto a nível das percepções de controlo e eficácia pessoal (empoderamento intrapessoal), quanto a nível da consciência crítica e do conhecimento dos recursos disponíveis no meio (empoderamento interaccional), quanto, finalmente, a nível da acção (empoderamento comportamental) (gráfico 16.2).

O que os resultados sugerem é que a participação em experiências de elevada qualidade constitui uma significativa mais-valia na promoção do empoderamento intrapessoal e comportamental, que se traduz em ganhos consistentes ao longo do tempo; nos restantes grupos, a evolução inicial, estabiliza-se. Ou seja, parece haver uma evolução independente do envolvimento em experiências de participação e que envolve um incremento do empoderamento do primeiro para o segundo momento de observação, que é apenas potenciado quando as experiências se revestem de elevada qualidade. Nestes casos, os estudantes continuam, a cada momento, não apenas a ver-se como mais competentes e eficazes no exercício do poder e do controlo sobre as suas vidas, como a agir nesse sentido no seu quotidiano.

É interessante constatar que estudos realizados por outras equipas, noutros contextos, têm igualmente apontado para a robustez de algumas das dimensões deste constructo (Larson e Hansen 2005; Larson, Hansen

Gráfico 16.2 – Mudanças nas dimensões do empoderamento psicológico em função da qualidade da participação



Fonte: Veiga (2008).

e Moneta 2006; Metz, McLellan e Youniss 2003; Schmidt, Shumow e Kackar 2007; Youniss, McLellan e Mazer 2001), apesar de partirem de uma perspectiva benevolente da participação e de destacarem apenas alguns dos «condimentos» referidos.

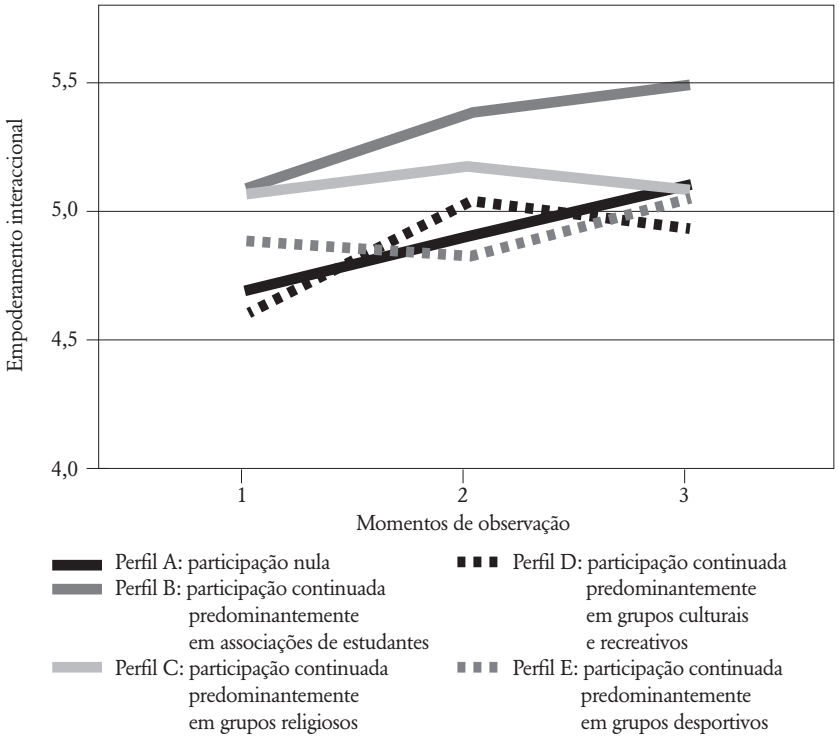
Parece-nos, ainda, de sublinhar que estas experiências de participação podem decorrer numa multiplicidade de contextos de vida e face a uma diversidade de problemas. Não se antecipa aqui que o conteúdo da participação constitua uma variável determinante, no sentido em que a participação em associações de estudantes, movimentos sociais, juventudes partidárias, escuteiros..., poderá gerar as condições para a emergência de experiências de qualidade. Mas é possível antecipar que as oportunidades de envolvimento activo em projectos, a criação de condições para a reflexão pessoal e, mais ainda, a valorização da discussão de perspectivas diferentes e conflituais da realidade possam emergir mais facilmente em alguns contextos do que noutros.

Os resultados de Sofia Veiga (2008) sugerem isso mesmo quando constatam que, ao longo do tempo, pode ser negativo ou irrelevante o impacto da participação em certos grupos (desportivos, religiosos) em que é provável que a criação de condições para a reflexão pessoal e, mais ainda, a valorização da discussão de perspectivas diferentes e conflituais da realidade seja menos intensa (gráfico 16.3).

Note-se que a dimensão do empoderamento que está aqui em jogo, o empoderamento interaccional, «implica sobretudo potenciar uma consciência crítica face às diversas questões e realidades sociopolíticas, tornando-se essencial o confronto e a discussão com uma diversidade de perspectivas sobre o mundo em que os estudantes se movimentam» (Veiga 2008, 307). No entanto, estes dados têm necessariamente de ser complementados com mais investigação que combine a análise das percepções dos participantes, como é o caso, com a intenção e o discurso dos supervisores destas experiências e a observação de práticas em contexto.

Finalmente, é importante salientar que estes «condimentos» podem intencionalmente ser considerados no desenho de projectos de intervenção e na transformação das práticas correntes em instituições educativas e comunitárias dirigidas aos jovens (escolas, clubes, paróquias, grupos de jovens...), podendo assim orientar os esforços de intervenção para a promoção de experiências de cidadania activa, em especial os que se dirigem a crianças e jovens, na medida em que, como começámos por afirmar, são preditoras significativas do envolvimento cívico e político na vida adulta (Obradovic e Masten 2007; Verma e Saraswathi 2002; Youniss, McLellan e Yates 1997).

Gráfico 16.3 – Mudanças no empoderamento interaccional em função do conteúdo-duração da participação



Fonte: Veiga (2008).

Implicações para a intervenção educativa, social e comunitária

A ênfase na promoção da cidadania tem, como vimos atrás, estado no centro das políticas de educação e de juventude muito em resultado da influência da União Europeia (Nóvoa 1996). A partir de meados da década de 90, a cidadania invadiu os discursos e as reformas educativas europeias (Afonso 1999; Best 2003; Menezes 1999), estendendo-se depois ao campo da formação de adultos (Estêvão 2001; Lima 2005; Martin 2003). Portugal constitui, deste ponto de vista, um notável exemplo das tensões e contradições deste processo, em particular no que se refere à educação básica (Brederode Santos 1985; Campos 1992; Cunha 1994; Grácio 1981; Menezes 1999; Stoer 1986).

A discussão sobre o papel da escola tendeu a centrar-se em duas questões principais. Num primeiro momento, o debate centrou-se na selecção de formas curriculares preferenciais, com a opção por espaços (não)-disciplinares específicos a ser contraposta a estratégias de infusão ou disseminação transversal (Menezes 1999). Subjacente a esta discussão estava frequentemente o pressuposto de que «dando informação às crianças (incluindo as competências para tratar essa informação criticamente) tanto o esclarecimento como o envolvimento se seguirão; [ou seja, que] um conhecimento cívico 'apropriado' motivará a participação cívica» (Haste 2004, 425). Ora, o problema da ênfase no conhecimento é duplo. Por um lado, o conhecimento cívico apenas prediz parcialmente a participação cívica e política (Haste 2004; Torney-Purta *et al.* 2001). Por outro, limita a educação para a cidadania a um «mero mecanismo de difusão, socialização e reconhecimento de direitos» (Gentilli, 2000, 146), tratando a cidadania como um facto e não a reconhecendo como um produto da deliberação contínua entre as pessoas (Benhabib 1999; Flanagan *et al.* 2005). Naturalmente, se se afirma que «em vez de ser visto como 'passivamente' socializada, a pessoa activamente constrói – e co-constrói com as outras – explicações e histórias que dão sentido à experiência, para desenvolver um identidade que a localiza num contexto social, cultural e histórico» (Haste 2004, 420), esta ênfase na transmissão de uma cidadania predefinida e predeterminada deixa de fazer sentido.

Não é portanto de estranhar que a tendência de ver o problema da promoção da participação cívica e política como um problema de «informação acerca de» (ou da sua falta) tenha evoluído, num segundo momento, para um crescente reconhecimento de que a escola – tal como as outras instituições dirigidas aos jovens – deve ser pensada ela própria como um espaço de participação e mobilizador do envolvimento comunitário, reconhecimento esse que aliás era já visível (embora tendencialmente retórico) no intenso movimento de reformas curriculares europeias dos anos 80 e 90 (Menezes 1999).

Ora, o enfoque na escola como espaço de acção cidadã implica a problematização da «relação social no interior da escola» (Correia 2001, 35), remetendo para «um conceito de cidadania que é indissociável da construção da cidade através do incremento de redes de relações sociais densas e diversificadas, onde a educação como bem comum é problemática» (2001, 37). Uma consequência desta opção é reconhecer as crianças e os jovens como agentes políticos de direito próprio (Shapiro 2004), e as escolas como espaços democráticos que contextualizam e singularizam o diálogo e a cooperação (Stoer 1994) e que se questionam sobre a sua própria

organização (Lima 1998, 2001, 2002), na medida em que, como afirma Gentili, «não se pode educar para a autonomia a partir de práticas heterónimas, não se pode educar para a humanidade a partir de práticas autoritárias e não se pode educar para a democracia a partir de práticas autocráticas» (2000, 149).

A proliferação de projectos de «educação para a cidadania» pode, como defende Galston, estar associada ao «enfraquecimento de fontes tradicionais de socialização, de solidariedade e de cidadania activa» (2000, 64). Ora, se a investigação sugere que estas experiências podem contribuir de forma decisiva para a integração social e o envolvimento cívico e político futuro (Oesterle, Johnson e Mortimer 2004; Schmidt, Shumow e Kackar 2007) e para o empoderamento de grupos discriminados (Carneiro e Menezes 2006; Youniss e Hart 2005), é de salientar que as oportunidades para este envolvimento não estão equitativamente distribuídas – o que penaliza essencialmente jovens de grupos sociais desfavorecidos ou discriminados (Balsano 2005).

Mas enfatizar a participação das crianças e dos jovens, na escola e fora da escola, coloca novas exigências – até pela crescente consciência de que os projectos de intervenção podem constituir-se como experiências desempoderantes, em que os profissionais alienam a cidadania de crianças e jovens tratando-os como «objectos» e não como «sujeitos activos que tomam parte... [no projecto] a partir do seu direito à participação» (Ochaíta e Espinosa 1997, 283). Briceño-León (1998), numa reflexão a partir do campo da saúde, discute sobre a polissemia do conceito de participação, salientando como nem sempre a participação das populações resulta da/na conscientização das pessoas. Nos seus trabalhos sobre a participação de professores e alunos na escola, Lima (1988, 1998, 2001, 2002) também discute as várias formas que a participação pode assumir, considerando que «é indispensável considerar a participação do ponto de vista dos actores participantes» (2001, 72) e centrando-se na *participação praticada* que analisa por referência a critérios de democraticidade (*e. g.*, directa ou indirecta) ou envolvimento (*e. g.*, activa, reservada ou passiva). Adicionalmente, é necessário estar consciente dos riscos da «hiperescolarização» do social (Correia 2001, 22) que está inerente à afirmação da sociedade civil como um espaço potencialmente formativo para a cidadania activa de crianças, jovens e adultos.

Mas, se se admite que a promoção da participação cívica e política das pessoas é essencial para a qualidade da cidadania, a consequência é reconhecer que a intervenção socioeducativa neste domínio junto de grupos, instituições ou comunidades é um projecto, ele próprio, politicamente

comprometido (Menezes 2007): porque requer uma intersubjectividade que envolve «o encorajamento activo da reflexão e expressão» (Yowell e Smylie 1999, 474) dos participantes, porque reclama a criação de um ambiente que valoriza a expressão de dissensões e encoraja o pluralismo, porque atende à diversidade de formas e contextos de participação e à experiência de grupos diversos, porque afirma o direito das pessoas e das comunidades a tomarem decisões e a exercerem poder sobre a suas próprias vidas – e porque considera que tudo isto é condição para a reconstrução e o aprofundamento da democracia.

Referências

Afonso, Almerindo J. 1999. *Educação Básica, Democracia e Cidadania: Dilemas e Perspectivas*. Porto: Afrontamento.

Almond, Gabriel, e Sidney Verba. 1963. *The Civic Culture: Political Attitudes and Democracy in Five Nations.* Princeton, NJ: Princeton University Press.

Amadeo, Jo-Ann *et al.* 2002. *Civic Knowledge and Engagement: An IEA Study of Upper Secondary Students in Sixteen Countries*. Amesterdão: IEA.

Araújo, Hannah. 2007. «Cidadania na sua polifonia: debates nos estudos de educação feministas». *Educação, Sociedade & Culturas,* 25: 83-116.

Arendt, Hannah. 2001 [1958]. *A Condição Humana*. Lisboa: Relógio D'Água.

Aron, Raymon. 1955. *L'opium des intellectuels*. Paris: Calmann-Lévy.

Azevedo, Cristina N., e Isabel Menezes. 2007. «Learning politics beyond cognition: The role of experience and participation in political development». In *Learning beyond Cognition*, eds. N. Kryger e B. Ravn. Copenhaga: Danish University of Education, 95-114.

Balsano, A. 2005. «Youth civic engagement in the United States: understanding and addressing the impact of social impediments on positive youth and community development». *Applied Developmental Science*, 9 (4): 188-201.

Benhabib, Seyla. 1999. «Citizens, residents and aliens in a changing world: political membership in the global era». *Social Research*, 22: 1-24.

Best, Ron. 2003. «New bottles for old wine? Affective education and the 'citizenship revolution' in English schools». *Pastoral Care in Education*, 21 (4): 14-21.

Bobbio, Norberto. 1995. *Direita e Esquerda: Razões e Significados de Uma Distinção Política*. Lisboa: Presença.

Boyte, H. C., e N. N. Kari. 1996. *Building America: The Democratic Promise of Public Work*. Filadélfia: Temple University Press.

Brederode Santos, Maria Emília. 1985. *Os Aprendizes de Pigmaleão*. Lisboa: IED.

Briceño-León, R. 1998. «El contexto político de la participación comunitaria en América Latina». *Cadernos de Saúde Pública,* 14, Sup. 2: 141-147.

Campos, Bártolo P. 1992. «A formação pessoal e social na reforma educativa portuguesa». In *Formação Pessoal e Social.* Porto: SPCE, 13-34.

Camus, Albert 1951. *L'homme révolté*. Paris: Gallimard.

Carneiro, Nuno S., e Isabel Menezes. 2006. «La construction de l'identité des jeunes homosexuels au Portugal». *L'Orientation Scolaire et Professionnelle*, 35 (2), 225-249.
Catellani P. 1996. «Political psychology». In *Applied Social Psychology*, eds. G. Semin e K. Fiedler. Londres: Sage, 282-311.
Correia, José A. 2001. «A construção científica do político em educação». *Educação, Sociedade & Culturas,* 15: 19-43.
Cunha, Pedro O. 1994. «A formação moral no ensino público. (Evolução de uma ideia)». *Brotéria*, 130: 59-80.
Dear, M. 1992. «Understanding and overcoming the NIMBY syndrome». *Journal of the American Planning Association,* 58 (3): 288-300.
Eisenstadt, Shalom. N. 2000. *Os Regimes Democráticos: Fragilidade, Continuidade e Transformabilidade*. Lisboa: Celta.
Estêvão, Carlos V. 2001. «Formação, gestão, trabalho e cidadania: Contributos para uma sociologia crítica da formação». *Educação & Sociedade,* XXII, 77: 185-206.
Eurydice. 2005. *A Educação para a Cidadania nas Escolas da Europa*. Lisboa: Gabinete de Informação e Avaliação do Sistema Educativo.
Ferreira, Pedro D. 2006. «Concepções de direitos activos de cidadania e experiências de participação na sociedade civil». Tese de doutoramento, Porto, FPCE-UP.
Flanagan, Constance A. *et al.* 2005. «What does democracy mean? Correlates of adolescents' views». *Journal of Adolescent Research*, 20: 193-218.
Galston, W. A. 2000. «Civil society and the 'art of association'». *Journal of Democracy*, 11 (1): 64-70.
Gentilli, Pablo. 2000. «Qual educação para qual cidadania? Reflexões sobre a formação do sujeito democrático». In *Utopia e Democracia na Educação Cidadã*, orgs. J. C. Azevedo, P. Gentili, A. Krug e C. Simón. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 143-156.
Grácio, Rui. 1981. *Educação e Processo Democrático em Portugal*. Lisboa: Livros Horizonte.
Habermas, Jurgen. 1999. *Between Facts and Norms: Contributions to a Discourse Theory of Law and Democracy*. 3rd ed. New Baskerville: MIT Press.
Hart, Daniel *et al*. 2007. «High school community service as a predictor of adult voting and volunteering». *American Educational Research Journal*, 44: 197-219.
Haste, Helen. 2004. «Constructing the citizen». *Political Psychology*, 25 (3): 413-439.
Ignatieff, M. 1995. «The myth of citizenship». In *Theorizing Citizenship*, ed. R. Beiner. Nova Iorque: State University of New York Press, 53-77.
Janoski, Thomas. 1998. *Citizenship and Civil Society: A Framework of Rights & Obligations in Liberal, Traditional, and Social Democratic Regimes*. Cambridge: Cambridge University Press.
Jost, J. T. 2006. «The end of the end of ideology». *American Psychologist*, 61 (7): 651-670.
Kieffer, Charles H. 1981. «The emergence of empowerment: the development of participatory competence among individuals in citizen organizations». Unpublished doctoral dissertation, Departments of Psychology and Education, Ann Arbor, Michigan, University of Michigan.
Kymlicka, W., e W. Norman. 1995. «Return of the citizen: a survey of recent work on citizenship theory». In *Theorizing Citizenship*, ed. R. Beiner. Nova Iorque: State University of New York Press, 283-322.
Larson, R. W., e D. M. Hansen. 2005. «The development of strategic thinking: learning to impact human systems in a youth activism program». *Human Development,* 48, 327-349.

Larson, R. W., D. M. Hansen, e G. Moneta. 2006. «Differing profiles of developmental experiences across types of organized youth activities». *Developmental Psychology,* 42 (5): 849-863.

Lima, Licínio C. 1988. *Gestão das Escolas Secundárias: A Participação dos Alunos*. Lisboa: Livros Horizonte.

Lima, Licínio C., org. 1998. *Por Favor, Elejam a B.: O Associativismo Juvenil na Escola Secundária.* Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

Lima, Licínio C. 2001. *A Escola como Organização Educativa*. São Paulo: Cortez.

Lima, Licínio C. 2002. *Reorganização Escolar e Democracia Radical: Paulo Freire e a Governação Democrática da Escola Pública.* 2.ª ed. São Paulo: Cortez.

Lima, Licínio C. 2005. «Cidadania e educação: adaptação ao mercado de trabalho competitivo ou participação na democratização da democracia?» *Educação, Sociedade & Culturas,* 23: 71-90.

Lima, M. L. P. 2004. «Images of the public in the debates about risk: consequences for participation». *Portuguese Journal of Social Scienec*, 2 (3): 149-163.

Lipset, Sidney M. 1994 [1959]. *Political Man: The Social Bases of Politics*. Baltimore, MA: The Johns Hopkins University Press.

Lyotard, J.-F. 1999. *O Pós-Moderno Explicado às Crianças: Correspondência 1982-1985.* 3.ª ed. Lisboa: Publ. Dom Quixote.

Magalhães, Pedro C. 2005. «Disaffected democrats: Political attitudes and political action in Portugal». *West European Politics,* 28 (5): 973-991.

Magalhães, Pedro C., e Jesus Sanz Moral. 2008. *Os Jovens e a Política.* Um estudo do Centro de Sondagens e Estudos de Opinião da Universidade Católica Portuguesa, http://www.presidencia.pt/archive/doc/Os_jovens_e_a_politica.pdf, acedido em 30-03-2008.

Martin, I. 2003. «Adult education, lifelong learning and citizenship: some ifs and buts». *International Journal of Lifelong Education,* 22 (6): 566-579.

Menezes, Isabel. 1999. *Desenvolvimento Psicológico na Formação Pessoal e Social*. Porto: Asa.

Menezes, Isabel. 2003. «Participation experiences and civic concepts, attitudes and engagement: Implications for citizenship education projects». *European Educational Research Journal,* 2 (3): 430-445.

Menezes, Isabel. 2005. «De que falamos quando falamos de cidadania?». In *A Educação para a Cidadania como Dimensão Transversal do Currículo Escolar*, eds. J. Pintassilgo, C. Carvalho e F. Sousa. Porto: Porto Editora, 13-22.

Menezes, Isabel. 2007. *Intervenção Comunitária: Uma Perspectiva Psicológica*. Porto: LivrPsic.

Menezes, Isabel, Rosa Afonso, Joana Gião, e Gertrudes Amaro, eds. 2005. *Conhecimentos, Concepções, Atitudes e Práticas de Cidadania dos Jovens Portugueses*. Lisboa: DGIC.

Metz, E., J. McLellan, e J. Youniss. 2003. «Types of voluntary service and adolescents' civic development». *Journal of Adolescent Research*, 18 (2): 188-203.

Morgan, W., e M. Streb. 2001. «Building citizenship: how student voice in service-learning develops civic values». *Social Science Quarterly,* 82 (1): 154-169.

Nóvoa, António. 1996. «L'Europe et l'éducation: Éléments d'analyse socio-historique des politiques éducatives européennes». In *Challenges to European Education: Cultural Values, National Identities, and Global Responsibilities*, ed. T. Winther-Jensen. Sonderdruck: Peter Lang, 29-79.

Obradovic, J., e A. S. Masten. 2007. «Developmental antecedents of young adult civic engagement». *Applied Developmental Science,* 11 (1): 2-19.

Ochaíta, E., e M. A. Espinosa. 1997. «Chidren's participation in family and school life: a psychological and development approach». *The International Journal of Children's Rights,* 5: 279-297.

Oesterle, S., M. K. Johnson, e J. T. Mortimer. 2004. «Volunteerism during the transition to adulthood: a life course perspective». *Social Forces*, 82 (3): 1123-1149.

Ostrom, E. 2000. «Crowding out citizenship». *Scandinavian Political Studies,* 23 (1): 3-16.

Pais, José. M. 2005. «Jovens e cidadania». *Sociologia, Problemas e Práticas,* 49: 53-70.

Picolli, Norma de, M. Colombo, e C. Mosso. 2004. «Active participation as an expression of the sense of community». In *Psicologia comunitaria europea: Comunidad, ética y valores*, eds. A. Sánchez Vidal, A. Zambrano Constanzo e M. Palacín Lois. Barcelona: Publicacions Universitat de Barcelona, 262-271.

Putnam, Robert D. 1993. *Making Democracy Work: Civic Traditions in Modern Italy*. Princeton, NJ: Princeton University Press.

Putnam, Robert D. 2001. *Bowling Alone: The Collapse and Revival of American Community.* Nova Iorque: Touchstone Books.

Santos, Boaventura S. 1998. *Reinventar a Democracia*. Lisboa: Fundação Mário Soares e Gradiva.

Schmidt, J. A., L. Shumow, e H. Kackar. 2007. «Adolescents' participation in service activities and its impact on academic, behavioral and civic outcomes». *Journal of Youth and Adolescence,* 36: 127-140.

Scott-Smith, G. 2002. «The Congress for Cultural Freedom, the end of ideology and the 1955 Milan Conference: defining the parameters of discourse». *Journal of Contemporary History*, 37 (3): 437-455.

Shapiro, V. 2004. «Not your parents' political socialization: introduction for a new generation». *Annual Review of Political Science,* 7: 1-23.

Sprinthall, Norman A. 1991. «Role-talking programs for high-school students: new methods to promote psychological development». In *Psychological Intervention and Human Development*, ed. B. Campos. Porto: ICPFD e Louvain-la-Neuve: Academia, 33-38.

Stewart, E., e R. S. Weinstein. 1997. «Volunteer participation in context: motivations and political efficacy within three AIDS organizations». *American Journal of Community Psychology*, 25 (6): 809-837.

Stoer, S. 1986. *Educação e Mudança em Portugal: 1970-1980, Uma Década de Transição*. Porto: Afrontamento.

Stoer, Stephen R. 1994. «Construindo a escola democrática através do 'campo da recontextualização pedagógica'». *Educação, Sociedade & Culturas,* 2: 7-27.

Sullivan, J., e J. Transue. 1999. «The psychological underpinnings of democracy: a selective review of research on political tolerance, interpersonal trust, and social capital». *Annual Review of Psychology*, 50: 625-650.

Teixeira, Pedro M. 2004. «Cidadania na Universidade: um estudo das concepções e práticas de cidadania de estudantes da Universidade do Porto e sua relação com as experiências académicas e extra-académicas». Tese de mestrado, Porto, FPCE-UP.

Theiss-Morse, E., e J. R. Hibbing. 2005. «Citizenship and civic engagement». *Annual Review of Political Science,* 8: 227-249.

Torney-Purta, Judith, Rainer Lehman, Hans Oswald, e Wolfram Schulz. 2001. *Citizenship and Education in Twenty-Eight Countries: Civic Knowledge and Engagement at Age Fourteen*. Amesterdão: I. E. A.

Vala, Jorge e Anália Torres, org. 2007. *Contextos e Atitudes Sociais na Europa*. Lisboa: ICS.

Veiga, C. Sofia. 2008. «O impacto do envolvimento dos estudantes universitários em actividades extracurriculares no *empowerment* e no desenvolvimento cognitivo-vocacional». Tese de doutoramento, Porto, FPCE-UP.

Verba, S. 1967. «Some dilemmas of political research». *World Politics*, 20 (1): 113-114.

Verba, Sidney, Kay Lehman Schlozman, e Henry E Brady. 1995. *Voice and Equality: Civic Voluntarism in American Politics*. Cambridge, MA: Harvard University Press.

Verma, S., e T. S. Saraswathi. 2002. «Adolescence in India: street urchins or Silicon Valley millionaires». In *The World's Youth: Adolescence in Eight Regions of the Globe*, eds. B. B. Brown, R.W. Larson, e T. S. Saraswathi. Cambridge: Cambridge University Press, 105-140.

Viegas, José M. L. 2004. «Implicações democráticas das associações voluntárias: o caso português numa perspectiva comparativa europeia». *Sociologia, Problemas e Práticas*, 46: 33-50.

Villaverde Cabral, Manuel. 2007. «Efeitos de classe e efeitos societais: elites e operariado ante a cidadania política numa perspectiva comparada europeia». In *Contextos e Atitudes Sociais na Europa*, orgs. J. Vala e A. Torres. Lisboa: ICS, 37-67.

Walzer, Michael. 1995. «The civil society argument». In *Theorizing Citizenship*, ed. R. Beiner. Nova Iorque: State University of New York Press, 153-174.

Walzer, Michael. 2002. «Passion and politics». *Philosophy and Social Criticism*, 28 (6): 617--633.

Young, Iris M. 1995. «Polity and group difference: a critique of the ideal of universal citizenship». In *Theorizing Citizenship*, ed. R. Beiner. Nova Iorque: State University of New York Press, 175-207.

Youniss, James, J. McLellan, e M. Yates. 1997. «What we know about engendering civic identity». *American Behavioural Scientist*, 40 (1): 620-631.

Youniss, James, J. McLellan, e B. Mazer. 2001. «Voluntary service, peer group orientation and civic engagement». *Journal of Adolescent Research*, 16 (5): 456-468.

Youniss, James, e Daniel Hart. 2005. «Intersections of social institutions and civic development». *New Directions for Child and Adolescent Development*, 109: 73-81.

Yowell, C. M., e M. A. Smylie. 1999. «Self-regulation in democratic communities». *The Elementary School Journal*, 99 (5): 469-490.

Zimmerman, Mark A. 1995. «Psychological empowerment: issues and illustrations». *American Journal of Community Psychology*, 23 (5): 581-599.

Jorge Benedicto

Capítulo 17

Transições juvenis para a cidadania: uma análise empírica das identidades cidadãs

Introdução

Uma das consequências mais notáveis e interessantes do processo de redefinição da juventude que se tem vivido nas sociedades industriais avançadas nas últimas décadas (Bontempi 2003) é o questionamento da tradicional hegemonia dos aspectos socioestruturais na investigação sociológica da juventude. O pressuposto segundo o qual a passagem da escola para o trabalho e os modelos de emancipação familiar – entendida basicamente como saída da casa dos pais – determinam a transição dos jovens para a vida adulta e, por extensão, as suas experiências de vida (Roberts 2003), revela-se insuficiente para explicar transições cada vez mais complexas, onde outros factores como os relacionados com a proliferação de estilos e identidades juvenis têm uma importância inquestionável. Além da educação e do trabalho, questões como os modelos de lazer e diversão, a relação com as novas tecnologias ou a sua posição no âmbito do colectivo revelam-se como elementos fundamentais para entender os jovens, as suas experiências, os seus comportamentos e a forma que têm de se relacionar com as instituições sociais.

Entre os processos relacionados com o trânsito para a vida adulta que assumem hoje especial importância está o da integração sociopolítica dos jovens como cidadãos. A redefinição da juventude também afecta os modelos de inclusão na comunidade política. Durante algum tempo deu-se por adquirido que os jovens, conforme se tornavam adultos, também se tornavam cidadãos. Na realidade estava-se a identificar a cidadania com os atributos associados à condição de adulto, isto é, indivíduos autóno-

mos socialmente e independentes economicamente. Sem entrar na discussão sobre se esta concepção foi acertada em algum momento da evolução recente das sociedades desenvolvidas, o certo é que a nova complexidade das condições de acesso à vida adulta a deixou completamente obsoleta. O alargamento da juventude, o desvanecer dos marcadores sociais da idade adulta, a proliferação entre os jovens de situações de semidependência, são todos eles fenómenos que questionam a tradicional lógica da emancipação que identificava o acesso à idade adulta, e portanto o deixar de ser jovem, com chegar a ser um indivíduo autónomo. Pelo contrário, assistimos a uma nova situação em que a concepção de autonomia se redefine em função da dinâmica da juventude actual, uma dinâmica marcada pela incerteza e pela provisioriedade (Benedicto e Morán 2003).

Chegar a ser adulto e chegar a ser cidadão não podem considerar-se, por conseguinte, nas sociedades da segunda modernidade, dois processos intercambiáveis, nem dois processos que inevitavelmente progridem de maneira sincronizada. O acesso à cidadania, nesta perspectiva, constitui mais um dos processos de transição em que os jovens estão imersos. Na juventude actual coexistem várias transições, com lógicas e ritmos nem sempre coincidentes entre si, que o jovem tratará de reconciliar na sua permanente e sempre incompleta procura de coerência biográfica. Em resumo, se quisermos ter uma ideia mais precisa da maneira como os jovens actuais se integram na sociedade política teremos de analisar as suas transições para a cidadania, isto é, como acedem à condição de cidadãos, como se tornam cidadãos e quais são as inter-relações que este processo mantém com o resto das transições ocorridas em outros âmbitos das suas vidas.

Para estudar as transições para a cidadania dos jovens é preciso ter em conta duas questões fundamentais. Em primeiro lugar, a cidadania é muito mais que um mero estatuto formal que se adquire basicamente com a idade e, por vezes, com a integração sociolaboral. Sem negar a importância do reconhecimento dos direitos cívicos, a dimensão mais substantiva, o exercício da cidadania por parte dos actores constitui um componente imprescindível. Como Ruth Lister recordou, em várias ocasiões, a condição de cidadania tem uma dupla vertente, a de *ser* um cidadão, isto é, desfrutar de uma série de direitos cívicos, e a de *agir* como cidadão, ou seja, completar o potencial estatuto através do exercício da acção (Lister 2003). Em segundo lugar, a superação da equação adulto igual a cidadão implica deixar de lado as concepções mais ou menos habituais que consideram o jovem como cidadão futuro ou como cidadão *by proxy*, utilizando a conhecida fórmula de Jones e Wallace (1992). Os jovens não

se tornam cidadãos num momento determinado, estabelecido no ordenamento jurídico, ou quando a sociedade os reconhece como adultos, mas quando exercem os direitos que vão adquirindo, quando se tornam presentes no espaço público, quando reclamam a sua participação e protagonismo cívico. Tornam-se cidadãos conforme levam adiante uma série de práticas que os definem como membros competentes da comunidade.

A análise das identidades cidadãs juvenis

Neste processo progressivo, fluido e negociado em que consistem as transições para a cidadania dos jovens, um dos componentes decisivos é a formação e o desenvolvimento das suas identidades cidadãs, a partir das representações sociais sobre o que significa ser cidadão e a implicação que isso tem nas suas vidas. Da cidadania formal, baseada no reconhecimento por parte do Estado de uma série de direitos, passamos à *cidadania vivida*, entendida nas palavras de Hall e Williamson (1999, 2) como «o significado que a cidadania tem na vida das pessoas e a forma como o seu *background* social e cultural e as circunstâncias materiais afectam as suas vidas como cidadãos».

As representações sociais dos jovens sobre a cidadania e sobre eles próprios como cidadãos constroem-se conforme os sujeitos entram em contacto com as realidades colectivas e em estreita ligação com o conjunto de experiências e práticas que caracterizam a sua forma de viver a juventude e aceder à vida adulta. Por conseguinte, o processo de formação das identidades cidadãs juvenis só pode entender-se adequadamente tendo em conta o jogo combinado de trajectórias institucionais e perspectivas biográficas que definem as distintas transições para a vida adulta.

Com esta premissa inicial, desenhou-se uma investigação empírica de corte qualitativo destinada a analisar a formação e as características fundamentais das identidades cidadãs dos jovens espanhóis, na perspectiva das transições juvenis. Tratava-se de contrastar as diferentes perspectivas dos jovens sobre os seus processos de integração como cidadãos e a sua relação com trajectórias de transição diferenciadas.

Boa parte do interesse deste trabalho reside no propósito de indagar os vínculos existentes entre as identidades cidadãs juvenis que se vão formando neste período específico do percurso vital dos indivíduos e os diferentes processos de transição que seguem para aceder à vida adulta. A hipótese principal é que as diferentes transições juvenis proporcionam marcos de experiência e significado a partir dos quais os jovens dotam

de sentido os vínculos que os unem com os outros membros da comunidade e ao papel que desempenham na mesma. Ou seja, dão sentido à sua condição de cidadãos. Por conseguinte, o que interessa é compreender melhor como diferentes jovens constroem diferentes identidades cidadãs no espaço de significados que lhes proporcionam as suas trajectórias de transição para a vida adulta.

São duas, pois, as variáveis fundamentais no desenho da investigação. Vejamos como se tratou cada uma delas. No que respeita à primeira, as transições juvenis, utilizou-se um conceito amplo de transição, em linha com o proposto por MacDonald e um grupo de colaboradores (2001): integra aspectos subjectivos e aspectos objectivos, tem em conta a complexa dialéctica entre lógicas institucionais e decisões biográficas e permite compreender melhor como se entrecruzam nas transições, além dos processos estruturais de raiz económica, os processos institucionais, a construção das identidades individuais e as práticas culturais.

Com esta perspectiva de fundo, e recolhendo algumas das propostas mais interessantes disponíveis na literatura especializada (Evans e Heinz 1994; Casal 1996; EGRIS 2001; López Blasco, McNeish e Walther 2003), distinguiram-se quatro tipos de transições juvenis que procuram resumir a enorme variabilidade dos itinerários vitais dos jovens na sua passagem para a vida adulta. Os quatro tipos de transições juvenis com os quais se trabalhou na investigação são os seguintes: *as transições de sucesso*, que resumem os processos de integração juvenil na vida adulta presididos pela continuidade e por uma relativa rapidez, depois de superar itinerários formativos prolongados; *as transições de aproximação sucessiva,* que se referem a itinerários bastante dilatados de integração social, desenvolvidos em contextos complexos que exigem ajustes contínuos de expectativas e estratégias de tentativa e erro nas decisões biográficas; *as transições instáveis*, isto é, itinerários com doses importantes de risco, sistémico ou subjectivo, devido aos problemas de inserção precária com os quais se deparam; *as transições malsucedidas ou deterioradas,* caracterizadas por interrupções e fracassos que terminam em importantes bloqueios na integração na vida adulta, acumulando-se graves riscos de exclusão social.

Evidentemente, estes quatro tipos de transição não passam de modelos sintéticos de processos sociais complexos e, por conseguinte, dentro de cada um deles coexistem múltiplas situações e percursos biográficos. Parte desta variabilidade reflecte-se na escolha da amostra investigada e no material empírico recolhido com o qual se trabalhou.

No que respeita à segunda variável, *as identidades cidadãs dos jovens*, o seu estudo apresenta uma grande dificuldade, devido às relações com-

plexas que vinculam o sentido de cidadania com o sentido de identidade individual. Resumidamente, a conceptualização de identidade cidadã realizada nesta investigação persiste na forma como os jovens se vêem como cidadãos, como interpretam esta dimensão da sua identidade em forma de prática cívica e como tudo isto se relaciona com a sua própria compreensão de outros aspectos da sua vida.

A partir daqui, e para sistematizar os diferentes códigos e categorias presentes nos discursos juvenis sobre todos estes temas, utilizei um esquema interpretativo dos componentes da cidadania (Benedicto e Morán 2007). Segundo este esquema, os diferentes conteúdos, imagens e conceitos sobre a condição cívica agrupam-se em dois grandes eixos: a pertença e a implicação. Dentro de cada um destes eixos podem distinguir-se diferentes componentes que é preciso ter em conta na análise de discursos e representações sociais. No primeiro eixo ser cidadão implica, por um lado, o reconhecimento da pertença (expressa institucionalmente através de direitos e deveres) e, por outro, a definição do tipo de comunidade da qual cada um se sente membro. No eixo da implicação há que ter em conta a concepção de competência política e a posição que se atribui aos cidadãos na esfera pública.

A informação empírica provém de 10 grupos de discussão e 10 entrevistas aprofundadas. A composição dos grupos ou o perfil dos entrevistados pode considerar-se representativo dos quatro grandes modelos de transição juvenil previamente definidos e da sua diversidade interna. Na selecção da amostra de jovens também se teve em conta variáveis de composição sociodemográfica (sexo e idade), estatuto socioeconómico familiar, historial laboral e trajectória educativa.

As experiências de transição juvenil

As identidades cidadãs, à semelhança das restantes identidades colectivas onde se inserem os indivíduos, seguem um complexo processo de formação que poderia assemelhar-se à construção de um *puzzle*, composto por muitas peças que os actores procuram ir encaixando da maneira o menos contraditória possível. Trata-se de um trabalho que se desenvolve ao longo de toda a trajectória vital, ainda que em determinados momentos – como é o do acesso à vida adulta – ganhe especial importância. Na análise dos seus conteúdos é preciso expô-lo, portanto, nos mesmos termos, como um trabalho de reconstrução das representações dos actores, do sentido que outorgam às práticas e à experiência cívica,

através da combinação de diferentes elementos até se alcançar uma imagem relativamente nítida.

Neste trabalho de reconstrução, começarei por focar-me nas experiências partilhadas que permitem aos jovens posicionarem-se vitalmente e construir um discurso a partir do qual explicam o que fazem e o que pensam sobre o mundo do colectivo. A comparação dos diferentes grupos mostra com clareza, em concordância com o prognosticado pela nossa hipótese de trabalho, que a experiência de transição constitui a mediação central a partir da qual se constrói o discurso. As diferentes condições em que os jovens transitam para a vida adulta e a maneira como vivem a juventude, configuram espaços significativos onde ganham sentido os seus valores, ideias, posições, etc. As experiências de transição estão na origem das identidades juvenis, daí a necessidade de analisá-las mais minuciosamente.

Ainda que não devam esquecer-se as tendências culturais que tendem para a homogeneização das experiências de transição juvenil, sustentadas na crescente biografização dos percursos vitais e na reflexividade dos jovens, a característica predominante respeita às diferenças que separam os jovens uns dos outros na sua experiência de transição. O nosso trabalho de campo manifesta a existência de uma estrutura organizada em duas experiências básicas de transição: a) uma, centrada no alargamento do período formativo através dos estudos universitários, e b) a outra, centrada na inserção no mercado de trabalho. Estamos, pois, a falar de dois modos de ser jovem: por um lado, o que denominei modo de juventude da pós-adolescência e, por outro, o modo de juventude dos jovens adultos. Vejamos as suas características de maneira mais detalhada porque, com base no espaço de significados que cada um deles delimita, constroem-se os discursos sobre a cidadania e as identidades cidadãs dos jovens.

O modo de juventude da pós-adolescência define-se por: a) períodos longos de educação e formação durante os quais se adquirem estilos de vida e culturas juvenis, b) expectativas elevadas, ainda que não isentas de incerteza, no campo profissional e na via privada, e c) uma visão da juventude como etapa de preparação para a vida adulta. Este modo de ser jovem é predominante entre os universitários e os que seguiram trajectórias de êxito baseadas na formação superior.

A característica mais significativa deste modo de ser jovem é a visão da juventude como uma etapa de preparação para a vida adulta, a qual é concebida como o território da experiência e da responsabilidade. Seja qual for o tema em questão, a maior parte dos pós-adolescentes acaba

por contrapor a estabilidade e a responsabilidade dos adultos com a instabilidade e a falta de experiência dos jovens. Assumir a subordinação em relação aos adultos provoca, muitas vezes, um intenso sentimento de impotência em relação à sua escassa presença social mas, simultânea e paradoxalmente, atribui-lhes responsabilidade pela sua falta de implicação colectiva. Com base nesta posição estrutural de subordinação despreocupada, os pós-adolescentes constroem a sua identidade como cidadãos.

> M – Mas, vamos lá ver, não acho que a qualquer um de nós importe que, em certas coisas, seja a experiência que conta, que não nos tenham em conta, percebe? Eu acho que é isso... [RG3b. Estudantes universitários de classe média].

O modo de juventude dos jovens adultos define-se por: a) inserção relativamente rápida no mercado laboral que se considera como o passo fundamental dentro do processo de transição, b) contraposição constante com aqueles que optaram pela estratégia de alargamento do período formativo, e c) uma concepção ambivalente do que significa ser jovem e ser adulto. Enquanto entre os pós-adolescentes predominam as características comuns, no caso dos jovens adultos existem muito mais diferenças, em função das suas circunstâncias vitais e da sua posição relativa no mercado de trabalho. A fragmentação das trajectórias de inserção laboral e a consequente dificuldade em definir experiências partilhadas torna praticamente impossível falar de uma condição trabalhadora juvenil, mais ou menos uniforme, a partir da qual estes jovens entram no processo de transição.

Para estes jovens é muito evidente a tensão entre as representações institucionais de normalidade e as suas próprias perspectivas biográficas (Walther, Boys-Reymond e Biggart 2006). Por um lado, à medida que se vão integrando no mercado laboral e adquirindo as responsabilidades inerentes, vão-se sentindo cada vez mais adultos porque fazem o mesmo que estes. Mas, por outro lado, percebem que os adultos lhes relegam uma posição secundária até completarem todas as transições. De acordo com as palavras de uma jovem entrevistada: «somos muito adultos para umas coisas e muito jovens para outras, estamos num meio termo». O problema é que os crescentes obstáculos para completar a transição (problemas de acesso à habitação própria, precariedade laboral, etc.) e os próprios desejos dos jovens em fazerem possíveis trajectórias não lineares (no sentido de desenvolverem trajectórias profissionais diferentes das dos

seus familiares) colocam os jovens numa situação contraditória, na qual também acabam por ficar muitos universitários que não vêem cumprida a promessa de uma integração rápida e bem-sucedida. Este é o ponto de partida a partir do qual estes jovens adultos se irão questionar sobre a sua posição na sociedade.

Os significados e os fundamentos da cidadania

Falar de cidadania é falar do papel e da posição que os indivíduos, neste caso, os jovens, têm na sociedade, já que a cidadania nos permite descrever e entender essas relações. Como afirma Conover, «a cidadania é uma identidade fundamental que ajuda a situar o indivíduo na sociedade» (Conover, Crewe e Searing 1991, 805).

De acordo com os resultados da nossa análise, e em consonância com o que se comprovou noutras investigações (Moral 2003), as identidades cidadãs dos jovens espanhóis assentam num sentimento de ineficácia pessoal e colectiva. A categoria à volta da qual são construídos todos os discursos é «não nos têm em conta», enunciada também a partir de uma identidade geracional bastante indiferenciada na qual a maior parte dos jovens se reconhece.

> M – É que, ao fim e ao cabo, nem nos têm em consideração, não nos ligam; porque não nos consideram suficientemente importantes, está a perceber? [RG3b. Estudantes universitários de classe média].

> H – A maioria não nos tem em conta. Para alguns, somos muito jovens e para outros... Não nos deixam estar dentro ou fora, ou se é muito jovem ou já não se tem idade para fazer isso. Então, está-se ali como... [RG1 Trabalhadores qualificados, 22-26 anos].

A resposta adaptativa a esta ausência de mecanismos que facilitem a sua presença no mundo adulto é o predomínio em todos os âmbitos da vida social de um intenso individualismo competitivo, que impregna de egoísmo as relações sociais e deteriora os vínculos comunitários. A hegemonia deste discurso individualista e competitivo condiciona qualquer possível concepção articulada de cidadania. Como já comprovaram R. Lister e a sua equipa para os jovens britânicos (Lister *et al.* 2003), no nosso caso, também predomina um modelo universalista de cidadania sobre os restantes possíveis modelos. Na sua versão mais débil, este modelo defende que ser cidadão é algo similar a ser uma pessoa e, na sua

versão mais forte, ser cidadão é ser membro de uma comunidade. Em último caso, para a maior parte dos jovens entrevistados, especialmente entre aqueles que seguem trajectórias cujo risco tem mais peso, o importante não é, pois, quem é ou não cidadão (o conceito não tem representatividade conceptual suficiente de modo a articular um discurso claro a esse respeito) mas que as pessoas sejam tolerantes e respeitadoras das normas e para com os outros. Porque a cidadania se identifica com tolerância e respeito social numa comunidade cuja existência está implícita.

Além dos significados que os jovens atribuem à ideia de cidadania, é importante precisar ainda quais são as características fundamentais das identidades cidadãs. Nesse sentido, começarei por analisar os princípios que caracterizam o seu funcionamento, segundo o famoso esquema de Turner (1990) que distingue a dimensão passiva-activa, dependendo do facto de a cidadania se desenvolver de cima para baixo ou vice-versa, e a dimensão privada-pública, conforme predomine uma ou outra característica na organização cultural do espaço público.

De acordo com o primeiro eixo desta tipologia, entre os jovens espanhóis predomina uma versão passiva de cidadania, construída de cima para baixo e na qual o cidadão aparece basicamente enquanto sujeito da autoridade estatal. Esta versão passiva assenta numa estrutura discursiva em que tudo gira em torno da contraposição *eles-nós*. Como são *eles* quem estabelece as normas e as leis, quem toma as decisões, *o cidadão* não tem, simplesmente, nada a dizer ou a fazer. Perante esta situação, o cidadão só parece ter o recurso do protesto, apesar de, na maior parte das vezes, não se obterem resultados concretos. Um protesto integrado com total naturalidade no repertório de acção política dos jovens espanhóis (e na restante sociedade) mas que alimenta um tipo de presença do cidadão no espaço público que poderíamos classificar como vulcânica. Apenas quando já não existe mais remédio é que se irrompe no espaço público para se deixar ouvir e fazer com que «eles» mudem as suas decisões.

> H – Resta-nos única e exclusivamente manifestarmo-nos, como, infelizmente, aconteceu com o 11-M, e sei lá, com o Prestige e coisas assim, mas de que nos serve se depois não nos escutam e fazem troça de nós [RG2a Trabalhadores não qualificados, 22-26 anos].

Ainda que este discurso tenha uma clara hegemonia em todos os sectores juvenis, entre aqueles com perspectivas de integração mais sólidas observa-se uma crescente importância de outro tipo de discurso onde, em vez de se insistir na impotência perante a acção do poder estabelecido,

se insiste no voto como instrumento, através do qual os cidadãos podem premiar ou castigar o trabalho realizado. De acordo com as palavras de um universitário dos nossos grupos: «eles que me façam promessas e que as cumpram, e assim votarei neles». Este discurso reconhece uma capacidade de influência do cidadão médio que poderia, no futuro, reforçar a ideia de *accountability* do poder político, tão escassa na cultura política espanhola. Seja qual for o resultado, o que mais se destaca é que, nesta estrutura discursiva, o jovem deixa de ser um súbdito para se afirmar enquanto cidadão-cliente que exerce o seu voto.

No que respeita ao segundo eixo de que Turner falava, a dialéctica público-privado na organização do espaço público, as conclusões são um tanto contraditórias. A primazia das obrigações individuais e familiares sobre o colectivo vê-se neutralizada em parte pela importância que as referências sociais (direitos sociais, igualitarismo social) têm no discurso juvenil. De qualquer maneira, para a grande maioria dos jovens, o espaço público limita-se a ser o cenário onde os poderes públicos proporcionam serviços.

A posição dos jovens, neste cenário, difere, notoriamente, em função dos seus processos de transição. Entre os jovens com trajectórias mais precárias e deterioradas predomina a ideia de *cliente* que tem o direito a que lhe sejam prestados determinados serviços, mas que carece de qualquer poder ou influência, dada a sua posição subordinada. De maneira bastante distinta, os jovens adultos em transições consolidadas com alta integração laboral vêem-se a si próprios mais como *consumidores* que pagam em troco de determinados bens oferecidos pelo sector público, para além de contribuírem para os serviços comuns da comunidade através do pagamento de impostos. Entre estes jovens, o espaço público aparece atravessado pela lógica de mercado, na qual o consumidor decide e age basicamente em função dos seus interesses e das suas prioridades de natureza privada.

Esta versão passiva e mais bem privatizada da cidadania, sobre a qual assentam as identidades cidadãs dos jovens espanhóis, volta a reproduzir-se quando se examinam mais detalhadamente os seus principais componentes. De acordo com o esquema de análise dos componentes da condição cidadã anteriormente exposto, as representações sobre este tema organizam-se em dois eixos: a) o eixo da pertença; b) o eixo do envolvimento.

Começarei por me referir ao sentimento de pertença. A concepção universalista predominante nos discursos juvenis explica que os critérios de pertença não têm grande relevância na definição da identidade como cidadão, pelo menos de uma maneira explícita. Todos são cidadãos por

pertencerem a uma comunidade que se dá por adquirida e constituída. Apenas o tema da imigração constitui um estímulo suficiente para que os jovens construam um discurso em que este acto de pertencer ganhe sentido. O imigrante funciona como *o outro, o forasteiro,* em relação ao qual é preciso esclarecer quem somos, que aspectos nos separam e que requisitos devem cumprir para serem como nós. De qualquer das formas, a oposição básica que serve como critério identitário não é espanhol *vs.* estrangeiro, mas sim a oposição entre um espaço de normalidade social, identificado com a integração social (a imagem prototípica é a do espanhol que vive e trabalha aqui ou a do imigrante legal que reside aqui há muitos anos), e um espaço de marginalização, identificado com situações como as daqueles que pedem para ser realojados, que vivem irregularmente ou, por exemplo, enviam todo o dinheiro que ganham para os seus países de origem enquanto aqui subsistem de maneira precária. Ambos os espaços são definidos com base nas experiências da vida quotidiana dos jovens.

Relativamente à natureza dos vínculos que unem os membros da comunidade cívica uns aos outros, que é o mesmo que dizer a que tipo de comunidade se pertence, observa-se uma clara contraposição entre duas lógicas, continuamente presentes no discurso e cuja importância varia nas diferentes trajectórias de transição estudadas: a) uma lógica estratégica baseada na competição individualista onde abundam as soluções pragmáticas e egoístas, predominante entre os jovens cujas transições sejam consolidadas ou com expectativas fortes de normalidade; b) uma lógica de integração baseada na reivindicação de um igualitarismo socializante que proporcione condições de vida semelhantes entre os membros, defendida com veemência por bastantes jovens em transições instáveis. A coexistência não necessariamente conflituosa destas duas lógicas sociais confirma, uma vez mais, o carácter híbrido da cultura cívica e socioeconómica espanhola (Bericat 2003).

A segunda dimensão dentro do eixo da pertença é a dos direitos-deveres cívicos. Nos discursos dos jovens, deparamo-nos com diferentes direitos enunciados de maneira genérica e alguns deveres igualmente genéricos mas quase sem articulação entre si. Os direitos não levam aos deveres e, muito menos, ao inverso, porque se há algo que não deixa dúvidas depois de ouvir os jovens é a supremacia dos direitos individuais sobre as necessidades colectivas. Os direitos que os cidadãos têm não admitem restrições colectivas relacionadas com as condições sociais do seu exercício. Em contrapartida, não existem argumentos de moral colectiva sobre os quais possa justificar-se o cumprimento de deveres colectivos

específicos. Como disse um dos jovens entrevistados «Pois, suponho que... suponho que temos de ter deveres. Mas, para já, não...» (E3e Jovem que abandonou os estudos, 18 anos).

Relativamente à origem dos direitos, predomina, como em tantos outros aspectos, uma concepção hierarquizada e coisificada dos mesmos. Os direitos são coisas que existem e cuja origem não se relaciona com um processo histórico político concreto ou com um processo de deliberação pública. O que mais se destaca nos discursos sobre este tema é a sensação partilhada de que o sistema de direitos cívicos constitui mais um componente do contexto vital dos jovens. Como vemos no texto seguinte, os direitos convertem-se em algo parecido com um artigo de consumo que o cidadão-consumidor, se quiser, adquire ou não.

> M – Os direitos já estão feitos. Ora vejamos, todos têm direitos, todos, sabe? E, a si, não acredito que o reprimam em coisa alguma, nem que lhe digam nada, percebe? Umas coisas...
>
> M – Bom, ora vejamos, alguns beneficiam mais umas pessoas do que outras, percebe? Mas, os seus direitos, se os quiser apanhar, apanha-os. Se não for o caso, deixa-os [RG2a Trabalhadores não qualificados, 22-26 anos].

Defende-se uma concepção reivindicativa dos direitos apenas entre jovens com uma certa experiência participativa.

Neste espaço público, construído de cima para baixo, e onde as responsabilidades colectivas têm pouca relevância face à hegemonia dos interesses individuais, não pode surpreender a posição relativamente secundária que tudo o que está relacionado com o eixo do envolvimento ocupa.

Os jovens espanhóis enfrentam o tema do envolvimento cívico com uma mistura de espírito crítico para a falta de compromisso cívico que observam no seu meio, juvenil ou adulto, e de justificação da sua passividade, devido à escassa repercussão que as suas propostas e acções têm na sociedade adulta. Dois discursos cuja importância relativa varia de caso para caso. Entre os jovens pós-adolescentes predomina a justificação da sua passividade. A sua posição subordinada em todos os terrenos da vida social (subordinação, recordemos, aceite e assumida) serve-lhes de desculpa para não se sentirem culpados. Pelo contrário, entre os jovens adultos, é muito mais habitual a crítica ao pouco interesse que os jovens demonstram para participar e fazer ouvir a sua voz.

Esta falta de relevância do envolvimento cívico nas identidades cidadãs juvenis não implica que não existam comportamentos participativos dos jovens no espaço público. Nos grupos ou nas entrevistas mencionam-se

diferentes experiências participativas, quase todas elas centradas no âmbito da solidariedade social e, pelo contrário, muito poucas de conteúdo explicitamente político. Mas, sem dúvida, a forma de participar por antonomásia dos jovens espanhóis é através do protesto. As múltiplas evidências empíricas proporcionadas pelos inquéritos e as comparações internacionais (Benedicto 2008) vêem-se corroboradas pela contínua alusão que os jovens com os quais trabalhámos fazem às distintas formas de protesto como recurso para fazer chegar às autoridades o seu descontentamento perante determinadas questões. Trata-se de uma participação basicamente reactiva ou utilizada como instrumento de pressão perante as decisões que outros tomaram. E isto, ainda que desconfiem em grande medida da efectividade destas acções.

A participação não se apoia, portanto, num sentimento de *empowerment*, mas na possibilidade que o sistema democrático lhes confere de reclamar perante algo de que não se gosta, de introduzir uma certa pressão perante os governantes. Poderíamos concluir, apesar de ser um oximoro, que estamos perante um tipo de participação não activa. Porém, também não é preciso menosprezar o facto de se tratar da participação de jovens que assumem, com total naturalidade, a sua condição de membros de um sistema democrático, onde o protesto é mais uma componente da vida política.

Este cenário não deve ocultar a presença minoritária, mas significativa, de jovens que manifestam uma concepção proactiva e protagonista da cidadania. Entre estes jovens, o envolvimento cívico encontra o seu sentido político de criação de comunidade.

> ... Porque para mim a luta não é chegar e começar por aí a bater nas pessoas, ou… percebe? A luta, a ver se nos entendemos, refiro-me a tentar fazer algo para mudar algo, seja através da ocupação de sítios para ter centros culturais, ou sei lá eu, através de manifestações para reclamar vantagens sociais, não é? Coisas assim [E3a Jovem no desemprego, 20 anos].

A dimensão política das identidades cidadãs

Ainda que a política tenha deixado de ser uma componente central na vida dos jovens, quando se supera o nível mais imediato dos discursos emitidos nos grupos, observa-se como os jovens constroem argumentações, explicações e justificações nas quais as relações com a política adquirem diferentes sentidos.

É, sem dúvida, complicado separar uns e outros significados da política, dado que os jovens tendem a misturá-los, combiná-los em função dos contextos de experiência e actividade em que vivem. Não obstante, a partir da análise dos discursos expressos nos grupos e entrevistas cabe fazer alusão a três grandes conjuntos de significados, que poderiam conceber-se como três grandes mundos políticos: a) o mundo da apatia e do cinismo; b) o mundo do cepticismo democrático; c) o mundo da redefinição da política.

Duas precisões importantes. Primeiro, não se trata de mundos isolados entre si. Antes pelo contrário, trata-se de estruturas culturais que coexistem em estreita relação, ainda que, para efeitos analíticos, às vezes pareçam contrapostos. Segundo, é preciso superar a tentação simplista de identificar cada um destes mundos com um determinado tipo de jovens. Pelo contrário, não nos devemos esquecer de que os jovens vivem em vários mundos ao mesmo tempo, regidos por lógicas diferentes, as quais se combinam de forma singular para formar os seus universos políticos, a partir dos quais explicam, argumentam e justificam a sua relação com o político (Benedicto 2008).

O mundo da apatia e do cinismo político

A característica mais relevante deste primeiro conjunto de significados políticos é a avaliação negativa de todas as questões relacionadas com a actividade política em geral, a qual se traduz numa recusa global dos mecanismos políticos, formais ou informais, mas especialmente dos primeiros. Uma das estruturas discursivas mais repetidas é que a política, e tudo o que está relacionado com a mesma, *não serve para nada*.

A concepção de política utilizada oscila entre dois pólos contrapostos e irreconciliáveis. Por um lado, a actividade política quotidiana, aquela que se vê nos meios de comunicação, identifica-se, quase única e exclusivamente, com a sua expressão institucional de carácter partidário, de tal forma que a política se converte em sinónimo de confrontação contínua. Por outro, esta concepção negativa e cínica contrasta com uma concepção muito idealizada segundo a qual a política deveria ser a procura de uma hipotética harmonia social e os políticos os encarregados de a tornar realidade. Como é evidente, a distância entre ambas as imagens da política é irremediável, não existem mecanismos possíveis de tradução entre o plano do dever ser e o plano da realidade. Pelo contrário, o discurso dos meios tende a aumentá-la. A reacção inevitável é o cinismo e a recusa das práticas políticas observadas.

A ideia central que estrutura todo o discurso é o propósito de «manter-se à margem», de não se envolver em questões que estão fora do seu campo de interesses, e inclusive do dos adultos. Quando muito, a política é o território *deles,* dos políticos que procuram apenas os seus interesses pessoais e cujas actuações escapam ao controlo do cidadão.

Os jovens adolescentes são os que manifestam uma maior proximidade a este universo de significados políticos. As suas expectativas longínquas de integração social, a sua incapacidade para desenvolver formas autónomas de expressão e a escassa presença que têm na esfera pública fomentam a apatia, o desinteresse e o cinismo. Uma explicação similar poderia realizar-se em relação aos jovens em transições instáveis ou deterioradas. Em todo o caso, o mundo da apatia e do cinismo político tem uma incidência muito importante em todos os grupos de jovens analisados.

O mundo do cepticismo democrático

Nesta segunda estrutura cultural, a ideia em torno da qual giram todos os significados é a da normalidade da vida política dos jovens. Os jovens, assim como a maioria dos adultos, enfrentam a esfera pública a partir de uma posição de cepticismo e de relativo desinteresse, que não implica nem recusa nem deslegitimação das instituições democráticas ou dos seus responsáveis. A desconfiança e o cepticismo perante o funcionamento do sistema político fariam parte da cultura política das sociedades pós-industriais, pelo que os jovens reproduziriam os valores, atitudes e comportamentos da sociedade adulta.

Perante a vontade de «estar à margem», dominante na cultura da apatia e do cinismo político, agora aparece a ideia de «ser igual ao resto». O interesse pelo colectivo, o compromisso social ou o envolvimento cívico não constituem objectivos importantes nas suas vidas, à semelhança do que acontece entre os adultos embora estes não digam o mesmo. Mas em caso algum estes valores se recusam ou desprezam. Pelo contrário, consideram-se socialmente desejáveis.

Dentro desta estrutura cultural, a juventude define-se por oposição à vida adulta, que é o território das responsabilidades. Neste sentido, é lógico que se considere a política enquanto actividade própria dos adultos e também que isso sirva de justificação para o desinteresse, para a passividade e para a falta de compromisso por parte dos jovens. À medida que os jovens forem adquirindo as obrigações e responsabilidades carac-

terísticas da vida adulta, os seus interesses também mudarão e ver-se-ão afectados pelas decisões políticas, aumentando, por conseguinte, o seu grau de politização, em linha com o modelo clássico do aumento da politização associado ao ciclo vital.

> M – Não sei em que altura mudou, mas sei que agora valorizo mais as coisas, preocupo-me com o que se passa no exterior, a própria política, que me passava ao lado, agora interessa-me saber o que se passa. E porque sim, porque já não é o que está a acontecer agora, ou o que nos aconteceu, é tudo o que implica, trabalho, pois tudo o que nos afecta directamente, embora mais tarde, é o nosso futuro [RG1 Trabalhadores qualificados, 22-26 anos].

Os jovens adultos que alcançaram uma relativa estabilidade e reclamam a sua integração no mundo adulto são os que mais claramente se mostram de acordo com esta forma de ver as coisas. A situação contrária é a dos jovens pós-adolescentes que permanecem no terreno da despreocupação. Os universitários situam-se numa posição intermédia. A promessa de integração diferida que define o seu modelo de ser jovem e de ser cidadão leva-os, por um lado, a justificar a sua despreocupação por algo que é próprio dos adultos mas, por outro, o seu horizonte de integração social obriga-os a não recusar um âmbito do qual se vão ocupar noutra altura da sua trajectória vital.

A ausência de uma estrutura de significados fechada permite justificar uma grande variedade de posições políticas dos jovens. Ainda que predomine o afastamento da prática política, também nos encontramos com minorias activas que defendem a necessidade da actividade política institucional, sem excluir por isso a crítica à forma como os políticos a levam a cabo. A normalidade democrática justifica, precisamente, que uns poucos jovens, sem abandonar por completo o cepticismo, pertençam a partidos, se associem, mostrem interesse ou se mobilizem tanto no âmbito local como no global.

O mundo da redefinição da política

Este terceiro conjunto de significações políticas só se consegue entender a partir da reflexão sobre a nova forma de ser jovem nas sociedades pós-modernas, à qual já me referi no início deste capítulo. A diminuição da capacidade socializadora das instituições sociais e políticas (trabalho, família, cidadania) deu azo a uma situação em que os indivíduos enfren-

tam o desafio de traçar/delimitar os seus próprios projectos sem que, em muitas ocasiões, existam precedentes para imitar.

E, para isso, é necessário construir novos significados em praticamente todas as áreas das suas vidas, tanto no trabalho, como na vida familiar ou no âmbito colectivo. A relação com os significados colectivos coloca-se a partir de premissas bem diferentes e em terrenos igualmente diferentes. Através da internet, do lazer ou do consumo, os jovens actuais constroem as suas identidades, criam caminhos alternativos para estabelecer laços de solidariedade, vida comunitária e envolvimento no bem comum. Em boa medida, estes campos estariam a converter-se no principal terreno de expressão da politização juvenil (Vinken 2004), tal como deixa bem claro este entrevistado:

> [...] pois eu cá prefiro lutar ou fazer uma banda desenhada, ou fazer um... eu sei lá o quê, ou gravar um disco de música, percebe?, que não é apenas... Que a música não é apenas barulho ou..., e menos como nós conceptualizamos, que para nós a música é uma forma de expressarmos as nossas ideias... [E3a Jovem desempregado, 20 anos].

A redefinição do que significa o público e o político traduz-se no terreno da prática numa contínua experimentação de novas formas de participação e canais de expressão dos interesses e das procuras juvenis. Da mesma forma que os jovens experimentam com a família, com os amigos, com o amor, também o fazem com os temas políticos e, em geral, com o colectivo. Às vezes, de maneira pouco sistemática, mas, noutras, com uma eficácia extraordinária. E esta reinvenção da política só se pode compreender com base na reivindicação da capacidade dos jovens para chegarem a ser autónomos. A lógica da experimentação traduzir-se-ia no terreno político da autonomia juvenil.

Conclusões

Comecei a análise das identidades cidadãs dos jovens, em sintonia com a sociologia da experiência de Dubet (1994), referindo-me ao trabalho, sempre inacabado, levado a cabo pelos actores de elaboração e reelaboração da sua experiência social, relacionando lógicas e princípios heterogéneos de acção. A consequência imediata deste argumento é a impossibilidade de trabalhar com uma concepção única e essencialista das identidades dos jovens enquanto cidadãos; daí ter proposto a metá-

fora do *puzzle*, composto por múltiplas peças que os actores tentam ir encaixando da maneira o menos contraditória possível ao longo do seu percurso vital.

Pois bem, ao longo desta investigação creio que se manifestou correctamente esta explicação. As identidades cidadãs não seguem um processo linear em função de determinados critérios institucionais ou socioestruturais nem é algo que se consiga com a idade; pelo contrário, estas identidades são continuamente negociadas pelos jovens desde as suas circunstâncias vitais e os processos socioinstitucionais onde estão inseridos. Através das práticas sociais, os jovens procuram introduzir uma certa unidade e coerência nas suas relações no âmbito da cidadania, com as distintas esferas da vida colectiva. Mas sempre de uma maneira fluida e contingente.

No que respeita às características destas identidades cidadãs, a análise dos discursos juvenis permitiu comprovar empiricamente a importância decisiva que têm as experiências de transição nas concepções dos jovens sobre a sua posição na sociedade, sobre os vínculos que os unem aos seus semelhantes e sobre o papel que ali desempenham. Como previa a hipótese principal, os distintos modos de transição juvenil proporcionam marcos de experiência e significação para que os jovens dotem de sentido a sua condição de cidadãos. Esta conclusão não permite avalizar a ideia, tão repetida por alguns e criticada por outros, do desaparecimento dos padrões de referência que orientam os desenvolvimentos biográficos dos indivíduos. Pelo contrário, todas as evidências mostram o peso dos condicionalismos estruturais e a sua capacidade de continuar a determinar o balanço de oportunidades e riscos. Ainda que isso não deva fazer esquecer a relevância da reflexividade e a perspectiva biográfica na determinação dos cursos vitais juvenis. Ambos se revelam instrumentos imprescindíveis para entender como os jovens dão sentido à sua integração sociopolítica.

Referências

Benedicto, J. 2008. «Los jóvenes frente a la política: ¿desenganchados, escépticos, alternativos o las tres cosas a la vez?». *Revista de Estudios de Juventud*: Jóvenes y participación política: investigaciones europeas, 81: 13-30.

Benedicto, J., e M. L. Morán. 2003. «Los jóvenes, ¿ciudadanos en proyecto?» In *Aprendiendo a ser ciudadanos: Experiencias sociales y construcción de la ciudadanía entre los jóvenes*, eds. J. Benedicto e M. L. Morán. Madrid: INJUVE, 39-64.

Benedicto, J., e M. L. Morán. 2007. «Becoming a citizen: analysing the ocial representations of citizenship among young people». *European Societies*, 9 (4): 601-622.

Bericat, E. 2003. «La hibridación de las utopías neo-liberal y neo-estatista en la cultura socioeconómica española». In *El conflicto cultural en España: Acuerdos y desacuerdos entre los españoles*, ed. E. Bericat. Madrid: C. I. S.: 53-135.

Bontempi, M. 2003. «Viajeros sin mapa: Construcción de la juventud y recorridos de la autonomía juvenil en la Unión Europea». *Revista de Estudios de Juventud*, edição especial do 25.º aniversário da Constituição Espanhola, 25-44.

Casal, J. 1996. «Modos emergentes de transición a la vida adulta en el umbral del siglo 21: aproximación sucesiva, precariedad y desestructuración». *Revista Española de Investigaciones Sociológicas*, 75: 295-316.

Conover, P., I. Crewe, e D. Searing. 1991. «The nature of citizenship in the United States and Great Britain: empirical comments on theoretical themes». *Journal of Politics*, 53 (3): 800-832.

Dubet, F. 1994. *Sociologie de l'expérience*. Paris: Seuil.

EGRIS. 2001. «Misleading trajectories: transition dilemmas of young adults in Europe». *Journal of Youth Studies*, 4: 101-118.

Evans, K. e W. Heinz. 1994. *Becoming Adults in England and Germany*. Londres: Anglo German Foundation.

Hall, T., e H. Williamson. 1999. *Citizenship and Community*. Leicester: Youth Work Press.

Jones, G., e C. Wallace. 1992. *Youth, Family and Citizenship*. Buckingham: Open University Press.

Lister, R. 2003. *Citizenship: Feminist Perspectives*. Palgrave: Basingstoke.

Lister, R. *et al.* 2003. «Young people talk about citizenship: empirical perspectives on theoretical and political debates». *Citizenship Studies*, 7 (2): 235-253.

López Blasco, A., W. McNeish, e A. Walther, ed. 2003. *Young People and Contradictions of Inclusion*. Bristol: Policy Press.

MacDonald, R. *et al.* 2001. «Snakes & ladders: in defence of studies of youth transition». *Sociological Research Online*, 5, n.º 4, http://www.socresonline.org.uk/5/4/macdonald.html, consultada em Abril de 2009.

Moral, F. del. 2003. «Un análisis de la influencia del cambio generacional en la cultura política de los jóvenes». *Revista de Estudios de Juventud*, edição especial do 25.º aniversário da Constituição Espanhola, 77-92.

Roberts, K. 2003. «Problems and priorities for the sociology of youth». In *Researching Youth*, eds. A. Bennet, M. Cieslik e S. Miles. Nova Iorque: Palgrave, 13-28.

Turner, B. 1990. «Outline of a theory of citizenship». *Sociology*, 24 (2): 189-217.

Vinken, H. 2004. «Civic socialization in late modernity: perspectives on young people's alleged withdrawal from civil society». In *Jugendsoziologische Sozialisationstheorie. Impulse für die Jugendforschung*, orgs. D. Hoffmann e H. Merkens. Weinheim e Munique: Juventa Verlag, 253-267.

Walther, A., M. du Boys-Reymond, e A. Biggart, eds. 2006. *Participation in Transition: Motivation of Young Adults in Europe for Learning and Working*. Frankfurt: Peter Lang.

Jesús Sanz Moral

Capítulo 18

A participação política dos jovens portugueses: integração, participação, representatividade e legitimidade institucional

«O inconformismo é timbre da juventude. Quero, por isso, neste Dia da Liberdade, dirigir-me directamente às novas gerações e fazer-lhes um apelo, em palavras simples: não se resignem!»
«Daqueles que nasceram e cresceram em democracia só podemos esperar o melhor. Agora, tudo depende de vós e do vosso inconformismo. Em nome de Portugal, não se resignem!»

Introdução

Estas palavras, proferidas pelo Presidente da República Portuguesa, Aníbal Cavaco Silva, na 33.ª sessão comemorativa do 25 de Abril (2007), são um bom indicador da preocupação institucional que ultimamente tem gerado o eventual desapego dos cidadãos mais jovens relativamente às instituições políticas. Com efeito, esta preocupação é partilhada noutras democracias ocidentais, que viram como, nos últimos anos, os indicadores de participação «convencional» dos jovens, assim como a sua confiança nas instituições políticas ou o seu interesse pela política, traçaram uma tendência decrescente. O exemplo português, no entanto, é particularmente relevante, já que estas gerações eventualmente mais «desapegadas» coincidem com as primeiras gerações socializadas completa-

mente num contexto social e institucional democrático. Esta característica também é partilhada pelos jovens espanhóis.

Assim, esperava-se que o «efeito democracia», ou seja, o facto de estes cidadãos se terem educado num contexto democrático, em escolas democráticas, e com plenos direitos cívicos e sociais, resultasse numa maior participação destes jovens nas instituições políticas. Além disso, é conhecida a correlação entre o grau de ensino/escolaridade e a participação política, pelo que as pessoas com mais formação académica costumam interessar-se mais pelos assuntos colectivos e mostram maior intensidade na participação eleitoral, no contacto político ou no associativismo. Como a actual geração de jovens é, sem dúvida, a que conta com maior formação em História (como consequência da democratização e universalização do acesso ao ensino, um dos êxitos, precisamente, da Revolução de Abril), tudo levaria a crer que estes jovens manifestassem um comportamento político mais intenso do que as gerações predecessoras.

Os dados não mostram uma clara evidência desta diferença. Pelo contrário, uma primeira vista de olhos aos dados disponíveis não revelam diferenças substanciais no comportamento e na cultura política de jovens e adultos. De facto, os jovens manifestam um interesse relativamente menor pela política e mostram-se mais críticos e mais desconfiados relativamente às instituições políticas, aos partidos políticos e aos seus respectivos líderes. O facto de este fenómeno se dever a um «efeito geração» (isto é, que as suas atitudes e comportamentos os acompanhem durante a sua trajectória de vida) e não a um «efeito idade» (que se dilui conforme se integrem na vida adulta), explica parte da preocupação que suscita esta questão entre as instituições políticas, já que, por exemplo, a falta de renovação da militância nos partidos políticos e o aumento da abstenção eleitoral poderiam produzir uma crise de representatividade das instituições políticas e, por conseguinte, uma crise de legitimidade das mesmas. O discurso de Cavaco Silva enquadra-se claramente neste contexto.

> Rejeito a ideia de que as gerações mais novas possam ter competências mais reduzidas, maiores deficiências de formação, menor sentido do dever e de responsabilidade, menos altruísmo e pouca atenção às necessidades dos outros. Se é um facto que existe um dinamismo inquestionável dos jovens, na sua abertura ao mundo, no uso das novas tecnologias, na aquisição de competências e saberes, o mesmo se não dirá quanto à sua participação e interesse pela vida pública.

Há, no entanto, mais dois elementos desse discurso que me parece interessante destacar. Por um lado, a autocrítica que faz da sua própria ge-

ração, perguntando-se até que ponto o valor da revolução democrática do 25 de Abril é ou não património exclusivo de uma só geração.

> O que vejo e encontro por todo o País tem-me levado a pensar sobre nós próprios, a geração que viveu o 25 de Abril. Temos realmente estado à altura da ambição dos nossos jovens? Temos sabido alimentar a esperança nascida há trinta e três anos?

O segundo é a preocupação que manifesta em torno da forma de construir uma comunidade política genuína no contexto da globalização. Este é um elemento extremamente relevante, já que parte da base de que a existência de um sentimento de pertença nacional é uma condição necessária para o exercício da cidadania política.

> Acima de tudo, temos de deixar aos jovens a ideia de democracia como um código moral e um sentido de identidade colectiva. As novas gerações devem ver Portugal como uma comunidade que possui um destino singular num mundo globalizado.

Portanto, identificamos aqui dois tipos de preocupações: o afastamento dos jovens das instituições políticas e a necessidade de construir um sentimento de pertença colectiva. A primeira preocupação remete para o estudo das formas de organização política, da cultura política, do repertório de acção política, da representatividade e da legitimidade. A segunda faz referência a um plano superior, ou seja, à existência de uma comunidade em que todo o anterior seja possível. A comunidade política define-se, na actualidade, a partir da nacionalidade e do conceito de cidadania. No entanto, há uma certa tendência para esbater estes limites, num contexto global, no qual os centros de decisão política tendem a afastar-se dos cidadãos e onde a identidade pessoal e colectiva já não se constrói exclusivamente em torno da velha ideia de «Estado-nação». Isto é muito mais visível entre os jovens. Por exemplo, a existência de redes globais, nas quais os jovens procuram reciprocidade e integração, transcende as fronteiras da identidade nacional.

E é aqui que surge a questão da «inclusão ou exclusão» que, como se devem recordar, é o título do painel temático no qual tão generosamente me convidaram a participar.[1] Assim, uma vez identificado um distanciamento dos jovens face às instituições políticas e uma eventual preferência

[1] Encontro «Os Jovens e a Política», promovido pelo Presidente da República, Palácio de Belém, Maio de 2008.

por orientar todo o seu potencial e a sua capacidade de intervenção política em formas chamadas «não institucionais», deveríamos responder com a pergunta «Porquê?».

E a resposta não é unívoca, homogénea ou universal, ou seja, ainda que normalmente tenhamos a tentação de considerar a «juventude» como um grupo homogéneo, todos sabemos que isso não é verdade. Com efeito, não é homogénea a forma de entender e definir o próprio conceito de «juventude», um conceito que muda consoante o contexto histórico, social, geográfico e cultural em que o desejemos observar (e a partir da posição e dos interesses do observador, obviamente).[2] Neste caso, encontraremos seguramente diferenças nas variáveis de atitude e nas comportamentais em função de elementos como o género, o nível de instrução, a relação com a actividade, a situação de convivência, a classe social, a magnitude do município de residência, a origem geográfica, a vinculação com o associativismo, etc. Deixem-me, contudo, e sem esquecer que toda a generalização é um reducionismo por vezes inaceitável, tentar sintetizar toda esta complexidade num nível de abstracção muito básico.

Efeitos explicativos da participação política dos jovens

Assim, como dizia, se tentarmos arranjar explicações para o fenómeno do desapego político[3] entre os jovens, frequentemente aparecem quatro tipos de elementos, tecnicamente chamados «efeitos». O primeiro deles, e mais frequentemente utilizado, é o chamado «efeito idade»: os jovens têm menor interesse pela política e abstêm-se mais nos comícios eleitorais pelo facto de serem jovens, precisamente. À medida que a idade vai avançando, o seu apego institucional e o comportamento participativo vão-se intensificando. O segundo efeito é conhecido como «efeito geração» e assenta na teoria de que há determinados contextos sociais e culturais, normalmente associados a diferentes acontecimentos ou eventos com

[2] Pode encontrar-se uma conceptualização histórica da juventude a partir de uma perspectiva mais antropológica do que sociológica, em Feixa (2006).

[3] Cabe dizer que, ainda que a maior parte da literatura se refira a este fenómeno enquanto desapego, não me parece um conceito apropriado, já que, no caso dos jovens, não houve um processo anterior de desapego. Poderia aplicar-se, por exemplo, à geração que viveu intensamente o período revolucionário pré e pós-1974, se considerarmos que, actualmente, já não provocam o interesse e a mobilização política que expressaram na época.

um impacto político ou cultural significativo, que marcam toda uma geração de cidadãos, via socialização política. Assim, por exemplo, aqueles que viveram intensamente o Maio de 68 em Paris, e aqueles que participaram na Revolução dos Cravos em Portugal ou no período de transição para a democracia em Espanha manteriam altas taxas de interesse pela política e envolvimento social ao longo das suas vidas. Do mesmo modo, aqueles que tenham vivido a sua socialização política num contexto geral de desmobilização cidadã manter-se-iam relativamente apáticos, ainda que o contexto social e político sofra alterações. O terceiro efeito é o chamado «efeito período», e visa analisar o impacto que um determinado contexto, quer de mobilização quer de desmobilização, exerce sobre o conjunto dos cidadãos (e não exclusivamente sobre uma determinada geração). Infelizmente, o uso de técnicas estatísticas como a regressão não permite separar convenientemente cada um destes efeitos, daí que a sua análise seja bastante complexa.

O quarto elemento que normalmente se invoca para explicar o comportamento político dos jovens (em contraste com o dos adultos) é o que poderíamos designar «efeito integração». Assim, as pessoas que se sentem mais integradas numa determinada comunidade tendem a participar mais activamente na mesma. Trata-se de uma ideia muito simples mas com um enorme potencial ilustrativo. O efeito integração tem uma estreita relação com o efeito idade, dado que a probabilidade de inserção social aumenta com a idade, a partir do que se conhece normalmente por «transição para a vida adulta». No entanto, é conveniente não confundi-los, já que a idade não é uma condição suficiente para a inserção nem explica por si só a posição das pessoas na estrutura social. Por exemplo, uma pessoa de 20 anos, que começou a trabalhar aos 16, casada e com um filho, não será em quase nada equivalente a outra com 20 anos que esteja a estudar e que ainda resida no lar familiar.

Seguramente, a explicação da situação actual requer a utilização da conjunção dos quatro efeitos aqui referidos, mas, permitam-me, dado que a questão central deste capítulo é a da integração ou da exclusão, referir de forma mais intensa este último efeito.

Inserção e integração: para onde e desde onde?

Também os próprios conceitos de «inserção» e de «integração» podem ser problematizados. Se entendermos a juventude como um processo de transição para a vida adulta, poderíamos perguntar-nos também se a «vida

adulta» é o destino final dessas transições e se este modelo de «vida adulta» comporta necessariamente a ansiada estabilidade laboral, económica, familiar e social. De facto, tudo parece indicar que, do mesmo modo que o conceito de juventude é heterogéneo e muda, o conceito de adulto não escapa à permeabilidade histórica e social. Apesar de se ter defendido frequentemente a ideia de que, nas gerações passadas, o modelo de transição para a vida adulta era de tipo linear («a seta do tempo», como argumenta o professor Enrique Gil Calvo no primeiro capítulo deste livro), este não era um modelo universal nem homogéneo. Na actualidade, as transições para a vida adulta diversificaram-se e aumentaram a sua complexidade. Diferentes autores definiram «tipologias» ou construíram modelos teóricos. Assim, podemos encontrar referências que falam de trajectórias de tipo «Iô-Iô» (Pais 2007), trajectórias em espiral ou de «aproximação sucessiva» (Casal 1996). Dependendo da forma como se produzem, podem ser mais ou menos lineares, mais ou menos irregulares ou mais ou menos precárias. As condições de saída (definidas, em parte, pelo estatuto familiar, pelas suas expectativas e pelas diferentes oportunidades que daí derivam) determinam parte dos itinerários e das posições de inserção na vida adulta.[4] A estrutura de oportunidades tem também uma dimensão estatal, já que cada país oferece um marco diferente (estrutural e de políticas públicas) em que se produzem os diferentes itinerários de transição.[5]

Dito isto, integrando elementos biográficos (micro), contextuais (meso) ou estruturais (macro), em todo o caso, a maioria destas análises continua a contar com um modelo de destino, a vida adulta, o qual aparece revestido de uma certa impermeabilidade. Quem sabe, no entanto, se as condições que dificultam a inserção social e laboral dos jovens não estarão a modificar também a própria ideia de adulto. Assim, há autores que prognosticam que as condições de precariedade no acesso ao emprego vividas por muitos jovens (contratos a termo certo/por tempo determinado, limitações salariais, altos níveis de desemprego, sobreforma-

[4] Andy Furlong (Furlong e Cartmel 1997) utiliza, para exemplificar este fenómeno, a conhecida metáfora dos comboios e dos carros.

[5] Cécile Van de Velde elabora uma tipologia dos modelos de transição para a vida adulta em diferentes países europeus. Assim, fala de «encontrar-se» e da lógica do desenvolvimento pessoal na Dinamarca, «assumir-se» ou a lógica da emancipação individual no caso inglês, «situar-se» ou a lógica da integração social, que predominaria em França, e, finalmente, «instalar-se» ou a lógica de constituir família, que seria um traço característico do modelo espanhol (e, também, suponho, do português). Documento consultável, em catalão, em: http://www20.gencat.cat/docs/Joventut/Documents/Arxiu/Publicacions/Col_Aportacions/aportacions_34.pdf.

ção) irão acompanhá-los durante toda a sua vida laboral, já que a flexibilização do mercado de trabalho é um elemento estrutural que vai afectar tanto os jovens como os adultos (Serracant 2001). Por isso, a precariedade laboral não seria explicável apenas a partir do efeito idade, mas constituiria um traço comum a toda uma geração. De facto, há quem vá ainda mais longe, afirmando que a precariedade na inserção laboral dos jovens obedece a uma eventual estratégia dos adultos para manter as condições favoráveis dos seus empregos, perante a ameaça que representa uma geração de jovens mais bem formados, mais eficientes e que, num contexto marcado pela competitividade individual, estariam eventualmente dispostos a receber um salário inferior ao deles.[6]

Resumindo, se associarmos a ideia de participação política às condições de inserção social, devemos começar a perguntar-nos que mudanças se estarão a produzir nas formas de entender/percepcionar (e de objectivizar) estas duas variáveis. Dito isto, já sabemos que a ideia de «inserção» bem como a de «adulto» se estão a modificar num contexto de crescente incerteza (sobretudo para os sectores de população mais vulnerável), e onde os itinerários de inserção social dos jovens se diversificam e se tornam complexas. Mas, por outro lado, também assistimos, nos últimos anos, a uma transformação das formas de participação política, uma transformação, dirigida parcialmente pelos jovens, que obedece a mudanças em diversos níveis, e que se concentra num duplo processo: por um lado, encontramos indicadores de desapego político e, por outro, indicadores de dinamismo participativo.

Desapego político e dinamismo democrático

Pippa Norris (2002) refere-se a este facto como a um «renascimento democrático». Assim, nos dias que correm, podemos encontrar dois tipos de discursos. Por um lado, os que dão ênfase ao processo de afastamento das instituições políticas por parte dos cidadãos, evidenciando uma redução nos níveis de participação eleitoral, de interesse pela política ou de confiança nas instituições públicas. Este processo produz-se, em parte, como consequência de factores como o afastamento dos núcleos de de-

[6] «Tendo em conta a escassa capacidade de adaptação pela baixa qualificação dos mais velhos e a debilidade do sistema produtivo que a democracia herdou, foi necessário proteger os trabalhadores adultos de uma concorrência juvenil que poderia ter expulsado do emprego uma geração inteira numa reconversão social de proporções incalculáveis» (Garrido e Requena 1996, 242).

cisão política, a redução na intensidade do debate político e ideológico (uma certa convergência dos partidos políticos maioritários no centro do espectro ideológico) e, como vimos anteriormente, num certo esbater da ideia de comunidade política, entendida sob os princípios do Estado-nação. Autores como Putnam (2000) também asseguram que uma eventual redução da identificação com uma determinada comunidade, um decréscimo na frequência e na variedade de relações interpessoais, assim como o facto de se pertencer a associações ou redes cidadãs, num contexto de crescente individualismo, pode provocar uma intensificação deste fenómeno, qualificado por alguns autores, como «desapego» (Torcal e Montero 2006). As consequências de uma eventual mudança de valores nas formas de acção política, assim como nos mecanismos segundo os quais as instituições políticas obtêm a sua legitimidade, são objecto de um intenso debate académico. Assim, se Putnam identifica o individualismo como sendo um dos problemas que podem melhorar a qualidade das democracias modernas, Inglehart, por exemplo, considera que o individualismo reforça a autonomia pessoal e que, como a liberdade individual é uma condição necessária para o desenvolvimento da democracia, um aumento na autonomia dos indivíduos deveria produzir um aumento na qualidade democrática (Inglehart e Welzel 2005).

Por outro lado, como dizíamos, há algumas evidências de um certo dinamismo participativo. Assim, vemos uma certa efervescência dos movimentos sociais ou das formas de participação política ditas «não convencionais» (na acepção da clássica definição de Barnes e Kaase). A participação política tenderia a passar, como diria Norris, da «estratégia da lealdade» à «estratégia da escolha» (Norris 2003), o repertório de acção política mover-se-ia desde as acções centradas no cidadão (voto, trabalho em partidos políticos, contacto político) às acções centradas numa causa específica (o que incluiria o consumo por motivos políticos, as manifestações ou a assinatura de petições). Da mesma forma, as agências que veiculavam tradicionalmente a participação política (o associativismo convencional e os partidos políticos) dariam lugar aos «novos» movimentos sociais e às redes de pressão de tipo informal. Um crescente número de cidadãos «críticos» preferiria, portanto, a participação de tipo esporádico, pontual e desestruturado, orientada para causas concretas e que não exigisse um alto nível de compromisso. Neste grupo de cidadãos destacam-se principalmente os mais bem instruídos (com mais capacidade de assimilar a informação política e com mais habilidades participativas) e, também, os mais jovens. No caso da Espanha e de Portugal, estas duas circunstâncias coincidem, já que as actuais gerações de jovens

(pós-25 de Abril e pós-transição democrática) são as mais bem formadas da história. Com efeito, uma recente investigação coordenada por Manuel Villaverde Cabral demonstrou empiricamente a predominância dos jovens portugueses nas estratégias políticas de «mobilização», frente ao modelo de «associativismo», mais frequente entre os cidadãos adultos (Cabral e Silva 2007).

O *puzzle* que temos entre mãos conta, por conseguinte, com diversas peças. Por um lado, vemos como se produziram mudanças na forma de entender a juventude e nos processos de transição para a vida adulta. Por outro, vemos como o repertório de acção política se modifica, sendo precisamente o colectivo de jovens um dos actores mais evidentes desta mudança. Tudo isto, num contexto em que parece haver uma mudança de valores e uma modificação estrutural das agências de participação política. O nosso objectivo, cabe recordar, consiste em analisar até que ponto o âmbito da participação política se relaciona com a integração social e se, particularmente no caso dos jovens, o alargamento e a complexidade dos itinerários de inserção social pode estar a influenciar significativamente a sua inserção política.

Como poderão imaginar, recolher provas empíricas destes processos é extremamente complexo. Queria, não obstante, concluir o meu contributo apresentando alguns dados.

Os jovens portugueses e a política

Iniciei este capítulo fazendo referência à intervenção do Presidente Cavaco Silva na 33.ª sessão comemorativa do 25 de Abril. Precisamente, a partir da preocupação institucional pelo distanciamento dos jovens das instituições políticas, o gabinete da Presidência solicitou a realização de um inquérito que permitisse aprofundar o conhecimento da relação entre os jovens portugueses e a política. O trabalho foi solicitado ao Centro de Estudos e Sondagens de Opinião (CESOP) da Universidade Católica Portuguesa e tive a oportunidade de fazer parte da equipa de investigação que delineou o projecto e que elaborou o relatório com os principais resultados. Com efeito, estes resultados foram divulgados pelo próprio Presidente da República na sessão comemorativa do 25 de Abril, correspondente ao ano de 2008, sendo possível consultar um relatório sintético na página de internet da Presidência.[7]

[7] http://www.presidencia.pt/archive/doc/Os_jovens_e_a_politica.pdf.

Apesar de se tratar de um estudo centrado, maioritariamente, na população «jovem» (definida, desta vez, como faixa etária), não quisemos realizar um inquérito exclusivamente às pessoas mais novas de uma determinada idade. Os inquéritos desta natureza, realizados a um segmento da população, costumam ter a vantagem de permitir analisar em pormenor as diferenças que se produzem dentro do colectivo jovem, embora com o inconveniente de não se poder comparar esses resultados com o conjunto da população. Assim, acaba por não ser possível saber se uma determinada opinião ou um determinado comportamento é, ou não, característico da população jovem. Por conseguinte, optámos por realizar um inquérito ao conjunto da população, acrescentando uma amostra de jovens, permitindo-nos, assim, comparar os resultados com a restante população e facilitando também a análise detalhada dentro do próprio colectivo juvenil. Utilizou-se igualmente o critério de comparabilidade ao seleccionar as perguntas que fariam parte do questionário, para permitir comparações, não apenas com outros estudos realizados anteriormente em Portugal, mas também com inquéritos desenvolvidos noutros países da União Europeia e, especificamente, em Espanha.

O universo do inquérito, portanto, foi a população residente em Portugal com idade igual ou superior a 15 anos, tendo-se recolhido uma amostra de 1949 casos. O instrumento que nos permitiu recolher a informação pretendida foi um questionário estruturado com perguntas fechadas.[8] O trabalho de campo teve lugar nos dias 28 e 29 de Outubro e 3 e 4 de Novembro de 2007.

Este inquérito permitiu-nos recolher uma grande quantidade de informação estruturada em cinco grandes blocos: atitudes perante a política, conhecimento político, participação eleitoral, associativismo, e participação política «não convencional». O questionário também incluía um bloco de perguntas sociodemográficas. Como poderão compreender, este não é o espaço mais adequado para apresentar uma análise detalhada dos resultados deste inquérito. Assim, vamos utilizar poucas variáveis para poder constatar se existe ou não uma relação significativa entre integração social e participação política, particularmente entre os mais jovens.[9]

---

[8] No total, contava com 46 perguntas, dando lugar a 120 variáveis.

[9] A relação entre integração social e participação política foi comprovada em numerosos estudos. Em Portugal, por exemplo, cabe citar o trabalho de Manuel Villaverde Cabral (1997). O que aqui ambicionamos não é confirmar uma vez mais esta relação, mas comprovar até que ponto se inter-relacionam elementos como a idade, as variáveis socioeconómicas, a mudança de valores e a transformação nas formas de participação política.

Deixem-me começar, no entanto, por algumas considerações metodológicas sobre a enorme dificuldade que implica operacionalizar um conceito tão esquivo e complexo como o de «juventude». Já dissemos, no início, que a «juventude» é uma categoria objecto de múltiplas definições, circunscrita a um momento preciso num lugar determinado. Normalmente, ainda que facilmente chegássemos à conclusão de que a juventude não é apenas definida pela idade, a verdade é que, normalmente, os investigadores que lidam com dados de inquérito costumam usar a idade como critério principal, senão exclusivo. Além disso, costumam utilizar-se segmentos de idade que não obedecem a um critério substantivo, teoricamente justificado. Por que motivo há estudos que definem como «idade de entrada» na juventude os 15 ou os 19 anos? Por que motivo se utiliza, como «idade de saída» os 24, os 29 ou os 34? Parece que o único critério que se segue ao estabelecer estes limites (que são os mais frequentemente utilizados) é que corresponde aos grupos quinquenais com os quais costumam trabalhar os demógrafos.

Do ponto de vista sociológico, ou mesmo antropológico, podemos estabelecer um primeiro ritual de «entrada» na juventude, que corresponderia à saída da educação obrigatória (ou, em alguns casos, à mudança da educação básica para a secundária),[10] e um evento de saída, que teria que ver com a assunção da independência económica, residencial e familiar. Dissemos que estes processos de emancipação também podem ser reversíveis, o que torna mais complexa a delimitação do conceito. Em todo o caso, o leque, em termos de idade, seria muito amplo, abarcando, provavelmente, pessoas entre os 20 e os 40 anos de idade. Poderíamos, portanto, acordar que a idade, se for questão de identificar os jovens, seria uma condição necessária, ainda que não suficiente.

É preciso dizer, contudo, que esta forma de entender «o juvenil» obedece a uma perspectiva teórica específica que, como poderão imaginar, não é a única existente. Considerar a juventude como uma etapa de transição para a vida adulta seria uma das diferentes formas possíveis de interpretar este conceito.[11]

Assim, se considerarmos a juventude como etapa de transição e, portanto, como processo de «integração social»,[12] seria possível estabelecer uma linha hipotética que fosse, em cada um dos indivíduos, desde a de-

[10] Um leque, portanto, entre os 12 e os 16 anos de idade.

[11] Uma ampla e interessantíssima reflexão sobre as diferentes formas de entender a juventude pode ser encontrada no trabalho de José Machado Pais. Recomendamos, para este efeito, a leitura de *Culturas Juvenis* (2003).

[12] As aspas obedecem à comentada dificuldade de definir também este conceito.

pendência até à independência. Desta forma, a «juventude» poderia definir-se por um conjunto de variáveis (económicas, familiares e residenciais) que permitisse situar cada pessoa numa escala teórica de dependência-independência.

Para a apresentação dos dados neste artigo optei, no entanto, por uma estratégia metodológica mais simples. Basicamente, o que fiz foi segmentar a amostra em grupos de indivíduos que partilham determinadas características, elaborando uma espécie de «tipos ideais», e usar estes grupos como variáveis independentes (quadro 18.1). Desta forma, em primeiro lugar, considerei como «jovens dependentes» as pessoas que na nossa amostra tinham idade inferior a 36 anos, que ainda não se tinham emancipado do lar familiar ou que estavam a partilhar a sua residência com outras pessoas (que não o companheiro ou familiares) e que, em termos de actividade, estão a estudar, conciliam estudos e trabalho, se encontram desempregados ou se dedicam, principalmente, ao trabalho doméstico não remunerado. A segunda categoria seria composta pelos «adultos independentes», sendo estes as pessoas com mais de 19 anos, que vivem sozinhos ou com o seu companheiro (com ou sem filhos e/ou outros familiares) e que trabalham ou estão desempregados. Em terceiro lugar, agrupei as pessoas que estariam reformadas, formando assim o grupo dos «adultos semidependentes», contando com pessoas com mais de 49 anos, em situação de reforma ou cuja actividade principal seja o trabalho doméstico não remunerado. As restantes pessoas fariam parte do quarto grupo, um conjunto heterogéneo que não considerei na análise.

Para realizar a análise coloquei duas grandes hipóteses. Em primeiro lugar, esperava uma relação positiva entre independência (económica, residencial e familiar) e a participação política, medida em quatro grandes âmbitos: atitudes perante a política, participação eleitoral, pertença a associações e participação não convencional. Em segundo lugar, e como corolário à primeira hipótese, admito que os reformados participem com menor intensidade que os adultos independentes, dada a sua relativa situação de semidependência e pelo facto de terem abandonado o mercado de trabalho. Vejamos os resultados.

Para começar, vamos observar a relação destes três grandes grupos com o interesse pela política, uma medida de tipo atitudinal (quadro 18.2). Normalmente, as pessoas que demonstram maior interesse costumam também ter uma maior propensão para a participação. O interesse pela política mede-se a partir de quatro grandes escalões: nada, pouco, bastante e muito. Considerando esta variável como uma escala, calculámos também a média para cada um dos grupos.

Quadro 18.1 – Critérios de agrupamento da amostra

	Jovens dependentes	Adultos independentes	Reformados semidependentes
Idade	≤ 35 anos	≥ 20 anos	≥ 50 anos
Relação de convivência	• Vive no lar familiar (não emancipado) • Vive com amigos ou partilha casa com outras pessoas	• Vive sozinho • Vive com o companheiro • Vive com o companheiro e filhos • Vive com o companheiro, filhos e outros familiares	
Actividade principal	• Estuda • Estuda e trabalha • Desempregado à procura de trabalho • Desempregado, sem procurar trabalho • Trabalho doméstico (não remunerado)	• Realiza um trabalho remunerado • Desempregado à procura de trabalho • Desempregado, sem procurar trabalho	• Reformado • Trabalho doméstico (não remunerado)
Total ponderado	193 (10%)	849 (44%)	497 (25,8%)

Quadro 18.2 – Interesse pela política (%)

	Jovens dependentes	Adultos independentes	Reformados semidependentes	Total
Nada	21,6	27,0	44,4	30,8
Pouco	51,6	38,9	29,7	38,5
Bastante	20,5	24,1	18,2	21,8
Muito	6,3	10,0	7,8	8,9
Total	100,0	100,0	100,0	100,0
Média (1-4)	2,12	2,17	1,89	2,14

No conjunto da distribuição, apenas 8,9% dos inquiridos manifestam ter muito interesse pela política. Esta proporção é comparativamente mais elevada, tal como esperávamos, no grupo dos adultos independentes (10%), seguida dos reformados semidependentes (7,8%) e dos jovens dependentes (6,3). Se tivermos em conta o conjunto das respostas, no entanto, os jovens dependentes teriam um nível de interesse relativamente superior ao grupo dos reformados semidependentes, tal como se pode observar ao calcular a média das suas respostas. Isto deve-se, em grande parte, ao facto de uma grande proporção dos reformados (44%) declarar não ter nenhum interesse pela política (ao passo que, entre os jovens, esta proporção é de 22%, exactamente metade).

O interesse pela política costuma correlacionar-se positivamente com o conhecimento político. No inquérito, introduzimos algumas perguntas para controlar a coerência das respostas sobre o interesse ou a intensidade da exposição às notícias políticas. Assim, tentámos medir o nível de conhecimento político a partir de três perguntas, uma sobre actualidade política portuguesa (se o Partido Socialista governava ou não com a maioria absoluta dos deputados na Assembleia da República), uma sobre actualidade política internacional (o número de países-membros da União Europeia) e uma sobre história política de Portugal (o nome do primeiro presidente eleito depois da revolução de 25 de Abril de 1974). Sintetizei as respostas obtidas num índice com 4 valores, em função do número de respostas correctas por cada inquirido (quadro 18.3).

Apenas 12,7% dos inquiridos responderam correctamente às três perguntas colocadas. Entre eles, destacam-se os reformados (16,5%), seguidos dos adultos (14,5%), ao passo que, entre os jovens, a percentagem se reduz para 6,2%. Em geral, são os jovens dependentes os que manifestam um maior desconhecimento político (contrastando assim com o facto de todos os que fazem parte deste grupo estarem a estudar, seja de forma exclusiva ou conciliando estudos e trabalho e que, normalmente, as pessoas que estão a estudar costumam conceder maior atenção ao conhecimento da actualidade).

Vejamos as variáveis sobre comportamento eleitoral (quadro 18.4). Numa primeira pergunta, questionava-se se, em geral, em relação ao voto, o entrevistado se considerava uma pessoa que «votava sempre», que «votava frequentemente», que «votava raramente» ou que «nunca votava».

Vemos claramente como a predisposição para votar é muito menor entre os jovens dependentes. Apenas 33,3% afirmam votar sempre, enquanto uma percentagem similar (32,3%) nunca vota. Além disso, 13,5% não respondem, uma proporção muito mais elevada do que nos outros grupos. Pelo contrário, o grupo que manifesta uma maior predisposição para a participação eleitoral é o dos reformados semidependentes (70,6% afirmam votar sempre).

Se observarmos as respostas sobre a participação nos dois últimos processos eleitorais convocados anteriormente à realização do inquérito, encontramos resultados díspares. Se nas eleições legislativas de 2005 há uma maior proporção de votantes entre os adultos e os reformados (85%, frente a 80% entre os jovens), no caso do referendo sobre a interrupção voluntária da gravidez são os jovens aqueles que se teriam mobilizado com mais intensidade (76,3%, face aos 73% entre os adultos e os 67%

Quadro 18.3 – Índice de conhecimento político (%)

	Jovens dependentes	Adultos independentes	Reformados semidependentes	Total
Nulo	35,2	21,5	21,7	25,5
Baixo	37,3	34,5	34,5	34,2
Médio	21,2	29,5	27,3	27,6
Alto	6,2	14,5	16,5	12,7
Total	100,0	100,0	100,0	100,0

Quadro 18.4 – Frequência de sufrágio (%)

	Jovens dependentes	Adultos independentes	Reformados semidependentes	Total
Vota sempre	33,3	62,5	70,6	60,4
Vota frequentemente	9,9	18,3	14,7	15,9
Vota raramente	10,9	9,9	7,0	9,5
Nunca vota	32,3	6,2	4,8	9,8
Não responde	13,5	3,1	2.8	4,3
Total	100,0	100,0	100,0	100,0

entre os reformados).[13] Este fenómeno pode ser explicado por se tratar de um referendo sobre uma questão que afectava, em maior medida, as pessoas jovens ou também porque são os jovens a manifestarem maior simpatia pelos processos de participação directa.[14]

Vamos descrever a seguir os resultados relativos à participação em associações. O associativismo foi considerado uma forma de participação social e política, particularmente naquelas associações que têm uma finalidade explícita de intervenção social. Além disso, o associativismo, independentemente dos objectivos da associação, estimula as relações sociais e os laços de cooperação, assim como a aprendizagem e o exercício de capacidades sociais ou valores como o compromisso ou a responsabilidade.

[13] Cabe lembrar que a percentagem de participação oficial nas eleições legislativas de 2005 foi de 64,2%, e que a participação no referendo sobre o aborto foi de apenas 43,6%. Não obstante, é habitual que nos inquéritos se inflacionem estes índices, seja por deficiências na elaboração da amostra (que não chega a incorporar os sectores de população mais marginais, que são os que frequentemente menos participam nos processos eleitorais), ou então, pelo incómodo que alguns entrevistados têm em reconhecer publicamente que não foram às urnas.

[14] Numa das perguntas do inquérito questionava-se sobre o nível de acordo com diferentes propostas políticas. Uma delas era «consultar mais a população com referendos». O nível de apoio a esta medida era relativamente mais elevado entre os jovens.

A análise do associativismo, desde as técnicas de análise por inquéritos, é extremamente complicada, ao existir uma grande diversidade de associações e uma multiplicidade de formas de relação com elas, seja como utente, como dirigente, como simpatizante, como financiador... Além disso, raramente a informação recolhida num inquérito nos pode proporcionar informação sobre a intensidade e o sentido que cada pessoa atribui ao seu vínculo associativo.

De qualquer forma, e assumindo que a informação disponível é limitada, queríamos trazer alguns dos dados que nos foi possível recolher através do inquérito. Em particular, perguntámos sobre a adesão a diferentes tipos de associações, identificando também o nível de participação nas mesmas. Assim, para cada tipo de associação, perguntámos se o entrevistado pertencia e participava activamente (sendo definida esta participação «activa» como a assistência regular a reuniões ou actividades, fazer parte dos órgãos directivos da associação ou ser responsável de alguma secção, projecto ou actividade regular), se pertencia mas não participava activamente, se pertenceu no passado ainda que agora já não pertença, ou se, finalmente, nunca pertenceu a uma associação desse tipo. No quadro seguinte são apresentadas as frequências das pessoas que afirmam participar activamente em cada um dos tipos de associações previstos (quadro 18.5). Também se inclui o dado daqueles que afirmam não participar activamente numa associação e o total para cada categoria.[15]

Uma das hipóteses que desejávamos contrastar era se se dava em Portugal um fenómeno teorizado (e comprovado empiricamente) noutros países. Isto é, se os jovens tenderiam a preferir participar de formas não convencionais (esporádicas, desestruturadas e pontuais), significando isto uma tendencial renúncia a vincular-se com o associativismo tradicional, considerado como obsoleto e excessivamente burocratizado. Não obstante, os dados de que dispomos não ajudariam a confirmar esta hipótese. Assim, se descontarmos o tipo de associações em que a probabilidade de participar difere segundo a idade e a situação socioprofissional,[16] os resultados mostram um nível de participação activa relativamente elevado dos jovens dependentes. Assim, vemos que as diferenças em relação à

[15] Cabe dizer que o total não chega aos 100%, pois há pessoas que afirmam participar activamente em mais de uma associação. É relevante ver como este facto é mais frequente no caso dos jovens dependentes.

[16] Por exemplo, os jovens têm mais probabilidade de participar em associações estudantis e os adultos em associações profissionais ou sindicais. Da mesma forma, os jovens, dada a sua condição física, tendem a desenvolver actividades desportivas com muito mais frequência do que os adultos.

Quadro 18.5 – Adesão a associações (% que participa activamente)

	Jovens dependentes	Adultos independentes	Reformados semidependentes	Total
Em nenhuma	62,1	71,9	73	71,3
Partido político	2,1	2,4	2,2	2,2
Sindicato	0,5	4,9	1,0	2,8
Profissional	3,6	7,2	3,0	5,3
Religiosa	14,4	7,1	15,5	10,2
Desportiva	14,5	7,3	2,2	7,4
Cultural ou de tempo livre	11,4	5,9	6,2	7,0
De cariz social ou de direitos humanos	6,2	4,9	3,6	4,5
Juvenil ou estudantil	10,3	2,0	0,6	3,0
Outras	6,7	4,7	5,9	5,2
Total	132	118	113	119

participação activa em partidos políticos não são muito elevadas e que, por outro lado, os jovens dependentes participam activamente em maior proporção do que os adultos e os reformados no caso das associações culturais e assistenciais.

Vejamos agora o que sucede no caso das formas de participação individuais, esporádicas e desestruturadas (ou semiestruturadas). São formas de participação que não requerem um alto nível de compromisso e que, segundo a teoria, prevalecem entre as pessoas mais jovens. O repertório de actividades sobre o que se perguntou inclui formas de contacto político, consumo ou boicote por razões políticas, actividades de financiamento de iniciativas sociais e/ou políticas, assinar petições, assistir a encontros políticos ou participar em discussões políticas usando a internet. Em geral, o que os dados nos mostram é que este tipo de actividades não mobiliza a maioria dos portugueses. De facto, 57,8% afirmam não ter realizado nenhuma delas durante o último ano. Por grupos, os adultos independentes serão os que, globalmente, predominam entre os que realizaram alguma das actividades propostas (48,2%) e os reformados serão os menos propensos a realizar este tipo de actividades (66,1% não realizaram nenhuma delas). Os jovens dependentes destacam-se em apenas dois tipos de actividades, assistir a uma manifestação política e participar numa discussão política através da internet, sendo os adultos aqueles que predominam nas restantes actividades propostas (com a excepção do caso do consumo por razões políticas, em que as frequências obtidas por jovens e adultos são similares). Estes dados, portanto, não permitiriam afirmar com clareza que o grupo de jovens dependentes se destaca na realização deste tipo de actividades políticas.

Conclusões

Recapitulando, no debate sobre a relação entre os jovens e a política quisemos aprofundar até que ponto esta relação podia implicar elementos de inclusão ou exclusão social. Discutimos sobre a dificuldade de estabelecer categorias estanques e, particularmente, a complexidade na operacionalização de conceitos como «juventude», «adulto» ou «integração», num contexto social em mudança. Partimos da análise da juventude como etapa de transição, contemplando dados de um inquérito sobre participação política dos portugueses em 2007. Para isso, dividimos a população em três categorias, tendo em conta a sua posição em relação com a dependência ou a independência (e entendendo a independência como capacidade de autonomia e, por sua vez, como indicador de inclusão social).

Os resultados mostraram, indo ao encontro daquilo que esperávamos, que os jovens dependentes tendem a mostrar um menor interesse pela política do que os adultos independentes, assim como um menor conhecimento político e uma menor simpatia por um determinado partido político. Também esperávamos que os reformados semidependentes tivessem atitudes e comportamentos participativos menos intensos do que os adultos, coisa que, como vimos, não acontece em todos os casos. Em relação ao comportamento eleitoral, observámos que os jovens costumam votar com bastante menor intensidade do que a restante população, ainda que, no caso concreto do referendo sobre a interrupção voluntária da gravidez, tenham ido às urnas numa maior proporção. Não sabemos se este facto se explica pelo tema específico da consulta (a despenalização do aborto) ou por causa de uma eventual preferência dos jovens pelos mecanismos de participação directa. Com efeito, as tendências teóricas indicam que os jovens eventualmente prefeririam a participação directa e, especificamente, as formas de implicação esporádica, pontual e desestruturada, entendendo como excessivamente limitada a participação em organizações «tradicionais». Os nossos dados, não obstante, não mostram esta tendência com clareza. Por um lado, não parece que os jovens sejam menos activos do que os adultos em relação à adesão a associações e, por outro, também não observamos entre os jovens uma significativamente maior assiduidade na realização de actividades políticas de tipo «não convencional».

Cabe recordar que, como indicava no início, se trata da primeira geração de pessoas socializadas completamente em democracia, pelo que as expectativas em relação ao seu apoio e participação democrática eram muito elevadas. O que vemos, não obstante, é que, mais do que pelo facto de contar com uma determinada idade, o que certamente tem mais

influência como «preditor» do comportamento político é a posição de relativa integração social (medida, no nosso caso, como uma combinação da idade, a actividade e a emancipação residencial). Parece claramente ser necessário ampliar o detalhe deste tipo de análise introduzindo, por exemplo, estratégias de análise multivariável. Em todo o caso, parece-nos saudável questionar o *mainstream* teórico para enfatizar três últimas ideias.

A primeira consiste em indicar a necessidade de poder operacionalizar uma definição de juventude teoricamente fundamentada, superando a tradicional análise baseada exclusivamente na idade. Como tal, também convém identificar convenientemente as diferenças dentro do colectivo juvenil, tratando-o como o que é: um conjunto heterogéneo de condições sociais, expectativas, interesses, comportamentos e modos de vida. Quanto à análise do comportamento político, torna-se igualmente necessário poder identificar convenientemente o peso dos diferentes efeitos (idade, geração, momento e integração) nos diferentes colectivos juvenis, assim como ampliar a perspectiva do «político» a âmbitos frequentemente tornados imperceptíveis, em que os jovens podem ter um papel preponderante, mas que, por não corresponder às formas de participação convencionais, não atraem suficientemente o interesse dos investigadores nem das instituições públicas.

A segunda visa manifestar que a relação dos jovens com a política institucional conta, também, com outro tipo de obstáculos. Citámos um, nomeadamente, que, se continuar a existir uma correlação entre integração social e apoio institucional na democracia, tudo leva a crer que as dificuldades de integração que sofrem muitos jovens podem aumentar ainda mais o distanciamento dos cidadãos em relação às instituições públicas, acentuando assim os riscos de reduzir a sua capacidade de representação e o reconhecimento social da sua legitimidade. A integração social é uma das principais fontes de coesão social e esta, por sua vez, é um dos fundamentos da comunidade política. Dissemos que o esbatimento da comunidade política, particularmente entre os jovens, pode ser também um obstáculo à participação institucional. Acrescentaríamos agora mais dois elementos à reflexão. Por um lado, a suposta tendência cultural para o presentismo entre os jovens, dada precisamente pela incerteza que rodeia os seus itinerários de transição para a vida adulta, estaria a reduzir a capacidade de muitos jovens pensarem as suas vidas em chave estratégica (em perspectiva de «futuro»). O lema de toda uma geração é «viver cada dia». Uma das consequências deste fenómeno é, precisamente, a dificuldade de assumir compromissos a médio e longo prazo, coisa que é particularmente evidente na arena política. O exercício da política requer

planificação estratégica e um projecto de transformação que se coloca normalmente a longo prazo. A dissociação entre jovens e «futuro» é outro dos obstáculos que reduzem o compromisso político e que, eventualmente, leva a que os jovens prefiram participar na política de forma pontual, esporádica e desestruturada.

O paradoxo, em todo este assunto, é ver como, precisamente, a «juventude» se converteu num modelo social, ou seja, numa referência cultural para os adultos. Trata-se de um exemplo paradigmático de esquizofrenia social, que convida os jovens a pensar que estão a viver a melhor etapa das suas vidas, mas que relega à juventude um papel secundário nos âmbitos económico e político. Uma etapa que se define pela incerteza, pelo risco e pela precariedade... converte-se num modelo idealizado para o conjunto da sociedade. Como consequência, os jovens devem viver o paradoxo de se sentirem «excluídos, mas felizes». Em termos políticos, a consequência mais evidente deste facto é que, se o «jovem», por definição, aparece como afastado das instituições políticas, que isto seja um modelo para a restante população convida a pensar, outra vez, no crescente afastamento entre uns e outros.

A terceira ideia que queria introduzir, para finalizar, faz referência ao debate sobre a mudança de valores, alegadamente liderado pelos jovens, do materialismo ao pós-materialismo e suas consequências nas formas de participação política. Neste caso, também me parece conveniente deixar de considerar a juventude, estritamente, como uma faixa etária. Não disponho ainda de prova empírica para corroborá-lo, mas tenho a intuição de que a preponderância dos jovens (considerados como faixa etária) na categoria dos pós-materialistas, não obedece tanto a uma evidente preferência pelos valores de auto-expressão, mas ao facto de o alargamento da idade de emancipação lhes garantir a segurança material, enquanto continuem a depender das suas respectivas famílias. Seria conveniente poder separar, também neste caso, estes dois tipos de efeito (idade e integração). Por exemplo, um recente inquérito realizado na Catalunha mostra que o perfil das pessoas mais pós-materialistas coincide com o dos jovens (que completaram 18 anos entre 2000 e 2007), com estudos universitários, e que vivem em casas com rendimentos médios mensais acima dos 4000 euros (CEO 2008). Muito provavelmente, estes jovens não devem estar ainda emancipados, já que a probabilidade de, tendo em conta a sua idade ainda jovem, contarem com rendimentos mensais acima dos 4000 euros é muito reduzida. Assim, quando se emanciparem, tudo indica que a hipótese da escassez entrará em conflito com a hipótese da socialização.

Referências

Cabral, M.V. 1997. *Cidadania Política e Equidade Social em Portugal*. Lisboa: Celta.

Cabral, M. V., e F. C. da Silva. 2007. «Ciudad y ciudadanía en Portugal; el 'efecto-metrópolis' sobre el ejercicio de la ciudadanía política». In *La Nueva Cultura Política; Tendencias globales y casos latinoamericanos*, compiladores T. N. Clark e C. J. Navarro. Buenos Aires: Miño y Dávila, 311-333.

Casal, J. 1996. «Modos emergentes de transición a la vida adulta en el umbral del siglo XXI: aproximación sucesiva, precariedad y desestructuración». In *Revista Española de Investigaciones Sociológicas*, 75: 295-316.

CEO. 2008. *Informe sobre els valors a Catalunya: condicionants sociològics del postmaterialisme i els valors basics*. Barcelona: Generalitat de Catalunya.

Feixa, C. 2006. *De jóvenes, bandas y tribus*. Barcelona: Ariel.

Furlong, A., e F. Cartmel. 1997. *Young People and Social Change: Individualization and Risk in Late Modernity*. Buckingham: Open University Press.

Garrido, L., e M. Requena. 1996. *La emancipación de los jóvenes en España*. Madrid: Instituto de la Juventud, MTAS.

Inglehart, R., e Ch. Welzel. 2005. *Modernization, Cultural Change and Democracy; The Human Development Sequence*. Cambridge: University Press.

Norris, P. 2002. *Democratic Phoenix: Reinventing Political Activism*. Cambridge: University Press.

Norris, P. 2003. «Young people and political activism: from the Politics of Loyalties to the Politics of Choice?», documento apresentado no simpósio «Young people and democratic institutions: from disillusionment to participation», Estrasburgo, 27-28 de Novembro de 2003.

Pais, J. M. 2003. *Culturas Juvenis*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.

Pais, J. M. 2007. *Chollos, chapuzas, changas; jóvenes, trabajo precario y futuro*. Barcelona: Anthropos.

Putnam, R. D. 2000. *Bowling Alone: The Collapse and Revival of American Community*. Nova Iorque: Simon & Schuster.

Serracant, P. 2001. *Viure al dia: Condicions d'existència, comportaments i actituds dels joves catalans. Informe sobre la joventut catalana al 2001*. Barcelona: Observatori Català de la Joventut.

Torcal, M., e J. R. Montero, eds. 2006. *Political Disaffection in Contemporary Democracies*. Cornwall: Routledge.

Van de Velde, C. 2009. *Fer-se adult: Sociologia comparada de la joventut a Europa*, Observatori Català de la Joventut, Collecció Aportacions núm. 34, Barcelona.

Elísio Estanque

Capítulo 19

Cultura estudantil, «Repúblicas» e participação cívica na Universidade de Coimbra*

Introdução

Desde a Revolução Industrial e ao longo da primeira modernidade as sociedades ocidentais construíram o Estado-nação e promoveram a organização dos mercados e das economias nacionais na base da ideia de progresso e de planeamento, procurando responder à exigência de controlo do futuro e de regulação das expectativas. O crescimento económico do pós-guerra permitiu sustentar um Estado social que favoreceu importantes transformações e conquistas sociais, mas, ao mesmo tempo que procurava programar o futuro, contribuiu, paradoxalmente, para proporcionar uma viragem de paradigma que fez emergir diversas perversões e entropias no sistema, dando lugar a novos protagonistas e movimentos anti-sistémicos que, embora clamando por um «futuro agora», acrescentavam novas incertezas que mais tarde culminaram na «crise do futuro» (Leccardi 2005).

---

* O presente capítulo baseia-se em resultados da pesquisa *Culturas Juvenis e Participação Cívica: Diferença, Indiferença e Novos Desafios Democráticos,* coordenada por Elísio Estanque e Rui Bebiano e realizada no Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra entre 2003 e 2006. Projecto financiado pela FCT – Fundação para a Ciência e Tecnologia/Ministério da Ciência e do Ensino Superior, n.º POCTI/SOC/45489/2002. Esta é uma versão adaptada de outros artigos do autor sobre o mesmo tema: «Cultura académica e movimento estudantil em Coimbra», *Teoria e Pesquisa – Revista de Ciências Sociais,* vol. XVI, n.º 2 Julho-Dezembro de 2007, Brasil, UFSCa/SP); e «Jovens, estudantes e 'repúblicos': culturas estudantis e crise do associativismo em Coimbra», *Revista Crítica de Ciências Sociais,* n.º 81, 2008.

Foi nesse quadro que a juventude se impôs como categoria social, intimamente associada à expansão do sistema de ensino em todos os seus níveis, incluindo o universitário. Mas, se o acesso à educação e o progressivo aumento da escolaridade levou a um alargamento cada vez maior do período de formação e, portanto, da fase de transição para a vida adulta, tal não implicou uma absoluta homogeneidade entre os jovens. De resto, se o fenómeno juvenil mereceu inicialmente a atenção dos teóricos, assinalando os seus traços convergentes enquanto geração (Manheim 1952), foi, por outro lado, também sublinhada desde cedo a sua heterogeneidade, rejeitando-se, assim, a existência de uma «juventude» enquanto entidade uniforme, tendo ficado célebre a expressão de Bourdieu «la jeunesse n'est q'un mot». Quer em termos sociais mais gerais quer no caso da juventude universitária, os pontos de aproximação ou de clivagem entre diferentes segmentos juvenis não devem, porém, ser considerados em absoluto.

Dependendo do nível de análise adoptado e do próprio objecto de estudo, será sempre possível observar tanto convergências como divergências no seio de uma dada população ou numa mesma camada geracional. A própria mudança social em curso nas últimas décadas tem obrigado a rejeitar não só o critério etário – que de resto a sociologia sempre recusou – mas até a ideia de «transição para a vida adulta», isto é, de um período instável associado a uma semidependência (ou semiautonomia) correspondente a uma fase da trajectória evolutiva entre a família de origem e a de chegada, tem sido objecto de discussão e é hoje questionada pela maioria dos sociólogos (Leccardi 2005; Pais *et al.* 2005).

É certo que, no caso particular da juventude universitária, a suposta homogeneidade pareceu facilmente sustentável, sobretudo enquanto o acesso a este nível de ensino foi exclusivo das elites. Todavia, também a análise deste segmento – especialmente com a chegada de novos contingentes de jovens das mais diversas proveniências sociais – requer novas reformulações conceptuais que permitam um melhor ajustamento ao carácter mais complexo e heterogéneo deste segmento, antes de mais por se ter tornado desadequada a ideia de que a frequência do ensino universitário prenunciaria o acesso, no passo seguinte, a uma situação profissional cujo *status* seria compatível com o título académico «superior». Ao mesmo tempo, importa realçar que as vivências do percurso universitário são, como sempre foram, diferenciadas. Ainda que hoje se possa falar de uma universidade «massificada», continuam presentes segmentos particulares de estudantes cujas práticas, subjectividades e orientações se pautam por padrões de vida e valores alternativos, distintos da maioria (e internamente diversificados).

Para alguns sectores estudantis não é tanto a aprendizagem adquirida em bibliotecas e salas de aula, mas sim as experiências adquiridas fora da instituição e em torno dela, que mais claramente irrigaram as suas potencialidades formativas, criativas e subversivas. É provável que as modalidades clássicas de «boémia» e «tertúlia» estejam em vias de extinção ou a sofrer profundas alterações. Mas, até pelo simbolismo que transportam, vale a pena tê-las em conta a este propósito. O estilo de vida *boémio* que floresceu em torno dos principais centros urbanos a partir do século XIX (Murger 1888)[1] com as suas conotações com a vagabundagem, a errância, o descomprometimento e a irreverência ou, por exemplo, a cultura do *riso carnavalesco*, a imagem subversiva do *corpo grotesco,* das celebrações populares da época renascentista, projectadas na apologia da algazarra, do consumo de álcool e da promiscuidade sexual (Bakhtin 1999),[2] ilustram alguns contornos dos ambientes estudantis que ao longo da Idade Média germinaram nas antigas «Nações», nos *pubs* e *taverns* das cidades universitárias da Europa (Moulin 1994).

No caso de Coimbra, as Repúblicas estudantis, com as suas formas alternativas de organização, de convívio, de festa e de encontro com o desconhecido deram igualmente expressão a esse modo de vida. Por isso constituem uma dimensão importante na análise do universo estudantil, quer

---

[1] Henri Murger contribuiu para popularizar a noção de boémia no sentido moderno a partir da peça *Bohèmes du Quartier Latin* (1849), que mais tarde deu origem ao ensaio aqui citado (no original *Scènes da la Vie de Bohème*). Os primeiros «boémios» remontarão à Grécia clássica e referem-se a figuras famintas e erráticas, também associadas a ladrões e vagabundos, que circulavam por regiões abastadas e hospitaleiras pedindo pão, cantando e tocando lira em dedicação a Helena e à queda de Tróia. Na Paris do século XIX, o termo ganhou adesão por referência à presença de estrangeiros nómadas na cidade, aparentemente de etnia cigana, que por ela circulavam sem rumo certo e que inicialmente se julgava serem oriundos da região da Boémia (situada na actual República Checa). Por analogia, o fenómeno deu origem a um movimento que viria a contagiar diversos artistas e intelectuais da época, tais como Charles Baudelaire, Gustave Coubert, Paul Verlaine, Rimbaud, Zola, Balzac, etc. Mas, segundo Murger, em todas as eras e em diferentes ambientes sempre existiram boémios que circularam nos meios artísticos e literários. O próprio autor foi membro de um clube parisiense, autodesignado «Os bebedores de água», dada a escassez de dinheiro para consumirem vinho, a bebida tradicionalmente associada a estes meios.

[2] Os estudos deste autor inspiraram-se na obra de Rabelais que retratou sagazmente o espírito satírico e burlesco das culturas populares da Europa do século XV, olhando sobretudo o lado perverso e desconstrutivo da desordem, por oposição à moral dominante. O «corpo baixo» da impureza, da desproporção, está em oposição ao «corpo clássico», que é estético, bonito, simétrico. A cultura do carnavalesco invoca, por um lado, uma visão do mundo que remete para a possibilidade de um segundo nascimento a partir do espírito do riso e, por outro lado, enaltece a celebração festiva e a morfologia do «extraordinário» da cultura que corrói as instituições (Bakhtin 1999).

para captar formas específicas da cultura académica quer para ajudar a traçar a diversidade de lógicas e comportamentos que compõem, ainda hoje, a população universitária da cidade.

É evidente nos dias que correm a enorme diversidade social entre a população universitária, inscrevendo-se a sua recomposição num processo de redefinição da estratificação social dos estudantes, dada a presença crescente de filhos das classes trabalhadores e o aumento da oferta (e procura) dos cursos de pós-graduação. Uma redefinição que acompanha as actuais tendências de fluidez e de imprevisibilidade, inscrevendo-se portanto a vivência do presente em percursos e trajectórias pessoais cada vez mais incertos. A própria ideia de projecto como antecipação de um futuro distante parece deparar-se com lógicas e subjectividades que a recusam, aparentemente por se inserirem em biografias de novo tipo, desvinculadas da noção de projecto e marcadas pela experimentação e pelo nomadismo. Segundo Melucci, os «nómadas do presente» não perseguem um objectivo, antes avançam envoltos no provisório, rodeando lugares não conectados, passando por estações singulares das suas biografias e experimentando sucessivas aplicações de recursos e talentos em que o sucesso possível depende mais da própria mobilidade e procura do que da acomodação a uma meta previamente estabelecida (Melucci 1998).

As tendências de fragmentação, de individualização e desligamento social, de diluição dos velhos laços colectivos, da comunidade, da família, etc., recolocam em novos moldes o processo – hoje amplamente aceite – de prolongamento do estatuto de «jovem», e consequente adiamento ou talvez recusa da condição de «adulto». Perante o panorama geral de divórcio dos cidadãos face ao sistema político democrático e de relativo esvaziamento da esfera pública, as possibilidades de ancoragem e de partilha colectiva das experiências vividas pelos jovens ao longo das suas trajectórias (em espaços de sociabilidade e estruturas organizadas, incluindo as instituições sociais e políticas) vêem-se, assim, fortemente constrangidas. Por outro lado, quer as trajectórias fragmentadas, quer as metamorfoses que têm atingido os sistemas de emprego têm igualmente condicionado o aparente distanciamento dos jovens face aos movimentos sociais e associativos. As transições múltiplas deixaram de ser uma sucessão linear de etapas até à vida adulta, podendo as trajectórias biográficas tornar-se reversíveis, e em larga medida aleatórias, com milhares de jovens deambulando num vaivém entre o sistema de ensino e o emprego ou «biscate» precário, numa espécie de «geração 'Iô-Iô'», como notou J. Machado Pais (Pais *et al.* 2005).

Nestas circunstâncias, aquilo que comummente é tomado por individualismo, ainda que objectivamente se constate o afastamento ou indi-

ferença dos jovens perante a acção política e associativa, não pode deixar de ser situado no seu devido contexto. A erosão de diversos marcos de referência que prevaleciam em gerações passadas, tanto na relação familiar e no percurso escolar como nos processos de socialização política repercutiu-se, naturalmente, no plano cultural e ideológico que no passado não muito longínquo serviram de fio condutor a diversos sectores estudantis, mais ou menos politizados, mais ou menos familiarizados com os meios culturais e as atmosferas de rebeldia académica (Estanque e Bebiano 2007; Cardina 2008).

Coimbra: a irreverência e as Repúblicas

Com mais de 700 anos de história, a Universidade de Coimbra (UC) foi, à semelhança de outras universidades europeias, uma instituição fundamental na formação das elites políticas, culturais e intelectuais do país. Para além dos conhecimentos transmitidos e da importância formal dos títulos académicos, a frequência da mais antiga e prestigiada universidade do país era, por si só, um garante de prerrogativas distintivas e de um elevado *status*. O peso da história, juntamente com a estreita imbricação entre a universidade e a cidade, contribuiu para construir ao longo do tempo uma identidade particular, fortemente devedora da presença estudantil e do saber académico: a cidade universitária. Seria redundante recordar aqui os atributos históricos que fizeram da «Lusa Atenas» uma das cidades mais glorificadas e cantadas por poetas e escritores de todas as épocas. Camões, Eça, Garrett e Antero são apenas alguns dos nomes que nela deixaram as suas marcas, e que dão sentido à afirmação de Miguel Torga de que «não houve no nosso país revolução política ou movimento cultural que não encontrasse entre os estudantes de Coimbra apoio ou reflexo» (*apud* Fortuna e Peixoto 2002, 28). Apesar da relação entre a cidade e a universidade nem sempre ter sido fácil – inclusive com momentos de grande tensão como aconteceu na sequência da destruição da «Alta» pelo governo de Salazar para nela instalar a «nova» universidade (Torgal 1999) –, a cidade continua a ver-se a si própria como «centro universitário» e os seus elementos identitários e representativos permanecem «intimamente ligados à mesma fonte: a Universidade» (Fortuna e Peixoto 2002, 29).

A história da Universidade de Coimbra é bem um exemplo de como uma tradição ritualista, reprodutora de hierarquias bem vincadas e de critérios selectivos fortemente elitistas pode conviver com formas de conduta e modos de vida marcados pela rebeldia e pelo sentido transgres-

sivo.[3] O estilo de vida «boémio» aplica-se sem dúvida ao meio estudantil de Coimbra, onde nunca faltaram exemplos e condições de florescimento de tais atmosferas, em especial devido à presença dos estudantes. Ao longo do século XIX, sob o efeito das tendências europeias, as ideias progressistas e o debate público, se bem que muito circunscrito, tiveram algum eco no meio estudantil (Lima 1906).[4] Diversos grupos reunidos regularmente em cafés, tabernas e ambientes de «tertúlia» – contagiados pelos ideais republicanos e socialistas – travaram animados debates sobre os problemas da universidade e do país, estimulados pelo espírito crítico e progressista, perseguindo a ideia de modernidade que grassava na Europa de então e que a academia e o poder dos «lentes» rejeitavam.[5] Algumas figuras populares de épocas distintas – como o Agostinho Antunes, o Pantaleão, o Pad Zé, o Castelão de Almeida, o Taxeira, entre outros – tornaram-se lendárias precisamente devido à sua proximidade com o meio estudantil, sendo de certo modo apropriados e erigidos em ícones dessa «academia paralela» que animava os ambientes boémios e contestatários de Coimbra. As «tertúlias» em cafés, tabernas e bordéis permitiam todo o tipo de misturas, incluindo diversas formas de expressão artística e musical, onde as baladas e o dedilhar de uma guitarra animavam ambientes de excesso, de consumo de álcool e de intercâmbio sexual. Mas, embora sendo espaços interclassistas, de diversidade e de encontro, eram restritos a um mundo masculino e marcado pela virilidade.

---

[3] Deve porém reconhecer-se que os processos de mudança das últimas décadas têm evidenciado uma crescente adaptação do ritualismo festivo aos ditames do mercantilismo consumista, com o correspondente afastamento ou indiferença da maioria dos estudantes face ao sentido de contestação colectiva de outras épocas. Mesmo a última onda de protestos com algum significado, a luta «antipropinas» dos anos 90, já denunciava essa tendência, tendo ficado claro o relativo isolamento entre os sectores mais activos – notoriamente minoritários – e a generalidade da massa estudantil (Drago 2004).

[4] Esta monografia, de há cerca de 100 anos, mostra como a Coimbra da época era recordada não apenas pela universidade mas por tudo aquilo que a rodeia e, sobretudo, pela sua boémia e pelas suas tabernas, pela «lírica do choupal, a floresta divina, a paisagem vasta e melancólica do Penedo da Saudade, o horizonte largo e os ambientes rústicos e verdejantes do Penedo da Meditação, as ceias da Tia Camela, os debates e récitas do extinto Teatro Académico, a Lapa dos Esteios, o Magrinho e os seus acepipes em cubículos de lona, e as iscas inexcedidas do inexcedível Julião...» (Lima 1906).

[5] Foi neste ambiente que surgiram figuras de renome dos meios intelectuais portugueses. Alguns deles, como Antero de Quental, José Fontana, Ramalho Ortigão, Oliveira Martins, Guerra Junqueiro, Teófilo Braga, Eça de Queirós, entres outros, integraram a chamada «geração de 70», que colocou em causa os paradigmas de conhecimento que dominavam a universidade (a chamada *Questão Coimbrã*), criticando abertamente a situação de atraso do país, discutindo e questionando inúmeros assuntos, da literatura à ciência e à política, quer no contexto de Coimbra, quer mais tarde em Lisboa com as Conferencias do Casino, com as quais chamaram a atenção do país.

É neste contexto que tanto os movimentos e protestos como a indiferença da juventude universitária de Coimbra deverão ser pensados na sua relação com o ritualismo e a tradição. A afirmação da identidade local – composta de múltiplos cruzamentos e ambivalências entre «universidade», «academia» e «cidade» – é, ela própria, constantemente readaptada através da permanente releitura e reconstrução do seu tradicionalismo e da sua história.

Assim, as festas estudantis, o uso do traje e a *praxe académica*[6] inscrevem-se naturalmente na identidade da academia e na sua história. A aura de prestígio da universidade e a centralidade que ocupou na sociedade portuguesa ao longo dos tempos não são alheios à sua estreita ligação ao poder eclesiástico, que a fundou e durante séculos a controlou. O poder académico promoveu um conjunto de códigos e rituais tendentes a afirmar e reproduzir o estatuto de superioridade instituído pelo saber legítimo. Nessa medida, a simbologia distintiva que os estudantes reproduzem através dos seus inúmeros códigos, ritos e provas aplicadas aos mais novos, é alimentada pela instituição através dos seus próprios rituais de passagem que marcam os momentos de transição entre as diferentes etapas da carreira académica. Além de celebrações públicas, assumem-se como actos de «sacralização» e ostentação, vincando desse modo as hierarquias de poder.

---

[6] No artigo 1.º do Código da Praxe, esta é definida como «o conjunto de usos e costumes tradicionalmente existentes entre os estudantes da Universidade de Coimbra e os que forem decretados pelo Conselho de Veteranos». Mas, uma definição tão vaga suscita controvérsias. Podem distinguir-se três visões distintas da praxe coimbrã: *1 – visão tradicional* – «A Praxe Académica é um conjunto de tradições geradas entre estudantes universitários e que há séculos vêm a ser transmitidas de geração em geração. É um *modus vivendi* característico dos estudantes e que enriquece a cultura lusitana com tradições criadas e desenvolvidas pelos que nos antecederam no uso da Capa e Batina. A Praxe Académica é cultura herdada que nos compete a nós preservar e transmitir às próximas gerações. [...] A função educativa também está presente na Praxe Académica. A sanção de rapar um caloiro quando apanhado na rua a partir de certas horas tem origem na intenção de o obrigar a estudar» (PRAXE 2008a); *2 – visão crítica* – «A praxe tem-se vindo a desenvolver e a crescer sem controlo ou limite [...], em que já ninguém sabe como agir para retomar a 'boa e velha praxe'. [...] O aluno caloiro suporta a praxe porque tem a ideia de que num futuro próximo vai poder exercer esse mesmo 'poder' [...], é tudo uma questão de poder psicológico, o aluno mais velho sente e pensa que é mais que os novos alunos, pensa que é mais importante, e é através dessa exposição de força e poder que mostra aos outros o quanto ele vale no acto de praxar»; *3 – visão moderada* – «A praxe coimbrã é a única no país verdadeiramente democrática e regulamentada, com direitos e deveres a terem de ser respeitados por todos. Quem não concordar com ela, tem o direito a escolher se se submete ou não. Declarando-se antipraxe, o estudante perde alguns direitos, mas não é ostracizado, não fica isolado dos seus colegas, nem perde a oportunidade de fazer amigos. Submetendo-se à praxe, o caloiro integra-se muito mais depressa na vida de Coimbra e na sua nova etapa como estudante universitário» (PRAXE 2008b).

O traje académico, com os seus diferentes adornos, cores, insígnias, mas também os títulos, os anéis de curso, a existência de padrinhos e tutores, etc., funcionam também como elementos classificativos e códigos de conduta que impõem diversas formas de demarcação social. A hierarquia e a necessidade de exibi-la simbolizaram ao longo da história a imagem dos sectores privilegiados da sociedade e, por consequência, de dominação sobre os que deles dependem. A *praxe* aplicada aos novatos tem sido repetidamente objecto de controvérsia, sobretudo devido à violência que a acompanhou através dos tempos.[7] E justamente porque continua hoje a ser um tema controverso, interessa perceber as suas contradições a fim de compreender os posicionamentos da população estudantil em relação às actividades da praxe (o que adiante procurarei mostrar). Assim, os julgamentos, as trupes, os rapanços, as touradas, onde os novatos eram o alvo da chacota, foram constantemente recriados e reinvestidos de lógicas próprias de cada contexto histórico. De resto, tais práticas não são historicamente um exclusivo da universidade e dos colégios de ensino superior, antes fizeram parte da instituição escolar no seu conjunto, onde as colectividades jovens, celibatárias e masculinas promoviam e recriavam os seus códigos de conduta, submetendo os mais novos e recém-chegados à autoridade dos mais velhos. Acresce que a violência foi, ao longo de muito tempo e sob diversas formas – como o uso da régua, da colher de pau ou do ponteiro – considerada como um ingrediente fundamental da educação e da instituição escolar no seu todo, ou seja, educação, civilidade, vigilância e disciplina estão intimamente ligados.

As casas comunitárias de habitação estudantil – as conhecidas Repúblicas[8] – constituem espaços de convívio e formas particulares de autogestão que, não obstante o escasso número de estudantes que albergam

---

[7] A componente de violência sempre foi acompanhada de contestação dos «abusos». Assim, por exemplo, os castigos sobre os mais novos, à mistura com brigas por questões de honra e hierarquia, com os canelões e as investidas, acções que eram praticadas em Coimbra já no século XVIII, deram lugar a alguns tumultos e vozes críticas contra os que incomodavam os *novatos,* levando, por exemplo, o rei D. João V a decretar em 1727 a suspensão desses rituais, devido a mortais investidas contra os novatos perante a quase impunidade dos universitários: «Hey por bem e mando que todo e qualquer estudante que por obra ou palavra ofender a outros com o pretexto de novato, ainda que seja levemente, lhe sejam riscados os cursos» (Lamy 1990).

[8] Estas residências têm uma origem remota e difícil de situar com exactidão, mas supõe-se que as primeiras casas destinadas a serem ocupadas por grupos de estudantes terão sido construídas no início do século XIV pelo rei D. Dinis na zona de Almedina. Uma medida que deverá ter alguma relação com a existência das «Nações», igualmente residências colectivas de estudantes (e em alguns casos também dos seus mestres) que proliferaram na Idade Média pelos pólos universitários europeus (Moulin 1994).

e de estarem hoje em dia a sofrer uma crise de procura, pela sua história e significado mereceram ser contempladas no estudo que dá suporte empírico ao presente texto. Em diversos momentos de maior intensidade das lutas académicas, elas tiveram um papel preponderante e, como se mostrará adiante, continuam a ser um segmento que, apesar de minoritário, se mostra particularmente activo e politizado, contrastando com a restante massa estudantil. Enquanto lugares de informalidade e de partilha comunitária por parte de jovens com instrução superior, elas terão propiciado a germinação, em diferentes épocas, de sentimentos de rebeldia e ideais de mudança e de progresso, em ruptura com as convenções vigentes e os poderes oficiais (Bebiano e Cruzeiro 2006).

Numa época de riscos globais, como a presente, a incerteza ganhou um alcance universal e por isso deixou de ser entendida como governável a partir de uma qualquer racionalidade instrumental. A colonização do futuro projectado pelo presente, como se de um destino imponente se tratasse, tornou-se, nos planos individual, político e social num cenário pintado de tintas foscas. Uma ideia de futuro que a actual juventude, ao contrário das gerações precedentes, não consegue antever nem porventura deseja perscrutar. Porque a construção subjectiva do futuro, alimentada por experiências – próprias ou alheias – de frustração e descompensação, além de contornos obscuros e indefinidos, é rodeada de sentimentos difusos de alarme e de insegurança. Onde os «novos» movimentos sociais dos anos 60 e 70 viam a possibilidade de uma «terra prometida», as sociabilidades estudantis de inícios do século XXI desenham-se sob horizontes sombrios. As viragens ainda em curso no sistema universitário, na esfera política e no campo do emprego estão a marcar profundamente a actual geração, acentuando essas perplexidades.

Antes ainda de apresentar e analisar os resultados do inquérito aplicado aos estudantes, vale a pena uma breve nota sobre a questão feminina. Na verdade, a presença hoje francamente maioritária de mulheres entre a população universitária parece evidenciar cada vez mais o claro contraste entre essa realidade e a predominância de um universo estudantil onde continua a prevalecer, em todos os domínios da vida académica, a força do poder masculino. Isto, apesar de Coimbra e a sua universidade terem sido palco de importantes debates em torno do fenómeno, ou seja, de ter sido aqui desencadeado um dos primeiros movimentos de questionamento do lugar da mulher na sociedade, com a publicação no jornal académico *Via Latina,* em 1961, da «Carta a uma jovem portuguesa», um texto anónimo que transcendeu o meio estudantil e o âmbito local. Apesar de o peso demográfico das raparigas ter vindo a crescer de forma

constante desde meados do século XX[9] e da importância de figuras femininas entre os grupos de activistas dos anos 60, a presença de mulheres nos lugares dirigentes das estruturas associativas tem sido escassa e, na generalidade dos casos, mesmo quando elas estão presentes, continuam a ser os rapazes a monopolizar o protagonismo. Por outro lado, nos rituais académicos e nas práticas da praxe persistem os códigos, as linguagens e os comportamentos marcados pela mesma masculinidade herdada do passado, sendo raros os exemplos de resistência e de denúncia dessa mesma lógica, de resto reproduzida e alimentada de igual modo por rapazes e raparigas.

Orientações perante a vida em sociedade

As orientações perante a vida social e pessoal são aqui abordadas recorrendo a uma tipologia que já foi utilizada em estudos anteriores sobre as atitudes estudantis (Estanque e Nunes 2003). Este modelo fundamenta-se teoricamente na combinação de quatro princípios ou orientações subjectivas que podem articular-se de diferentes modos, segundo dois eixos: no primeiro contrapõe-se o princípio do investimento no indivíduo *vs.* investimento no colectivo; e no segundo contrapõe-se o princípio do investimento no dia-a-dia *vs.* o investimento no longo ou médio prazo.[10]

No quadro 19.1 são comparados os resultados de dois questionários (o primeiro realizado em 2000, e o segundo em 2006), o que nos permite observar diversas evoluções no campo nas orientações subjectivas dos estudantes ao longo desse período. Em primeiro lugar, fica claro que as atitudes estudantis se reorientaram hoje mais num sentido individualista do que seis anos antes. Isto é, enquanto em 2000 a maioria dos inquiridos

[9] Desde a década de 1950 a presença de raparigas na UC aumentou de 29% no ano de 1951-1952, para 40% em 1961-1961, tendo atingido os 45% em 1968-1969 e os 50% em 1973-1974. Em 2004-2005 o peso das mulheres situou-se nos 54,4% (cf. Estanque e Bebiano 2007, 50 e 95).

[10] Uma vez cruzadas, estas dimensões dão lugar a quatro orientações subjectivas perante a vida e a sociedade: 1) um modelo de *quotidiano autocentrado,* ou seja, um modelo que dá primazia ao quotidiano e aos interesses individuais; 2) um modelo *de projecto sociocentrado,* ou seja, um modelo centrado num projecto futuro, com primazia do envolvimento social e do interesse colectivo; 3) um modelo de *projecto autocentrado,* ou seja, um modelo centrado num projecto futuro, com primazia do interesse individual; 4) um modelo de *quotidiano sociocentrado,* ou seja, um modelo que dá primazia ao quotidiano com envolvência social e colectiva.

Quadro 19.1 – Atitudes perante a vida e a sociedade, segundo o sexo (%)

	Quotidiano autocentrado		Quotidiano sociocentrado		Projecto autocentrado		Projecto sociocentrado	
	2000	2006	2000	2006	2000	2006	2000	2006
Mulheres	7,4	10,7	**36,2**	24,9	22,0	**38,4**	34,4	26,1
Homens	13,1	20,5	27,8	17,1	27,8	30,7	**31,4**	**31,7**
Total	9,3	14,1	33,4	22,1	23,9	35,7	33,4	28,1

Fonte: Inquéritos aos Estudantes da UC (2000 e 2006), Centro de Estudos Sociais.

revelou uma preferência pelas opções sociocentradas, fosse no quotidiano (33,3%) fosse no projecto (32,7%), na actualidade essas tendências surgem em parte invertidas. Em geral, os resultados de 2006 continuam a revelar uma ligeira maioria de respostas de orientação «sociocentrada» (50,2%, somando as variantes «projecto» e «quotidiano») sobre as de orientação «autocentrada» (que somam 49,8%), se bem que agora haja um quase equilíbrio em comparação com os resultados anteriores, que revelaram um claro desequilíbrio a favor das opções «sociocentradas» (66% contra 34%). De facto, no último inquérito aumentaram significativamente as opções conotadas com atitudes autocentradas, seja na vertente «projecto» (35,7% em 2006 contra 24,7% em 2000), seja na vertente «quotidiano» (14% em 2006 contra 9,4% em 2000). No entanto, o *projecto sociocentrado* surge na actual geração como o segundo item mais escolhido (28,1%), logo a seguir ao *projecto autocentrado* que é o primeiro (35,7%), aparecendo em terceiro lugar a opção *quotidiano sociocentrado* (22,1%) e em quarto lugar o *quotidiano autocentrado* (14%). Isto significa que, apesar do aumento do número daqueles que revelam orientações autocentradas, estas só aparecem maioritárias (maioria relativa) na variante «projecto» e não na variante «quotidiano».

Estes resultados reflectem, entre outras coisas, o efeito do aumento das dificuldades no acesso ao emprego. Ou seja, a pressão do mercado de trabalho e o desemprego de licenciados parecem resultar num maior investimento na defesa do interesse individual, tanto no imediato como no médio ou longo prazo. Por outro lado, a persistência dos rapazes no *projecto sociocentrado* prende-se aparentemente com a sua participação mais assídua nas estruturas organizativas da sociedade e no movimento estudantil (como adiante se verá), o que sem dúvida contribui para reforçar o sentido de partilha e o envolvimento social dos jovens na construção do futuro colectivo.

Práticas e opiniões sobre o associativismo

A análise dos resultados directamente relacionadas com o movimento estudantil permite perceber mais em detalhe as dificuldades de participação associativa da geração actual dos estudantes de Coimbra. Efectivamente, tanto no que respeita às práticas como às atitudes perante a estrutura dirigente (AAC – Associação Académica de Coimbra), ou ainda em relação às expectativas e prioridades acerca dos objectivos de luta a merecerem prioridade assumem-se aqui como dimensões interessantes de análise.

Como se sabe, a escassa participação cívica e associativa dos portugueses é uma realidade que nas últimas décadas se tem vindo a agravar. Apesar de se verificarem ainda níveis assinaláveis de filiação associativa no nosso país, segundo estudos recentes, houve uma quebra clara na última década do século passado: de 34% de filiação associativa, em 1990, passou a 25,6%, em 1999. Por outro lado, os valores ditos *pós-materialistas* tendem a consolidar-se no âmbito da UE e também em Portugal, mas no nosso país estão ainda distantes da média europeia (Delicado 2003).

Acresce que a participação não é a mesma coisa do que a simples filiação.[11] Nas eleições para a Direcção Geral da AAC os níveis de abstencionismo são extremamente elevados. Ora, se quanto aos níveis de filiação associativa e de participação em actos eleitorais o panorama já é bastante preocupante (apenas 30-35% de votantes), quando se passa para o plano da intervenção activa na vida das associações ou da actividade regular nas estruturas organizadas da sociedade civil o problema ganha ainda mais evidência. E o mesmo que se passa na sociedade mais geral passa-se também na esfera do associativismo estudantil. Refiram-se, por exemplo, os baixíssimos volumes de participação activa dos estudantes quer em reuniões de núcleo (estruturas de curso que funcionam no interior das faculdades), em que apenas cerca de 11% afirmaram participar «muitas vezes» (54,2% nunca participaram), quer em iniciativas como abaixo-assinados e campanhas cívicas (11,2% de participação assídua e 35,4% que nunca participaram). 66,5% dos estudantes nunca foram a uma assembleia magna; 69,8% nunca participaram numa manifestação estudantil; 71,2% jamais aderiram a qualquer outro tipo de manifestação pública.

[11] No caso da AAC – que é a maior associação estudantil do país –, os níveis de filiação são elevados porque os estudantes da UC são automaticamente membros da associação no próprio acto da inscrição na universidade.

Quadro 19.2 – Participação em protestos públicos e actividades associativas, comparação entre os estudantes das Repúblicas e os outros (%) *

Acções em que participou**	Repúblicas	Outros	Total
Assembleia magna	31,0	4,0	4,6
Reuniões de núcleo/curso	15,8	11,3	11,4
Manifestações de âmbito estudantil	39,7	3,7	4,4
Outro tipo de manifestações	26,3	1,8	2,3
Greves	29,8	6,6	7,1
Abaixo-assinados/campanhas cívicas	29,9	10,9	11,3
ONG ou associações culturais e cívicas	13,7	5,1	5,2
Acções de solidariedade	8,6	7,1	7,1
Listas para órgãos estudantis ou outros	5,1	5,8	5,7

* Os resultados correspondem ao somatório dos níveis de maior regularidade de participação (soma as respostas «sempre» + «muitas vezes», num leque que continha ainda as opções «algumas vezes», «poucas vezes» e «nunca»).
** Perguntava-se com que regularidade tinha participado nessas actividades ao longo do ano transacto.

Comparando os resultados entre os que residem nas Repúblicas e a restante população estudantil (quadro 19.2) verificam-se, uma vez mais, as diferenças entre estes dois universos. Fica claro o maior envolvimento da minoria dos «repúblicos» no plano da participação cívica e associativa, sendo evidente o activismo bem mais elevado deste sector.

Os maiores contrastes notam-se em acções como a participação em assembleias magnas da AAC (31% de «repúblicos» participaram muito contra apenas 4% dos restantes); em manifestações de âmbito estudantil (39,7% contra 3,7%); e outro tipo de manifestações (26,3% contra 1,8%). O único item em que o sector aqui minoritário revela menor actividade do que os seus colegas é o que se refere à participação em listas para os órgãos estudantis (5,1% contra 5,8%). Este último dado pode parecer contraditório, mas pode compreender-se, já que o radicalismo dos estudantes das Repúblicas é perpassado por orientações e subjectividades que se assumem na demarcação face à massa estudantil e no combate à lógica dominante na gestão da associação. A presença de correntes organizadas, como a «Ruptura», conotada com uma facção do Bloco de Esquerda, que mantém ligações ao mundo das Repúblicas, deverá ter aqui alguma influência, designadamente ao promover a participação em iniciativas públicas da AAC (como as manifestações e as assembleias magnas), contribuindo para estimular a acção do sector mais radical num sentido combativo e, por assim dizer, «anti-sistema», o que aparentemente se traduz numa rejeição da lógica eleitoral instituída.

Atitudes perante a AAC e a luta estudantil

Os resultados do quadro 19.3 referem-se às opiniões dos inquiridos quanto ao funcionamento da estrutura dirigente da AAC. Antes de mais, um dos indicadores mais surpreendentes a este respeito é o que revela uma elevada percentagem de inquiridos (49%) que considera que a Direcção Geral da AAC *é um organismo elitista que promove o acesso à política*. Este é, na verdade, um resultado contundente que exprime o divórcio que atrás já foi assinalado. Diga-se, por outro lado, que as afirmações «positivas» quanto ao papel da AAC obtiveram também valores significativos de adesão, como é o caso da opinião segundo a qual a mesma *é fundamental para a imagem e coesão da UC* (42,4%), ou a afirmação de que a AAC *representa e defende os interesses dos estudantes* (39,8%) ou ainda a convicção de que a Associação *é importante para o desenvolvimento do espírito académico* (33,6%).

Porém, as opiniões de sentido crítico, para além da que já se referiu – «um organismo elitista que promove o acesso à política» –, recolheram níveis de adesão igualmente reveladoras, como acontece com a que nos diz que a AAC *está um pouco distante dos interesses e dos problemas dos estudantes* (34%) ou ainda a que a considera *uma estrutura centralizada e desligada das faculdades* (23,2%). Destes dados sobressai ainda o maior sentido crítico dos «repúblicos» acerca da estrutura dirigente da AAC. Este segmento privilegia claramente as afirmações de sinal «negativo» (numeradas por 2., 3. e 5.), ao contrário dos outros estudantes, que maioritariamente preferem subscrever as afirmações de sinal «positivo» em relação à actividade da associação (numeradas por 1., 4. e 6.). O maior contraste refere-se à opinião de que a AAC *é um organismo elitista que promove o acesso à política* (que é partilhada por 77,6% dos «repúblicos» contra 48,6% dos restantes inquiridos).

Já quando se trata de comparar estas opiniões segundo o sexo, verifica-se que as mulheres são em geral bem mais «simpáticas» que os homens na avaliação que perfilham sobre a AAC, isto é, elas indicam numa maioria clara subscrever as opiniões de sinal mais favorável à associação estudantil.

A diferença mais evidente dirige-se, neste caso, para a avaliação segundo a qual a AAC *é importante para o desenvolvimento do espírito académico* (36,9% Ms contra 27,4% Hs). Um outro aspecto que vale a pena referir diz respeito às opiniões sobre as prioridades que deveriam guiar o programa da AAC. A população estudantil em geral considerou como aspectos mais importantes: o esforço de *maior ligação ao mercado de trabalho* (94,6%), o *apoio à*

Quadro 19.3 – Opinião sobre a DG/AAC, comparações entre os estudantes das Repúblicas e os outros, e segundo o sexo (%)

Opinião sobre a AAC	Compar. c/Repúblicas		Sexo		Total
	Repúblicas	Outros	Mulheres	Homens	
1. Representa e defende os interesses dos estudantes	19,0	40,2	40,9	37,7	39,8
2. Está um pouco distante dos interesses e dos problemas dos estudantes	41,4	33,8	31,4	38,7	34,0
3. É um organismo elitista que promove o acesso à política	77,6	48,6	45,0	56,3	49,2
4. É importante para o desenvolvimento do espírito académico	10,3	34,1	36,9	27,4	33,6
5. É uma estrutura centralizada e desligada das faculdades	25,9	23,3	20,4	28,4	23,3
6. É fundamental para a imagem e a coesão da UC	20,7	42,9	44,7	38,4	42,4

investigação científica (80,8%), as *condições de estudo* (78,9%) e o apoio à acção social, com *mais e melhores bolsas* de estudo (76,6%).

Estes resultados revelam, por um lado, algum sentido pragmático que vai ao encontro do actual cenário de mudanças e dificuldades no acesso ao emprego e, por outro lado, mostra o relativo afastamento das «velhas» bandeiras do movimento estudantil (no período recente), como sejam a luta antipropinas e contra o *numerus clausus.* Também aqui as preocupações do sector das Repúblicas revelaram uma maior ênfase no plano da «luta» do que os seus restantes colegas. Isso fica claro em itens como a luta pelo fim do *numerus clausus* (64,2% Rs contra 28,8% outrs), *o combate às propinas* (74,2% Rs, 57,9% outrs), a defesa da *paridade nos órgãos de gestão* (69,6% Rs, 50,6% outrs), a revindicação de *mais residências universitárias* (79,3% Rs, 63,8% outrs), e a exigência de *mais e melhores bolsas de estudo* (84,5% Rs, 76,4% outrs). Estas tendências vão, portanto, de encontro aos maiores índices de participação associativa e cívica já apontados a este sector, bem como às suas opiniões mais críticas acerca do funcionamento das estruturas dirigentes da AAC (Estanque e Bebiano 2007, 166-168).

Conclusões

Como acabei de mostrar, os resultados do inquérito revelam uma escassa participação dos estudantes nas actividades associativas e também nos actos eleitorais da Associação de Estudantes (AAC). Esta situação é

sem dúvida expressão das tendências mais gerais das democracias ocidentais onde se assiste a um crescente divórcio entre a acção política e os cidadãos.

Assim, é necessário atender a que as formas tradicionais de intervenção pública e as modalidades de activismo político que vigoraram ao longo da segunda metade do século XX se encontram em profunda transformação. Por um lado, assistiu-se à emergência de todo um conjunto de novas dinâmicas e formas de mobilidade social e territorial, à intensificação dos fluxos globais de todos os tipos, à presença crescente das novas tecnologias da informação, ao aumento da concentração urbana etc., o que conduziu a mudanças drásticas nos modos de vida em sociedade e a uma maior individualização das relações sociais.

No caso da Universidade de Coimbra, os processos de massificação, o quotidiano da vida estudantil e a crescente feminização alteraram as atmosferas da cidade e os núcleos em que germinaram as sociabilidades alternativas são, hoje, muito escassos. Em primeiro lugar, os estudantes na sua maioria (que são sobretudo oriundos da Região Centro, 70% e do distrito de Coimbra, 35%), ou habitam com os pais na cidade ou visitam as suas famílias semanalmente, saindo muitas vezes à sexta-feira e regressando à segunda-feira. Isto retira logo algum sentido à capacidade de reforço das identidades de grupo e à promoção de actividades de índole cultural e associativa.

Em segundo lugar, o acentuar da evasão regular/semanal para fora da cidade prende-se também com a maior presença de filhos da classe trabalhadora e de raparigas. Ou seja, perante esta composição das origens sociais, dados os constrangimentos financeiros que de se adivinham, tende a existir uma maior pressão da família no sentido da conclusão do curso dos filhos, com a maior brevidade possível, tendo em vista alcançar rapidamente uma posição no mercado de trabalho. Além disso, não só a família e o acesso ao mercado de trabalho são hoje em dia os principais factores de preocupação apontados pelos estudantes, como o sector feminino revela em geral uma maior dedicação à família, recordando que elas estão em número significativo sobretudo entre o segmento dos que são filhos de trabalhadores não qualificados, cerca de 31% (Estanque e Nunes 2003).

Em terceiro lugar, o fenómeno da feminização introduziu uma importante dissonância na cultura estudantil de Coimbra, uma vez que a tradição académica é fortemente masculinizada. Os rituais festivos, os cortejos, as brincadeiras da praxe, as próprias canções associadas ao simbolismo da universidade são todos eles imbuídos de valores patriarcais e

de atitudes onde persiste algum marialvismo. Nuns casos a violência (simbólica ou física) noutros as práticas sexistas, tendem ainda a relegar as raparigas para um estatuto secundário em relação aos rapazes. Por exemplo, não é permitido às mulheres cantarem o fado de Coimbra (não sendo proibido, há no entanto uma resistência da parte dos mais acérrimos defensores da tradição); os dirigentes associativos e os activistas são maioritariamente rapazes; mesmo as jovens que ocupam posições na estrutura dirigente da associação ou nos «núcleos» de curso das faculdades, os pelouros que lhes são atribuídos são os de pendor mais «feminino» (de acordo com o cânone tradicional); na Direcção Geral, as «meninas» (além de serem minoritárias) surgem sempre na segunda ou na terceira fila nas diversas cerimónias oficiais onde a associação está representada. Em contrapartida, e pela mesma ordem de razões, algumas das (poucas) iniciativas de crítica à praxe académica e ao machismo de que a tradição académica está imbuída, foram, nos últimos tempos, dinamizadas por núcleos de mulheres (nomeadamente as Repúblicas femininas como a Rosa Luxemburgo ou as Marias do Loureiro), contribuindo para sensibilizar algumas consciências a este respeito. Tal contestação, porém, não tem tido grande continuidade e ultimamente, apenas em situações muito pontuais, como foi o caso do lançamento de um novo disco de fados de Coimbra cantados por uma mulher (Cristina Cruz, *Coimbra Menina do Meu Olhar,* Aeminium Records, 2006), a problemática das relações de género na UC surge como tema de debate público.

No actual momento, em que a universidade se debate com um processo geral de reestruturação – na sequência do processo de Bolonha – é difícil avançar prognósticos acerca dos impactos da mudança em curso, quer na esfera do ritualismo quer no que respeita às actividades associativas e ao movimento estudantil. As alterações ao regime jurídico do ensino superior já decididas pelo governo, em especial o facto de os estudantes perderem praticamente toda a representatividade que detinham nos órgãos de gestão da universidade e das faculdades, só recentemente deram lugar à readaptação dos estatutos das instituições universitárias (está a aguardar homologação o caso da Universidade de Coimbra), prevendo-se para breve um processo semelhante nas faculdades.

Aparentemente, este novo cenário poderia favorecer o desencadear de novas acções de contestação. Mas o panorama que hoje se vive em Portugal entre o movimento estudantil é marcado pela indiferença. A juventude universitária é pouco politizada e os sectores que o são tendem a fechar-se no seu ciclo restrito e escudam-se num discurso radical e por vezes dogmático – por exemplo, há sinais de que a minoria dos que

vivem nas Repúblicas, apesar da sua postura de esquerda, mostram acima de tudo um evidente desprezo pela «massa» dos estudantes – deixando transparecer o seu *ethos* elitista e, portanto, a falta de capacidade ou de vontade para uma efectiva ligação aos problemas do estudante comum.

Por seu lado as estruturas associativas são, como se viu, conotadas pela maioria dos estudantes com o jogo político e com estratégias (inclusive pessoais) tendentes a servir-se do protagonismo que os cargos dirigentes sempre propiciam em benefício próprio. O facto de muitos ex-dirigentes ocuparem actualmente cargos políticos ou profissionais de relevo fornece também um motivo acrescido para que grande parte da juventude universitária olhe com cepticismo para os seus dirigentes ou simplesmente não participe em qualquer actividade associativa, nem mesmo nos actos eleitorais. No actual contexto de mudança no funcionamento do sistema universitário e de recomposição da população estudantil de Coimbra, a construção das sociabilidades estudantis e a sua ligação à cidade alteram-se substancialmente.

A maior proximidade geográfica dos estudantes em relação às suas terras de origem, ao contrário do que poderia esperar-se, não está a facilitar a fixação da população estudantil nem parece contribuir para reforçar a identidade colectiva dos estudantes na relação com o espaço da cidade e menos ainda através do seu contributo activo na dinamização da actividade cultural local (ela própria bastante incipiente, diga-se). Com efeito, a maior facilidade de transportes aliada ao facto de os estudantes serem hoje mais dependentes do apoio financeiro das famílias (muitas delas de classe média/trabalhadora), são factores que favorecem o aumento dos fluxos pendulares de fim-de-semana, levando muitos estudantes a sair à sexta-feira e a regressar à segunda-feira, reduzindo-se assim o tempo de estada na cidade. Assim, as vivências e sociabilidades da juventude estudantil no espaço urbano passaram a ser mais frágeis e voláteis, contribuindo para esbater a sua identificação com a cidade de Coimbra, tornada para eles um lugar de passagem.

Tudo isso somado às condicionantes sociais mais gerais, onde prevalece o individualismo, o desinteresse pelo conhecimento e pela actividade cultural, a indiferença perante a vida pública, pelo associativismo e pelo exercício da cidadania, etc., apresenta-nos um conjunto de factores justificativos da fragilidade do movimento estudantil na Universidade de Coimbra. Por isso, se a universidade e a população estudantil continuam a ser as principais referências da identidade coimbrã, faria sentido que as instituições locais – em especial o poder municipal e as autoridades académicas – prestassem maior atenção e mostrassem mais dinamismo face

às tendências preocupantes que hoje se desenham neste campo, por forma a procurar invertê-las. Para compreender a realidade actual de Coimbra importa ter presente o significado e o prestígio granjeados no passado, mas importa também, se queremos fazer jus a esse prestígio, evitar que essa tradição seja confundida com uma peça de museu. É inegável a importância fulcral que representa o envolvimento e a fixação dos estudantes (e também os licenciados e pós-graduados) na vida cultural e económica da cidade, bem como o potencial contributo para a dinamização, desenvolvimento e projecção nacional e internacional daquela que (justamente pela importância da sua universidade) se tornou conhecida como a «Lusa Atenas».

Referências

Bakhtin, Mikhail. 1999. *A Cultura Popular na Idade Média e no Renascimento: O Contexto de François Rabelais.* São Paulo e Brasília: EDUNB/ HUCITEC.

Bebiano, Rui, e M. Manuela Cruzeiro. 2006. *Anos Inquietos: Vozes do Movimento Estudantil em Coimbra [1961-1974].* Porto: Afrontamento.

Cardina, Miguel. 2008. *A Tradição da Contestação.* Coimbra: Angelus Novus.

Delicado, Ana. 2003. «A solidariedade como valor social no Portugal contemporâneo», In *Valores Sociais: Mudança e Contrastes em Portugal e na Europa*, orgs. Jorge Vala, M. Villaverde Cabral e Alice Ramos. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 199-256.

Drago, Ana. 2004. *Agitar Antes de Ousar: O Movimento Estudantil «Antipropinas»*. Porto: Afrontamento.

Estanque, Elísio, e João Arriscado Nunes. 2003. «Dilemas e desafios da Universidade: recomposição social e expectativas dos estudantes na Universidade de Coimbra». *Revista Crítica de Ciências Sociais,* 66: 5-44.

Estanque, Elísio, e Rui Bebiano. 2007. *Do Activismo à Indiferença: Movimentos Estudantis em Coimbra.* Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.

Fortuna, Carlos, e Paulo Peixoto. 2002. «A recriação e reprodução de representações no processo de transformação das paisagens urbanas de algumas cidades portuguesas». In *Projecto e Circunstância: Culturas Urbanas em Portugal*, orgs. Carlos Fortuna e Augusto S. Silva. Porto: Afrontamento.

Lamy, Alberto Sousa. 1990. *A Academia de Coimbra, 1537-1990.* Lisboa: Rei dos Livros.

Leccardi, Carmen. 2005. «Por um novo significado do futuro: mudança social, jovens e tempo». *Tempo Social: Revista de Sociologia da USP*, 17 (2): 35-57.

Lima, José Lobo D' Ávila. 1906. «Meio século de vida coimbrã». *Ilustração Portuguesa*, 22: 685.

Manheim, Karl. 1952. *Essays on the Sociology of Knowledge.* Londres: Routledge and Kegan Paul.

Melucci, Albert. 1998. *Nomads of the Present.* Londres: Hutchinson.

Moulin, Léo. 1994. *A Vida Quotidiana dos Estudantes na Idade Média.* Lisboa: Livros do Brasil.

Murger, Henri. 1888. *Scènes de la Bohème.* Londres: Vizetelly & Co. Disponível em: http://home.swbell.net/worchel/contents.htm, acedido em 13/08/2008.
Pais, J. Machado *et al.* 2005. «Jovens europeus: retrato da diversidade». *Tempo Social,* 17 (2): 109-140.
PRAXE (2008a), Código URL1: http://pwp.netcabo.pt/qvidpraxis/praxe.html, acedido em 1/11/2009.
PRAXE (2008b), Código URL2 : http://adsl.tvtel.pt/antipodas/txtpraxe.htm#aac, acedido em 1/11/2009.
Torgal, Luís Reis. 1999. *A Universidade e o Estado Novo.* Coimbra: Minerva.

Parte VII
Políticas públicas: que fazer?

Bob Coles

Capítulo 20

O desenvolvimento recente da política de juventude no Reino Unido (Inglaterra) 1997-2009

Introdução

Este capítulo analisa o desenvolvimento da política de juventude na Inglaterra, e não no Reino Unido em geral, uma vez que o País de Gales e a Escócia têm poderes acrescidos e não acompanharam a Inglaterra em vários e importantes aspectos. A política de juventude é relativamente nova no Reino Unido, mas mesmo nesta curta histórica recente podem identificar-se três fases distintas. A primeira fase assistiu à chegada da política para a juventude sob a influência da *Social Exclusion Unit* (SEU) – uma nova agência governamental criada em 1997. A SEU foi uma unidade especial criada no primeiro ano do primeiro governo neotrabalhista para analisar a coordenação das políticas nos departamentos já existentes. A segunda fase diz respeito ao desenvolvimento da *Connexions Strategy*, com início na mudança de século. A terceira fase, desde 2005, corresponde ao desaparecimento da *Connexions* com base numa agenda mais alargada de reorganização de serviços e de apoio, *simultaneamente*, tanto a crianças como a jovens.

O capítulo aborda ainda alguns dos princípios fundamentais que nortearam a evolução desta política. Os quatro princípios escolhidos não são necessariamente os mais destacados nos documentos governamentais, mas os considerados centrais para um efectivo desenvolvimento da política de juventude e com um maior nível de generalidade na aplicabilidade (com os devidos cuidados) a outros países (Dolowitz 2000; Rose 2004).

O primeiro princípio é o *universalismo progressivo*, o qual se refere ao objectivo de proporcionar um serviço universal (com direitos universais), conjuntamente e a par de serviços específicos que forneçam apoios ou intervenções mais especializados aos jovens com necessidades mais prementes ou complexas (HM Treasury 2007). Isto também implica a integração de apoios específicos dentro do serviço universal, o que pode ser importante como meio de evitar que alguns serviços acarretem um estigma indesejado aos receptores. O segundo princípio compreende um compromisso com o holismo, e implica a *avaliação holística das necessidades* dos jovens, representando a tentativa de se afastar do modo pelo qual os serviços anteriores foram restringidos por profissionais limitados e intermitentes, ou por silos institucionais, como a educação, ou serviços sociais, judiciais, culturais ou de lazer, etc. (DfES 2000). O terceiro princípio é relativo ao compromisso em empreender *parcerias multi-agências* – algo que será analisado em detalhe neste capítulo (Coles, Britton e Hicks 2004). O desenvolvimento de tais parcerias é um corolário necessário para tentar responder a um vasto leque de necessidades em diversos domínios. O quarto princípio envolve um compromisso com a *participação*, ou seja, o envolvimento das crianças e dos jovens na concepção, desenvolvimento, gestão e avaliação contínua dos serviços concebidos para responderem às suas necessidades. Um quinto princípio será ainda resumidamente abordado no final do capítulo, o qual colocará ênfase na *prevenção*. Será, porém, defendido que este princípio deverá ser equilibrado por um compromisso no sentido de não se deixar que as iniciativas destinadas à prevenção eclipsem outras iniciativas que oferecem aos jovens rumos de saída de situações de exclusão social.

O capítulo oferece também a avaliação de um conjunto de questões relacionadas com a implementação destes quatro princípios, à medida que vão emergindo no decorrer das três fases identificadas para caracterizar o desenvolvimento das políticas de juventude na Inglaterra. Para tal, basear-me-ei em dois recentes projectos de investigação sobre a *Connexions Strategy*, ambos financiados pela Fundação Joseph Rowntree, uma instituição de investigação independente e sem fins lucrativos (Britton *et al.* 2002; Coles, Britton e Hicks 2004).

A Unidade de Exclusão Social (SEU) e o advento de uma política de juventude

É justo dizer que o Reino Unido não tinha uma política de juventude antes de 1997, parecendo bastante orgulhoso desse facto. Alguns acadé-

micos argumentavam de forma apaixonada a favor de um ministro para a Juventude e apontavam os custos implicados na falta de coordenação de políticas para este público-alvo (Coles 1995). A política de Educação, por exemplo, que encorajava a concorrência entre escolas, provocava abandonos permanentes da vida escolar (cerca de 45% na década de 1990) (Parsons 1999) – fenómeno que, por sua vez, foi claramente associado ao aumento da criminalidade juvenil, com pesados custos para o Ministério do Interior, estimados em sete mil milhões de libras por ano (Audit Commission 1996). Do mesmo modo, por entre um conjunto de reformas levadas a cabo antes de 1997, a falta de coordenação era muito dispendiosa, principalmente nos custos associados aos apoios sociais relacionados com a criminalidade juvenil, o abandono escolar, a dependência das prestações, o desemprego, etc. (Coles, 2000a; Godfrey *et al.* 2002).

Um dos primeiros actos do governo neotrabalhista estreante, em 1997, foi a criação da Unidade de Exclusão Social. Nos seus primeiros anos, elaborou relatórios (cerca de três por ano), especialmente encomendados pelo primeiro-ministro e a ele directamente reportados. Os seus primeiros cinco relatórios, de algum modo, tratavam questões relacionadas com a juventude, como o absentismo e o abandono escolar, a escassez de habitação, a gravidez adolescente, etc. (SEU 1998a, 1998b, 1998c, 1999a, 1999b). O terceiro relatório tratava os aglomerados espaciais de desvantagens nos bairros pobres, e os desafios que a renovação desses bairros representava. Devido ao facto de o tema ser tão amplo e complexo, após o relatório inicial, foi criada um conjunto de Policy Action Teams (PAT) no sentido de desenvolver mais pormenorizadamente a política desenhada. Uma dessas equipas (PAT 12) focalizou-se nos jovens (SEU, 2000).

O relatório desta equipa continha uma confissão e uma brincadeira. A confissão apresentava-se na forma de uma tabela que indicava que o Reino Unido era praticamente o único país da Europa que não tinha um ministro, um ministério, uma comissão parlamentar, ou qualquer outro veículo para uma discussão interministerial sobre assuntos relativos à juventude. Como consequência, veio a brincadeira. Um diagrama dos diferentes serviços e projectos de intervenção num único distrito londrino, que demonstrava a duplicação de esforços em algumas comunidades e a total ausência noutras, com projectos que emanavam, pelo menos, de oito departamentos governamentais, seis unidades e outros dez organismos, todos ocupando-se dos mesmos jovens.

O PAT 12 produziu uma visão radicalmente nova no sentido da necessidade de uma melhor coordenação da política de juventude por entre todo o governo. Isto implicou, pela primeira vez, a nomeação de um mi-

nistro para a Juventude, a criação de uma Unidade de Infância e Juventude (CYPU – Children and Young People's Unit) para desenvolver e coordenar políticas daí para diante, e um poderoso Grupo Ministerial Interdepartamental (presidido alternadamente pelo Ministério das Finanças ou pela Secretaria de Estado da Educação). Finalmente o Reino Unido tinha os mecanismos necessários para implementar uma política *nacional* e *coordenada* de juventude, iniciando processos de consulta com crianças e com jovens sobre o seu futuro desenvolvimento (Coles, 2000b).

A necessidade de criar pontes: *Bridging the Gap*

O quinto relatório da SEU – *Bridging the Gap* (SEU 1999b) – abordou jovens entre 16 e 18 anos que não se encontravam em qualquer tipo de educação, emprego ou formação (*No Education, Employment or Training*: NEET). Nesse momento, estimava-se a nível nacional que cerca de 160 000 jovens, equivalente a cerca de 10% desse grupo de idade, eram NEET. Em alguns bairros pobres, porém, calculava-se que mais de um terço dos jovens entre 16 e 18 anos de idade não estariam a fazer nada (Williamson, 1997). O relatório SEU confirmou as condições de vulnerabilidade dos jovens NEET. O facto de não terem qualquer compromisso aos 16 ou 17 anos estava estreitamente ligado a condições de desafecto e desvantagem educativa antes dos 16 anos. Havia também diversos grupos sobrerrepresentados: os que abandonavam a formação profissional ou os cursos vocacionais antes de terminar o ensino secundário, os que haviam sido excluídos ou tinham abandonado a escola antes dos 16 anos, e os jovens com incapacidades e necessidades educativas especiais. Também era bastante provável que, a longo prazo, estes grupos viessem a ocupar um lugar de destaque por entre o desemprego dos maiores de 18 anos.

Havia ainda concentrações espaciais e sociais entre os jovens que residiam em bairros pobres ou que tinham antecedentes familiares desfavorecidos. Outros grupos sobrerrepresentados eram: jovens cuidadores, jovens ex-utentes de serviços ou instituições, mães ou pais adolescentes, jovens toxicodependentes, jovens sem-abrigo, jovens com problemas de saúde mental, jovens que cometiam delitos, especialmente aqueles já implicados no sistema judicial juvenil. No entanto, perversamente, a responsabilidade sobre estes grupos estendia-se por entre um conjunto de departamentos e agências governamentais, resultando em que, longe de

uma acção concertada endereçada aos NEET, muitas intervenções de políticas e projectos fossem totalmente descoordenadas.

O nascimento das conexões: *Connexions Strategy*

O relatório do SEU, e o Livro Branco publicado simultaneamente com ele (DfES, 1999), sugeriram que deveria desenvolver-se uma *Connexions Strategy* através da criação de um serviço multiprofissional que proporcionasse orientação, aconselhamento e apoio para todos os jovens entre 13 e 19 anos de idade – uma *Connexions Strategy* e, no centro da mesma, um novo *Connexions Service* (DfES, 2000). Embora a Escócia, o País de Gales e a Irlanda do Norte não tivessem vindo a dispor de um serviço baptizado com o mesmo nome, também foi neles desenvolvido um trabalho multidepartamental idêntico.

Em termos organizativos, o programa *Connexions* era bastante complexo. Em primeiro lugar, havia uma Unidade Nacional que dava orientações em proporções mastodônticas. Indicava aos parceiros semiautónomos e sub-regionais o que deviam ou não fazer e, como resposta, uma directora disse-nos que a peça favorita do seu equipamento de escritório era a trituradora de papel. Também supervisionava a formação do pessoal da linha da frente, a qual, até à sua segunda edição, era muito boa. Era ainda responsável por pedir investigação e avaliação.

Um nível abaixo da Unidade Nacional encontravam-se os *Connexions Partnership Boards* (47 conselhos sub-regionais em toda Inglaterra) (CPB: Conselhos de Parceiros das Conexões). Alguns deles abrangiam grandes agrupamentos de diferentes autoridades locais, desligados e velados entre si, alguns dos quais com antecedentes de animosidade. Tentar criar parcerias entre sub-regiões em vez de fazê-lo entre autoridades propriamente locais foi provavelmente um grande erro – um dos corrigidos na fase três. Além de aumentar o potencial de conflito entre diferentes cidades, esses Conselhos também integravam uma enorme variedade de interesses sectoriais e profissionais. Neles se incluíam comandos policiais regionais, autoridades regionais de saúde, directores de escolas e faculdades, *um* representante *do* sector de voluntariado, assim como representantes seniores dos feudos das cidades. Muitos membros destes conselhos não tinham a noção clara acerca do papel a desempenhar neles, nem acerca dos meios para comunicar com o seu público real ou potencial (Coles, Britton e Hicks, 2004).

Num terceiro nível na organização do *Connexions*, estavam as *Local Management Committees* (LMC: Comissões de Gestão Local), baseados num só nível de autoridades locais (principalmente das povoações das cidades). Estas comissões eram compostas, em grande parte, por directores de serviços, directores das *Youth Offending Teams* (YOT: Equipas de Jovens Delinquentes), gestores de centros de acolhimento, gestores da Agência de Benefícios, gestores dos serviços de juventude, dos gabinetes de acompanhamento de carreira profissional, etc. Em geral, estes gestores já haviam trabalhado juntos e tinham em comum algum sentido de orgulho cívico e de responsabilidade corporativa. No entanto, mesmo aqui havia lugar a tensões e mal-entendidos, havendo, sem dúvida, um clima de falta de confiança e hostilidade.

Num quarto nível de organização, e dentro de cada área de Comissão de Gestão Local, havia equipas de *Personal Advisers* (PAs: Conselheiros Pessoais) que trabalhavam para as diferentes agências com contratos de prestação de *Connexions Services*. Cada área teria várias «equipas», umas maiores que outras. As equipas maiores eram frequentemente compostas pelo antigo pessoal do gabinete de acompanhamento de carreira, acabando por oferecer aos jovens estudantes o mesmo serviço que haviam oferecido antes da chegada da *Connexions*. As equipas mais pequenas, algumas delas provenientes dos antigos serviços de juventude, eram responsáveis por divulgar informação ou trabalhar directamente com grupos de jovens em risco de diversas formas de exclusão social, especialmente em risco de ser ou de se tornar NEET.

O *Connexions Service* tinha como objectivo oferecer um serviço universal a todos os jovens entre os 13 e os 19 anos de idade. Contudo, entre estes, apostava num serviço de apoio intensivo especialmente dirigido a uma minoria de jovens que enfrentava problemas complexos (DfES, 2000). Este objectivo segue o princípio de «universalismo progressivo» mencionado no início deste capítulo. A missão da *Connexions Strategy* era muito mais ampla do que a dos antigos gabinetes de acompanhamento de carreiras profissionais que haviam sido absorvidos ou substituídos. Tinha como objectivo garantir a coordenação do apoio multi-agência entre um conjunto de diferentes organismos e agências (Coles, Britton e Hicks, 2004).

A *Connexions Strategy* previa proporcionar diferentes tipos de apoio aos jovens de acordo com (assumindo) três diferentes níveis de necessidades (DfES, 2000). A maioria dos jovens só requeria o serviço universal – informação, aconselhamento ou orientação vocacional e na aprendizagem, carreira ou desenvolvimento pessoal. Para os jovens identificados com

necessidades adicionais, requeria-se que os PAs realizassem uma *avaliação integral destas necessidades* na base de dezoito aspectos-chave característicos dos seus estilos de vida – o segundo princípio, o holismo, identificado no início deste capítulo (DfES, 2000). Aos jovens em risco de exclusão, eram oferecidos apoio e orientação mais profundos, bem como planos de acção mais detalhados no sentido de atender às suas necessidades específicas. Eram ainda sujeitos a uma avaliação sistemática dos progressos quanto ao cumprimento desses planos de acção.

Assumia-se que grupos mais restritos de jovens poderiam ser identificados como grupos com necessidades de apoio e avaliação especializados (toxicodependentes, pais ou mães adolescentes ou jovens delinquentes, por exemplo), o que requeria a contratação desses serviços a outros especialistas. Isto significou por parte da *Connexions Strategy* uma operação de *parcerias multi-agência* – o terceiro princípio. Também se esperava que os PAs agissem como «defensores» dos jovens, assegurando que eles obtinham de facto os serviços e os benefícios apropriados, e cumprindo o papel de «amigo poderoso» quando as agências falhassem no cumprimento dos seus deveres e responsabilidades.

A investigação levada a cabo realizou um corte vertical em todas estas camadas organizativas, em três áreas de Parceria contrastantes (Coles, Britton e Hicks, 2004). Foi baseada em entrevistas qualitativas intensivas (300 horas) com os membros das *Partnership Boards* e dos *Local Management Committees*. Também incluiu uma análise do trabalho realizado pelos *Personal Advisers* com representantes dos jovens vulneráveis, incluindo todos os grupos considerados sobrerrepresentados, entre os quais estavam os NEET. As entrevistas foram levadas a cabo com os jovens, o seu PA, e a uma amostra representativa de todos os outros profissionais a trabalhar com eles, com o objectivo de explorar na prática o trabalho de parceria e de multi-agência.

Para o seu sucesso, a *Connexions Strategy* dependia do êxito na construção de parcerias multi-agências e multiprofissionais. Daí a nossa investigação se ter centrado nos obstáculos para a execução de um trabalho multi-agência eficaz. No entanto, embora vital, a parceria é, por vezes, difícil de cumprir. O ministro encarregue da *Connexions* naquele momento, Ivan Lewis, parecia reconhecer isto quando deu a minha definição favorita de «parceria»: «a eliminação do ódio mútuo na busca de dinheiro do governo». Foram identificadas quatro dimensões principais de «ódio mútuo» na nossa investigação. Parte deste dissipava-se quando era bem gerido mas, por vezes, proporcionava a base para um descontentamento em plena ebulição. A primeira fonte de conflito implicava a com-

petição entre diferentes áreas de governo local (cidades) dentro das parcerias sub-regionais. Quando tal não era bem gerido, poderia fazer com que algumas áreas se sentissem desvalorizadas na atribuição de recursos.

A segunda dimensão do conflito implicava diferentes grupos profissionais, tais como os serviços de orientação profissional, os serviços de juventude e as organizações do sector do voluntariado. Uma vez mais, a natureza lucrativa dos contratos com a *Connexions* significava um conflito sobre a atribuição de recursos. Diferentes agrupamentos profissionais também tinham as suas próprias ideias sobre temas como a confidencialidade, a troca de informação, e quando, como e de que forma poderiam ou deveriam ter lugar as avaliações de necessidades. Os dirigentes seniores das parcerias mais bem sucedidas realizavam um grande esforço para dissipar os temores e para construir novas identidades culturais e o orgulho na missão da *Connexions*, bem como para superar as «tendências naturais» de intransigência profissional.

A terceira dimensão de conflito foi identificada quando os PAs actuavam como «tutores» em nome dos jovens. Exemplos desta situação implicavam a negação de benefícios a uma pessoa jovem, ou ter-lhes pago uma quantia errada, uma provisão de alojamento inadequada por parte dos serviços, ou a falha por parte dos serviços sociais no cumprimento das suas obrigações estatutárias (Coles, Britton e Hicks, 2004; Hoggarth e Smith, 2004). A acção das escolas e de outras agências, frequentemente, não é focada na juventude, ou essas não são instituições propriamente amigáveis para os jovens. Os PAs, frequentemente, sentiam-se estranhos e expostos ao agir como defensores dos jovens, especialmente quando o conflito com a mesma agência se tornava algo regular. O facto de tal ocorrer sugeria a existência de um problema estrutural e estratégico que deveria ser resolvido pelos directores, não devendo deixar-se os PAs actuarem sozinhos (Coles, Britton e Hicks, 2004). Por outro lado, apesar de muito apreciada pelos jovens, a função tutelar representava uma sobrecarga para muitos dos PAs.

Para os PAs que trabalhavam com grupos de jovens com necessidades complexas, houve uma pronunciada curva de aprendizagem no sentido de desenvolver as competências requeridas. Sem dúvida, isso melhorou com o tempo, formação e experiência. As competências-chave incluíam encontrar jovens desaparecidos, encontrar formas de diálogo com eles e de criação de uma relação de confiança – uma competência vital para todo o processo, mas difícil de ser ensinada. Houve um considerável debate acerca de quando, e através de que processo, os PAs deveriam realizar uma avaliação integral das necessidades. A *Connexions* tinha o seu próprio

conjunto de ferramentas, formalizados em 18 dimensões de caracterização do estilo de vida dos jovens, o qual se tornou obrigatório na actividade dos PAs. No entanto, havia uma certa resistência por parte dos trabalhadores e o conjunto de ferramentas era diferentemente utilizado por outros organismos específicos, como as YOTs.

A este problema somava-se o problema de troca de informação. A troca de informação entre os serviços específicos e os serviços universais continuou a ser pobre durante todo o tempo em que levámos a cabo a nossa investigação, e a troca de informação com outros organismos foi a excepção e não a regra (Coles, Britton e Hicks, 2004; Hoggarth e Smith, 2004). Os sistemas informáticos dentro da *Connexions* eram, frequentemente, pouco fiáveis e os PAs queixavam-se constantemente do tempo de que necessitavam para introduzir a informação. Também se queixavam, por vezes, pelo facto de a informação (de outros) ser pouco fiável ou desactualizada.

Alguns gestores seniores da *Connexions* viam parte do desempenho do seu papel associado à transmissão de uma nova visão do programa, bem como à inspiração do pessoal da linha da frente no sentido do compromisso com a mudança. Faziam isto ao mesmo tempo que tentavam reassegurar aos outros parceiros que tal troca cultural não deveria ser considerada uma ameaça. Esse papel dos gestores seniores na promoção de trocas e na fundação de bases estruturais para que essas trocas fossem implementadas não deve ser subestimado. Onde as parcerias funcionavam, tinha sido empregue muito tempo e esforço no desenvolvimento de protocolos de trabalho conjunto e de troca de informação. As parcerias bem sucedidas eram também aquelas onde tinha havido um investimento suficiente na formação profissional dos PAs. O lançamento da *Connexions* foi acompanhado de um amplo programa de capacitação nacional não só para o seu próprio pessoal, mas que também incluía um módulo específico para os trabalhadores das agências adjacentes – *Understanding Connexions*.

Uma questão final, que foi resolvida com menos êxito, foi a relação entre os serviços para diferentes grupos de idade. No âmbito da *Connexions*, era importante a relação com os serviços dirigidos a jovens antes da idade de 13 anos e após a idade de 19 anos. Mas, para outras agências, a vinculação dos serviços à idade era um problema. E continua a ser um problema nas propostas políticas subsequentes à *Connexions*, às quais voltaremos adiante.

Apesar de críticos relativamente a alguns aspectos da aplicação da *Connexions Strategy*, nós e outros investigadores tentámos protegê-la de ataques injustificados por parte de alguns grupos de interesse. Recomendá-

mos que qualquer reconfiguração da *Connexions* deveria considerar as suas prévias conquistas (Coles, 2007). Afinal, os problemas que enfrentava teriam de ser tratados por qualquer outro serviço para que viessem a ser resolvidos. No entanto, quando foi publicado para consulta o novo documento *Youth Matters*, o que se propôs foi precisamente outra reforma em bloco (DfES, 2005).

Outros desenvolvimentos paralelos

Para melhor compreender a pressão para a mudança, é necessário complexificar um pouco mais o quadro apresentado, através de uma breve descrição de outras duas vertentes da política de desenvolvimento que decorreu paralelamente à implementação da *Connexions Strategy* e à reforma dos serviços para as crianças. A primeira destas vertentes é relativa ao sistema de justiça penal juvenil; a segunda concerne aos «serviços cuidadores de crianças» (*Looking after Children*: LACs), quando as crianças e os jovens são mantidos em lares de acolhimento ou residenciais, uma vez que não podem (ou não devem) ser cuidados pelos pais biológicos. A origem das reformas nestas áreas pode também ser atribuída a relatórios importantes pedidos pelo governo antes das eleições de 1997, pelo novo governo trabalhista (Audit Comission 1996; Utting, 1997).

Um relatório da Comissão de Auditoria de 1996 estabeleceu que o sistema de justiça juvenil em Inglaterra e no País de Gales era lamentavelmente lento, ineficiente e caro. Actuando na base disso, o Partido Trabalhista, ainda na oposição, planificou uma reforma fundamental. Poucas semanas após ser eleito, elaborava um plano sobre o modo como tal reforma devia ser levada a cabo (Home Office, 1997). Uma lei do Parlamento no ano seguinte permitiu o desenvolvimento de novas estruturas locais e nacionais para o apoio a um novo sistema de justiça juvenil, com algumas interessantes semelhanças e diferenças face ao desenvolvimento já descrito para a *Connexions*. A coordenação nacional desse esforço de reforma foi atribuída a um «Conselho de Justiça Juvenil», responsável pela sua liderança em todos os aspectos da justiça juvenil, incluindo medidas preventivas, o funcionamento dos tribunais de juventude, o desenvolvimento de diversas disposições para os tribunais de jovens, e o funcionamento das instituições de jovens infractores (responsáveis pela custódia de menores de 17 anos).

Na área de autoridade local, foram atribuídos novos deveres estatutários às autoridades locais, no sentido de trabalhar com a polícia e com o

apoio de novas formas de corpos multidisciplinares (multi-agências). O mais importante destes, as equipas *Youth Offending Teams* (YOTs), ficaram encarregues da responsabilidade de fazer uma avaliação global das necessidades de todos os jovens infractores acusados de delitos graves, bem como do apoio aos jovens delinquentes comprometidos com a nova gama de penas não privativas de liberdade. A política de desenvolvimento da justiça juvenil baseou-se assim no segundo e no terceiro princípios definidos no início deste capítulo, considerando a reforma da política de juventude em geral. Mas enquanto a *Connexions* tentava desenvolver uma nova estrutura organizacional sub-regional, a justiça juvenil estava firmemente situada no âmbito das estruturas do poder e do governo local. Além disso, até 2007, o sistema de justiça juvenil, embora semi-independente, recebeu orçamentos generosos, especificamente delineados pelo Ministério do Interior, resistindo com sucesso à integração organizacional mais ampla, mais geral, nas estruturas das políticas de juventude.

Em 1997, o departamento governamental responsável pelos «serviços cuidadores de crianças» (LACs) foi o Departamento de Saúde, que também tinha a responsabilidade sobre os departamentos sociais e de serviço social. Na década de 1990 houve um reconhecimento crescente de que os LACs (controlados pelo Estado) representavam crianças e jovens com alguns dos piores resultados em termos de bem-estar (Utting 1997). Considerando que as «transições juvenis prolongadas» características das décadas de 1980 e 1990 se tinham tornado comuns para a grande maioria dos jovens, os jovens criados sob o sistema de cuidados eram invariavelmente retirados do sistema e obrigados a viver de forma independente no décimo sexto aniversário ou pouco depois (Biehal *et al.* 1995; Coles 1995). O Relatório Utting constatou que três quartos daqueles que deixavam o sistema não tinham qualificações escolares formais, mais de metade dos que o deixavam aos 16 anos de idade estavam desempregados, e um número significativo de mulheres jovens (17%) estavam grávidas ou já eram mães. As perspectivas de longo prazo também eram muito pobres. Apesar de a população juvenil sujeita a cuidados ser inferior a 1% em qualquer faixa etária, 30% dos jovens sem-abrigo, e 38% dos jovens presos, haviam estado institucionalizados.

Ao aceitar o Relatório Utting em 1998, o Governo empreendeu um amplo programa de reformas destinadas a melhorar radicalmente os cuidados e os sistemas de cuidar, retardando inclusive a idade em que os jovens passavam a ser dispensados da prestação de cuidados institucionais. Também introduziu melhorias nos sistemas de apoio, incluindo conselheiros pessoais nomeados, e um planeamento da transição para a vida

adulta através de «planos de vida» formais (multidomínio), através dos quais as transições dos jovens sob tutela seriam mais bem geridas. Isto não foi conseguido através de um único acto do Parlamento, nem os progressos no bem-estar dos LACs foram tão rápidos como muitos esperavam. Mas o sistema de «cuidadores institucionais» e a política de apoio aos jovens saídos do sistema de cuidados institucionais foi objecto de uma atenção considerável nos últimos anos do século passado. Como resultado foram investidos seis biliões de libras na melhoria destes serviços desde 1997. No entanto, ao contrário do sistema de justiça juvenil, o planeamento e o apoio foram transferidos para fora do Departamento de Saúde, inicialmente para um Ministério da Infância e Juventude, havendo sido integrados em 2007 na política comum de juventude, cuja responsabilidade foi atribuída à nova Secretaria de Estado da Infância, Escolas e Famílias.

O «progresso» através da mudança cumulativa

Perante o desenvolvimento traçado, deve reconhecer-se que a coordenação da política juvenil na Inglaterra chegou a bom porto e que o progresso tem sido mais gradual que instantâneo. Vamos no nosso quinto ministro em oito anos. O primeiro, Paul Boateng, que estava no Ministério do Interior, veio a ser o primeiro ministro negro do Reino Unido. O segundo, John Denham, também havendo sido, simultaneamente, ministro da Juventude e ministro do Interior, demitiu-se devido à guerra do Iraque. A terceira, Margaret Hodge, foi ministra da Infância e Juventude, embora fosse invariavelmente conhecida enquanto ministra da Infância no Ministério da Educação do Reino Unido, o DfES (*Department for Education and Skills*). Durante a sua permanência no cargo, continuaram a tratar-se muitos assuntos com outros departamentos: drogas, gravidez adolescente ou cuidados institucionais com o Ministério da Saúde, crimes com o Ministério do Interior, etc.

Até à nomeação de Beverley Hughes, após as eleições gerais de 2005, todos esses assuntos eram da responsabilidade de mais de um ministério. Agora contamos com um único departamento de Estado, a Secretaria de Estado da Infância, Escolas e Famílias, fundada em 2007 pelo primeiro governo de Brown, com um secretário de Estado (Ed Balls) muito próximo e da confiança do primeiro-ministro. A criação deste novo departamento assinala ainda mais fortemente um movimento no sentido de cobrir as necessidades de um grupo-alvo (crianças e jovens), em vez servir

profissões ou instituições públicas como, por exemplo, professores, escolas ou educação, havendo substituído o antigo Departamento de Educação e Competências.

Cada criança conta

A publicação só em 2005 do documento *Youth Matters*, elaborado com base numa consulta por parte do Governo, foi, em parte, uma resposta inevitável ao desenvolvimento de políticas sobre a Infância, previamente anunciadas noutro documento de consulta governamental, o *Every Child Matters*, publicado em 2003 (DfES 2003). Este documento era, ostensivamente, um inquérito sobre abuso de menores, mas acabava por assinalar uma reconfiguração das estruturas dos serviços para crianças a um nível nacional, local e comunitário. Após a consulta, foi elaborado em 2004 um decreto-lei de grande alcance, a *Children Act* (DfES, 2004).

Este decreto requeria a todas as autoridades locais ter um único director de serviços para crianças, responsável por *todos* os serviços direccionados a este público, incluindo os serviços, anteriormente independentes, de Educação, Serviços Sociais e Serviços de Saúde. A nível comunitário, toda a gama de serviços para crianças e jovens foi realocada nos Centros *Sure Start Children* (para menores de 5 anos) ou nas Escolas *Full Service Extended* (para maiores de 5 anos) (DfES, 2004). Considerando esta nova constelação de estruturas para a infância, era claro que teria de ocorrer alguma reconfiguração na *Connexions*.

Durante o Verão de 2004, o Governo apresentou três propostas de alteração política ao mais algo nível, relativas a diferentes aspectos da política de juventude, concebidas para ajudar a decidir sobre que reconfiguração dos serviços adoptar. Uma destas propostas era relativa à orientação de carreiras educativas, onde muitas escolas consideravam ter havido poucas alterações com a *Connexions*. Esta proposta, portanto, cobria o serviço universal sob a alçada da *Connexions*. Uma segunda proposta implicava a tentativa de revitalizar o trabalho com jovens – sob o mantra «coisas a fazer, lugares onde ir» –, um reconhecimento tardio da erosão desse tipo de trabalho nos últimos anos, bem como do seu potencial papel na prevenção da exclusão social. A terceira proposta cobria os serviços de apoio a jovens vulneráveis, o que incluía o apoio específico da *Connexions* a este grupo. A alteração abarcava os serviços para crianças e jovens, com ênfase na necessidade de desenvolver um novo Quadro Comum de Avaliação (que atravessasse todas as profissões), bem como o papel de *Lead Profissional* responsável por toda a coordenação dos

apoios envolvidos. Apesar de tudo isto poder soar similar à *Connexions Strategy*, nem a palavra C nem a palavra S encontraram lugar nos documentos publicados a par do *Youth Matters*, no sentido de regular o Quadro Comum de Avaliação e a necessidade de um novo *Lead Profissional* para crianças e jovens.

Matérias de juventude, uma juventude que também conta: *youth matters*

O marco fundamental no recente desenvolvimento da política de juventude foi a publicação, em 2005, do documento de consulta governamental *Youth Matters: Next Steps*. Como foi assinalado pela estrutura das três alterações, as propostas abrangiam serviços de informação (carreiras), aconselhamento e orientação para todos os jovens, programas de actividades juvenis e serviços de apoio para jovens vulneráveis. O departamento responsável pela *Connexions*, pelo trabalho com jovens e pelos serviços de aconselhamento anteriores a 2005, era o Departamento de Educação e Competências (DfES). Nos três anos anteriores ao Livro Verde, esse departamento tinha encomendado amplos pareceres académicos tanto sobre o trabalho com jovens, como sobre a *Connexions*, tal como haviam feito outras agências independentes que lidavam com política social (Coles, Britton e Hicks 2004; Crimmens *et al.* 2004; Hoggarth e Smith 2004; Merton *et al.* 2004). No entanto, nenhum desses pareceres foi referido tanto no Livro Verde como na consulta que se lhe seguiu. A consulta foi uma farsa, sendo as perguntas desenhadas de modo a angariar apoios, sem deixar qualquer margem de apreciação crítica. Toda a agenda para a reconfiguração da política de juventude se tornou numa zona especulativa, livre de evidência empírica (Coles 2005, 2007; Hoggarth e Payne 2006). Deste modo, o *Youth Matters: Next Steps* acaba por fazer algumas coisas que são sensatas e muitas coisas que não o são (DfES 2006).

Em primeiro lugar, atribuiu às autoridades locais, e em particular aos novos órgãos denominados *Children's Trust*, a responsabilidade por TODOS os serviços para crianças e jovens, incluindo os serviços de apoio aos jovens (que ainda estariam sob a *Connexions*). Em segundo lugar, destinou um conjunto de orçamentos às *Children's Trust*, permitindo que os organismos estabelecessem prioridades entre jovens e crianças. E dado que um importante quinto princípio começa então a ser salientado – focado na *prevenção* – é potencialmente mais fácil para as autoridades optar por investir mais nas crianças do que nos jovens. Em terceiro lugar, temos

visto um ampliar das carreiras de educação para a «Informação, Aconselhamento e Orientação» (IAG), em geral, incentivando a exploração mais criativa com recurso a diversas formas de novas tecnologias. Além disso, se as escolas estão agora descontentes com o serviço de IAG que recebem, detêm poderes que lhes permitem optar por sair e receber o financiamento directamente de uma *Children's Trust*. Em quarto lugar, tem havido alguns esclarecimentos sobre os «deveres» das autoridades locais relativamente à sua prestação de trabalho com os jovens, bem como alguns exemplos de programas de actividades e de oportunidades de voluntariado perante os quais os jovens devem ter prioridade.

Mas a falha potencialmente mais grave na proposta, e que resulta do abandono *Connexions Strategy*, é a erosão do papel do *Personal Adviser* como tutor independente dos jovens. Considerando as propostas apresentadas na *Youth Matters: Next Steps*, é altamente desaconselhável que os jovens mais vulneráveis tenham acesso a uma forma personalizada e próxima de «amigo poderoso» (Coles, 2005). É isto que faz desta terceira fase no desenvolvimento da política de juventude do Reino Unido um retrocesso (Coles 2005).

Lições do Reino Unido?

Em jeito de resumo, voltamo-nos agora para algumas das potenciais lições a serem tiradas a partir do caso do Reino Unido. Algumas destas envolvem uma reformulação dos princípios mencionados no início deste capítulo, conjuntamente com a enumeração das principais lições aprendidas sobre o desenvolvimento com êxito do trabalho multi-agências com os jovens.

Primeiro, há muito a elogiar quando a concepção da política e da sua prática é realizada em torno do princípio do «universalismo progressista». A política de juventude tem de se dirigir a problemas específicos, característicos de distintos grupos de jovens vulneráveis. No entanto, de forma a essas intervenções não serem ser consideradas como potencialmente estigmatizantes, talvez devam ser assimiladas por estruturas que proporcionem serviços a todos os tipos de jovens.

Em segundo lugar, basear a política numa avaliação holística de necessidades é louvável e recomendável. No passado, o Reino Unido evitou o desenvolvimento de uma política de juventude coerente, na medida em que baseava a sua política em departamentos sobretudo preocupados com as instituições e os interesses profissionais, e não tanto com as ne-

cessidades diversas de grupos particulares de utentes. Isto implicou que, por vezes, diversos departamentos tivessem objectivos contraditórios ou auto-aniquilatórios. É muito claro que facetas diferentes das vidas dos jovens interagem, e o não reconhecimento deste facto, ou o agir com base na ignorância do mesmo, é correr o risco de desenvolver políticas ineficazes e muito dispendiosas.

Em terceiro lugar, na sequência do compromisso com uma organização de serviços estruturada em torno de uma avaliação holística das necessidades, há uma clara exigência de que a concretização efectiva da política de juventude requeira uma coordenação de esforços entre diversos grupos profissionais, com competências especializadas e tipos de conhecimento diferentes. Tal coordenação é mais bem alcançada através de parcerias em equipas de trabalho multidisciplinares. Contudo, os desafios enfrentados no desenvolvimento de uma tal abordagem não devem ser subestimados. Como resumo dos principais resultados da nossa pesquisa, sugerem-se oito principais factores importantes na superação de tal desafio:

1. O reconhecimento de que a parceria é uma realização prática e que precisa de ser continuamente trabalhada a todos os níveis;
2. A necessidade de uma liderança forte para superar a intransigência e provocar alguma mudança cultural em todas as profissões;
3. A importância da formação para novas tarefas e para a familiarização com as funções e responsabilidades de todos os membros da equipa;
4. Flexibilidade, mas compromisso, com a avaliação holística das necessidades – e o uso de uma ferramenta de avaliação comum para todas as profissões;
5. A necessidade de a parceria ser apoiada por protocolos sobre a partilha de informação – e sistemas de partilha de informação que funcionem;
6. Gestão e apoio dos trabalhadores da linha da frente;
7. Mecanismos de resolução de conflitos em todos os níveis;
8. Tempo e paciência para que os sistemas assentem e se estabilizem (Coles, Britton e Hicks 2004).

O quarto princípio importante para o desenvolvimento eficaz da política de juventude tem a sua personificação internacional no artigo 12 da Convenção da ONU sobre os Direitos da Criança (Landsdown 1994). Este declara o direito da criança a expressar as suas opiniões sobre questões que a afectam e foi desenvolvido através de uma série de definições

como um «princípio de participação» (Children and Young People's Unit 2001). Este amplo princípio de participação envolve um compromisso com o envolvimento de crianças e jovens na concepção e na avaliação da prestação de serviços destinados a satisfazer as suas necessidades. No entanto, tal como nos aspectos relacionados com o trabalho com várias agências, os problemas práticos no sentido de alcançar este objectivo para todos grupos de jovens não devem ser subestimados (Franklin e Sloper 2004).

Uma tensão que se manifesta no desenvolvimento da política de juventude no Reino Unido tem sido o compreensível desejo de se concentrar na prevenção da exclusão social, em vez de simplesmente lutar contra as dificuldades depois de se ter permitido que se descontrolassem. Um dos clássicos factores impulsionadores do desenvolvimento de políticas de juventude no Reino Unido foi a emergência da «juventude problemática», quer se tratasse de criminalidade juvenil ou de jovens delinquentes, quer se tratasse do abandono escolar desqualificado ou do chamado grupo NEET, foco de atenção no início da *Connexions Strategy*. Mas o facto é que as mais recentes alterações políticas salientam a necessidade de se concentrarem esforços na prevenção e não tanto na cura, como alternativa mais barata e mais eficaz (HM Treasury 2007).

Isto também veio a potencializar a definição prioritária das questões relativas às crianças sobre os problemas vividos pelos jovens. Infelizmente, isto é muito mais fácil com as novas estruturas, tanto a nível local como nacional, na medida em que unificam as questões relativas à juventude em departamentos que abrangem também os problemas infantis. Se a política de juventude deve receber a atenção que merece, é necessário que haja um cuidadoso equilíbrio entre as políticas com ênfase na prevenção e as políticas e práticas que ofereçam rotas de saída da marginalização e da exclusão social.

Finalmente, é importante ressaltar a importância de a política de juventude ser ancorada em investigação social e em inovação política adequadamente avaliada, no sentido de que tanto a concepção de políticas como a sua aplicabilidade prática possam ser genuinamente baseadas em evidência empírica. No Reino Unido, é certamente verdade que muitas das primeiras iniciativas se desenvolveram a partir da acumulação de evidência proporcionada por pesquisas académicas sobre os problemas sociais da juventude, bem como da crescente percepção acerca dos elevados custos de uma deficiente coordenação política (Audit Comission 1996; Pierce e Hillman, 1998; Utting 1997). Contudo, muitas iniciativas, incluindo a *Connexions Strategy* em que este estudo se centrou, foram aban-

donadas, não tanto porque a evidência sugerisse ser necessário, mas por acção de alterações políticas politicamente expedidas e bem retratadas como «zonas livres de evidência» (Coles 2007; Hoggarth e Payne, 2006).

Conclusões

Este capítulo analisou questões acerca da evolução da política de juventude que teve lugar na Inglaterra nos últimos doze anos. Este período de tempo, ainda que relativamente curto, foi descrito a partir de três fases distintas: a primeira fase influenciada pelo trabalho da Unidade de Exclusão Social, uma fase intermédia centrada na *Connexions Strategy*, e uma fase final dominada por uma tentativa de integrar a política de juventude no âmbito de novas estruturas dominadas por políticas para a infância. Centrou-se ainda nos mais importantes princípios orientadores desses padrões de desenvolvimento, na medida em que são estes, mais do que os detalhes de determinadas políticas e práticas, os mais propensos a oferecer pistas para a eventual aplicação de políticas em países fora do Reino Unido. Em vez de recomendar que a política do Reino Unido seja copiada em pormenor por outros países, espera-se que a pesquisa aqui resumida seja valiosa para países que tentem orientar-se por princípios semelhantes (Rose 2004).

Referências

Audit Commission. 1996. *Misspent Youth: Young People and Crime.* Londres: Audit Commission.

Biehal, N., J. Clayden, M. Stein, e J. Wade. 1995. *Moving On: Young People and Leaving Care Schemes*. Londres: HMSO.

Britton, L., Balbir Chatrik, Bob Coles, Gary Craig, Carl Hylton e Saira Mumtaz. 2002. *Missing Connexions? The Career Dynamics and Welfare Needs of 16-17 Year Olds*. Bristol: Policy Press.

Children and Young People's Unit. 2001. *Learning to Listen: Core Principles for the Involvement of Children and Young People*. Londres: Department for Education and Skills.

Coles, B. 1995. *Youth and Social Policy: Youth Citizenship and Young Careers.* Londres: UCL Press.

Coles, B. 2000a. *Joined-Up Youth Research, Policy and Practice: A New Agenda for Change*. Leicester: Youth Work Press/Barnados.

Coles, B. 2000b. «Slouching towards Bethlehem: youth policy and the work of the Social Exclusion Unit». *Social Policy Review* 12, eds. H. Dean, R. Sykes and R. Woods.

Coles. B. 2005. «Youth policy 1995-2005: from 'the best start' to 'youth smatters'». *Youth and Policy*, 89: 7-19.

Coles, B. 2007. «For the benefit of Mr Kite: some-assaults on connexions». *Youth and Policy*, Spring, 41-55.

Coles, B., L. Britton, e L. Hicks. 2004. *Building Better Connexions: Inter-agency work and the Connexions Service*. Bristol: Policy Press. Electronic copy is available through the JRF website at: http://www.jrf.org.uk/bookshop/eBooks/1861346867.pdf and for the *Findings*: http://www.jrf.org.uk/knowledge/findings/socialpolicy/d24.asp

Crimmens, D. *et al.* 2004. *Reaching Socially Excluded Young People: A National Study of Street-Based Youth Work*. Leicester: Youth Work Press.

Department for Education and Skills (DfES). 1999. *Learning to Succeed: A New Framework for Post-16 Learning*. Londres: The Stationery Office. Cm 4392.

Department for Education and Skills. 2000. *Connexions: The Best Start in Life for Every Young Person*. Nottingham: DfES.

Department for Education and Skills. 2003. *Every Child Matters*. Londres. The Stationery Office

Department for Education and Skills. 2004. *Every Child Matters: Change for Children*. Londres: The Stationery Office.

Department for Education and Skills. 2005. *Youth Matters*. Cm 6629. Londres: HMSO.

Department for Education and Skills. 2006. *Youth Matters: Next Steps*. Londres: HMSO.

Dolowitz, D., ed. 2000. *Policy Transfer and British Social Policy.* Milton Keynes: Open University Press.

Franklin, A., e P. Sloper. 2004. «Participation of disabled children in decision making in social service departments in England», Social Policy Research Unit (SPRU), York.

Godfrey, C. *et al.* 2002. *Estimating the Costs of being 'Not in Education, Employment or Training' at Age 16-18*. Londres: DfES.

HM Treasury. DfES. 2007. *Policy Review of Children and Young People: A Discussion Paper*. Londres: The Stationery Office.

Home Office. 1997. *No More Excuses: A New Approach to Tackling Youth Crime in England and Wales*. Cmnd. 3809. Londres: The Stationary Office.

Hoggarth, L., e D. I. Smith. 2004. *Understanding the Impact of Connexions on Young People at Risk*. Londres: DfES.

Hoggarth, L., e M. Payne. 2006. «Evidence based or evidence buried: how far have the implications of the national impact study of the work of connexions with young people at risk informed the Green Paper?». *Youth and Policy*, 90: 43-58.

Landsdown, G., ed. 1994. *UK Agenda for Children*. Londres: Children's Rights Development Unit.

Merton, B. and the Youth Affairs Unit, De Montefort University. 2004. «An evaluation of the Impact of Youth Work in England», Research Report RR606, Department of Education and Skills.

Parsons, C. 1999. *Education, Exclusion and Citizenship*. Londres: Routledge.

Pierce, N., e J. Hillman. 1998. *Wasted Youth*. Londres: Institute for Public Policy Research.

Rose, R. 2004. *Learning from Comparative Public Policy: A Guide to Analysis.* Londres: Routledge.

Social Exclusion Unit (SEU). 1998a. *Truancy and Exclusion*. Londres: The Stationery Office, Cm 3957.

Social Exclusion Unit. 1998b. *Rough Sleeping*. Londres: The Stationery Office, Cm4342.

Social Exclusion Unit. 1998c. *Bringing Britain Together: A National Strategy for Neighbourhood Renewal.* Londres: The Stationery Office, Cm 4045

Social Exclusion Unit. 1999a. *Teenage Pregnancy*. Londres: The Stationery Office, Cm4342.

Social Exclusion Unit. 1999b. *Bridging the Gap: New Opportunities for 16-18 Year Olds not in Education, Employment or Training*. Londres: The Stationery Office, Cm 4405.
Social Exclusion Unit. 2000. *National Strategy for Neighbourhood Renewal: Report of Policy Action Team 12, Young People*. Londres: The Stationery Office.
Utting, Sir William. 1997. *People Like Us: The Report of the Review of Safeguards for Children Living away from Home.* Londres: The Stationery Office.
Williamson, H. 1997. «Status Zer0 youth and the 'underclass'». In *Youth, the 'Underclass' and Social Exclusion*, ed. R. MacDonald. Londres: Routledge, 70-82.

José Antonio Pérez Islas

Capítulo 21

Filmes antigos, novos actores: políticas de juventude na América Latina perante um novo panorama juvenil

E Tudo o Vento Levou: em que ficamos?

Pensar as políticas de juventude na América Latina em condições de crise talvez não seja novidade. Desde 1980 este foi o contexto geral em que se desenvolveu, ou melhor, em que se sobreviveu a essas políticas. A novidade talvez se prenda com o facto de que, actualmente, coincidem dois acontecimentos: o primeiro está relacionado com o esgotamento da chamada «janela de oportunidade» que, para a maioria dos países do continente, era a «obrigação demográfica», cuja taxa de dependentes económicos era muito baixa em relação à população com oportunidade de trabalhar. A outra fase desta chamada «trajectória de transição demográfica» desenvolve-se no momento em que começam a ver-se taxas negativas de crescimento das idades juvenis (CEPAL/OIJ 2004, 32-35). Apesar desta descida, ainda estamos, em muitos países do continente, com um aumento drástico da procura das novas gerações em relação à educação, ao trabalho, à saúde e ao alojamento, o que, até à data, ainda nenhum Estado latino-americano conseguiu satisfazer, dada a persistência das condições de pobreza e polarização da distribuição da riqueza que persistem.

O segundo acontecimento que marca a especificidade desta etapa é que, apesar de esta crise ter começado como uma crise financeira, proporcionou melhores condições à maioria dos países da região a nível macroeconómico (melhor equilíbrio fiscal, menos desequilíbrios nas finanças, maiores reservas internacionais). A nível da população em geral,

vinha-se de uma série de restrições provocadas pelo baixo desenvolvimento da economia, pela estagnação dos salários e pela precariedade do emprego; ao que se juntou a ampliação dos níveis de pobreza extrema dos sectores de recursos mais escassos (continuam a existir mais de 180 milhões de pobres e mais de 70 milhões de mendigos na região), que acentuou o esgotamento dos activos (capitais humano, físico e financeiro), mas sobretudo porque esta afectação chegou às classes médias que se viram em vias de empobrecer (em média mais de 20% dos considerados pertencentes à «classe média» na América Latina tinham, em 2006, uma probabilidade superior a 50% de cair na pobreza) (López-Calva 2009).

Estas duas situações redundam num processo em que a taxa de dependência complicará, a médio prazo, a reprodução física e social dos países e a extinção de reservas de capital social na população, falha que se deverá reflectir nas novas propostas de políticas públicas que é preciso traçar num contexto totalmente diferente daquele em que se vivia há, pelo menos, cinco anos. Isto uma vez que a nova condição juvenil na América Latina se traduz em situações cada vez mais complexas que irão requerer não só enfoques transversais, mas também transdisciplinares e transnacionais para enfrentar da melhor maneira estas realidades transformadas.

O presente texto procurará traçar algumas destas novas premissas da condição juvenil que se devem necessariamente ter em conta no momento de traçar, operar e concertar políticas de juventude. Como já se referiu noutras ocasiões (Rodríguez 2002; Pérez Islas 2000), as políticas de juventude concebidas no continente latino-americano são, até à data, uma mistura dos quatro modelos históricos que existiram desde meados do século XX:

a) O da educação e dos tempos livres destinado aos «jovens integrados» e respectivos programas de desporto, lazer e cultura;
b) O do controlo social de sectores juvenis «mobilizados» e respectivos programas de cooptação e repressão;
c) O do confronto da pobreza e contra o delito, com os respectivos programas de prevenção e luta contra as drogas e a violência;
d) O da inserção laboral dos jovens «excluídos», com os respectivos programas de capacitação para a empregabilidade.

Com poucas inovações no plano conceptual, a combinação e as variantes surgidas destes quatro modelos foram muitas, predominando algumas mais do que outras em certos períodos históricos e conforme o

país de que se trate (por exemplo, o vínculo juventude-desporto). Isto até aos últimos anos do passado século e aos primeiros do actual, quando ocorrem mais dois modelos que, na minha maneira de ver, são produto de dois processos distintos: o primeiro, o crescimento, aperfeiçoamento (reciclagem) e profissionalização da investigação social em torno dos jovens que se realiza na maior parte do continente; e, o segundo, o aparecimento daqueles que se irão chamar «novos movimentos sociais» que transformam as necessidades sociais em causas civis que reclamam não só a luta contra as desigualdades, mas também a favor das diferenças.

Concomitantemente, através destas novas circunstâncias, aparecem dois novos actores das políticas de juventude: o mundo académico que, pela primeira vez, possui um corpo de investigadores profissionalizados e especializados em questões juvenis, que podem conformar um campo que não só conjunturalmente, mas que também de maneira sistemática, indagará as heterogéneas realidades juvenis e estará atento às práticas governamentais na matéria. O segundo actor refere-se às organizações da sociedade civil que colocarão e irão conceber diversas e específicas formas de intervenção social emanadas da experiência, a qual lhes permite maiores processos de reflexividade e melhores possibilidades de flexibilidade perante condições diferentes.

O primeiro destes modelos contemporâneos denominou-se «políticas geracionais», cuja proposta central é considerar «os jovens como sector estratégico da sociedade». Pela primeira vez, fala-se de programas integrados e com um enfoque conectado necessariamente com outras políticas públicas, onde o juvenil seja objecto de um trabalho transversal, semelhante ao que se desenvolveu com a perspectiva de género. Este enfoque surge de um grupo de trabalho de especialistas (Ernesto Rodríguez e Germán Rama são os promotores iniciais desta concepção) que se vai construindo e afinando nas diversas redes académicas para passar às redes político-institucionais, fundamentalmente, ainda que não só, através da Organização Ibero-americana da Juventude (OIJ), até converter-se, mencionando alguns, na base de programas nacionais de juventude como os do México, do Peru e de El Salvador, em vigor até 2006, altura em que começa a declinar esta proposta. A estratégia planeada tinha como base uma plataforma empírica nova em folha que partia de amplos diagnósticos, muitos deles baseados em inquéritos nacionais de juventude que, a partir de 1990, começaram a estender-se por vários países latino-americanos, quando se procurou introduzir a «perspectiva geracional» em todos os programas sectoriais dos governos. Chile, México, Colômbia, Argentina e Uruguai foram os países onde se pôs maior ênfase

na geração do conhecimento sobre o juvenil que, pela primeira vez, se vinculava à elaboração de políticas específicas.

O segundo modelo é mais recente e parte de uma proposta surgida do grupo técnico da OIJ quando se realiza a Convenção Ibero-americana dos Direitos dos Jovens que, desde 1998, começou a concertar-se com os países da Península Ibérica. A construção desta proposta, centrada na dimensão jurídica, requereu o aprofundamento da condição juvenil em torno dos seus direitos e dos deveres enquanto cidadãos: superar a visão dos sectores juvenis enquanto meros utilizadores ou beneficiários de serviços, e propor as acções em seu benefício como parte dos direitos sociais e culturais que lhes pertencem enquanto cidadãos, cidadania esta que implica ultrapassar a formalidade do cumprimento da maioridade, e uma paulatina formação para o seu pleno desenvolvimento. Daí que os programas concebidos devam ser direccionados para fortalecer a condição civil dos jovens (SEGIB-OIJ 2008).

Apesar da especificidade desta exposição com vista a focalizar o aspecto mais normativo das políticas de juventude, não há, por enquanto, um programa concreto que procure levar a operação ou, pelo menos, as actividades programáticas, para alguma instância de governo nacional, nem sequer o *Plano Ibero-americano de Cooperação e Integração da Juventude. 2009--2015* proposto pela OIJ (2008), tal como apresentado explicitamente no seu texto. A relevância está, portanto, em assumir que há outros agentes importantes que fazem parte de «uma acção colectiva com finalidade pública» (Cabrero 2004), onde agentes governamentais, associações civis, movimentos cidadãos, grupos empresariais, organismos internacionais interagem na construção de políticas por vezes com acordos mas também com discrepâncias. Neste sentido, muitas das acções que têm vindo a empurrar esta perspectiva têm a sua origem em organizações da sociedade civil, e não tanto nos governos.

Na realidade, estes dois modelos contemporâneos foram propostas conceptuais que, no melhor dos casos, permeiam os discursos, mas pouco as práticas, não gerarando uma acção acumulativa de experiências. Assim, com a chegada de um novo governo, assume-se que o tempo começa com eles e recusam a maior parte do realizado anteriormente. Exceptuando talvez as políticas educativas que, certamente, não se assumem como «de juventude», as famosas «políticas de Estado» são inexistentes na matéria. Com estes antecedentes, o panorama torna-se mais complexo do que já era, havendo novas condições que estão a marcar novos rumos para a constituição daquilo a que se chamou condição juvenil, como iremos abordar na próxima secção.

Impacto profundo: o novo *script*

A lógica do capitalismo encontrou na doutrina neoliberal uma forma de mitigar a sua crise gerada em meados dos anos 70 do século passado, e fê-lo aplicando três acções concretas: a globalização financeira que transferiu ganhos a nível mundial, sobretudo dos capitais especulativos; a desregulação que diluiu o proteccionismo das indústrias produtivas nacionais e privatizou serviços públicos; e a flexibilização da mão-de-obra, que tirou força às organizações sindicais e acentuou a desprotecção social dos assalariados. Durante quase 30 anos, a primazia do livre mercado como eixo dinamizador e normativo das relações produtivas mostrou certos avanços que pareciam ser muito prometedores para os governos nacionais, pelo menos nos indicadores macro, ainda que entre a população não se resolvessem iniquidades ancestrais. Não obstante, a crise mundializada que se desencadeou entre 2008 e 2009 interrompeu um processo de seis anos consecutivos de crescimento e melhoria dos indicadores macrossociais a nível latino-americano e, em contrapartida, as taxas de desemprego voltaram a rondar os 9% (valores que, como é hábito, duplicam entre os jovens), e as taxas de informalidade a afectar principalmente os mais pobres (64%) e as mulheres (50%) (Kacef 2009).

O que esta crise demonstrou foi que o modelo neoliberal era um gigante com pés de barro, e que a sua doutrina segundo a qual o mercado por si só resolveria os problemas económicos e sociais foi apenas uma oportunidade para que alguns, através de mecanismos de corrupção e usos vantajosos dos recursos, acentuassem as desigualdades e mostrassem a debilidade da estrutura produtiva, com pouco valor agregado e tecnologia deficitária. Nenhum governo conseguiu estabelecer regras claras, gerais e estritas para regular o uso do capital. Pelo contrário, impulsionou-se a concorrência individualista e uma ideologia apegada ao mercado sem responsabilidade social (PNUD-SEGUIB-AECID 2009). Mas esta crise não foi unicamente financeira, foi também alimentar, ecológica, e quebrou sobretudo solidariedades e redes sociais, o que gerou o crescimento de fenómenos como o narcotráfico e a insegurança social, que dificultam o quotidiano de todos, ainda mais agravadas entre as gerações mais jovens.

Neste contexto, as políticas de juventude ficaram para trás por dois motivos. O primeiro, a falta de interesse por parte dos governos nacionais, que têm de centrar os seus esforços no sentido de atenuar os efeitos da crise. De facto, é previsível que os custos dos programas anticrise se

financiem reduzindo os programas de segurança social, sobretudo os que têm que ver com os jovens, pois as instituições de juventude do aparelho do Estado, na sua maioria, não têm nenhuma força dados os seus baixos orçamentos, o seu pouco peso político e a sua nula orientação vinculada a uma visão de médio e longo prazos (CEPAL/OIJ/SEGUIB/AECID 2008). Não haverá resposta para o sector que é a sua população-alvo porque não têm nenhuma legitimidade, são pouco representativos, muito vinculados ao partido no poder e com pouca experiência técnica.

Mas o mais preocupante desta crise institucional é que se produz uma ausência ou deficiência nos diagnósticos prospectivos, pois há escassez de construções conceptuais novas e pertinentes para as novas condições que se estão a produzir. Por exemplo, até há pouco, as diferenças ou desigualdades resultantes da idade não preocupavam tanto, já que se pensava que eram transitórias e que se referiam a trajectórias individuais (o abandono escolar precoce, a subocupação de quem tinha escassa escolaridade, a gravidez não desejada, etc.) ou de grupos específicos (os indígenas, os jovens urbano-populares, etc.); mas, agora, estas distâncias alcançaram sectores que ontem não tocavam, e a desocupação que se pensava conjuntural converteu-se em desemprego crónico dos jovens licenciados, o que não só implica a dimensão económica, mas também o tempo «desperdiçado na escola», a débil identidade laboral ou o esforço familiar realizado em vão.

Às desigualdades estruturais de longa data, agora é preciso acrescentar «novas» desigualdades que se podem chamar «dinâmicas» e que afectam em função da heterogeneidade dos agentes sociais, porém não sendo passageiras (pelo menos, no modo de produção capitalista instaurado); assim um(a) jovem com ensino secundário, superior ou mesmo pós-graduação pode sofrer as mesmas condições restritivas de inserção profissional, de baixos salários ou de insegurança laboral, convertendo essa inserção num sistema de exclusão totalmente indiferente àquilo a que o capital acumulado se refere (neste exemplo, ao capital educativo), passando a estar marcado pelo acaso e pela incerteza, e fazendo com que as representações sociais sobre categorias antes estáveis (formação, estatuto académico, reconhecimento social, etc.) entrem em completo desequilíbrio.

Sem entender as novas condições onde o juvenil se está a produzir, continua-se a trabalhar e a traçar/delimitar programas, cursos e acções com o fim de atenuar os efeitos do abandono escolar, a limitada criação de vagas ocupacionais e a desvinculação cada vez mais profunda entre os conteúdos escolares e os requisitos do mercado de trabalho. Assim, o modelo económico colapsou primeiro no caso dos jovens, porque na passagem da escola para o mundo do trabalho a mobilidade social que

se produzia em tempos de expansão económica deteve-se e, em alguns casos, reverteu-se, de tal maneira que a origem do jovem, ou seja, a sua classe social, marca não só o tipo de escola que frequenta, mas também a sua possibilidade de permanência e a eventualidade de conseguir uma ocupação adequada. Da mesma forma, a ocupação estável deu azo aos contratos por tempo determinado ou por horas (quando há contratos), ou aos empregos precários que se aproveitam da condição estudantil de muitos jovens mas que se generalizam a não-estudantes; assim, as trajectórias laborais convertem-se em viagens com múltiplos retornos e períodos de inactividade; a experiência no trabalho deixou de ser acumulativa e os anos de escolaridade deixaram de ser uma janela de oportunidades de acesso a empregos adequadamente remunerados e estáveis, convertendo-se em «temporários» ou «bolseiros» permanentes.

Na actualidade, muitos dos que desejam incorporar o mercado de trabalho passam a fazer parte dessa força de trabalho «descartável», sendo vítimas colaterais dos programas económicos de flexibilização que se estabeleceram graças às reformas laborais implementadas; à maioria destes jovens não só lhes foi tirada uma opção de trabalho estandardizado, como também lhes foi roubada a autoconfiança e a auto-estima necessárias para que lhes permitir construir um reconhecimento na comunidade. O assunto não é apenas a meta de encontrar um emprego, mas também se torna num problema integral, ou seja, como lhes arranjar um lugar na sociedade e lhes reconhecer utilidade social.

Pode dizer-se que, mais que um problema de inserção, é um assunto de «posicionamento», laboral na origem mas também social, em que a inserção real pode ser muito tardia ou definitivamente nunca ter lugar, não porque os jovens não tenham um emprego, mas porque nunca sabem quando começa e quando termina, se continuarão ou permanecerão inactivos até novo aviso, se o primeiro é melhor do que o segundo; isto é, não é se se enquadram ou não, mas onde, a sua maioria na precariedade imóvel.

Toda a organização da temporalidade social e do encadeamento tradicional dos ciclos de vida está rachada ou definitivamente partida, pois os jovens não conseguem a sua independência com o primeiro emprego, nem o início da vida laboral ocorre depois da saída da escola. Esta pseudo-inserção já não é uma etapa transitória na vida laboral mas um estado dilatado e, em alguns casos, intermitente, pois torna-se num estatuto intermédio entre a exclusão e a inserção definitiva, onde o que importa não é quanto dura, mas quão débil ou profundo é o seu impacto no processo de *desafiliação institucional* (Castel 2004). Claro que as fron-

teiras se tornam muito difusas convertendo-se num *continuum* de condições que coexistem e que se contaminam mutuamente, onde a única coisa que se partilha é a luta para não possuir menos amanhã do que hoje. Perante este panorama, seríamos ignorantes ou irresponsáveis se continuássemos a apostar nas mesmas explicações que se davam num capitalismo baseado na estandardização e permanência dos seus diversos elementos: contrato laboral, tempo de trabalho, benefícios de segurança social, etc., enquanto agora, ao flexibilizar-se, cria múltiplas incertezas em novos contextos, tornando a realidade laboral e social cada vez mais difusa.

Mas também é o caso da implosão do modelo paterno-familiar e suas consequências, pensado na sua origem como uma estância de passagem para os filhos e que agora se pode tornar lugar de permanência para quem não tem possibilidades de conseguir uma casa ou recursos para se sustentar economicamente de forma autónoma. As famílias convertem-se assim no único «colchão» que amortece os processos de desinstitucionalização, ainda que à custa da sua própria sobrevivência, uma vez que a estrutura familiar também tem as suas limitações. Outras desigualdades produzem-se perante novas formas de violência que afectam com maior força quando estão associadas à pobreza, assinalando os jovens de sectores populares como perigosos. Em síntese, estamos perante indicadores (a maior parte estatísticos) que captam, pouco e mal, fenómenos como a precariedade laboral, as maiores cargas e responsabilidades das famílias em relação aos seus integrantes mais jovens, ou à fragilização e/ou concepção do vínculo social; sem mencionar os verdadeiros significados da sexualidade, da gravidez urbana chamada «adolescente», ou das novas socialidades através das tecnologias de informação e comunicação.

Estados alterados: os novos desafios

O maior desafio para actualizar as políticas de juventude consiste em realizar diagnósticos prospectivos e deixar em segundo lugar os diagnósticos retrospectivos, pois estamos perante uma acelerada etapa de mudança em que «ninguém pode aprender de ninguém», pois as situações são tão novas que devemos enfrentá-las com inovações e não com receitas (Mead 1980).

Neste sentido, o novo caminho deve estar delimitado por políticas, programas e acções «generativas», de acordo com a proposta de Guiddens (1998), no sentido em que, em vez de reagir às novas condições de ma-

neira defensiva para tentar refuncionalizar o passado, «geremos» nós mesmos o sentido, a força e a direcção das novas situações que desejamos que aconteçam.

Ou seja, estamos perante uma tal complexidade que nenhuma acção tem só um sentido de reacção, pelo que temos aporias difíceis de resolver. Uma forma de enfrentar este desafio é diferenciar a origem das novas condições do juvenil, as quais se podem analisar em três níveis. O primeiro refere-se ao desafio da *desigualdade social*, que se deve enfrentar de maneira diferente, dado que a ideia de igualdade começou a construir-se juntamente com a modernidade, tornando-se necessidade central durante o processo de industrialização ocidental, seja pelas lutas dos movimentos operários ou, mais tarde, pelos movimentos campesinos. Nestes combates, as mulheres contribuíram posteriormente para as modificações dessa representação social chamada discriminação.

A nossa percepção sobre os discriminadores e o discriminado transformou-se e ficou simultaneamente mais complexa, pois está ligada às mesmas mudanças sociais. García Canclini (2004) apresenta três cenários que podem ajudar a contextualizar e situar melhor os processos de modificação do carácter relacional da discriminação, gerados em temporalidades históricas distintas, mas que persistem simultaneamente.

Num primeiro momento, a discriminação entendeu-se em função ou com referência primordial a *desigualdades* entre sectores sociais; foram destacados os desníveis económicos, mas foram-se ampliando aos âmbitos políticos e sociais; neste sentido, os processos de discriminação tinham que ver com os diferenciais de acesso a determinados capitais (Bourdieu 2001): económico, cultural e/ou social e onde, na maioria das vezes, estes processos de discriminação estavam ligados aos de exploração; correlativamente, as lutas e/ou resistências contra estas situações deram-se no campo dos direitos socioeconómicos (acesso a emprego, casa, educação, etc.).

O segundo contexto já não tem que ver centralmente com a desigualdade, mas com *a diferença*, ou seja, com o reconhecimento do «outro» diferente de mim, mas possuidor dos mesmos direitos e obrigações; neste sentido, a discriminação está fortemente ligada à identidade de uma colectividade, onde a sua percepção do «nós» se coloca como homogénea frente a «outros» com características, marcas e traços distintivos e distintos; estas diferenças são edificadas em lutas passadas e presentes, onde finalmente o objectivo é «reapropriar-se do poder de construir e avaliar autonomamente a própria identidade» (Giménez 2005, 93). Assim, a consolidação da identidade própria e do seu espaço social marcarão os en-

foques associados sobretudo a questões de género, étnicas, de nacionalidade e de idade, e, mais tarde, com as de preferências sexuais; precisamente todas articuladas com os direitos culturais e de respeito pelas diferenças.

Segundo Ferrajoli (2002), o surgimento da vertente que se foca na diferença contrapõe-se não à igualdade como termo geral, mas ao conceito de «igualdade jurídica» da tradição liberal, que necessitava de uma reapresentaçã. Um dos elementos centrais por superar é a legislação que se estabelece entre direito e diferença. Dado que não existe um direito se não for acompanhado de uma garantia, geram-se quatro modelos como respostas para solucionar este confronto:

1. *A indiferença jurídica das diferenças*, onde estas são ignoradas, ou aparecem confinadas às relações de força, como ocorreu na sociedade feudal e ainda em alguns grupos tradicionais;
2. *A diferenciação jurídica das diferenças*, a partir da qual se valorizam algumas identidades e se menosprezam outras; o clássico exemplo, a consideração do sujeito *optimo iure* que se concede às pessoas masculinas, brancas, adultas e proprietárias que, em algumas comunidades ou esferas da actualidade, ainda persistem;
3. *A homologação jurídica das diferenças*, onde a abstracta afirmação de igualdade neutraliza ou desvaloriza as diferenças específicas, gerando que não se sofra discriminação no plano jurídico mas na ineficácia da aplicação da norma (que é o exemplo mais claro do que acontece na América Latina de hoje);
4. *A avaliação jurídica das diferenças*, onde há um sistema de garantias que reconhece as diferenças e as valoriza como parte dos traços da pessoa, «tornando-as objecto dessas leis os mais débeis, que são os direitos fundamentais» (Ferrajoli 2002, 76).

No segundo e no terceiro modelos, pensa-se na diferença como sendo oposta à igualdade, e mistifica-se, ficando não como princípio normativo, mas como mera tese especulativa. A negritude, a etnia e ainda o feminino e o juvenil conhecem bem estes modelos porque viram e sofreram a hegemonia de um tipo de cidadania, tal como na afirmação «somos todos iguais», só na prática se vêem as discriminações.

Voltando a García Canclini (2004), este propõe um terceiro contexto que serve para entender como a percepção sobre o discriminador e o discriminado está a mudar quando se gera o actual processo a que alguns chamaram globalização e outros mundialização; e ainda que a respectiva

consciência social apenas comece a desenvolver-se, o seu dinamismo é tal que o lapso de visibilidade deste novo tipo de discriminação será menor do que nos processos anteriores. Refere-se à *desconexão*, não só relativa à conectividade tecnológica (computador, internet, televisão via satélite ou por cabo, telemóveis, etc.), mas também à ligação em redes e à possibilidade de mobilidade (real e virtual) de transitar por diferentes territórios (igualmente reais e virtuais), assim como não poder aceder às novas possibilidades que oferece a indústria cultural, cada vez mais baseada nestas conexões. Os novos analfabetos informáticos ficarão fora das redes de interconectividade, podendo ser discriminados tanto nos circuitos da socialidade, como da esfera produtiva (trabalho e emprego).

A globalização rompe e recria o mapa do mundo, transformando drasticamente condições, significados, especialidades e temporalidades que se tinham sempre entendido e vinculado a partir das sociedades nacionais; como tal, esta nova realidade apresenta novas formas de desigualdade e diversidade, pois a sociedade mundializada constitui-se como uma totalidade de desenvolvimento desigual, combinado e contraditório, pelo que «nunca significa homogeneização, mas diferenciação noutros níveis, diversidades com outras potencialidades, desigualdades com outras forças» (Ianni 2003, 103). Neste sentido, a desconexão/reconexão seria o ponto de partida para avaliar as novas formas de discriminação estrutural/cultural que se podem produzir através de segregações, separações e exclusões até agora não contempladas.

Como se pode observar, os desafios para reconceptualizar os processos de discriminação ou de exclusão são muitos. A convivência das três dinâmicas (desigualdade, diferença e desconectividade) mostra-nos que não são uma acção individual mas um sistema de condições que, obviamente, têm a sua expressão concreta em acções específicas e de acordo com grupos concretos.

Sucintamente, estamos a falar de uma nova concepção de cidadania já não ligada estritamente ao contexto nacional mas que, de maneira mais complexa, deverá situar-se no contexto dos âmbitos internacionais. Este tipo de sociedades, em que tradicionalmente o eixo concêntrico de organização era o Estado social e a titularidade dos direitos se regia pela condição sociolaboral, está a mudar para outro tipo de organização, onde o Estado perde essa centralidade (excepto na sua função disciplinadora e policial) e a titularidade assenta na ligação ou desconexão com o económico-financeiro (Alonso 1999).

Conclusões: desafios para a actuação política

A desigualdade

As políticas de juventude, perante estes diferentes níveis, têm de reflectir e actuar em diversas pistas: por um lado, temos *a desigualdade*, ancestral nas sociedades latino-americanas onde os jovens crescem marcados por limitações económicas, educativas, culturais, matérias pendentes que, ocasionalmente, as políticas de juventude dão como dado adquirido e não intervêm, mas sem as quais não se pode passar à etapa seguinte. Aqui, devem-se apoiar as políticas universais, por exemplo, o acesso e a permanência de todos no sistema educativo; mas é preciso fazê-lo de maneira nova, já que a escola de hoje em dia só serve para acentuar as desigualdades, dado que há escolas para ricos e para pobres, o que aumenta a brecha entre uns e outros. Não só isso, mas também a sala de aulas pouco mudou em mais de cem anos: o professor continua a ser quem tem o conhecimento, os alunos estão ali para aprender, e a disposição dos bancos, quadros e livros são os mesmos como se a era digital não tivesse chegado. Neste sentido, as políticas de juventude teriam de imaginar novas modalidades da relação educador-educando, que agora podem ser totalmente móveis (dadas a experiência e o conhecimento dos jovens em áreas em que os professores nunca se desenvolveram) e colocar questões como: São necessários tantos anos a estudar? Por que motivo a instrução é tão rígida num mundo onde a flexibilidade é a norma? Não se poderia estar meio ano na sala e o outro meio ano em outro lugar a aprender e a experimentar outras coisas? Poder-se-iam fazer milhares de perguntas com o tema da educação, o que, apesar de aborrecer muitos educadores, apenas deveria ser uma parte das políticas de juventude e não o contrário.

A diferença

Outro nível é o das *diferenças*, que ganharam primazia na actualidade, às vezes até esquecendo a sua origem a partir das desigualdades; neste caso, as políticas de juventude têm muito que fazer dadas as actuais tendências para gerar espaços monoclassistas onde se criam preconceitos sobre os «outros diferentes». Para alguns existem quatro elementos constitutivos do preconceito (Malgesini e Jiménez 2000):

1. *É uma crença ou atitude arraigada*, que deriva da percepção adquirida ao longo da vida e se traduz numa opinião ou atitude para determinada pessoa ou grupo;

2. *Possui um carácter axiológico ou valorativo*, onde essa crença, opinião ou atitude pode ser de carácter positivo ou negativo, convertendo-se em orientador da conduta e aplicando-se, mais concretamente, a grupos subordinados;
3. *Tem destinatário,* regularmente focado para um grupo específico, e que, quando se reflecte numa pessoa em particular, se baseia principalmente na adesão do indivíduo a um determinado grupo social, o qual é previamente julgado por outro sector da sociedade e;
4. *Implica uma finalidade,* que é a maneira que provoca efeitos em determinada pessoa ou grupo, isto é, sobre quem o possui e sobre quem recai. Bobbio (1997), por sua vez, destaca que o preconceito adquire a sua força «no facto de julgar/considerar como verdadeira uma opinião falsa».

Não obstante, algumas outras perspectivas teóricas vêem o preconceito mais como um consenso de um grupo sobre outro, como um *discurso social*; ou seja, uma forma de representação que procura proporcionar uma explicação para uma dada situação e justificar práticas discriminatórias presentes, passadas ou futuras. Com esta postura assume-se o carácter ideológico do preconceito, ou seja, situa-se no contexto de relações conflituosas entre diversos grupos; implica também assumir o carácter alternante do discurso, que variará conforme as condições sociais, políticas ou económicas dos grupos em conflito. Resumindo, o fundamental de um discurso preconceituoso não será o seu conteúdo, mas antes as funções que cumpre (Echebarría 1998).

A especificidade que ganha este discurso social preconceituoso em torno dos jovens está directamente associada à profunda heterogeneidade deste sector e, ao contrário do estereótipo que pode situar-se a um nível de generalidade, o preconceito dirige-se e age sobre certos aspectos vinculados a práticas juvenis específicas. É frequente confundirem-se estereótipos e preconceitos, já que ambos são mecanismos onde deveria predominar o cognitivo; não obstante, enquanto o estereótipo é uma crença ou uma imagem, o preconceito é uma avaliação, algo que implica o acto de julgar, recusar ou desaprovar certas condutas. Nesse sentido, Oscar Dávila afirma que nas preocupações (nós diríamos nos preconceitos adulto-institucionais) com os jovens, continua a predominar: «um enfoque do risco, que se conjuga com o de 'juventude perigosa', nos 'velhos/mesmos/novos' temas do supostamente juvenil, que finalmente são os que envolvem a opinião pública, chamamos-lhes: 'os quatro ginetes do Apocalipse': violência, delinquência, drogas e sexualidade» (cit. *in* Pérez Islas 2006).

Esta relação de intolerância tem várias vertentes: a já mencionada dos adultos e respectivas instituições sobre os jovens, mas também a dos próprios jovens entre si: o facto de se vestirem de uma determinada maneira, ouvirem um certo tipo de música, falarem de maneira diferente, ou terem uma preferência sexual diferente, leva a que isto desqualifique os «outros». Certamente, este âmbito é central para conseguir uma convivência no futuro, senão as cidades ir-se-ão feudalizando. Noutros casos, a política formal (a vinculada aos partidos políticos) desenvolve esta mesma atitude, pois princípios de «soma-zero» (ou estás comigo ou estás contra mim) não abonam trâmites para estabelecer acordos de que todos beneficiem. O filósofo francês Jacques Derrida (1998) afirmava que, para fazer verdadeira política, se necessitava em primeiro de estar numa sociedade de iguais, pois, caso contrário, tratar-se-ia de domínio; além disso, a política faz-se entre aqueles que, apesar de pensarem diferente, estão convictos de que todos querem o melhor para os demais e isto, finalmente, só é possível quando há o reconhecimento de viver numa mesma comunidade; por isso, não seria o melhor caminho para as políticas de juventude gerar condições de amizade-solidariedade entre os diferentes grupos de jovens, independentemente da sua filiação política, religiosa, étnica, ou sexual? A suposta apatia juvenil para participar não terá na raiz uma grande dose de desconfiança perante as instituições e os outros?

A desconexão

Finalmente, o terceiro nível onde é preciso actuar: a *desconexão*. No contexto de globalização, a desconexão acentua-se como estigma em sectores juvenis onde o conceito tradicional de cidadania se desloca; como este conceito se tinha fundamentado na territorialidade de uma nação, ao haver grandes contingentes de pessoas jovens movendo-se entre fronteiras (pela idade e pela proporção que representam no total de migrantes), adquire conotações mais complexas.

Neste sentido, os novos nómadas sofrem uma dupla estigmatização: a que resulta do abandono dos seus locais de origem, pois a sua saída responde às limitações dos direitos sociais e culturais que lhes correspondiam como cidadãos dos seus países; e a segunda, a que recebem no país-região de chegada, onde serão sempre vistos como estranhos, pelo que sobre eles se exercerá aquilo a que Goffman (2000) chama estigma tribal.

Isto traduz-se na população jovem disposta a conformar agregações, adscrições identitárias ou culturas juvenis (Reguillo 2000), em estigmati-

zações específicas e mais profundas, como vimos há pouco tempo nas chamadas «maras», manifestações transnacionais que foram qualificadas por vários governos (sobretudo o dos Estados Unidos) com «perigo para a segurança nacional», predominando o mero critério policial e punitivo, repetindo as reacções que se produziram historicamente em manifestações juvenis de características semelhantes.

Na vertente oposta, encontram-se os sectores juvenis sujeitos à desconexão porque, actualmente, a possibilidade de mover-se e de fazê-lo rapidamente é o factor mais valorizado; parafraseando Bauman (2001), o capital viaja rápido, só precisa do seu computador portátil, do seu telemóvel e dos seus cartões de crédito para estar no mundo; portanto, o poder económico estabelece a sua hierarquia com a capacidade de se mover, daí ser a nova fonte de estratificação social e de domínio.

Assim, os sectores juvenis que não podem aceder a estes elementos da mobilidade exigida pelos processos de globalização ficam «fixos», imobilizados no seu território. As novas trajectórias de muitos jovens constituem-se por múltiplas desconexões que, marcadas pela pobreza, talvez o maior estigma, faz deles «excedentes de população» não viáveis, como consumidores «falidos» ou «vítimas colaterais» do progresso económico, diria Bauman (2005). Este estigma da pobreza deixa-lhes apenas «a opção 'furiosa' pelo risco, pela automarginalização ou pelo 'vandalismo'. Ocupam o último lugar na fila dos postos de trabalho (por jovens e por pouco instruídos), o que lhes impõe desde fora um estigma de exclusão perante o qual não deviam surpreender reacções como a impotência ou a raiva» (Hopenhayn 2005, 82).

Do lado dos Estados nacionais, esta complicação para «ler» as novas realidades também está relacionada com a pequenez para incidir sobre os grandes problemas. Muitos dos conflitos juvenis não se limitam a um território. O que acontece é que a própria condição «nómada», que presentemente abrange muitas das manifestações jovens, leva a que sob os rígidos sistemas das burocracias não se possam estabelecer estratégias partilhadas, de tal forma que o que fazem as instituições nacionais pouco tem a ver com o que desenvolvem os governos estaduais e menos ainda com os municipais. Mas também agora seria preciso pensar certas políticas de maneira regional ou continental.

Se acrescentarmos a isto a expansão, como lhes chamava Derrida, dos «Estados-fantasma», o narcotráfico e o contrabando que têm na população juvenil um alto impacto pela sua incorporação nas actividades ilegais enquanto *target* da comercialização dos seus produtos, temos verdadeiros «espectros» que «estão aí sem estar» dentro da vida pública,

sobre os quais a prática governamental não reflecte mais do que a perspectiva policial, que nunca esgotará as múltiplas arestas que têm essas actividades.

Isto conduz a que o risco se converta numa vivência quotidiana para as novas gerações o que leva a que a própria experiência a nível individual e grupal daquilo que se considera como «normal» e «seguro» seja diferente na percepção do adulto em relação ao jovem. Este último saberá que tudo pode mudar imprevisivelmente, pelo que, tendo crescido neste contexto de incerteza, o risco pode adoptar uma «normalidade» ou «regularidade» e o arriscado pode-se perceber como seguro; por isso as medições, avaliações e disposições perante o risco não podem ter avaliações «objectivas» nem gerais (Luhmann 2007).

E já que nem todas as decisões podem ser tomadas por todos, para os que participam na decisão o cálculo pode significar um risco, mas, para quem não participa, esta mesma decisão pode tornar-se um perigo. Por isso é que, no âmbito das políticas governamentais, praticamente tudo constitui perigo para os jovens, uma vez que eles não participam nas decisões que estão a esboçar esta precariedade. As políticas de juventude não podem apresentar acções que «evitem os riscos para os jovens» (CEPAL/OIJ/SEGUIB/AECID 2008), pelo contrário, devem construir-se mecanismos para que os jovens possam assumir o risco, ou melhor, aprendam a tomar decisões com a informação existente, não racionalmente (o que é raro acontecer) mas razoavelmente e, na medida do possível, colectivamente, restaurando as solidariedades danificadas pelas ondas neoliberais.

Nestas novas realidades, os jovens terão de enfrentar não só os conflitos de distribuição dos bens sociais, numa região profundamente desigual como a latino-americana, como também deverão agora desafiar os conflitos de distribuição dos danos. Fá-lo-ão também sem instituições nem modelos confiáveis (nem a família, nem a escola, nem a política têm alcançado a mudança social), na medida em que as condições de actuação não têm semelhança com aquilo que se aprende. Quando a transformação é tão acelerada, tanto os adultos como os jovens precisam de inventar respostas e tomar decisões necessariamente arriscadas, de forma biográfica (individualista) ou em forma de acção colectiva.

A nova socialidade que é preciso construir a partir das políticas públicas prende-se ao facto de as coisas não acontecerem como produto do destino. Para além de cons(des)truírem outros, também devem estar vinculadas à construção das suas próprias perspectivas de vida, aquilo a que Tedesco (2008) chama «políticas de subjectividade», que não são mais do

que o «direito a ser sujeito», com a sua própria capacidade de escolher e de construir a sua identidade, ou seja, definir o seu próprio projecto de vida. Os desafios para enfrentar a desigualdade, a diferença e a desconexão resumem-se na procura de um novo pacto social.

Referências

Alonso, Luis Enrique. 1999. *Trabajo y ciudadanía: Estudios sobre la crisis de la sociedad salarial*. Madrid: Editorial Trotta/Fundación 1.° de Mayo.

Bauman, Zygmunt. 2001. *La sociedad individualizada*. Madrid: Ediciones Cátedra.

Bauman, Zygmunt. 2005. *Vidas desperdiciadas: La modernidad y sus parias*. Barcelona: Paidós.

Bobbio, Norberto. 1997. *Elogio de la templanza y otros escritos morales*. Madrid: Edit. Temas de Hoy.

Bourdieu, Pierre. 2001. *Poder, derecho y clases sociales*. (Palimpsesto, Derechos Humanos y Desarrollo). 2.ª ed. Bilbao: Desclée de Brouwer.

Cabrero, Enrique. 2004. «Comentarios». In *De la administración a la gobernanza*, org. Ma. Del Carmen Pardo. México: El Colegio de México, 213-218.

Castel, Robert. 2004. *La metamorfosis de la cuestión social: Una crónica del salariado*. Buenos Aires: Paidós.

CEPAL/OIJ. 2004. *La juventud en Iberoamérica: tendencias y urgencias*. Santiago de Chile: s/ed.

CEPAL/OIJ/SEGUIB/AECID. 2008. *Juventud y cohesión social en Iberoamérica: un modelo para armar*. Santiago de Chile: s/ed.

Derrida, Jacques. 1998. *Políticas de la amistad*. Barcelona: Ed. Trotta.

Echebarría, Agustín E. 1998. «Bases sociales de la xenofobia». In *Psicología Social*, orgs. R. A. Baron e D. Byrne. Madrid: Prentice Hall, 239-241.

Ferrajoli, Luigi. 2002. *Derechos y garantías: la ley del más débil*. 3.ª ed. Madrid: Editorial Trotta.

García Canclini, Néstor. 2004. *Diferentes, desiguales y desconectados: mapas de la interculturalidad*. Buenos Aires: Gedisa Editorial.

Giménez, Gilberto. 2005. *Teoría y análisis de la cultura*., ed. CONACULTA-ICOCULT. Col. Intersecciones, 5. Vol. I. México; s. ed.

Goffman, Irving. 2000. *Estigma: la identidad deteriorada*. Buenos Aires: Amorrortu Editores.

Guiddens, A. 1998. *Más allá de la izquierda y la derecha: el futuro de las políticas radicales*. Col. Teorema. Madrid: Ed. Cátedra.

Hopenhayn, Martín. 2005. «Jóvenes latinoamericanos: del mundo del trabajo al mundo atemporalizado». In *Nuevas geografías juveniles: transformaciones socioculturales*, Mauricio Sepúlveda *et al.* Santiago do Chile: Ministerio de Educación/Universidad Diego Portales/Instituto Nacional de la Juventud, 80-92.

Ianni, Octavio. 2003. «Las ciencias sociales y la modernidad-mundo». In *Desigualdad y globalización: cinco conferencias*, orgs. Robert Castel *et al.* Manantial/Facultad de Ciencias Sociales-UBA: Buenos Aires, 81-108.

Kacef, Osvaldo. 2009. «Efectos macroeconómicos e impacto social de la crisis global», *Seminario Iberoamericano Políticas Sociales en Tiempos de Crisis*, Secretaría General Iberoamericana, 6 e 7 de Agosto, Assunção, Paraguai.

López-Calva, Luis Felipe. 2009. «Vulnerabilidad e impactos sociales de la crisis en América Latina y el Caribe», *Seminario Iberoamericano Políticas Sociales en Tiempos de Crisis*, Secretaría General Iberoamericana, 6 e 7 de Agosto, Assunção, Paraguai.

Luhmann, Niklas. 2007. «Riesgo y peligro». In *Las contradicciones culturales de la modernidad*, eds. J. Beriain e M. Aguiluz. Barcelona: Anthropos-UAM/A-UNC, 358-403.

Malgesini, G., e C. Jiménez. 2000. *Guía de conceptos sobre migraciones, racismo e interculturalidad*. Madrid: Edit. Catarata.

Mead, Margaret. 1980. *Cultura y compromiso: estudio sobre la ruptura generacional*. Barcelona: Gedisa.

OIJ 2008. *Plan Iberoamericano de Cooperación e Integración de la Juventud. 2009-2015.* Madrid, http://centroamericajoven.org/fileadmin/Contenido/Documentos/Informes/Plan_Iberoamericano_de_juventud.pdf, consultada em Junho de 2009.

Pérez Islas, J. A. 2000. «Visiones y Versiones. Los jóvenes y las políticas de juventud». In *Aproximaciones a la diversidad juvenil*, org. Gabriel Medina. México: Colegio de México, 311-341.

Pérez Islas, J. A. 2006. «Trazos para un mapa de la investigación sobre juventud en América Latina». *Revista Papers* (Barcelona: Universidad Autónoma de Barcelona), 79: 145-170.

PNUD-SEGUIB-AECID. 2009. *Informe sobre Seminario Iberoamericano Políticas Sociales en Tiempos de Crisis,* 6 e 7 de Agosto, Assunção, Paraguai.

Reguillo, Rossana. 2000. *Emergencia de culturas juveniles: estrategias del desencanto*. Buenos Aires: Ed. Norma.

Rodríguez, Ernesto. 2002. *Actores estratégicos del desarrollo: políticas de juventud para el siglo* XXI. México: SEP-IMJ-CIEJ.

SEGIB-OIJ. 2008. *Juventud y desarrollo, 2008: nuevos desafíos con las y los jóvenes de Iberoamérica* (documento de trabajo), Madrid, http://www.oij.org/documentos/EJ1206818403.pdf, consultada em Janeiro de 2009.

Tedesco, Juan Carlos. 2008. «¿Son posible las políticas de subjetividad?». In *Nuevos temas en la agenda de política educativ*a, org. E. Tenti Fanfani. Buenos Aires: UNESCO-Siglo XXI, 53-64.

«Nas nossas sociedades modernas as mudanças são cada vez mais rápidas, acentuando a necessidade de um acelerado processo de assimilação. A análise social do livro *Jovens* e *Rumos* enquadra-nos num contexto único caracterizado pelos fenómenos da globalização, das novas tecnologias e do aumento da esperança de vida, entre outros. Este processo de mudanças desencadeia um desafio de adaptabilidade por parte de todas as pessoas, entre elas os jovens. Daí que estes devam ser valorizados não como meros objectos para um futuro, mas como sujeitos activos na construção de um presente comum, enquanto precursores e transformadores da mudança social.»

Eugenio Ravinet Muñoz, Secretário-Geral
da Organização Ibero-americana de Juventude (OIJ)

Foto da capa: **Milena Seita**, Pés para que vos quero (2010)

Apoio:

OPJ OBSERVATÓRIO PERMANENTE DA JUVENTUDE

FCT Fundação para a Ciência e a Tecnologia
MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR

ICS Imprensa de Ciências Sociais
www.ics.ul.pt/imprensa

ISBN 978-972-671-285-5